publicações SEI

SEI 15 anos

SEI

82

Série Estudos e Pesquisas

TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LITORAL NORTE (BA)

SEP

82

Série Estudos e Pesquisas

TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LITORAL NORTE (BA)

publicações SEI

SALVADOR
2009

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
Walter Pinheiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas
Thaiz Silveira Braga

Diretoria de Indicadores e Estatísticas
Gustavo Casseb Pessoti

Coordenação de Pesquisa Sociopopulacionais
Ivana Tavares Muricy

Coordenação de Acompanhamento Conjuntural
Luiz Mário Ribeiro Vieira

Ficha Técnica

Coordenação Editorial
Ivana Tavares Muricy
Maria Margarete de C. Abreu Perazzo

Equipe de Elaboração
Cândida Ribeiro dos Santos
Cristiane Santos Souza
Ivana Tavares Muricy
Lidice Almeida A. Paraguassu
Luis André de Aguiar Alves
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Lirandina Gomes
Mayara Michela Sena Araújo
Margareth Peixoto Maia
Mercejane W. Santana
Michele Souto do Sacramento
Noeme Sílvia O. Santos
Simone Araújo Pinho
Sidnei Sampaio dos Santos
Rosangela Ferreira Conceição
Zélia Maria Abreu Góis

Colaboração
Maria Margarete de C. Abreu Perazzo
João E. Espinheira

Equipe de Pesquisa
Ivana Tavares Muricy (coord.)
Cândida Ribeiro Santos
Luis André de Aguiar Alves
Luiz Mario Ribeiro Vieira
Mayara Mychella Sena Araújo
Mercejane W. Santana
Rosangela Ferreira da Conceição
Simone Araújo de Pinho
Zélia Góis

Estagiárias
Jéssica Santos Silva
Michele Souto do Sacramento
Noeme Sílvia Oliveira Santos

Pesquisa de Survey

Supervisão de Campo
Ivana Tavares Muricy (coord.)
Cândida Ribeiro Santos
Rosângela Ferreira da Conceição
Simone Araújo de Pinho

Entrevistadores
Aidil de Araújo Santana
Angélica Olímpia de O. Santos
Cristian Reis Lima
Israelnice Pereira dos Santos
Joelma Matos Lima
Nivaldo Pinto Santos
Pedro José L. Alcântara
Roberto Luis da Silva Santos

Elaboração do banco de dados
Luis André de Aguiar Alves

Crítica do banco de dados
Agnaldo de Paiva Freitas
Jéssica Santos Silva
Luis André de Aguiar Alves
Mayara Mychella Sena Araújo
Simone Araújo de Pinho

Entrevistas semiestruturadas
Cândida Ribeiro Santos
Ivana Tavares Muricy
Lucylanne Almeida Silva
Mayara Mychella Sena Araújo
Rosangela Ferreira da Conceição
Simone Araújo de Pinho

Revisão de Linguagem
Luis Fernando Sarno

Coordenação de Biblioteca e Documentação
Ana Paula Sampaio

Normalização
Eliana Marta Gomes da Silva Souza
Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações
Márcia Santos

Padronização e Estilo
Editoria de Arte
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Sena Santana (estag.)

Produção Executiva
Anna Luiza Sapucaia

Projeto Gráfico
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Julio Vilela

Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento
Ana Lúcia da Silva Teixeira (Coord.)
Elisangela Soares do Prado
Emerson Santos Borges
Dênisson Ferreira Silva

Editoração
Grasb

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção
Ambiental Litoral Norte (BA). Salvador: SEI, 2009.
334 p. il. (Série estudos e pesquisas, 82).
ISBN 978-85-85976-70-5

1. Desigualdade social – Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 364.144 (813.8)

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar - CAB - CEP 41750-002 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707 - Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br - sei@ba.gov.br

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

9 APA LITORAL NORTE: INTRODUÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA
Ivana Tavares Muricy

29 POTENCIALIDADES E LIMITES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES
Ivana Tavares Muricy

57 TURISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DA BAHIA
Lirandina Gomes

75 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DO TURISMO
Zélia Góis

PARTE I
APA LITORAL NORTE

97 LITORAL NORTE: BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO
Mayara Mychella Sena Araújo

119 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA – IMPORTÂNCIA, AMEAÇAS E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO
Margareth Peixoto Maia , Sidnei Sampaio dos Santos

137 TURISMO NO LITORAL NORTE E GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA ARTICULAÇÃO EXISTENTE?
Mercejane W. Santana

165 CONSIDERAÇÕES ECONÔMICAS A RESPEITO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL
Luis André de Aguiar Alves

183 DIAGNÓSTICO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA APA LITORAL NORTE
Luiz Mário Ribeiro Vieira, Rosangela Ferreira Conceição

199 BREVE AVALIAÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS DA APA LITORAL NORTE DA BAHIA
Michele Souto de Souza do Sacramento, Noeme Sílvia Oliveira Santos

PARTE II
DISTRITO DE AÇU DA TORRE (MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO)

225 O TURISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS
Ivana Tavares Muricy, Cândida Ribeiro Santos

251 ENTRE OS DE DENTRO E OS DE FORA, UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA
Cristiane Santos Souza, Lidice Almeida A. Paraguassu

269 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DOS RESIDENTES NO DISTRITO DE AÇU DA TORRE
Luis André de Aguiar Alves

295 PERFIL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE AÇU DA TORRE
Simone Araújo de Pinho

311 DISTRITO DE AÇU DA TORRE: CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS
Mayara Mychella Sena Araújo

337 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA APA/LN: CONSIDERAÇÕES FINAIS
Ivana Tavares Muricy

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, o Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte tem vivenciado profundas transformações na sua estrutura sociocultural e econômica, decorrentes da introdução de novas atividades produtivas, do processo de apropriação, concentração e valorização de determinados espaços litorâneos e da redefinição das redes de relações externas e internas. Essas transformações foram particularmente intensas no litoral dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, que passou a compor a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA) – criada pelo Decreto Estadual nº 1.046, de 17/03/1992.

Em 1995, esses municípios, juntamente com os de Camaçari e Lauro de Freitas, passaram a integrar a Costa dos Coqueiros, uma das zonas definidas pelo Prodetur-NE como prioritárias para a expansão da atividade turística no estado da Bahia. Desde então, grandes investimentos foram realizados pelas esferas governamentais e privadas, direcionados principalmente para a dotação de infraestrutura básica e de apoio ao desenvolvimento turístico. Atualmente, esta área concentra um dos maiores parques hoteleiros do estado, com empreendimentos de portes variados, entre os quais se destacam os megaempreendimentos de origem europeia, implantados na década de 2000.

Apesar do dinamismo da região, a carência de estudos sobre a realidade local dificulta uma avaliação mais criteriosa dos resultados alcançados pelas políticas e ações governamentais direcionadas para a área. Tendo em vista a função da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) de subsidiar o planejamento governamental no estado da Bahia e a importância atribuída pelas esferas estadual e federal ao turismo e às Unidades de Conservação, a instituição elaborou o projeto de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*. Este teve a intenção de suprir parte da lacuna existente, concentrando seus esforços em determinados aspectos sociais, econômicos e culturais, fundamentais para se apreender o processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório sobre uma área regida por uma legislação específica que objetiva conjugar o desenvolvimento local com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população, sendo o turismo apontado como um setor estratégico para a concretização desses princípios.

A pesquisa envolveu um intenso levantamento de informações secundárias e primárias, baseado em metodologias qualitativas e quantitativas, que contemplou dois níveis de análise: um macro, que compreende a APA Litoral Norte e os municípios cujas áreas costeiras integram esta Unidade de Conservação; e outro micro, restrito às localidades desta APA afetadas mais diretamente pelo turismo. Este recorte permitiu a reflexão sobre os desdobramentos nas esferas municipais das políticas de fomento ao turismo, ao tempo em que possibilitou a percepção dos impactos causados não só pela atividade, mas também pelo novo modelo de gestão da área nas localidades que compõem a APA/LN.

A abordagem qualitativa teve como principal subsídio cerca de 60 entrevistas realizadas com pessoas pertencentes a diferentes segmentos sociais que atuam direta ou indiretamente na área do estudo. A abordagem de cunho quantitativo foi possibilitada pela utilização de indicadores sociais e econômicos, produzidos por instituições de pesquisa e planejamento, relativos às esferas municipais e à APA/LN (universo macro do estudo) e extraídos dos resultados da pesquisa de *survey* realizada nas localidades do distrito de Açu da Torre, pertencente ao município de Mata de São João (universo micro do estudo). Esta pesquisa envolveu a aplicação de questionário com uma amostra de aproximadamente 20% dos domicílios existentes no distrito de Açu da Torre, totalizando 757 domicílios, com a coleta de informações sobre 2.542 pessoas ali residentes.

Com o estudo desse caso paradigmático, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais espera contribuir com elementos teóricos e metodológicos capazes de subsidiar uma posterior avaliação acerca do direcionamento e da eficiência das políticas públicas estaduais voltadas para o fomento à atividade turística e para a preservação ambiental.

Foto: Jose Assenco

APA LITORAL NORTE: INTRODUÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA

Ivana Tavares Muricy[*]

Nas últimas décadas, o Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte[1], no qual estão situados os municípios Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, tem vivenciado profundas transformações na sua estrutura sociocultural e econômica em virtude dos pequenos e grandes investimentos realizados pelos setores público e privado. Transformações estas que alteraram completamente a configuração regional e os modos de vida de seus habitantes, mediante a introdução de novas atividades produtivas, o processo de apropriação, concentração e valorização de determinados espaços litorâneos e a redefinição das redes de relações externas e internas, com a intensificação dos fluxos de pessoas, informações e capital (ver Cartograma dos Territórios de Identidade).

Tradicionalmente dedicado a atividades agropecuárias, em especial a citricultura, a cocoicultura e a pecuária, na década de 1970, parte deste Território tornou-se alvo da política de incentivos fiscais do governo estadual com a finalidade de fomentar a indústria de celulose para atender a demanda do mercado industrial aquecido com a valorização internacional do produto. Porções da Mata Atlântica foram, então, substituídas por florestas homogêneas de espécies exóticas, pinus e eucaliptos, nas terras adquiridas pelas empresas reflorestadoras. Famílias de pequenos agricultores que, em geral, cultivavam a terra para a própria sobrevivência foram pressionadas a abandonar seus espaços de moradia, trabalho e lazer. Como destaca Sampaio, a atividade de reflorestamento acabou por provocar "uma ruptura de vínculos tradicionais que permitiam o acesso a terra e a uma renda monetária para boa parte dos pequenos produtores, promovendo a sua saída das fazendas a que estavam ligadas, redefinindo as relações de trabalho" (SAMPAIO, 1992, p. 68).

Assim, a atividade de reflorestamento representou uma nova alternativa econômica para a região com a maior integração aos eixos dinâmicos da economia nacional e mundial, ao tempo em que provocou a desestruturação de atividades produtivas preexistentes. Graves conflitos ambientais, sociais e econômicos se instauraram na região, com desdobramentos

[*] Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenadora de Pesquisas Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Copesp/SEI). ivanamuricy@sei.ba.gov.br

[1] O Território de Identidade corresponde à unidade de planejamento adotada pelo atual governo do estado da Bahia, que divide o estado em 26 regiões. O Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte é composto pelos municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias. Como se verá mais adiante, a pesquisa compreende apenas os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, cujas áreas costeiras compõem a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA/LN).

Cartograma 1
Territórios de Identidade – Bahia

Fonte: MDA, 2004.

nas conjunturas posteriores. Entre os efeitos mais imediatos desse processo, pode-se citar: a redefinição do uso e do acesso a terra pelos diversos segmentos sociais, a intensificação da concentração fundiária, a reconfiguração da paisagem, as mudanças nas relações de trabalho e de vida de parcelas significativas da população rural (SAMPAIO, 1992).

Nesse mesmo período, as melhorias do acesso rodoviário entre os municípios da Região Metropolitana de Salvador, rumo à porção norte do estado, contribuíram para inserir a região nas redes de atividades econômicas relacionadas ao turismo – progressivamente definido pelo governo estadual como prioritário para o desenvolvimento do estado[2]. Em 1972, é inaugurada a primeira parte da estrada costeira BA-099 (conhecida como Estrada do Coco), trecho que liga Salvador à localidade de Itacimirim, no município de Camaçari (Região Metropolitana de Salvador). A estrada viabilizou o acesso a algumas aglomerações costeiras do município de Camaçari, tradicionalmente dedicadas à agricultura e à pesca, tais como Abrantes, Arembepe, Jauá, Itacimirim. Estas passaram a funcionar como espaço de lazer, sobretudo para um parcela de moradores da capital baiana com elevado poder aquisitivo, que adquiriram casas de "segunda residência" utilizadas nos períodos de férias e de feriados prolongados. Mesmo sem ter alcançado a área costeira do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, a estrada também estimulou o desenvolvimento do turismo nesta porção do estado, sobretudo em Praia do Forte (primeira praia deste Território, localizada no Município de Mata de São João), que passa a ser apresentada nos programas e planos de desenvolvimento turístico e recreativo realizados pelo governo do estado como uma das áreas mais importantes e propícias para o turismo (GOMES, 1998, p. 35).

Como consequência das melhorias do acesso rodoviário, as modificações em curso na estrutura fundiária, iniciadas em algumas localidades na década de 1950, se intensificam fortemente nas conjunturas de 1970 e de 1980. Grandes fazendas, que se encontravam envolvidas numa complexa cadeia sucessória e mantinham vivas as relações de propriedade dos tempos das sesmarias, são desmembradas para a implantação de loteamentos. Empresas do ramo imobiliário começam a "lotear áreas imensas adquiridas por meio de compra dos títulos legais de propriedades, às vezes nas mãos de grileiros, e consolidando o domínio da terra através da expulsão dos antigos posseiros, que geralmente eram indenizados pelo valor dos coqueiros plantados" (BAHIA, 2007, p. 16). Famílias que há gerações ocupavam e trabalhavam nessas fazendas se veem obrigadas a migrar para áreas menos valorizadas pelo capital ou a pagar pelas terras, enquanto outras conseguem resistir e se manter nas terras ocupadas. Em todas essas situações, as famílias que costumavam cultivar a terra e criar animais soltos tiveram sua extensão territorial bastante restringida, o que compromete significativamente a reprodução social dos grupos, baseada numa estreita relação com os ecossistemas locais.

Na década de 1980, com o prolongamento da Estrada do Coco até Praia do Forte, incrementa-se ainda mais o fluxo turístico na localidade, atingindo as povoações vizinhas de Imbassaí e Porto Sauípe. Entre os empreendimentos turísticos implantados, destaca-se o hotel Robinson

[2] Ver texto de Góis (2009) nesta publicação.

Crusoé, em Praia do Forte, o primeiro investimento direcionado para o turismo internacional. O hotel encontrava-se vinculado ao maior grupo de hotelaria da Alemanha, o *Steigenberg,* e foi construído com financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e crédito de um banco alemão, tendo se beneficiado da isenção de impostos concedida pelo governo estadual (GOMES, 1998). O incremento do turismo neste trecho litorâneo do município de Mata de São João acelera os processos em curso com a redefinição da estrutura socioespacial das localidades, das formas de uso, ocupação e apropriação do solo e a redução significativa das áreas agrícolas. O destino se consolida sob o *slong* do ecoturismo, facilitado pela implantação do projeto de preservação das tartarugas marinhas, o Tamar.

Os interesses contraditórios de empreendedores ligados a esses dois grandes segmentos recém-chegados na região, o turismo e a silvicultura, servem de pano de fundo para uma disputa que irá definir os novos rumos da região. A proposta de implantação de uma fábrica de celulose, na década de 1980, mobilizou diferentes setores da sociedade local e regional na defesa do meio ambiente: pescadores, ambientalistas, profissionais liberais, veranistas, pequenos e médios proprietários de terra, grupos econômicos de médio e grande portes interessados em investir no turismo na região. Entre esses últimos, se destacam a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e a construtora Norberto Odebrecht, proprietária de grande extensão de terras na região (BAHIA, 2007, p. 12), nas quais, posteriormente, será implantado um empreendimento turístico de grande porte direcionado para o mercado internacional. O embate resultou na vitória dos que defendiam a preservação das características ambientais da região, seja por motivações ideológicas ou por vislumbrar seu aproveitamento pela indústria turística.

As melhorias do acesso rodoviário e a rejeição da proposta de instalação da fábrica de celulose deram vazão aos interesses dos setores imobiliário e turístico, que progressivamente se consolidam na região. No início da década de 1990, o prolongamento da rodovia costeira (BA-099 ou Estrada do Coco) até o limite com o estado de Sergipe, trecho que passou a se denominar de Linha Verde, associado à inserção desta área no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur-BA) abre definitivamente esta porção do Litoral Norte para a exploração turística. Esta área interligada pela estrada passou a integrar a Costa dos Coqueiros – uma das sete zonas definidas[3] pelo Prodetur como prioritárias para a expansão da atividade turística no estado –, composta pelas áreas costeiras dos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra. Nela estava prevista a instalação de três complexos turísticos de grande porte, Praia do Forte, Velho Nambu e Projeto Sauípe (SUDETUR, 2001, apud BAHIA, 2007, p. 14), constituindo-se em uma das zonas mais atrativas para o capital privado, sendo responsável por aproximadamente 47% de todos os investimentos anunciados na primeira etapa do Programa para o estado da Bahia (GÓIS, 2009).

[3] Atualmente, a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur) considera 13 zonas turísticas como prioritárias para a expansão da atividade no Estado, ver Góis (2009) nesta publicação.

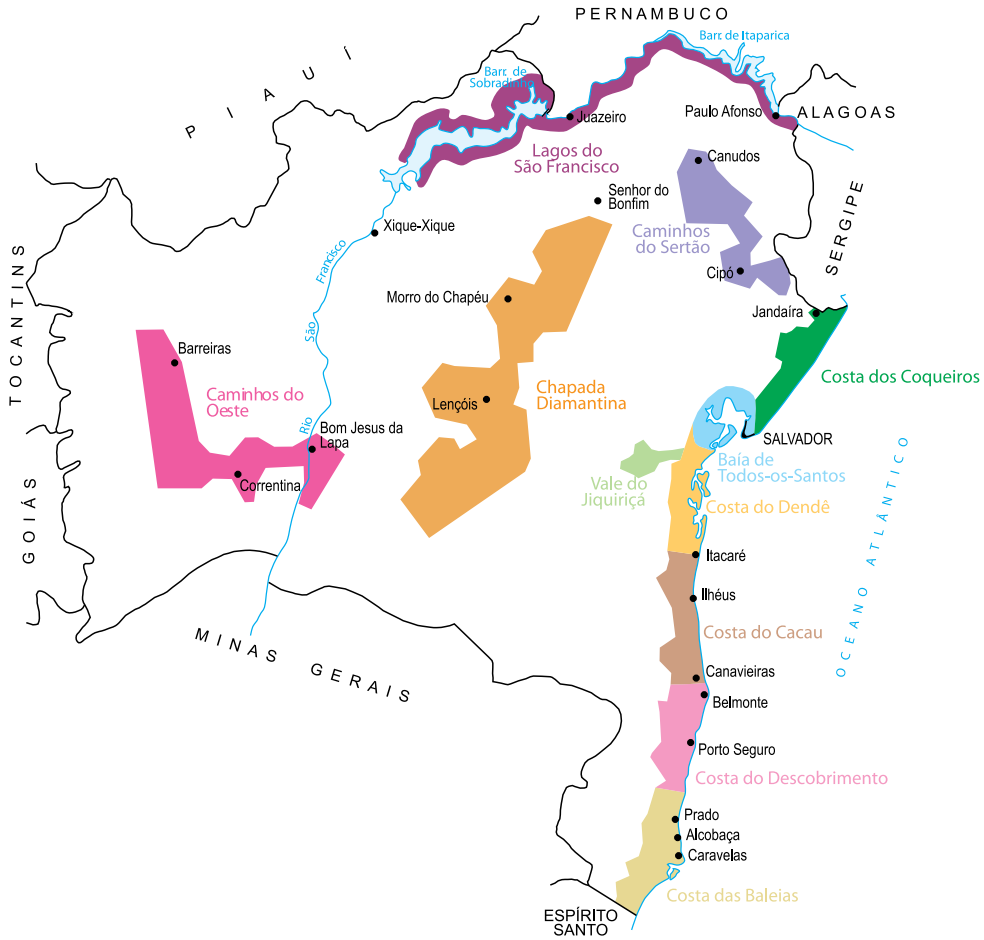


Figura 1
Bahia – Zonas Turísticas

Fonte: Setur, 2008.

A implantação da Linha Verde, com o prolongamento da rodovia BA-099 por mais 142 km entre a vila de Açu da Torre (sede do distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João) e Itanhi (município de Jandaíra, fronteira com o estado de Sergipe), tornou-se o grande vetor de desenvolvimento do turismo no Litoral Norte. A estrada possibilitou a comunicação entre as diversas aglomerações dispersas ao longo deste trecho, bem como destas com os municípios vizinhos e com a capital do estado, rompendo o isolamento que caracterizava esta porção do Litoral Norte[4]. As localidades costeiras situadas entre Praia do Forte (Mata de São João) e Mangue Seco (Jandaíra), a exemplo de Santo Antônio, Massarandupió, Barra do Itariri, Sítio

[4] As vias de acesso ainda são precárias, sobretudo a comunicação com as sedes municipais localizadas ao interior do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, com exceção do município do Conde, cuja sede se localiza no litoral. Os serviços de transporte são alvos de constantes reclamações por parte da população local, como se verá nesta publicação no texto de Muricy e Santos (2009).

do Conde, Poças e Costa Azul, foram alcançadas pelas teias muitas vezes invisíveis do turismo, que passa a dispor de novos espaços para o seu desenvolvimento. As povoações localizadas mais para o interior, embora não tenham conseguido atrair investidores, também sentiram os efeitos da intensificação do turismo nas áreas costeiras. Essas aglomerações passaram a receber grandes levas de trabalhadores que chegavam atraídos pelas possibilidades de emprego e, mesmo, antigos moradores das áreas litorâneas que foram estimulados ou, em alguns casos, obrigados a migrar em função da valorização dos terrenos ou da implantação de infraestrutura urbana ou de projetos urbanísticos pelas esferas governamentais.

Dessa forma, a estrada contribuiu para a dinamização econômica da área, estimulando a instalação de diversos hotéis, pousadas e serviços de apoio aos turistas, ao tempo em que reforçou o processo de segregação socioespacial em função da valorização dos terrenos. A estrada divide claramente a região: em núcleos com características distintas do lado direito, no sentido Salvador–Aracaju, na costa, onde encontram-se as localidades mais atrativas para o capital, nas quais o turismo vai progressivamente se instalando; do lado esquerdo, ao interior, onde se situam localidades menos atrativas para o capital, que passam a desempenhar um papel complementar às áreas costeiras, servindo de moradia para a mão de obra menos qualificada, que aos poucos busca se inserir na nova rede de atividades articuladas ao turismo. A estrada também possibilitou o contato entre pessoas de diferentes culturas, que passam a interagir em função, sobretudo, do turismo, provocando profundas alterações nos modos de vida tradicionais da região. Além das transformações socioculturais e econômicas, também devem-se destacar as modificações nos meios físicos e bióticos decorrentes da implantação da estrada[5].

Como um dos instrumentos mitigadores da implantação da Linha Verde, foi criada a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA/LN), autorizada pela resolução do Cepram nº 544, de 12/03/1992, que confere ao setor público a atribuição de estabelecer um programa de zoneamento ecológico-econômico sustentável para as áreas de influência direta da rodovia com ênfase no turismo e lazer (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1995 apud BAHIA, 2007, p. 6). A APA/LN, criada pelo Decreto Estadual nº 1.046, de 17/03/1992, compreende áreas de planície marinha, planície fluviomarinha e a porção dos tabuleiros dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra, delimitada por uma faixa de cerca de 10 km da linha da preamar para o interior, perfazendo 1.348 km^2 de extensão territorial. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1995 apud BAHIA, 2007, p. 5) (ver Cartograma 2).

A APA/LN ficou, inicialmente, sob a coordenação da Companhia Metropolitana de Desenvolvimento Regional (Conder), posteriormente, passou para a jurisdição do Centro de Recursos Ambientais (CRA) – atualmente denominado de Instituto do Meio Ambiente (IMA) – e, a partir de 2004, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) – agora denominada Secretaria do Meio Ambiente (Sema) – assumiu a responsabilidade por esta Unidade de Conservação. Entre as atribuições do órgão gestor da APA, encontra-se a elaboração de um plano de manejo, com respectivo zoneamento ecológico-econômico, em consonância com a legis-

[5] Ver texto de Maia e Santos (2009) nesta publicação.

Cartograma 2
Localização da APA Litoral Norte e do distrito de Açu da Torre no território de identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte

Fonte: SEI, 2009.

lação ambiental, particularmente ao que estabelece a Resolução do Conama nº 10/88 (BAHIA, 2007). O Plano de Manejo da APA/LN foi aprovado pelo Cepram em 1995, o que implicou na realização do zoneamento ambiental, ao qual todo e qualquer empreendimento que pretende se instalar na região tem que se adequar. Para tanto, são realizados os Estudos de Impacto Ambiental com os respectivos Relatórios de Impactos Ambiental (EIA/RIMA), submetidos à apreciação do IMA e posterior aprovação do Cepram, mediante a realização de audiências públicas que devem contar com representantes das diversas instâncias da sociedade civil. Na prática, o zoneamento objetiva definir os parâmetros e a tipologia de usos e ocupações do solo, visando conjugar o desenvolvimento econômico da região com a melhoria da qualidade de vida da população local e a preservação do patrimônio ambiental – que constituem os três grandes pilares do tão proclamado desenvolvimento sustentável.

Desde a criação da APA/LN, grandes investimentos foram realizados pelo poder público e pela iniciativa privada na dotação de infraestrutura básica e na implantação de empreendimentos de portes variados. Com os recursos do Prodetur/Bahia I foram implantados, no início dos anos 2000, os sistemas de esgotamento sanitário de Praia do Forte e de Sauípe, que consumiram respectivamente US$ 1.055 mil e US$ 4.473 mil. Segundo dados da Setur (2003), a rede hoteleira dos cinco municípios que compõem a APA/LN é formada por 5.738 quartos e está previsto, até 2010, expansão para 13.319 quartos.

Os empreendimentos concentram-se, sobretudo, na porção sul da APA/LN, no município de Mata de São João, mais especificamente no trecho litorâneo do distrito de Açu da Torre (ver Cartograma 2). Nesta área foi construído, no final da década de 1990, o primeiro grande empreendimento da APA/LN: o Complexo Hoteleiro Costa de Sauípe, um investimento da ordem de aproximadamente US$ 200 milhões, apontado pelo relatório do Prodetur I como "o mais importante projeto alavancado para a Bahia" (BNDS, 1999, apud LIMONAD, 2007, p. 7). O complexo foi implantado numa fazenda, contígua ao município de Entre Rios, adquirida pelo Grupo Odebrecht em 1949 e mantida sem nenhuma utilização até a construção do empreendimento hoteleiro.

Um novo modelo turístico começa, então, a se delinear com a instalação de empreendimentos de grande porte, que seguem um padrão internacional. Enclaves turísticos são implantados na região repetindo um modelo comum em outras partes do mundo e que começa a dar sinais de esgotamento, no qual os empreendimentos e os turistas não interagem com as pessoas do lugar. Esse modelo convive com outras experiências, galgadas em pequenos e médios empreendimentos direcionados a um público regional e de menor poder aquisitivo (em comparação com o modelo anterior), implantados nas vilas e aglomerações rurais, muitas das quais têm suas configurações socioespaciais completamente modificadas[6].

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, Praia do Forte consolida sua posição, como o principal destino não só da APA/LN e da Costa dos Coqueiros, mas do estado da Bahia como um todo. A localidade passou por uma completa reestruturação espacial, com a urbanização da antiga vila de pescadores e a implantação de condomínios residenciais direcionados a um público

[6] Sobre os modelos de uso e ocupação do solo na APA Litoral Norte, ver Limonad (2007) e Araújo (2009a).

de elevado poder aquisitivo, oriundo em sua maioria da região Sudeste do país, de Salvador e de outros países. A localidade de Imbassaí também teve sua configuração socioespacial completamente alterada com a ampliação das pousadas e dos estabelecimentos comerciais e de serviço, voltando-se basicamente para a atividade turística em detrimento da atividade agrícola e, mesmo, residencial.

Na década de 2000, começam a convergir para essa porção do território baiano grandes grupos estrangeiros, sobretudo portugueses e espanhóis, numa estratégia adotada para a ampliação de mercado diante da saturação e das exigências dos destinos europeus[7]. Esses empreendimentos trazem como novidade a conjugação da atividade hoteleira com condomínios residenciais, uma nova tendência do mercado turístico mundial, que vem sendo muito questionada por alguns estudiosos. Estes consideram que o novo modelo de ocupação não gera muitos benefícios para as localidades, uma vez que grandes extensões de terras são desmatadas para construção de segundas residências, que permanecem fechadas por boa parte do ano, gerando pouca receita para as localidades. Também ressaltam que a ocupação de extensas áreas amplia as necessidades de implantação de infraestrutura, sobrecarregando o setor público, além de provocar profundas modificações nas paisagens locais, que podem, inclusive, comprometer a própria atratividade do destino turístico, sobretudo quando este se autointitula ecológico. Defensores desse modelo, no entanto, enfatizam que os proprietários dos imóveis não estão interessados em utilizá-los somente para desfrute nos momentos de lazer, mas como fonte de renda. O que significa que os imóveis permanecem alugados durante quase todo o ano, gerando renda não apenas para os proprietários como para as localidades.

Entre 2000 e 2004, foram instalados três empreendimentos que seguem este padrão: Iberostar, Reserva Imbassaí e Ourissio, todos de grupos europeus, e está prevista a instalação de novos empreendimentos. A implantação desses empreendimentos tem levantado uma série de questionamentos quanto ao modelo de turismo adotado, o que provocou uma intensa discussão sobre as diretrizes estabelecidas no zoneamento econômico ecológico, sobretudo no que se refere à ocupação da Zona de Proteção Visual (ZPV). Um grande embate se estabeleceu em torno do destino da região, envolvendo diversos segmentos sociais e econômicos e distintas esferas governamentais, reforçando a necessidade de revisão do zoneamento proposto, que, conforme determinação da própria legislação, deveria ser revisto periodicamente. Este embate também contribuiu para intensificar as discussões sobre o modelo turístico adotado na região e seus desdobramentos, reacendendo a polêmica sobre as potencialidades do turismo enquanto agente de desenvolvimento local.

Muitos consideram que os empreendimentos implantados e o turismo, de uma forma geral, têm provocado o desenvolvimento da região. Estes apresentam como principais argumentos: o dinamismo econômico, com a implantação de diversos empreendimentos comerciais e de serviço, a correspondente geração de empregos e o aumento do fluxo turístico, com a consolidação de antigos destinos (como Praia do Forte) e o surgimento de novos destinos

[7] Sobre o processo de internacionalização da rede hoteleira no Litoral Norte, ver Gomes (2009) nesta publicação.

e produtos turísticos; a implantação e melhorias da infraestrutura urbana e dos serviços básicos, como as vias de acesso e o abastecimento de água. Por outro lado, vozes dissonantes consideram que "a atividade turística implantada no Litoral Norte da Bahia não tem oferecido uma opção viável para a reprodução econômica sustentável das populações que vivem na região" (BAHIA, 2007, p. 15).

No entanto, a carência de estudos recentes sobre a realidade local dificulta uma avaliação mais criteriosa dos resultados alcançados pelas políticas e ações governamentais direcionadas para a área. Tendo em vista este contexto e a importância atribuída pelo planejamento governamental do estado da Bahia ao turismo e às Unidades de Conservação, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) elaborou o projeto de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*.

A PESQUISA E SEUS PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve a intenção de suprir parte da lacuna existente sobre a APA/LN, concentrando seus esforços em determinados aspectos sociais, econômicos e culturais, fundamentais para se equacionar a questão básica do projeto: até que ponto os investimentos e as políticas públicas têm contribuído para o desenvolvimento local, particularmente para a melhoria nas condições de vida das populações locais? Priorizou-se, portanto, uma das dimensões básicas que caracterizam o processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade e que se constitui num dos objetivos expressos tanto pela política de fomento ao turismo como pelas diretrizes das Áreas de Proteção Ambiental, implementadas pelas esferas federal e estadual. Espera-se, com o estudo desse caso paradigmático, contribuir com elementos teóricos e metodológicos capazes de subsidiar uma posterior avaliação acerca do direcionamento e da eficiência das políticas públicas estaduais voltadas para a conservação ambiental e de fomento ao turismo.

A definição do recorte espacial da pesquisa se constituiu no primeiro grande desafio diante da necessidade de conciliar duas perspectivas diferenciadas: a que norteia a construção das políticas ambientais e as que regem as demais esferas de planejamento governamental. A política ambiental, assim como os estudos nesta área, privilegia os aspectos físicos e bióticos na delimitação de áreas de atuação e análise, enquanto as demais políticas e o planejamento governamental, de uma forma geral, costumam utilizar critérios político-administrativos, se reportando a municípios, estados ou regiões. Tendo em vista a necessidade de conciliar estas duas perspectivas e a possibilidade de utilização de dados produzidos por instituições de pesquisa e planejamento, que possuem séries históricas consolidadas, a pesquisa optou por trabalhar com dois níveis de análise: um macro, que compreende a APA/LN e os municípios cujas áreas costeiras compõem esta Unidade de Conservação; e outro micro, restrito às localidades afetadas mais diretamente pelo turismo. Este recorte permitiu a reflexão sobre os desdobramentos nas esferas municipais das políticas de fomento ao turismo, capitaneada pelo governo estadual, ao tempo em que possibilitou a percepção do turismo enquanto agente transformador do espaço e das relações sociais nos núcleos que efetivamente concentram os fluxos turísticos e os que, mesmo não recebendo visitantes, são impactados por esta atividade.

Para a escolha do universo micro da análise, buscou-se identificar as localidades afetadas mais diretamente pelo turismo, tanto em função de concentrar os empreendimentos e os fluxos turísticos, como pelas interações estabelecidas com o setor e com os principais destinos turísticos da área de estudo. Esta perspectiva foi complementada pela possibilidade de utilização de informações sociodemográficas e econômicas produzidas por instituições de pesquisa e planejamento. Assim, chegou-se a definição do distrito de Açu da Torre, no município de Mata de São João, onde se situam as localidades costeiras de Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe, que nos últimos anos receberam os maiores investimentos turísticos, com a implantação de empreendimentos hoteleiros e de serviços dedicados a atender a demandas dos turistas; e as localizadas mais ao interior, a exemplo de Açu da Torre, Barro Branco, Areal, Malhada e Campinas, que mantêm fortes interações com as áreas costeiras, servindo inclusive de reduto de mão de obra para os empreendimentos ali implantados (ver Cartogramas 2 e 3). O fato do distrito ser composto por localidades que desempenham diferentes papéis no contexto regional, nas quais a inserção da atividade turística é diferenciada, permitiu uma melhor apreensão das transformações socioculturais estimuladas pelo turismo mediante a comparação entre as distintas realidades.

O segundo grande desafio da pesquisa consistiu na escolha dos aspectos a serem investigados a fim de contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento da área. Esta tarefa exigiu uma breve revisão bibliográfica sobre o termo, sistematizada no texto de Muricy (2009b) desta publicação, que tem como objetivo principal discutir as potencialidades e os limites do turismo para o desenvolvimento das sociedades. Como se trata de um conceito central na história do pensamento ocidental, sobre o qual muito se tem escrito sem que tenha sido alcançado um consenso quanto ao seu significado, a pesquisa não teve a intenção de revisitar a extensa produção sobre a temática, tampouco se propôs a oferecer uma nova perspectiva de análise, mas apenas fornecer um pano de fundo que auxiliasse o trabalho de investigação proposto.

Reconhecendo-se a ambiguidade do conceito, que traz em si a promessa de realização plena das potencialidades humanas, a pesquisa optou por se concentrar em determinados aspectos da realidade que são considerados fundamentais para se avaliar o desenvolvimento das sociedades. Furtado forneceu pistas importantes para a seleção desses aspectos, ao definir o desenvolvimento como

> [...] um processo que implica em alterações qualitativas na estrutura socioeconômica, com a maior eficácia do sistema produtivo e a elevação das condições de vida dos cidadãos, possibilitada, entre outros fatores, pela melhoria da distribuição de renda, das condições sanitárias gerais, do nível educacional, do sistema de saúde, do abastecimento alimentar, da distribuição espacial e da estrutura de produção (FURTADO, 1974, apud MURICY, 2009).

Nesta perspectiva, o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para se alcançar o desenvolvimento social e econômico de uma determinada sociedade, uma vez que sua efetivação implica na extensão dos benefícios gerados para o conjunto da população.

Cartograma 3
Distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João

Fonte: SEI/IBGE, 2008.

O conceito de desenvolvimento sustentável que vai se tornar hegemônico nos debates travados, nas conjunturas mais recentes, sobre as perspectivas de desenvolvimento também se constituiu num referencial para a pesquisa. O conceito foi sistematizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Comissão Brundtland, no documento *Nosso Futuro Comum* como "aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1998 apud MELLO; HOGAN, 2006, p. 5). Embora esta formulação seja bastante vaga e imprecisa, tendo dado margem a diferentes interpretações, as discussões por ela provocada trouxeram à tona a necessidade de incorporação de outras dimensões da realidade para se pensar no desenvolvimento das sociedades.

As proposições iniciais do conceito enfatizavam o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social como princípio básico para a concretização do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, outras dimensões da sustentabilidade foram acrescentadas – tais como social, cultural, ambiental, territorial, econômica e política –, sem que exista um consenso nas definições. Essas discussões motivaram a elaboração do conceito de turismo sustentável, que reproduz algumas das fragilidades apontadas para a noção de desenvolvimento sustentável. Muitas são as definições formuladas por diferentes entidades que atuam direta ou indiretamente com o turismo e por estudiosos da temática. Seguindo os princípios da sustentabilidade enumerados por Sachs (1994), Loiola e outros (2008) destacam cinco dimensões do conceito – ecológica, social, cultural, econômica e territorial –, explicitando suas particularidades:

A sustentabilidade ecológica traduz-se em proteção/conservação da natureza e da diversidade biológica. Pressupõe o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas e ao limite de consumo dos recursos naturais. A sustentabilidade social significa a participação cidadã no processo de desenvolvimento para assegurar um padrão negociado e mais estável de crescimento, e menos desigual em termos de renda e de qualidade de vida. Já a sustentabilidade cultural pressupõe a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, valorizadoras das especificidades das culturas locais. A sustentabilidade econômica, por sua vez, significa não só a compatibilização entre crescimento e utilização sustentável dos recursos naturais, mas ainda a internalização nos locais dos vetores de crescimento econômico. Por fim a sustentabilidade espacial requer a distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos.

A pesquisa buscou cotejar alguns dos aspectos levantados por esses conceitos no intuito de oferecer uma visão da realidade que contribuísse para a discussão acerca do desenvolvimento das localidades da APA/LN. O que significa que não teve a intenção de oferecer uma medida do desenvolvimento, mas apenas apresentar dados da realidade que contribuam para uma posterior avaliação do processo de desenvolvimento local. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório sobre uma área, regida por uma legislação específica que objetiva conjugar o desenvolvimento local, com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população, sendo o turismo apontado como um setor estratégico para a concretização desses princípios.

A noção de desenvolvimento defendida por Furtado (1974, apud MURICY, 2009b) indicou dois eixos centrais do conceito: a eficácia do sistema produtivo e melhoria das condições de vida dos cidadãos. Priorizou-se a análise das condições de vida das populações locais, utilizando alguns dos indicadores elencados por Furtado. O sistema produtivo foi investigado de forma parcial, sem a intenção de avaliar sua eficácia – o que exigiria um trabalho exaustivo, impossível de ser realizado no escopo desta pesquisa. As análises privilegiaram a percepção da contribuição do turismo para as economias municipais e para as condições de vida dos moradores das localidades pertencentes ao distrito de Açu da Torre.

As discussões em torno da sustentabilidade do desenvolvimento reforçaram a importância de focalizar as análises na população local. O conceito de turismo sustentável sistematizado por Loiola e outros (2008) chamou atenção para a importância de investigar a internalização do crescimento econômico, a valorização das especificidades das culturas locais e a participação dos moradores nas decisões que envolvem o destino das localidades. As perspectivas da sustentabilidade ecológica e territorial não foram contempladas neste estudo. A questão ecológica foi abordada apenas no que se refere às particularidades da APA/LN do ponto de vista físico e biótico, analisadas por Maia e Santos (2009).

Em termos operacionais, o sistema produtivo foi investigado com base em algumas características das economias e do mercado de trabalho dos municípios cujas áreas costeiras compõem a APA/LN (nível macro da pesquisa) e das localidades pertencentes ao distrito de Açu da Torre (nível micro da pesquisa). As esferas municipais foram contempladas por Vieira e Conceição (2009), que analisaram o desempenho dos diferentes setores da economia, a composição e a evolução das receitas e do Produto Interno Bruto (PIB) dos cinco municípios. Também foram analisados por esses autores os Índices de Desenvolvimento Econômico (IDE) e de Desenvolvimento Social (IDS) dos municípios. Os indicadores do emprego formal foram analisados por Alves (2009a) num texto que discorre sobre as particularidades do turismo enquanto fenômeno econômico. As características do mercado de trabalho das localidades, por sua vez, foram investigadas por Alves (2009b) em outro texto que avalia o nível de ocupação e as características da População em Idade Ativa (PIA)[8] e da População Economicamente Ativa (PEA)[9], destacando aspectos como: cor, sexo, idade, escolaridade, rendimento médio etc. A inserção da população nas novas redes de atividades econômicas e as características do mercado de trabalho local, discutidas por Alves (2009b), contribuíram para a avaliação da internalização dos vetores de crescimento. Por fim, Gomes (2009) buscou conhecer algumas características dos empreendimentos que vêm sendo implantados na última década, mais especificamente aqueles de origem europeia.

[8] No Brasil, as pesquisas sobre mercado de trabalho geralmente conceituam a População em Idade Ativa como as pessoas com dez anos ou mais de idade. "Assim, na PIA se inserem as pessoas ocupadas, as inativas (donas de casas, aposentados e estudantes que não procuram trabalho) e as desempregadas" (ALVES, 2009b).

[9] A População Economicamente Ativa (PEA) é subconjunto da PIA formado pelos indivíduos que estão no mercado de trabalho. É composta por dois subgrupos: as pessoas ocupadas e as que não estão ocupadas, mas procuram trabalho (desempregados por definição). (ALVES, 2009b).

A análise das condições de vida da população local foi realizada a partir de elementos subjetivos, geradores singulares da sensação de bem-estar, e objetivos, representados pelas condições de trabalho, pela posse de bens materiais e o acesso a serviços, indispensáveis para o alcance e manutenção da dignidade humana. Os elementos objetivos foram apreendidos pelo perfil educacional da população, pelas condições de habitação e infraestrutura básica, pelas formas de inserção da população no mercado de trabalho e pela qualidade do trabalho gerado nas localidades investigadas. Esses elementos foram analisados por Pinho (2009), Araújo (2009b), Sacramento e Santos (2009) e Alves (2009b). Os elementos subjetivos foram contemplados mais diretamente por Muricy e Santos (2009) e Souza e Paraguassu (2009). As primeiras se dedicaram a analise da percepção da população local sobre sua realidade, particularmente no que se refere às recentes transformações socioculturais e ao turismo, bem como na satisfação demonstrada pela população quanto aos rumos das localidades. As segundas elegeram como foco central os aspectos relativos à organização social dos moradores da APA/LN, mais especificamente do distrito de Açu da Torre. O texto de Santana (2009), que discorre sobre os modelos de gestão propostos pelas esferas governamentais, também oferece subsídios para se equacionar a questão da participação social. Este texto juntamente com o de Góis (2009) analisam as políticas governamentais direcionadas para a área.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ADOTADAS

A complexidade das temáticas investigadas levou à adoção de estratégias metodológicas complementares, de cunho qualitativo e quantitativo, no intuito de apreender dimensões subjetivas e objetivas da vida social. A abordagem qualitativa teve como principal subsídio cerca de 60 entrevistas, realizadas entre 2007 e 2008, em sua grande maioria com pessoas residentes nas localidades pertencentes ao distrito de Açu da Torre (universo micro da pesquisa). Também foram entrevistados moradores de outras localidades da APA/LN, como Massarandupió (pertencente ao município de Entre Rios) e Subaúma (pertencente ao município de Entre Rios); empresários, que possuem empreendimentos, mas não residem na área; gestores e técnicos dos cinco municípios cujas áreas costeiras compõem a APA/LN; técnicos de secretarias e instituições do governo estadual; ambientalistas; representantes de ONGs que atuam na área do estudo. Entre os residentes no distrito, buscou-se construir uma amostra diversificada, contemplando pessoas pertencentes a diferentes categoriais sociais com perfis e formas de inserção social diferenciadas nas localidades: moradores mais antigos e recém-chegados nas diferentes localidades; homens e mulheres com idades variadas; pequenos, médios e grandes empreendedores; trabalhadores do setor turístico e de outros setores da economia local; lideranças comunitárias, representantes de instituições governamentais e aqueles que não participam de nenhuma organização social ou coletiva. Também se utilizou como técnica de investigação a observação direta da realidade, realizada em diversas visitas à área, ocorridas entre 2007 e 2008.

As entrevistas foram realizadas com base num roteiro previamente definido, o que não impediu que fossem abordados outros elementos não previstos inicialmente e que se deixasse a

conversa fluir mais livremente, no intuito de melhor apreender a percepção dos interlocutores sobre a realidade local. Também foram utilizados pesquisas e estudos desenvolvidos em conjunturas anteriores tanto pela esfera governamental, como pela iniciativa privada e por pesquisadores ligados a universidades. O confronto desse material com os dados coletados pela pesquisa permitiu uma análise longitudinal, importante para que se possa avaliar os resultados dos investimentos realizados e das políticas públicas, de uma forma geral.

O material coletado e, posteriormente, sistematizado serviu de subsídio para análises de diferentes dimensões da realidade local, trazendo à tona aspectos que dificilmente seriam captados num questionário fechado, baseado em perguntas objetivas. As falas dos interlocutores foram utilizadas na construção de alguns dos textos da publicação, sendo suas identidades preservadas pela adoção de nomes fictícios. Tal medida se baseou nas recomendações éticas que respaldam as pesquisas sociais, que visam impedir que as informações prestadas venham causar prejuízos materiais ou simbólicos ou qualquer tipo de constrangimento àqueles que gentilmente se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

A abordagem de cunho quantitativo foi possibilitada pela utilização de indicadores sociais e econômicos, produzidos por instituições de pesquisa e planejamento, relativos às esferas municipais (universo macro do estudo) e extraídos dos resultados da pesquisa de *survey*[10] realizada nas localidades do distrito de Açu da Torre (universo micro do estudo). A pesquisa envolveu a aplicação de questionário com uma amostra de aproximadamente 20% dos domicílios existentes no distrito de Açu da Torre, seguindo os critérios e a metodologia adotada pelo IBGE na realização do Censo Demográfico de 2000. O questionário amostral deste Censo[11] e o da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – realizada pela SEI/Setre/Dieese/Seade/UFBA – serviram de inspiração na construção do questionário da pesquisa, que contou com dois universos de análises: o domicílio e as pessoas.

A falta de dados atualizados sobre as localidades que compõem o distrito de Açu da Torre e a forma de ocupação do espaço (com povoações dispersas ao longo do território) consistiram nos maiores desafios para a realização da pesquisa amostral. Os dados mais recentes disponíveis no início da pesquisa correspondiam aos do Censo Demográfico de 2000, por demais desatualizados para balizar[12] o cálculo da amostra dos domicílios a serem investigados. Posteriormente, com a divulgação dos resultados da Contagem de População 2007 (IBGE), pode-se conhecer a população residente no conjunto do distrito de Açu da Torre, universo a ser investigado, mas não a sua distribuição pelas povoações. Assim, permanecia desconhecido o tamanho das populações das localidades, uma vez que

[10] Segundo Babbie (2003), *survey* é um tipo particular de pesquisa empírica, que engloba pesquisas amostrais (opinião pública, de mercado, estudos acadêmicos, estudos epidemiológicos etc.) e censos.

[11] Os Censos Demográficos (IBGE) possuem dois questionários: um básico aplicado a todos os domicílios, denominado *questionário do universo*, que contém um número restrito de questões e outro aplicado a uma amostra dos domicílios, denominado *questionário da amostra*, com um número muito maior de quesitos.

[12] O conhecimento prévio da área sugeria uma intensa taxa de crescimento demográfico ao longo dos anos 2000, o que se confirmou com o confronto de fotos satélites, realizadas em períodos distintos, juntamente com a visita a campo realizada no início da pesquisa, em junho de 2007.

as informações disponibilizadas pelo IBGE referiam-se ao distrito de Açu da Torre e aos setores censitários (subdivisão adotada pelo IBGE para a realização da coleta). Os setores censitários não guardam correspondência com as localidades, o que significa que num mesmo setor se encontram mais de uma localidade e que, muitas vezes, uma localidade se encontrava dividida em mais de um setor.

Para enfrentar essa situação, foi realizada uma listagem dos domicílios seguindo os limites territoriais dos setores censitários adotados para a realização da Contagem de População de 2007 (IBGE). A listagem dos domicílios foi realizada em dois momentos distintos. Na área rural, na qual as povoações se encontram mais dispersas, foi realizada no período de julho de 2007. Na ocasião, foram elaborados croquis das ruas e da localização dos domicílios e georreferenciados alguns pontos da área para facilitar o trabalho posterior de aplicação dos questionários. Na área urbana, composta por povoações de maior porte demográfico – nas quais os domicílios se encontram mais concentrados geograficamente –, os domicílios foram listados no mês de outubro de 2007, concomitantemente à aplicação do questionário. Em ambos os casos, à medida que a listagem era realizada adotava-se a terminologia utilizada pela população local para a definição das povoações, o que resultou na identificação de 18 povoações na área do distrito.

A aplicação do questionário ocorreu na segunda quinzena de outubro de 2007. Esta fase foi precedida de um pré-teste do questionário realizado na própria área de estudo, no mês de julho de 2007. Feitas as alterações indicadas pelas análises dos resultados do pré-teste, realizou-se a aplicação dos questionários, subsidiada pelos mapas dos setores censitários do distrito e pelos croquis da área rural elaborados pela equipe da pesquisa e cedidos pelo IBGE para as áreas urbanas. A seleção da amostra dos domicílios a serem investigados foi realizada de forma aleatória sequencial. O primeiro domicílio do lado esquerdo de cada quadra listada era escolhido para a aplicação do primeiro questionário e, a partir dele, a cada cinco domicílios, aplicava-se mais um questionário. Caso o domicílio indicado por este procedimento estivesse fechado, o questionário era aplicado no domicílio seguinte, o que garantiu a construção de uma amostra de aproximadamente 20% dos domicílios existentes no conjunto do distrito, distribuídos proporcionalmente pelas localidades.

A listagem realizada pela pesquisa encontrou um número de domicílios próximo ao registrado pela Contagem da População de 2007 (IBGE). No total foram investigados 757 domicílios (22,69%), com a coleta de informações sobre 2.542 pessoas residentes nestes domicílios[13]. O Quadro 1 apresenta a relação das localidades, com os respectivos domicílios listados e entrevistados.

[13] As informações sobre os residentes no domicílio podiam ser prestadas por terceiros, com exceção do módulo correspondente à percepção sobre o turismo e a realidade local.

Localidades	Domicílios listados (Situação: ocupados)	Questionários aplicados	%
Açu da Torre	408	72	17,65
Açuzinho	335	87	25,97
Areal	101	29	28,71
Barreiro	36	8	22,22
Barro Branco	205	42	20,49
Campinas	220	44	20,00
Curralinho	118	26	22,03
Diogo	161	27	16,77
Estiva do Chão	8	2	25,00
Imbassaí	467	80	17,13
Malhadas	276	70	25,36
Olhos D'Água	74	15	20,27
Pau Grande	98	21	21,43
Praia do Forte	502	117	23,31
Santo Antônio	58	10	17,24
Sapiranga	39	9	23,08
Sucuriú	66	16	24,24
Vila de Sauípe	385	82	21,30
Total	3.337	757	22,69

Quadro 1
Domicílios ocupados listados e questionários aplicados por localidade – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Os questionários respondidos passaram por uma crítica prévia, ainda durante o trabalho de coleta dos dados, para averiguar a consistência das respostas, o que possibilitou corrigir pequenos erros de preenchimento, sendo algumas vezes necessário retornar à residência entrevistada. Após a conclusão do trabalho, as informações coletadas foram armazenadas e tratadas no programa SPSS. Essa fase foi sucedida do trabalho de crítica das informações digitalizadas com a realização de novos testes de consistência para dirimir possíveis erros oriundos dos processos de montagem do banco de dados e/ou de digitalização dos resultados dos questionários.

Os resultados dos questionários foram analisados pelo conjunto da equipe, servindo de subsídios para a construção de alguns dos textos da publicação. Optou-se por não expandir os resultados encontrados na amostra, trabalhando com o número de domicílios investigados. No entanto, dado o tamanho da amostra (20% do total) e os cuidados metodológicos adotados na seleção dos domicílios, que garantiram a construção de uma amostra aleatória e proporcionalmente distribuída, pode-se supor com elevado nível de confiabilidade que os resultados encontrados representam o conjunto dos domicílios do distrito de Açu da Torre.

A realização dessa etapa envolveu uma equipe de 12 pessoas: um coordenador geral, três supervisores de campo e oito entrevistadores. O conjunto do trabalho contou com a participação

de um número maior de técnicos, pesquisadores e estagiários da SEI, totalizando uma equipe multidisciplinar composta por: três sociólogas, quatro economistas, um administrador, três estagiários (dois de sociologia e um de estatística). Pesquisadores de instituições universitárias e governamentais com experiência na área e na temática do estudo também se engajaram na pesquisa, elaborando textos específicos, alguns dos quais subsidiados pelos dados primários levantados pela pesquisa. Cada pesquisador se responsabilizou por um objetivo específico da pesquisa, ligado diretamente a sua especificidade técnica e acadêmica, discutido conjuntamente pela equipe da pesquisa. Embora seja fruto de um trabalho coletivo de pesquisa, a responsabilidade por cada texto que compõe a publicação é do autor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis André de A. Considerações econômicas a respeito da atividade turística no Brasil. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 165-181. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Características da ocupação dos residentes no distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 269-294. (Série estudos e pesquisas, 82).

ARAÚJO, Mayara M. S. Litoral Norte: breve histórico e caracterização da região. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 97-118 (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Distrito de Açu da Torre: caracterização dos domicílios. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 311-335. (Série estudos e pesquisas, 82).

BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2003.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Conselho Estadual de Meio Ambiente Parecer do Grupo de Trabalho GT – ZPV - Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia. Salvador: SEMARH, 2007. Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas (CTBIO).

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. de 2003.

GÓIS, Zélia. Planejamento governamental do turismo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 75-94. (Série estudos e pesquisas, 82).

GOMES, Lirandina. Em busca do paraíso... A (eco)lógica, a gestão do território e o turismo na Praia do Forte-Bahia. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 1998.

_____. Turismo e a internacionalização do Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 57-74. (Série estudos e pesquisas, 82).

LIMONAD, Ester. Yes, nós temos bananas! Praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. *Anais*... Belém: ANPUR, 2007, p. 1-20.

LOIOLA, Elizabeth et al. Estudo exploratório sobre o turismo em Praia do Forte e seu entorno. In: CONGRESO AECIT*:* Cambios tecnológicos em turismo. Producción, comercialización, innovación y território, 13., 2008.

MAIA, Margareth P.; SANTOS, Sidnei S. Conservação e uso sustentável da biodiversidade no Litoral Norte da Bahia- importância, ameaças e estratégias de conservação. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 119-136. (Série estudos e pesquisas, 82).

MURICY, Ivana Tavares.; SANTOS, Cândida Ribeiro. O turismo e as transformações socioculturais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 225-250. (Série estudos e pesquisas, 82).

MURICY, Ivana Tavares. Potencialidades e limites do turismo para o desenvolvimento das sociedades. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 29-55. (Série estudos e pesquisas, 82).

PINHO, Simone A. de. Perfil educacional da população do distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 295-310. (Série estudos e pesquisas, 82).

SACRAMENTO, Michele Souto de Souza do, SANTOS, Noeme Silvia Oliveira. Breve avaliação dos serviços de infraestrutura nos municípios da APA Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento no Litoral Norte (Ba)*. Salvador: SEI, 2009, p. 199-222. (Série estudos e pesquisas n. 82).

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. Litoral Norte: reflorestamento e reestruturação. *Bahia Análise & Dados*-Agricultura, Salvador: CEI, v.2, n.1, p. 65-71, jun. 1992.

SANTANA, Mercejane W. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente?. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 137-163. (Série estudos e pesquisas, 82).

SOUZA, Cristiane S.; PARAGUASSU, Lidice A. A. Entre os de dentro e os de fora, um empreendimento turístico: formas de organização e participação sociais no Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 251-267. (Série estudos e pesquisas, 82).

VIEIRA, Luiz M. R.; CONCEIÇÃO, Rosangela F. Diagnóstico econômico dos municípios da APA Litoral Norte. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 183-198. (Série estudos e pesquisas, 82).

POTENCIALIDADES E LIMITES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES

*Ivana Tavares Muricy**

O turismo é comumente percebido como uma alternativa para o desenvolvimento das sociedades, em particular daquelas situadas nos chamados países periféricos. Discursos e plataformas políticas costumam estabelecer uma relação de causalidade entre esses dois fenômenos sociais, como se as atividades turísticas necessariamente conduzissem ao desenvolvimento das sociedades. Assim, o turismo é apresentado como solução para as diversas mazelas sociais, em especial aquelas relacionadas a escassas possibilidades de emprego e tudo que dele decorre, como a garantia de direitos sociais fundamentais, o acesso a bens e serviços e a melhoria das condições de vida. Esses discursos ganharam ampla credibilidade junto à opinião pública, o que tem feito com que moradores dos mais diversos cantos do planeta anseiem pela inserção de suas cidades ou localidades nos circuitos turísticos.

Para além das ambiguidades inerentes aos discursos políticos, muitas vezes embasados em argumentos ideológicos que tentam a todo custo convencer a população da eficácia de suas propostas, questões teórico-metodológicas dificultam uma avaliação crítica das potencialidades do turismo como agente transformador das sociedades, capaz de contribuir para o tão almejado e propagado desenvolvimento. As dificuldades se iniciam com a polissemia dos dois termos que envolvem esta equação e se estendem à complexidade dos fenômenos sociais que dão significado às práticas turísticas e à concepção de desenvolvimento, bem como às fragilidades dos mecanismos de mensuração desses fenômenos. Tais fatores são agravados em função do conteúdo mítico que as noções de desenvolvimento e de turismo acabaram por assumir no mundo contemporâneo.

No senso comum, a ideia de desenvolvimento parece evidente por si mesma, é uma dessas noções que assumimos como verdadeira em razão do seu uso generalizado e do seu significado aparentemente claro. No entanto, quando se analisa a produção intelectual sobre o termo, percebe-se que este vem adquirindo novos significados ao longo do tempo e que seu uso se caracteriza por forte ambiguidade. Acompanhar sua trajetória significa percorrer a história do pensamento ocidental, desde a formação da ideia de progresso na antiguidade até a consolidação e crise do discurso da modernidade, que tem a noção de desenvolvimento como um de seus principais pilares. Com a crise econômica e social vivenciada pelo mundo capitalista, a partir da segunda metade do século XX, esta noção é colocada em xeque, o que

* Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenadora de Pesquisas Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Copesp/SEI).ivanamuricy@sei.ba.gov.br

leva a novas reformulações com a incorporação do paradigma da sustentabilidade. A expressão passa, então, a vir sempre acompanhada de um adjetivo – humano, sustentável, sustentado, includente, local, alternativo, endógeno, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento etc. –, como se quisesse compensar sua falta de precisão conceitual.

Saudado como uma nova panaceia para os males da humanidade, o desenvolvimento sustentável é apresentado inicialmente como uma proposta que pretende conjugar eficiência econômica com equidade social e preservação ambiental. Posteriormente, novas dimensões são enfatizadas, como a cultural, a territorial e a política, sem que exista um consenso entre os estudiosos da temática. No entanto, a defasagem entre as promessas subjacentes ao discurso do desenvolvimento e a realidade dos países no mundo contemporâneo faz com que este já não possua a mesma força e vozes dissonantes ressaltem seu caráter utópico e questionem a pertinência da utilização do conceito.

O turismo, por sua vez, se constitui num dos principais fenômenos sociais da contemporaneidade. Suas raízes remetem às civilizações da Antiguidade, nas quais os homens costumavam realizar deslocamentos em busca de aventura, conhecimento, lazer ou alguma outra forma de realização pessoal. No entanto, é somente em meados do século XIX que o turismo se organiza nos moldes modernos, com a articulação de uma ampla rede de serviços direcionada ao atendimento das demandas e expectativas daqueles que se encontram fora de seus locais de residência. No século seguinte, a atividade experimenta um forte incremento em virtude das transformações ocorridas nas sociedades capitalistas, sobretudo aquelas relacionadas às regulamentações dos direitos trabalhistas e às melhorias nos sistemas de comunicação e transportes.

Aos poucos, o turismo foi se transformando numa necessidade do homem moderno e se revestindo de um caráter mítico. As viagens de férias passaram a ser percebidas como momentos mágicos, nos quais se projeta a realização de fantasias e desejos, muitos dos quais incutidos pela própria indústria turística. Nelas, os homens realizam verdadeiras catarses e se recompõem do *stress* gerado nos ambientes de trabalho e moradia. Por outro lado, a transformação de localidades em destinos turísticos traz a promessa de concretização de sonhos coletivos articulados em torno da noção de desenvolvimento, em suas diversas acepções.

O caráter multifacetado do turismo dá margens à elaboração de muitas definições, as quais – a depender da área do conhecimento de seu formulador – enfatizam dimensões sociológicas, econômicas, antropológicas, geográficas, ou mesmo os aspectos técnicos e operacionais relacionados aos deslocamentos com finalidades turísticas. Como atividade econômica, a estreita relação do turismo com outros setores da economia dificulta sua mensuração, o que faz com que existam estatísticas das mais variadas sobre o desempenho do setor.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, destacando as potencialidades e limites da atividade nos processos de transformação social. O fio condutor da narrativa busca desvendar os mitos articulados tanto à noção de desenvolvimento como à de turismo. O texto encontra-se es-

truturado em eixos temáticos distribuídos em cinco tópicos, além desta introdução. Nos dois primeiros, realiza-se uma revisão do conceito de desenvolvimento, desde a formação da noção de progresso na antiguidade até a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável. O terceiro tópico é dedicado ao debate entre desenvolvimento e dinâmica demográfica, mediante a análise dos argumentos, construídos ao longo de cerca de três séculos, que atribuem ao crescimento demográfico parte da responsabilidade sobre a degradação ambiental.

Posteriormente, apresenta-se uma discussão sobre os significados e o papel desempenhado pelo turismo na contemporaneidade, para, em seguida, realizar uma análise sobre as interconexões entre turismo e desenvolvimento, com base nos discursos construídos em diferentes conjunturas acerca das potencialidades da atividade turística como agente de desenvolvimento e nas realidades percebidas nos países que têm o turismo como uma de suas principais atividades econômicas. Nas considerações finais, são elencadas, de maneira sucinta, as principais conclusões e as recomendações necessárias para que o turismo possa de fato contribuir para a formação de sociedades mais justas.

A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA HISTÓRIA OCIDENTAL

Nenhuma ideia parece ter sido tão importante na civilização ocidental quanto a de progresso, escreveu Nisbet (1980 apud STOMPKA, 1998). Com efeito, esta ideia povoa o imaginário ocidental há cerca de três mil anos, com constantes reformulações, até atingir o complexo significado contemporâneo condensado na noção de desenvolvimento. Stompka (1998) situa suas primeiras raízes na Grécia antiga. A tradição religiosa judaica corresponde à segunda origem apontada pelo autor para o conceito. Nela a história é compreendida como resultado da vontade ou providência divina, sendo, portanto, "predeterminada, irreversível e necessária". Essas duas matrizes, grega e judaica, se reúnem na tradição judaico-cristã, que irá influenciar a cultura ocidental por muitos séculos[1]. Na Idade Média a noção de progresso ganha novos aportes, com a aplicação do conceito ao domínio das ideias, o que resulta na concepção de que o conhecimento humano cresce de modo cumulativo, enriquecendo-se e aperfeiçoando-se pouco a pouco. Nesta época também surgem as primeiras utopias, que se reportam a sociedades perfeitas que seriam alcançadas no futuro, cristalizando a imagem idealizada do paraíso terrestre. Outro importante aporte para a noção de progresso vem da época das grandes navegações, com a descoberta de novas terras, quando as diferenças culturais são apontadas como resultantes de diferentes estágios de desenvolvimento ou progresso atingidos pelas sociedades.

Mas é nos primórdios do capitalismo, mais especificamente nos ideais iluministas, trazidos pela Revolução Francesa de 1789, que vamos encontrar as principais matrizes da noção contemporânea de desenvolvimento. Diversos pensadores, como Jacques Bousset (1627-1704), Condorcet (1743-1794) e Immanuel Kant (1724-1804), contribuíram com novas abordagens

[1] Segundo Lasch (1991, p. 40, apud STOMPKA 1998, 15): "A ideia de progresso, de acordo com a interpretação amplamente aceita, representa a versão secularizada da crença cristã na divina providência".

e aportes teóricos para que a noção de progresso se tornasse universalmente aceita tanto na filosofia, como na literatura, na arte e na ciência. Esta noção passa a impregnar o senso comum no século XIX, razão pela qual este período é considerado por uns como a *Era do Progresso* e por outros como o "triunfo da ideia de progresso" (NISBET, 1980, apud STOMPKA, 1998). Respaldada no racionalismo e imbuída de uma perspectiva etnocêntrica, a crença no progresso vai, aos poucos, consolidando a visão de um caminho único e natural a ser seguido pelas sociedades que levaria ao bem-estar da humanidade[2]. A evolução do saber e da técnica desempenha um papel central nesta promessa de emancipação humana, em torno da qual se articula o discurso da modernidade que se torna hegemônico no pensamento ocidental.

A extraordinária ampliação da capacidade de produção ocorrida no capitalismo fornece respaldo para legitimar esse discurso, juntamente com os demais ideais, valores e estilo de vida característicos desta nova forma de organização social – apresentada pelos seus defensores como socialmente justa e capaz de eliminar a pobreza nas sociedades. De fato, nunca se produziu tanto na história da humanidade, no entanto, a riqueza nunca foi tão concentrada, o que implicou uma elevação da miséria a patamares também inéditos. O processo de industrialização e de urbanização, característicos dessa nova forma de organização social, veio acompanhado do entusiasmo decorrente da ampliação da capacidade de produção das sociedades.

Ainda no século XVIII, surgem as primeiras teorias que buscam explicar a persistência da pobreza em função do porte demográfico das sociedades. Entre essas, se destaca a obra de Malthus, *Ensaio Sobre a População: Como Afeta o Futuro Progresso da Humanidade* (1798), que estabelece uma conexão entre o "crescimento populacional descontrolado e suas nefastas consequências socioeconômicas". Nela o autor prevê uma catástrofe social generalizada decorrente das crescentes demandas advindas do crescimento da população mundial, pois, segundo seus estudos, a expansão demográfica se realiza num ritmo de progressão geométrica, enquanto a capacidade de produção de alimentos cresce somente numa escala aritmética. Como solução Mathus propõe a abstinência sexual por parte dos integrantes das classes menos favorecidas e a redução dos programas assistencialistas governamentais e privados (MELLO; HOGAN, 2006, p. 2). Essa teoria, que tenta se travestir de científica, ganha legitimidade nos dois séculos seguintes e serve de inspiração para uma série de postulados que transferem a responsabilidade da pobreza para os sujeitos sociais, ao tempo em que minimiza, ou mesmo neutraliza, aspectos estruturais decorrentes dos padrões de organização social.

O debate sobre a pobreza é retomado no período posterior à Segunda Guerra Mundial, conhecido como os "anos dourados do capitalismo", que se caracteriza pela ampliação do consumo e pelo processo de independência de antigas colônias, entre outros fatores. A existência de uma minoria de países ricos em contraposição a uma maioria de países imersos na pobreza passa a ser percebida como uma nova ameaça à paz entre os povos. É neste contexto que a expressão desenvolvimento adquire seu sentido atual e se generaliza "como uma meta a ser

[2] Cf. destaca Baptista (2007), a consolidação desta visão implica na predominância de uma nova forma de concepção de tempo, que passa a ser pensado como cumulativo e linear, se distanciando da noção cíclica predominante nas formas tradicionais de pensamento e religiosidade.

conscientemente perseguida, pela comunidade internacional, com o objetivo de uma melhor alocação dos recursos" (DIAS, 2003a, p. 67).

O abismo entre os países ricos e pobres é, então, interpretado como decorrente do estado de desenvolvimento das sociedades, o que fornece subsídios para a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Categorias estas que surgem, em seu sentido atual, com o discurso de posse do presidente norte-americano Harry Trumam, em 1949, ao anunciar um plano de ajuda (o Programa Ponto Quatro) para "que todos os povos caminhassem para a prosperidade". Este episódio é paradigmático da posição que os EUA pretendem assumir na conjuntura do pós-guerra, como destaca (LISBOA, 1996, p. 14): "O conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca da missão civilizadora do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo (impulsionada pela revolução chinesa e ascensão do bloco comunista)".

A utilização dessas categorias dicotômicas para classificar pessoas, povos e países evidencia a continuidade da visão etnocêntrica presente nas formulações sobre o progresso, na medida em que as sociedades continuam a ser julgadas com base no padrão cultural de uma única sociedade, no caso a capitalista. Aquelas sociedades que conseguiram ser mais bem sucedidas no processo de acumulação de capital, segundo tais parâmetros, são tomadas como mais desenvolvidas e devem servir de modelos para as que se encontram em estágios mais atrasados, consideradas subdesenvolvidas. Segundo Dias (2003a, p. 54), a percepção do componente etnocêntrico dessa visão fez com que a denominação de subdesenvolvido fosse, aos poucos, substituída pela expressão "em desenvolvimento", o que não altera o seu significado. De fato, um dos principais problemas dessa concepção é o pressuposto de que todas as sociedades devem seguir o mesmo caminho, como se partilhassem de formas de percepção do mundo e de organização social idênticas, com a padronização de anseios e expectativas coletivas.

Segundo a concepção que se tornou hegemônica, o desenvolvimento das sociedades deve ser alcançado com o processo de industrialização, nos moldes vivenciados pelos chamados países desenvolvidos. Em todo o mundo ocidental uma série de teorias é formulada na tentativa de encontrar soluções para a pobreza das sociedades. A valorização da dimensão econômica da realidade social subjacente à maioria das formulações sobre desenvolvimento constitui em outro ponto nefrálgico da discussão, que ganha contornos cada vez mais ideológicos. Esta concepção enviesada do fenômeno contribuiu para que ele fosse equivocadamente apreendido, sobretudo no senso comum, com reverberações nos meios de comunicação de massa, como sinônimo de crescimento econômico. Trata-se de fenômenos interrelacionados, mas com amplitude de alcance bastante diferenciada. O crescimento econômico pressupõe um aumento da eficiência do sistema produtivo, que pode ser medido a partir de indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB). Já o conceito de desenvolvimento é bem mais complexo e permeado por subjetividades e ambiguidades inerentes aos padrões culturais que definem o que é socialmente almejado por cada sociedade.

Celso Furtado (1974, p. 17) identifica pelo menos três dimensões para o conceito de desenvolvimento: "a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos". O autor destaca a ambiguidade e subjetividade do conceito, sobretudo em função das duas últimas dimensões. A definição das necessidades elementares da população é marcada pela arbitrariedade das escolhas que permeiam os padrões culturais em cada sociedade e as diferentes categorias sociais que a compõem. A terceira dimensão aponta para o caráter ideológico da formulação e implantação das políticas de desenvolvimento, cuja concepção não é alheia à estrutura das sociedades. Buscando contornar a subjetividade da noção, Furtado propõe que a análise do desenvolvimento das sociedades leve em consideração apenas as necessidades básicas do indivíduo relacionadas às condições de educação, saúde e habitabilidade.

Assim, pode-se definir o desenvolvimento como um processo que implica em alterações qualitativas na estrutura socioeconômica, com a maior eficácia do sistema produtivo e a elevação das condições de vida dos cidadãos, possibilitada, entre outros fatores, pela melhoria da distribuição de renda, das condições sanitárias gerais, do nível educacional, do sistema de saúde, do abastecimento alimentar, da distribuição espacial e da estrutura de produção. Nesta perspectiva, pode ocorrer crescimento econômico sem desenvolvimento, mas este pressupõe a existência daquele. Ou seja, o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para que uma determinada sociedade alcance o desenvolvimento. As experiências concretas no mundo contemporâneo mostram que na maioria das vezes ocorre o crescimento sem que este conduza ao desenvolvimento das sociedades.

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE

A experiência histórica do capitalismo mostrou sinais de declínio, a partir da década de 1960, com o início de uma crise de reprodução que se estende até os dias atuais e se manifesta, entre outros fatores, na dificuldade de inserção dos indivíduos no mundo do trabalho e na perspectiva de esgotamento dos recursos naturais. Kraychete (2008, p. 1138) mostra que, em 1960, nos países desenvolvidos as tendências declinantes de alguns indicadores que medem o desempenho da economia – a exemplo do produto interno bruto, dos investimentos realizados, do índice de ocupação, da capacidade produtiva instalada e da ocupação da mão de obra – já apontavam para proximidade do fim dos "anos dourados do capitalismo".

A crise instaurada leva ao questionamento do próprio sistema capitalista e dos pilares que lhes dão sustentação, em particular o modelo de desenvolvimento perseguido pelos países, baseado na industrialização, no consumo de massa e na utilização intensiva dos recursos naturais. Neste contexto, as demandas e as críticas formuladas pelo movimento ambientalista, ao questionar a degradação ambiental decorrente dos modelos econômicos de desenvolvimento adotados, levantam novas questões acerca do desenvolvimento das sociedades contemporâneas (DIAS, 2003a). Aos poucos o paradigma da sustentabilidade, defendido por esses segmentos, ganha

legitimidade não apenas no cenário político como nos meios de comunicação de massa e no mundo acadêmico, e se impõe como uma instância inquestionável da problemática do desenvolvimento. Assim, a preservação ambiental, compreendida em suas vertentes natural e sociocultural, se incorpora a outras perspectivas sociais e econômicas já presentes no debate acerca do desenvolvimento.

As discussões sobre preservação ambiental extrapolam as esferas regionais e nacionais e ganham contornos transnacionais, transformando o meio ambiente numa nova e importante questão política mundial (MARTINS, 2004). O deslocamento da escala regional para a global faz com que a temática ambiental assuma uma posição de destaque nas conferências internacionais, que começam a ser organizadas pelos integrantes das Nações Unidas, na década de 1970, e que se tornam cada vez mais importantes nas definições das políticas adotadas por cada Estado-nação. Esses ambientes são palcos privilegiados não só para a definição dos rumos das políticas públicas, ou seja, para nortear as ações práticas, mas também para a busca de legitimidade dos arcabouços teóricos que vão sendo elaborados na tentativa de garantir os interesses e anseios das diferentes categorias e grupos sociais em confronto nessas arenas.

Expressões como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento ganham visibilidade nesses fóruns de discussões como reflexo da agenda e dos discursos de ambientalistas, de segmentos dos movimentos sociais, bem como de parte da academia e de alguns setores do Estado, empenhados na busca de um modelo de gestão territorial mais inclusivo e participativo, com diretrizes conceituais e práticas que reflitam os interesses de categorias sociais historicamente excluídas dos processos decisórios nacionais e globais[3]. Aos poucos, essas expressões vão sendo incorporadas às acepções do mundo contemporâneo e passam, inclusive, a ser adotadas pelas elites e pelos organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial (BIRD) – que condicionam a liberação de recursos à efetivação dos princípios que embasam essas noções.

A *Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente* realizada em Estocolmo, em 5 de julho de 1972, foi a primeira dessas reuniões internacionais organizadas especificamente para discutir o meio ambiente. Entre os seus principais resultados destacam-se a Declaração sobre o Ambiente Humano, o Plano de Ação Mundial e a criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA). A conferência é considerada como o primeiro passo para o que mais tarde viria a se constituir no conceito de desenvolvimento sustentável, que vai se tornar hegemônico nos debates travados sobre as perspectivas de desenvolvimento. Na ocasião, Maurice Stromg, presidente da Conferência, lança o conceito de ecodesenvolvimento, cujas bases foram formuladas por um grupo de pesquisadores, entre os quais se destaca Ignacy Sachs. O conceito se baseia na integração de seis princípios básicos:

[3] Embora sejam amplamente utilizadas, essas categorias carecem de precisão conceitual. Muitas vezes figuram como sinônimas, outras vezes são apresentadas como variações de um mesmo fenômeno e, por vezes, suas diferenças conceituais são enfatizadas na tentativa demarcar propostas e visões de mundo diferenciadas, como se verá mais adiante.

> a) satisfação das necessidades básicas; b) solidariedade com as gerações futuras; c) participação da população envolvida; d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação (BRUSEK, 1998, p. 31 apud MARTINS, 2004, p. 6).

Esse conceito referia-se basicamente às regiões subdesenvolvidas, definindo um modelo de desenvolvimento baseado na utilização dos recursos locais. Segundo Romeiro (apud MELLO; HOGAN, 2006, p. 6), sua formulação

> [...] foi uma resposta à polarização, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma, que opunha partidários de duas visões opostas sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente. De um lado, aqueles genericamente classificados de possibilistas culturais (ou "tecnocêntricos" radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, sendo o processo de crescimento econômico uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quão irrelevante diante dos benefícios obtidos. Do outro lado, os chamados deterministas geográficos (ou "ecocêntricos" radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao desenvolvimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe, mantidas as taxas observadas de expansão da extração de recursos naturais (esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio (poluição).

A expressão foi ampliada para as áreas urbanas e, segundo Sachs, "foi mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como desenvolvimento sustentável" (SACHS, 2004). Este novo conceito é sistematizado no documento *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987, como resultado de diversas conferências realizadas para discutir as propostas alternativas de desenvolvimento. O documento serviu de referência para os debates da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – também conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio, Eco'92, ou simplesmente Rio-92 –, que vai popularizar, de uma vez por todas, esta noção. A definição apresentada é bastante abrangente: "aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas" (CMMAD, 1998 apud MELLO; HOGAN, 2006, p. 5).

Como previa o próprio relatório, a abrangência do conceito resultou em diversas interpretações, que variam desde as que ressaltam a dimensão ética até aquelas que enfatizam seu caráter pragmático (DIAS, 2003a). O componente ético do conceito se evidencia no apelo à solidariedade sincrônica (com a geração atual) e à diacrônica (com as gerações futuras), numa tentativa de restabelecer a associação entre economia e ética, presente no pensamento grego (SACHS, 2004). Nesta perspectiva, muitos saúdam o desenvolvimento sustentável como a nova ética capaz de trazer a felicidade e o bem-estar para o conjunto da população mundial. Às proposições iniciais, que defendiam o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social, foram acrescentadas outras dimensões da sustentabilidade – tais como social, cultural, ambiental, territorial, econômica e política – sem

que exista um consenso nas definições e, sobretudo, na aplicabilidade do conceito. A proposta defendida por Sachs, uma das principais referências nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, se baseia em cinco pilares:

> a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
>
> b) Ambiental, com as duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como "recipientes" para a disposição de resíduos);
>
> c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
>
> d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
>
> e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004, p. 15-16).

No outro extremo estão as propostas que podem ser consideradas de mercado, pois se encontram integradas à manutenção do atual padrão de acumulação, mediante a busca de uma maior eficiência e de uma redução das eventuais perdas do capital natural (DIAS, 2003b, p. 77). Partindo do princípio de que "não é plausível que todos os recursos naturais devem ser preservados", os que defendem estas propostas se preocupam em contabilizar as ações ambientais. É o caso de algumas agências de financiamento internacionais, como o Banco Mundial, que afirma em um de seus documentos:

> A sociedade deve optar por acumular capital humano (mediante educação e progresso tecnológico) e o capital físico produzido pelo homem, em troca, por exemplo, da exploração de reservas minerais ou da substituição de uma forma de uso da terra por outra. O importante é que a produtividade global, do capital acumulado – inclusive seu impacto sobre a saúde humana e as rendas; bem como sobre o prazer estético – compense com folga qualquer perda decorrente do esgotamento do capital natural (BANCO MUNDIAL apud DIAS, 2003a, p. 77).

A falta de precisão conceitual e a abrangência das propostas subjacentes à noção de desenvolvimento sustentável embasam boa parte das críticas formuladas por seus opositores. Como destaca Lisboa (1996), o desenvolvimento sustentável parece pretender "servir a vários senhores", com uma proposta universalizante que se apresenta como uma tábua de salvação, trazendo a promessa de felicidade e bem-estar para o conjunto da população. Muitos consideram a proposta uma falácia, ou simplesmente uma utopia, uma vez que seus princípios são inviáveis, sobretudo no sistema capitalista.

A inviabilidade é apontada em função da impossibilidade de estender os padrões de consumo subjacentes ao estilo de vida dos países desenvolvidos aos demais países do mundo, em função dos limites impostos pelos recursos naturais; e sobretudo em função da contradição das propostas com a própria lógica do sistema capitalista, baseada numa correlação de for-

ças desiguais entre os países, que implica na satisfação dos interesses de uma minoria em detrimento da maioria dos países que se encontram em posições subalternas.

A dependência dos princípios éticos para a concretização do desenvolvimento sustentável e a vinculação do conceito aos interesses das elites dominantes e ao padrão cultural hegemônico nas sociedades capitalistas constituem-se em outras de suas fragilidades. Como destaca Silva (1996), a noção de desenvolvimento sustentável se baseia no pressuposto de que as pessoas estarão dispostas a abrir mão de seus desejos e anseios de consumo para preservar os recursos naturais para as gerações futuras.

Para muitos, a adoção de um modelo de desenvolvimento baseado no padrão dos países do Norte implica um aniquilamento da cultura de outros povos, o que fere o princípio da sustentabilidade cultural que prega a defesa da diversidade cultural e condena o processo de aculturação dos povos. Como solução, esses críticos propõem a adoção de um modelo endógeno, como defende o historiador africano e ativista dos direitos humanos Faso Joseph Ki-Zerbo (apud SACHS, 2004. p. 33):

> Arrastar toda a África na direção do mercado, sem preparação, significa abolir a civilização e a cultura da África. É um haraquiri programado cujo software está no computador do mercado. Nós, africanos, não conhecemos esse princípio de que"tudo está à venda" ("tout marche"). Talvez isto ocorra porque o mercado do tipo que existe na Europa desde o século XVII teve presença limitada na África.

Tendo em vista essas críticas, alguns consideram que se deve renunciar ao conceito de desenvolvimento. Nesta perspectiva, Lisboa (1996) questiona se é suficiente criticar o "o mal-desenvolvimento" e redefiní-lo, e conclui que o melhor é abandoná-lo: *"mi pueblo está cansado de desarrollo, sólo quiere vivir"* (ESTEVE apud SHIVA, 1991, p. 36). O autor atribui ao desenvolvimento a responsabilidade pela abismo entre ricos e pobres, norte e sul, que se tornou "descomunal com a nova Revolução Industrial". Postura semelhante é defendida pelos pós-modernos que propõem renunciar ao conceito "alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro de cada país e entre os países" (SACHS, 2004, p. 22.).

Apesar das inúmeras críticas, a noção de desenvolvimento continua hegemônica no pensamento ocidental. Ao que tudo indica, por ter conseguido aglutinar uma série de discursos pautados na crença nas potencialidades humanas, em sua capacidade de superação e de construção de um mundo mais justo. Como sugeriu Stompka (1998) ao analisar a persistência da noção de progresso na história ocidental:

> A explicação para tão longa trajetória está com certeza situada nas características fundamentais da condição humana: o eterno hiato entre a realidade e as aspirações, a existência e os sonhos. Essa permanente tensão entre o que as pessoas têm e o que gostariam de ter, entre o que são e o que gostariam de ser, talvez seja a chave do sucesso da espécie humana, nunca saciada, nunca satisfeita em sua busca sem fim. [...] Como afirmou Sidney Pollard, 'o mundo hoje acredita no progresso porque a única alternativa possível à crença no progresso é a total desesperança' (LASCH, 1991, p. 42).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

No bojo das discussões travadas em torno da sustentabilidade do desenvolvimento pode-se perceber a retomada das teorias malthusianas, do século XVIII, para se pensar as conexões entre meio ambiente e população. Esta perspectiva reaparece no estudo considerado precursor das discussões sobre desenvolvimento e exploração dos recursos naturais, realizado, em 1972, pelo Clube de Roma, intitulado *Limites do crescimento*. Baseado em fórmulas matemáticas, o estudo previa uma situação catastrófica para o planeta num prazo de cem anos caso fossem mantidos os níveis de exploração dos recursos naturais. Ignorando o processo de transição demográfica, que implica na configuração de padrões restritivos de reprodução demográfica, o estudo apontava o aumento da população como responsável pelo esgotamento próximo das reservas naturais e defendia o controle absoluto da natalidade. Outra solução polêmica proposta pelo estudo foi o "não crescimento econômico" ou "crescimento zero", o que condenava os países do Terceiro Mundo à pobreza eterna; como apontavam seus críticos: "sem crescimento não pode haver desenvolvimento" (MELO; HOGAN, 2006, p. 4).

As reverberações desse estudo, traduzido em dezenas de línguas e transformado num *best seller* internacional, foram percebidas na Terceira Conferência Mundial sobre População, realizada em Bucareste no ano de 1974. Nela é travado um confronto entre os países que defendiam a necessidade de se estabelecer um rígido controle sobre a reprodução humana, os chamados "controlistas", e aqueles que postulam a liberdade dos povos para decidir sobre os padrões de reprodução social, cunhados de "natalistas".

> Entre os "controlistas" situavam-se os países asiáticos e os ocidentais desenvolvidos. Dentre estes, a postura mais radical era dos Estados Unidos. Sua delegação propugnava a drástica redução das taxas de fecundidade no mundo, assinalando que "[...] a alternativa pode estabelecer a diferença entre uma vida decente ou a morte prematura para centenas de milhões na próxima geração, ou ainda mais para a geração seguinte" (ALVES, 1995, p. 5).

Essa polarização permanece em outras conferências e reuniões realizadas, nas quais se verifica um aprofundamento dos debates com a incorporação de outras variáveis que, no entanto, não gozam do mesmo prestígio junto à mídia. O poder do discurso neomalthusiano pôde ser percebido durante a ECO-92, onde o crescimento demográfico foi o tema que recebeu a maior cobertura da imprensa (MARTINE, 1993a, p. 9). Esta conferência representou um marco nas discussões sobre as questões ambientais, como destacam Mello e Hogan (2006, p. 6):

> [...] abordando, talvez pela primeira vez de uma forma tão integrada, temas como os padrões de produção e consumo, as desigualdades entre ricos e pobres e, principalmente, a necessidade urgente de investimentos significativos na redução destas diferenças como forma de combater a degradação ambiental, apontada direta e claramente como uma ameaça à sobrevivência da espécie humana.

No entanto, o confronto entre os países ricos com posturas claramente "controlistas" (liderados pelos EUA) e os países pobres que contestam estas proposições e se negam a assumir a responsabilidade pela degradação ambiental do planeta levou à elaboração de textos vagos

e genéricos (MELLO; HOGAN, 2006, p. 6). Este confronto seria em parte resolvido na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, com a mudança da postura dos EUA e novo enfoque adotado para se pensar a população, com a ênfase nos direito humanos e não mais na necessidade de intervenção dos governos para determinar os padrões reprodutivos (ALVES, 1995, p. 18).

O reconhecimento da importância dos padrões de produção e consumo vai aos poucos se impondo nas discussões ambientais, embora as proposições mais simplistas, que atribuem a responsabilidade aos padrões de reprodução demográfica, em particular das camadas mais pobres, ainda gozem de bastante prestígio, sobretudo em função do maior espaço dado pela mídia. Analisando o sucesso das explicações neomalthusianas, Martine (1993b, p. 10) destaca a aparente simplicidade e eficácia de seu raciocínio em contraposição à complexidade da questão como um dos fatores que mais contribui para a ampla aceitação de seus princípios: "Agrada a todos – ou quase todos – porque todos gostam de soluções claras, diretas, com culpados visíveis". O autor também chama atenção para os diversos interesses econômicos e políticos implicados na questão ambiental, que tornam os argumentos neomalthusianos bastante sedutores por desviar o foco dos debates para o crescimento demográfico. E atribui parte da simpatia dos ecologistas e ambientalistas pela explicação "da pressão dos números sobre recursos" ao fato de estarem acostumados a lidar com ecossistemas fechados, nos quais o crescimento exagerado de qualquer parte coloca em risco todo o sistema.

Como todo discurso ideológico, as proposições neomalthusianas são construídas por categorias universalizantes, fundamentam-se em meias verdades e operam uma inversão da realidade. É evidente que o porte e o crescimento da população afetam o equilíbrio ambiental. Também é verdade que os povos e as categorias mais pobres apresentam um ritmo de crescimento mais elevado. Fatores estes apontados por Martine (1993b, p. 11-12) ao advertir que o debate tem deixado de lado fenômenos que são essenciais para a compreensão da dinâmica demográfica e, consequentemente, da influência desta sobre os recursos naturais. Entre esses fenômenos o autor destaca a vertiginosa queda da fecundidade ocorrida, nas últimas três décadas, em quase todos os países e o fator inercial da dinâmica demográfica, "o qual impede que o declínio da fecundidade se reflita imediatamente em reduções visíveis no tamanho e ritmo de crescimento da população".

Martine também salienta uma constatação empírica sobre a dinâmica demográfica, que não costuma ser mencionada nos debates sobre população e meio ambiente: todos os países que vivenciaram um processo de modernização registraram uma redução nos níveis de fecundidade, apresentaram algum nível de desenvolvimento. Isto porque o processo comumente denominado pelos demógrafos de transição demográfica, anteriormente comentado, encontra-se relacionado a transformações decorrentes da modernização da sociedade – interpretada por muitos como um indício de desenvolvimento. O processo de modernização da sociedade implica em profundas transformações na estrutura socioeconômica e política que estimulam

a adoção de padrões de procriação mais restritos, com a redução do tamanho das proles[4]. Sobre a relação da transição demográfica com o desenvolvimento, o referido autor conclui: "Portanto, para se alcançar uma redução significativa e acelerada do crescimento populacional, é preciso haver desenvolvimento". Ou seja, não é necessário uma redução da fecundidade para deslanchar o processo de desenvolvimento – como postulam os neomalthusianos –, mas ao contrário, a queda dos níveis de fecundidade é que decorre das transformações advindas do desenvolvimento das sociedades.

Tampouco a pobreza é a principal responsável pela degradação ambiental. Os principais problemas ambientais da atualidade e do futuro próximo decorrem da afluência – ou seja, são produtos do modelo de desenvolvimento adotado pelos países ricos, como ressalta Martine e diversos outros autores. Embora não seja um consenso generalizado, Martine (1993b, p. 23) apresenta uma lista básica dos principais problemas que ameaçam a continuidade do planeta: efeito estufa, depleção da camada de ozônio, acúmulo de lixo tóxico, perda de diversidade e esgotamento de recursos não renováveis. Num patamar inferior de gravidade, periculosidade e irreversibilidade, o autor cita os problemas derivados do crescimento populacional, do uso de tecnologias inadequadas, da má-administração de recursos naturais, ou de uma combinação desses fatores.

O TURISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Nunca na história da humanidade os intercâmbios entre as sociedades foram tão intensos. A expressão "aldeia global", cunhada por McLuhan, fornece uma boa imagem para retratar esse intenso intercâmbio entre as diferentes partes do planeta. Entre os fluxos constantes de pessoas, informações e capitais, os relacionados às práticas turísticas se destacam não apenas pela dimensão e intensidade do fenômeno, mas sobretudo por funcionar como um veículo de difusão dos "modos de vida" capitalista.

As estatísticas da Organização Mundial do Turismo (OMT) apontam para a magnitude do fenômeno: entre 1950 e 2000, os deslocamentos internacionais passaram de 25 para 699 milhões por ano, o que corresponde a uma taxa de crescimento de cerca de 5% ao ano. A previsão da Organização é que em 2010 a quantidade de pessoas viajando entre os países ultrapasse 1 bilhão de pessoas e em 2020 alcance 1,5 bilhão[5]. Como esses dados se referem apenas ao turismo internacional, pode-se afirmar que a movimentação provocada pelo turismo é bastante superior (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO apud DIAS, 2003b, p. 9). O intenso fluxo de pessoas se deslocando de seus locais de moradia implica num crescimento exponencial de uma série de atividades necessárias para viabilizar essas viagens, bem como para atender as demandas dos viajantes.

---

[4] Entre os fatores que contribuem para esta mudança, destacam-se: as modificações na divisão sexual do trabalho, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o processo de urbanização e adoção de valores e estilos de vida urbanos. Ver Souza e Muricy (2001).

[5] Essas estatísticas incorporam as pessoas que se deslocam com a finalidade de fixar residência, ou seja, não se referem exclusivamente a turistas.

A cadeia de atividades se inicia com a prestação de serviços imprescindíveis para a realização dos deslocamentos, ou seja, os setores de transporte e de agenciamento. Além desses serviços, o bem-estar e a segurança daqueles que se encontram em trânsito demandam outros serviços, como os de alimentação, saúde e segurança. Chegando ao destino desejado, novas demandas são criadas pelos viajantes, o que implica na prestação de uma série de outros serviços, como hospedagem, alimentação e entretenimento. A necessidade vai variar conforme o tempo consumido nos deslocamentos, a permanência nos destinos e as expectativas dos transeuntes ou turistas.

Assim, o turismo provoca a movimentação de parcela significativa da economia. Segundo dados do Conselho Mundial de Viagens (WTTC), o setor movimenta cerca de US$ 3,4 milhões (10,9% do PIB mundial) e emprega 204 milhões de pessoas (10% da força de trabalho global), e um número incalculável de atividades correlatas (CONSELHO MUNDIAL DE VIAGENS apud DIAS 2003c, p. 9-10). No entanto, essas estatísticas são contestadas por diversos estudiosos e não existe um consenso sobre a contribuição do turismo para a economia mundial (ou de outros âmbitos socioespaciais) em razão da falta de precisão conceitual acerca do fenômeno turístico. Este vem sendo definido de diferentes formas, a depender dos propósitos do estudo e da área de conhecimento a qual esteja vinculado. Há definições que privilegiam as dimensões socioculturais do fenômeno, enquanto outras encontram-se relacionadas aos aspectos econômicos ou políticos, existindo também as que se reportam aos elementos práticos e operacionais das viagens. No entanto, predominam as abordagens econômicas do fenômeno e em praticamente todas as definições o turista é o elemento central, pois sem as pessoas dispostas a viajar o turismo simplesmente não existiria. A definição de turistas, por sua vez, também vem passando por diversas alterações.

Inicialmente, a palavra turista era utilizada exclusivamente para se referir aos que viajavam por prazer, ou para aumentar seus conhecimentos, excluindo aqueles que se deslocavam por outras motivações, como profissionais, de saúde ou religiosas. Posteriormente, passou a englobar viajantes com distintas motivações, desde que a finalidade principal da viagem não estivesse relacionada ao exercício de uma atividade remunerada no local visitado. A palavra se tornou mais popular com a publicação do romance de Stendal *Mémoires d'um Touriste*. Em 1800, aparece pela primeira vez no dicionário inglês, como a "pessoa que faz uma ou mais excursões, especialmente alguém que faz isso por recreação. Alguém que viaja por prazer ou cultura, visitando vários lugares por seus objetivos de interesse, paisagem etc.". O termo correlato em português surge apenas no início do século XX (DIAS, 2003a, p. 31).

Com o incremento da atividade, o Comitê de Especialistas em Estatística da Liga das Nações Unidas formula a primeira definição oficial, em 1937, com o objetivo de facilitar o trabalho estatístico nos diferentes países, considerando o turista como a pessoa que "visita um país que não aquele em que reside habitualmente por um período de pelo menos 24 horas". Em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) adota esta definição acrescentando uma duração máxima para a estadia de pelo menos seis meses. Esta definição é aceita por diferentes organismos internacionais, que, no entanto, estendem o prazo de permanência nos locais

visitados para um ano. Essas definições consagraram duas categorias diferentes de visitantes: os turistas, visitantes temporários que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado, e os excursionistas, visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no destino visitado e não pernoitam (DIAS, 2003a, p. 32).

Atualmente, a definição mais utilizada corresponde à formulação da Organização Mundial do Turismo (OMT), que considera o turismo "como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadia em lugares diferentes ao de sua moradia habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado". Este conceito mais amplo permite que se considere tanto os deslocamentos provisórios de pessoas entre os países, o turismo internacional, como os realizados dentro dos países, o turismo doméstico. Por outro lado, engloba as atividades realizadas pelo conjunto de visitantes, o que inclui tanto os turistas (visitantes que pernoitam) quanto os excursionistas (visitantes de um dia).

Percebe-se um avanço na conceitualização do turista, com a ampliação das motivações turísticas, a incorporação dos que viajam dentro de seu país de residência e a delimitação de um tempo mínimo e máximo de permanência nos locais visitados. No entanto, permanece a imprecisão quanto às atividades que compõem o turismo. Como nos diz Alves (2009), trata-se de uma atividade econômica que, diferente das demais, se define pela demanda e não pela oferta: são turísticos aqueles serviços prestados a turistas (IBGE, apud ALVES, 2009). Para dificultar ainda mais a mensuração do turismo, boa parte das atividades realizadas pelos turistas também são demandas pelos moradores, sendo praticamente impossível isolar a receita gerada pelos turistas[6].

Essa dificuldade de delimitação das atividades turísticas encontra-se relacionada às particularidades do turismo, cujo produto consiste em algo intangível, definido por alguns como uma ambiência, um conjunto de expectativas sobre a vivência nos locais visitados. Ou seja, o turismo não implica na comercialização de um produto específico ou na prestação de um serviço particular, mas num conjunto de atividades e serviços difusos que também são demandados por pessoas que residem nos locais visitados. Muitas dessas demandas correspondem a expectativas incutidas pela própria "indústria turística", que vende os locais turísticos como verdadeiros paraísos (MURICY, 2001b).

Com efeito, o turismo nas sociedades contemporâneas se apresenta como um contraponto à vida cotidiana, um momento mágico, no qual os homens realizam verdadeiras catarses, recompõem as energias e se recuperam do stress gerado nos ambientes de trabalho e de moradia. Não importa o esforço empreendido nos deslocamentos, que muitas vezes consomem longas horas de viagens, em veículos desconfortáveis e péssimas condições de acesso; tampouco importa que as atividades e vivências nos locais de destino imprimam ritmos e rotinas próximos àqueles experimentados no cotidiano; tais momentos são sempre pensa-

[6] Sobre os aspectos econômicos do turismo, ver Alves (2009) nesta publicação.

dos como compensações "ao fardo do dia a dia". Esses aspectos levaram a que determinados autores, a exemplo de Krippendorf (1989), identificassem o turismo como uma fuga do cotidiano e localizassem sua motivação na insatisfação quanto ao modo de vida das sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva, Muricy (2001a) destaca os aspectos míticos presentes nas práticas turísticas, pois "enquanto subsistir o desejo do homem de transcender o seu próprio tempo, pessoal e histórico, e de mergulhar num tempo "desconhecido", podemos dizer que ele ainda conserva resíduos de um "comportamento mitológico". A autora conclui que o turismo se apresenta no mundo contemporâneo como uma possibilidade para a realização de sonhos, fantasias e desejos, muitos dos quais incutidos pela própria indústria turística, que vincula os destinos turísticos a promessas de prazer, felicidade e realização plena.

O papel desempenhado pelo turismo na contemporaneidade encontra-se relacionado às transformações ocorridas nas sociedades capitalistas, que possibilitaram a generalização das viagens e sua transformação numa necessidade do homem moderno. Jonh Urry (1996, p. 47 apud MURICY, 2001b) destaca que, após a Segunda Guerra Mundial, as férias se tornaram uma "marca de cidadania", pois os trabalhadores conquistam o "direito ao prazer", e tais momentos passam a ser encarados como base da "renovação pessoal", como nos diz Krippendorf (1989, 17 apud MURICY, 2001a). O significado do turismo para as sociedades contemporâneas, bem como a magnitude e a organização da atividade são os principais aspectos que diferenciam o turismo na atualidade para o realizado em outros períodos históricos. Nesta perspectiva, Ruschmann (2002, p. 73) destaca que o turismo não é um fenômeno recente:

> [...] a novidade reside na extensão, na multiplicidade de viagens e no lugar que ocupa na vida das pessoas. Atualmente, não é mais uma expressão de necessidades individuais, e sim daquelas coletivas, nascidas dos novos modos de vida da nossa sociedade tecniciosta e urbana. Tampouco é um movimento exclusivo das classes privilegiadas, como predominou nas décadas passadas. Trata-se de um movimento 'sem classes', que, graças à política dos 'pacotes turísticos', proporciona a possibilidade de viajar a quase todas as pessoas dos países industrializados, tornando-se, cada vez mais, uma reivindicação e um direito do homem civilizado.

O turismo começou a se organizar nos moldes modernos, em meados do século XIX, com as viagens empreendidas por Thomas Coock e, posteriormente, com o surgimento de grupos que passaram a se dedicar à organização das viagens com fins lucrativos. Mas é somente em meados do século XX que o turismo assume suas feições atuais e se transforma num fenômeno de massa, impulsionado por fatores como: as melhorias nos sistemas de comunicação e transporte, as regulamentações dos direitos trabalhistas, o aumento da renda, a liberação das formalidades aduaneiras, o processo de urbanização, além dos aspectos psicológicos e da profissionalização das empresas prestadoras de serviços, comentados anteriormente.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A estreita relação do turismo com outros setores da economia é um dos seus aspectos mais positivos por possibilitar o dinamismo econômico das sociedades nas quais se insere mediante

o aquecimento de setores, como os da construção civil, imobiliário e de entretenimentos. Essa capilaridade do turismo encontra-se na base dos discursos que atribuem à atividade um papel preponderante no desenvolvimento das sociedades, sobretudo daquelas localizadas nos países que se encontram à margem dos centros de poder do mundo capitalista, atualmente denominados de periféricos.

Esses discursos, internalizados como verdades absolutas, começaram a ser formulados na década de 1960, quando o turismo mundial verificou um expressivo incremento. Instituições e organismo multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), passaram a defender o turismo como a alternativa mais adequada para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo (expressão em voga naquele período). O potencial do turismo nestes países era apontado por essas instituições como praticamente ilimitado, uma vez que consideravam que a atividade não demandava altos investimentos em infraestrutura e que dependia basicamente de recursos naturais encontrados em abundâncias: como sol, praia e pessoas amigáveis (BRITO, 2005).

No intuito de estimular o desenvolvimento da atividade nos países do Terceiro Mundo, diversas medidas e ações foram implementadas, entre as quais se destacam: a declaração pela ONU do ano de 1967 como o Ano Internacional do Turismo; as concessões de empréstimos pelo Banco Mundial para dotação de infraestrutura, como estradas, abastecimento de água e telecomunicações, em regiões turísticas; e o apoio da UNESCO a projetos de recuperação e preservação de monumentos culturais, considerados com potenciais para atrair turistas. Contagiados pelo entusiasmo em relação às potencialidades do turismo, muitos países do Terceiro Mundo, que enfrentavam problemas no equacionamento de suas balanças de pagamento baseadas na exportação de produtos primários, contraíram empréstimos junto às agências financiadoras para implementar programas de fomento à atividade. No entanto, esses programas foram realizados sem um planejamento integrado ou qualquer estudo prévio sobre a viabilidade dos projetos, o que resultou numa série de problemas socioeconômicos e ambientais (DIAS, 2003; BRITO, 2005).

O fomento da atividade turística por parte dos organismos multilaterais representa uma mudança de paradigma, conforme destacou Brito (2005), com o abandono da perspectiva de que o desenvolvimento das sociedades "atrasadas" deveria necessariamente passar pelo incremento da atividade industrial. Passa a vigorar a ideia de que o turismo internacional possibilitaria a esses países queimar etapas no processo de desenvolvimento, o que acaba resultando na substituição "de uma ilusão por outra" – para utilizar uma expressão do autor anteriormente citado. Assim, inaugura-se uma visão excessivamente otimista sobre o turismo, que dá origem a uma série de mitos:

> Chegou-se a criar um conjunto de mitos que construíram uma ideologia triunfalista do turismo, que pode ser resumida nos seguintes pontos: o turismo é gerador de emprego e riqueza; o turismo é via de comunicação cultural; o turismo é o caminho mais positivo para conservar as belezas do mundo; o turismo é gerador de mudanças sociais positivas (ARRONES, 1992 apud DIAS, 2003a, p. 57).

Essa concepção difundida pelos agentes hegemônicos só seria questionada em meados da década de 1970, quando os desdobramentos das políticas de incentivo ao turismo nos países do Terceiro Mundo trouxeram à tona aspectos da realidade que destoavam das promessas de desenvolvimento. Estudos acadêmicos começaram a chamar atenção para o agravamento de alguns problemas socioeconômicos existentes nestes países, tais como a posição de vulnerabilidade frente aos países do Primeiro Mundo e as desigualdades sociais. O primeiro fator é apontado como uma consequência direta da dependência de turistas advindos dos países do Primeiro Mundo e da evasão de divisas resultante da necessidade de importação de produtos para atender aos padrões de consumo desses turistas. O segundo fator é considerado como resultante da exclusão de boa parte da população das novas redes de serviços implantadas e da precariedade de suas formas de inserção, mediante a baixa remuneração e a sazonalidade da atividade turística.

Nas décadas seguintes, com a expansão ainda mais significativa do turismo, intensificam-se as críticas à atividade, embora ainda predominem as visões otimistas. A concepção do turismo como uma "indústria limpa", que praticamente não provoca alterações nas sociedades nas quais se insere, vai, aos poucos, sendo substituída por outra que reconhece o poder de transformação inerente à atividade e a necessidade de constante monitoramento. A condução das políticas de fomento ao turismo por parte dos organismos multilaterais e o discurso do *trade* turístico refletem esta mudança na forma de percepção do turismo. Uma das primeiras medidas adotadas pelo Banco Mundial que aponta nesta direção foi a exigência, ainda em 1972, de que a avaliação dos impactos do turismo levassem em consideração aspectos relativos a: "vinculação entre meio ambiente e os recursos; *design* e construção do projeto; operações; fatores socioculturais; e repercussões na saúde". Entre os aspectos destacados pelo Banco já encontravam-se elencadas questões até hoje fundamentais na análise dos impactos do turismo, tais como as mudanças nas modalidades de uso da terra e da redistribuição da população, atração de contingente populacional em busca de empregos, compatibilização do *design* do projeto com as particularidades distintivas dos locais, formas de descarga dos resíduos domésticos e sistema de tratamento dos dejetos (DIAS, 2003, p. 52-53).

As declarações e documentos produzidos pelo *trade* turístico em eventos patrocinados por organizações internacionais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel & Tourism Council – WTTC*), expressam a crescente preocupação com os efeitos negativos da atividade e a necessidade de construção de um novo modelo, que incorpore as discussões articuladas em torno da noção de sustentabilidade. Entre os documentos mais importantes destacam-se: a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980), a Declaração de Direitos e Código do Turista de Sófia (1985), a Declaração de Turismo de Haya (1989), a Carta do Turismo Sustentável de Lanzarote (1995), a Agenda 21 para o setor de Viagens e Turismo (1993) e o Código Ético Mundial para o Turismo de Santiago do Chile (1999).

A declaração de Manila, de 1980, já destacava que a "satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração

essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais" (DECLARAÇÃO DE MANILLA, 1980 apud DIAS 2003a, p. 72). A Carta do Turismo Sustentável de Lanzarote (1995), considerada um marco para a definição do desenvolvimento turístico sustentável, estabelece que este "deverá ser suportável ecologicamente no longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais" (CARTA DO TURISMO SUSTENTÁVEL DE LANZAROTE, 1995 apud DIAS 2003a, p. 73).

Como não poderia deixar de ser, as fragilidades apontadas para a noção de desenvolvimento sustentável se reproduzem na noção correlata de turismo sustentável. Muitas são as definições formuladas por diferentes entidades que atuam direta ou indiretamente com o turismo e por estudiosos da temática. Há definições que restringem a noção de sustentabilidade aos aspectos ecológicos, enquanto outras incorporam distintas dimensões da realidade. Seguindo os princípios da sustentabilidade enumerados por Sachs em diversas de suas obras, Loiola e outros (2008) destacam cinco dimensões do conceito – ecológica, social, cultural, econômica e territorial –, explicitando suas particularidades:

> A sustentabilidade ecológica traduz-se em proteção/conservação da natureza e da diversidade biológica. Pressupõe o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas e ao limite de consumo dos recursos naturais. A sustentabilidade social significa a participação cidadã no processo de desenvolvimento para assegurar um padrão negociado e mais estável de crescimento, e menos desigual em termos de renda e de qualidade de vida. Já a sustentabilidade cultural pressupõe a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, valorizadoras das especificidades das culturas locais. A sustentabilidade econômica, por sua vez, significa não só a compatibilização entre crescimento e utilização sustentável dos recursos naturais, mas ainda a internalização nos locais dos vetores de crescimento econômico. Por fim a sustentabilidade espacial requer a distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos.

As dificuldades encontradas para efetivar as propostas de desenvolvimento sustentável, comentadas anteriormente, se somam às características socioeconômicas dos países periféricos e algumas especificidades do turismo nas sociedades contemporâneas, tornando ainda mais complexa a efetivação dessas propostas.

A concretização da sustentabilidade ecológica pressupõe a definição de limites para a utilização dos ecossistemas, com base na noção de capacidade de carga, muito discutida atualmente, mas sobre a qual ainda não existe um consenso quanto a sua definição, tampouco sobre as formas de mensuração. Mais difícil ainda é fazer com que estes limites sejam respeitados, o que implica, entre outros fatores, em conter a ganância daqueles que lucram com a exploração dos ecossistemas. Essa situação se torna ainda mais complexa em razão do aumento do interesse da população mundial pela natureza, que faz com que ecossistemas mais preservados sejam mais demandados como objeto de visitação turística. Como observou Dias (2003a), o maior interesse pela natureza está se convertendo na principal motivação para sua destruição. Essa situação atinge todas as áreas mais preservadas do planeta, mas nos países do Terceiro Mundo as dificuldades de conter essa ânsia da busca pela natureza é intensificada pelas dificuldades de elaboração e, sobretudo, de fazer valer as leis ambientais.

A sustentabilidade social torna-se ainda mais difícil de ser efetivada em função dos baixos salários tradicionalmente pagos pelo setor turístico[7], pelo perfil das populações nos núcleos receptores dos países do Terceiro Mundo. De uma maneira geral, a população residente se caracteriza pela baixa escolaridade e pouca tradição de participação política. A precariedade socioeconômica, caracterizada, entre outros fatores, pelas escassas possibilidades de emprego e renda, faz com que mesmo os trabalhos informais e com baixa remuneração sejam ansiosamente desejados pela população local.

A sustentabilidade cultural também é difícil de ser alcançada numa correlação de forças desiguais entre os visitantes e os moradores, na qual a cultura daqueles que vem de fora é percebida como superior à dos residentes nos núcleos turísticos. O turismo praticado em localidades dos países do Terceiro Mundo, sobretudo as que se encontravam mais isoladas dos centros dinâmicos, tem demonstrado as dificuldades encontradas pela população para a preservação da cultura local e para a formulação de políticas calcadas nos valores e princípios endógenos. O contato entre sociedades e grupos com culturas distintas costuma reforçar a dominação daqueles que se encontram numa posição hierárquica superior segundo a lógica das sociedades capitalistas.

A inserção da população local nas novas redes de atividade implantadas, uma das principais condições para se alcançar a sustentabilidade econômica, é dificultada pelo perfil da população. A maior parte dos moradores não possui capital econômico nem domina as lógicas do sistema capitalista para se inserir de maneira competitiva no mercado. Aqueles que conseguem vencer essas barreiras enfrentam a concorrência de empresários, em geral oriundos de outras localidades, que reúnem condições mais adequadas para conquistar uma melhor posição. As atuais estratégias de expansão das grandes cadeias hoteleiras para os países periféricos tornam o mercado ainda mais competitivo[8], reduzindo ainda mais as possibilidades dos moradores locais atuarem como empreendedores nas novas redes de atividades implantadas. Por outro lado, o perfil socioeconômico e cultural dos moradores tradicionais também faz com que eles raramente ocupem posições de maior remuneração e prestígio social, concentrando-se em cargos de baixa remuneração e prestígio.

O desenvolvimento da atividade turística costuma vir acompanhado da desestruturação das antigas atividades econômicas, como a agricultura familiar, a pesca, a mariscagem, o extrativismo, entre outras práticas tradicionais[9], o que também dificulta a internalização dos vetores de crescimento econômico. Estas atividades perdem boa parte de sua atratividade em função do baixo prestígio social que lhes são atribuídas, da pequena remuneração do setor, da falta de incentivos governamentais, dos desgastes físicos que envolvem e da escassez da terra resultante de processos relacionados à valorização dos terrenos e imóveis impulsionada pelo turismo.

---

[7] Ver texto de Gomes (2009) nesta publicação.

[8] Idem.

[9] Ver textos de Alves (2009) e Muricy e Santos (2009) nesta publicação.

As atividades turísticas, assim como as demais atividades econômicas, tradicionalmente se concentram no litoral. Esta tendência se consolidou com a incorporação do banho de mar aos costumes ocidentais, associado a novas concepções de saúde e a marcas de distinção social. Nos países periféricos costeiros essa tendência é ainda maior, uma vez que foi exatamente a disponibilidade de "sol e mar" que impulsionou o incremento do turismo internacional, o que acabou por intensificar a concentração demográfica e econômica nas áreas litorâneas. Atualmente, observa-se um esforço por parte de alguns governos em estimular a criação e consolidação de produtos turísticos no interior, numa tentativa de redirecionar o fluxo de visitantes que se dirigia prioritariamente para o litoral, ou mesmo de atrair outros tipos de públicos, o que pode contribuir para a sustentabilidade territorial.

No entanto, há pontos de convergências entre os princípios da sustentabilidade e as necessidades de reprodução da atividade turística que apontam para a necessidade de superação de alguns dos entraves enumerados, de forma a possibilitar a geração de condições mais favoráveis para o desenvolvimento da atividade com base nos princípios da sustentabilidade.

Como ressaltado anteriormente, o produto da indústria turística é algo intangível. Trata-se de experiências intrinsecamente relacionadas às características dos ambientes naturais e socioculturais dos locais visitados. A concretização dessas experiências depende da prestação de uma série de serviços, que também atendem a demanda dos moradores, como alimentação, transporte, entretenimento. A implantação dos empreendimentos turísticos, bem como das segundas residências, e a presença dos turistas geram novas demandas nos setores da construção civil, imobiliário, comércio de móveis e utensílios e de prestação de serviços como carpintaria, jardinagem, entre outros. A articulação entre todos esses setores com possibilidades concretas de inserção da população local permitirá a geração de um maior número de empregos e uma apropriação interna da riqueza gerada pelo incremento do turismo.

Como a lógica do turismo envolve a quebra da rotina, com a realização de experiências que estejam supostamente na ordem do extraordinário, os ambientes (em suas dimensões naturais e socioculturais) que ainda conservam suas singularidades são altamente valorizados como mercadorias no mercado turístico em meio à padronização do mundo globalizado. Esta particularidade do turismo faz com que ele possa contribuir para a conservação de singularidades naturais e culturais e favorecer a emergência de um modelo de desenvolvimento baseado nos valores e interesses dos diversos segmentos dos núcleos receptores.

O turismo praticado em áreas preservadas em diversas partes do mundo tem demonstrado que elementos da fauna e da flora são mais rentáveis se forem conservados e destinados à visitação turística do que se forem destruídos. Um exemplo paradigmático, citado por Dias (2003, p. 62), é o das baleias, que em alguns locais foram transformadas em atrativo turístico, tornando sua observação mais lucrativa do que a caça. O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) estima que cerca de 9 milhões de pessoas tenham participado, em 2000, de expedições de observação de baleias em 87 países, o que corresponde ao dobro do número de pessoas que participaram da atividade em 1994. Na Islândia, por exemplo, o número de observadores de baleias subiu de 100, em 1990, para 44 mil em 2000.

No entanto, como explicitado anteriormente, para que essa apreciação não acabe provocando a devastação dos ecossistemas são necessários investimentos em estudos e pesquisas que identifiquem até que ponto é possível sua utilização sem provocar modificações bruscas, ou mesmo irreversíveis; ou seja, é necessário a definição da capacidade de carga dos ecossistemas. O controle, o monitoramento e a fiscalização constante da atividade turística são necessários para que os limites sejam respeitados. Os moradores são importantes aliados nesse processo, podendo contribuir com a conservação e fiscalização tanto de áreas rurais como urbanas, protegidas ou não por legislações específicas.

A contribuição para a manutenção das particularidades culturais é bem mais complexa, uma vez que ao possibilitar o contato entre pessoas de diferentes culturas, o turismo necessariamente provoca alterações nos padrões culturais dos núcleos receptores. Evidentemente, as alterações, bem como os conflitos decorrentes desses contatos, serão mais intensos naquelas sociedades que se encontram mais distantes culturalmente dos padrões hegemônicos das sociedades capitalistas. As distâncias socioeconômicas entre os núcleos emissores e receptores também são determinantes para os desdobramentos desses contatos, que podem resultar no reforço à dominação cultural por parte dos países do Primeiro Mundo (principais polos emissores), numa exacerbação do etnocentrismo tanto por parte dos moradores dos núcleos receptores quanto dos emissores, ou, ao contrário, numa maior compreensão entre os povos.

Essas ambiguidades dão margem a formulações de visões extremadas sobre o turismo, que variam desde aquelas que fazem apologia à atividade, comentadas anteriormente, até as que o consideram como uma nova forma de colonização, que atualiza e ressignifica antigos laços de dominação cultural, socioeconômica e política entre as colônias de outrora e suas metrópoles.

É preciso analisar essa situação com bastante cautela, pois muitos dos efeitos atribuídos ao turismo encontram-se relacionados a processos estruturais das sociedades que adotam a atividade como um dos principais vetores de desenvolvimento. Como foi colocado anteriormente, o turismo funciona como um dos principais veículos de difusão da globalização ao conectar pessoas e sociedades dos mais distantes cantos do mundo. Essa intensificação dos contatos, com a inserção mais significativa no mundo globalizado, é responsável por parte dos efeitos atribuídos ao turismo. A posição que os países ocupam no cenário mundial e a correlação de forças internas e externas entre as diferentes categorias sociais que atuam nessas sociedades se constituem em fatores determinantes para a definição da forma como o turismo vai se desenvolver e, consequentemente, de seus efeitos.

As dificuldades de mensuração da atividade turística também contribuem para a proliferação de análises contraditórias sobre o turismo. Muitos enfatizam a contribuição do turismo para o desenvolvimento local baseados em estatísticas que apontam a atividade como a de maior crescimento no mundo contemporâneo. Outros destacam que a atividade não gera efeitos significativos na economia local, pois boa parte da receita gerada retorna para os polos emissores em função da necessidade de importação de produtos para atender aos padrões dos visitantes e pelo fato da atividade ser majoritariamente explorada por empresários estrangeiros.

Por outro lado, não se pode esquecer que o turismo é um fenômeno social complexo com elevada capacidade de interferir na sociedade, o que faz com que necessite de monitoramento constante. É necessário a formulação de políticas públicas que regulem a atividade para que ela possa gerar benefícios para o conjunto da sociedade. É necessário que o Estado atue como intermediário nos conflitos de interesses existentes entre os diversos segmentos sociais internos bem como entre estes e os agentes externos que atuam direta ou indiretamente no turismo. Dada a complexidade do turismo, seu planejamento deve estar articulado a políticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento urbano e regional, a saúde, a educação, entre outras, a fim de garantir alguns princípios básicos relacionados a melhorias qualitativas na estrutura socioeconômica das sociedades.

Assim, o planejamento é peça fundamental na definição dos desdobramentos do turismo, uma vez que a atividade tanto pode contribuir para o desenvolvimento das localidades nas quais se insere, como para acentuar as distâncias sociais e econômicas, o processo de degradação ambiental ou o acirramento de outros problemas preexistentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de desenvolvimento é permeada por uma série de ambiguidades e contradições, como se pretendeu demonstrar ao longo do texto. Em verdade, não existe um consenso quanto ao seu significado, embora todos pareçam compreendê-lo, como destacou Sachs (2004, p. 25) ao comparar o desenvolvimento ao elefante de Joan Robison: "difícil de se definir, porém fácil de se reconhecer". Ao longo da história ocidental, a noção de desenvolvimento – assim como a de progresso da qual ela deriva – tem funcionado como uma espécie de válvula de escape, que faz com que os homens minimizem sua responsabilidade pelos atuais padrões de organização social ao projetar para o futuro uma vida melhor para todos:

> No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural (SACHS, 2004 p. 13).

O turismo também se apresenta como um mito nas sociedades contemporâneas. Nele estão contidas as possibilidades de realizações pessoais e coletivas. No primeiro sentido, o homem mergulha num tempo mítico, no qual se permite vivenciar situações diferentes do cotidiano e pode vislumbrar a realização de fantasias e desejos, ainda que muitos deles tenham sido incutidos pelo próprio sistema capitalista em sua diversas facetas. Por outro lado, o turismo é reverenciado pela sua capacidade de propiciar a harmonia entre os povos, gerar riquezas e emprego, conservar as belezas naturais e as particularidades culturais, e uma série de mudanças sociais positivas. Ou seja, é considerado como a melhor alternativa para a concretização das promessas subjacentes ao discurso desenvolvimentista.

Evidentemente, essas expectativas de redenção da espécie humana só serão alcançadas (se é que algum dia serão alcançadas) mediante mudanças radicais nas formas de percepção e apreensão da realidade, que determinam os sentidos e significados de nossas práticas cotidianas. Tais mudanças implicam, necessariamente, no abandono do individualismo exacerbado e da ânsia pelo lucro e consumo – molas mestras do sistema capitalista. Não se pode esperar que o turismo, um fenômeno intrinsecamente relacionado ao sistema capitalista, seja praticado com base numa lógica contrária às que regem este sistema social.

Feitas essas ressalvas, pode-se destacar o potencial de contribuição da atividade para o processo de transformações qualitativas na estrutura socioeconômica, comumente associadas à noção de desenvolvimento, com a maior eficiência do sistema produtivo, a melhoria das condições de vida da população residente nos núcleos receptores e a conservação dos ambientes naturais e socioculturais. Se bem planejado, o turismo pode contribuir de maneira significativa para que se alcance alguns dos princípios básicos, aglutinados em torno da noção de desenvolvimento, em suas diversas acepções.

Para tanto, é necessário que o modelo seja participativo e esteja integrado ao conjunto da economia local, ao invés de enclávico e segregador, como em geral vem acontecendo nas diversas sociedades que têm o turismo como principal vetor de crescimento econômico. É imprescindível que a atividade turística esteja integrada ao conjunto da economia local, fomentando o incremento de diversos setores, como o alimentício, imobiliário, agricultura, vestuário, construção civil, educacional e de saúde. Os empreendimentos implantados devem ser estimulados a comprar no mercado local, que evidentemente precisa estar em condições de atender as novas demandas.

É importante que o incremento do turismo seja acompanhado de medidas que visem qualificar os moradores locais para que sejam protagonistas de todo o processo de transformações, e não peças descartáveis e de baixo valor na engrenagem movimentada pela indústria turística. Essa preparação implica em criar condições para que os moradores se tornem empreendedores nos mais diversos setores da economia, o que envolve a concessão de linhas de crédito e financiamento, a qualificação para o desenvolvimento da atividade empresarial e também a melhoria da escolaridade da população local. Também devem ser criados mecanismos que comprometam os empresários do setor turístico a empregar a população local, não apenas em funções de baixa remuneração e prestígio social, mas também em cargos bem remunerados e de chefia.

Dessa forma, a riqueza gerada poderá atingir os mais diferentes segmentos sociais, que, em geral, permaneciam à margem ou em posições subalternas nas redes de atividades aglutinadas em torno do turismo ou em setores complementares. A fiscalização no cumprimento da legislação trabalhista é peça fundamental para que os trabalhadores possam exercer suas funções com dignidade, como afirma Sachs (2004) ao discorrer sobre o trabalho decente como um dos elementos necessários para que o desenvolvimento possa levar à inclusão social.

A internalização dos vetores de crescimento desencadeará efeitos em cascata, proporcionando a melhoria na distribuição de renda, na estrutura de produção, no estado de conservação dos ambientes naturais e construídos, nas condições sanitárias gerais, no nível educacional, no sistema de saúde, no abastecimento alimentar e na distribuição espacial, entre outros fatores. Como foi enfatizado anteriormente, para que isso ocorra é necessário a orquestração de políticas públicas nas diversas esferas sociais, que devem definir mecanismos de fiscalização e monitoramento constantes não só do setor turístico, mas de todo os setores produtivos.

A população local é peça fundamental neste processo, não só na construção das diretrizes básicas do planejamento, mas no acompanhamento e fiscalização das ações do poder público, a fim de garantir que a riqueza gerada seja aplicada localmente em setores e ações que possibilitem a melhoria das condições de vida. A soberania da população é o elemento fundamental, pois as pessoas do local é que devem definir sobre os destinos dos seus espaços de trabalho e moradia. Os mecanismos de participação social devem ser garantidos a fim de que os interesses dos diversos segmentos sociais sejam levados em consideração nas decisões que envolvem os destinos das localidades. Essa participação deve ser ativa e não se limitar à presença de organizações da sociedade civil em fóruns, conselhos e reuniões sem caráter deliberativo, ou seja, meramente consultivo. Para tanto, faz-se necessário fomentar e estimular o protagonismo social com a formação de lideranças e o desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Com os diversos segmentos sociais desempenhando o papel de protagonistas dos processos em curso, o turismo não figurará como um elemento estranho, "um mal necessário"[10] para o desenvolvimento das localidades. Isso pode contribuir para o estabelecimento de relações harmônicas entre os diversos segmentos sociais que já residiam no local e aqueles que vieram atraídos pelo turismo, seja para se instalar de forma definitiva ou estejam apenas de passagens: os "de dentro" e os "de fora"[11], os moradores e os turistas. O sentimento de pertença dos moradores para com os espaços das localidades nas quais residem poderá ser reforçado, evitando a sensação de estranheza dos moradores revelada em diversos estudos realizados em cidades que foram totalmente remodeladas para atender as demandas das atividades turísticas (MURICY, 2001).

A criação de condições favoráveis para o estímulo, ou mesmo a manutenção dos sentimentos de pertença por parte dos moradores, poderá contribuir para uma maior preocupação com a preservação dos ambientes naturais e construídos. A percepção das potencialidades econômicas decorrentes de um ambiente preservado, comentadas anteriormente, também deverá colaborar para o maior empenho dos moradores com a sua conservação. Evidentemente que para essas preocupações se reverterem em medidas concretas deve-se contar com uma política ambiental com regras claras e capaz de coibir o descumprimento de medidas que visem garantir não apenas direitos relacionados a um ambiente mais saudável e preservado, mas também ao exercício da cidadania.

[10] Ver texto de Muricy e Santos (2009) nesta publicação.

[11] Ver Texto de Souza e Paraguassu (2009) nesta publicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. Lidgren. A Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento e o paradigma de Huntington. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 12, n. 1/2, jan./dez. 1995.

ALVES, Luís André. Considerações econômicas a respeito da atividade turística no Brasil. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 165-181. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Características da ocupação dos residentes no distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 269-294. (Série estudos e pesquisas, 82).

BAPTISTA, Rosanita. Gênese e crise dos conceitos de progresso e desenvolvimento na teoria social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007. Recife. *Anais*… Recife: UFPE, 2007.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. Salvador: EDUFBA, 2005. 418 p.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003b.

_____. *Planejamento do turismo*: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003c.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

GÓIS, Zélia. Planejamento governamental do turismo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 75-94. (Série estudos e pesquisas, 82).

GOMES, Lirandina. Turismo e internacionalização do Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia.* Salvador: SEI, 2009. p. 57-74. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. *Em busca do paraíso... A (eco)lógica, a gestão do território e o turismo na Praia do Forte-Bahia*. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Modelo de desenvolvimento de pacto social. *Bahia Análise & Dados*: Estado e políticas sociais: contribuições para o debate brasileiro, Salvador: SEI, v. 17, n. 4, p. 1135-1145, jan./mar. 2008.

LISBOA, A. M. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. *Cadernos do CEAS*, n. 161, jan./fev. 1996.

LOBATO, Ronald. Uma nova proposta de planejamento. Entrevista concedida à revista *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 156, jul./set. 2007.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento. *Bahia Análise & Dados*: cultura, turismo e entretenimento, Salvador, v. 11, n. 2, p. 56-80, set. 2001.

LOIOLA, Elizabeth et al. Estudo exploratório sobre o turismo em Praia do Forte e seu entorno. In: CONGRESO AECIT*:* Cambios tecnológicos em turismo. Producción, comercialización, innovación y território, 13., 2008.

MARTINE, George. A demografia na questão ecológica: falácias e dilemas reais. In: _____. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento*; verdades e contradições. Campinas: Unicamp, 1993a.

_____. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: _____. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento*: verdades e contradições. Campinas: Unicamp, 1993b.

MARTINS, Rúbia. O debate internacional sobre desenvolvimento sustentável: aspectos e possibilidades. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 2., 2004, Indaiatuba - SP. *Anais*… Campinas - SP: ANPPAS, 2004. v. 2.

MELLO, Leonardo; HOGAN, Daniel. População, consumo e meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006. Caxambu. *Trabalho apresentado*… Caxambu-MG: ABEP, 2006.

MURICY, Ivana T.; SANTOS, Cândida R. O turismo e as transformações socioculturais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 225-250. (Série estudos e pesquisas, 82).

MURICY, Ivana. *O Éden terrestre*: a construção social de Porto Seguro como cidade turística. 2001. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, 2001a.

_____. O Éden terrestre: o consumo da cidade como mito. *Bahia Análise & Dados*: cultura, turismo e entretenimento, Salvador, v. 11, n. 2, p. 180-193, set. 2001b.

RABAHY, W. *Turismo e desenvolvimento*: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. São Paulo: Manole, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável*; a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus,1997. (Coleção turismo).

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento*: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151p.

SANTANA, Mercejane. Turismo no Litoral Norte e governância pública: uma articulação existente? In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 137-163. (Série estudos e pesquisas, 82).

SILVA, Paulo Pontes da. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. *Bahia Análise & Dados*: desenvolvimento sustentável, Salvador, v. 6, n. 2, p. 16-25, set. 1996.

SOUZA, Cristiane; PARAGUASSU, Lidice. Entre os de dentro e os de fora, um empreendimento turístico: formas de organização e participação sociais e culturais no Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 251-267. (Série estudos e pesquisas, 82).

SOUZA, Guaraci; MURICY, Ivana. Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia 1940/1997. Salvador: SEI, 2001 (Série estudos e pesquisas, 52).

STOMPKA, P. *A Sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TURISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DA BAHIA

Lirandina Gomes *

INTRODUÇÃO

No contexto da globalização econômica, cultural e tecnológica, a atividade turística e seu segmento correlato, o setor de hospedagem, se constitui no conjunto das atividades econômicas mais dinâmicas na atualidade, mobilizando fluxos de capital, tecnologia, informação e pessoas, estimulando o setor de serviços, transportes e comunicação em diferentes regiões do planeta. As redes hoteleiras internacionais têm um papel fundamental na criação de novas territorialidades e conexões entre o local e o global. Esse processo é caracterizado por grandes tensões e conflitos entre interesses dos atores hegemônicos externos e locais e as populações tradicionais por novas e complexas relações de poder entre agentes públicos e privados, a sociedade e o território.

Este trabalho analisa o processo de internacionalização do Litoral Norte da Bahia através das redes hoteleiras, tendo em vista as políticas públicas territoriais e de turismo. Estas políticas se constituem num conjunto de diretrizes, ações e estratégias expressas em programas e projetos implantados pelos governos federal, estadual e municipal na região para atrair investidores estrangeiros.

A estrutura produtiva regional baseada na agricultura, pecuária e no extrativismo vem sendo rapidamente substituída pelas atividades imobiliárias e de serviços. Essas atividades econômicas têm propiciado uma urbanização predatória, estimulando a especulação imobiliária e o crescimento urbano desordenado, e o comprometimento da qualidade ambiental das localidades que se situam na faixa costeira do Litoral Norte da Bahia. A duplicação da Estrada do Coco (BA-099), em 2001, também denominada de Linha Verde, intensificou a integração do litoral norte ao tecido metropolitano, em especial a Salvador; a tendência é que nos próximos anos esta região esteja integrada à capital. Vale salientar que, em 2008, os municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé foram incluídos na Região Metropolitana de Salvador, conforme Lei complementar estadual[1].

Em lugares privilegiados pela natureza e de alto valor imobiliário, como as praias, dunas, lagoas e estuários de rios, são construídos condomínios residenciais, casas de veraneio e

* Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professora-pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). liragomes11@yahoo.com.br

[1] Lei complementar estadual da Bahia nº 30, de 3 de janeiro de 2008.

hotéis de lazer tipo *resorts* para populações de alta e média renda de Salvador, do país e do exterior. Paralelamente, no entorno desses empreendimentos são construídos loteamentos e condomínios com baixo padrão construtivo em pequenos lotes para a população de baixa renda. É interessante notar que esses dois modelos de uso e ocupação do solo coexistem e se combinam em diversos espaços, gerando conflitos de uso e tensões entre os diferentes grupos sociais.

Simultaneamente à chegada de novos investimentos, grande parte da população local está buscando ocupação em atividades do setor de serviços; ao mesmo tempo, também estão se retirando da orla marítima e construindo suas moradias em áreas mais afastadas e interiorizadas, a fim de vender as suas habitações localizadas próximas ao mar para os turistas e comerciantes. Povoados e vilas crescem com os antigos moradores sendo pressionados a migrar para áreas periféricas e a vender sua força de trabalho à nova economia de base, essencialmente urbana, ligada ao conjunto de atividades voltadas para a economia do turismo e do lazer.

As mudanças na organização socioespacial do Litoral Norte da Bahia teve inicio na década de 1980, sendo desencadeadas por dois vetores de modernização com as suas respectivas lógicas. A primeira refere-se ao fenômeno de metropolização impulsionado pelo crescimento econômico, demográfico e urbano da Região Metropolitana de Salvador. A segunda lógica de transformação desta região é deflagrada pelo capital internacional imobiliário e turístico em articulação com o Estado. Estas lógicas de acumulação e reprodução do capital engendrado pelos atores hegemônicos vêm se constituindo nos fatores responsáveis pelas transformações sociombientais, econômicas e culturais nesta região, criando novas territorialidades que se expressam em segregação socioespacial e um rápido crescimento urbano.

De acordo com Silva e outros (2008, p. 190), as regiões metropolitanas são definidas como extensas áreas urbanas comandadas normalmente por uma grande cidade, que apresenta forte diversidade e interdependência funcional, e altas densidades demográficas e econômicas. Para o autor, a metropolização expressa o fato de que as forças de concentração espacial são muito poderosas, tanto nos principais centros da economia mundial, como, bem mais recentemente e rapidamente, nos países menos desenvolvidos.

A inserção do Litoral Norte da Bahia ao circuito turístico internacional, dominado pelas empresas espanholas, portuguesas e, secundariamente, pelas empresas italianas e francesas, se caracteriza pela implantação de enclaves turísticos, megarresortes hoteleiros e condomínios residenciais voltados para atender a demanda de um mercado global. Esse processo é marcado por novas relações econômicas, políticas e sociais, sob a égide dos interesses hegemônicos e por conflitos na dinâmica espacial e na estrutura social, nos quais condições e resistências culturais e sociais variadas são menos valorizadas.

O distanciamento e a precariedade das estradas que interligam a sede dos municípios aos povoados e vilas costeiras, combinados com a concentração dos investimentos públicos e privados, constitui um dos fatores para a formação de realidades sociais, econômicas e culturais distintas entre o interior e a zona costeira dos municípios do Litoral Norte da Bahia.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E REDES HOTELEIRAS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

De acordo com Santos (1994b), é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social; o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Para Santos e Silveira (2001, p. 19):

> O território é a extensão apropriada e usada. [...] o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas para os quais igualmente utiliza-se a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Assim, para o autor, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território. No contexto atual da globalização, inspirado no pensamento de Santos (2005), entende-se que o território é o espaço de integrações horizontais e verticais, produzidos por uma interação organizacional e uma interação solidária, gerando processos e formas espaciais complexas.

Essas novas dinâmicas territoriais determinadas pela lógica econômica são denominadas por Santos (2005) de verticalidades e horizontalidades. As verticalidades, de acordo com o autor, são definidas no território, "como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. [...] o sistema de produção que se serve desse espaço de fluxos é constituído por redes – um sistema reticular exigente de fluidez e viscosidade" (SANTOS, 2005, p. 105-106). Esse espaço de fluxos vive uma solidariedade do tipo organizacional, isto é, as relações que mantêm a agregação e a cooperação entre agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidências. Esse processo é orientado pelos macroatores, aqueles que de fora da área determinam as modalidades internas da ação.

Esse espaço de fluxos tem o papel de integração com os níveis econômicos e espaciais mais abrangentes, conforme destaca Santos (2005). Tal integração é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes. "[...] a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais" (SANTOS, 2005, p. 106).

Por intermédio das frações do território que constituem espaço de fluxos, as macroempresas acabam por ter um papel de ordenador do conjunto do espaço. Assim a construção do destino de uma área é entregue a interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromisso com a sociedade local. Quanto mais dominados por esses vetores da modernização e a lógica globalizante, mais esses espaços se tornam alienados (SANTOS, 2005, p. 107-108). Nesse contexto, o autor salienta que o território pode ser visto como recurso, tendo em vista a lógica de atuação das empresas hegemônicas.

"As horizontalidades são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas, é o espaço banal – o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. [...] nesse espaço, todos os agentes são de uma forma ou de outra implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados" (SANTOS, 2005, p. 109). Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, um conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum.

Ao contrário das verticalidades, regidas por um relógio único, implacável, nas horizontalidades assim particularizadas funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios, realizando-se, paralelamente, diversas temporalidades. Esse movimento dialético do território é observado por Santos (2005, p. 110-111) quando nota que a horizontalidade comporta:

> Além das racionalidades típicas das verticalidades, que as atravessam, admitem a presença de outras racionalidades – são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características das verticalidades. [...] esse processo dialético impede que o poder, sempre crescente e cada vez mais invasor, dos atores hegemônicos, fundados nos espaços de fluxos, seja capaz de eliminar o espaço banal que é permanentemente reconstruído segundo uma nova definição.

Considerando as diversas concepções de território e territorialidade, pode-se afirmar que território e territorialidade são conceitos híbridos, resultado das relações de poder do Estado, das empresas, das organizações e da sociedade (RAFESTIN, 1993, p. 160). Para este autor, a territorialidade "é um conjunto de relações que se originam num espaço tridimensional sociedade-espaço-tempo". Neste sentido, a territorialidade corresponde às ligações que o território mantém com outros espaços, mediatizadas pelas relações humanas, podendo estar suscetíveis a variações no tempo e no espaço.

Para Santos (1996, p. 262), a definição de redes se enquadra em duas grandes matrizes: "a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é levado em conta o dado social". Do ponto de vista da sua materialidade, o autor define as redes como "toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia e informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminal, seu arco de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação". Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam, salienta o autor.

Santos e Silveira (2001), no livro a *Natureza do Espaço*, conceitua redes e discute suas articulações com o território, o poder e as corporações partindo da ideia de que a existência das redes é inseparável da questão do poder, sendo os atores hegemônicos aqueles que mais se beneficiam das múltiplas funções das redes, atribuindo, portanto, a esses atores um papel privilegiado na organização do espaço. Dentre os benefícios viabilizados pelas redes aos atores hegemônicos, o autor salienta a fluidez como elemento essencial para a circulação de

ideias, produtos, dinheiro, capital e pessoas. Assim, a fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade.

Ainda considerando o dinamismo e o movimento dialético das redes e o seu reflexo na organização dos territórios, Santos (1996, p. 279) afirma que "mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros". Conclui o autor:

> [...] o fato é que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial.

No contexto atual, esse conflito entre o local e o global é analisado por Santos e Silveira (2001, p. 19) quando afirma ser:

> [...] indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território usado ou o uso do território. [...] a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais e normas regionais.

Em um outro viés é possível ver, na sociedade capitalista atual, a formação de territórios em rede como algo ligado à circulação, ao movimento espacial ou à mobilidade. Esta mobilidade, no entanto, não se manifesta da mesma forma para todos os indivíduos, sua participação vai estar condicionada a um conjunto de elementos como a sua capacidade de endividamento e de posse de material adequado para o acesso à rede.

Dessa forma, alguns grupos privilegiados dentro da sociedade capitalista poderão manter seu controle e até ampliá-lo, em razão de ter uma maior capacidade de deslocamento, ou mesmo de fazer deslocar e circular, enquanto outros poderão se manter em baixa velocidade e sem capacidade de aceleração por falta exatamente destes aceleradores técnicos. Vale salientar que as infraestruturas de transportes, comunicações e serviços constituem-se nos elementos indispensáveis à viabilização deste processo.

Dentre esses grupos privilegiados, destacam-se as grandes redes hoteleiras internacionais, que desde meados do século XX vêm se expandido em várias direções, mobilizando capital, tecnologia, pessoas e ideias, estabelecendo fortes conexões entre o local e o global, entre áreas periféricas e áreas centrais. Esse processo se caracteriza pela apropriação de significativas parcelas do território para implantação de megaempreendimentos hoteleiros do tipo *resorts*, que exigem modernas e complexas redes de infraestruturas de transporte e comunicação, gerando simultaneamente territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidades.

Visando a ampliação do seu mercado, as redes hoteleiras internacionais conquistam novos territórios, em especial os denominados "paraísos tropicais", e, neste caso, países em desenvolvimento, como o Brasil, apresentam-se como oportunidades para crescimento destes empreendimentos. Além das vantagens locacionais, as redes hoteleiras internacionais contam com incentivos fiscais e a flexibilização da legislação ambiental e urbana. Vale salientar que embora a mão de obra seja barata, não é qualificada para tal atividade, não atendendo, portanto, na maioria das vezes, às expectativas das empresas, como também do Estado e da sociedade, no que se refere à empregabilidade.

A localização dessas redes hoteleiras é definida também em função da disponibilidade de grandes espaços ecologicamente conservados, da acessibilidade, da infraestrutura básica e a proximidade das grandes metrópoles. No caso do Brasil, a implantação das empresas hoteleiras próximas aos grandes centros urbanos permite que elas se beneficiem da infraestrutura de aeroportos, portos, serviços bancários e de saúde, dentre outros serviços.

Numa perspectiva atual, as vantagens locacionais no turismo, segundo Chesnais (1996, p. 203), são representadas pela dotação de riquezas naturais, bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país, associado a uma eficiente e moderna oferta de infraestrutura. Esses fatores e também as multinacionais especializadas vão determinar a capacidade do país atrair turistas. Segundo o autor, as atividades ligadas ao turismo como hotéis, restaurantes, clube de férias são intensivas em mão de obra; é por isso que as multinacionais do setor obtêm consideráveis vantagens por sua localização em países que combinem atrações naturais com mão de obra barata. Assim sendo, nota-se que as estratégias de localização de um empreendimento hoteleiro e a definição dos investimentos ainda são influenciadas por aspectos da racionalidade e otimização da locação de recursos, da disponibilidade de mão de obra e matéria prima.

As filiais desses grandes grupos econômicos, ao se fixarem nas diferentes regiões do mundo, criam novos territórios para as empresas, as quais constituem uma territorialidade específica de acordo com suas necessidades funcionais e, também, com as diretrizes gerais da gestão central desenvolvida pela matriz. Assim, as empresas, ao se instalarem em novos espaços, também passam a produzir uma nova territorialidade, já que passam a imprimir novas características ao lugar onde se fixarem.

Com relação às redes hoteleiras, Chesnais (1996) observa que o franqueador entra com suas vantagens específicas (nome e reputação, *know-how*, volume financeiro e porte do grupo), bem como as vantagens ligadas aos aspectos imprevistos da demanda. A gestão centralizada da franquia visa a assegurar, ao menor custo, o controle da qualidade da prestação, graças à codificação, extremamente detalhada e padronizada, tanto dos serviços como dos procedimentos de relatório e controle, conforme salienta o autor:

> [...] as multinacionais deixam que os seus parceiros subalternos, os beneficiários da franquia, suportem o peso de todos os investimentos locais e enfrentem os imprevistos das flutuações da demanda. Eles remetem totalmente aos franqueados tudo o que diz respeito aos numerosos problemas da administração cotidiana da força de trabalho. Longe de estar em contradição com a exploração das vantagens de localização, essa forma permite alcançá-las ao menor custo e com o máximo de lucro. (CHESNAIS, 1996, p. 203).

Esse processo implica em novas relações interempresas e mudanças nas escalas de intervenção. Em muitos casos essas multinacionais não se territorializam; elas fazem um contrato de arrendamento dos hotéis nas áreas receptoras e passam a administrá-los, e em outros casos as multinacionais vendem a franquia. Um exemplo desta realidade foi o arrendamento do complexo Turístico Costa do Sauípe, implantado no Litoral Norte da Bahia em 2000. O empreendimento é composto de cinco hotéis, inicialmente administrados sob forma de arrendamento por três cadeias hoteleiras internacionais: a rede francesa *Accor*, que administrava os hotéis Sofitel Suítes e Sofitel Costa do Sauípe; a rede americana Marriott, que administrava os hotéis Reinassance e Marriott; e a rede americana-jamaicana que ainda administra o Superclubs.

Diante de sucessivas crises, o Complexo Costa do Sauípe passou por uma reestruturação, sendo atualmente administrado pela operadora hoteleira SHR (Sauípe Hotéis e Resorts S/A), empresa administradora do destino turístico que a partir de junho de 2009 assumiu a gestão dos hotéis Costa do Sauípe Marriott Resort e *SPA* e Renaissance Costa do Sauípe Resort. Esses hotéis passaram a ser identificados, respectivamente, como Costa do Sauípe Golf e *SPA* e Costa do Sauípe All inclusive Resort, mantendo a Marriott relacionamento com a Sauípe S/ A e a Previ.

No que se refere aos modos de entrada desses investimentos no Brasil, na atualidade tendem a optar pela propriedade das unidades, conforme destaca Breda (2008, p. 8) em pesquisa realizada acerca dos investimentos portugueses no Brasil. Assim, destaca a autora que 77% são investimentos de raiz e 33% são aquisições totais, sendo que apenas 23,5% são exploradas através de contratos de arrendamento. Dos hotéis propriedades das empresas, 61,5% são *sole-ventures* e 38,5% são *joint-ventures*. Na área de turismo, em média as empresas têm dois parceiros, que são na maioria empresas portuguesas de média ou grande dimensão.

Já as cadeias hoteleiras espanholas, segundo Horrillo (2008), elegem como modos de entrada em mercados internacionais a inversão direta total ou parcial, cujos acordos contratuais são predominantemente contratos de gestão (53%), propriedade total (22%), propriedade compartida (9%), franquia (8%) e arrendamento (8%). A preferência por contratos de gestão permite maior controle sobre os negócios e diminui os riscos, argumenta a autora.

Numa perspectiva geográfica, as práticas espaciais dessas empresas são orientadas pelo princípio da seletividade espacial, que resulta na fragmentação territorial, diversidade e urbanização.

Segundo Corrêa (1992), as práticas espaciais são adotadas pelas empresas no momento em que produzem sua organização espacial. Dentre essas práticas espaciais, o autor destaca a seletividade espacial que consiste em:

> [...] decidir sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse pela empresa. [...] a fragmentação territorial constitui o processo de divisão do espaço em razão da intensificação da atuação da corporação, que leva a implantação de novas unidades vinculadas ao processo de produção ou distribuição.

A diversidade para o autor refere-se às diferentes formas de arranjo do espacial decorrentes da diversidade natural e sociocultural combinada com as atividades humanas, mediadas pela técnica e determinadas pela lógica do mercado. A urbanização, como fenômeno da modernidade, é entendida como estilo de vida, forma de viabilizar a produção e fornecer serviços; constitui fator essencial ao desenvolvimento da atividade hoteleira e turística.

Para Moreira (2007, p. 81), a seletividade espacial é o processo de eleição com que a sociedade inicia a montagem da sua estrutura geográfica. Ela é uma expressão direta e combinada dos princípios da localização e da distribuição. Por meio da localização o homem elege a melhor possibilidade de fixação espacial das suas ações. A distribuição compõe o sistema de localizações e transforma a seletividade numa configuração de pontos e o todo numa extensão.

Na atualidade, de acordo com o autor, a seletividade é determinada pela lógica do mercado, transformada numa prática de ocupação cada vez mais espacializada e fragmentária do espaço, orientando-se pela e em função de uma divisão territorial do trabalho que baixe os custos e aumente a produtividade.

O crescimento acelerado do turismo no Brasil, verificado na década de 1990, e suas repercussões nas cidades, no campo, nas áreas protegidas e no modo de vida das populações locais têm mobilizado diversos segmentos sociais e estimulado pesquisadores e estudiosos das diferentes áreas do conhecimento a compreender e analisar os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais decorrentes da atividade.

No Brasil, a implantação das redes hoteleiras internacionais se concentra, historicamente, nas regiões Sudeste e Sul, principais centros financeiros, de negócios e lazer do país, e, secundariamente, no litoral do Nordeste. Essas redes hoteleiras se localizam principalmente nas áreas litorâneas ou próximo a elas, fato observado a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990. Esses hotéis localizam-se nas grandes metrópoles brasileiras ou no seu entorno em razão da existência de infraestruturas como aeroportos, portos, comunicação e serviços.

Em 1971, foi inaugurado o primeiro hotel de rede internacional no Brasil, o Hilton Internacional Corparation, no centro de São Paulo. Em seguida vieram outras redes como o Holliday Inn. Em 1974, foi inaugurado o Rio Sheraton *e o* International Rio. No mesmo período começaram a se implantar as redes francesas, a exemplo da rede Méridien, que iniciou suas atividades na Bahia, em Salvador, e o Club Mediterranée, que se instalou na Ilha de Itaparica. Vale salientar que, em 2002, o Hotel Méridien Salvador foi comprado pelo grupo português Pestana.

O crescimento da economia mundial na década de 1990, em especial nos países centrais, dinamizou significativamente o setor de viagens e, consequentemente, o setor hoteleiro. Segundo Prosérpio, (2007, p. 79), a expansão de novos projetos hoteleiros, nos anos 1990, foi viabilizada mediante a entrada de novos agentes, representados pelos fundos institucionais, construtoras e incorporadoras imobiliárias, que passaram a cumprir papel importante de financiadores de novos projetos, capitalizando a renda disponível da classe média, ampliada com o fim do imposto inflacionário. Paralelamente, os investimentos públicos em infraestrutura turística e básica financiados pelo BNDES e o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste e pelo Banco Mundial foram primordiais para reanimar o setor e atrair novas redes hoteleiras internacionais.

A autora salienta que os fundos de pensão começaram a investir, na década de 1990, em decorrência da dinamização do mercado de viagens, do crescimento de recursos por eles administrados e da necessidade de diversificação das inversões, até então concentradas em prédios comerciais, sobretudo *shopping center*s. A entrada dos fundos de pensão brasileiros seguiu o modelo já existente desde a década de 1970 na Europa e nos Estados Unidos, regiões nas quais o crescimento das redes foi financiado, em grande parte, com recursos de fundo de pensão, proprietários de cerca de 70% dos hotéis de médio e grande porte dos Estados Unidos.

Os maiores fundos de pensão no Brasil que têm investido no setor de hospedagem são a Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), o Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e o Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobras (Petros).

Em 1996, foi inaugurado o primeiro hotel construído com recursos dos fundos institucionais, como salienta Prosérpio (2007, p. 34)

> [...] o primeiro foi o hotel *Sol* Méliá São Paulo (da rede espanhola *Sol* Méliá), posteriormente, fundos institucionais financiaram o Hotel Transamérica Morro do Conselho, em Salvador, da rede Transamérica, o Meliá Maceió (rede *Sol* Méliá) e o Complexo Costa do Sauípe no Litoral Norte da Bahia, financiado pela Previ. Os cinco hotéis tipo *resorts* foram, até 2007, administrados sob forma de arrendamento pelas redes Marriott, Accor *e* Superclubs Breezes; atualmente, esses hotéis são administrados pela própria Previ. Os fundos institucionais adquiriram também o Méridien Rio de janeiro (rede Méridien), o Renaissance São Paulo (rede americana Marriott), o Resort Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e diversos empreendimentos administrados pela rede Accor em outras regiões do país.

A Previ é o maior fundo de pensão da América Latina e o 59º do mundo em patrimônio, e tem participação acionária em diversas empresas. Na Bahia, além do controle acionário do complexo hoteleiro Costa do Sauípe, detém 49% de participações nos grupos Neoenergia, que controla a Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), 49% no Paranapanema e 14,93% na Companhia Vale do Rio Doce.

Vale destacar que os fundos institucionais e fundos de pensão foram estimulados a investir no setor hoteleiro atraídos pelos investimentos significativos dos governos federal e estadual no setor de turismo, principalmente na região Nordeste. Segundo a Embratur, entre 1995 e 2000 foram investidos no país US$ 10 bilhões em infraestrutura básica, urbana e turística, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses recursos foram viabilizados em parceria do governo federal com os governos estaduais. Na região Nordeste, os recursos foram repassados pelo Banco do Nordeste através do Prodetur-NE I e II[2].

[2] Esse programa teve como objetivo viabilizar os recursos disponibilizados pelo governo federal para o desenvolvimento da atividade turística no Nordeste. Dentre as ações contidas no programa destacam-se a construção de infraestrutura básica; o incentivo ao setor privado para implementação de equipamentos e serviços turísticos; a capacitação dos serviços públicos de apoio ao turismo; a qualificação dos recursos humanos; e a formatação de um marketing turístico para os mercados interno e externo. Esse programa foi desenvolvido tendo três âncoras principais, quais sejam: obras múltiplas em infraestrutura básica e serviços públicos, melhoramento de aeroportos nos estados do Nordeste e desenvolvimento institucional que contemplaria ações de promoção e educação para o turismo.

AS REDES HOTELEIRAS NO LITORAL NORTE DA BAHIA E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O processo de internacionalização desta região teve início na década de 1980, quando foi implantado pela iniciativa privada o primeiro empreendimento turístico-hoteleiro e imobiliário planejado da Bahia, na localidade de Praia do Forte, que já incorporava a dimensão ambiental. Conforme salienta Gomes (1998, p. 61), esse empreendimento marca uma nova fase na região com a abertura de fluxos turísticos e implantação de infraestruturas de transportes, estradas, loteamentos, construção de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, estabelecimentos comerciais e serviços, implicando em significativas transformações na organização socioespacial, econômica, ambiental e cultural.

Assim, em 1980, foi construído o Hotel Club Robinson Crusoé, que visava atender o turista internacional, inclusive alemão. No final da década de 1980, o hotel foi reformado e ampliado, passando a se chamar Ecoresort Praia do Forte. Ainda hoje em funcionamento, este hotel se destina a atender uma clientela de visitantes nacionais e, principalmente, internacionais. Em 2006, o grupo português Espírito Santo comprou o Ecoresort, atualmente chamado de Tivoli Ecoresort Praia do Forte & Thalasso SPA.

No Litoral Norte da Bahia, na Zona Turística Costa dos Coqueiros, os investimentos públicos oriundos do Prodetur-BA e Prodetur-NE se concentraram na construção de estradas, a exemplo da Linha Verde (BA-099), criação de áreas protegidas, saneamento básico, infraestrutura de telecomunicações e eletricidade, projetos de requalificação urbana nas vilas e povoados litorâneos. A implantação dessas infraestruturas foram decisivas para o desenvolvimento do turismo e atração de investidores estrangeiros para o setor hoteleiro e imobiliário. Um marco desse processo foi a inauguração do Complexo Costa do Sauípe em 2000, empreendimento idealizado e construído pela Odebrecht S/A, financiado pela Previ, no valor de US$ 340 milhões.

Outras redes hoteleiras internacionais vêm se instalando na região como o grupo espanhol Iberostar, considerada umas das três maiores redes de hotelaria da Europa. Inaugurado em 2006, o Iberostar Praia do Forte Golf & Spa e Resort Villas teve um investimento total de US$ 250 milhões. O grupo português Vila Galé inaugurou no inicio deste ano um megarresort na praia de Guarajuba, e o grupo Reta Atlântico está construindo em Imbassaí um megaempreendimento hoteleiro integrado a um empreendimento imobiliário voltado para o mercado internacional. Neste mesmo ano está previsto também, em Genipabu/Camaçari, a implantação da primeira etapa do megaempreendimento Complexo Sol Meliá, pertencente ao grupo espanhol Sol Meliá.

Os maiores investidores no Litoral Norte da Bahia são os grupos espanhóis e portugueses, representando 81,9% e 8,8%, respectivamente, dos investimentos em implantação e previstos até o ano de 2012, conforme dados da Superintendência de Investimentos da Secretaria de Turismo 2008. Em termos absolutos, esses investimentos representam aproximadamente U$ 2.3 bilhões de dólares e a geração de 16.690 empregos diretos.

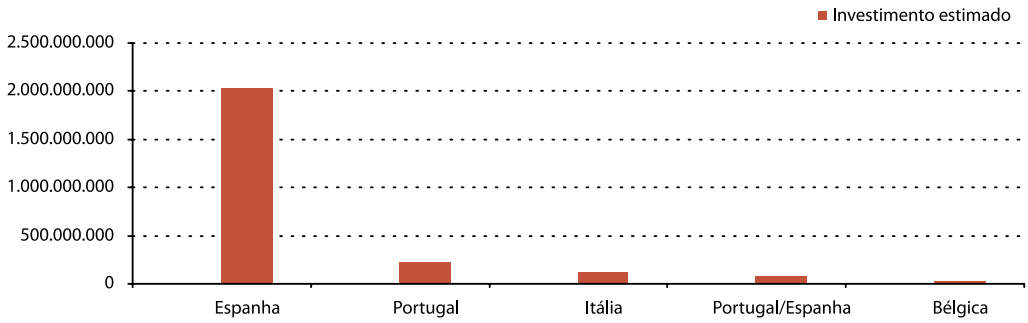


Gráfico 1
Investimentos privados previstos – Litoral Norte da Bahia

Fonte: Setur, 2008.

A reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador e a duplicação da Estrada do Coco (BA-099), que liga Salvador a Praia do Forte, intensificou um maior fluxo de turistas, favorecendo também a atração de novos empreendimentos turísticos e imobiliários. Para atender a demanda cada vez maior de turistas, voos diretos da Europa para Salvador foram ampliados, além do voo Frankfurt–Salvador pela Varig, voo Lisboa–Salvador pela TAP, Madrid–Salvador pela Air Madrid e Air Europa.

Esse processo de internacionalização das empresas teve como um dos aspectos mais relevantes o Investimento Externo Direto (IED), cujo tema propiciou uma diversidade de estudos e teorias para compreender os seus efeitos nos países receptores e as novas formas de interdependências entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, já que a maioria dos investimentos externos diretos ocorre entre países ricos. Contudo, na década de 1990, a reestruturação ocorrida no capitalismo mundial impulsionou uma nova tendência nos investimentos externos diretos – que passaram a migrar os investimentos dos países centrais para os países periféricos. Pesquisas desenvolvidas por economistas europeus mostram, por exemplo, que na década de 1990 o IED dos países da União Europeia foi mais expressivo na América Latina, com destaque para México, Argentina e Brasil.

Essas pesquisas mostram que a primeira fase de internacionalização das cadeias hoteleiras espanholas teve início na década de 1980, com a expansão e consolidação na própria região europeia, e posteriormente na Ásia e África. Visando a sua diversificação na década de 1990, expandiu-se para o mercado latino-americano, com ênfase nos países de cultura hispânica, a exemplo do México (Cancún), República Dominicana e Cuba. A segunda fase se caracterizou pela seleção de novos destinos, como países da América Central e América do Sul, com destaque para Brasil, Argentina e Venezuela, direcionando investimentos e inversão tecnológica para os países selecionados como mais promissores. Atualmente, 60% da oferta hoteleira espanhola se concentram na Europa e Caribe.

Para Horrillo (2008), os fatores determinantes de internacionalização das cadeias hoteleiras espanholas foram a busca de diversificação e ampliação do mercado, economias de escala,

experiência nacional, capacidade de minimizar os custos de produção, sinergias com mercados comuns, relações com as principais operadoras europeias e aproveitamento das externalidades. As formas de financiamento para a expansão internacional dessas cadeias hoteleiras seguem a mesma lógica de investimentos portugueses. Segundo a autora, esse processo de internacionalização foi viabilizado pelos investimentos externos diretos e financiamentos externos e fundos de inversão, seguros e pensão. No momento atual, novos atores são incorporados a esse processo, como as empresas construtoras e/ ou imobiliárias.

De acordo com Breda (2008), até 1990, o Investimento Direto de Portugal no Estrangeiro (IDPE) era voltado principalmente para alguns países da União Europeia, notadamente Reino Unido, Espanha e França, e para os Estados Unidos. A adesão de Portugal e Espanha à União Europeia, em 1986, aliada ao crescimento econômico dos países de língua oficial portuguesa contribuiu para uma maior diversificação geográfica dos destinos do IDPE. Os principais destinos desses investimentos são os países da Comunidade da Língua Portuguesa, como o Brasil e os países africanos, a exemplo de Angola, Senegal, Moçambique, entre outros.

Segundo OCDE (1996, p. 55 apud CHESNAIS, 1996, p. 55) os investimentos estrangeiros podem ser efetuados sob forma de investimentos diretos ou investimentos de "carteira". O investimento estrangeiro direto é quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou direito de voto numa empresa. Enquanto o investimento estrangeiro inferior a 10% é contabilizado como investimento de carteira. Considera-se que os investidores de carteira não exercem influência sobre a gestão de uma firma da qual possuem ações. O investimento de carteira designa-se o conjunto de depósitos bancários e das aplicações financeiras sob forma de títulos públicos ou privados. Para Chesnais (1996), a distinção entre esses dois tipos de investimentos às vezes é difícil, por razões contábeis, jurídicas ou estatísticas, conforme salienta:

> [...] a contabilidade, em termo de fluxos, não leva em conta os investimentos cada vez mais numerosos numa empresa que são financiados através do mercado de capitais do país receptor. Certas firmas podem ser controladas majoritariamente por investidores estrangeiros, sem que isso apareça nos dados, quando cada qual detém uma participação inferior a 10%. É muito difícil conhecer o emprego final dos fluxos que transitam por *holdings*.

O grande movimento de investimento internacional verificado na década de 1980, via fusões e aquisições, e o significativo crescimento do investimento externo direto superaram o comércio exterior, o que resultou em novas formas de interdependências entre regiões e países, ressalta Chesnais (1996). Estudos desenvolvidos por (SILVA, 2005, p. 103-104) mostram que o forte crescimento de IED que atingiu a América Latina nos anos 1990 – sobretudo o Brasil e o Mercosul, os capitais europeus, nomeadamente de Espanha e Portugal – desempenhou um papel importante nas relações bilaterais, superando, no seu conjunto, os de origem norte-americana.

No caso do Brasil, depois de um crescimento acelerado em 1993, atingiu um patamar máximo entre 1998 e 2000. Nesses três anos, de acordo com Silva (2001), o Brasil recebeu 50% do total de entradas de IED da América do Sul. Esse processo foi acompanhado por uma reorientação setorial em detrimento da indústria e em favor dos serviços, conforme destacam Giordano

e Santiso (2000 apud SILVA, 2005), o que esteve basicamente ligado a mudanças estruturais e, em primeiro lugar, às privatizações das empresas públicas, notadamente nas áreas de telecomunicações e energia.

Impulsionadas pela competitividade e busca de oportunidades de crescimento no mercado mundial, as redes hoteleiras internacionais, notadamente espanholas e portuguesas, expandiram para os chamados mercados emergentes ou em vias desenvolvimento, seja através de fusões ou aquisições, IED e incentivos dos países receptores via financiamento externo e políticas públicas de isenção fiscal.

Pesquisa elaborada por Horrillo (2008) sobre *a Expansão Internacional das Cadeias Hoteleiras: o caso espanhol* mostra que as 30 empresas hoteleiras espanholas internacionalizadas controlam 900 hotéis e 207.000 habitações. Destas apenas seis cadeias hoteleiras controlam 80% da oferta hoteleira espanhola no estrangeiro. Dentre essas cadeias hoteleiras que se internacionalizaram destacam-se, de acordo com a autora, a rede Sol Méliá com 149 estabelecimentos em 38 países, controlando 21% das cadeias hoteleiras espanholas no estrangeiro. Em segundo lugar a NH Hotels com 133 estabelecimentos, atuando em 13 países, seguida pela Barceló Hotels & Resorts com 64 estabelecimentos, atuando em 21 países, Riu Hotels & Resorts com 64 estabelecimentos, atuando em 11 países, Iberostar Hotels & Resort's com 47 estabelecimentos, atuando em sete países, e o Fiesta Hotels com 11 estabelecimentos, atuando em três países.

Essas redes hoteleiras têm sua origem nas Ilhas Baleares, na região do Mediterrâneo, considerada a área turisticamente mais desenvolvida da Europa, conforme salienta Buades (2006): "*el Mediterrâneo sigue siendo la región más turistizada del mundo y constitue um microcosmos de desigualdade norte-sur a escala global*". Para o autor, a indústria turística e residencial constitui uma das mais exitosas da globalização liberal. Precisamente, uma de suas maiores particularidades é que se internacionaliza para proporcionar serviços em qualquer lugar do mundo aos mesmos consumidores que tem em seu território de origem, em lugar de buscar um consumidor local de seus produtos. Esse processo de internacionalização das redes hoteleiras espanholas se verifica em diversas regiões do mundo, como destaca Buades (2006, p. 40):

> *Trás Canárias, Bali, Túnez, Turquia, el Caribe, Cabo Verde, fueron otros nuevos "destinos" que se incorporaron rapidamente a la oferta de las transnacionales turísticas españolas, la mayoría de ellas de origen balear. Aquella pequeña región del Mediterrâneo occidental que había sido "globalizada" por el turismo de massas em un contexto de guerra fria y eclosión de la sociedad de consumo se había hecho mayor y se estaba convirtiendo, a su vez, en un poderoso agente de globalización económica. Su especialidad: la fabricación de Paraísos en países del Sur. Su valor añadido: el "saber hacer" acumulado en la mina balear. Su punto fuerte: um producto amable, meticulosamente publicitado, capaz de seducir com multiples alicientes pequenas sociedades ávidas de "progresso".*

Vale salientar que três dessas redes hoteleiras (Sol Méliá, Iberostar Hotels & Resorts e Fiesta Hotels) atuam no Brasil, com destaque para a região Sudeste e mais recentemente nas principais regiões turísticas do Nordeste e Norte, a exemplo da Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará.

Na Bahia, o Litoral Norte se constitui a região de preferência desses investidores.

O processo de internacionalização das empresas portuguesas e espanholas na América do Sul, em especial no Brasil, tem suscitado pesquisas e estudos nas universidades naqueles países. Esses estudos na área de economia internacional visam identificar os fatores que determinam as empresas portuguesas e espanholas a investir no Brasil, como também as dificuldades encontradas durante o processo de internacionalização e os efeitos da implantação dessas empresas. Dentre as pesquisas mais recentes destacam-se os estudos elaborados por Silva e outros (2003) sobre as *Empresas e Subsidiárias Portuguesas no Brasil: um panorama*, *A internacionalização das Empresas Portuguesas: a experiência brasileira*, Silva (2005), *e A Internacionalização das Empresas Portuguesas no Brasil: o caso do setor hoteleiro*, Breda (2008). *A Expansão Internacional das Cadeias Hoteleiras: o caso espanhol*, a pesquisa elaborada por Horrillo (2008) na Universidade de Málaga, destaca-se.

De acordo com (SILVA 2005, p. 104) o investimento português no Brasil no período de 1995-2004, foi cerca de US$ 20,7 bilhões, em termos brutos, e 10,8 bilhões em termos líquidos. O Brasil absorveu 42,3% do *stock* de IED português no exterior, conforme demonstra os dados do Banco Central do Brasil e do BNDES, apresentados por Silva (2005, p. 105):

> Portugal ocupou o terceiro lugar nas privatizações ocorridas no Brasil entre 1991 e 2001; em consequência, em 2003 o número de subsidiárias portuguesas no Brasil era estimado em torno de 400 empresas, garantindo 100 mil postos de trabalho. A crise financeira mundial que atingiu o Brasil entre 2003 e 2004 provocou uma retração desses investimentos, o que levou as empresas portuguesas a se financiarem por meio de fontes locais, via BNDES. Contudo, o autor salienta que o Brasil continuava a concentrar a maior fatia do *stock* de IED português no exterior, 27% do total, logo seguido da Espanha com 19,7%.

Dentre as grandes empresas, destacam-se o grupo Sonae no ramo de distribuição comercial (supermercados), a Portugal Telecom na área de telecomunicações, a EDP Energias do Brasil na área de distribuição de energia e construção de barragens, a Cimentos de Portugal (Cimpor) na indústria de cimento (SILVA, 2003).

No que se refere à localização dessas empresas, seguem a mesmo lógica de concentração espacial existente no Brasil, ou seja, do total das 240 empresas portuguesas instaladas no Brasil, 75% estão instaladas na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), 15,1% na região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e 10% nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (SILVA, 2003, p. 105).

Esse quadro de distribuição do IED vem se modificando no Brasil, sendo atualmente o setor imobiliário, de turismo e hotelaria e a produção de energia as atividades de destaque dos investimentos estrangeiros no país, em especial no Nordeste, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

Seguindo a tendência mundial, observa-se que a partir de 2002 as grandes empresas portuguesas passam a diversificar os seus investimentos. É notável o aumento de investimentos

portugueses no Brasil no setor de turismo, hotelaria e segunda residência. Dentre esses grupos, destacam-se o Espírito Santo, Pestana, Vila Galé e o Reta Atlântico. O grupo Espírito Santo é um dos mais antigos grupos econômicos portugueses; atua no Brasil há mais de 17 anos, no setor financeiro e de agronegócio. Este grupo possui 14 hotéis em Portugal e a previsão para os próximos três anos é comprar ou construir cinco hotéis no Nordeste, como também desenvolver segunda residência para turistas europeus no Brasil. Atualmente, o grupo Espírito Santo é proprietário do mais antigo *resort* da Bahia, o Tivoli Ecoresort Praia do Forte & Thalasso SPA.

Efetivamente, a partir de 1996, o Brasil tornou-se o principal mercado de investimentos portugueses, com destaque para o setor de turismo, restauração e hotelaria, conforme nos mostra Breda (2008, p.6):

> 58% das unidades hoteleiras portuguesas existentes no estrangeiro se encontram localizadas no Brasil. Isto se deve ao fato dos principais grupos portugueses da área de turismo se encontrarem presentes neste país, além de existir também um grande número de pequenos investidores, principalmente no Nordeste. De fato, esta região atrai 80,7% das unidades hoteleiras portuguesas, sendo que só os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia concentram 62% dessas unidades. Para a autora, a menor distância geográfica entre o Nordeste e Portugal, e as grandes potencialidades turísticas que esta região oferece, nomeadamente em termos de turismo sol e mar, criam um ambiente propício ao Investimento Direto Português.

Entrevista[3] efetuada por Breda (2008) com as empresas que têm realizado investimentos na área de hotelaria no Brasil demonstra que os principais fatores que pesam na decisão de investir fora do país são: questões internas à empresa, nomeadamente o conhecimento prévio dos mercados (4,22); necessidade de crescimento da empresa (3,33); aproveitamento das capacidades da empresa (3,33); com aspectos relacionais, onde se destaca o acompanhamento de clientes (3,33); com razões externas relacionadas com o mercado de origem, mais concretamente com a sua reduzida dimensão (4,00); com o mercado externo, particularmente com seu potencial como destino turístico (4,78); e a proximidade linguística e cultural (3,67).

Além desses fatores, os estudos recentes sobre economia internacional têm considerado outros elementos determinantes no processo de internacionalização das empresas via IED, como a proximidade linguística e cultural. Nessa perspectiva, Silva (2005, p. 108) afirma que os fatores de natureza cultural e política são determinantes para os investimentos, como também para o comércio exterior e outros fluxos, embora esses fatores tenham sido por muito tempo negligenciados pelos teóricos da economia internacional.

De acordo com Silva (2003), no contexto da globalização e com vistas às empresas se posicionarem melhor competitivamente, elas tiram partido das afinidades linguísticas, históricas e culturais entre países, mesmo quando distantes e com diferenças por vezes consideráveis, como é o caso de Brasil e Portugal. Assim, para o autor, a globalização estimula o agrupamento

[3] Pesquisa de doutorado desenvolvida por Breda em 2008 no Departamento de Economia da Universidade de Aveiro, sobre a internacionalização das Empresas Portuguesas no Brasil: o caso do setor hoteleiro.

linguístico e cultural dos países, que funciona como uma base competitiva natural para as empresas que se internacionalizam.

Alguns fatores explicam as vantagens desse tipo de proximidade. Para Silva (2001, p. 111), "uma língua comum reduz os custos de comunicação das transações entre países, contribui para a formação de vastos mercados de certos produtos – o audiovisual é talvez o exemplo mais evidente – e gera uma série de externalidades para os países que compartilham".

Segundo Rauch (apud SILVA, 2001) a língua comum e outras proximidades culturais podem conduzir, também, à formação de redes sociais que ultrapassam fronteiras e são facilitadoras do comércio e do investimento internacional.

De acordo com Cataia (2001 p. 400), a "política territorial de distribuição de incentivos, subsídios e isenções fiscais como forma de atrair investimentos – principalmente os Investimentos Externos Diretos – faz com que ocorra uma transferência de recursos públicos para o setor privado, principalmente quando estados e municípios, por meio de obras de engenharia, produzem uma silhueta territorial adequada aos ditames da empresa a ser atraída".

Analisando as relações de poder entre as corporações e o Estado, considerando a política fiscal de incentivos para as empresas, o autor salienta duas situações de manipulação do poder empresarial. A primeira é transformar as necessidades empresariais em necessidades sociais a partir do uso corporativo do território. E a segunda situação é quando as empresas, além das vantagens fiscais, impõem normas, regulam e organizam os territórios de acordo com suas próprias políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as questões abordadas neste estudo, nota-se que o avanço do capital imobiliário, turístico e hoteleiro no Litoral Norte da Bahia nos últimos 20 anos tem como indutor o Estado, atuando através de políticas de investimentos em infraestrutura, isenções fiscais e *marketing* com o objetivo de promover o "desenvolvimento regional sustentável". A deflagração desse processo é caracterizada pela apropriação privada de grandes espaços litorâneos ecologicamente conservados e de alto grau de fragilidade, e supervalorizados em decorrência dos investimentos públicos, como também de apropriação de áreas de interesse das populações que tradicionalmente aí residem. A apropriação e o uso dessas áreas pelos grupos econômicos multinacionais têm produzido novas configurações territoriais, as quais criam suas próprias normas e estratégias de regulação e controle do espaço, bem como promovem uma supervalorização das terras, alteram a estrutura fundiária e, consequentemente, expropriam das suas terras as comunidades tradicionais litorâneas pesqueira, extrativista e agrícola.

Tal realidade é observada ao longo do litoral da Bahia e do Nordeste brasileiro, região onde o processo de reprodução e acumulação do capital tem se verificado a partir da atividade turística e imobiliária voltada, notadamente, para o mercado internacional. Assim, nota-se que o litoral do Nordeste e o Litoral Norte da Bahia representam, hoje, as novas tendên-

cias globais de apropriação e uso do território, de complexas relações de poder entre o Estado, as corporações e a sociedade. Submetida às diversas lógicas globais e locais e a interesses diversos, coloca-se em questão a necessidade de discutir o destino, o cenário atual e futuro dessa região.

Os efeitos do processo de internacionalização dessa região já são observados em termos socioespaciais, como alterações no ordenamento territorial e nas políticas ambientais que definem novos usos e funções espaciais. Isso implica na criação de novos sistemas territoriais que visam a atender as demandas e interesses das atividades turísticas e imobiliárias. Dentre os impactos diretos relacionados a esta atividade destaca-se o crescimento urbano desordenado de vilas e povoados, uma urbanização predatória e fragmentada, o aumento da mobilidade populacional, a supervalorização do solo, a especulação imobiliária, degradação socioambiental e a atração de novos investimentos ligados ao setor de serviços.

As características ambientais e paisagísticas típicas de áreas costeiras, como o seu elevado grau de fragilidade ecológica, impõem limites ao seu crescimento e ocupação, exigindo, portanto, um maior controle sobre uso e ocupação do solo. Embora a região disponha de Plano de Ordenamento Territorial o controle sobre o uso do solo, ainda não é eficaz, bem como o controle democrático das comunidades locais na gestão do território.

Outro impacto significativo e que constitui uma das questões mais polêmicas com relação à implantação desses empreendimentos na região refere-se ao seu potencial gerador de emprego e renda, e a possibilidade efetiva de gerar benefícios às populações tradicionais.

Vale destacar que embora a mão de obra seja barata, não é qualificada para a atividade turística, não atendendo, portanto, na maioria das vezes as expectativas das empresas, como também do Estado e da sociedade no que se refere à empregabilidade. Nesse contexto, deve-se refletir sobre os efeitos positivos e negativos gerados pela atividade turística na região e seu real potencial dinamizador para o desenvolvimento regional e local, bem como as amplas repercussões sobre a vida e o destino das populações diretamente impactadas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Turismo. *Oportunidades de investimentos*. Salvador, 2005.

_____. Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos. Salvador, 2008.

BREDA, Z. A *Internacionalização das empresas portuguesas no Brasil*: o caso do setor hoteleiro. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, 2008.

BUADES, J. *Exportando paraísos*: la colonización turística del planeta. Palma de Mallorca: La Lucena, 2006.

CATAIA, M. A alienação do território: o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. et al. (Org.). *Território brasileiro*: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 397-415.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p.137-145, abr./jun. 1991

GOMES, L. Em busca do paraíso... a (eco) lógica, a gestão do território e do turismo em Praia do Forte – BA. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

HORRILO, M. A. R. *Expansão internacional das cadeias hoteleiras*: o caso espanhol. Málaga, Espanha: Universidade de Málaga. Departamento de Economia, 2008.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In: *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 82-103.

PROSÉRPIO, Renata. O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil: São Paulo, Aleph, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*: território e sociedade no inicio do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. O dinheiro e o território. In: território, territórios. Programa de Pós-Graduação. Niterói, 2002.

_____. *Técnica, espaço e tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; Souza, M. A.; SILVEIRA, M. (Orgs.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; ANPUR,1994b.

SILVA, S. B. DE MELLO et al. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, I; PEREIRA, G. C. Como anda Salvador: (Org.) Salvador: Edufba, 2008. p. 189-211.

SILVA, J. R. *Portugal/Brasil*: uma década de expansão das relações econômicas, 1992-2002. Lisboa: Terrmar, 2002.

_____. Empresas subsidiárias portuguesas no Brasil: um panorama. *Perspectiva e Planejamento*, Lisboa, v. 9, n. especial, p. 97-121, 2003.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DO TURISMO

Zélia Góis *

INTRODUÇÃO

O planejamento é uma função inerente a gestão. É também uma função imprescindível ao sucesso de qualquer atividade. O que se tem verificado é que na atividade turística, apesar de já vir sendo planejada desde a metade do século passado, nem sempre o que é planejado é realmente aplicado e levado às vias de fato. Programas governamentais bem elaborados sempre existiram, mas na realidade a sua aplicabilidade sempre esbarra na falta de vontade política ou na inadequada articulação entre os agentes envolvidos e/ ou na falta de prioridades, tanto em relação aos objetivos, tempo, geografia quanto na inaplicabilidade na utilização de recursos.

Uma redefinição da atividade turística requer gestão pública que estimule investimentos privados, suprindo possíveis falhas de mercado e assegurando a provisão de bens públicos necessários a um desenvolvimento turístico sustentável.

Este texto está desenvolvido, primeiramente, abordando o planejamento governamental do turismo no Brasil, em seguida, o planejamento turístico na Bahia, com destaque para o Prodetur e para as estratégias turísticas deste último governo (2007-). Por fim, algumas considerações acerca dessas políticas de turismo.

PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL

A política de planejamento do turismo no Brasil é bastante recente. Apenas no ano de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, é que surgiram as primeiras iniciativas quanto à regulação do turismo. Neste ano é criada a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), cujo papel era planejar, coordenar e supervisionar a política de turismo brasileira (FERRAZ, 1992 apud CARVALHO, 2000). Essas iniciativas, mesmo que indiretas, já que não estavam relacionadas ao turismo e sim à política de crescimento e desenvolvimento do país, surtiram alguns efeitos, no momento em que impulsionam a classe média a realizar viagens turísticas. Em 1966 houve a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que tinha o papel de transformar a atividade turística em indústria do turismo de âmbito nacional e internacional. É sabido que nessa época a propaganda divulgada pela Embratur no exterior destacava apenas as belezas

* Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Administração Pública/ Planejamento pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); professora universitária; técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). zeliagois@sei.ba.gov.br

das praias e evidenciava o erotismo da mulher brasileira com seus dons estéticos, fazendo menção aos poucos trajes usados por elas nas praias.

Na década seguinte, embora muitos planos e programas governamentais tenham sido editados, nenhum deles avocou ao turismo estratégia de desenvolvimento econômico.

A partir da década de 1980, dá-se início a articulação do turismo com a contenda ambiente, e em 1981 é estabelecida uma política nacional de meio ambiente. Em 1987, a Embratur lança o turismo ecológico.

Em 1988, a Constituição Federal delega à atividade turística o desenvolvimento social e econômico, e encarrega à União, aos Estados e aos municípios, além do Distrito Federal, a execução dessa política de turismo (FERRAZ, 1992 apud CARVALHO, 2000). Contudo, esse período ficou caracterizado por uma política reducionista de expansão do turismo, restringindo-se apenas a incentivos fiscais e financeiros ao setor hoteleiro.

Em 1991, no governo de Fernando Collor de Melo, a Embratur é reestruturada e passa a chamar-se Instituto Brasileiro de Turismo, tendo inclusive a sua sede transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília. A finalidade é formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.

Durante o mandato do governo Collor, em 1992, a Política Nacional de Turismo sofre inovações em suas diretrizes e passa a destacar a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país, além da valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico. Contudo, esses objetivos não são efetivados, primeiro pela instabilidade das instituições e da economia, e segundo pelo *impeachment* do presidente Collor.

No mandato do presidente Itamar Franco é instituído o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que prevê a transferência da política de turismo das esferas federais e estaduais para as prefeituras. Porém, somente a partir de 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, é implementada uma nova política nacional de turismo agregando as premissas do programa de municipalização. A Política Nacional de Turismo determina a diversificação e a distribuição geográfica da infraestrutura, que está concentrada, preferencialmente, nos eixo sul e sudeste. Nesse sentido, o novo plano prevê o desenvolvimento de três tipos de polos de turismo, - o consolidado, o em desenvolvimento e os potenciais - e passa a enfatizar a zona costeira e fluxos do Mercosul e do ecoturismo. Como produto dessa iniciativa surge o Programa de Ação para o Desenvolvimento no Nordeste Brasileiro (Prodetur-NE) (BECKER, 2001).

Plano Nacional do Turismo 2003-2007

Em 2003 é criado o Ministério do Turismo (MTur) como órgão da administração direta. O objetivo principal desse Ministério era priorizar o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. Também tem o papel de aglutinador, com os demais ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, além de integrar as políticas públicas e o setor

privado, maximizando resultados e racionalizando gastos. Nesse sentido é elaborado pelo Ministério do Turismo o Plano Nacional do Turismo 2003-2007, com a finalidade de orientar as ações e de consolidar um novo modelo de desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Os resultados dos macroprogramas implementados pelo MTur no período de 2003-2007 são: Gestão de relações institucionais; Fomento; Infraestrutura; Estruturação e diversificação da oferta turística; Qualidade do produto turístico; Promoção e apoio à comercialização; e Informações turísticas. Constam ainda como princípios orientadores os vetores de governo como a redução das desigualdades regionais e sociais; a geração de distribuição de renda; a geração de emprego e ocupação; e, o equilíbrio do balanço de pagamentos. A seguir são apresentados as metas e os macroprogramas previstos para o período.

Metas para o turismo – 2003-2007

1. Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações no turismo;
2. Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
3. Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
4. Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos voos domésticos;
5. Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal.

Macroprogramas

1. Gestão e Relações Institucionais;
2. Fomento;
3. Infraestrutura;
4. Estruturação e Diversificação da Oferta Turística;
5. Qualidade do Produto Turístico;
6. Promoção e Apoio à Comercialização;
7. Informações Turísticas.

Apesar do avanço em relação ao papel da atividade turística, algumas críticas são feitas ao Plano Nacional do Turismo 2003-2007, conforme apontam Noia, Vieira Júnior e Kushano (2007), e são destacadas a seguir:

1. Não sinaliza de forma clara e explícita a metodologia a ser utilizada para viabilizar os objetivos propostos;
2. O diagnóstico apresentado no Plano é limitado, tanto na insuficiência dos dados, sejam econômicos ou de outra ordem, quanto na participação da iniciativa privada;
3. Existe um paradoxo entre o sistêmico e o cartesiano. Enaltece a necessidade de se pensar o turismo de forma sistêmica e ao mesmo tempo propõe a regionalização;
4. A atividade turística é apregoada como a redentora dos graves problemas econômicos, sociais e políticos do país.

É importante salientar que embora o Plano apresente falhas metodológicas, é notório o seu avanço em relação a novas propostas, quando se compara a planos anteriores. O Plano Nacional do Turismo 2003-2007 propõe a integração entre as diversas esferas governamentais e empresariais, juntamente com os vários segmentos representativos da sociedade civil. Também valoriza e está calcado em programas que serão estimulados para aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no país.

Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010

O PNT – uma Viagem de Inclusão é um instrumento de política relativo ao turismo, que dá continuidade ao PNT 2003-2007, orquestrado pelo Ministério do Turismo, através da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e Embratur. Para sua elaboração contou ainda com a participação de instituições acadêmicas do país e consultorias especializadas, além da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Para o período de 2007 a 2010 é preparado um conjunto de ações capaz de fazer do segmento turístico um indutor do desenvolvimento e da inclusão social. As ações são preconizadas tanto pela via da produção, com a criação de postos de trabalho, ocupação e renda, quanto pela via do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno.

As metas, macroprogramas e programas do Plano Nacional do Turismo 2007/2010 têm como referências os objetivos gerais e específicos elencados a seguir.

São considerados objetivos gerais:

- Desenvolver o produto turístico com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais;
- Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros;
- Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional, e atrair divisas para o país.

Dentre os objetivos específicos podem-se destacar:

- Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada;
- Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional, e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada;
- Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo;

- Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e no mercado internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista;
- Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade;
- Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos, e promovam a conexão soberana do país com o mundo.

As metas apresentadas no PNT 2007/2010 seguem as condições propícias que a economia brasileira vem demonstrando nesse momento, a exemplo de:

- Cenário econômico nacional e internacional favorável: alta liquidez internacional e taxa de juros externas em patamares reduzidos; tendência de continuidade de crescimento da economia mundial; tendência de redução das taxas de juros nominais no Brasil; contas externas favoráveis; superávit fiscal; inflação sob controle;
- Taxas de crescimento significativas no transporte aéreo doméstico, que passa por uma mudança estrutural e sustentada;
- Avanços na administração pública do turismo e construção do ambiente institucional da gestão descentralizada;
- O crescimento sustentável que o setor privado do turismo nacional vem obtendo e as perspectivas de investimentos, conforme apontam as pesquisas junto ao empresariado.

Nesse sentido, as metas propostas pelo Plano Nacional de Turismo 2007/2010 propõem o aumento das viagens domésticas, a criação de emprego e ocupação, a qualificação dos destinos turísticos e a geração de divisas, conforme demonstra o Quadro 1.

Metas	Objetivo
1	Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno
2	Criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações
3	Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional
4	Gerar US$ 7,7 bilhões, em divisas

Quadro 1
Objetivo do Plano Nacional de Turismo – 2007/2010

Fonte: Plano Nacional de Turismo 2007/2010.

Em relação aos macroprogramas, foram identificados pelo seu potencial de contribuição no sentido de atingir os compromissos estabelecidos nas metas. São constituídos por um conjunto de programas estruturados em três grupos de atividades relacionadas à formulação e implementação da Política Nacional de Turismo, ao estabelecimento das referências básicas sobre territorialidade turística do país e às ações e atividades finalísticas e de suporte. Os programas se desdobram em ações que são traduzidas em projetos e atividades que propiciarão a realização das metas (Quadro 2).

Macroprogramas	Programas
Planejamento e Gestão	• Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo • Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Turismo • Relações Internacionais
Informação e Estudos Turísticos	• Sistema de Informações do Turismo • Competitividade do Turismo Brasileiro
Logística e Transportes	• Ampliação da Malha Aérea Internacional • Integração da América do Sul • Integração Modal nas Regiões Turísticas
Regionalização do Turismo	• Planejamento e Gestão da Regionalização • Estruturação dos Segmentos Turísticos • Estruturação da Produção Associada ao Turismo • Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo
Fomento à Iniciativa Privada	• Atração de Investimentos • Financiamento para o Turismo
Infraestrutura Pública	• Articulação Interministerial para Infraestrutura de Apoio ao Turismo • Apoio à Infraestrutura Turística
Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos	• Normatização do Turismo • Certificação do Turismo
Promoção e Apoio à Comercialização	• Promoção Nacional do Turismo Brasileiro • Apoio à Comercialização Nacional • Promoção Internacional do Turismo Brasileiro • Apoio à Comercialização Internacional

Quadro 2
Macroprogramas e programas do Plano Nacional de Turismo – 2007/2010

Fonte: Plano Nacional de Turismo 2007/2010.

Segundo Beni (apud Lopes, 2008, p. 12), a efetivação de um modelo de desenvolvimento calcado na sustentabilidade, como propõe o Plano Nacional de Turismo, é de difícil implementação dada a falta de adesão dos diferentes níveis de governo e da sociedade. O que falta, ainda para esse autor, é a capacitação dos atores sociais para desenvolver os cenários, pois é muito difícil se chegar a um município com vocação para o turismo e encontrar nele pessoas com a visão de um turismo sustentável.

O PLANEJAMENTO DO TURISMO NA BAHIA

A institucionalização pública do turismo baiano, conforme relata Queiroz (2001) e descrita a seguir, data da década de 1930 e do ano de 1964, quando medidas de incentivo ao turismo são constituídas a partir da criação de órgãos como o Conselho de Turismo de Salvador e o Conselho de Secção de Turismo, ambos pertencentes à prefeitura de Salvador. Nessa época as relações turísticas eram conduzidas com amadorismo e informalidade, tanto pelos responsáveis por recepcionar os turistas quanto pelos próprios visitantes/turistas. A atividade não tinha caráter econômico e as cidades não dispunham de infraestrutura, rodoviária, aérea, hoteleira, de mão de obra ou, ainda relativa à disponibilidade de equipamentos de lazer adequados. O apoio institucional fornecido pelo órgão municipal se restringia à organização das festas populares, mais especificamente, do carnaval.

A partir da década de 1950, algumas ações foram implantadas com o intuito de fomentar o turismo, principalmente a cadeia hoteleira, haja vista a criação da Taxa de Turismo, do Conselho Municipal de Turismo e da Diretoria Municipal de Turismo. Ainda nessa época, segundo Queiroz (2001), numa iniciativa pioneira, foi criado o primeiro Plano Diretor de Turismo para a cidade de Salvador. Vale ressaltar que o Plano Diretor não conseguiu sair do papel em virtude de problemas ou deficiências na estrutura turística, na época, ainda não solucionados.

Prosseguindo com Queiroz (2001), no final de 1950 houve uma tentativa de inserção do turismo à esfera estadual, sendo criada na Fundação Comissão de Planejamento Econômico (CPE) uma subcomissão para gerir essa atividade. No âmbito municipal foi criado o Departamento de Turismo e Diversões Públicas (DTDP), sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Como lembra Queiroz (2001), as ações do DTDP foram de suma importância para o desenvolvimento do turismo, colocando a Bahia no cenário turístico nacional. Embora as ações efetivadas pelo DTDP fossem auspiciosas, ainda assim, os problemas no setor turístico prosseguiam, a exemplo da baixa qualidade da rede hoteleira, da falta de qualificação da mão de obra, do baixo dinamismo de outros municípios do interior, concorrendo para que as atividades turísticas desenvolvidas se concentrassem na capital.

Um segundo período da gestão turística, conforme aponta Queiroz (2001), é iniciado em 1963, com a inauguração da rodovia Rio-Bahia, BR 116, que possibilita um maior fluxo de turistas por via terrestre. No período compreendido entre 1963 e 1971, a atividade turística sofre grandes transformações. Num primeiro momento há a extinção do DTDP e a criação, sob a égide municipal, da Superintendência de Turismo do Salvador (Sutursa). Na esfera estadual, em 1966, há a criação do Departamento de Turismo, e em 1968, o Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. (Bahiatursa), este último com atividades restritas à construção, ampliação e administração de hotéis e pousadas (BAHIA, 2005).

A partir do ano de 1971, inicia-se uma nova fase no turismo baiano. A atividade toma um novo fôlego e destaca-se como uma atividade econômica organizada, e assim tem-se início o planejamento do turismo na Bahia. É justamente neste período que há uma intervenção estatal na economia, de forma marcante e em ritmo acelerado, com a economia brasileira crescendo entre 7% e 10% ao ano.

Nesse período a Bahiatursa, até então sujeita à Secretaria dos Assuntos Municipais é remanejada para a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), passando a exercer funções de órgão executivo da política de turismo na Bahia. Assume, assim, a responsabilidade de programar a política de turismo, o treinamento da mão de obra, desenvolver ações promocionais, mais efetivamente nas regiões Sul e Sudeste do estado, além de orientar o empresariado quanto aos investimentos turísticos. Também nesse mesmo ano, a gestão governamental inicia uma reestruturação do Sistema Estadual de Turismo com a criação do Conselho Estadual de Turismo (Cetur) e da Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT), ambos vinculados à Secretaria da Indústria e Comércio (BAHIA, 2005).

Nesse mesmo período foi constituída a primeira estratégia para promover o desenvolvimento turístico no estado, o Plano de Turismo do Recôncavo. A construção desse plano ficou a cargo do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder) e a sua execução ao Conselho Estadual de Turismo e à Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT). À CFT é incumbida a elaboração de planos de desenvolvimento da Baía de Todos os Santos, da orla de Salvador indo até a Praia do Forte, de Ilhéus e de Porto Seguro, além de estudar a implantação de um Centro de Convenções e de Feiras em Salvador (BAHIA, 2005).

Em 1973, o órgão estadual de execução do turismo, Bahiatursa, modifica sua razão social e passa a denominar-se Empresa de Turismo da Bahia S.A., ampliando mais uma vez as suas funções, conforme relata Queiroz (2001): a de realizar ações direcionadas ao segmento histórico-cultural; a divulgação do turismo baiano aos centros do Sul e Sudeste; e, pioneiramente, a produção de estatísticas sobre o setor hoteleiro. É nesse período que tem início a construção de grandes hotéis, de padrão internacional, tanto na capital quanto no interior, a exemplo do Salvador Praia Hotel, do Ondina Praia Hotel, do Bahia Othon Palace Hotel, do Hotel Meridien, em Salvador, e do Hotel Vela Branca, no município de Porto Seguro.

Em 1976, a Bahiatursa, a partir de convênio com a Embratur, cria duas subsidiárias: a Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A. (Emtur) e a Bahia Convenções S.A. (Conbahia). A primeira ficaria responsável pela construção e administração de hotéis e pousadas em áreas de desenvolvimento turístico, e a segunda com a incumbência de administrar o Centro de Convenções que passaria a chamar-se Centro de Convenções da Bahia S.A.

No ano de 1979, o Sistema Estadual de Turismo sofre várias modificações, sendo a Bahiatursa fortalecida ao assumir as funções dos extintos Conselho Estadual de Turismo (Cetur) e Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT), e avocar o comando da Emtur e da Conbahia.

No mesmo período, a Bahiatursa elabora uma nova estratégia para o desenvolvimento turístico do estado, através de um programa denominado Caminhos da Bahia, orientado para a promoção do turismo na capital e interior, prevendo a construção e administração de hotéis e pousadas; ações de *marketing*, tanto para o mercado interno, quanto externo; capacitação de recursos humanos e dos serviços nos municípios e localidades integrantes do programa; captação de investimentos e de voos internacionais. Também nessa época é criado o *slogan* "Bahia – Terra da Felicidade", veiculado no mercado nacional e internacional (BAHIA, 2005).

A partir daí, a Bahia começa uma nova política de expansão do turismo, participando de eventos internacionais, a exemplo da Semana da Bahia realizado em Estoril, Portugal, e da Semana em Nova Iorque, e ao mesmo tempo produzindo os seus próprios eventos, *workshops* realizados em parceria com o estado do Rio de Janeiro. Nesse momento são criados, pela primeira vez, folhetos e mapas promocionais alusivos a Salvador e às cidades contempladas no programa Caminhos da Bahia (BAHIA, 2005).

Na década seguinte, 1980, o turismo dá sinais de enfraquecimento. Diante de um quadro econômico de crise, tanto nacional quanto internacional, a exemplo da crise do petróleo, crise fiscal, elevação dos juros internacionais, crescimento da dívida externa, crise da petroquímica

etc., o governo baiano resolve priorizar outras atividades, a exemplo da atividade de serviços, em detrimento da atividade turística (QUEIROZ, 2001). Nesse momento, as ações ligadas à atividade turística são relegadas a segundo plano.

Em 1989, o governo institucionaliza o comando único da Bahiatursa, informalmente implantado desde 1979. Cria-se o programa Pró-Turismo, com recursos do Desenbanco para financiar empreendimentos privados em áreas turísticas prioritárias (BAHIA, 2005).

Na década de 1990, precisamente em 1991, o Estado retoma seus investimentos na área de turismo, agora capitaneados pelo Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur-BA). Dentre as ações contidas no programa destacam-se a construção de infraestrutura básica; o incentivo ao setor privado para implementação de equipamentos e serviços turísticos; a capacitação dos serviços públicos de apoio ao turismo; a qualificação dos recursos humanos; e a formatação de um *marketing* turístico para os mercados interno e externo. Posteriormente, em 1992, o governo da Bahia integra-se ao Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur-NE), que tem como objetivo desenvolver e consolidar a atividade turística no Nordeste, garantindo alternativas de sustentabilidade através da atividade turística, a fim de eliminar as desigualdades sociais entre as regiões do país. O Prodetur-NE I seria desenvolvido pelos governos dos estados do Nordeste, com apoio do governo federal, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste. Esse programa foi desenvolvido tendo três âncoras principais, quais sejam, obras múltiplas em infraestrutura básica e serviços públicos, melhoramento de aeroportos nos estados do Nordeste e desenvolvimento institucional que contemplaria ações de promoção e educação para o turismo. A segunda fase do Prodetur-NE, o Prodetur-NE II, tem como objetivo complementar às ações relativas ao Prodetur I, buscando a sustentabilidade do turismo nos municípios beneficiados e melhorar a qualidade de vida da população residente. Para esse fim, o Prodetur II utiliza-se de três instrumentos: o fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo; o planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico; e a promoção de investimentos no setor privado (BAHIA, 2007).

Coube à Bahiatursa a coordenação do programa e à Secretaria do Planejamento a orientação quanto às ações na área cultural. Com a criação da Secretaria da Cultura e Turismo (SCT), em 1995, a administração do Prodetur-BA passa para essa secretaria, e submete-se à Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (Sudetur). Quanto às ações relativas à cultura, ficam a cargo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) e da Fundação Pedro Calmon (FPC).

Concomitante às ações do Prodetur, na década de 2000, surge uma nova estratégia de planejamento – *Cluster* de Entretenimento, visando conduzir a Bahia à liderança nacional no turismo. Segundo relata Queiroz (2001) a ideia do *cluster* surgiu de uma proposta da empresa Monitor, de Michel Porter. Esse autor conceitua *clusters* como concentração geográfica de empresas de um mesmo setor de atividade e organizações correlatas – como fornecedores de insumos e serviços, instituições culturais e de ensino, associações de classe – que competem, mas também cooperam entre si. O *Cluster* de Entretenimento da Bahia, como passou a chamar-se,

está organizado entre governo estadual e grupos privados e iniciou sua operação a partir da criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) reunindo empresas e entidades ligadas aos setores de turismo (Accor, Odebrecht, CVC, Superclubs, TAM, faculdades, entre outras), cultura e entretenimento (Rede Globo, Banda Eva etc.), além dos setores governamentais afins do estado e da capital. O *Cluster* de Entretenimento abrange os setores de turismo, cultura, lazer, esportes, música, gastronomia e outros.

Os objetivos do *Cluster* de Entretenimento, segundo Simões (2005) são:

- desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico do turismo em todo o estado da Bahia;
- promover o turismo sustentável;
- mapear o interrelacionamento entre governo e iniciativa privada;
- incentivar a iniciativa privada e a livre concorrência;
- promover a conscientização da cidadania empresarial no setor privado;
- mobilizar a sociedade no sentido de engajamento em educação, hospitalidade e no reconhecimento do turismo como fator econômico relevante.

Diversas experiências de integração semelhantes também acontecem, a exemplo do Cluster de Turismo da Costa dos Coqueiros, com a finalidade de promover ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo na Costa dos Coqueiros**,** nos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, buscando a consolidação do destino no mercado turístico nacional e internacional e na posição de destaque correspondente ao potencial dos seus atrativos. Atualmente conta com três prefeituras afiliadas, a de Lauro de Freitas, a de Camaçari e a de Mata de São João, com proposta de ingresso, para o ano de 2007, das prefeituras de Entre Rios, Esplanada e Conde. Conta ainda com mais de 30 associados, a exemplo do Complexo Sauípe, Superclubs, Eco Resort de Praia do Forte, Iberostar, Vila Galé, Fundação Garcia D`Ávila, Associação Comercial e Turística de Praia do Forte.

Os objetivos específicos do *Cluster* da Costa dos Coqueiros são assim descritos:

- desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico na Região Turística da Costa dos Coqueiros, bem como a sua integração e potencialização;
- promover o turismo sustentado em suas quatro dimensões: ambiental, cultural, social e econômica;
- mapear o interrelacionamento entre governo e iniciativa privada nestes setores na Costa dos Coqueiros; propondo iniciativas, políticas públicas, mecanismos que potencializem as ações integradas, aprimorando o nível de cooperação e o intercâmbio de tecnologias e melhores práticas;
- incentivar a iniciativa privada e a livre concorrência, obedecendo a padrões de conduta e ética de negócios que contribuam para um clima de melhor bem-estar social e desenvolvimento econômico;
- promover a conscientização da cidadania empresarial no setor privado;
- mobilizar e entusiasmar a opinião pública na Bahia e em nível nacional.

A zona turística Costa dos Coqueiros, situada no Litoral Norte, possui uma extensão de 193 quilômetros e abriga um dos ecossistemas mais raros de todo o litoral baiano, seja pelo seu mar, rios, riachos, dunas, lagoas, matas de restingas com bromélias, orquídeas e cactáceas. A Costa dos Coqueiros é entrecortada pela rodovia estadual BA-099, que se divide em Estrada do Coco e Linha Verde.

Segundo o *Cluster* Costa dos Coqueiros, estão previstos, para o biênio 2007/2008 os seguintes projetos:

• Rede de Negócios	R$	593.906,22
• Hotel - Escola	R$	4.157.407,65
• Projeto da Conder: Porto de Sauípe	R$	10.077.398,68
• Projeto da Conder: Subaúma	R$	1.234.254,56
• Projeto da Conder: Baixio	R$	3.465.046,55
• Projeto da Conder: Barra de Itariri	R$	1.064.126,47
Total de Projetos para a COSTA DOS COQUEIROS	R$	20.592.140,13

Concomitantemente, estão previstos os projetos, a seguir, na Matriz do Prodetur II, para a Zona Turística da Costa dos Coqueiros:

– Elaboração do projeto de Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí – *concluído;*

– Execução do projeto de Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí – *em execução;*

– Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Imbassaí – *em execução.*

Estão previstas, ainda, para a Costa dos Coqueiros, ações com recursos do Orçamento Geral da União/Ministério do Turismo:

– Sinalização turística e acessibilidade arquitetônica e urbanística nas áreas turísticas de Lauro de Freitas, Camaçari, Entre Rios e Mata de São João (Praia do Forte);

– Serviço de Atendimento ao Turista de Praia do Forte (Mata de São João);

– Complexo de Atendimento ao Turista em Imbassaí (Mata de São João).

Além dessas ações, estão previstas capacitações profissional e empresarial em todo Pólo de Salvador e Entorno, que integra a Zona Turística da Costa dos Coqueiros.

O Planejamento Estratégico do Estado formulou uma geografia turística composta por onze Zonas Turísticas (ZTs), iniciadas por: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Posteriormente novas áreas foram incorporadas, quais sejam: Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Vale do Jiquiriçá e Caminhos do Sertão.

É importante assinalar que o desenvolvimento do turismo nessas ZTs ainda não ocorre de modo homogêneo, observando-se, em todas elas, a presença de municípios já consolidados como destinos turísticos e de outros que ainda se encontram na primeira etapa deste processo.

Vale ressaltar que em 2007, com a nova gestão estadual, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia foi desmembrada em duas: Secretaria de Turismo e Secretaria de Cultura.

A Secretaria de Turismo (Setur) responsável em planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo no estado, abrange diretamente as Superintendências de Investimentos em Polos Turísticos (Suinvest) e a de Serviços Turísticos (Suset), bem como a Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa), através de uma administração indireta. Dentro dessa estrutura, a Bahiatursa tem o papel de divulgar e promover a atividade turística da Bahia, no Brasil e no exterior; também na atração e ampliação do fluxo turístico regional, nacional e internacional; na captação de voos regulares e *charters*; e no fortalecimento de alianças e parcerias com o *trade* turístico, instituições acadêmicas, ONGs, entidades de fomento e diversos órgãos do poder público. Coube à Suinvest o planejamento, a coordenação e a promoção da execução de infraestrutura e outros investimentos em municípios com potencial turístico, além da articulação com organismos públicos federais, estaduais e municipais, agências financiadoras e com o setor privado. Também compete à Suinvest promover a implantação e gestão do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste para o Estado da Bahia (Prodetur/NE-BA), financiado pelo BID, através do Banco do Nordeste, além de atuar na atração de investimentos privados com vistas ao desenvolvimento do turismo estadual. Cabe ainda a coordenação da Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Turismo na Bahia, bem como a coordenação dos Conselhos dos Polos Turísticos, visando a descentralização das ações e a integração da cadeia produtiva do turismo no estado. E por fim, a Suset tem por finalidade planejar, executar programas e projetos de qualificação de serviços e mão de obra, capacitação empresarial, certificação de qualidade, regulação e fiscalização de atividades turísticas.

Prodetur Nacional

À Setur vem participando de reuniões com o MTur, o BID e a Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), desde janeiro de 2008, com vistas à inclusão da Bahia no Prodetur Nacional, um Programa de Financiamento que está sendo articulado pelo MTur, contando com recursos do BID, para financiamento de projetos e ações públicas visando ao desenvolvimento do turismo. Até junho de 2008, foi realizado levantamento de necessidades de projetos e ações, bem como definidas as zonas turísticas a serem contempladas na primeira fase do Prodetur Nacional. Encontra-se em elaboração a carta-consulta a ser encaminhada ao MTur e à Cofiex visando à participação da Bahia no Prodetur Nacional.

Vale destacar importantes ações financiadas pelo Prodetur e que estão em desenvolvimento com recursos do MTur e contrapartida estadual:

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Imbassaí, com investimento total previsto de R$ 3,5 milhões;
- Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí, com investimento total previsto de R$ 4,3 milhões.

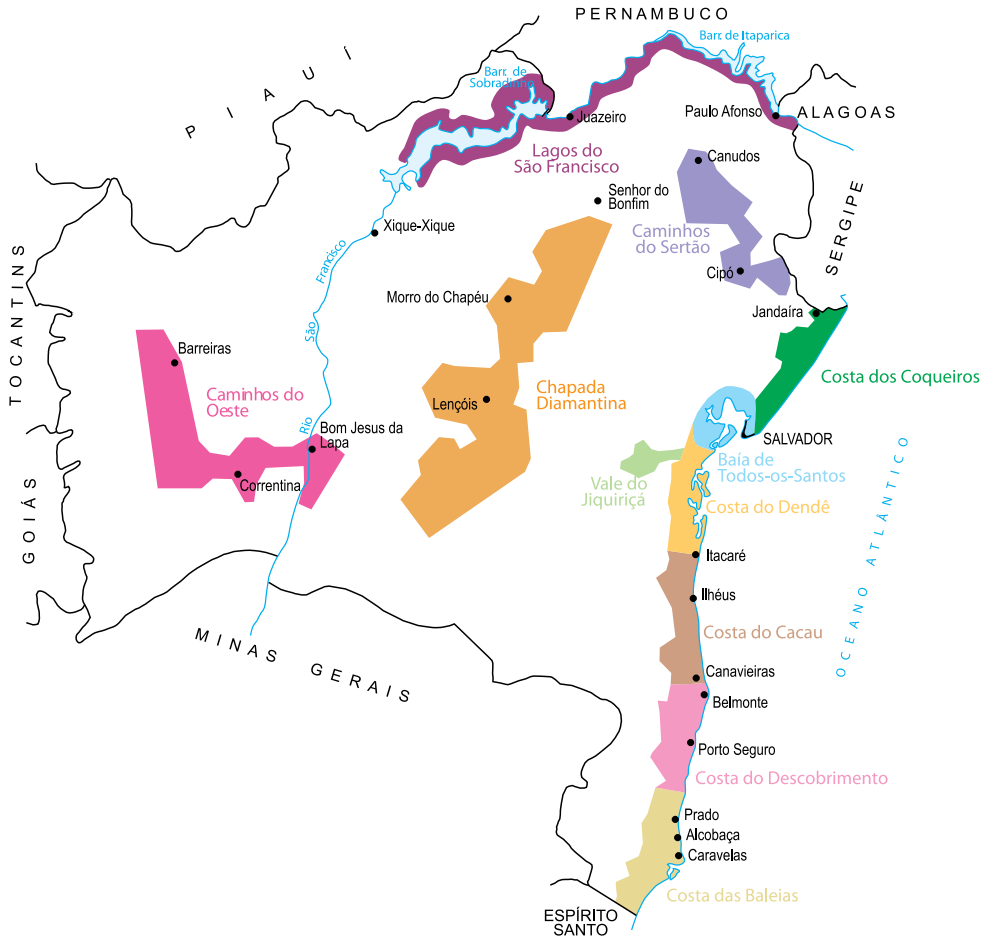


Figura 1
Bahia – Zonas Turístcas

Fonte: Setur, 2008.

Segundo dados da Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (Suinvest), estão previstos investimentos públicos, na área do Prodetur de aproximadamente US$ 2,4 bilhões, para o período de janeiro de 1991 a dezembro de 2010, distribuídos nas onze zonas, incluindo os investimentos já realizados, os que estão em execução e os que ainda são considerados projetos. Dos recursos totais, a concentração é mais intensa na zona turística da Baía de Todos os Santos (US$ 1,0 bilhão), constituída pela capital baiana (Salvador), Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Cachoeira, Maragojipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz, locais que concentram maior fluxo de turistas (Tabela 1).

Tabela 1
Investimentos públicos nas Zonas Turísticas – Bahia – jan. 1991-dez. 2010

Zona Turística	Recursos aplicados (US$ 1.000,00)			
	Concluídos	Execução	Projeto	Total
Costa dos Coqueiros	132.905	3.818	49.495	186.218
Baía de Todos dos Santos	901.448	55.763	86.063	1.043.274
Costa do Dendê	36.154	12.500	77.638	126.292
Costa do Cacau	110.846	11.191	112.107	234.144
Costa do Descobrimento	150.172	-	92.597	242.769
Costa das Baleias	45.092	390	91.022	136.504
Chapada Diamantina	125.755	7.237	98.797	231.789
Lagos do São Francisco	25.267	5.559	2.770	33.596
Caminhos do Oeste	15.951	1.841	-	17.792
Vale do Jequiriçá	21.270	159	-	21.429
Caminhos do Sertão	4.302	-	-	4.302
Outras	137.841	-	-	137.841
Total	1.707.003	98.458	610.489	2.415.950

Fonte: Setur/Suinvest, posição agosto de 2007.

Os investimentos públicos estão sendo aplicados em obras de infraestrutura básica, distribuídos em diversos setores: energia elétrica, transportes, saneamento, recuperação do patrimônio histórico, sistemas aeroportuários, recuperação urbanística, limpeza urbana, preservação ambiental e outros. O setor mais beneficiado é o de saneamento com US$ 840 milhões dos recursos, o que corresponde a 34,8% do total investido; neste setor, do total dos investimentos já foram concluídos 83,5%. A seguir, beneficia-se o setor de transporte, com mais de US$ 644 milhões investidos, com uma participação de 26,7%, estando concluídos 53,0%, ou seja, mais da metade do previsto para ser investido no setor (Tabela 2).

Tabela 2
Investimentos públicos por setor – Bahia – jan. 1991-dez. 2010

Setor	Recursos aplicados (US$ 1.000,00)			
	Concluídos	Execução	Projeto	Total
Energia elétrica	165.079	390	5.670	171.139
Transportes	342.309	36.088	266.493	644.890
Saneamento	701.598	27.925	110.495	840.018
Rec. do pat. histórico	156.841	17.898	55.702	230.441
Sist. aeroportuários	160.177	0	31.520	191.697
Recup. urbanística	94.257	11559	66.312	172.128
Limpeza urbana	26.075	654	11.605	38.334
Preserv. ambiental	4.912	3.794	12.878	21.584
Outros	55.757	150	49.813	105.720
Total	1.707.005	98.458	610.488	2.415.951

Fonte: Setur/Suinvest, posição agosto de 2007.

Investimentos em infraestrutura foram assegurados com o início da execução do Prodetur II, que além das obras básicas, passou a contemplar a capacitação profissional e empresarial. A atual fase do Programa envolve recursos da ordem de R$ 65 milhões (BAHIA, 2006), oriundos do BID e dos governos federal e estadual.

Com relação aos investimentos em empreendimentos privados, serão aplicados, preferencialmente, em oito zonas turísticas. Já estão concluídas 31.882 unidades de hospedagens (UHs), envolvendo mais de US$ 1 bilhão. Do que foi previsto em UHs, 57,4% já foram concluídos, perfazendo 27,4% dos recursos. Estão previstos investimentos de quase US$ 4,3 bilhões em 55.500 UHs na Bahia para o período de janeiro de 1991 a dezembro de 2010 (Tabela 3).

Tabela 3
Investimentos privados nas Zonas Turísticas – Bahia – jan. 1991-dez. 2010

Zona Turística	Concluídos		Execução		Projeto		Total	
	UHs	US$ (1.000)	UHs	US$ (1.000)	UHs	US$ (1.000)	UHs	US$ (1.000)
Costados Coqueiros	6.321	398.669	1.544	155.700	4.784	306.976	12.649	861.345
Baía de Todos dos Santos	6.487	288.367	1.790	114.117	2.473	217.213	10.750	619.697
Costa do Dendê	2.133	35.438	-	-	-	-	2.133	35.438
Costa do Cacau	3.383	78.496	94	41.200	6.296	666.000	9.773	785.696
Costado Descobrimento	8.779	279.793	60	5.000	5.779	1.508.950	14.618	1.793.743
Costa das Baleias	2.492	53.440	76	1783	552	58.050	3.120	113.273
Chapada Diamantina	1.142	18.350	20	200	150	30.000	1.312	48.550
Caminhos do Sertão	178	1.710	-	-	-	-	178	1.710
Outras	967	14.835	-	-	-	-	967	14.835
Total	31.882	1.169.098	3.584	318.000	20.034	2.787.189	55.500	4.274.287

Fonte: Setur/Suinvest, posição agosto de 2007.

Observa-se na Tabela 3 que a maior concentração destes recursos está na zona turística da Costa do Descobrimento, com investimentos totais de quase US$ 1,8 bilhão em 14.618 UHs. Esta zona turística é constituída pelos municípios de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

O segundo maior investimento está voltado para a zona turística da Costa dos Coqueiros, composta por Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Jandaíra, Esplanada e Conde. Nesta zona turística, mais conhecida como Litoral Norte, já consta a instalação de várias unidades hoteleiras de grande porte, a exemplo do Costa do Sauípe, Hotel Vila Galé e Iberostar. Já foram aplicados aproximadamente US$ 399 milhões em 6.321 UHs, e até o final do ano de 2010 serão investidos aproximadamente US$ 861 milhões em 12.649 UHs, somente nesta zona turística (Tabela 3).

A Tabela 4 apresenta os investimentos privados em hotelaria previstos na Zona Turística Costa dos Coqueiros, considerando apenas os municípios que foram objeto de estudo, para o período de 2008-2014, da ordem de US$ 1,7 bilhão, com previsão de implantação de 10.791 UHs.

Tabela 4
Estimativa de investimentos privados em Hotelaria na Zona Turística Costa dos Coqueiros*
Bahia – 2008-2014

Empreendimento	Município	UHs	Investimento Estimado (US$)
Iberostar Bahia (2ª etapa)	Mata de São João	540	100.000.000
Iberostar Bahia (3ª etapa)	Mata de São João	250	20.000.000
Complexo Turístico (1ª etapa)	Mata de São João	600	80.000.000
Complexo Turístico (2ª etapa)	Mata de São João	7.000	1.270.000.000
Reserva Imbassaí (1ª etapa)	Mata de São João	868	80.000.000
Orissio (Norte e Sul)	Mata de São João	1.533	118.500.000
Total		10.791	1.668.500.000

Fonte: Setur/Suinvest, posição agosto de 2007
* Foram excluídos investimentos de outros municípios da Zona Turística Costa dos Coqueiros, que não integram a pesquisa.

Tomando como base o Plano Estratégico 2008-2028, do governo do estado, que apresenta as 15 Diretrizes Estratégicas Socioeconômicas para a Bahia, o turismo está representado na Diretriz Estratégica III – Dinamizar o Turismo e os Serviços Superiores Geradores de Emprego e Renda. Essa Diretriz tem como objetivo elevar a participação do turismo no PIB estadual, tornando-o um forte gerador de emprego e renda para a população.

Assim, o Plano apresenta alguns segmentos que serão priorizados, a exemplo dos de eventos e negócios, cultural, histórico, de natureza vocacional e náutico ou costeiro. Para tanto, se faz necessário fortalecer os atrativos culturais e a oferta de entretenimento, aumentar a disponibilidade e melhorar a qualificação dos serviços e dotar a Bahia de infraestrutura adequada para receber o turista. Também estão previstas ações articuladas entre as várias secretarias, de forma a aumentar a efetividade do planejamento e a execução das políticas voltadas ao turismo, não esquecendo a avaliação das metodologias de pesquisas utilizadas pelo turismo no estado, comparando-as com os exemplos bem-sucedidos do setor.

Neste último período de governo (2007-), e só mais recentemente, a Setur divulgou algumas ações de fortalecimento da atividade turística, as quais denominou de eixos estratégicos do 3° salto. Essas ações coadunam com as previstas no Plano Estratégico 2008-2028 e preveem a qualificação do produto turístico, a inovação do setor, a integração econômica com outras atividades e a promoção e divulgação do turismo.

Alguns programas vêm sendo conduzidos pelo governo do estado, no sentido de incentivar o turismo. A seguir estão elencados os principais vigentes no Estado:

Portal www.bahia.com.br: Portal oficial do turismo no estado, apresenta ao turista todas as informações necessárias sobre destinos turísticos, serviços, festas e eventos da Bahia, em português e inglês.

Programa Boas Vindas**:** Programa de capacitação profissional e empresarial, adota sistemas flexíveis de capacitação, adequados às necessidades e condições dos agentes e atores envolvidos, potencializando as competências técnicas pessoais e interpessoais, facilitando a transferência da qualificação para o desempenho profissional e o aumento da empregabilidade do seu público-alvo. Tem como foco a excelência e a qualidade dos serviços demandados pelas exigências do mercado nacional e internacional do setor do turismo, e como orientação as normas do Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade Profissional.

Simtur: Serviço de Informação de Mão de Obra Turística. Oferece gratuitamente aos profissionais do turismo o cadastro, seleção e capacitação de mão de obra na área de turismo. Proporciona cursos de cozinheiro, auxiliar de cozinha, chefe de cozinha, agente de viagem, camareira, *maítre*, mensageiro, recepcionista de hotel, *barman*.

Programa de Capacitação Profissional e Empresarial: concebe um modelo de educação para o turismo que envolve pessoas e organizações com a perspectiva de construir um conceito de cidade que se potencializa como educadora e aprendiz. Tanto as pessoas quanto as organizações usufruem as oportunidades, promovem e compartilham do desenvolvimento econômico, da harmonia das relações, consolidando a cidadania e contribuindo para tornar as zonas turísticas contempladas no Prodetur – Costa do Descobrimento, Costa dos Coqueiros, Baía do Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa das Baleias e Chapada Diamantina – em destinos turísticos competitivos, sustentáveis, diferenciados, com identidades próprias e referência em qualidade de serviços ao turista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pode se pensar em planejamento da atividade turística sem um diagnóstico preciso da situação a ser assistida, sem especificar os objetivos pretendidos, as prioridades, as premissas que levaram a essa provável intervenção, além das articulações que se fazem necessárias entre as diversas instâncias. Não se pode pensar em planejamento se as ações apresentadas no plano não refletem uma abrangência sistêmica e permeiam todas as dimensões, desde a política, passando pela econômica, a cultural, a de infraestrutura básica – construção e manutenção de estradas, portos, aeroportos, manutenção de equipamentos urbanos (metrôs, ônibus, parques etc.) – a segurança e a social. E ainda, não se pode idear a atividade turística sem pensar no imaginário do turista e no significado de cada experiência vivida por ele a partir do turismo.

A atividade turística no longo prazo deve refletir medidas que resultem na sua sustentabilidade e proporcionem benefícios para todos os seus partícipes. As diversas esferas de governo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, precisam andar juntas, com planos compatíveis com as expectativas dos cidadãos. Daí, o modelo de política orquestrado pelo Estado deve ser participativo, envolvendo também o setor empresarial, juntamente com as várias formas de representações da sociedade civil nas discussões de seus interesses. Os planos devem representar as expectativas de suas sociedades e determinar a direção seguida para o alcance de um resultado esperado.

Assim, é necessário que os diversos organismos estatais, relacionados ao turismo, que tenham poder de decisão e promulguem leis estejam em sintonia para que a aplicabilidade delas seja percebida como uma só. Por isso, os planos devem ser flexíveis e precisos, não esquecendo o caráter contingente que os mesmos devem ter.

As políticas públicas de turismo têm se mostrado ineficazes na medida em que não correspondem às expectativas da sociedade. A valorização e o respeito pela identidade sociocultural da comunidade local deve ser uma preocupação sempre presente nas propostas de transformação do turismo. A sociedade brasileira vê o turismo como uma alternativa de desenvolvimento, já que o país sempre foi visto por suas belezas naturais e com uma vocação espontânea para essa atividade. Assim, a sociedade compreende a atividade como alternativa de superação de seus problemas, principalmente o da exclusão social, e também como forma de conquistas, sejam elas individuais ou coletivas.

Desse modo, a atividade turística no Litoral Norte carece de planejamento sustentável, contínuo e perene. O que se pode constatar em relação a essa região, a partir das entrevistas com as diversas autoridades municipais, os setores organizados e a população de um modo geral, é que atividade turística, tão apregoada como forma de inserção social e econômica, vem sendo tratada, apesar de só recentemente como prioritária, com descontinuidade, ao longo dos vários governos. Existe sim uma legislação ambiental que salvaguarda essa região, mas não há consenso em relação a interpretação e ao cumprimento dessa legislação. Diversos são os entendimentos quanto à aplicação das leis, e diversos são os organismos para a aplicação dessas leis, sejam esses federais, estaduais ou municipais. O uso que se faz da legislação fica a critérios dos executores para permitir ou para coibir determinados empreendimentos turísticos. O que se vê, no momento, são diversas querelas para serem resolvidas, como empreendimentos embargados por órgãos oficiais e ao mesmo tempo liberados por outro organismo de instância diferente. Os prefeitos entrevistados foram unânimes em reconhecer a incapacidade de seus municípios quanto à gestão do turismo. Primeiro pela falta de articulação com o próprio estado, segundo pela existência de um amontoado de organismos com poder decisório. Apesar de ficar claro que seus municípios estão numa Área de Proteção Ambiental (APA), e a consciência comum em relação ao significado dessa expressão, o mesmo não se pode afirmar quanto ao significado de outros conceitos, que mudam conforme o interesse do legislador, a exemplo do de Zona de Proteção Visual (ZPV), que fica dúbio para a grande maioria dos gestores municipais, dando margem a diversas interpretações, inclusive em relação ao conceito de Zona de Proteção Rigorosa (ZPR).

Assim explicita um gestor municipal quando perguntado sobre o uso da legislação ambiental pelas diversas esferas de governo:

> "Evidentemente com muita preocupação, porque isso, inclusive, são situações que já estavam conversadas, acordadas, aprovadas, quer dizer, isso dá uma insegurança legal para quem está investindo aqui no estado que eu não consigo entender. Eu entendo que, realmente, não se pode estar assim, com as portas escancaradas para qualquer tipo de ideia. Empresário chega aqui com qualquer ideia. Mas regras claras, restrições sérias, mas plausíveis de se conviver. É preferível uma regra clara que dê algum tipo de saída em termos de desenvolvimento sustentável do que deixar travado e, mais adiante, na informalidade se perder qualquer valor ambiental" (Carlos, gestor municipal)[1].

O difícil é conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e cultural, mas para isso o estado se põe e se faz representar através de seus agentes. Cabe ao estado a criação da legislação ambiental pertinente, além de elaborar os mecanismos de controle dessa legislação com políticas de ordenamento. As APAs não coíbem a implantação de empreendimentos turísticos, ao contrário, estimulam o desenvolvimento das populações no presente sem prejuízos para as gerações futuras, harmonizando o desenvolvimento turístico com a preservação dos recursos naturais, impedindo dessa forma o turismo predatório.

É oportuno questionar o estado quanto à destinação da região Litoral Norte em relação à proposta de desenvolvimento turístico. É realmente considerada uma área prioritária para o desenvolvimento do turismo baiano? Quais os usos ou destinações permitidos para essa região? Houve a elaboração de um plano que viabilizasse a instalação de um programa de reforma agrária em área de preservação ambiental e de destino turístico?

Nesse sentido é oportuno recomendar a criação de regras claras, o controle e a fiscalização dessas regras e a definição dos papéis de cada agente envolvido no desenvolvimento turístico, respeitando as diferenças e preservando a sustentabilidade dos destinos e do próprio negócio.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governador (2007- : Jaques Wagner). *Resgatando o planejamento estratégico da Bahia*: 2008-2028 – um futuro para todos nós. Resumo executivo. – Salvador: SEPLAN, 2008. 83 p.

BAHIA. Governador (2003- : Paulo Souto). *Relatório de atividades* 2006. Salvador: SEPLAN, 2006.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Século XXI – Consolidação do turismo*: estratégia turística a Bahia 2003-2020. Salvador: SECULT, 2005.

_____. *Programa Boas Vindas*. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br>. Acesso em 13 nov. 2007a.

_____. *Programa de Certificação da Qualidade do Estado da Bahia*. Disponível em: <http://www.bahia.com.br/qualitur/qualitur_home.htm>. Acesso em 13 nov. 2007b.

[1] Entrevista com gestor público municipal realizada no âmbito do projeto de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*. Sobre a pesquisa, ver Muricy (2009). Conforme explicitado neste texto, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Prodetur*. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br>. Acesso em 14 nov. 2007c.

BECKER, K. Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 1, n. 1, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2003-2007*. Brasília, 2003.

_____. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. Brasília, 2007.

BRUSADIN, Leandro Benedini. *Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo*: diferentes visões. Disponível em: <http://www2.anhembi.br/publique/media/leandro>. Acesso em 19 jun. 2008.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. *Sociedade e Cultura* , v. 3, n.1/2, p. 97-109, jan./dez. 2000.

CLUSTER COSTA DOS COQUEIROS. Disponível em: <http://www.clusterdeturismo.com.br>. Acesso em: 5 fev. 2008.

GONÇALVES, Augusta Lorena Santana. A importância do planejamento governamental do turismo: O Prodetur na Bahia. *Bahia Análise & Dados*: planejamento no século XXI. Salvador, v. 12, n. 2. p. 101-114, set. 2002.

LOPES, Juliana. Sustentabilidade requer novos parâmetros. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 abr. 2008. Caderno A, p. 12.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28. (Série estudos e pesquisas, 82).

NOIA, A. C.; VIEIRA JÚNIOR, A.; KUSHANO, E. S. Avaliação do Plano Nacional de Turismo: gestão do governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007. *Revista de Cultura e Turismo*, v. 1, n. 1, out. 2007. Edição especial.

PORTER, Michael. Cluster e competitividade. *HSM Management*, jul./ago. 1999.

QUEIROZ, L. M. A. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. *Bahia Análise & Dados,* v. 11, p. 20-28, 2001.

SIMÕES, Polyana Almeida. Cluster de entretenimento: a metanóia baiana. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 128, p. 31-37, jan. 2005.

PARTE I

SEP

82

Série Estudos e Pesquisas

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
LITORAL NORTE (BA)

LITORAL NORTE: BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Mayara Mychella Sena Araújo *

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Na perspectiva de buscar dialogar com o objetivo geral da pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*[1], de analisar a contribuição das políticas públicas votadas para o fomento à atividade turística e à conservação ambiental para o desenvolvimento das localidades situadas na área costeira dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, que compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte da Bahia e integram a zona turística da Costa dos Coqueiros, este texto traz uma caracterização da região Litoral Norte, onde foi considerado, brevemente, seu histórico de ocupação e expansão, além de terem sido pontuadas algumas características dos processos recentes notados na APA Litoral Norte.

Salientar as diferenças na utilização dessas designações, região Litoral Norte e APA Litoral Norte, emerge associada, portanto, aos distintos processos econômicos observados nas últimas décadas e que não são extensivos a toda região, os processos recentes voltados à dinâmica do turismo estão centrados na porção costeira dessa região, referente a APA.

Sabe-se que há uma longa tradição nos estudos sobre organização regional no Brasil, nos quais a abordagem quanto ao conhecimento e uso dos termos "região" e "metodologias de regionalização" é diversificada. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho aprofundar a discussão da temática, metodologicamente, no entanto, destaca-se a necessidade inicial de salientar em que sentido a denominação região Litoral Norte será usada no artigo e a que municípios se referem. Em seguida, apresenta-se o recorte espacial compreendido como APA Litoral Norte.

Adota-se, para definir a região Litoral Norte, o estudo de regionalização do estado da Bahia – da década de 1980 –, proposto pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/ Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEI/Seplantec), que identifica 15 Regiões Econômicas (REs)[2], em 415[3] municípios. Embora essa proposta de regionalização tenha sido revista,

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Bahia (UFBA); graduada em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). mayara@sei.ba.gov.br

1 Sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, ver Muricy (2009) nesta publicação.

2 As regiões econômicas são unidades espaciais, estabelecidas pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, comumente utilizadas para a divulgação de estatísticas agregadas. Além disso, expressam atividades econômicas predominantes no estado. Comportam, entretanto, de forma geral, grande heterogeneidade interna – entre os municípios integrantes – em termos econômicos, sociais e demográficos.

3 Na época da realização do estudo eram 415 municípios, pois Luiz Eduardo Magalhães era distrito de Mimoso e Barrocas ainda não havia sido desmembrada de Serrinha.

tendo sido substituída pelos Territórios de Identidade[4] – que passaram a se constituir nas unidades de planejamento pelo governo do estado –, não houve alteração da perspectiva de análise, ora proposta. Afinal, conceitualmente, o termo região será empregado, segundo Silva e Souza (1989), considerando a existência de um conjunto de relações de integração e funcionalidade espacializadas em um limite geográfico. E ao tratar da espacialidade, o recorte considerado como região Litoral Norte será:

> [...] todo o espaço a partir da foz do rio Real até a foz do rio Pojuca. Área caracterizada pela extensa presença de coqueirais, dunas, rios, manguezais, lagoas de água doce e por manchas de Mata Atlântica. Tem, atualmente, como seu ponto de referência a Linha Verde, rodovia que liga Mangue Seco, no extremo norte, a Praia do Forte, seu extremo sul (BAHIA, 1999, p. 17).

Geograficamente, a região Litoral Norte localiza-se na costa norte da Bahia, tendo, a leste, o Oceano Atlântico como limite; e mantendo fronteiras, ao norte, com o estado de Sergipe e a Região Econômica Nordeste; ao sul com a Região Metropolitana de Salvador (RMS); e a oeste com a Região Econômica Paraguaçu e parte da Região Econômica Nordeste (Cartograma 1). Note-se que a região situa-se numa posição privilegiada para o deslocamento de fluxos de pessoas e mercadorias e para a instalação de novas tecnologias e fixos. Entre a capital e Sergipe, no vetor de expansão dos empreendimentos imobiliários e turísticos da Bahia, contando com vias de acesso, um espaço pouco adensado e de uso predominantemente rural, apresenta, igualmente, condições para que ocorressem processos acelerados de redefinição de usos e alterações de funções.

Composta por 20 municípios: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, São Sebastião do Passé e Sátiro Dias, a região Litoral Norte está quase que totalmente integrada ao sistema natural da Zona da Mata Atlântica, contando com um pequeno trecho a noroeste da Zona de Transição Ambiental com o agreste baiano (CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES, 1994).

> [...] ao longo de sua extensão é recortada por diversos rios e riachos, que deságuam no mar por entre um vasto cordão de brancas dunas, que acompanha a costa. Aí se encontra uma ampla variedade de ecossistemas, que abrangem desde remanescentes de Mata Atlântica, restingas, dunas, coqueirais, brejos, lagoas ferruginosas de águas escuras até manguezais e recifes de coral, que além de abrigar um leque diversificado de espécies vegetais e animais, constituem nichos reprodutivos para diferentes espécies de animais (tartarugas, golfinhos e baleias jubarte em particular) (LIMONAD, 2007, p. 5-6).

[4] Podem ser considerados como arranjos espaciais ou uma nova forma de configuração espacial para implementação de políticas públicas. Adotados inicialmente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na Bahia existem 26 Territórios de Identidade que são considerados enquanto unidades de planejamento, no âmbito das quais são discutidas as formas de elaborar e implementar políticas públicas que atendam as perspectivas destas.

Cartograma 1
Localização da Região Econômica Litoral Norte

Fonte: SEI, 2008.

Até a década de 1970, a região apresentava um relativo isolamento frente aos principais acontecimentos notados no estado, situação associada ao histórico de sua ocupação e à inexistência de vias de acesso à capital e seu entorno mais dinâmico. O rompimento desse isolamento ocorreu concomitante com o processo de expansão de rodovias, especialmente pela implantação da primeira parte da estrada costeira BA-099, conhecida como Estrada do Coco. Esta se constituiu em um elemento potencializador de novas dinâmicas e transformações das atividades econômicas na região. Em outros termos, a melhoria dos acessos viários

contribuiu para a construção gradual de uma extensa cidade linear, a partir da expansão urbana de Salvador e sua região metropolitana em direção ao seu litoral norte.

Desse modo, pode-se dizer que a urbanização da zona costeira do Litoral Norte da Bahia, ocasionada pela Estrada do Coco, e a expansão do sistema de estradas e rodagens transformaram o traçado e a estrutura viária do litoral, assim como do seu interior. Os limites e interconexões das cidades da região se ampliaram e criou-se uma nova lógica funcional, possibilitando uma configuração espacial em redes. Essa integração, vale ressaltar, ao tempo em que articula, segrega, formando espaços de fluxos e fixos não homogêneos.

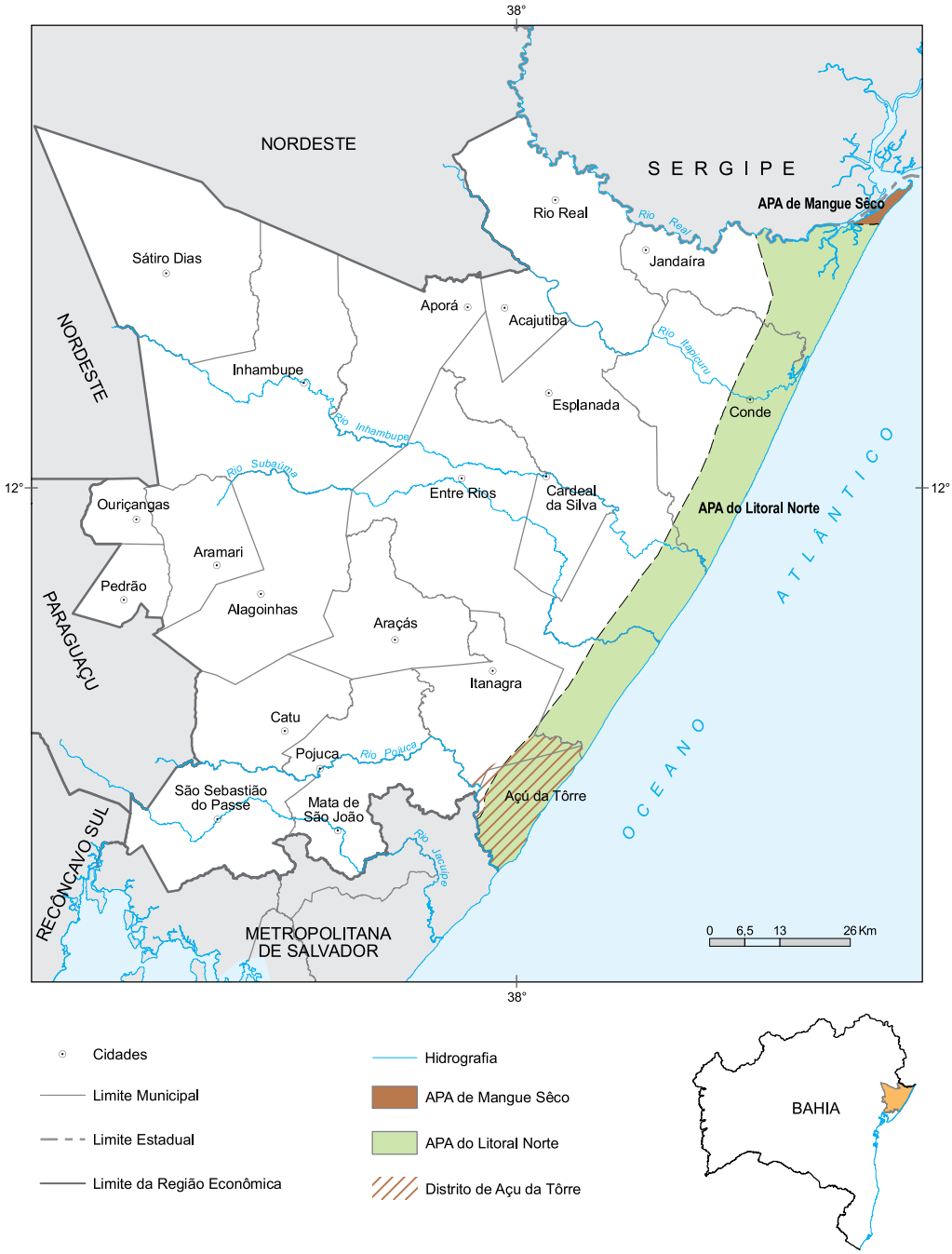
Segundo a análise de Serpa (2002), com a Estrada do Coco apresenta-se um novo desenho morfológico da região, mais precisamente do trecho que compõem a APA Litoral Norte, cujas orlas primitivas das cidades litorâneas se adensaram e expandiram, resultando na destruição de parcelas significativas dos ecossistemas originais. Tais processos associados permitiram o aparecimento de uma outra lógica de consumo dos lugares. Isso porque, nas décadas de 1980 e 1990, em virtude do rompimento do isolamento viário da região, os primeiros veranistas, em geral famílias vindas de Salvador ou municípios circunvizinhos[5], começaram a optar por Abrantes, Arembepe, Jauá, Itacimirim, Praia do Forte, Sítio do Conde, Subaúma, Baixios, entre outras localidades, como local de "segunda residência". Usavam esses lugares como moradia nas épocas de férias, feriados prolongados ou mesmo finais de semana. Nesse contexto, as atividades ligadas ao consumo relacionado com a recreação e lazer começaram progressivamente a transformar as pequenas vilas de pescadores em espaços propícios ao desenvolvimento das atividades turísticas.

O prolongamento da BA-099 e as possibilidades de novos usos dos espaços por ela ocasionados provocaram relevantes e consideráveis impactos ambientais nos ecossistemas e no contexto socioeconômico e cultural da região. Para tentar conter esses impactos, foi criada a APA Litoral Norte, concebida como um instrumento que proporcionaria uma política de ordenamento territorial adequada para a gestão desse espaço. O objetivo da criação da APA Litoral Norte esteve, portanto, relacionado à:

> [...] necessidade de conservar e preservar ecossistemas frágeis, como os remanescentes da mata atlântica, manguezais, áreas estuarinas, restingas, dunas e lagoas, bem como a grande variedade de espécies animais, tendo em vista a expansão socioeconômica da área. O acesso se faz pela Linha Verde (BA-099), que é responsável pelo incremento do turismo e a ocupação intensa do seu entorno, se estendendo até a divisa da Bahia com Sergipe (SUPERINTEDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006, p. 77).

Observe-se que na região Litoral Norte há duas APAs, seguindo a direção norte-sul: a APA de Mangue Seco, criada pelo Decreto nº 605, de 06 de novembro de 1991, acompanhada da APA do Litoral Norte, criada pelo Decreto nº 1.046, de 17 de março de 1992 (Cartograma 2).

[5] Alagoinhas, Camaçari, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Simões Filho e outros.



Cartograma 2
Localização das APAs na Região Econômica Litoral Norte

Fonte: SEI/IBGE, 2008.

Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006), a APA Litoral Norte conta com uma área de, aproximadamente, 142 mil hectares, estabelece as bases para a exploração turística da região e define critérios de ocupação, com o objetivo de equacionar o uso do solo, a conservação e a preservação dos recursos naturais nas áreas costeiras de cinco municípios: Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios e Mata de São João; e as localidades da faixa costeira:

- Costa Azul e Mangue Seco (que fazem parte das bacias dos rios Itapicuru e Real) – Jandaíra;
- Barra do Itariri, Sítio do Conde, Poças e Siribinha – Conde;
- Baixios – Esplanada;
- Porto Sauípe, Massarandupió e Subaúma – Entre Rios;
- Praia do Forte, Imbassaí, Santo Antonio e Diogo – Mata de São João (Cartograma 3).

Para que se cumprissem os objetivos de criação da APA Litoral Norte fazia-se necessário um órgão que pudesse geri-la. Assim é que, no período de sua criação, a APA teve a gestão sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). Entre as atribuições do órgão gestor estava a elaboração do Plano de Manejo[6] e seu respectivo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) – instrumento norteador do uso e ocupação do solo da APA.

Entre 1997 e 1999, o então órgão gestor, Conder, em parceria com as administrações municipais, buscando reforçar as autoridades locais e treinar seu pessoal, implantou quatro escritórios como pontos de informação e orientação técnica acerca da ocupação e do uso do solo na faixa integrante da APA. Em 1999, a gestão da APA Litoral Norte foi transferida para o Centro de Recursos Ambientais (CRA), que transformou o escritório do Sítio do Conde em sede da administração regional da APA.

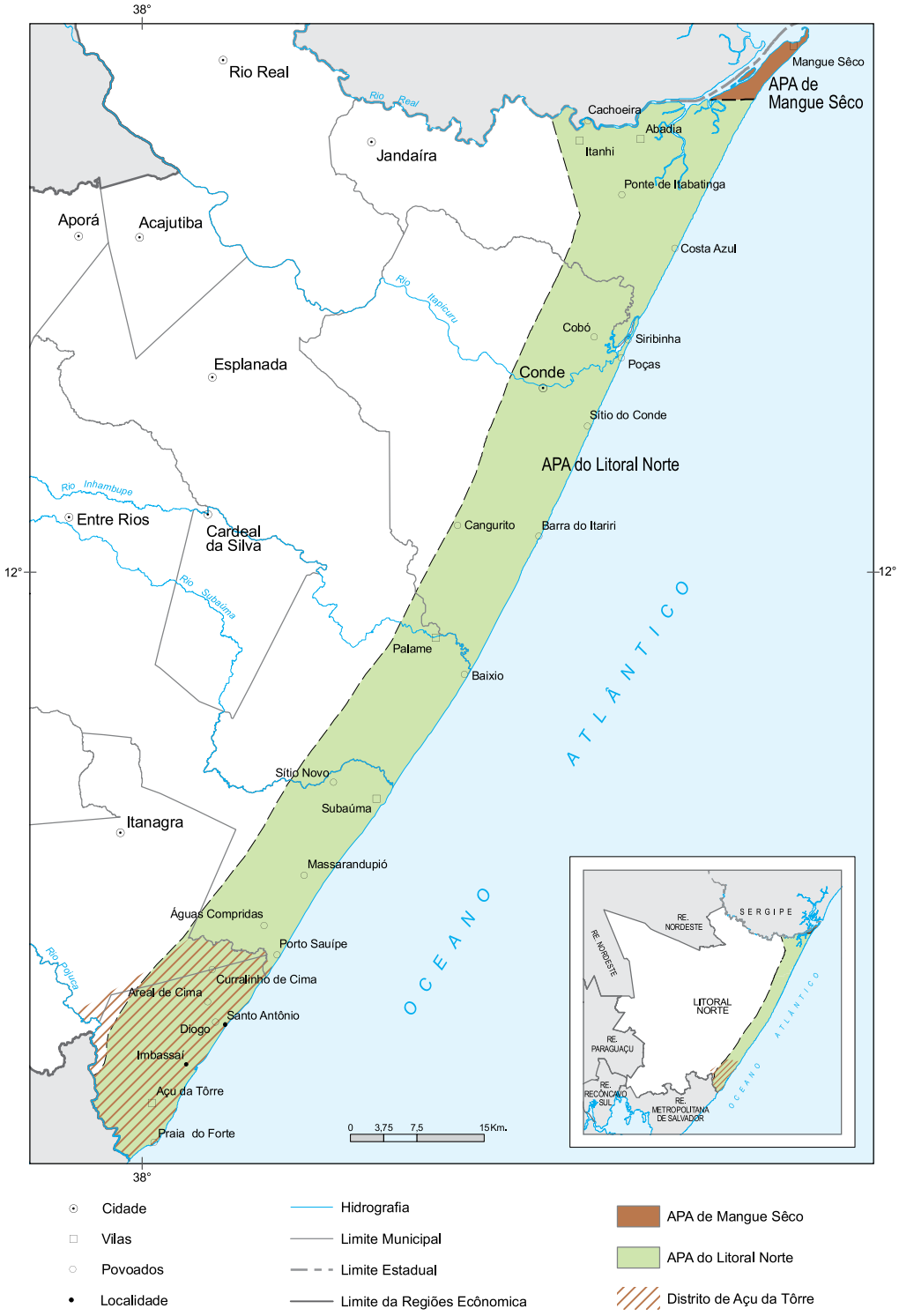
Visando a atender aos objetivos iniciais do Plano de Manejo e avaliar as modificações ocorridas na situação socioambiental, a partir da aprovação do plano, foi desenvolvido o Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental (PPGA)[7]. Processo iniciado em 1997 e concluído em 2001, que resultou na proposta do Programa de Desenvolvimento Sustentável (Prodesu)[8] para a APA do Litoral Norte da Bahia.

---

[6] O Plano de Manejo foi aprovado pela Resolução Cepram nº 1.040, de 21 de fevereiro de 1995, mesma época em que se iniciou a implantação na região do Prodetur Bahia, enquanto fonte de financiamento para infraestrutura de áreas com potencial turístico. Assim, diversos novos investimentos de significativo impacto econômico, espacial e ambiental foram implantados na região nos anos seguintes à aprovação do Plano de Manejo (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2001 apud BAHIA, 2007, p. 6-7).

[7] Sob supervisão do Departament for International Development (DFID) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), estruturas vinculadas aos respectivos Ministérios de Relações Exteriores dos governos britânico e brasileiro. Esse convênio de cooperação técnica foi liderado pela Conder e pelo Consórcio WSATKINS/NRI sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia (Seplantec) e com a parceria institucional do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Superintendência de Desenvolvimento Turístico (Sudetur) e Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (Derba) (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2001 apud BAHIA, 2007, p. 7).

[8] O Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA Litoral Norte, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), avaliou os aspectos ambientais e socioeconômicos desta, apresentando, por conseguinte, um plano detalhado para o desenvolvimento sustentável da área (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAS DA BAHIA, 2006, p. 77).



Cartograma 3
APAs do Litoral Norte e Mangue Seco

Fonte: SEI/IBGE, 2008.

Atualmente, a gestão da APA é exercida pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema)[9], através da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação e da Diretoria de Unidades de Conservação.

O LITORAL NORTE DA BAHIA: BREVE HISTÓRICO

Historicamente, as áreas litorâneas, em diversas partes do mundo, tendem a apresentar maior concentração de população e de atividades produtivas. Essa característica é marcante em países de formação colonial, como no caso do Brasil, em cujas regiões costeiras se encontram um maior aglomerado de áreas urbanas, que agregam atividades de diferentes esferas de (re) produção e infraestruturas de apoio.

A ocupação da imensa costa brasileira permite dizer que esta se deveu, entre outros, ao fato de que esteve subordinada a interesses políticos externos. No século XVI, o interesse da Coroa portuguesa centrava-se em ocupar o litoral como forma de resistir às expedições estrangeiras, especialmente francesas e holandesas. Portanto, a emergência dos primeiros "embriões urbanos" ocorreu apenas nos 30 anos após o descobrimento, com a criação de feitorias ao longo do litoral. Pode-se considerar a instituição do sistema de Capitanias Hereditárias, em 1534, como marco inicial da urbanização brasileira:

> Em determinados pontos do litoral, (os portugueses) instalaram, de saída, núcleos provisórios de ocupação do território, nos quais construíram capelas, centros de administração, postos para armazenamento de madeira e fortificações para a proteção dos portugueses contra o ataque de índios e de outros europeus, especialmente franceses e holandeses (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 1998 apud SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ESCONÔMICOS E SOCIAIS, 2003, p. 70).

Na Bahia, o processo de ocupação e urbanização costeira não se deu de forma diferenciada das demais regiões do mundo caracterizadas pela formação colonial. As tentativas de ocupar seu território limitaram-se, em princípio, a pontuar a extensa costa marítima com pequenos pontos de povoamento. Nas palavras de Leão (1989, p. 105), "os núcleos localizados no interior (regiões do Agreste e do Sertão) cresceram mais lentamente e eram mais dispersos". Os primeiros estavam concentrados, basicamente, na planície litorânea, cuja localização e estrutura orientava-se para a defesa do território contra ataques estrangeiros e para o comércio (inicialmente) de curtos percursos, uma localização que resultou numa vida econômica, em princípio, voltada para o oceano.

Na expansão do povoamento, a atividade missionária também desempenhou importante papel na formação dos núcleos urbanos da Bahia. Afinal, à medida que se seguia rumo às áreas mais interioranas, notava-se que o serviço catequético[10] não apenas tornava-se mais

[9] Antiga Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), criada a partir da aprovação da Lei Estadual nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, cuja aprovação do Regimento deu-se com a publicação do Decreto nº 8.419, de 14 de janeiro de 2003.

[10] Segundo Leão (1989, p. 83), os serviços catequéticos ocorriam quando os jesuítas e padres se reuniam em aldeias, fundadas por eles, para ministrar os ensinamentos cristãos e a língua portuguesa aos índios, além de discipliná-los nos trabalhos domésticos e agrícolas.

intenso como também difuso, "a administração dos serviços religiosos à população rural bastante dispersa levou a arquidiocese a fundar capelas, [...] como marcos da conquista de territórios [...]" (LEÃO, 1989, p. 83).

Outras atividades foram fundamentais para a ocupação do estado, ainda no século XVIII: a pecuária e as ligadas à cultura canavieira.

Apesar de alguns autores considerarem que a pecuária é responsável pelo atraso das localidades onde predomina, seu papel na ocupação das porções interioranas da Bahia foi inestimável. A extensão da atividade em direção às áreas mais para o Sertão e Agreste baiano propiciou a abertura de caminhos, muitos ao longo dos vales dos principais rios. As estradas das boiadas se constituíam em rotas que ligavam as sedes das fazendas (estabelecidas como pontos de apoio para as tropas – as estâncias), implantadas de forma dispersa, geralmente com ligação apenas com a capital, que se transformaram, posteriormente, em estrada de ferro e de rodagem.

As sedes das fazendas, por conta da distância entre elas, tornavam-se núcleos de apoio para o desenvolvimento dessa atividade, constituindo-se em ponto de pousada para comerciantes, boiadeiros e/ ou tropeiros. Algumas originaram, ainda, as feiras de gado e serviram de ponto de encontro semanal para troca de produtos. Em ambos os casos deram origem a muitas vilas e cidades. Finalmente, a criação de gado, na sua marcha pelo Sertão, difundiu a agricultura de subsistência, bem como as lavouras do algodão e do fumo, além dos pastos cultivados.

> As sedes das fazendas pecuárias [...] localizadas ao longo das rotas das boiadas e das tropas, nos entroncamentos de estradas, nos transbordos dos rios ou justapostos a uma capela construída pelos proprietários. Estes sítios, por apresentarem vantagens locacionais, costumam atrair populações inicialmente para troca de produtos (feiras semanais). Ao longo do tempo, entretanto, as populações começam a se assentar pela força de núcleos com tendências a evoluir para vilas e cidades (LEÃO, 1989, p. 84).

A ocupação primitiva da região Litoral Norte esteve relacionada aos propósitos da colonização portuguesa no litoral brasileiro, através da cultura canavieira que se disseminou ao longo da costa, consolidando os principais núcleos urbanos nos vales dos seus rios. Concomitante, com a pecuária extensiva e a produção agrícola de subsistência:

> A história de ocupação da região remete ao período colonial, quando a Coroa portuguesa promove o povoamento do território com base na agricultura e na pecuária na primeira metade do século XVI, e dá início à exploração econômica sistemática das novas terras, planejando abrir caminho para o interior à procura de metais preciosos (BAHIA, 2007, p. 10).

Essa forma de ocupação, contudo, expandiu-se lado a lado com a produção alimentar necessária ao abastecimento dos engenhos e das fazendas de gado. Nesta perspectiva é que a prática da pecuária extensiva, também, representou um elemento marcante no povoamento da região. De grande relevância no apoio à lavoura canavieira, a criação de gado acompanhava com a mesma intensidade a expansão das plantações de cana-de-açúcar.

Salienta-se, portanto, a diferença existente no sentido da ocupação e expansão da população da Bahia em relação à região Litoral Norte. No conjunto do estado, havia uma maior concentração de população no litoral e relativo vazio à medida que se seguia rumo ao interior. Ao contrário, nessa região, em razão do povoamento resultante da expansão da atividade pecuária e canavieira, que requeriam grandes concentrações de terra, a ocupação interiorana, apesar de lenta, deu-se de forma mais adensada que nas áreas costeiras, caracterizadas pelas vilas de pescadores pulverizadas ao longo da costa.

No Litoral Norte da Bahia, é possível ressaltar as áreas cuja expansão decorreu, sobretudo, da ação de Garcia d'Ávila[11], que foi o responsável pela implantação dos sistemas de agricultura e pecuária na região, no início da colonização, por volta de 1551. Ele exerceu papel importante no desbravamento da região, capturando índios e fundando currais para criação de gado, e estendeu seus domínios até o vale do rio Real.

Pode-se considerar, de forma geral, que a extensão da atividade pecuária – as estradas das boiadas, as feiras e os pontos de parada do gado –, a partir dos caminhos existentes entre o Recôncavo (grande centro produtor de açúcar da Colônia) e regiões mais longínquas, foi o que definiu a forma e o sentido da distribuição da população no Litoral Norte. Essa atividade conferia destaque à região, que exercia o seu papel de complementaridade no modelo escravocrata agrário-exportador implantado ao redor da Baía de Todos os Santos, papel esse relacionado ao fornecimento de carne, leite, couros e peixe – em especial o óleo de baleia, usado na iluminação da cidade. Com isso, mantinha estreitas ligações com o Recôncavo (em cujo solo fértil se plantava e beneficiava a cana-de-açúcar) e a cidade (porto de embarque de mercadorias e desembarque de escravos, centro da administração colonial):

> Na segunda metade do século XVII, os portugueses tinham avançado bastante em direção ao interior, estabelecendo caminhos pelo sertão. No Litoral Norte ia se estruturando uma incipiente rede urbana – núcleos de povoamento se estabeleciam em torno de antigas aldeias e missões, de praças-fortes construídas por senhores de engenho, e no entroncamento das rotas das boiadas e dos caminhos que seguiam em direção às regiões de mineração (BAHIA, 2007, p. 10).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, não ocorreram transformações significativas no perfil econômico dessa região, embora se tenha notado no século XIX que a inserção das estradas de ferro possibilitou-lhe um novo dinamismo. Contudo, restrito às estações e mais evidenciado na sua porção interior.

Em relação à costa da região, ainda no século XX, década de 1950, um estudo intitulado *Salvador e o Deserto*, publicado pelo geógrafo Milton Santos, destacava a "quase completa ausência de vida humana, derredor de uma cidade que beira[va] os 600 mil habitantes"

[11] Chegou à Bahia como criado de Tomé de Sousa, o primeiro Governador Geral do Brasil. Enriquecera como almoxarife real da Coroa Portuguesa, na época de D. João II. Proprietário de um curral no Rio Vermelho, recebeu de Tomé de Souza uma sesmaria de duas léguas nos campos de Itapuã. À força de sucessivas concessões de sesmarias e arrendamento de outras, Garcia d'Ávila estendeu seus domínios até o vale do rio Real, onde combateu os índios, conquistando para a coroa portuguesa os estuários e mangues de Sergipe.

(SANTOS, 1960 apud SILVA, 2007) ao caracterizar Salvador e o *continuum* urbano notado entre a capital e Itacimirim. Nesta época, o Litoral Norte da Bahia contava com uma ocupação centrada mais para o interior, e relativo vazio nas áreas costeiras e extensivas à Região Metropolitana de Salvador.

O processo histórico de adensamento da região Litoral Norte não se deu de forma contínua, como demonstra a subdivisão realizada pelo Centro de Planejamento da Bahia/Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Ceplab/Seplantec, 1982) e utilizada pelo Distrito Florestal[12] do Litoral Norte (DFLN)[13]. Essa subdivisão contava com três subregiões: Recôncavo Norte, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas (Cartograma 4), definidas pela antiguidade e formas de ocupação e povoamento.

Conforme esse documento, a ocupação e povoamento da subregião Recôncavo Norte esteve atrelada à produção de açúcar, mantendo, no período colonial, papel complementar à produção açucareira do Recôncavo tradicional[14]. As terras dessa subregião eram consideradas menos propícias ao cultivo da cana-de-açúcar, sendo usadas apenas nos períodos de alta internacional dos preços do produto, quando a plantação se expandia para áreas periféricas ao Recôncavo tradicional, atingindo os municípios de Catu, Pojuca, Itanagra e Mata de São João, que formavam a subregião. Na baixa estação, desenvolvia-se a pecuária extensiva.

Agrupando os municípios de Entre Rios, Esplanada, Cardeal da Silva, Conde e Jandaíra, a subregião Litoral Norte[15] não possuía solo que favorecesse a plantação de lavouras canavieiras. Nessas áreas, cuja produção estava voltada para consumo interno, eram cultivados apenas mandioca, feijão e coco.

A subregião costeira Litoral Norte caracterizou-se pelo estabelecimento de aldeias de pescadores e currais de gado. Ganhou destaque pela prática da pecuária extensiva, tendo sido importante fornecedora de carnes e animais de tração para canaviais e engenhos do Recôncavo tradicional.

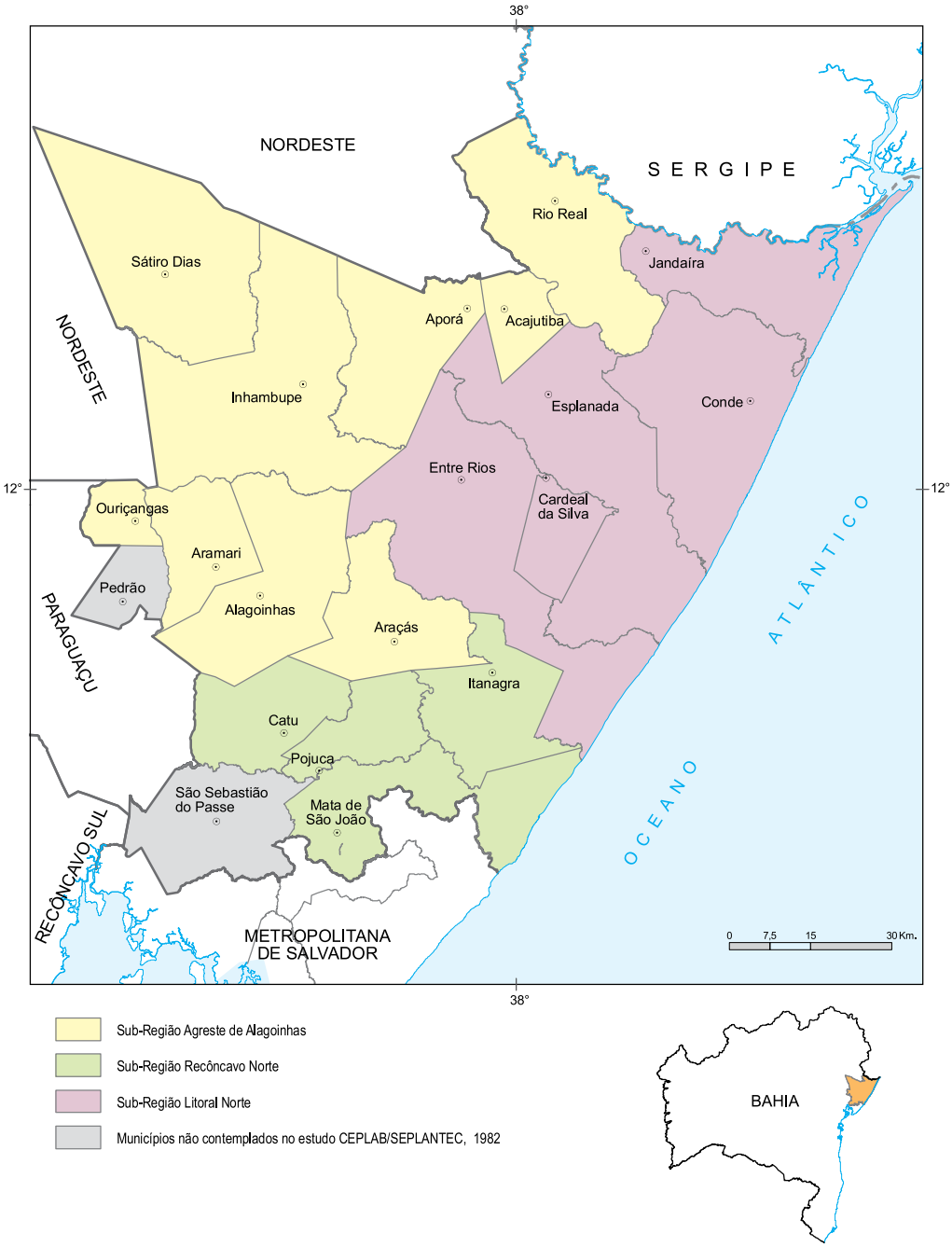
---

[12] Como parte do esforço de reverter a situação deficitária da balança comercial brasileira, através do Decreto-lei nº 76.046, de 1976, o governo federal estimulou a criação de Distritos Florestais em todo o país. A criação destes visava a coordenar as iniciativas dos plantadores de monoculturas de árvores, procurando garantir uma escala economicamente viável para sua inserção nos programas industriais de expansão da produção de aço e papel. Na Bahia foram criados três Distritos Florestais: o do Extremo Sul, o do Sudoeste da Bahia e o do Litoral Norte.

[13] Distrito Florestal do Litoral Norte, com 763.000 ha, inicialmente integrado por Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Cardeal da Silva, Alagoinhas, Catu, Pojuca, Itanagra e Mata de São João. Em 1977, o DFLN foi ampliado. passando a incluir, também, os municípios de Acajutiba, Água Fria, Aporá, Aramari, Crisópolis, Inhambupe, Olindina, Ouriçangas, Rio Real, Irará e Sátiro Dias.

[14] A concepção de Recôncavo tradicional está mais relacionada às relações econômicas históricas estabelecidas entre Salvador e essa porção do espaço que o Recôncavo enquanto uma unidade fisiográfica. As características fisiográficas, terrenos cristalinos, com áreas recobertas por tabuleiros, além de diversas formações sedimentares, permitiram a utilização diferenciada do solo, e ao longo do tempo, em várias porções destes espaços foram praticadas atividades distintas (cultivo da cana-de-açúcar, fumo, mandioca, produção de cerâmica, além das zonas pesqueiras e a extração de lenha e carvão vegetal). Portanto, entende-se como Recôncavo tradicional toda a área correspondente ao Recôncavo canavieiro, fumageiro, mandioqueiro e da cerâmica, e/ou Recôncavo norte, que historicamente mantém relações comerciais importantes com Salvador.

[15] Segundo Centro de Estatística e Informações (1994), ocupava a segunda posição em termos de antiguidade de ocupação.



Cartograma 4
Região Econômica Litoral Norte e subregiões

Fonte: SEI/IBGE, 2008 e Sistematização por Araújo (2005) a partir de estudo da Ceplab/Seplantec, 1982.
Nota: Na época do estudo Ceplab/Seplantec, Araçás era distrito do município de Alagoinhas.

As áreas litorâneas, por onde as boiadas não passavam, permaneceram relativamente isoladas, caracterizadas pela presença de pequenas vilas de pescadores onde a mariscagem e a pesca, além do artesanato, faziam parte do cotidiano da população local. À exceção de Cardeal da Silva, a faixa costeira dessa subregião representou o foco de estudo deste trabalho, que conta ainda com o município de Mata de São João.

Por fim, a subregião Agreste de Alagoinhas, constituída por Aramari, Acajutiba, Aporá, Alagoinhas, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias e Rio Real, além de quatro municípios[16] que não pertencem à região econômica Litoral Norte. De ocupação mais recente do que as outras subregiões, o Agreste de Alagoinhas possuía estrutura produtiva diversificada, estrutura fundiária menos concentrada e com terras de melhor qualidade, nas quais se misturavam atividades de pecuária e pequena produção.

Ao longo dos anos, o Litoral Norte da Bahia permaneceu mais adensado no interior – com as grandes fazendas voltadas à atividade canavieira e pecuária, além das áreas destinadas à agricultura de subsistência – e rarefeita na parte litorânea, com as vilas de pescadores. Nessa região:

- a economia e a sociedade local estiveram relacionadas aos circuitos produtivos do estado, uma vez que sua estrutura econômica produtiva sempre foi complementar à de Salvador e ao Recôncavo tradicional;
- a estrutura fundiária com alto índice de concentração[17] da propriedade;
- desde o início de sua ocupação, a região caracterizou-se como lugar de passagem (inicialmente, com as estradas das boiadas e, posteriormente, com a implantação de ferrovias e rodovias).

As décadas de 1950 e 1960 foi um período marcado pelo processo de desaceleração da economia da região. A lenta diminuição da exportação de açúcar – não compensada por nenhuma outra atividade –, somada às tentativas de produção de algodão e de fumo no Recôncavo e à abertura de novas frentes de expansão para o gado, contribuíram para retirar a região Litoral Norte da posição de complementaridade que ocupava em relação às áreas mais dinâmicas da Bahia.

Além disso, evidenciou-se piora nas condições de existência da pequena produção. As mudanças observadas no perfil da economia do Litoral Norte ameaçaram a prática da agricultura, que começou a perder posição como setor dinâmico da economia. Em seu lugar, foi a indústria petroquímica que passou a dirigir o processo de investimentos, geração de empregos e expansão urbana. Segundo Barbosa e outros (apud GONÇALVES; MACHADO, 1996, p. 26), "a pecuarização da agricultura estadual foi um reflexo da decadência das lavouras tradicionais, inclusive as de exportação, tais como a de cana-de-açúcar, o fumo, o coco-da-baía, o sisal, o algodão, a mamona, a mandioca e o cacau".

[16] Água Fria, Crisópolis, Olindina e Irará.

[17] Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995, dos 31.698 estabelecimentos rurais encontrados no Litoral Norte da Bahia, cerca de 73% têm até dez hectares e ocupam 8% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais. Por outro lado, não chega a 1% o número de estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares (0,3%), e eles ocupam 29% do total da área ocupada.

Esse período foi caracterizado pela política desenvolvimentista[18] do Estado. Entre as consequências de tal política, e algumas alterações observadas no perfil da economia baiana, tem-se na Região Metropolitana de Salvador a implantação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec). Esse processo ocorreu em paralelo a mudanças nos direcionamentos dos fluxos de população (as transferências de população deixaram de ser, predominantemente, do tipo campo-cidade, intensificando-se o fluxo tipo cidade-cidade) e foi sentido também na região Litoral Norte.

É neste contexto que se inicia a exploração de petróleo em poços localizados em Alagoinhas, Pojuca, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva, situação que possibilitou maior dinamismo socioeconômico da região, com o incremento da arrecadação municipal e da infraestrutura (implantação das estradas, a instalação de agências bancárias):

> [...] a descoberta e a exploração de petróleo na Bahia veio recolocar o Litoral Norte no cenário estadual: muitos poços, de modo que o sistema de estradas teve de ser melhorado para transportar a produção para a refinaria, instalada no norte do Recôncavo. As cidades do Litoral Norte receberam novo impulso, com a generalização do assalariamento e o aumento da arrecadação municipal, o que as transformou em polos de convergência de movimentos migratórios oriundos das áreas agrícolas adjacentes, a exemplo dos povoados costeiros, que tiveram sua população reduzida (V&S ENGENHEIRO CONSULTORES, 2003, p. 11).

Em razão da proximidade dos polos industriais que foram implantados na RMS, a ampliação da concentração de população nas áreas urbanas do Litoral Norte e o declínio da agricultura se intensificaram nas décadas seguintes. Já nos anos 1970, o planejamento governamental previa para a região o plantio de florestas homogêneas de espécies exóticas (*pinus* e eucalipto) como alternativa energética para atender à demanda do parque industrial baiano em transformação. A atividade reflorestadora foi intensa e provocou uma série de impactos na dinâmica regional:

> Em meados da década de 1970, a introdução de atividades de plantio e exploração de florestas homogêneas visando a produção de celulose e carvão vegetal vem atender a uma requisição de um mercado industrial, parte de uma economia nacional que impõe novos contornos à agricultura, exigindo que ela se modernize e se adéque a um novo momento do capitalismo. Assim, municípios do Litoral Norte são escolhidos para a intensa atividade reflorestadora que, em apenas cinco anos (1975/1980), modificou a estrutura fundiária da região, acelerando o processo de concentração de terras nos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, e uma pequena redução dos estabelecimentos de tamanhos entre 100 e 1.000 ha (CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES, 1983 apud BAHIA, 2007, p. 11-12).

É nesse período, com a instalação de empresas de reflorestamento na região, que a desarticulação das relações tradicionais de produção (pesca artesanal e lavouras de subsistência) inicia-se. Ou seja, observa-se que a região, tradicionalmente dedicada a atividades de subsistência, cocoicultura, citricultura e pecuária, experimenta um processo de mudança da estrutura

[18] Sinteticamente, a política nacional desenvolvimentista esteve baseada na diversificação do sistema produtivo a partir do processo de substituição de importações, no qual ocorreram transformações nos investimentos tanto de ordem pública quanto privada.

fundiária voltada ao desenvolvimento do reflorestamento. Esse processo foi viabilizado pela inclusão da região no Distrito Florestal Litoral Norte da Bahia, cuja prioridade era a ampliação das atividades de reflorestamento e celulose.

Ainda na década de 1970, a prática do turismo desponta como perspectiva econômica para o governo da Bahia que começa a investir em estudos para viabilizar e incentivar o avanço da atividade. O esgotamento das antigas áreas de veraneio mais próximas a Salvador, transformadas em bairros pelo crescimento rápido como local de moradia, levou ao aumento das demandas por novos destinos turísticos. Neste momento, as atividades relacionadas ao setor no Litoral Norte baiano eram acanhadas e de cunho local, visto que contavam com infraestrutura de comércio e serviços frágil e vias de circulação precárias. Praticava-se um turismo ainda incipiente e voltado a atender as demandas locais. O potencial turístico era explorado apenas por uma clientela microrregional ou regional, através de viagens de veraneio e de excursões de curta duração.

APA LITORAL NORTE: PROCESSOS RECENTES

Desde o início de sua ocupação e povoamento até os dias atuais, a região Litoral Norte da Bahia contou com várias atividades como propulsoras de seu dinamismo socioeconômico. Cada uma instituiu, a seu modo, modificações na paisagem, alterações nas culturas preexistentes, além de terem promovido, dentre outras consequências, a migração e a exploração "predatória" dos seus recursos naturais. Na última década, entretanto, foram verificadas as mais profundas transformações tanto na paisagem quanto na organização, resultado do agravamento das pressões produzidas, principalmente, pela "indústria do turismo".

Os discursos existentes e alardeados são de que a atividade turística provoca a dinamização econômica do espaço onde se insere, produzindo desenvolvimento, em curto prazo, e gerando a transformação da estrutura espacial da área e de sua abrangência. Nessa perspectiva, desde 2001, a faixa costeira da região Litoral Norte da Bahia, que possui grande diversidade de belezas e atrativos naturais, com forte apelo ecoturístico, tornou-se um dos maiores polos turísticos em crescimento do Brasil, abrigando gradativamente as condições gerais que a atividade exige: operações de infraestrutura, sociais, amplo programa de divulgação, promoção e marketing em diversos âmbitos.

Embora alguns autores considerem que o impulso modernizador na faixa litorânea da região tenha acontecido ainda em meados da década de 1950, período de alterações significativas no âmbito da economia do Litoral Norte, foi somente na década de 1970, com a construção da BA-099 (Estrada do Coco) e o esgotamento das antigas áreas de veraneio, como Itapuã, as ilhas e margens da Baía de Todos os Santos e do baixo Paraguaçu, que novos rumos foram dados à atividade turística. O aumento da demanda por novos locais para férias, lazer, resultou na busca de outras áreas com essa finalidade, que se estendiam pelo litoral oceânico nas proximidades de Salvador em direção ao norte, incorporando Buraquinho, Jauá, Arembepe, Guarajuba, Monte Gordo, Barra do Pojuca, Itacimirim.

Pode-se, portanto, dizer que a história do turismo na faixa costeira da região está dividida em dois momentos: o primeiro, ainda em 1970, caracterizado pela expansão e generalização da prática turística voltada ao veraneio, atingindo as localidades costeiras de Abrantes, Arembepe, Jauá, Itacimirim e Praia do Forte; e o segundo, já em 1990, marcado pela concentração de investimentos na área de hotelaria, alcançando Imbassaí, Diogo, Porto de Sauípe e, em menor intensidade, Massarandupió, Subaúma, Baixio, Barra do Itariri, Sítio do Conde, Poças, Siribinha, Costa Azul e Mangue Seco.

Tanto o primeiro quanto o segundo momento foram marcados pelo mesmo elemento propulsor: as vias de acesso. Em 1970, a construção da Estrada do Coco, que vai de Salvador até Praia do Forte, e mais tarde, em 1990, o prolongamento da BA-099 de Praia do Forte ao estado de Sergipe, a Linha Verde[19].

A implantação do turismo, que foi posta como processo irremediável, impulsionou a desarticulação dos modos de produção tradicionais, centrados no acesso a terra e aos recursos naturais. Afinal, em meados do século XX, as atividades econômicas mais relevantes para os moradores dessa porção da região eram a pesca, coleta de crustáceos e agricultura de subsistência. Com as transformações resultantes dos efeitos do turismo, grande parte da população passou a viver da atividade e deixou de executar as tradicionais.

Nesse cenário, a costa oceânica do Litoral Norte emerge como um mercado atrativo aos investidores imobiliários que procuravam atrair turistas vindos das regiões Sul e Sudeste do país e de outros países, com a região sendo divulgada a partir de suas belezas naturais, o que mais tarde viria a ser nomeado de "turismo ecológico". Assim se implanta, na década de 1980, o Praia do Forte Resort Hotel, que serviu de modelo para outros empreendimentos e para a produção da ideologia do turismo sustentável, pelo planejamento governamental e investidores privados.

> A construção do Praia do Forte Resort Hotel [...] vem imprimir durante a década de 1980 um referencial para os investimentos que se autointitulam ecoturísticos na região, tendo suas práticas de gestão do ambiente legitimadas pelo poder público municipal e estadual (BAHIA, 2007, p. 13-14).

A realidade observada após a instalação desse complexo hoteleiro atraiu empresários do setor imobiliário à região durante os anos 1980. Eles ocupavam, preferencialmente, os terrenos costeiros com empreendimentos, de pequeno e médio porte, nas localidades de Imbassaí, Porto Sauípe e Praia do Forte.

Tradicionalmente, uma série de modificações estruturais, espaciais e mesmo sociais ocorrem nas regiões onde o turismo se instala. Alguns estudiosos consideram que o desenvolvimento desse tipo de atividade, de veraneio, e a implantação de condomínios de segunda residência, além de responderem por uma ocupação pulverizada e segmentada – geralmente caracteri-

[19] A Linha Verde tem 142 km entre Açu da Torre (município de Mata de São João) e Itanhi (município de Jandaíra), fronteira com Sergipe. Acesso viário que interliga a área litorânea dos municípios de Camaçari e Lauro de Freitas (na Região Metropolitana de Salvador) aos povoados litorâneos dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra (na Região Litoral Norte).

zada como urbanização extensiva ou dispersa –, respondem pelo aumento da especulação imobiliária e a monetarização das trocas. Essa situação impulsiona o aumento do custo de vida para a população local, bem como a transformação dos valores e práticas sociais locais.

De forma geral, as novas relações estabelecidas em função do crescimento do turismo ocasionaram o processo de expulsão das populações tradicionais dos seus locais de residência – muitas vezes privilegiados por localizarem-se próximos ao mar ou a rios. Seduzidos, pela valorização da região resultante da dinâmica do turismo, os moradores tradicionais dessas áreas, geralmente posseiros, vendem suas propriedades aos grandes empreendedores ou são indenizados apenas pelo valor dos coqueiros plantados e passam a viver em áreas marginais.

Desde 2001, a multiplicação das construções residenciais para atender as demandas turísticas na faixa costeira da região, bem como a degradação gradativa do meio ambiente, alia-se ao alto valor paisagístico socialmente atribuído a estas áreas litorâneas, possibilitando a instalação na região de uma estrutura urbana de veraneio de grande porte, "[...] praticamente todas as cidades da costa foram aparelhadas para a recepção dos turistas, com a criação de núcleos hoteleiros e de extensas áreas residenciais" (MACEDO, 1999 apud SERPA, 2002, p. 4).

Acrescenta-se que apesar do Brasil possuir uma das mais avançadas legislações ambientais e um programa de proteção da orla litorânea, implementado pelo Ministério do Meio Ambiente, com uma orientação direcionada a preservar a diversidade dos ecossistemas costeiros, o desrespeito à legislação ambiental é flagrante. A falta de recursos, a falta de capacidade de fiscalização, os acordos entre prefeituras e promotores imobiliários contribuem para converter em objeto de consumo os lugares, resultando no aumento do número de condomínios, *resorts* e clubes turísticos.

> Muitas vezes, em nome do desenvolvimento local sustentável, da geração de empregos e da inserção nos fluxos produtivos, vários municípios litorâneos, quando não o governo estadual secundado pelo governo federal, abrem exceções ou encontram soluções de compromisso com promotores imobiliários, incorporadores e grupos hoteleiros e grupos turísticos de porte internacional. Tais "soluções" contribuem para permitir a implantação de *resorts,* hotéis de luxo, marinas e condomínios fechados nas áreas litorâneas. Resulta daí uma expansão geográfica indiscriminada das atividades de turismo-veraneio, que somada à multiplicação exponencial de condomínios de segunda residência em áreas litorâneas coloca em risco a diversidade de um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas costeiros tropicais do mundo (LIMONAD, 2007, p. 2).

Nesse contexto, a APA Litoral Norte desponta com grande concentração de *resorts* e complexos hoteleiros[20] voltados, principalmente, a atender as demandas do turismo. O processo de valorização imobiliária, iniciado na década de 1980 e acentuada em 1990, nesta faixa do litoral baiano ocorreu em três zonas distintas, segundo Menezes (1999, apud SERPA, 2002):

[20] Destaque para Costa do Sauípe, do Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ); Reserva Imbassaí, do grupo português Reta Atlântico; e o Iberostar resort, da rede espanhola Iberostar.

- área de ocupação rarefeita, com presença significativa de grandes propriedades, onde o meio natural encontra-se de certo modo preservado;
- área de ocupação densa, onde a "paisagem natural" está fortemente descaracterizada, comprometendo, inclusive, as relações interativas entre os meios físico, biótico[21] e antrópico[22] dos lugares;
- área de transformação urbana acelerada, menos densa, com o predomínio de loteamentos horizontais, com seus lotes tradicionais de parcelamento individual e geometricamente paralelos, onde há, ainda, remanescentes significativos da "paisagem natural" (MENEZES, 1999 apud SERPA, 2002, p. 4) (Cartograma 5).

Ainda conforme Menezes (1999, apud SERPA, 2002, P. 4), o espaço resultante da nova organização espacial da APA Litoral Norte estrutura-se:

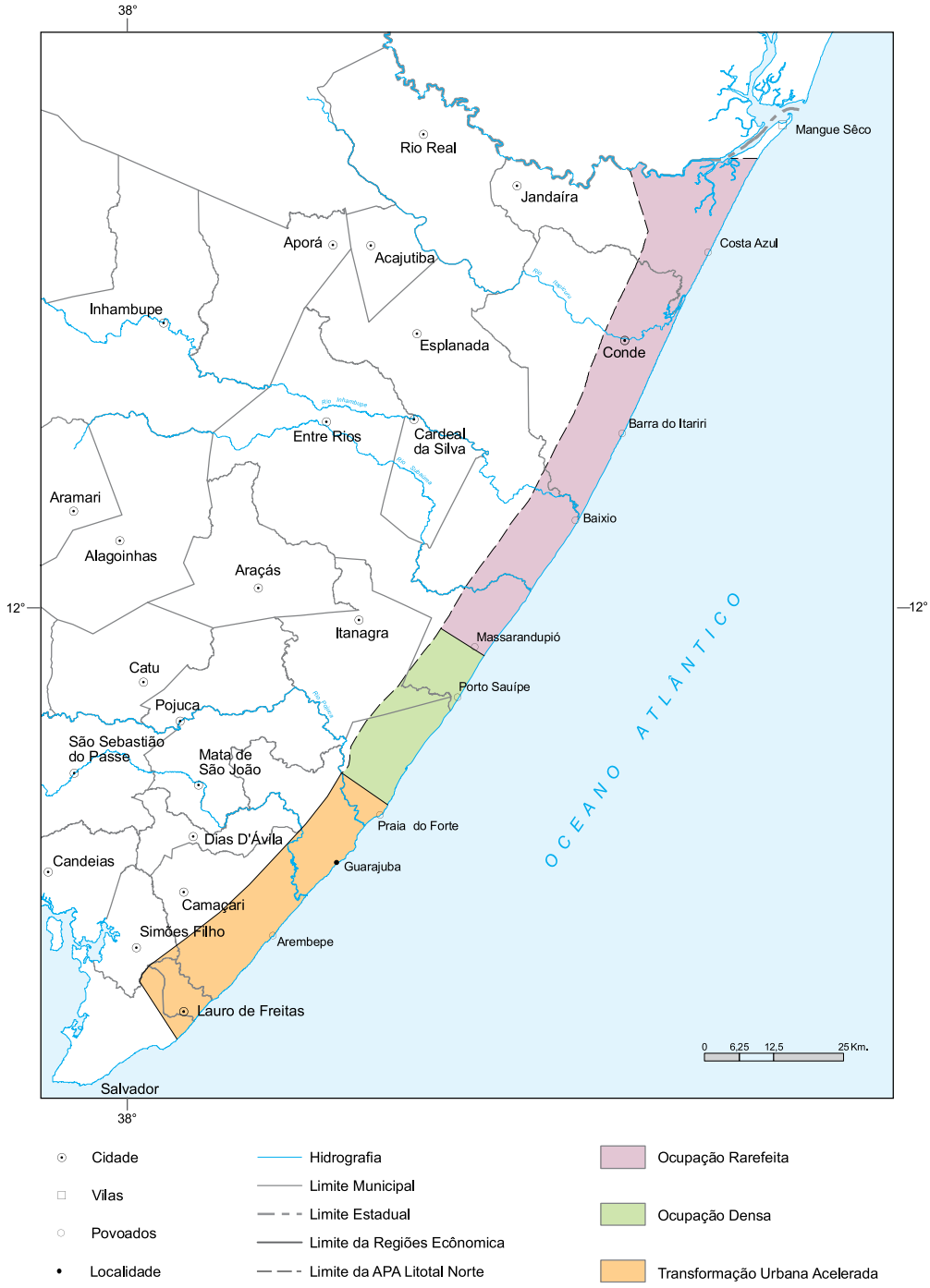
> [...] a partir da articulação de vários padrões de assentamento: as vilas de pescadores; os loteamentos e condomínios; empreendimentos do ramo turístico (villages, *resorts*, restaurantes); e áreas com atividades agrárias, que (ainda) não foram incorporadas ao processo de urbanização da região costeira. Os diferentes padrões de assentamento definem também padrões diferenciados de qualidade ambiental (no sentido do comprometimento ecológico) e paisagística (no sentido do comprometimento de imagem).

Assim é que o turismo, ao tempo em que tende a se consolidar, causa uma (des)estruturação no modo de vida tradicional, ou seja, a atividade turística tem atuado de tal maneira sobre a organização socioespacial da faixa costeira do Litoral Norte que a implantação de pousadas, complexos hoteleiros, restaurantes, barracas de praia, parques temáticos e outros empreendimentos vêm mudando a paisagem, a configuração espacial e, também, o padrão arquitetônico das comunidades locais. Além de promover, ainda, a formação de um mercado local que oferece e demanda serviços, produtos e/ ou mão de obra, modificando uma lógica de produção anterior, centrada na pesca e na pequena agricultura. Ao mesmo tempo, esse mercado reforça a abertura da região a investimentos externos, contribuindo para a especulação imobiliária.

Toda a dinamização econômica observada na APA Litoral Norte, mais detidamente relacionada ao turismo, tem suscitado questões e discussões acerca do tema. Nos últimos anos, os debates envolvendo os distintos segmentos da sociedade e o próprio governo baiano nos leva a repensar as transformações em curso, principalmente ao considerar que a prática da atividade turística na área tem sido tratada como uma das principais geradoras de emprego e renda:

[21] Meio biótico é o conjunto de todos os organismos vivos como plantas, animais e decompositores, que vivem num ecossistema. É o contrário de meio abiótico ou meio físico, que é o conjunto de todos os fatores não vivos de um ecossistema, mas que influenciam no meio biótico, como temperatura, pressão, pluviosidade, relevo etc.

[22] Termo de criação recente, empregado por alguns autores para qualificar o meio antrópico, compreendendo os fatores políticos, éticos e sociais (econômicos e culturais); um dos subsistemas do sistema ambiental, o subsistema antrópico.



Cartograma 5
Zoneamento da faixa litorânea do Norte da Bahia, segundo processo de valorização imobiliária (1999-2007)

Fonte: SEI/IBGE, 2008 e sistematizado pela autora com base em Menezes (1999).

> Ao instituir o PRODETUR, em 1991, o governo baiano aceitou o desafio de otimizar a execução da vocação natural de várias regiões do estado para o turismo, por entender que esta é uma alternativa econômica forte geradora de emprego e renda (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELLOS, 2001, p. 118).

Acompanhado essa lógica, a APA Litoral Norte tem atraído capitais nacionais e internacionais destinados ao setor, além de contar com ações do governo do estado voltadas a estimular esta atração de investimentos.

> A BAHIATURSA, órgão da Secretaria de Cultura e Turismo, através do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), é responsável pelo setor no estado, criando alternativas e orientando ações que possibilitem o crescimento dos polos turísticos, tanto no litoral quanto no interior, buscando explorar as potencialidades locais, não só as belezas paisagísticas, mas, principalmente, elevar a riqueza cultural e as tradições como o folclore, a culinária e o artesanato, entre outros. Além disso, o PRODETUR visa à geração de divisas, investindo no turismo internacional, estimulando também o nacional, e criando alternativas que facilitam o deslocamento das pessoas. Faz parte, ainda, a criação de novos postos de empregos de forma direta e indireta, se consagrando como o setor que mais emprega, especialmente no período de alta estação, o que repercute diretamente na realidade social de forma positiva (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006, p. 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a economia e os modos de vida na região Litoral Norte estiveram vinculados à atividade pecuária, aos cultivos de cana-de-açúcar, coco-da-baía e citricultura. A partir da década de 1990, com a exploração de petróleo, silvicultura, turismo e lazer alteram as relações com o espaço. A dinâmica econômica resultante, principalmente, do crescimento do turismo faz com que a faixa costeira do Litoral Norte da Bahia canalize para os municípios que a compõem, especialmente Mata de São João e Entre Rios, investimentos nacionais e internacionais de grande porte. Coexiste com essa realidade uma economia de pequeno porte, assentada no extrativismo vegetal, na mariscagem e na pesca voltada, principalmente, para o autoconsumo. Além de a região ter o artesanato e a coleta de frutas (a mangaba, a manga e o caju) com sua importância mantida e, ainda hoje, representarem ganhos para as famílias.

Os processos de extensão da BA-099 e a inserção do Litoral Norte na zona turística Costa dos Coqueiros[23] do Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado (Prodetur) permitiram a expansão da atividade na região. Nesta perspectiva, a Linha Verde tornou-se um vetor de desenvolvimento do turismo para o Litoral Norte. Com a sua construção, o litoral da região foi definitivamente aberto para a exploração turística, imprimindo um novo ritmo para a vida da sua população. Novos projetos, de diversos portes, ligados ao setor foram surgindo, como o complexo hoteleiro Costa do Sauípe, entre Santo Antônio e Porto Sauípe.

[23] O Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado (Prodetur) tinha como objetivo elaborar uma estratégia de expansão da atividade turística na Bahia. Para tanto, o mesmo institui o zoneamento dos destinos turísticos no estado, segundo características das paisagens naturais e/ou histórico-culturais: Costa das Baleias, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau, Costa do Dendê, Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Sertão, Lagos de São Francisco, Chapada Diamantina e Caminhos do Oeste.

As áreas habitadas por comunidades tradicionais existentes na região têm passado por um processo de ocupação desordenada; carentes de infraestrutura[24] básica, sofrem influência direta dos impactos decorrentes da rodovia BA-099 (Linha Verde) e, consequentemente, do crescimento da atividade turística. Nesse contexto sobressaem-se Praia do Forte, Açu da Torre, Malhadas, Campinas, Sauípe, Imbassaí, Porto de Sauípe, Curralinho, Canoas, Subaúma, Baixios, Barra do Itariri, Cangurito, Conde, Vila do Conde, Sítio do Conde. Além daquelas áreas cujos elementos de patrimônio histórico[25] e a inexistência de estruturas sociais competitivas em relação até mesmo aos modos de produção tradicionais locais – como a agricultura e a pecuária extensiva – fazem das comunidades elementos bastante frágeis e vulneráveis à intensificação dos processos produtivos tradicionais e novos: Diogo, Areal, Santo Antônio, Massarandupió, Palame, Cobó, Poças, Siribinha, Ponte de Tabatinga, Abadia, Cachoeira Itanhi, Coqueiros e Mangue Seco.

A transformação no tipo de turismo até então verificado na região – de pequeno porte (veraneio) para uma atividade de porte internacional – aparece como ameaça à "sustentabilidade" da faixa costeira da região – a qualidade da água, preservação das matas, conservação dos rios e a vegetação de mangue. As discussões em torno da preservação ambiental e conservação das culturas locais tornaram-se mais evidentes entre as pessoas pertencentes aos diferentes segmentos da sociedade, especialmente estudiosos e ambientalistas.

A área da APA corresponde às planícies marinha e flúvio-marinha, além da porção dos tabuleiros. Verifica-se que, em toda a extensão litorânea, a ocupação hoteleira é marcante, iniciada com a implantação do complexo Praia do Forte Resort Hotel (conforme dito anteriormente), além da construção de diversos condomínios fechados de luxo. Toda a infraestrutura turística e de lazer que se consolidou na APA contrasta com as atividades tipicamente primárias desenvolvidas pela população local, como pesca, agricultura de subsistência, coleta de mariscos e artesanato (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006).

Nessa perspectiva, existem poucas diretrizes que visem a contribuir para o desenvolvimento endógeno – no sentido de valorização e superação dos problemas sociais a partir de profundas alterações nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais nas localidades – e induzam a busca de políticas públicas que adotem medidas protecionistas para estas comunidades, de forma a manter o desenho urbano e a tipologia habitacional tradicional. Além da necessidade de implementar programas de saneamento básico, incentivos a programas de visitação turística, conservação do patrimônio e projetos voltados ao tombamento de sítios históricos.

Longe de querer aprofundar a temática sobre a discussão do crescimento turístico na região Litoral Norte da Bahia, este artigo se constituiu numa tentativa de esboçar, sumariamente, a formação e povoamento da região, bem como os processos recentes verificados na APA Litoral

[24] Ver maiores detalhes no artigo *Breve Avaliação dos Serviços de Infraestrutura na APA Litoral Norte da Bahia*, de Sacramento e Santos, nesta publicação.

[25] Populações com características socioculturais tradicionais, que utilizam processos produtivos voltados, essencialmente, para a subsistência (pesca artesanal, extrativismo do mangue e piaçava).

Norte, de modo a contribuir para compreender os processos que ocorreram mais recentemente. Efetivamente, as considerações presentes no artigo representaram um esforço de síntese para facilitar a apreensão dos elementos apresentados nos trabalhos que complementam esta publicação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. *A ferrovia e a configuração urbana da cidade de Alagoinhas - Bahia*. 2005, 113 f. Monografia (Graduação em Bacharel em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia cultural da Bahia*: Litoral Norte. Salvador: SCT, 1999. v. 9.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Conselho Estadual de Meio Ambiente *Parecer do Grupo de Trabalho GT – ZPV - Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia*. Salvador: SEMARH, 2007. Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas (CTBIO).

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Zoneamento dos distritos florestais do Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 1976. 154 p. Programa realizado com a participação da Secretaria da Indústria e Comércio e da Secretaria da Agricultura.

BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. *Relatório preliminar de desenvolvimento integrado*: município de Esplanada Bahia. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1972. 119 p. Programa de Ação Concentrada - PAC (MINTER). Convênio SERFHAU/Grupo de Trabalho Projeto Rondon - Fase IX.

CENSO AGROPECUÁRIO, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2009.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). *Perfil da Região Econômica Litoral Norte*. Salvador: CEI, 1994. (Série perfis regionais, 2).

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

GONÇALVES, Múcio Tosta; MACHADO, Carlos Wagner da Costa. "Reflorestamento" e mudanças nas condições de vida do Litoral Norte da Bahia. *Caderno CEAS*, Salvador, n. 161, p. 23-34, 1996.

LEÃO, Sonia de Oliveira. Parte I: Padrões Espaciais de Desenvolvimento Urbano (1500-1930). In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello (Org.). *Urbanização e metropolização no estado da Bahia*: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 21-103.

LIMONAD, Ester. *Yes*, nós temos bananas! Praias, condomínios fechados, *resorts* e problemas sócio-ambientais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. *Anais*... Belém: ANPUR, 2007, p. 1-20.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28. (Série estudos e pesquisas, 82).

SANTOS, Milton. Salvador e o deserto. *Revista Brasileira dos Municípios*. v. 13. p. 127-128, 1960.

SERPA, Angelo. Paisagem periférica. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Repensar o litoral norte. *A Tarde*. Salvador, p. 3, 2 abr. 2007.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SOUZA, Jaimeval Caetano de. Uma medida da evolução recente da organização espacial do Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 53-70, out./dez. 1989.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes*: Extremo Sul da Bahia. Salvador: SEI, 1998. 120 p. (Série de estudos e pesquisas, 40).

_____. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia*: 1980-2000. Salvador: SEI, 2003, 2v. (Série estudos e pesquisas, 60).

_____. *Uso atual das terras*: bacias dos Rios Itapicuru, Vaza-Barris e Real. Salvador: SEI, 2006. 115 p. (Série estudos e pesquisas, 74).

V&S ENGENHEIROS CONSULTORES. Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo relatório de Impacto no Meio Ambiente do Plano Diretor da Reserva Imbassaí (EIA/RIMA) do empreendimento Reta Atlântico. Salvador: V&S Engenheiros e Consultores, 2003. Vol. 5 - Meio Antrópico.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA – IMPORTÂNCIA, AMEAÇAS E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Margareth Peixoto Maia *
Sidnei Sampaio dos Santos **

ECOSSISTEMAS E A PAISAGEM NO LITORAL NORTE[1] DA BAHIA

Para uma melhor compreensão acerca das características, fragilidades e distribuição da biodiversidade no Litoral Norte é necessário conhecer as unidades físicas ambientais sobre as quais estão estabelecidos os ecossistemas que compõem a paisagem da Zona Costeira na região. Neste contexto, é importante mencionar que a geologia costeira do Litoral Norte vem sendo bastante estudada ao longo dos anos, em razão das pesquisas desenvolvidas por cientistas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Da mesma forma, estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Gerenciamento Costeiro (Gerco), executado na época pelo Centro de Recursos Ambiental (CRA), atual Instituto do Meio Ambiente (IMA), contribuíram significativamente para o conhecimento ambiental da região.

Lyrio (1996, 2005) identificou e mapeou seis unidades físicas ambientais que compõem o Litoral Norte, cuja distribuição espacial esta relacionada à história geológica de oscilações do nível do mar e mudanças climáticas do período Quaternário:

- Embasamento Cristalino
- Formação Barreiras e São Sebastião
- Terraços Marinhos Pleistocênicos
- Dunas
- Terraços Marinhos Holocênicos
- Terras Úmidas (lagoas, brejos e manguezais)

A distribuição das unidades físicas na paisagem esta representada na Figura 1 por meio do modelo esquemático desenvolvido pelo autor.

* Doutoranda em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB); coordenadora de Gestão da Informação do Instituto do Meio Ambienta (IMA). margareth.maia@yahoo.com.br

** Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); pesquisador da Associação Baiana para Conservação dos Recursos Naturais (ABCRN). pyriglena@gmail.com

[1] Este artigo abrange informações sobre a biodiversidade de municípios que integram a Região Econômica do Litoral Norte e a Região Metropolitana de Salvador (Lauro de Freitas e Camaçari).

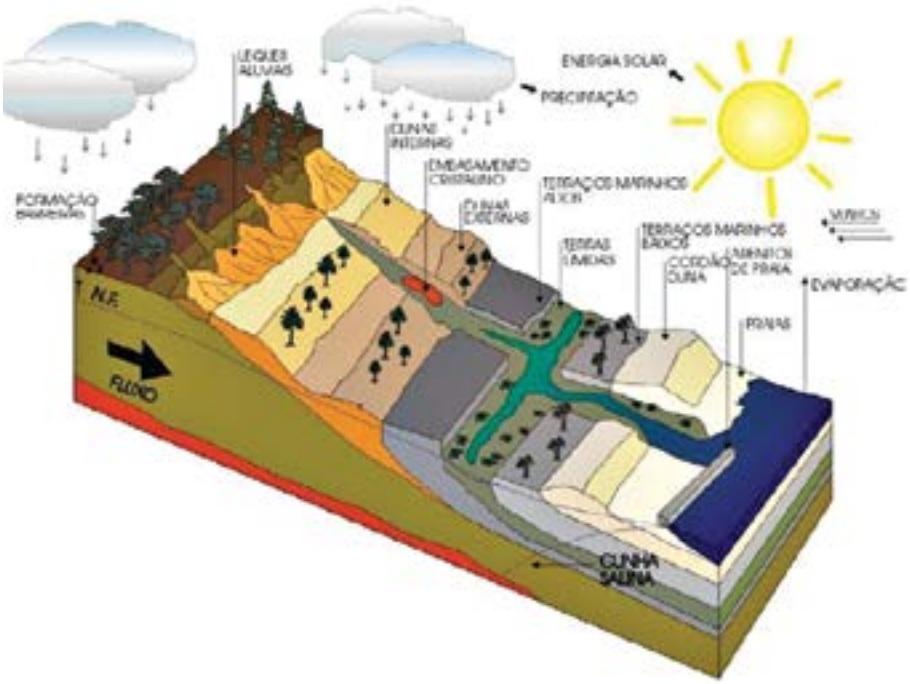


Figura 1
Modelo esquemático das unidades físicas ambientais do Litoral Norte da Bahia, desenvolvido por Lyrio (1996; 2005)

Buscando integrar os elementos físicos ao tipo de cobertura vegetal, Lyrio (2003) mapeou os principais ecossistemas da APA Litoral Norte na escala de 1:25.000, definindo unidades ecológicas agrupadas em domínios que, de uma forma geral, estão presentes na paisagem de toda Zona Costeira da região (Figura 2), tais como:

Domínio I - Florestas Ombrófilas
Floresta estágio avançado e mata ciliar
Floresta estágio médio
Floresta estágio inicial

Domínio II - Floresta de transição Restinga encosta
Restinga arbórea e arbórea ciliar
Restinga arbustiva arbórea
Restinga arbustiva

Domínio III - Restingas associadas a ambientes eólicos
Restinga em dunas externas e internas

Domínio IV - Restingas Associadas a terraços marinhos arenosos e praias
Escrube
Restinga de praia

Domínio V - Vegetação associada a terras úmidas
Brejo
Manguezal

Domínio VI - Áreas modificadas pelo antropismo
Agropecuária
Coqueiral
Silvicultura
Área desmatada

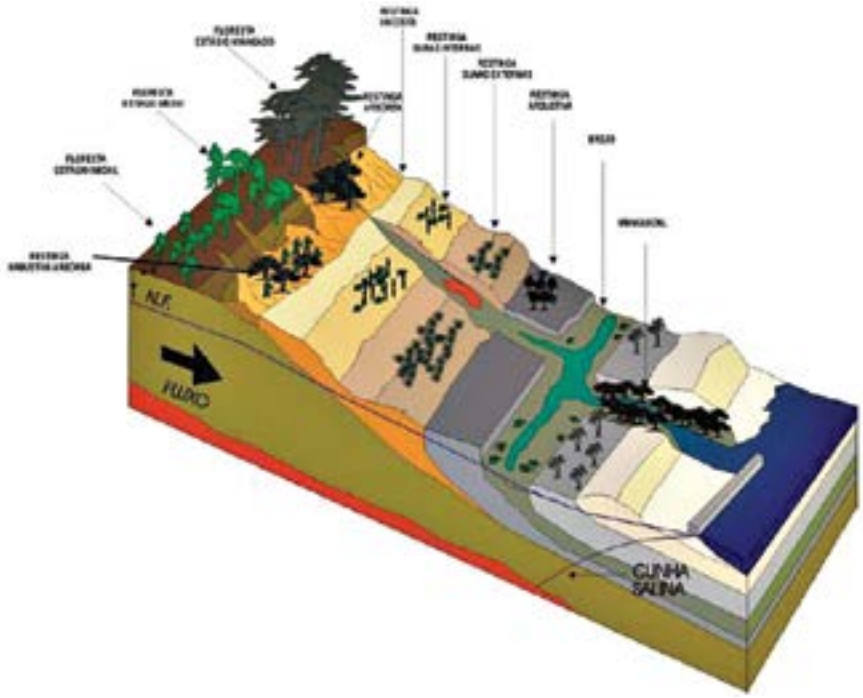
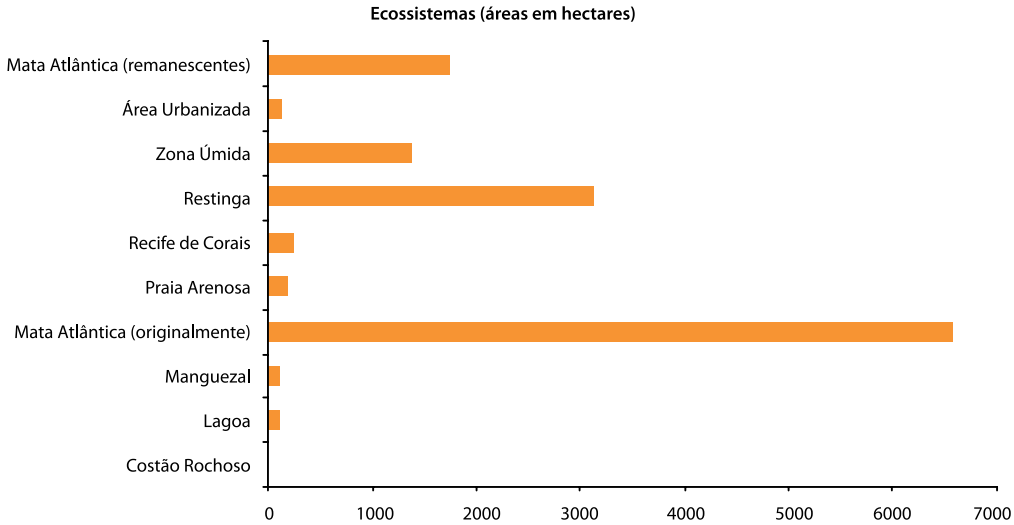


Figura 2
Modelo esquemático representando a integração entre as unidades físicas ambientais e a cobertura vegetal no Litoral Norte da Bahia, desenvolvido por Lyrio (2003)

Em estudo realizado por Dominguez (2006), no âmbito do Projeto de Gerenciamento Costeiro (Gerco), foram mapeadas as principais unidades geológica-geomorfológica-ambientais e ecossistemas costeiros, enfatizando suas restrições ambientais. O mapeamento foi desenvolvido na escala de 1:25.000, abrangendo a faixa costeira localizada entre as desembocaduras dos rios Pojuca e Sauípe, com uma largura média de 3,5 km e comprimento de cerca de 27 km. Neste trabalho foram identificados, mapeados e quantificados os ecossistemas de restingas, dunas (tipos frontal e *Blow-out*), Mata Atlântica, zonas úmidas, manguezais, recifes de coral, praias arenosas e costões rochosos inseridos na área de estudo, os quais são encontrados ao longo de todo o Litoral Norte (Figura 3).



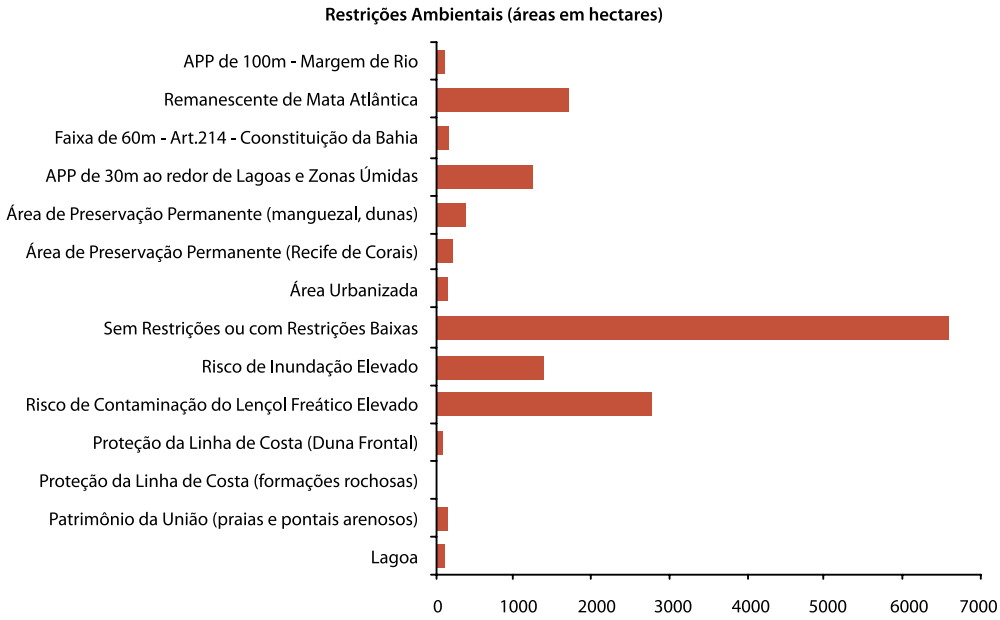


Figura 3
Sumários das áreas ocupadas pelos diferentes ecossistemas dominantes (originalmente), unidades ambientais e restrições ambientais localizadas entre os rios Pojuca e Sauípe (DOMINGUEZ, 2005)

BIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA

O Litoral Norte da Bahia é uma das regiões menos estudadas da Mata Atlântica brasileira no que tange a sua biodiversidade, e talvez uma das menos assistidas por ações efetivas de conservação. Sua diversidade de ecossistemas e fitofisionomias abrange florestas (Ombrófila Densa e Estacional Semidecidual), restingas, dunas, enclaves de cerrado, campos naturais ou tabuleiros costeiros, além de um complexo de zonas úmidas com manguezais, brejos e lagoas (PINTO et al., 1994), permeados por muitos córregos e rios, entre os quais se destacam o Itapicuru, o Inhambupe e o Real.

Ainda não há inventários sistemáticos de flora e fauna cobrindo toda a região, e boa parte das informações disponíveis são de estudos pontuais. Mesmo para as aves, o grupo de vertebrados com o melhor conjunto de informações (com mais de 400 espécies registradas para a região), ainda há grandes lacunas e muitas áreas precisam ser amostradas adequadamente.

Apesar da inexistência de inventários sistemáticos, as pesquisas realizadas até o momento no Litoral Norte da Bahia registraram um grande número de espécies endêmicas da Mata Atlântica e/ou ameaçadas de extinção. São consideradas espécies ameaçadas de extinção, neste trabalho, as espécies que integram a Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (BRASIL, 2003), Lista das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (BRASIL, 2008) ou a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN – *International Union for Conservation of Nature*), que constitui um dos inventários mais detalhados do mundo sobre o estado de conservação mundial de várias espécies de plantas, animais, fungos e protistas (IUCN, 2008). As categorias da IUCN citadas no texto são: Criticamente em perigo – CR (*Critically Endangered*); Em perigo – EN (*Endangered*) e Vulnerável – VU (*Vulnerable*).

Entre os mamíferos, destacam-se:

1. Macaco-prego-de-peito-amarelo *(Cebus xanthosternos*): Criticamente em perigo – CR (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
2. Guigó-de-coimbra-filho *(Callicebus coimbrai):* Em perigo – EN (IUCN, 2008). Espécie de macaco descrita apenas em 1999, cuja ocorrência está restrita a fragmentos florestais do Litoral Norte da Bahia e do estado de Sergipe (JERUSALINSKY et al., 2006). Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
3. Ouriço-preto *(Chaetomys subspinosus)*: *Vulnerável* – VU (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
4. Preguiça-de-coleira *(Bradypus torquatus)*: Em perigo – EN (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).

Entre as aves, oito espécies estão ameaçadas de extinção, segundo a IUCN (2008), e destas, seis estão na Lista Brasileira da Fauna Ameaçada (BRASIL, 2003):

1. Olho-de-fogo-rendado *(Pyriglena atra)*: Em perigo – EN (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
2. Choquinha-de-rabo-cintado *(Myrmotherula urosticta)*: *Vulnerável* – VU (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).

3. Chorozinho-da-bahia *(Herpsilochmus pileatus)*: *Vulnerável* – VU (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
4. Anambé-de-asa-branca *(Xipholena atropurpurea)*: Em perigo – EN (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
5. Araponga *(Procnias nudicollis)*: *Vulnerável* – VU (IUCN, 2008).
6. Apuim-de-cauda-amarela *(Touit surdus)*: *Vulnerável* – VU (IUCN, 2008).
7. Chauá *(Amazona rhodocorytha*): Em perigo – EN (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).
8. Pintassilgo-do-nordeste *(Carduelis yarrellii)*: *Vulnerável* – VU (IUCN, 2008) e Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2003).

Também integra a lista de animais endêmicos e/ou ameaçados do Litoral Norte da Bahia a lagartixa-de-abaeté (*Cnemidophorus abaetensis*), espécie que vive no ecossistema de restinga, a aranha armadeira-da-Bahia (*Phoneutria bahiensis*) (DIAS et al., 2006) e o besouro scarabeídeo *Dichotomius schiffleri* (LOPES, 2003). Todos estão na Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (BRASIL, 2003). Neste contexto, é importante ressaltar que as áreas mais importantes no Brasil e no mundo para a conservação de espécies como o guigó-de-coimbra-filho (*Callicebus coimbrai*), a olho-de-fogo-rendado (*Pyriglena atra*) e a lagartixa-de-abaeté (*Cnemidophorus abaetensis*) estão no Litoral Norte da Bahia.

Há endemismos entre as espécies vegetais também como a *Aechmea blanchetiana, A. aquilega, Hohenbergia salzmannii, H. littoralis* e *H. castellanosii*, segundo Cogliatti-Carvalho e outros (2008), além de *Allagoptera brevicalyx*, *Bactris soeiroana, Chamaecrista salvatoris, Eriope blanchetii, Erytroxylum leal-costae, Kielmeyera argêntea*, *K. reticulata* e *Macrolobium latifolium* (QUEIROZ, 2007). *H. littoralis* e *H. castellanosii* estão na nova lista de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção (BRASIL, 2008).

Além de abrigar espécies endêmicas, vulneráveis e ameaçadas de extinção, o Litoral Norte possui áreas muito importantes para o pouso e alimentação de aves migratórias continentais e oceânicas. É importante salientar que as espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, bem como áreas que abrigam estas espécies ou que servem de pouso ou reprodução de espécies migratórias, são protegidas pela Constituição do Estado da Bahia, de 05/10/1989, artigo 215, pela Lei nº 10.431, de 20/12/2006, e pelo Decreto nº 11.235, de 10/10/2008, sendo consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP).

As zonas úmidas da região recebem anualmente centenas de aves aquáticas, principalmente durante o período chuvoso. Algumas espécies chegam a reproduzir na região, como o pernilongo-de-costas-negras (*Himantopus mexicanus*), a marreca-toucinho (*Anas bahamensis*) e o irerê (*Dendrocygna viduata*). O contingente populacional de algumas espécies chega a variar entre dezenas até centenas de indivíduos entre os períodos de migração. Há algumas raridades, em números reduzidos, como o pato-de-crista (*Sarkidiornis sylvicola*), o cabeça-seca (*Mycteria americana*) e a águia-pescadora (*Pandion haliaetus*). Outras espécies continentais,

não aquáticas, também passam parte do seu período de migração na região, como o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), o tesourinha (*Tyrannus savana*), a guaracava-de-crista-branca (*Elaenia albiceps*) e alguns contingentes da andorinda-do-campo (*Progene tapera*). Ainda sabemos pouco sobre as rotas migratórias das três últimas espécies. Merece destaque também os movimentos e flutuações populacionais do gavião-caramujeiro (*Rostrhmus sociabilis*), outro fenômeno ainda pouco conhecido na região.

Para as aves oceânicas ou associadas a ecossistemas costeiros como o trinta-réis-róseo (*Sterna dougallii)* e o trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo)*, o Litoral Norte, principalmente a localidade de Mangue Seco, é apontado como um dos pontos mais importantes de concentração de indivíduos oriundos de colônias de reprodução na América do Norte e Europa (LIMA; GRANTSAU et al., 2004, 2005). Entre as aves limícolas e costeiras, registra-se a ocorrência de 18 espécies que utilizam diferentes ecossistemas durante suas rotas migratórias (Bencke et al, 2006).

Ainda em relação às espécies migratórias, destaca-se a ocorrência do albatroz-arisco (*Thalassarche cauta)*, na praia da vila pesqueira de Poças, município do Conde, registrada por Lima et al (2004). Esta espécie reproduz na Tasmânia e na Nova Zelândia (COUVE; VIDAL, 2003). Outra ocorrência de grande importância refere-se ao primeiro registro no Brasil da espécie *Phalacrocorax bransfieldensis*, Cormorão-de-shetland, na praia da vila de Barra de Itariri, em 1996, também no Conde. O exemplar foi encontrado morto na praia, e a partir dos dados do anilhamento constatou-se que a ave foi anilhada ainda filhote, em 1989, na ilha Nelson, em Shetland do Sul, na Península Antártica (LIMA et al., 2004). De acordo com os autores, a ocorrência desta espécie na Bahia é surpreendente, sendo este o registro mais setentrional. Couve e Vidal (2003) relatam que essa espécie é endêmica da Península Antártica e das ilhas Shetland do Sul e Elefante.

O avanço das pesquisas na região nas últimas décadas está não apenas realçando a sua importância biológica mais também revelando importantes descobertas para a ciência. Alguns registros recentes no Litoral Norte representam o aumento da distribuição geográfica dos fungos *Speiropsis pedatospora* e *S. scopiformis* (BARBOSA; GUSMÃO, 2005), dos répteis *Alexandresaurus cf. camacan* e *Micrablepharus maximilianis* (INSTITUTO BIOMAS, 2006) e dos anfíbios anuros *Leptodactylus mystaceus, Phyllodytes melanomystax* e *Sphaenorhynchus prasinus* (JUNCÁ, 2006).

Nesta década novas espécies foram descritas a partir de exemplares coletados na região, desde cupins, *Cylindrotermes sapiranga* (AMARANTE, 2005), vespas parasitóides, *Dissomphalus elegans* (REDIGHIERI; AZEVEDO, 2006), *Apenesia patens e Apenesia hepatica* (CORRÊA; AZEVEDO, 2006), lagartos, *Cnemidophorus abaetensis* (DIAS et al., 2002), anfíbios anuros, *Chiasmocleis sapiranga* (CRUZ et al., 2007) e plantas como *Faramea biflora* (JARDIM; ZAPPI, 2008) e *Psidium bahianum* (LANDRUM; FUNCH, 2008).

Foram registradas 25 espécies de anfíbios na Reserva de Sapiranga e na fazenda Camurugipe, localizadas próximo a Praia do Forte (JUNCÁ, 2006). Na Reserva de Sapiranga também foi registrada uma nova espécie de anfíbio anura (rã), *Chiasmocleis sapiranga*, município de Mata de São João (CRUZ; CARAMASCHI; NAPOLI, 2007).

As praias do Litoral Norte da Bahia, desde Salvador a Mangue Seco, são utilizadas para desova de quatro das cinco espécies de tartarugas marinhas que reproduzem no Brasil, tais como *Caretta caretta* (cabeçuda), *Chelonia mydas* (tartaruga-verde), *Eretmochelys imbricata* (tartaruga-de-pente) e *Lepidochelys olivacea* (tartaruga-oliva), estando todas ameaçadas de extinção (BRASIL, 2003).

Destaca-se a presença na região das baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*), espécie ameaçada de extinção (BRASIL, 2003), que passaram a reocupar o Litoral Norte, área de ocorrência histórica da espécie, justificando a criação da segunda base do Instituto Baleia Jubarte, em Praia do Forte.

A continuidade de pesquisas no Litoral Norte certamente revelará muitas outras novidades para a ciência, mas isso só será possível se seus ecossistemas forem devidamente protegidos. Certamente já perdemos algumas espécies por processo de extinção local, ou seja, de uma população em uma determinada área e não necessariamente de toda a espécie. Mas ainda não é possível saber se já perdemos completamente alguma espécie, principalmente aquelas desconhecidas pela ciência, em função da supressão e perda de habitats ocorridas na região. Entretanto, isso será inevitável se o ritmo de supressão persistir e se ações efetivas de proteção não forem adotadas.

ÁREAS IMPORTANTES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE

Apesar da ausência de inventários sistemáticos, os levantamentos até então realizados foram suficientes para evidenciar a importância da biodiversidade do Litoral Norte da Bahia, reconhecida pelos estudos desenvolvidos no Projeto de Conservação e Utilização da Diversidade Biológica Brasileira (Probio/Pronabio), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2007). A partir destes estudos foram mapeadas áreas de Extrema Importância Biológica e de Prioridade Extremamente Alta, Muito Alta e Alta para a Conservação da Diversidade Biológica na região (Figura 4).

Recentemente a *BirdLife International* reconheceu quatro IBAs – *Important Bird Areas* (Áreas Importantes para Conservação das Aves) no Litoral Norte (Figura 5). Trata-se de áreas indicadas como mundialmente importantes para a conservação das aves, principalmente pelo seu conjunto de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (BENCKE et al., 2006).

Goerck (2001) menciona que o Programa de Áreas Importantes para Conservação das Aves segue critérios científicos rigorosos e unificados para a classificação das IBAs no mundo inteiro, e para serem declaradas como tal devem apresentar uma ou mais das seguintes características:

- Áreas com várias espécies globalmente ameaçadas de extinção;
- Áreas com várias espécies de distribuição geográfica restrita (< 50.000 km2) em áreas de endemismo;

- Áreas com várias espécies restritas a determinados biomas (endêmicas);
- Locais específicos onde as aves se concentram (para reprodução, alimentação ou durante a migração).

Foram identificadas quatro IBAs no Litoral Norte do estado:

- Mangue Seco – área estimada em 1.000 hectares

  Mangue Seco foi o primeiro local de concentração da trinta-réis-róseo (*Sterna dougallii*) descoberto na costa da América do Sul, e atualmente é considerada a maior área de agregação da espécie na costa sul-americana, recebendo aves principalmente das colônias de reprodução dos Estados Unidos e Caribe (BENCKE et al., 2006). Em 1997, Hays e outros (1999) estimaram em 10.000 o número de indivíduos de trinta-réis-róseo (*Sterna dougalli*) e trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*), reunindo mais de 1% da população biogeográfica de *Sterna hirundo*. Foi registrado também mais de 18 (dezoito) espécies de aves migratórias costeiras ou limícolas, cujas colônias de reprodução localizam-se no hemisfério norte.

- Matas de Conde e Baixios – área estimada em 3.000 hectares

  As matas de Conde e Baixios englobam diversos remanescentes de mata semidecidual e ombrófila, destacando-se as matas do Bú e do Bonito (BENCKE et al., 2006). Em 1990, a mata do Bú foi indicada como o remanescente florestal mais importante, considerando critérios botânicos, do Litoral Norte da Bahia (SANTOS apud BENCKE et al., 2006).

  Esta região abriga populações importantes do olho-de-fogo-rendado (*Pyriglena atra*), ave ameaçada de extinção (BRASIL, 2003), cuja área de ocorrência esta restrita à porção costeira entre o rio Paraguaçu, no Recôncavo, e Areia Branca, em Sergipe (BENCKE et al., 2006). Na mata do Bú foram registradas 79 espécies de aves (LIMA, 2004), entre as quais a *Pyriglena atra*, o anambé-de-asa-branca (*Xipholena atropurpurea*) e o periquito apuim-de-cauda-amarela (*Touit surdus)*, todos ameaçados de extinção (IUCN 2008). Outras áreas florestais na região abrigam ainda os também ameaçados chauá (*Amazona rhodocorytha*) e araponga (*Procnias nudicolis*).

- Itanagra – área estimada de 3.000 a 6.000 hectares

  Na região costeira do município de Itanagra são encontrados os principais remanescentes de floresta ombrófila do Litoral Norte do estado, tendo sido registradas 183 espécies de plantas pertencentes a 56 famílias. Nesta região está localizada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Lontra/Saudade, com 1.377 ha, considerada a maior área de floresta particular protegida entre o rio Paraguaçu e o Baixo São Francisco, em Sergipe (BENCKE et al., 2006).

  De acordo com Santos (apud BENCKE et al, 2006), os remanescentes florestais localizados em Itanagra, tornam esta região uma das áreas mais importantes para a conservação da *Pyriglena atra* (olho-de-fogo-rendado), e a RPPN Fazenda Lontra/Saudade é a maior Unidade de Conservação onde esta espécie ocorre, tendo sido registradas 225 espécies de aves, com representantes ameaçados de extinção (*Pyriglena atra, Herpsilochmus pileatus, Myrmotherula urosticta, Amazona rhodocorytha, Touit surdus, Procnias nudicollis* e *Xipho-*

lena atropurpurea) e quase ameaçados (*Crypturellus noctivagus* e *Aratinga auricapillus*). Essa IBA, junto com as das Matas do Conde e Baixios, abriga o maior conjunto de aves endêmicas e/ou ameaçadas de Mata Atlântica no Litoral Norte da Bahia.

- Mata da Campina e fragmentos adjacentes – área estimada de 10.000 a 15.000 hectares

  De acordo com BENCKE e outros (2006), esta IBA abrange diversos remanescentes de Mata Atlântica localizados nos municípios de Mata de São João, São Sebastião do Passé, Pojuca e Catu, destacando-se a mata da Fazenda da Campina (cerca de 900 ha), na Serra do Timbó, com 201 espécies de aves já registradas. Estes remanescentes florestais estão próximos da região de Itanagra, e, desta forma, existe uma grande similaridade entre a avifauna das duas IBAs, chegando a compartilhar algumas espécies ameaçadas (*Pyriglena atra, Touit surdus, Procnias nudicollis* e *Xipholena atropurpurea*) e quase ameaçadas (*Aratinga auricapillus*).

Em 2001, os trabalhos do Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA Litoral Norte da Bahia (Prodesu) (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2001) identificaram dez áreas prioritárias para preservação e conservação ambientais, denominadas *Top Ten* do Litoral Norte (Figura 6), a partir de critérios como representatividade, importância ecológica, extensão e a ocorrência de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. As *Top Ten* abrangem remanescentes florestais e ecossistemas únicos formados especialmente por zonas úmidas, restingas, dunas e recifes de corais, cuja preservação deve ser garantida (Figura 6):

- Sistema de zonas úmidas e dunas de Mangue Seco, envolvendo o manguezal do estuário do rio Real (Jandaíra);
- Sistema de zonas úmidas, brejo e manguezal, com sambaquis (sítios arqueológicos) no rio Itapicuru (Conde);
- Remanescentes de Mata Atlântica do Bú e Bonito, associados ao rio Inhambupe (Conde);
- Brejo do Curió, associado ao rio Inhambupe (Esplanada);
- Sistema de dunas e lagoas de Subaúma, associado ao rio Subaúma (Esplanada);
- Mata de restinga arbóreo-arbustiva de Subaúma, associada ao rio Subaúma (Entre Rios);
- Sistema de restingas e dunas de Massarandupió (Entre Rios);
- Sistema de restinga e dunas de Santo Antonio, associado aos rios Santo Antonio e Imbassaí (Mata de São João);
- Remanescentes de Mata Atlântica em Sapiranga e Camurugipe, associados ao rio Pojuca (Mata de São João);
- Recifes de corais da Praia do Forte (Mata de São João).

É interessante verificar que duas das quatro áreas consideradas mundialmente importantes para conservação das aves (IBAs) coincidem com áreas identificadas nos estudos do Prodesu, em 2001, como prioritárias para preservação e conservação ambientais no Litoral Norte (*Top Ten*), tais como o sistema de zonas úmidas e dunas de Mangue Seco e os remanescentes de Mata Atlântica do Bú e Bonito.

AMEAÇAS À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA

O Litoral Norte abriga diversas paisagens naturais que atraem visitantes, turistas e empreendimentos imobiliários, cujo acesso e ocupação foram facilitados pela construção da Linha Verde (BA-099). Esta região tem se constituído no espaço geográfico de expansão urbana da Região Metropolitana de Salvador, e como consequência os ecossistemas costeiros vêm sofrendo intensas alterações ambientais, resultando na fragmentação e perda de *habitats*.

Como resultado do fomento e dos incentivos por parte do estado visando à consolidação de um polo industrial de turismo na região, vários empreendimentos turísticos de grande porte, como megarresortes, além de loteamentos imobiliários para veraneio, vêm sendo implantados continuamente. Segundo a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), entre 1991 e maio de 2008, a Costa dos Coqueiros (Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra) recebeu mais de 1.500 empreendimentos turísticos e hoteleiros, estando planejados investimentos de cerca de R$ 2 bilhões para os próximos três anos (A Tarde, 2008), quais sejam:

- Complexo Sol Meliá 1ª etapa (Grande Meliá e Condo Hotel), Genipabu/Camaçari – R$ 100 milhões;
- Complexo Sol Meliá 2ª etapa (Meliá Alphaville), Genipabu/Camaçari – R$ 150 milhões;
- Oríssio Norte, Imbassaí/Mata de São João – R$ 104 milhões;
- Oríssio Sul, Imbassaí/Mata de São João – R$ 14,5 milhões;
- Reserva Imbassaí 1ª etapa, Imbassaí/Mata de São João – R$ 80 milhões;
- Le Carlo/Les Terrasses, Itacimirim/Camaçari – R$ 10,4 milhões;
- Bahia dos Coqueiros, Jacuípe / Camaçari – R$ 220 milhões;
- Hotel Comfort Aeroporto, Lauro de Freitas – R$ 4 milhões;
- Iberostar 2ª etapa, Praia do Forte/Mata de São João – R$ 100 milhões;
- Iberostar 3ª etapa, Praia do Forte/Mata de São João – R$ 20 milhões;
- Complexo Turístico 1ª etapa, Praia do Forte/Mata de São João – R$ 80 milhões;
- Complexo Turístico em Praia do Forte 2ª etapa – R$ 1,270 bilhão.

Um dos exemplos de investimento no setor ocorrerá na localidade de Baixio, litoral do município de Esplanada, que vai abrigar um grande projeto turístico denominado Plano Grande Baixio, com previsão de investimento de R$ 13,6 bilhões ao longo dos próximos 40 anos. O projeto prevê a implantação de hotéis, residências turísticas e de serviços, três campos de golfe, áreas de serviços, esporte e lazer à beira mar, em uma área de 6,3 mil hectares, com aproximadamente 14 km de praia (BAHIA, 2008).

Dentro deste contexto, é importante ressaltar que a maior parte dos empreendimentos turísticos e imobiliários está sendo implantada principalmente na faixa costeira de cerca de 5km de largura a partir da linha de costa para o continente, onde estão localizados ecossistemas frágeis como zonas úmidas, dunas, terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos, tornando a situação crítica para a conservação da biodiversidade no Litoral Norte.

Com tantos empreendimentos sendo implantados e/ou previstos para a região é fundamental que seja assegurada a preservação dos principais remanescentes de Mata Atlântica e de ecossistemas costeiros a partir da criação de Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral ao longo do Litoral Norte, especialmente. A criação destas UCs teria por objetivo assegurar a preservação de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes espécies, *habitats* e ecossistemas, salvaguardando o patrimônio biológico existente. Deverão ser preservados também a forma de vida e os saberes das comunidades tradicionais pesqueiras do Litoral Norte, garantindo-lhes dignidade, o acesso e a conservação dos ecossistemas fundamentais para o exercício de suas atividades extrativistas.

Apesar da relativamente recente implantação de um polo industrial turístico (início da década de 1990), a região caracteriza-se por possuir uma economia historicamente estruturada na agropecuária extensiva (com atividades econômicas relacionadas especialmente à pecuária, cultivo de coco, reflorestamentos de eucalipto e pinus – as quais contribuíram fortemente para a perda e fragmentação de habitats florestais), na pesca artesanal, no extrativismo, na carcinicultura e no artesanato.

Apesar da existência de pesquisas científicas e estudos desenvolvidos pelo estado (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL NORTE DA BAHIA, 2001) e pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2007), os quais reconhecem a importância da biodiversidade do Litoral Norte, a crescente pressão antrópica vem provocando intensas alterações ambientais em seus ecossistemas – que possuem fragilidades físicas descritas detalhadamente nos estudos de Lyrio (2003) –, e a perda e fragmentação de habitats fundamentais para a sobrevivência de espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e migratórias.

Silva e outros (2004) relatam que desde a década de 1970 a perda e a degradação de zonas úmidas na região são patentes, apontando entre as principais causas fatores como a construção da rodovia BA-099 e estradas vicinais de ligação à praia, aterros para a construção de casas populares e de veraneio, drenagem, alterações morfológicas, barramento seletivo e a retirada de solos.

Mais recentemente tem se verificado um processo de perenização de zonas úmidas visando especialmente à disponibilização de áreas para esportes aquáticos e lazer em empreendimentos hoteleiros e loteamentos. Tal procedimento promove a completa alteração do sistema hidrológico local, causando danos irreversíveis à flora e fauna aquática e terrestre, típicas destes ambientes. De acordo com Maltby (1990), zonas úmidas como brejos, pântanos, e planícies de inundação cobrem uma área estimada de 6% da superfície terrestre, e estão entre os ecossistemas mais ameaçados do mundo. É importante salientar que o Brasil é signatário e ratificou a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como *habitat* de aves aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, assinada em Ramsar, Irã, em 02/02/71 (Decreto nº 1.905, de 16/05/96).

Zonas úmidas como manguezais, lagoas costeiras e brejos litorâneos são de grande importância para as aves migratórias. Dentro deste contexto, a redução de áreas disponíveis para alimenta-

ção e descanso da avifauna migratória é especialmente crítica, uma vez que os deslocamentos dessas aves ao longo de suas rotas envolvem elevado gasto energético e requerem acúmulo de gordura propiciado pelos recursos alimentares existentes nos sítios de alimentação. Com relação às espécies migratórias costeiras, Laps e outros (2005) relatam que a degradação de uma determinada área de alimentação e descanso provoca uma tendência de diminuição de suas populações. Os autores mencionam que espécies recém-chegadas da migração oriundas do Ártico, e que encontram *habitats* degradados e sem alimento, dificilmente conseguem realizar outros deslocamentos em busca de recursos alimentares. Desta forma, os autores enfatizam que zonas úmidas distribuídas ao longo do planeta são criticamente importantes para várias espécies não só de aves migratórias, mas de todas as espécies que delas dependem.

A coleta e captura de espécies da fauna e flora, além da caça de animais silvestres, existe historicamente na região, e sua dimensão e impactos sobre a biodiversidade ainda não foram devidamente pesquisados. Entretanto, as principais ameaças à conservação da biodiversidade no Litoral Norte da Bahia são a perda e a fragmentação de seus *habitats* naturais e ecossistemas, fatos que tornam imprescindível o estabelecimento de medidas urgentes que assegurem a preservação, o uso sustentável e socialmente justo de seu patrimônio biológico.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

Apesar das crescentes ameaças e perdas de biodiversidade em unidades de conservação brasileiras, Bruner e outros (2001), Nepstad e outros (2006) e Rodrigues e outros (2004) citam que a criação e gestão efetiva de áreas protegidas continua sendo a estratégia mundial mais importante e eficiente para a conservação da biodiversidade (BRUNER et al., 2001; NEPSTAD et al., 2006; RODRIGUES et al., 2004).

Diferentemente de outras regiões do estado, no Litoral Norte não existem Unidades de Conservação de Proteção Integral estaduais ou federais. As UCs de uso mais restrito na região são as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que foram criadas por iniciativas isoladas de alguns proprietários rurais. Entretanto, os estudos e as pesquisas científicas desenvolvidas por universidades, pelos governos estadual (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL NORTE DA BAHIA, 2001) e federal (BRASIL, 2003), identificaram áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na região, as quais possuem importantes remanescentes florestais ou ecossistemas costeiros (por exemplo, zonas úmidas e dunas) ainda preservados que abrigam espécies endêmicas, raras, ameaçadas de extinção e/ou migratórias.

As Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral diferem das UCs de Uso Sustentável em função de terem por objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei. São UCs de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Constituem UCs de Uso Sustentável as categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

É fundamental que a sociedade perceba a biodiversidade do Litoral Norte como uma riqueza e um patrimônio nacional e estadual, que deve ser utilizado de forma socialmente mais justa e ambientalmente mais sustentável. Este sentimento depende em grande parte do conhecimento sobre a biodiversidade e da sua importância no nosso dia a dia e na economia regional e nacional. E é interessante constatar que é este patrimônio expresso na forma de paisagens belíssimas, cujo valor é quase incomensurável, que atrai e mantêm o polo industrial de turismo na região. Desta forma, assegurar a preservação da biodiversidade por meio de ações concretas e duradouras como a criação de UCs de Proteção Integral é essencial para garantir a sobrevivência da própria atividade econômica.

A criação de UCs de Proteção Integral no Litoral Norte, além de garantir a preservação da biodiversidade, ou seja, o principal atrativo turístico, pode contribuir para a melhoria dos indicadores econômicos da região. Dias (2003) menciona que em 2001 os parques nacionais norte-americanos receberam 424 milhões de visitantes nacionais e internacionais, gerando renda superior a US$ 10 bilhões em gastos diretos e indiretos dentro dos parques e nas comunidades do entorno, e 200 mil empregos nas comunidades vizinhas. Esses dados evidenciam todo o potencial de aproveitamento e de uso econômico da biodiversidade, que podem ser feitos em detrimento das formas tradicionais de exploração, que promovem a degradação e a fragmentação das paisagens naturais.

A seguir são propostas estratégias voltadas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade no Litoral Norte do estado:

- Criação e implementação de Unidades de Conservação de Proteção Integral com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio biológico e genético. Conforme citado anteriormente, o Litoral Norte é uma das poucas regiões do estado onde não existem UCs de Proteção Integral federais ou estaduais. A primeira UC de Proteção Integral do Litoral Norte foi criada recentemente por iniciativa municipal. Em 12 de setembro de 2008 (Lei n° 367 de 12/09/2008) foi criado o Parque Natural Municipal da Restinga de Praia do Forte, município de Mata de São João, com 253 hectares.
- Criação e implementação de Reservas Extrativistas ou de Desenvolvimento Sustentável visando à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, dos saberes e do modo de vida de comunidades tradicionais. Existem no Litoral Norte algumas comunidades tradicionais que vivem especialmente da pesca e da mariscagem, com modos de vida e saberes conspícuos que devem ser preservados, da mesma forma que os ecossistemas utilizados por estas populações. Representantes destas comunidades são encontrados no município do Conde.
- Apoio e incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Apesar das RPPNs serem uma categoria de UC de Uso Sustentável, de propriedade privada, só são permitidas atividades de pesquisa e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, ampliando o objetivo desta categoria de conservar a diversidade biológica.

- Utilização de mecanismos de compensação ambiental para a criação e/ou implementação de Unidades de Conservação na região. A compensação por significativo impacto ambiental está prevista no Artigo 32 do Decreto n° 4.340, de 22/08/2002, sendo considerado um instrumento estratégico para o fortalecimento e a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A aplicação dos recursos de compensação depende da instituição de uma Câmara de Compensação, no âmbito dos órgãos licenciadores. Os recursos podem ser utilizados para: regularização fundiária e demarcação das terras; elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento; desenvolvimento de estudos necessários à criação de uma nova UC; e desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da UC e área de amortecimento.
- Utilizar os estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Gerenciamento Costeiro no Litoral Norte como elementos norteadores para o uso e ocupação do solo na região, tais como: Diagnóstico Socioambiental e Proposta de Zoneamento e Plano de Gestão do Litoral Norte do Estado da Bahia; Diagnóstico Oceanográfico e Proposição de Disciplinamento de Usos da Faixa Marinha do Litoral Norte do Estado da Bahia; Sistema de Informações Geográficas do Litoral Norte (do rio Pojuca ao rio Sauípe); Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município do Conde; Projeto Orla do Município do Conde, entre outros.
- Atualizar os planos de manejo das APAs existentes na região, especialmente o da APA Litoral Norte (CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, 1995).
- Definir e instituir as áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade no estado da Bahia. Os estudos para identificação e mapeamento das áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade nos biomas brasileiros foram realizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo reconhecidas 900 áreas pelo Decreto n° 5.092, de 21/05/2004, e instituídas pela Portaria n° 126, de 27/05/2004, do MMA. Em 2007 este trabalho foi atualizado, sendo as novas áreas prioritárias reconhecidas mediante Portaria n° 9, de 23/01/2007. Entretanto, este processo deve ser aprimorado e apropriado pelo estado, em escalas adequadas, contando com a participação de pesquisadores, universidades e da sociedade civil organizada. Este processo foi iniciado em 2008 pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema), que instituiu, por meio de portaria, um grupo de trabalho (GT) para atualização, mapeamento e reconhecimento das áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade no estado da Bahia.
- Elaboração e publicação de uma lista de espécies ameaçadas de extinção do estado da Bahia. Em 2008, a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) instituiu, por meio de portaria, um grupo de trabalho (GT), formado por pesquisadores, técnicos, representantes de ONGs, para elaborar a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia.
- Identificar, mapear e instituir as Áreas de Preservação Permanente (APPs) do Litoral Norte do Estado da Bahia. O Inciso VIII, Art. 277, do Decreto nº 11.235, de 10/10/2008, que aprova o regulamento da Lei nº 10.431, de 20/12/2006 (Política de Meio Ambiente e de Proteção

à Biodiversidade do Estado da Bahia), deixa claro que as APPs que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias, devem ser devidamente identificadas com base em estudos específicos e declaradas, ou seja, instituídas pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema).

- Criar e implementar um Corredor Ecológico no Litoral Norte, visando o estabelecimento de conectividade entre as unidades de conservação existentes, remanescentes florestais e ecossistemas na região.
- Investir na capacitação da mão de obra regional, por meio da implantação de cursos técnicos, escolas de ensino médio, centros de treinamento e faculdades ao longo do Litoral Norte, com o objetivo de propiciar uma mão de obra qualificada que possa ser efetivamente absorvida pelos empreendimentos turísticos, possibilitando um desenvolvimento socialmente justo. De acordo com dados do Prodesu (2001), a população que vive na APA Litoral Norte, estimada em 35.000 pessoas, possui níveis de escolaridade baixos, e cerca de 12% não sabem ler. Condições socioeconômicas precárias e níveis de escolaridade baixos colaboram para incrementar a pressão sobre os recursos naturais da região, uma vez que a oferta reduzida de trabalho, a infraestrutura de saneamento deficiente e o desconhecimento de práticas e tecnologias menos predatórias comprometem a exploração sustentável da biodiversidade.
- Criação e implementação do ICMS ecológico no estado. A implementação de forma adequada do ICMS ecológico na Bahia, semelhante às experiências do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rondônia e o Rio Grande do Sul, é um grande desafio, podendo constituir um avanço para a conservação da diversidade biológica e a incorporação efetiva do meio ambiente na gestão municipal. Bensusan (2002) enfatiza que os estados que implantarem o ICMS ecológico terão um longo caminho a percorrer, evitando que um incentivo ambiental tenha efeitos sociais negativos, buscando a realização completa de sua função incentivadora e agregando parâmetros de qualidade, visando não apenas a criação de novas áreas protegidas, mas o investimento na manutenção e conservação das áreas existentes.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, S. T. P. On the systematics of Trypoxylon scrobiferum Ricahrds and *T.* anapaike Amarante with the recognition of a new species group in the subgenus Trypoxylon (Hymenoptera: Crabronidae: Tryposylini). *Papéis Avulsos de Zoologia*, São Paulo, v. 45, n. 9 p. 91-101, 2005.

A TARDE. Salvador, 2008. Disponível em: <http:// www.atarde.com.br>. Acesso em: set. 2008.

BAHIA. Assessoria Geral de Comunicação Social. Salvador: AGECOM, 2008. Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br>. Acesso em: jul. 2008.

BAHIA. *Constituição (1989). Constituição do Estado da Bahia. Salvador, 2007.* Disponível em: <http:// *www.al.ba.gov.br/arquivos/*constituicao*2007.pdf*>. Acesso em: out. 2008.

BARBOSA, F. F.; GUSMÃO, L. F. P. Two Speiropsis species (Anamorphic - Fungi - Hyphomycetes) from Bsahia State, Brazil. *Acta Bot. Brás*, São Paulo, v. 19, p. 515-518, 2005.

BENCKE, G. A. et al. *Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil*. Parte I – estudos do Domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE, 2006. 494 p.

BENSUSAN, N. ICMS ecológico: um incentivo fiscal para a conservação da biodiversidade. In: _____. *Seria melhor mandar ladrilhar*? Biodiversidade: como, para que, porque. Nurit Besunsan (Org.). Brasília: UNB, 2002. p. 29-41. Parte I.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa n.º 03/2003. Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 101, 28 maio 2003. Seção 1, p. 88-97

_____. Portaria MMA n. 9, de 23 de janeiro de 2007. Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: atualização -. Brasília, 2007. 301 p.

_____. Instrução Normativa n.º 06 de 23 de setembro de 2008. Lista da flora brasileira ameaçada de extinção. Brasília, 2008.

BRUNER, A. G. et al. Effectiveness of Parks in Protecting Tropical Biodiversity. *Science*, v. 291, p. 125-128, Jan. 2001.

COGLIATTI-CARVALHO, L. et al. Bromeliaceae species from costal restinga habitats, Brazilian states of Rio de Janeiro, Espírito Santo, and Bahia. *Check List*, v. 4, p. 234-239, 2008.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU*: Relatório Síntese. Salvador: CONDER, 2001. 56 p. CONDER/WS Atkins/*Department for International Development*/SEPLANTEC/CRA/SUDETUR/DERBA.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (Bahia). Resolução n°. 1.040, de 21de janeiro de 1995. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA Litoral Norte do Estado da Bahia. Salvador: CEPRAM, 1995. Disponível em: <http:// www.brasil-rounds.gov.br/round7/guias_oemas/ Bahia_SEMARH/Legislação>. Acesso em: 21 out. 2002.

CORRÊA, M. S.; AZEVEDO, C. O. O gênero Apenesia (Hymenoptera, Bethylidae) na Mata Atlântica: notas e descrição de sete espécies novas. *Revista Brasileira de Entomologia*, v. 50, p. 439-449, 2006.

COUVE, E.; VIDAL, C. *Aves de Patagônia, Tierra Del Fuego y Península Antártica*. Puenta Arenas, Chile: Fantástico Sur Birding, 2003. 656 p.

CRUZ, C. A. G.; CARAMASCHI, U.; NAPOLI, M. F. A new species of Chiasmocleis (Anura, Microhylidae) from the atlantic rain forest of northeastern Bahia, Brasil. *South American Journal of Herpetology,* v. 2, p. 47-52, 2007.

DIAS, E. J. D. R.; ROCHA, C. F. D.; VRCIBRADIC, D. New Cnemidophorus (Squamata: Teidae) from Bahia State, Northeastern Brazil. *Copeia*, v. 4, p. 1010-1077, 2002.

DIAS, M. A. et al. Ocorrência de Latrodectus curacaviensis Müller 1776 e Phoneutria bahiensis Simó & Brescovit 2001 em restinga (Bahia).. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 26., 2006, Londrina. *Anais*…, 2006.

DIAS, R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMINGUEZ, J. M. L. *Diagnóstico oceanográfico e proposição de disciplinamento de usos da faixa marinha do Litoral Norte do Estado da Bahia*. Salvador: CRA. 134 f, Salvador, 2005.

_____. *Sistema de Informações Geográficas para o Suporte à Gestão e ao Monitoramento do Litoral Norte do Estado da Bahia*. Salvador: CRA. 30 f, Salvador, 2006.

GOERCK, J. M. Programa de Áreas Importantes para a Conservação das Aves (IBAs). Uma estratégia global da BirdLife International. In: ALBUQUERQUE, J. L. B. et al. (Eds.). *Ornitologia e conservação – da ciencia às estratégias*. Tubarão-SC: Editora Unisul, 2001. p.159-177.

HAYS, H. et al. A nonbreeding concentration of Roseate and Common terns in Bahia, Brazil. *J. Field Ornithol*. v. 70, p. 455-464, 1999.

INSTITUTO BIOMAS. *"Mapping the occurrence, distribution and conservation status of endemic and threatened reptiles in Bahian restingas".* 2006. 11 p. Relatório técnico.

IUCN. *International Union for Conservation of Nature*. Salvador, 2008. Disponível em: <http:// www.iucnredlist.org/>. Acesso em: jun. 2008.

JARDIM, J. G.; ZAPPI, D. C. Studies of *Faramea* Aubl. (Rubiaceae) in Brazil: two new species for Eastern Bahia - *F. nocturna* and *F. biflora*. *Kew Bulletin*, v. 63, p. 131-136, 2008.

JERUSALINSKY, L. et al. Preliminary evaluation of the conservation satus of Callicebus coimbrai Kobayashi & langguth, 1999 in the Brazilian state of Sergipe. *Primate Conservation* , v. 21, p. 25-32, 2006.

JUNCÁ, F. A. Diversidade e uso de hábitat por anfíbios anuros em duas localidades de Mata Atlântca, no norte do estado da Bahia. *Biota Neotropica*, v. 6, p. 1-17, 2006.

LANDRUM, L. R.; FUNCH, L. S. Two new species of *Psidium* (Myrtaceae) from Bahia, Brazil. *NOVON*, v. 18, p. 74-77, 2008.

LAPS, R. R. et al. Aves. In: RAMBALDI, D. M.; DE OLIVEIRA, D. A. S. (Orgs.). *Fragmentação de ecossistemas – causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. 2. ed. Brasilia: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 153-200.

LIMA, P. C.; GRANTSAU, R. et al. *Occurrence and mortality of seabirds along the northern coast of bahia, and the identification key of the procellariiformes order and the stercorariidae family*. [Camaçari]: Cetrel – Empresa de Proteção Ambiental, 2004. 63 p.

LIMA, P. C. et al. Recuperações de Sterna dougallii (Montagu, 1823) na Bahia, Brasil, entre 1995 e 2004. *Revista Brasileira de Ornitologia*, v. 12, p. 147-149, 2004.

LIMA, P. C. et. al. Recuperações de Sterna hirundo (Linnaeus, 1758) na Bahia, Brasil, entre 1995 e 2004. *Revista Brasileira de Ornitologia*, v. 13, p. 177-179, 2005.

LOPES, P. P. Comunidade de insetos de uma reserva de Mata Atlântica no litoral Norte da Bahia, Reserva da Sapiranga: uma análise preliminar. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 6., 2003, Fortaleza. SIMPÓSIOS FLORESTA PLUVIAL TROPICAL AMAZÔNICA, FLORESTA PLUVIAL TROPICAL ATLÂNTICA, FLORESTAS ESTACIONAIS, FUNCIONAMENTO DE ECOSSISTEMAS, INTERAÇÕES ATMOSFERA/BIOSFERA NA AMAZÔNIA - PROJETO LBA. 2003, Fortaleza. *Anais*…. Fortaleza : Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003. v. 6. p. 347-348.

LYRIO, R. S. *Modelo sistêmico integrado para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia*. 1996. 87 f. Dissertação (Mestrado em Geologia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

_____. *Revisão do diagnóstico sócio-ambiental consolidado numa proposta de zoneamento e plano de gestão*. Salvador: CRA, 2003. 164 p.

_____. *Plano de desenvolvimento e ordenamento territorial das povoações litorâneas da APA Litoral Norte do Estado da Bahia*. Revisão do diagnóstico sócio-ambiental. Salvador: CRA, 2005. 72 p.

MALTBY, E. *Wetlands – Their status and role in the biosphere. Plant Life Under Oxygen Deprivation*. SPB. Academic Publishers, The Hague. 1990. p.3-21.

NEPSTAD, D. *et al*. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. *Conservation Biology*, v. 20, n. 1, p. 65–73, 2006.

PINTO, G. C. P.; BAUTISTA, H. P.; FERREIRA, J. D. A. C. A. A restinga do litoral nordeste do estado da Bahia. - In: LACERDA, L. D. et al. (Eds.). *Restingas*: origens, estrutura e processos. [Niterói]: Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 195-216.

PRODESU – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL NORTE DA BAHIA. Relatório Síntese. CONDER/WS Atkins/Department for International Development/SEPLANTEC/CRA/SUDETUR/DERBA. Salvador: [s.n.], outubro 2001. 56 p.

QUEIROZ, E. P. Levantamento florístico e georreferenciamento das espécies com potencial econômico e ecológico em restinga de Mata de São João, Bahia, Brasil. *Biotemas*, v. 20, p. 41-47, 2007.

REDIGHIERI, E. S.; AZEVEDO, C. O. Fauna de Dissomphalus Ashmead (Hymenoptera, Bethylidae) da Mata Atlântica Brasileira, com descrição de 23 espécies novas. *Revista Brasileira de Entomologia*, v. 50, p. 297-334, 2006.

RODRIGUES et al. Effectiveness of the global protected area network in representing species diversity. *Nature*, v. 428, p. 642-643, 2004.

SILVA, E. M. da et al. Wetlands of the Itapicuru-Crumaí system (Conde, BA, Brazil): problems and perspectives for wise use. In: REYES, Lucas Fernandez. *Monografia sobre los Humedales de America Latina*. Havana, Cuba: CYTED, 2004.

TURISMO NO LITORAL NORTE E GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA ARTICULAÇÃO EXISTENTE?

Mercejane W. Santana *

INTRODUÇÃO

A crise econômica dos anos 1980 no Brasil deu um impulso à atividade turística, que passa a ser vista como uma possível alternativa de desenvolvimento econômico e social, gerando mais políticas públicas com o intuito de dinamizar o setor. No entanto, dado o caráter ambivalente da atividade, uma vez que ao mesmo tempo em que ela tem o potencial de alavancar o desenvolvimento de uma região ou localidade, poderá promover a degradação ambiental e também social, a sustentabilidade passou a ser um fator imprescindível nos estudos e nas políticas para o turismo. E, por sua vez, a noção de desenvolvimento defendida nos últimos tempos envolve uma rede de conceitos tais como inclusão, participação, localidade, integração.

A sustentabilidade da atividade passa pelo monitoramento de toda a cadeia produtiva do turismo de forma integrada e planejada, garantindo a saúde e a harmonia dos requisitos ambientais, sociais, econômicos, espaciais, culturais e políticos. E essa sustentabilidade só será possível através de uma gestão compartilhada envolvendo todos os agentes presentes no cenário, que são o Estado, o setor privado, as organizações do terceiro setor, as agências de desenvolvimento e a comunidade. Trata-se de um modelo de governança local, em que o papel do Estado é fundamental na definição de políticas e diretrizes, e como articulador e gerenciador dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local e sustentável.[1]

O objetivo deste artigo é refletir sobre o turismo na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA/LN) quanto ao aspecto da governança. E para isso será necessário identificar alguns dos atores e programas existentes na localidade e como eles trazem na sua concepção e prática o conceito de governança. Tem ainda como finalidade identificar se o modelo de governança pública estadual na região está afinado com a proposta estabelecida pela instância federal. A metodologia utilizada envolveu numa primeira fase pesquisas documentais e bibliográficas que foram sistematizadas e analisadas, servindo de referências para a etapa seguinte. A segunda fase teve como base entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, gestores públicos municipais estaduais, representantes de instituições governamentais, lideranças empresariais, trabalhadores do setor turístico, representantes de organizações do terceiro setor, no âmbito do projeto de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*.[2]

---

* Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; professora da Faculdade Ruy Barbosa. mercejane@sei.ba.gov.br

1 Sobre o conceito de desenvolvimento, ver Muricy (2009b) nesta publicação.

2 Sobre a metodologia da pesquisa, ver Muricy (2009a) nesta publicação.

UM NOVO ESTADO

Os processos de redemocratização vivenciados pela América Latina nas últimas décadas implicaram em profundas transformações nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Transparência, participação, democratização das informações, eficiência e foco nos resultados passaram a ser alguns dos valores e critérios exigidos e estabelecidos como padrões para os novos governos da região, em consonância com as políticas e diretrizes para um Estado acometido por uma profunda crise financeira e de gestão.

A reestruturação da economia capitalista por volta dos anos 1970 fez vir à tona um Estado ineficiente, anacrônico e burocrático, e um modelo de desenvolvimento insustentável, calcado na forte presença e centralização do Estado, mais especificamente do governo federal, no papel de principal condutor do processo. Esse modelo tornava irrelevante a discussão sobre o papel dos níveis subnacionais de governo e dos demais agentes econômicos, políticos e sociais na formulação e implementação de políticas públicas, tamanha era a centralização.

Nesse contexto, discute-se a reforma e modernização do Estado, que tem a descentralização como um dos pilares fundamentais e desponta um novo paradigma de desenvolvimento, que busca, através da articulação dos diversos atores locais, potencializar as vocações econômicas naturais, respeitando as especificidades socioculturais e ambientais das localidades e garantindo dessa forma a sustentabilidade. É um modelo de desenvolvimento descentralizado e participativo, uma vez que se dá no âmbito da esfera local e pressupõe a interação dos diversos agentes afetados pelo processo e uma rede de conceitos, tais como inclusão, solidariedade, participação, produção e competitividade, que se articulam e se reforçam mutuamente.

No Brasil, a Constituição de 1988 estabelece e institucionaliza novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil. O processo participativo foi estimulado e fortalecido em todo o país e um dos fatores que contribuiu para isso foi o estímulo à institucionalização de conselhos representativos da sociedade civil para atuar no assessoramento ou diretamente no processo de tomada de decisão de políticas públicas e projetos. Houve uma multiplicação de conselhos atuando de forma deliberativa ou não nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, segurança, turismo, defesa de direitos da mulher, da criança, do adolescente, dentre outros, que se estenderam pelos estados e municípios. Camargo pondera que a eficácia desses conselhos é duvidosa, uma vez que não tem capacidade deliberativa e que são muitas vezes manipulados pelas forças políticas do governo e da oposição. "Os conselhos são, no entanto, o fundamento institucional de construção da governança que gerou transformações importantes nas relações entre a sociedade e o Estado, ainda durante o regime militar e mesmo depois dele" (CAMARGO, 2003).

Kliksberg (1997) destaca alguns traços institucionais e gerenciais que devem estar presentes numa proposta de redesenho do Estado, isto é, de um "Estado inteligente", que são:

a) o governo federal deve concentrar-se na aplicação de um processo eficiente de formulação, monitoramento, avaliação e retroalimentação das políticas públicas;

b) deve-se descentralizar a ação do Estado. Entende-se que "em muitos casos, as regiões e os municípios podem ter condições bem melhores que as do aparelho central para ajustar a administração às reais necessidades dos cidadãos, e podem fazê-lo mediante uma utilização mais eficiente dos recursos";

c) um Estado "rede", em lugar de um Estado "pirâmide", isto é, um paradigma gerencial que preveja redes de instituições interrelacionadas, podendo dessa forma maximizar a coordenação e a obtenção de ganhos de escalas;

d) desenvolver capacidades para a administração intergovernamental. O que significa uma ação conjunta e combinada de diversas instituições para atender os objetivos do setor público. "O gerenciamento de redes pelo próprio governo central, a conexão do governo central com regiões e municípios altamente descentralizados e o impulsionamento de um processo orgânico de produção de políticas públicas no próprio governo central exigem que se desenvolvam capacidades de gerência intergovernamental";

e) modelos organizacionais flexíveis, em substituição aos modelos burocráticos weberianos;

f) um novo estilo gerencial público etc.

g) Dowbor (1998), ao descrever um novo paradigma de Estado, ressalta a importância da esfera local e destaca alguns pontos presentes nessa proposta:

I) o princípio da descentralização;

II) o enfoque da inovação;

III) a visão da sustentabilidade: "demasiadas regiões hoje têm o seu turismo e atividades econômicas comprometidas por uma contabilidade que não contempla os custos ambientais, várias regiões têm seus solos esgotados pela monocultura predatória, muitas comunidades vivem um clima de fome, doença e insegurança";

IV) organização dos atores sociais: "as administrações locais devem criar foros de elaboração de consensos em torno dos problemas-chave do desenvolvimento, incluindo nesses foros representações das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das organizações não governamentais, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes no município, de forma a assegurar que a gestão se torne mais participativa";

V) enfoque da gestão intergovernamental. Nesse item o autor considera que no espaço do município há o cruzamento de diversas esferas do governo e cada uma reportando-se à sua esfera central, e sem que o prefeito tenha conhecimento sobre o que as agências programaram para o município, e sem que as mesmas tenham uma coordenação entre si. "A racionalização da gestão intergovernamental, sob a coordenação da autoridade efetivamente eleita pela população local, que é o prefeito, é essencial, pois não é realista esperar que decisões tomadas em instâncias independentes e de diferentes níveis de governo formem espontaneamente programas coerentes no âmbito local";

VI) recentrar as atividades nos objetivos humanos etc.

Observa-se que o próprio processo de democratização do Estado, assim como a escassez de recursos necessários para a viabilidade e implementação das políticas públicas, força uma nova dinâmica, uma reorientação no seu formato original e o direcionamento no sentido de uma gestão mais horizontalizada e só possível através da construção de redes e parcerias com os diversos atores da sociedade civil, que vem a se constituir numa nova forma de governar, denominada de governança pública.

O conceito de governança (*governance*)

O conceito de *governance* emerge mais precisamente no campo da Administração Pública e da Ciência Política, cuja definição expressa um novo padrão de gestão pública e de desenvolvimento, que passa pela articulação entre diversos atores políticos, administrativos e sociais. A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional CAR (1997) considera que "o conceito de *governance* surge a partir do reconhecimento de que as tradicionais propostas político-institucionais integrantes dos inúmeros planos de desenvolvimento promovidos pelos governos não dão conta da complexidade das questões econômicas, políticas e sociais". A *governance* passa a ser uma necessidade diante das demandas e dos desafios exigidos pelo mundo contemporâneo, dentre eles a globalização, que vem causando impactos diretos nos espaços, nas territorialidades, nas identidades, provocando conflitos e tensões nas relações entre o local e o global, e que só a coesão e as articulações dos diversos segmentos da sociedade poderão promover posicionamentos e formatos organizacionais e institucionais para o enfrentamento dessa realidade.

Instituições como o Banco Mundial (BIRD) passam a incorporar e entender o conceito de *governance* como a capacidade do governo de criar e manter um ambiente institucional que promova o desenvolvimento sustentável e integrado, e o exercício do poder na administração dos recursos para o desenvolvimento econômico e social de países, regiões e cidades. Outros organismos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o IPEA/PNUD, o Secretário da ONU e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) passaram a entender a viabilização das reformas políticas e administrativas do Estado e a sua modernização como um processo de interação entre diversos atores, portanto de *governance*.

Camargo (2003) faz uma distinção entre governo e governança. Ressalta que em casos extremos pode haver governança sem governo e governo sem governança. Para ela, governo sugere uma autoridade formal que garante a implementação de políticas instituídas:

> Governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhados, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais de caráter não governamental, mas que funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente, pelos principais atores de um determinado processo. Em outras palavras, governança é um fenômeno mais amplo do que governo.

Kissler e Heidemann (2006), ao analisarem a modernização do setor público na Alemanha, inspirada na administração pública gerencial (*new public management*), discorrem sobre o

modelo de governança pública (*governance public*) que surge e torna-se atrativo em razão das insatisfações com as administrações públicas, que embora tenham se tornado mais eficientes, mais empresariais com as reformas, tornaram-se menos favoráveis aos cidadãos. Questionam até que ponto trata-se de um novo conceito para regular as relações de troca entre os setores público e privado, entre Estado, mercado e sociedade. Consideram que o conceito de governança pública não é muito claro e que não existe um conceito único, "mas antes uma série de diferentes pontos de partida para uma nova estruturação das relações entre o Estado e suas instituições nos níveis federal, estadual e municipal, por um lado, e as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, bem como os atores da sociedade civil (coletivos e individuais), por outro". Os autores citam que o significado original de governança estava associado ao debate político-desenvolvimentista, no qual o termo era utilizado para referir-se a políticas de desenvolvimento que se orientavam por determinados pressupostos sobre elementos estruturais como gestão, responsabilidades, transparência e legalidade do setor público, aspectos fundamentais e considerados necessários ao desenvolvimento de todas as sociedades, e prescritos por organismos internacionais como a Organização para as Nações Unidas (ONU) ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Já no contexto atual, os autores citam Löffer (2001, p. 212), que entende a governança como

> [...] uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

Acrescentam que sob a ótica da ciência política a governança pública está associada a uma mudança na gestão política e que pode ser vista como uma opção à gestão baseada na hierarquia e no mercado. Permite um novo arranjo, recorrendo cada vez mais à autogestão no campo social, econômico e político, e

> [...] em relação à esfera local, ela significa que as cidades fortalecem cada vez mais a cooperação com os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações. A cooperação engloba tanto o trabalho conjunto de atores públicos, comunitários e privados, quanto também novas formas de transferência de serviços para grupos privados e comunitários (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Para os autores, os fundamentos normativos da governança resultam da resposta à pergunta: que significado tem o Estado nas estruturas de governança e o que distingue governança de governo? A resposta a essa pergunta traz à tona as três fases do debate que marcam a transição de um Estado tradicional para um modelo novo de Estado, que são:

> a) de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; b) de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; c) de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Entendem também que o conceito de governança pública permite uma amplitude de atribuições, em que o Estado pode transferir ações para o setor privado ou agir em parceria com agentes sociais. É um Estado ativador que impulsiona as forças da sociedade civil, e "para essa perspectiva, é decisiva a transição do Estado gestor (hierárquico), com ingerência na sociedade, para o Estado cooperativo, que atua em conjunto com a sociedade e as organizações empresariais, por meio de parcerias estratégicas". Fica cada vez mais evidente que o modelo tradicional, cujas distinções entre Estado, organizações privadas e sociedade civil eram bem rígidas, passa a dar lugar a um novo modelo caracterizado por interações, redes de parceiros que se articulam em prol de um objetivo comum. Kissler e Heidemann (2006) mencionam que as redes têm como aspectos positivos o fato delas solucionarem problemas em conjunto, protegendo, dessa forma, os atores que não ficam sobrecarregados e tendo que atuarem isoladamente. São mais elásticas do que as alianças e "ampliam os grupos de atores e criam espaços intermunicipais, como bases abrangentes e multiopcionais para novas formas de ação cooperativa. Elas abrem caminho para coalizões regionais de desenvolvimento e para uma governança regional em diferentes campos políticos".

De acordo com Bresser-Pereira (2007), o desenvolvimento econômico só será possível quando um Estado-nação puder contar com um Estado eficaz. E que embora a maior parte dos investimentos partam dos empresários privados, as instituições são fundamentais para o processo de desenvolvimento. E, respondendo à questão "que tipo de organização ou administração pública contribui para um Estado eficaz? Apenas um serviço profissional?", apresenta um modelo específico de reforma da gestão pública – o modelo estrutural de governança pública –, que inclui um aspecto organizacional e um aspecto gerencial ou de responsabilização por parte dos servidores públicos e que envolve as organizações estatais, públicas não estatais, corporativas e privadas. Explica que é um modelo estrutural por que as mudanças propostas não se restringem às estratégias de gestão e mudanças organizacionais, mas vão além e implicam em mudanças estruturais na medida em que envolve vários tipos de parcerias público-privadas e que se constitui num modelo de governança porque no processo de governar envolve outros atores, além do próprio governo.

Bresser-Pereira (2007) pondera que é útil fazer uma distinção entre governo e governança:

> [...] o governo, como entidade, é formado pelos órgãos superiores de tomada de decisões do Estado; à medida que a comunicação flui, é o processo de tomada de decisões dos funcionários públicos (políticos e servidores públicos de alto escalão). A governança também envolve um processo, mas um processo mais amplo, na medida em que transmite a ideia de que as organizações públicas não estatais ou as organizações da sociedade civil, empresas comerciais, cidadãos individuais e organizações internacionais também participam do processo de tomada de decisões, embora o governo continue sendo o ator central.

Um aspecto a ser mencionado é que no debate sobre a reestruturação do Estado, a esfera local passa a ser muito valorizada por acadêmicos, pesquisadores e organismos internacionais por ser considerada uma das instâncias mais próximas dos cidadãos e a que melhor possibilita o atendimento das necessidades das comunidades, assim como uma maior articulação dos

atores e maior êxito nos diálogos, nas negociações e no poder de pressão diante de grupos organizados e elites econômicas.

Reconhece-se que é no âmbito da própria região que devem surgir as alternativas e esforços para superar obstáculos, criar as oportunidades e estratégias, potencializar o desenvolvimento. E o Estado, a esfera local, ao invés de assumir sozinho a responsabilidade pelo desenvolvimento, pelo atendimento das demandas sociais, passa a ter um novo papel que seria o de articulador e de regulador, e ao mesmo tempo em que controla a rapidez e voracidade dos agentes do mercado, cria as condições para um maior protagonismo de atores da sociedade civil comprometidos com a inclusão social, com a qualidade de vida, com a solidariedade, com o desenvolvimento humano.

A governança pública e o turismo

A discussão sobre governança e desenvolvimento local é muito pertinente para a compreensão da atividade turística no contexto contemporâneo. Tanto em países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento o turismo passa a ser enfocado pelos governos como uma alternativa de desenvolvimento pela sua capacidade de geração de emprego e renda, proporcionada pela multiplicidade de serviços e pela circulação de dinheiro. No entanto, esse desenvolvimento como já mencionado, pode acarretar impactos irreversíveis no meio ambiente e nos âmbitos socioculturais de uma comunidade, exigindo planejamento e ação integrada entre os diversos atores locais, para que esse desenvolvimento possa ser local e sustentável.

É imprescindível a ação do poder público na condução do processo de planejamento, da legislação e regulação, nos incentivos e na articulação entre os diversos organismos e instituições em prol da comunidade, garantindo a sustentabilidade.

Afinado com esse contexto, no Brasil foi criado em 2003, pelo governo Lula, o Ministério do Turismo e lançado no mesmo ano o Plano Nacional do Turismo, que tinha como uma de suas premissas básicas a descentralização da gestão do turismo e a formação de parcerias. Fica claro desde esse momento a necessidade de ações dentro de um ideário de sustentabilidade e de envolvimento da sociedade através de um planejamento integrado e participativo. Nesse contexto, o Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e programas 2003-2007 define sete macroprogramas estruturantes.

Em 2004 é criado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, cujas bases derivam do macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística. Caracteriza-se "como um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões".

A ação descentralizadora do Programa orientada pelo princípio federativo prevê os estados e municípios, apoiados nos Fóruns Estaduais de Turismo, como articuladores e promotores do

planejamento, execução e avaliação, dentro de um modelo de gestão compartilhada. E nesse modelo o espaço territorial é percebido como um agente de transformação social e não como um mero espaço físico, daí por que o planejamento deve ser concebido atendendo às especificidades regionais e locais, sendo de fundamental importância a participação dos agentes envolvidos na busca de objetivos comuns como: a qualificação do produto turístico, a diversificação da oferta turística, estruturação dos destinos turísticos, ampliação e qualificação do mercado de trabalho, aumento da inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional, ampliação do consumo do produto turístico no mercado nacional e o aumento da taxa de permanência e gasto médio do turista. Daí por que "implementar o Programa de Regionalização do Turismo é promover a cooperação e a parceria dos segmentos envolvidos: organizações da sociedade, instâncias de governos, empresários e trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade".

Nessa perspectiva, as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo são constituídas de nove módulos, sendo que o módulo operacional 3 se refere à Institucionalização da Instância de Governança Regional, que significa o estabelecimento ou fortalecimento de parcerias com os agentes envolvidos com a atividade turística, sejam públicos ou privados, e a promoção de diretrizes para a coordenação do processo. E têm como atores: empresas, associações, agências locais e regionais de governo, centros tecnológicos, universidades, agências de desenvolvimento etc. O Programa de Regionalização do Turismo apresenta uma reflexão sobre governança, ressaltando que

> [...] o termo 'governança' é relativamente novo: podemos entendê-lo como a capacidade de administrar ou, mais especificamente, como a capacidade que os governos têm de criar condições e de responder às demandas da sociedade. Em se tratando de governança social ou governança democrática, essa capacidade de governar pressupõe uma administração participativa que envolve as populações locais na elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas.

Entende o Ministério do Turismo que é necessário que haja uma organização para viabilizar as políticas e a implementação de planos e programas, o que será possível através da criação de uma Instância de Governança, cuja estrutura ficará a cargo dos envolvidos, podendo ser um fórum, uma associação, um conselho, um comitê ou um colegiado. O documento do Ministério do Turismo ressalta que a institucionalização de uma Instância de Governança tem alguns objetivos e estratégias:

Objetivos: criar comunicação regional; coordenar todo o processo de regionalização de uma região turística; descentralizar as ações e coordenação do processo.

Estratégias: captar recursos; organizar e coordenar os diversos atores que deverão estar focalizados na região e nas suas especificidades; mobilizar parceiros regionais; integrar as ações intrarregionais e interinstitucionais; realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação, avaliar e apoiar projetos dos diversos agentes.

O mesmo documento sugere quem deve participar de uma Instância de Governança, quem serão os parceiros:

a) os gestores públicos do turismo municipal;
b) representantes de segmentos relacionados direta ou indiretamente à atividade turística, estadual e municipal;
c) representantes das organizações não governamentais;
d) representantes das instituições voltadas ao desenvolvimento regional e à sociedade civil;
e) representantes dos órgãos ambientais, de transporte, de infraestrutura, de saúde e de segurança;
f) representantes do Sistema "S" (Senac, Senai, Sesei, Sebrae, Sesc, Senar e Sescoop);
g) representantes da cadeia produtiva do turismo, ou seja, representantes de diferentes grupos sociais com características econômicas, sociais e culturais bastante heterogêneas; outras lideranças locais.

Ainda de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, os instrumentos que poderão auxiliar o processo de institucionalização da Instância de Governança podem ser: palestras e reuniões; seminários e oficinas participativas; conversas e negociações informais; envolvimento das lideranças locais e regionais, dentre outras atividades.

O documento apresenta cinco modelos de governança que se aplicam ao propósito do programa:

1. Associação
2. Conselho
3. Fórum
4. Comitê
5. Consórcio Intermunicipal

O Litoral Norte da Bahia e o turismo

Parte do Litoral Norte da Bahia se constitui numa das 13 zonas turísticas do Estado, classificada como Costa dos Coqueiros, e compreende os municípios de Itanagra, Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas. Os municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios e Mata de São João pertencem à Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/LN).

O acesso à região é facilitado pela rodovia Linha Verde (BA-099), que vai da Região Metropolitana de Salvador até a divisa com o estado de Sergipe, cuja duplicação cobre um grande trecho da área e também pela proximidade do Aeroporto Internacional de Salvador, com várias opções de voos domésticos e internacionais. Esses fatores têm favorecido e atraído empreendimentos turísticos e imobiliários de grande porte, mudando substancialmente, nos últimos anos, o perfil de ocupação e a própria dinâmica econômica, social e cultural da região.

Segundo documento da Secretaria de Meio Ambiente (Sema),

> [...] historicamente ocupada pela agropecuária, o Litoral Norte da Bahia apresenta atualmente rica e dinâmica economia do turismo – que canaliza

> para os municípios que a compõem, especialmente Mata de São João e Entre Rios, investimentos nacionais e internacionais de grande porte, processo que transformou esta região em um polo de expressão nacional e internacional – que coexiste com uma economia de pequeno porte, assentada no extrativismo vegetal, na mariscagem e na pesca, voltada, principalmente para o autoconsumo.

Por outro lado, há que se considerar que

> [...] a Costa dos Coqueiros, ao longo de seus 193 quilômetros de extensão, é recortada por diversos rios e riachos, que deságuam no mar por entre um vasto cordão de brancas dunas, que acompanha a costa. Aí se encontra uma ampla variedade de ecossistemas, que abrangem desde remanescentes da Mata Atlântica, restingas, dunas, coqueirais, brejos, lagoas ferruginosas de águas escuras até manguezais e recifes de coral, que além de abrigar um leque diversificado de espécies vegetais e animais, constituem nichos reprodutivos para diferentes espécies de animais (tartarugas, golfinhos e baleias jubarte em particular (LIMONAD, 2007).

Vê-se então que a região e seu desenvolvimento através do turismo demandam uma rede de agentes e programas que devem atuar de forma sincronizada para garantir a sua sustentabilidade. Políticas públicas e medidas são necessárias no sentido de preservar esse rico ecossistema natural e evitar a sua degradação. Ao tempo em que essas belezas naturais são atrativos e podem ser trabalhadas como um rico objeto de desenvolvimento para a região via o turismo, se não for através do planejamento, de uma boa estrutura de governança para que o desenvolvimento aconteça de uma forma ordenada e sustentada, poderá se deteriorar esse manancial e contribuir para um caos social nas localidades. Fazendo uma análise sobre o turismo no Brasil, Alban (2008) faz uma crítica à estratégia do governo nos anos 1990, de potencializar a expansão do setor através da implantação e expansão da infraestrutura necessária referente a transportes, energia e apoio urbano. Segundo ele, "a ideia era que, com a expansão da infraestrutura e a recuperação do patrimônio histórico-cultural, os empreendedores e turistas naturalmente chegariam, desenvolvendo novas e amplas regiões do país." Alban (2008) considera que a implementação dessa estratégia foi em grande parte efetivada, mas que os resultados alcançados não foram satisfatórios, deixando muito a desejar. E desce a sua análise para o nível microrregional apresentando uma dinâmica perversa do turismo nas costas nordestinas em que a infraestrutura chega, viabiliza o *boom* turístico, mas não o sustenta. E ilustra essa dinâmica com o seguinte fluxo: Praia Deserta – Praia da Moda – Dotação de Infraestrutura – *Boom* Turístico e Imobiliário – Degradação Socioambiental.

O conceito de *governance* no Litoral Norte da Bahia – Programas e Atores Sociais

No Litoral Norte da Bahia, são muitas as organizações governamentais, não governamentais, privadas, programas e agentes que pressupõem no seu funcionamento e atuação a articulação em rede, o que denota a princípio a incorporação do conceito de *governance*. A pesquisa irá se ater a algumas dessas iniciativas que estão diretamente envolvidas com a atividade turística

e que atuam na região. O objetivo é descrever esses programas e agentes e, através de entrevistas e análises de documentos, buscar compreender como eles funcionam e desenvolvem as parcerias, quais as possíveis articulações existentes entre eles e se essas se inserem dentro de um conceito de governança e da sua prática.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE I E II (CONSELHOS E CÂMARAS DE TURISMO)[3]

Inicialmente pode ser mencionado o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur-NE), um programa de financiamento para o setor turístico desenvolvido pelos governos dos noves estados do Nordeste, além do norte de Minas e Espírito Santo, com o apoio do governo federal e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste.

O Prodetur-NE pode ser compreendido através de duas fases. Na sua fase inicial, os recursos foram canalizados para a melhoria das áreas com potencial para o desenvolvimento da atividade turística.

Na sua segunda fase, denominada Prodetur-NE II (2002), fica previsto, por orientação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a criação dos Polos Turísticos e dos respectivos Conselhos dos Polos Turísticos, condição necessária para a operacionalidade do Programa, conforme seu Regulamento Operacional, caracterizando-se como instâncias de governança. Teve como objetivo principal "melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos estados participantes do Programa", uma vez que através das instâncias de governança os atores locais poderão participar dos programas e projetos direcionados para as suas áreas. Uma das pessoas entrevistadas ressaltou o aspecto positivo e importante da criação dos Conselhos, uma vez que os recursos do Prodetur, dessa forma, não ficam só a critério da Secretaria de Turismo definir quais seriam os projetos prioritários, o que poderia levar à ingerência política. E da maneira como funcionam: as Câmaras de Turismo levam os projetos para os Conselhos, que são deliberativos, e no Fórum eles são convalidados. Há uma disputa entre os municípios por esses recursos e uma queixa dos gestores dos demais municípios de que Mata de São João tem absorvido uma boa parte destes recursos, ressaltando-se os investimentos em Praia do Forte. Alguns entrevistados consideraram que a prefeitura de Mata de São João encontra-se atualmente melhor aparelhada em termos de organização administrativa e de qualificação de seus técnicos, resultando na apresentação de um maior número de projetos na Câmara de Turismo.

Polos Turísticos e respectivos Conselhos de Turismo

A composição dos Conselhos, conforme a prescrição do BID, deve ser tripartite, com a participação do poder público (federal, estadual e municipal), do setor privado e do terceiro setor.

[3] Maiores detalhes sobre o Prodetur I e II ver o texto de Góis (2009), nesta publicação.

Devem se constituir em espaços institucionalizados de participação e corresponsabilidade entre a sociedade civil organizada, *trade* turístico e governos federal, estadual e municipal. Devem ter como objetivo o planejamento, a deliberação e a viabilização das ações direcionadas para o desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios participantes dos Polos Turísticos. Faz parte também das suas atribuições apoiar e acompanhar a execução das ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (Prodetur-NE) e divulgar suas ações junto aos Conselhos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente.

Foram criados na Bahia os Polos Turísticos e Conselhos: Salvador e Entorno, Litoral Sul, Descobrimento e Chapada Diamantina. Posteriormente foram criados: Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Sertão, Caminhos do Oeste e Lagos do São Francisco.

O Polo Salvador e Entorno subdivide-se em Costa dos Coqueiros, que contempla os municípios de Camaçari, Conde, Esplanada, Entre Rios, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João, e Baía de Todos os Santos, com os municípios de Aratuípe, Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz.

A coordenação dos Conselhos dos Polos Turísticos fica a cargo da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur) e a Secretaria Executiva é do Banco do Nordeste. As reuniões acontecem três vezes ao ano, nos municípios que contemplam seus respectivos Conselhos.

De acordo com a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, dentre as ações já desenvolvidas, no âmbito dos Conselhos constituídos, têm-se, principalmente, aquelas que objetivaram a eleição dos conselheiros membros; discussão do Regulamento do Conselho e do Regimento Interno; definição de ações prioritárias para financiamento por meio do Prodetur II; convalidação dos Planos de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS); apresentações de projetos a serem executados pelo governo do estado e Programa Prodetur II para os Polos Turísticos.

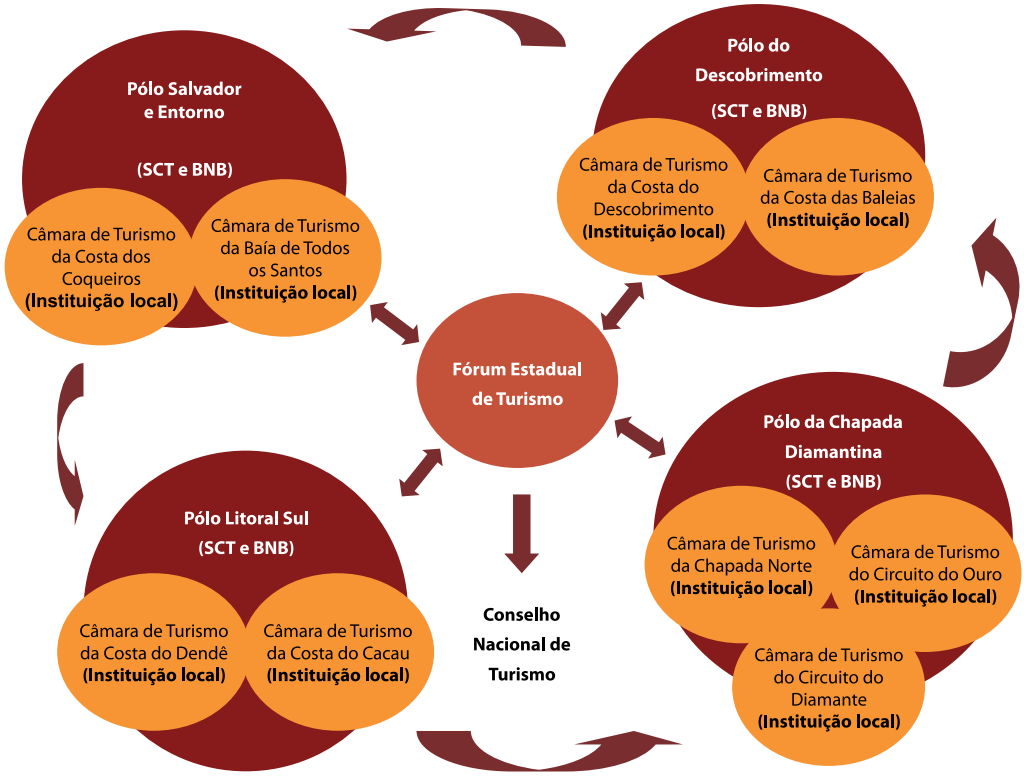
Os Conselhos e as Câmaras de Turismo

Em 2006, os Conselhos passaram por um processo de reestruturação que culminou com a criação de uma Câmara de Turismo em cada Zona Turística. Para a região do presente estudo fora criada a Câmara de Turismo Costa dos Coqueiros, que é coordenada pelo *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros.

A condução e o monitoramento de cada Câmara passa a ser feita por uma instituição indicada pelos membros do Conselho e a atender aos seguintes critérios, de acordo com o seu Regimento:

- As Câmaras têm por objetivo o planejamento e monitoramento de ações específicas nas Zonas Turísticas direcionadas para o desenvolvimento do turismo. O planejamento deverá levar em conta a articulação e complementaridade das ações que já estão sendo desenvolvidas por diversas instituições, a exemplo da GEOR, conduzida pelo Sebrae, e do Conselho Regional de Desenvolvimento, conduzido pela Seplan.

- Mobilização de agentes locais; agendamento e debate de temáticas específicas, subsidiando as discussões que ocorrerão no âmbito dos Conselhos dos Polos; maior integração entre as ações voltadas para o desenvolvimento do turismo.
- Maior abertura na participação de instituições nas reuniões lideradas por essas Câmaras de Turismo. Ressalta-se a importância da participação dos Conselheiros de cada Polo Turístico nas reuniões coordenadas pelas Câmaras de Turismo de suas respectivas Zonas Turísticas.
- O BNB e o Sebrae se comprometem a estimular e facilitar o processo de reuniões nas Zonas Turísticas conduzidas por essas Câmaras de Turismo.



Fonte: Setur.

De acordo com documentos da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), a reestruturação dos Conselhos teve como finalidade propiciar uma maior articulação entre os Polos e suas Zonas Turísticas e priorizar em nível regional as ações relativas ao turismo e os projetos daí decorrentes. Os projetos antes de serem encaminhados para o Fórum seriam previamente avaliados nas instâncias de governança (Câmaras e Conselhos).

Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros

De acordo com seu Regimento Interno artigo 1º:

> A Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros, instituída por deliberação do Conselho de Turismo do Pólo Salvador e Entorno, parte integrante do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, Prodetur, e outorgado pelo Fórum Estadual de Turismo, é um órgão de caráter permanente e deliberativo, constituído por representantes da iniciativa privada, dos poderes públicos e do terceiro setor, e tem como finalidade promover a integração dos atores da cadeia produtiva do turismo, mobilizando entidades representativas que possam interagir com os diferentes setores, visando, principalmente, a implementação da parceria público-privada, buscando assim o desenvolvimento sustentável de todas as atividades econômicas da região.

O regimento estabelece o processo de reuniões, a coordenação da Câmara e período de mandato e demais competências.

A Câmara de Turismo Costa dos Coqueiros é coordenada pelo *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros. As entrevistas revelaram que as reuniões da Câmara têm a finalidade de possibilitar que os projetos a serem encaminhados para o Ministério do Turismo sejam antes debatidos localmente na Câmara. Em seguida eles são encaminhados para o Conselho do Polo respectivo, que é uma instância regional que antecede ao Fórum Estadual de Turismo, onde os projetos são aprovados e encaminhados para o Ministério do Turismo. A Câmara funciona como uma instância de governança local. Nas palavras do seu coordenador: "A Câmara faz um varejão, ouvimos as lideranças comunitárias, as empresas que atuam no ramo do turismo, é uma instância aberta. [...] se o projeto não for aprovado temos que voltar para a base e buscar projetos que sejam estruturantes."

A Câmara Costa dos Coqueiros, de acordo com alguns entrevistados, é considerada como uma das Câmaras mais atuantes dentre as existentes para o estado da Bahia, e a que consegue articular um maior número de participantes. Mesmo assim, uma consultoria contratada pelo Ministério do Turismo para fazer um acompanhamento do planejamento estratégico do turismo no Nordeste e do processo de encaminhamento dos projetos para o Ministério, a IADH-GESPAR Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, fez um breve diagnóstico para a Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros e um levantamento das suas necessidades. Dentre os aspectos positivos foram evidenciados:

> Câmara estruturada com a coordenação do *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros; atuação do *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros como um dos agentes articuladores e mobilizadores da região; experiências acumuladas na área de *resorts* hoteleiros; papel do Sebrae como articulador etc. Dentre os aspectos que dificultam o desempenho da instância foram destacados: rodízio de representantes das instituições nas reuniões; falta de participação do poder público municipal; baixa participação das associações já existentes na Câmara; baixa participação das secretarias municipais; falta de recursos financeiros para logística (transportes, lanches, xerox etc.); dificuldade de organizar o conhecimento produzido (criar banco de dados); falta de articulação do Consórcio Intermunicipal com a Câmara; ausência de comunicação/*feed back* entre as Câmaras de Turismo regionais e o Ministério do Turismo (Ex: projetos aprovados no Fórum); falta de *feed back* do Ministério do Turismo para as Câmaras de Turismo no que se refere aos projetos enviados e aprovados pelo Fórum Estadual de Turismo.

Embora houvesse um reconhecimento da atuação da Câmara de Turismo por alguns atores pesquisados, não foi percebido uma ênfase ou um destaque dessa instância como um fórum significativo para o desenvolvimento do turismo na localidade.

FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO

Em consonância com as políticas federais desenvolvidas pelo Ministério do Turismo, a Bahia implementa o Fórum Estadual de Turismo, que se constitui em um instrumento de planejamento do turismo para o estado. Foi instalado em julho de 2003, dentro de uma política de descentralização definida pelo governo federal na Política Nacional de Turismo, e cujo objetivo seria apoiar e coordenar o processo de descentralização do planejamento e da gestão da atividade turística, inserindo os municípios na organização e integração do turismo.

De acordo com o artigo 2º do Regimento Interno do Fórum de Turismo do Estado da Bahia, "o objetivo do Fórum é discutir questões e temas relacionados ao turismo na Bahia e apoiar o processo de descentralizar as ações definidas na Política Nacional de Turismo, ordenando as demandas do estado da Bahia e seus municípios, propondo, encaminhando e resolvendo assuntos da sua competência". É composto por membros, indicados e eleitos, do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, Comunidade Científica, Setor Privado e Terceiro Setor, perfazendo um total de 80 membros titulares e 39 suplentes, conforme previsto no regimento interno e destacado no quadro a seguir.

Setores	Quantidade membros	%
Poder público federal	7	
Poder público estadual	11	
Poder público municipal	19	
Comunidade científica pública federal e estadual	3	
Subtotal	40	50
Setor privado	26	
Entidades participantes	20	
Sistema S	2	
Comunidade científica privada	4	
Terceiro setor	14	
Subtotal	40	50
Total (titulares)	80	100
Total (suplentes)	38	
Total geral	118	

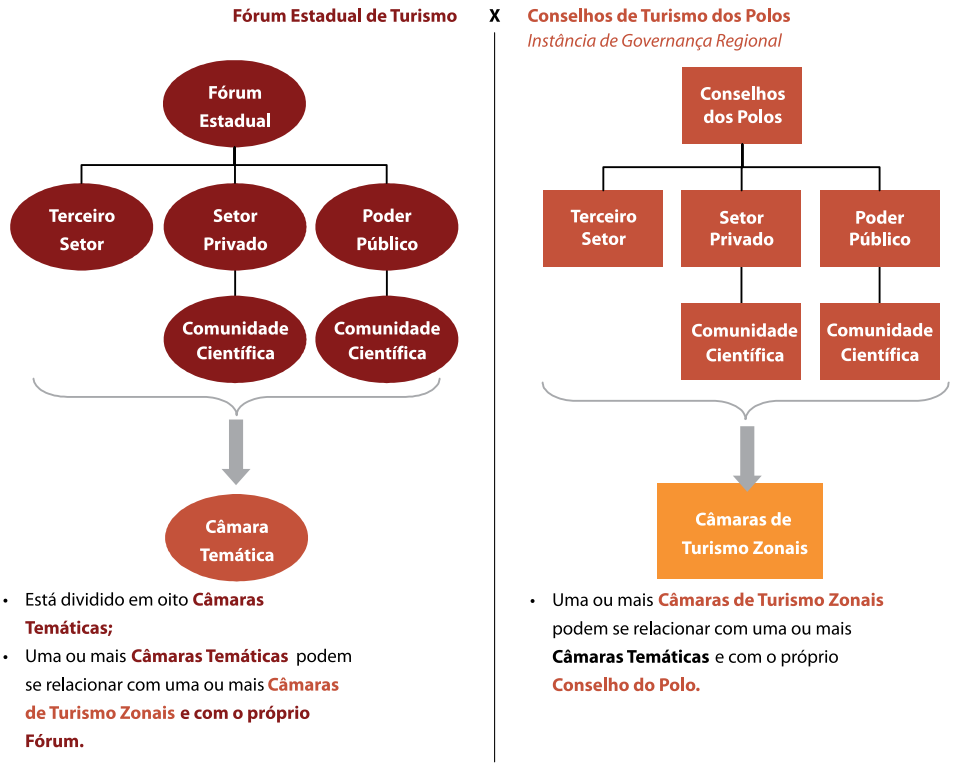
Quadro 1
Composição do Fórum

Fonte: Setur.

A coordenação e a secretaria executiva do Fórum ficam a cargo da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, através da Suinvest, que assume o papel de mediadora de seus trabalhos e ações, de acordo com o próprio regimento do Fórum, e também se responsabiliza pela materialização do evento, incluindo a administração e organização das reuniões.

De acordo com a Secretaria de Turismo, visando garantir a presença da cadeia produtiva do turismo no Fórum, há uma preocupação em eleger membros eleitos pelos conselheiros representantes dos Conselhos de Polos Turísticos do Estado para compor o Fórum, e através de critérios estabelecidos pelos próprios conselheiros, a saber: assiduidade com participação efetiva; legitimidade e legalidade das instituições; atuação com ênfase no desenvolvimento sustentável; histórico de participação efetiva no setor turístico do polo; representatividade institucional e poder de decisão.

O Fórum vem buscando uma maior integração com as instâncias de governança, que são os Conselhos dos Polos Turísticos e as Câmaras de Turismo, buscando uma convergência de ações e propósitos.



Fonte: Setur.

A consultoria IADH-GESPAR, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, solicitada pelo Ministério do Turismo no processo de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para a Câmara de Turismo Costa dos Coqueiros, fez algumas considerações finais direcionadas ao Fórum Estadual de Turismo. Concluíram que a partir das oficinas para o diagnóstico e das entrevistas realizadas, os participantes demonstraram insatisfação com relação à condução dos trabalhos junto ao Fórum Estadual de Turismo, que não tem acatado as solicitações e proposições das Câmaras, e de acordo com o diagnóstico dos consultores: "afirmam que as reuniões do Fórum têm sido apenas um espaço de propaganda institucional e aprovação de projetos para encaminhamento junto ao MTur. Não se discute nada de estratégico sobre o turismo".

Esse diagnóstico situacional faz lembrar as críticas feitas por Limonad (2007) aos diversos planos direcionados para a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte e a forma como a participação popular é incorporada, que na sua concepção serve muito mais para legitimar o processo de planejamento do que para compatibilizar os diferentes interesses envolvidos. A autora considera que uma participação efetiva vai muito além da discussão de questões táticas e operacionais e abrange as questões estratégicas. Se isso não ocorre, essa participação é um meio para legitimar práticas e ações de grupos determinados.

A pesquisa presente também chegou a essa constatação, endossada pelos entrevistados.

CONSELHO GESTOR DA AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LITORAL NORTE (APA/LN)

A APA Litoral Norte foi criada em março de 1992 com o objetivo de estabelecer mecanismos para disciplinar a ocupação da faixa costeira, cuja poligonal vai do rio Pojuca, ao sul, a uma distância de dez quilômetros da costa marinha, adentrando-se até cerca de 15 quilômetros mais ao norte, nas margens do rio Real, divisa dos estados da Bahia e Sergipe, onde a APA de Mangue Seco constitui seu limite mais setentrional. Ela atravessa os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Jandaíra e Esplanada.

O pressuposto era de que a nova rodovia, denominada de Linha Verde, se caracterizava como um importante indutor do desenvolvimento econômico e social, gerando uma nova dinâmica na região, atraindo pessoas e atividades diferentes daquelas até então desenvolvidas. Essa nova ocupação do solo deveria então acontecer de uma forma ordenada e equilibrada com a rica paisagem natural, que não poderia ser degradada.

Inicialmente ficou determinado que a administração da APA Litoral Norte ficaria a cargo da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder), fazendo parte das suas atribuições a supervisão e fiscalização das atividades a serem realizadas na área, assim como a assistência técnica e administrativa aos municípios da sua abrangência e o apoio à Comissão de Coordenação.

O embate natural entre novos agentes econômicos e sociais e os moradores antigos, com seus costumes, cultura e tradições, e a preservação do rico ecossistema e paisagens naturais exigiam um aparato de proteção e ordenamento. Para tal foi criado em 1995 o Plano de Manejo da APA Litoral Norte, que já estava previsto no decreto da sua criação. Em 1997 esse Plano começa a ser revisado e foi concluído em setembro de 2001, processo esse que foi denominado Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental (PPGA) para a APA Litoral Norte. Esse processo se deu através de uma metodologia participativa que envolveu consultores nacionais, internacionais, universidades, ONGs, lideranças comunitárias e empresariais, técnicos e dirigentes de instituições federais, estaduais e municipais. E o resultado foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável (Prodesu) da APA Litoral Norte.

O Decreto nº 7.527/99 transfere para o CRA, atualmente Instituto de Meio Ambiente (IMA), a gestão de todas as APAs do estado da Bahia. A APA de Mangue Seco esteve sempre sob a gestão do CRA, com administração própria.

O relatório síntese do Prodesu menciona que essa mudança pouco alterou o processo já em curso, deslanchado pelo PPGA e desenvolvido pelos poderes públicos regionais e locais no sentido de estimular a participação social através da formação de comitês locais que se constituiriam em fóruns de discussão e legitimação do planejamento e da gestão voltados para o desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, o referido relatório cita o artigo 27, que diz:

> A participação da comunidade na gestão da APA dar-se-á através da criação de um Conselho Gestor ou do estabelecimento de convênio do órgão gestor da APA com entidades locais e órgãos colaboradores do Sisema (Sistema Estadual de Meio Ambiente), com o objetivo, dentre outros, de promover ações de vigilância, monitoramento, educação ambiental, realização de estudos, projetos e orientação à população quanto ao cumprimento do zoneamento ecológico-econômico. (Lei Estadual nº 7.799, de 07/02/2001, que institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais)

Em 2003, quando a Sema assumiu a gestão da APA Litoral Norte, já tinham sido constituídos cinco subcomitês pró conselho gestor, com representantes da sociedade civil local e do poder público local. O processo foi intensificado, e nas palavras de Paulo Novaes, da Secretaria do Meio Ambiente e atual coordenador do Conselho Gestor da APA Litoral Norte:

> "A partir desses subcomitês já formados nós começamos a fazer reuniões locais. Fiz, em um ano, em torno de 25 reuniões, cinco em cada município, e no final fizemos um grande seminário. Em junho de 2005, fizemos dois dias de seminários, com muitas palestras e com muita participação. E no final fizemos uma ampla discussão para eleger os membros do Conselho".

A estrutura do Conselho Gestor da APA é constituída por: Agências Estaduais e Municipais; Setores Privados e Empresários Locais; Representações Comunitárias e ONGs; Conselhos Municipais de Meio Ambiente; Núcleos de Meio Ambiente e Associações Comunitárias. São, portanto, 40 membros, sendo 20 da sociedade civil e 20 do poder público.

O Conselho se reúne de dois em dois meses, reuniões itinerantes que acontecem em localidades diferentes dos cinco municípios da APA. Normalmente a pauta da reunião já é previamente estabelecida na reunião anterior, envolvendo discussões e conflitos existentes nas áreas. Existe também uma lista de discussão na Internet, apalitoralnorte@yahoogrups.com.br, que traz assuntos para a pauta. Segundo o coordenador, todos os grandes empreendimentos turísticos a serem implantados e que têm um impacto significativo para a região são apresentados nas reuniões do Conselho. E como o Conselho não é deliberativo, todas as opiniões a favor ou contra, as sugestões, são colocadas em ata e essa ata passa a integrar o processo de licenciamento do empreendimento.

É um Conselho atuante, e de acordo com um dos seus membros, o coordenador estimula a participação: "eu acho bom essa questão de não ficar só no debate; Paulo convida a academia, convida os técnicos para discutirem seus trabalhos, a comunidade, ele abre o espaço. É maravilhoso a academia poder levar seus projetos. Tem muitas limitações no processo, mas

tem muitos avanços". O coordenador do conselho da APA Litoral Norte admite que depois da formação do Conselho houve uma mobilização associativista na região. E menciona que atualmente existe uma ONG que surgiu a partir do momento que as associações comunitárias começaram a se encontrar nas reuniões do Conselho. É a ONG Coletivo Linha Verde, que é uma federação de associações comunitárias da Linha Verde.

Ainda segundo um dos membros do Conselho, houve uma reunião em Ilhéus dos Conselhos Gestores das APAS, promovida pela Secretaria de Meio Ambiente, em que foi discutida a necessidade de fortalecer esses Conselhos, que são muitos fragilizados. Eles são consultivos e não deliberativos. Então "foram feitos grupos de trabalhos, com oficinas, e uma das questões prioritárias foi capacitar os Conselhos: politicamente, tecnicamente e institucionalmente. E principalmente buscar uma consultoria para capacitar as comunidades, que são as menos capacitadas". Segundo esse membro do Conselho, muitas vezes as comunidades não participam, não opinam por incapacidade, "por desconhecer o que é uma legislação ambiental, o que é governança". Também foi discutida a necessidade do coordenador do Conselho Gestor da APA morar mais próximo das localidades e dispor de uma infraestrutura para desenvolver as suas atividades.

Nas reuniões, portanto, como já mencionado, são discutidos os problemas existentes, são ouvidas as demandas das comunidades, as políticas governamentais para a área: "o gestor da APA é muito pressionado, pela comunidade, pelo setor privado, pelo governo, e tem momentos de muita tensão. Teve reuniões em que já ocorreram brigas, agressões". Uma das explicações sugeridas por um entrevistado é que a comunidade sofre os impactos do turismo, com a desagregação social e cultural, a marginalização, as drogas, a prostituição, a privatização das áreas de interesse, principalmente os mais jovens, e essa agressividade é a forma que eles encontram para se manifestar.

As prefeituras dos municípios da APA têm representantes no Conselho e participam das reuniões, como se pode observar na fala de um dos gestores municipais entrevistado:

> "nós participamos das reuniões junto com Paulo Novais e a relação é muito boa; e nas discussões a Sema com suas posições, as prefeituras com suas posições, mas as discussões são tranquilas. Até mesmo nas questões dos empreendimentos, por que a APA tem que emitir anuência para qualquer empreendimento. Às vezes temos algumas discordâncias, não com o gestor da APA, mas com o pessoal da Sema, por que entendemos que nem tudo tem que ir para lá, alguns licenciamentos a prefeitura poderia resolver".

A OSCIP – *CLUSTER* DE TURISMO COSTA DOS COQUEIROS

Em agosto de 2005 foi registrado em cartório o *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros da Bahia, como uma OSCIP. Trata-se de uma organização do terceiro setor que agrega a iniciativa privada, a sociedade civil organizada, os governos federal, estadual e municipal, organizações não governamentais de caráter assistencial, ambiental, educacional, dentre outras. O objetivo

geral do *Cluster*, na visão dos seus dirigentes e associados, é fomentar o desenvolvimento sustentável, aliando a competitividade à atratividade do destino turístico. De acordo com o diretor executivo o *Cluster* Costa dos Coqueiros, surgiu a partir da criação do *Cluster* de Entretenimento, Cultura e Turismo de Salvador incentivada pelo governo do estado da Bahia.

São citados como objetivos específicos do *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros:

- desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico na Região Costa dos Coqueiros, bem como a sua integração e potencialização;
- promover o turismo sustentado em suas quatro dimensões: ambiental, cultural, social e educacional;
- mapear o interrelacionamento entre governo e iniciativa privada nestes setores na Costa, propondo iniciativas, políticas públicas, mecanismos que potencializem as ações integradas, o nível de cooperação e o intercâmbio de tecnologias e melhores práticas;
- incentivar a iniciativa privada e a livre concorrência, obedecendo a padrões de conduta e negócios que contribuam para um clima de melhor bem-estar social e desenvolvimento…;
- promover a conscientização da cidadania empresarial no setor privado, mobilizar…

Nas palavras do seu diretor executivo:

> "Os objetivos principais são a integração, o compartilhamento das direções para o fortalecimento do destino turístico Costa dos Coqueiros. Fazer a governança da região, organizar a institucionalidade, do governo federal, estadual e municipal e dos poderes comunitários e comerciais, o desenvolvimento da cadeia produtiva envolvendo a economia das vilas, a qualificação e capacitação da mão de obra local, a autorregulação do destino".

O *Cluster* criou o programa Rede de Negócios, projeto piloto desenvolvido entre outubro de 2006 e janeiro de 2007 que, nas palavras de seu diretor, teve como finalidade identificar quais os produtos que poderiam ser produzidos na região para serem comercializados com os hotéis e pousadas locais, e de certa forma gerar emprego e renda para as comunidades sem serem diretamente ligados à atividade turística, isto é, com trabalhos em hotéis, bares, restaurantes e agências. Para o diretor do *Cluster*, o membro da comunidade pode continuar na atividade primária dele, só necessitando de crédito, de uma linha de financiamento de um banco oficial para a agricultura familiar. Ele comenta que

> "Na questão das hortaliças existe o complexo JK, em Mata de São João, que tem uma produção de orgânicos, e todas as comunidades que trabalham perto do JK têm o *expertise,* para produzir hortaliças, frutas e verduras com qualidade. Já selecionamos vinte itens da grade de consumo dos hotéis em que as comunidades locais poderão produzir, só falta crédito".

O *Cluster*, na sua concepção, busca contribuir com o desenvolvimento sustentável da região, procurando direcionar suas ações nesse sentido, e a governança é um conceito incorporado.

De acordo com a direção, o *Cluster* tem reuniões mensais do Conselho Executivo, reuniões estratégicas, que podem ser mensais ou quinzenais, reuniões dos grupos de trabalhos, duas assembleias gerais ao ano, um seminário anual de planejamento estratégico e, recentemente, a criação do Fórum Costa dos Coqueiros, que nas palavras do diretor executivo será um instrumento de gestão compartilhada, envolvendo o governo estadual e federal.

O *Cluster* é, portanto, representante do setor empresarial, mas que busca através de suas ações uma articulação entre os segmentos. Segundo um dos entrevistados: "o *Cluster* Costa dos Coqueiros foi uma iniciativa empresarial, mas que sempre contou com o apoio da Secretaria de Turismo da Bahia, com os apoios técnicos, logísticos".

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

O poder público municipal delimitado para a pesquisa, como já mencionado, é constituído pelos municípios de Mata de São João, Jandaíra, Conde, Esplanada e Entre Rios. São municípios pequenos cuja sede, na sua maioria, localiza-se a aproximadamente 50 Km do litoral, com exceção do município de Conde, que se localiza na área costeira. Esse distanciamento foi por muito tempo apontado como negativo pelas comunidades, que alegavam a falta de percepção das suas necessidades, além da dificuldade de acesso às prefeituras. O que foi contornado por algumas prefeituras, como a de Mata de São João, com a criação de uma subprefeitura localizada em Praia do Forte. Um entrevistado mencionou que "muitos empresários não pagavam tributos porque não tinham retorno. Há cinco ou dez anos atrás o litoral era muito isolado, não havia articulação, a prefeitura não oferecia serviços como saneamento, coleta de lixo, estradas, segurança".

De uma maneira geral, o turismo tem sido encarado pelos gestores públicos como uma atividade importante para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social, e buscam, dentro das suas possibilidades e carências, aparelharem-se com instrumentos legais, financeiros e de gestão para impulsionar o segmento, mesmo que de uma forma ainda bastante incipiente. Percebe-se que a maioria das prefeituras tem na sua estrutura organizacional setores direcionados para o turismo e o meio ambiente, ainda que atreladas a outras atividades, embora a maioria não tenha Plano Diretor Municipal ou até mesmo um Plano Municipal de Turismo. O gestor público do Conde mencionou que em 2005 foi feito um Plano Municipal de Turismo e ressalta que

> "[...] é um instrumento muito importante para nortear as ações do município de forma ordenada e disciplinada, e envolvemos muito a comunidade, os empresários, as organizações do município. Elencamos umas duzentas ações como qualificação profissional, serviços de infraestrutura, só não conseguimos ainda efetivar muitas dessas ações por falta de recursos financeiros. Dependemos muito do apoio do governo estadual e federal, só que até agora esses recursos para investimentos não chegaram no município".

Há uma cultura de dependência das esferas estadual e federal por parte das prefeituras, alegando-se carência de recursos. E as críticas são que "se planeja, planeja, e não há execução".

"Do estado, ficamos a vida inteira aguardando esses recursos do Prodetur e nada". E mais, "teve o Projeto Orla, projeto piloto na Bahia, participamos de todo o processo, das reuniões, mas na prática não aconteceu nada, o que é desgastante".

Há uma percepção generalizada de que os grandes empreendimentos turísticos nacionais e estrangeiros poderão ser agentes alavancadores de desenvolvimento para o município, daí a necessidade de atrair esses investimentos, buscando recursos para infraestrutura e para capacitação de mão de obra.

Na fala dos prefeitos e dirigentes públicos dessas localidades, há também a conscientização dos problemas decorrentes da instalação desses empreendimentos e da necessidade de mecanismos de controle e de preservação do meio ambiente, bem como do cumprimento das contrapartidas sociais acordadas com os empreendedores, como pode ser percebido na fala de um dirigente: "a contrapartida é o investimento no município, gerando emprego, inclusão social, só que muitas vezes as contrapartidas não são cumpridas, ficam no papel de instalação do empreendimento". A Secretária de Turismo de um dos municípios pesquisados afirma que "futuramente virão grandes empreendimentos para nossa região e vamos tentar negociar com esses empreendedores para evitar que aconteça como em Costa de Sauípe, que construíram em cima das dunas". Um dos prefeitos ressalta: "eu acho que é necessário ter empreendimento, mas tem que ter vários cuidados, principalmente com a população e a questão ambiental".

Existe no Litoral Norte uma representação das prefeituras que é o Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros, que foi criado por iniciativa da Fundação OndAzul, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O objetivo principal seria capacitar os municípios para assumirem a municipalização ambiental e para desenvolverem projetos comuns dentro de um conceito de sustentabilidade, envolvendo a sociedade civil organizada. As prefeituras que compõem o Consórcio são: Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Conde, Jandaíra, Dias D'Ávila, São Sebastião do Passé e Rio Real.

Em setembro de 2007, a Fundação OndAzul passou a exercer as funções de Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros, período em que o referido Consórcio adequa-se à legislação brasileira sobre consorciamento público e passa a ter uma personalidade jurídica própria e uma dotação orçamentária definida por meio de um Contrato de Rateio.

Alguns gestores municipais participantes do Consórcio consideram relevante a atuação do mesmo e fundamental para a resolução de muitas das suas necessidades, que sozinhos não seriam capazes de atendê-las, como pode ser percebido na fala de um dos consorciados:

> "O Consórcio envolve municípios que vêm discutindo uma série de ações conjuntas para tentar sobreviver. Tem equipes de trabalho, que são denominados GTs, com temáticas distintas como saneamento básico, educação, saúde, legislação ambiental. De concreto tem o convênio com a Escola Politécnica para a questão de saneamento".

Outro consorciado comenta:

> "O Consórcio é uma experiência muito interessante. Estamos trabalhando em quatro áreas: saúde, infraestrutura, saneamento e cultura e turismo. Fazemos parte do grupo de saneamento e está sendo feito um diagnóstico do saneamento dos municípios. Está sendo feito em parceria com a Universidade Federal da Bahia, com pesquisa de campo, entrevistas com as comunidades, oficinas e questionários. Na área de saúde houve um esforço conjunto muito bom, que resultou na identificação da necessidade de se construir um hospital regional na Linha Verde, e foi decido conjuntamente a localização"

Outros fazem críticas tais como "já tem sete anos que participo desse Consórcio e até agora não aconteceu nada de significativo".

ORGANIZAÇÃO SOCIAL[4]

Existem em toda a região diversos tipos de organizações sociais criadas com as mais distintas finalidades e representando os mais variados segmentos e atividades. Por exemplo, associações de moradores, associações de pescadores, associações desportistas, associações de barraqueiros, associações de ambulantes, associações de comerciantes, associações comunitárias etc.

Diversos fatores têm contribuído para a criação das organizações sociais. No Brasil, o processo de redemocratização vivenciado nos anos 1980 foi responsável pela disseminação dos movimentos sociais. Por sua vez, a participação social é condição *sine qua non* para a democracia e ela se dá através de organizações sociais representantes da sociedade civil. A forma como se dá a parceria com a sociedade é através de entidades representativas.

Como já mencionado em outro momento desse trabalho, o turismo é uma atividade naturalmente geradora de conflitos e tensões, pois provoca, com o seu crescimento, uma série de problemas na estrutura social e cultural das localidades. E isso de certa forma estimula os agrupamentos como maneira de garantir seus interesses, as suas demandas frente ao poder público, e muitas vezes em contraposição aos interesses de outros atores sociais. São muitas as dificuldades enfrentadas por essas organizações, como a relação tensa e conflituosa com os poderes públicos e com o setor privado, a legitimidade da representação social, a formação e aglutinação de membros para defenderem objetivos comuns, dentre outras. O associativismo e seu engajamento também têm sido estimulados pelas estruturas de governança previstas nos diversos programas e entidades atuantes na região, como já descrito anteriormente. O Instituto do Meio Ambiente (IMA) está adotando uma metodologia que estimula a participação, como podemos constatar na fala de um entrevistado:

> "Antes da elaboração do EIA-RIMA, aliás, paralelo à elaboração do EIA-RIMA e antes da audiência pública, eles estão fazendo oficinas preparatórias com a participação da comunidade. No caso do empreendimento Bensal, em Praia do Forte, a maior parte das medidas compensatórias foram sugeridas pela comunidade. Então eu acho que

[4] Sobre Organização Social, ver nesta publicação Souza e Paraguassu (2009).

> a participação popular em relação ao processo de licenciamento está muito maior por conta dessa nova estratégia adotada pelo IMA na região. Não só na região, mas em todo o estado; está acontecendo isso no empreendimento que vai se instalar no Baixios, no empreendimento de Costa Azul também".

Por sua vez, em entrevistas realizadas com algumas das associações da região, os conflitos ficam evidentes, e a forma como a participação vinha se processando também pode ser percebida por algumas falas. Uma associada comenta:

> "O programa que os empreendedores do Iberostar trouxe é bom, mas não é aquilo que a gente queria, porque não atende as reais necessidades da comunidade. Acho que os programas da comunidade são as pessoas que estão incluídas na comunidade que têm que levar. E eles estão querendo trazer o pacote pronto e empurrar na comunidade. Por que nós detectamos várias coisas negativas com a vinda do empreendimento. O alojamento do pessoal da obra aqui dentro da comunidade foi um presente de grego e que nós não fomos avisados".

Questionada sobre o acesso da associação ao poder público municipal, foi respondido que existia, que havia reuniões mensais, que a comunidade era ouvida mas não era atendida, faltava ação, o que vinha desestimulando a participação. Quanto às reuniões da Câmara de Turismo, foi demonstrado desconhecimento, como revela: "soube que teve, mas a comunidade mesmo não participou. Por que muitas vezes, e isso acontece sempre, tem pessoas que são mandadas como representantes, são convidadas diretamente pela prefeitura ou não sei por quem, mas que não são da associação".

Gestores da prefeitura de Entre Rios comentaram que recentemente foram reestruturadas 18 associações, que passaram a ser mais atuantes e independentes, o que não acontecia anteriormente, quando a associação era cooptada por um presidente, um vereador, ou pela própria prefeitura. Um deles acrescenta: "eu acho que ali no Litoral Norte como um todo, eu tenho percebido que antes as associações não eram muito presentes e hoje elas estão não só presentes nas discussões como participando, se manifestando. Na reunião da APA, que é a que mais tem discussão, os associados percebem quando não estamos presentes e reclamam."

A governança e a articulação interinstitucional no âmbito do Litoral Norte da Bahia

Pode-se perceber pela pesquisa realizada que há a incorporação do conceito de *governance* em muitas das iniciativas já citadas e atuantes no Litoral Norte. Verifica-se que tanto o Prodetur, com os Conselhos e Câmaras de Turismo, como o Fórum Estadual de Turismo, o Conselho Gestor da APA Litoral Norte, o *Cluster* Costa dos Coqueiros e o Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros veem a necessidade de parcerias e de compartilhamento para as suas realizações específicas. Há um consenso de que não é possível administrar sozinho, sobretudo na esfera pública, e de que é essencial a participação da sociedade civil para uma maior eficácia das políticas a serem implementadas. Todos esses organismos preveem na sua constituição a existência de reuniões com a participação de entidades públicas e privadas,

organizações do terceiro setor e lideranças, criando um quadro de legitimidade, um ambiente favorável para a atuação dos diversos agentes. Eles trazem na sua concepção o sentido da governança, uma vez que eles se realizam através das discussões, dos encaminhamentos concebidos em forma de debates com vários segmentos da sociedade e do Estado. Nessas reuniões busca-se o envolvimento dos atores sociais e das suas propostas para a superação dos problemas e conflitos, para um desenvolvimento local mais equilibrado, embora de uma forma ainda precária e incipiente. E pode-se até dizer que por parte do empresariado a participação, o envolvimento com a comunidade, foi resultante de muita pressão, foi uma relação forçada, e como diz um entrevistado ao ser questionado se houve uma mudança de cultura por parte do empresariado em relação ao governo e à comunidade: "eu não acho que eles mudaram a cultura porque quiseram não, teve que ser assim, ou então eles não conseguiam o licenciamento".

Por sua vez, os municípios que compõem a APA Litoral Norte participam com seus representantes do Conselho Gestor da APA; o *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros, representante dos empresários, participa, através de seus representantes, das reuniões do Conselho Gestor da APA Litoral Norte, das reuniões do Fórum Estadual de Turismo; o *Cluster* de Turismo Costa dos Coqueiros coordena a Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros. É possível perceber que há uma tentativa de articulação entre governo, empresariado e sociedade civil na busca de objetivos comuns.

No entanto tem-se a considerar até que ponto essas parcerias vão além das reuniões e implicam em políticas públicas implementadas, em ações que atendam efetivamente os anseios e as demandas dos atores envolvidos? Até que ponto essas parcerias se materializam num planejamento integrado e que possibilite o desenvolvimento local sustentável?

Percebe-se pela análise dos discursos que existem muitas questões conflitantes e mal resolvidas, que demonstram uma falta de afinação entre os grupos e de um planejamento estratégico para o turismo na região, com a participação de todos os atores.

São muitos os programas, os atores sociais, as instituições existentes e atuantes no Litoral Norte da Bahia, e vários entrevistados, dos mais distintos segmentos, falam da superposição de poderes, de legislações, das esferas estadual, municipal e federal, sobretudo no tocante à área ambiental, o que denota uma desarticulação entre eles. Um entrevistado fez a seguinte consideração:

> "As visões são totalmente diferentes. As Secretarias de Turismo e Meio Ambiente são muito diferentes; em alguns casos até se unem. Aqui no Litoral Norte a Secretaria de Turismo é o braço do governo pra atrair esses investimentos estrangeiros. O governo simplesmente vai à Europa e vende nosso litoral. Os empresários vêm para cá, essas praias lindas, áreas bonitas pra implantar, e de repente encontram os chamados xiitas, os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, do IMA, do Ibama, querendo impedir".

Apesar de avanços no processo participativo, analisando pesquisas já realizadas na área e fazendo um confronto com entrevistas atuais, as carências e demandas dos vários atores sociais se repetem.

As comunidades reclamam, dentre outros fatores, da falta de investimento na qualificação da mão de obra local, alegando que só conseguem subempregos nos empreendimentos turísticos instalados nas localidades. Queixam-se da falta de segurança, da violência, da prostituição, da precariedade da moradia com o inchaço populacional não planejado[5]. Parece-nos que, a despeito dos investimentos públicos direcionados para os grandes empreendedores, o aporte de recursos públicos visando fomentar a atividade turística no Litoral Norte, a população segue ainda muito alijada desse processo, carente de empregos, renda e serviços. Embora ressaltando-se, mais uma vez, que há avanços consideráveis, como diz um entrevistado:

> "Hoje os empresários respeitam. Muitos deles antes de darem entrada em seus projetos, antes da darem entrada na Secretaria de Meio Ambiente ou na Secretaria de Turismo para solicitarem Termo de Referência, eles estão se reunindo com as comunidades, eles estão levando suas propostas para o Conselho. Eu acho isso um avanço; antes empresário não queria dialogar, não queria nem saber de comunidade. Eles sabem hoje que o Conselho está atuando, que o Ministério Público está atuando".

Outros comentaram como positiva a atuação do governo do estado de discutir os projetos com as comunidades antes de serem implementados, como os projetos da Conder de revitalização em áreas da APA.

Os ambientalistas levantam a bandeira do desrespeito às legislações pelos empreendimentos turísticos e imobiliários, e todas as consequências e impactos nos ecossistemas costeiros. Problemas esses que são constatados e apontados pela população, por gestores públicos e organizações sociais.

Não é suficiente que os gestores públicos municipais da região participem das discussões e dos diversos Fóruns e Conselhos atuantes, que queiram atrair empreendimentos turísticos de porte para o seu município, mas que planejem estrategicamente o turismo e antecipem com soluções os problemas e conflitos inerentes ao processo. O planejamento é essencial e é necessário que todos os segmentos da população participem e fiscalizem as metas delineadas, os acordos estabelecidos.

E nos parece que há um desconhecimento da capacidade potencial da governança para a inovação, para o desenvolvimento, por parte dos gestores públicos municipais. Eles responsabilizam as demais instâncias, federal e estadual, pela falta de recursos para serem aplicados, sobretudo, em infraestrutura e não veem a possibilidade de estabelecerem parcerias com o setor privado, buscarem contrapartidas para solucionar alguns de seus problemas.

É fundamental que haja um alinhamento entre os diversos interesses, como a lucratividade dos empreendedores privados, a sustentabilidade dos recursos naturais, o desenvolvimento econômico e social das comunidades, as ações dos organismos públicos para o bem comum, fundamental para um modelo de governança sólido e efetivo que garanta o desenvolvimento sustentável. A legitimidade, a coesão da rede de instituições e a capacidade técnica operacional dos organismos representativos são essenciais na consolidação da governança.

[5] Ver textos de Muricy e Santos (2009) nesta publicação.

REFERÊNCIAS

ALBAM, Marcus. A Insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia. *Turismo em Análise*, v.19, n. 1, maio 2008.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Século XXI – Consolidação do turismo:* estratégia turística da Bahia 2003-2020. – Salvador: SECULT, 2005.

_____. *Prodetur*. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2007a.

_____. *Programa de Certificação da Qualidade do Estado da Bahi*a. Disponível em: <http://www.bahia.com.br/qualitur/qualitur_home.htm>. Acesso em: 13 nov. 2007b.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*: uma viagem de inclusão. Brasília, Ministério do Turismo. 2006. 88p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>.

_____. *Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo*: institucionalização de Instância de Governanaça Regional – Módulo Operacional 3, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. O modelo estrutural de governança pública. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 10, jun./ago. 2007.

BRITO, Marcilio de Medeiros; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Aparato institucional para gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe. *RAP*, Rio de Janeiro, p 253 -271, mar./abr. 2006.

CÂMARA TÉCNICA DE BIODIVERSIDADE, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS (CTBIO). *Parecer do Grupo de Trabalho GT – ZPV - Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia.* Salvador: SEMARH / Conselho Estadual de Meio Ambiente, 2007.

CAMARGO, Aspásia. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, André (Coord.) Meio ambiente no Século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003 p. 307-321.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS*: Chapada Diamantina, Salvador: CAR, 1997, p. 128-139.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social*: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

GÓIS, Zélia. Planejamento governamental do turismo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 75-94. (Série estudos e pesquisas, 82).

KLIKSBERG, Bernardo. *O desafio da exclusão*: para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. *Revista de Administração Pública,* Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, maio/jun. 2006.

LIMONAD, Ester. *Yes*, nós temos bananas! Praias, condomínios fechados, *resorts* e problemas socioambientais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. *Anais*... Belém: ANPUR, 2007, p. 1-20.

_____. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros (Bahia). *Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociales*. Número extraordinário dedicado ao IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Disponível em: < http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24540.htm>.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28 (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Potencialidades e limites do turismo para o desenvolvimento das sociedades. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 29-55. (Série estudos e pesquisas, 82).

MURICY, Ivana Tavares.; SANTOS, Cândida Ribeiro. O turismo e as transformações socioculturais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 225-250. (Série estudos e pesquisas, 82).

SOUZA, Cristiane S.; PARAGUASSU, Lidice A. A. Entre os de dentro e os de fora, um empreendimento turístico: formas de organização e participação sociais no Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 251-267. (Série estudos e pesquisas, 82).

CONSIDERAÇÕES ECONÔMICAS A RESPEITO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL

Luis André de Aguiar Alves *

INTRODUÇÃO

O turismo como atividade econômica possui aspectos que extrapolam a simples reprodução do capital, pois sua expansão implica em mudanças sociais, culturais, políticas e ambientais. Dessa forma, a avaliação dos seus efeitos econômicos deve ser feita de forma multifacetada, o que torna a tarefa ainda mais complexa.

A diversidade das atividades turísticas e a intersecção que estas têm com algumas atividades locais não permitem o isolamento por completo do fenômeno. Assim, separar nas atividades características do turismo o volume de gasto realizado pelos visitantes e o gasto realizado pelos residentes constitui-se no maior obstáculo para elaboração de estimativas econômicas consistentes na área.

Como atividade econômica o turismo possui uma demanda bastante instável, pois o seu fluxo possui uma alta elasticidade em relação à renda e ao preço. Alem disso, outros fatores como: a violência, a instabilidade política, a falta de infraestrutura, o clima, etc. podem provocar certa diminuição no fluxo corrente de visitantes, ou até certa sazonalidade na atividade. A grande volatilidade da demanda turística implica na necessidade de se trabalhar com os menores custos possíveis, o que tem influência direta sobre os salários pagos no setor.

Mesmo com toda essa instabilidade, a atividade vem ganhando cada vez mais importância no mundo moderno. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, como uma das consequências econômicas da estabilidade política trazida pela paz, o turismo evolui como atividade, estando sempre associado ao bem-estar e ao aumento da renda das pessoas. Inicialmente como privilégio de uma pequena casta, mas atualmente como uma atividade de consumo de massa, que se torna cada vez mais acessível para grandes parcelas da população (RUSCHMANN, 2000).

Dadas as características da atividade, que tem como produto o singular e as peculiaridades naturais e culturais que determinados locais ou regiões possuem, o turismo passou a ser visto como um vetor de crescimento e atração de investimentos, principalmente em países pobres e em desenvolvimento. No entanto, em uma atividade onde existe uma forte interação entre pessoas, na maioria das vezes com culturas e hábitos diferentes, o seu desenvolvimento pode impactar a população local provocando a mudança nas suas crenças, hábitos e valores, além de mudanças ambientais (LLENA, 2004).

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia. luisandre@sei.ba.gov.br

Por essas características, a atividade turística para se desenvolver precisa de forte acompanhamento, fomento e planejamento governamental, e em alguns casos o governo deve regular a atividade definindo suas limitações, sob pena do desenvolvimento sem controle destruir completamente os atrativos locais. É com esse ponto de vista que o presente artigo discute as características econômicas da atividade, evidenciando os determinantes da sua demanda e seus impactos na geração de emprego e renda.

A DEMANDA TURÍSTICA, SEUS DETERMINANTES E SUAS LIMITAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define as atividades turísticas "como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros[1]". Dessa forma, a demanda turística passa a ser definida a partir do que se compreende do que é um turista ou o turismo. Necessariamente, a atividade turística envolve o deslocamento de pessoas e os gastos que essas pessoas fazem durante esse deslocamento. Infelizmente a oferta turística não é tão bem definida como a demanda, o que inviabiliza estudos mais consistentes sobre o assunto. Dentro dessa mesma visão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), em um estudo do turismo com um enfoque macroeconômico, afirmou:

> Analisado como uma atividade econômica, o turismo é definido a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como o resultado econômico do consumo dos visitantes. A diversidade de perfis e das motivações dos visitantes para suas viagens, das condições naturais e econômicas do local visitado, dentre outros condicionantes da demanda turística, implicam um conjunto significativamente heterogêneo de produtos consumidos (IBGE, 2008, p. 9).

As limitações na elaboração de estudos da demanda turística se devem à impossibilidade do isolamento completo dos gastos realizados pelos visitantes em relação aos gastos realizados pelos moradores locais. Na tentativa de se fazer uma estimação mais precisa a respeito desses gastos foram identificados os produtos e atividades que são objetos da demanda turística, classificando-os de acordo com a importância que a demanda turística possui para a manutenção da atividade ou no consumo do produto.

Nessa metodologia a demanda turística passa a constituir um subconjunto dentro do total de bens e serviços produzidos na economia (Figura 1). Esse subconjunto é composto dos bens e serviços específicos do turismo, que são subdivididos em duas categorias: 1) os bens e serviços característicos do turismo – são aqueles que sua demanda existe essencialmente por conta do turismo, sem o qual sua demanda seria insignificante ou nem existiria; 2) os bens e serviços conexos ao turismo – constituem-se em uma categoria residual dentro do conjunto dos bens e serviços específicos do turismo, sendo identificados como aqueles bens e serviços que podem ser classificados como específicos do turismo de acordo com as características locais, não sendo associados ao turismo em nível mundial (IBGE, 2008).

[1] *U.N. World Tourism Organization (UNWTO). Concepts and definitions* (Inglês). Página visitada em 11/07/2008 - http://www.world-tourism.org/facts/eng/methodological.htm#2.

Dessa forma, o conjunto de bens e serviços específicos do turismo é composto por um núcleo de atividades que dependem essencialmente dos gastos dos visitantes e por um conjunto de bens e serviços cuja demanda possui conexão indireta com o turismo. Segundo Beni (2007, p. 237):

> O conceito de conexo foi recomendado para ser adotado por se referir a bens e serviços indiretamente reconhecidos como característicos do turismo, mas que, ainda assim, apresentam relações destacadas com essa atividade, variando de grau e importância, em função da peculiaridade de cada localidade turística.

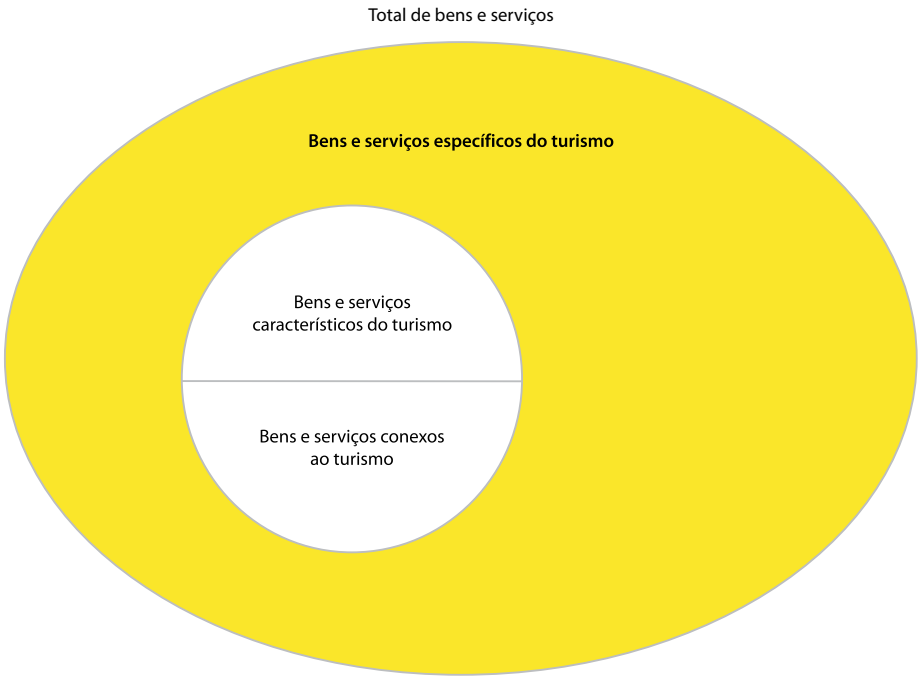


Figura 1
Diagramação da definição dos bens e serviços específicos do turismo em uma economia qualquer

Fonte: IBGE, 2008.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) elaborou uma lista de produtos e atividades características do turismo que é recomendada para a construção das estatísticas econômicas do turismo. Assim, foram descritas 12 atividades que são características do turismo: 1) Hotéis e similares; 2) Segundas residências em propriedades; 3) Restaurantes e similares; 4) Serviços de transporte ferroviário de passageiro; 5) Serviços de transporte rodoviários de passageiros; 6) Serviços de transporte marítimo de passageiros; 7) Serviços de transporte aéreo de passageiros; 8) Serviços anexos de transporte de passageiros; 9) Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros; 10) Agências de viagens e similares; 11) Serviços culturais; 12) Serviços desportivos e outros serviços de lazer.

Com esse procedimento, a OMT definiu uma estrutura básica que permite uma melhor comparabilidade das estatísticas econômicas do turismo em termos internacionais, pois a adoção

da classificação das Atividades Características do Turismo (ACT) impõe um núcleo comum à metodologia. Por outro lado, o conceito de atividade conexa ao turismo considera os efeitos econômicos provocados pelo turismo diante das particularidades de cada localidade.

A definição das Atividades Características do Turismo permite identificar o impacto da atividade turística na economia de um país. No entanto, o desenvolvimento da atividade requer o conhecimento das relações que envolvem a demanda turística, identificando quais as principais variáveis que influenciam o crescimento da atividade.

Nesse contexto, as motivações para realização de viagens turísticas possuem grande relevância. Os estudos científicos que envolvem esses aspectos iniciaram após a Segunda Guerra, fincando bem definidos as motivações de caráter de "sair" – fugir de problemas, sair da rotina, descansar, sair da poluição, essencialmente as necessidades de fuga dos efeitos negativos do cotidiano – e as motivações para "ir" – relacionadas a diversão, cultura, cursos, exposições, conhecer novos lugares, aventuras, convívio com a natureza. Foram observadas também motivações para a realização de viagem como forma de galgar prestígio social, o que impõe à demanda turística um consumo induzido pelo efeito demonstração[2].

Sauer (apud RUSCHMANN, 2000) identifica como os principais fatores do aumento da demanda turística: a ampliação do tempo livre das pessoas em função do aumento da produtividade do trabalho; a redução da jornada do trabalho; a melhoria nos transportes, que permite que as pessoas se desloquem em tempos mais curtos com custos menores; o aumento da renda, que possibilita que amplas camadas da sociedade tenham acesso ao turismo; a profissionalização e o desenvolvimento das empresas prestadoras de serviços turísticos; a liberação das formalidades aduaneiras, que facilitaram as viagens internacionais; o aumento da urbanização; e os impactos psicológicos da vida urbana, que muitas vezes servem de incentivo para as tradicionais viagens de férias e os deslocamentos de fim de semana.

A decisão de fazer uma viagem também está ligada a fatores psicológicos de ordem interna (percepção, personalidade, motivação etc.) e de ordem externa (classe social, referências, cultura etc.). Assim, a compra de um produto turístico surge da necessidade de sair da rotina ou do desejo de conhecer pessoas, lugares e culturas diferentes, e é tomada com base em informações de parentes e amigos, além de reportagens e informações de agentes de viagem. Diante da complexidade de fatores que podem determinar a demanda turística, fica evidente a dificuldade de se trabalhar cada fator isoladamente, conforme capitado por Beni (2007):

> Diante da multiplicidade de fatores que entram em consideração, a tentação de propor uma classificação é grande. Mas logo surgem dificuldades, a linha de demarcação entre os critérios fixados continua vaga. Quer se opte, por exemplo, por uma distinção entre fatores racionais ou irracionais, fatores endógenos e exógenos ou entre fatores que se manifestam a curto e longo prazo, é frequente não se saber com certeza a atribuição de um elemento. (BARETJR DEFERT apud BENI, 2007, p. 213)

[2] Neste caso, o destino turístico é selecionado por ser considerado como algo refinado e estilizado, ou que só pode ser visitado por pessoas de alto poder aquisitivo ou nível cultural. Sendo, portanto, um bem de consumo diferenciado que associa certo prestígio a quem visita o lugar. Ou seja, o indivíduo só viaja para o local para demonstrar à sociedade que ele esteve lá.

Em face da complexidade dos fatores que influenciam a demanda turística, cabe destaque para os fatores externos ou exógenos, por terem um impacto mais significativo dentro da coletividade.

Dos fatores externos que influenciam a demanda turística, a renda é um dos principais, pois é a variável que possui uma forte correlação positiva com os gastos em turismo. As viagens se incluem entre os bens de consumo supérfluos, cuja demanda se restringe com a primeira incerteza em relação ao futuro. No tocante a renda, incertezas futuras em relação a sua realização podem impactar negativamente a demanda turística no curto prazo. O nível de concentração da renda também afeta a demanda turística, pois quanto maior a concentração, mais a procura fica concentrada em uma pequena casta que possui altos rendimentos.

Rabahy (2003) afirma que estimativas para elasticidade-renda das viagens internacionais situam-se em torno de 1,6, ou seja, para cada 1% de crescimento da renda ocorre um incremento de 1,6% nas viagens internacionais, e acrescenta que os valores da elasticidade-renda foram mais significativos que a elasticidade-preço. Por outro lado, estudos mais localizados, como o de Mioto e Meurer (2007), indicam que mudanças nos preços relativos, em função da política cambial, podem influenciar bem mais o turismo internacional que as variações ocorridas na renda. De qualquer sorte, para se fazer viagens, é preciso ter uma renda mínima que vá muito além da mera capacidade de suprir as necessidades vitais, daí que os aumentos dos gastos associados ao turismo efetuado por uma população é um indicativo substancial da melhoria da renda e, por que não, da qualidade de vida.

A demanda do turismo é bastante sensível ao preço, e se tratando de um produto supérfluo, também é influenciada pela variação do preço dos outros produtos mais essenciais que compõe a cesta de consumo. Necessariamente, os preços cobrados pelos produtos turísticos possuem uma relação direta com os seus custos. Em países de custo de vida baixo, os custos do turismo são relativamente menores. No entanto, se os insumos utilizados são em sua maioria importados, os custos do turismo e o seu preço passam a ser definidos, em parte, pelo mercado internacional, o que afasta os preços do padrão de vida local. Além disso, é muito comum em algumas cidades e localidades turísticas a população local pagar os elevados preços que são cobrados para os turistas, o que exclui boa parte da população do acesso a uma série de bens.

Diferenciações muito grandes dos preços turísticos em relação ao padrão de vida local e nacional implicam em um direcionamento para o turismo internacional em detrimento do turismo interno. Essa é a escolha possível em países pobres, onde inexiste demanda interna de turismo e poupança para investimento, mas não é bem o caso brasileiro, que possui um mercado interno significativo. O problema é que a procura externa por turismo, por estar sujeita a maiores incertezas[3], é mais volátil que a demanda interna. No entanto, essa demanda externa pode ser incentivada através de uma política de desvalorização cambial.

[3] Os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, por exemplo, repercutiram significativamente na demanda global do turismo. No Brasil, o fechamento da VARIG, companhia área que possuía um número significativo de voos internacionais para o país, provocou uma diminuição do fluxo de turistas internacionais no ano de 2006.

As mudanças nos preços provocadas pela flutuação cambial é uma das principais causas da definição do fluxo turístico no Brasil. No Gráfico 1, pode se observar que os gastos com viagens de brasileiros ao exterior são inversamente influenciados pela taxa de câmbio. Por outro lado, os gastos efetuados por estrangeiros em viagem ao país não sofreram uma influência direta da taxa de câmbio no Brasil; no período os gastos se mostram crescentes independentemente da flutuação cambial.

Assim, os gastos de turistas estrangeiros no país estão mais correlacionados a aspectos externos à economia brasileira, tais como: estabilidade e crescimento econômico global e aos atentados de 11 de setembro, que provocaram uma pequena redução do fluxo no ano de 2001. Por outro lado, a instabilidade do câmbio no Brasil provocou severas flutuações nos gastos com viagens ao exterior realizados pelos brasileiros. Dentro dessa perspectiva, a instabilidade do câmbio no Brasil regula não só o fluxo de turistas brasileiros para o exterior, como também influenciam a demanda pelo turismo interno.

Desde a estabilização dos preços com o Plano Real, o segmento turístico tem contribuído com sucessivos déficits para o balanço pagamentos brasileiro, sendo exceção os anos de 2003 e 2004, onde foram observados pequenos superávits. Isso contribuiu para diminuir o espaço do turismo internacional dentro de uma estratégia de desenvolvimento econômico, aumentando a importância do turismo interno. Como reconhece o Ministério do Turismo:

> A prática de uma gestão responsável deverá reproduzir impactos positivos no que se refere ao turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico com benefícios para duas vias (BRASIL, 2006a, p. 21).

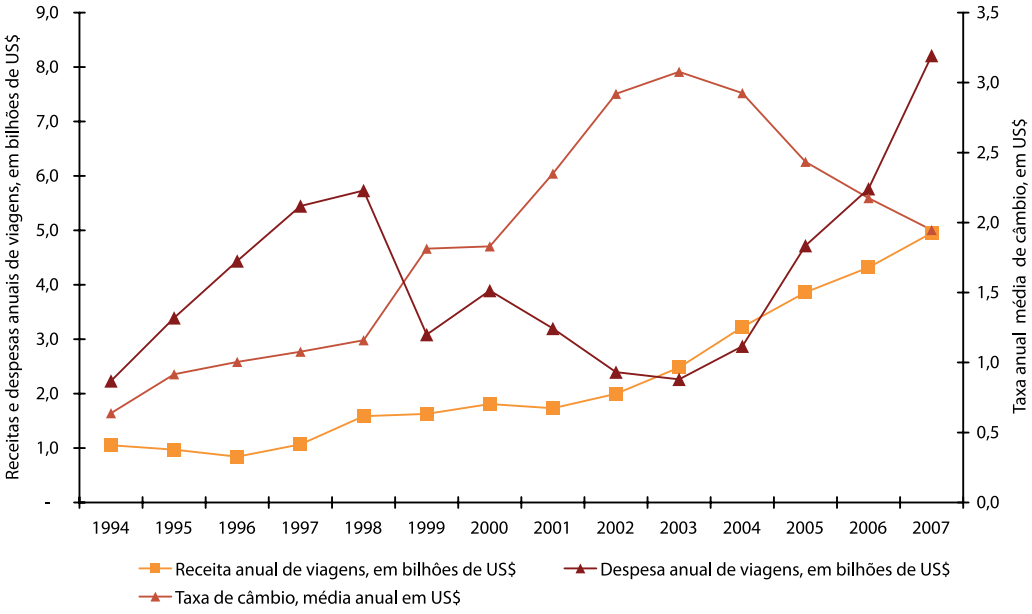


Gráfico 1
Receitas e despesas com viagens internacionais e cotação média anual do US$ – Brasil – 1994-2007

Fonte: Banco Central do Brasil.

Deve-se salientar que nos últimos anos tem ocorrido uma desconcentração dos fluxos turísticos internacionais. Em 1970, apenas cinco países concentravam 71% do fluxo internacional do turismo, sendo que em 2004 esses países passaram a representar 33% do fluxo turístico internacional (BRASIL, 2006a). A Tabela 1 demonstra que dentro desse processo o Brasil vem ampliando seu espaço como destino turístico internacional, crescendo a uma taxa anual de 9,45%, bem superior às taxas apresentadas pelos demais destinos, fincando abaixo apenas do crescimento turístico apresentado pelo Oriente médio. O desempenho do Brasil é adverso ao encontrado para as Américas, onde a ampliação das restrições ao turismo internacional nos Estados Unidos após 11 de setembro foram significativas para inibir o crescimento da atividade, que no período registrou um incremento anual de 1,86%.

Tabela 1
Desembarques de turistas internacionais, em milhões de pessoas, e taxa de crescimento médio anual – 1995-2005

Grandes regiões do mundo	1995	2005	Taxa de crescimento médio anual
Mundo	538	806	3,74
Europa	309	441	3,29
Ásia e Pacífico	85	155,4	5,64
Américas	109	133,5	1,86
América do sul	12	18,3	3,91
África	20	37,3	5,83
Oriente Médio	14	39,2	9,81
Brasil	2	5,4	9,45

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT) 2006, apud Ministério do Turismo 2006.

A relação entre a renda e o *mix* de turismo externo e interno aponta para uma relação positiva entre renda e turismo interno. Ou seja, quanto maior a renda do país, mais os gastos com turismo interno são significativos para a composição da renda. Observou-se que em países desenvolvidos a atividade turística representa, em média, 3,6% do PIB. Em países pobres, onde o turismo é objeto central na política de desenvolvimento, a atividade mostrou-se bem mais significativa (RABAHY, 2003). A Organização Mundial do Turismo estima que o turismo interno seja, em média, dez vezes superior ao turismo internacional. Em relação ao mercado brasileiro, calcula-se que esse valor seja bem maior (BRASIL, 2006a).

Além da renda e dos preços, outras variáveis externas que influenciam a demanda turística são a facilidade de acesso ao crédito e a taxa de juros. O crédito é reconhecidamente um dos principais motivos para o aumento da demanda e possui um impacto direto nas aquisições de pacotes turísticos, principalmente nos pacotes relativos ao turismo de massa, provocando até mudanças na demanda dos meios de transporte tradicionalmente utilizados em viagens (Gráfico 2).

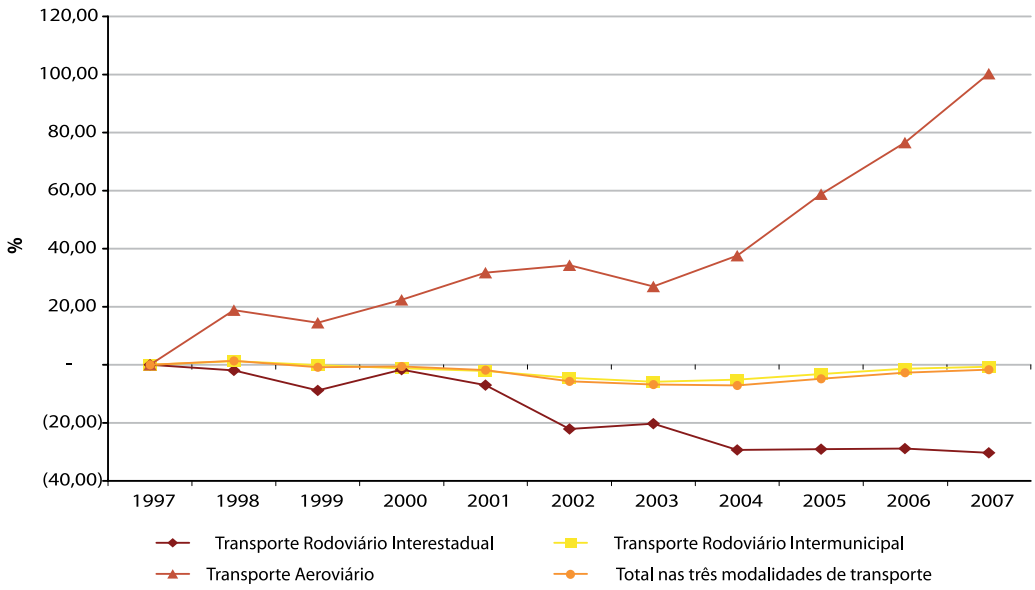


Gráfico 2
Variação do número de passageiros anuais total e por modalidade de transporte
Brasil – ano base 1997 (1997-2007)

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

No Brasil pós-Real, a expansão do crédito e a estabilidade dos preços implicaram em um cenário mais favorável para o aumento da demanda turística, mudando significativamente os meios de transporte usados para o deslocamento. O Gráfico 2 demonstra essa mudança de comportamento em curso, tendo como ano base 1997. Observa-se que o número de passageiros no transporte aeroviário dobrou, enquanto o número de passageiros no transporte rodoviário interestadual caiu em torno de 35%. Já o número de passageiros no transporte rodoviário intermunicipal permaneceu constante, o mesmo ocorrendo com o total de passageiros transportados nas três modalidades.

Esse comportamento mostra que nos deslocamentos de grande distância o transporte rodoviário de passageiros está sendo substituído pelo transporte aéreo, e para as curtas distâncias provavelmente tem se ampliado outras formas de transporte, tais como o deslocamento em automóvel particular. A redução nos tempos de deslocamento provocada por essas mudanças pode ter uma influência positiva no aumento da estadia e no conforto dos viajantes, tornando as viagens mais atrativas.

A Tabela 2 indica que no Brasil, em 2001/2002, 36,6% dos deslocamentos turísticos eram feitos em ônibus de linha. Outras modalidades de transportes eram significativas, dentre elas o automóvel particular (30,9%), a carona (9,9%) e o avião (9,0%). Mas o que se destaca é a predominância do transporte rodoviário, que no âmbito geral corresponde a 86,7% dos deslocamentos turísticos.

Tabela 2
Proporção dos meios de transporte utilizados em deslocamentos turísticos – Brasil – 2001-2002

Meios de transporte	%
Ônibus de linha	36,60
Carro próprio	30,90
Carona	9,90
Avião	9,00
Ônibus excursão	6,50
Perueiro	1,60
Navio ou barco	1,50
Carro alugado	0,90
Moto	0,50
Trem	0,30
Outro	2,30
Total	100,00

Fonte: FIPE, Embratur, Pesquisa Direta (2001/2002), apud Beni (2007).

O crescimento médio do setor de turismo no Brasil, em 2005, foi 17,3% impulsionado pelos fortes desempenhos registrados no setor aéreo, hoteleiro e operadoras de turismo. Segundo o Ministério do Turismo, o segmento turístico no Brasil está começando a se consolidar economicamente:

> Os estudos realizados junto à iniciativa privada confirmam que o setor do turismo no Brasil começa a atingir a maturidade econômica, com a ampliação no mercado internacional e um crescimento setorial acima das taxas de crescimento geral da economia. Desta forma, naturalmente, a tendência de crescimento deverá ser mantida em taxas decrescentes até o alinhamento com a economia do país (BRASIL, 2006b p. 40).

Segundo Beni (2007), 66,0% das pessoas que viajam no país utilizam como meio de hospedagem casa de amigos e parentes, demonstrando que existe um grande potencial de crescimento para a demanda hoteleira no Brasil.

Apesar da crise atual, as perspectivas para a expansão da economia brasileira ainda são otimistas, o que amplia as possibilidades para o crescimento do setor turístico, principalmente o turismo interno, onde os impactos do crescimento da renda são mais significativos. No entanto, a sustentabilidade do crescimento no setor depende estritamente do planejamento adequado da expansão da atividade, visando a preservar os patrimônios históricos, culturais e ambientais já existentes, que são atrativos para as regiões tradicionais de turismo, além do desenvolvimento de novos destinos.

ASPECTOS GERAIS QUE ENVOLVEM A OCUPAÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística é constituída essencialmente de serviços. Nos países ricos, há muito tempo os serviços são responsáveis por boa parte da ocupação e do PIB. Além disso, os mesmos se apresentam em contínuo crescimento em relação aos setores agrícola e industrial. No entanto, a importância dos serviços para o desenvolvimento econômico, na maioria das vezes, só é reconhecida em conjunto com a atividade do setor secundário. De certa forma, nos países ricos, a própria modernização da indústria impôs a modernização dos serviços, estando esse comportamento no pós-guerra associado a um novo padrão de qualidade de vida (ROGGERO, 1998).

Nos países pobres e na América Latina, em geral, a ampliação do setor terciário e, consequentemente, dos serviços está associada ao atraso de suas estruturas socioeconômicas. Na maioria das vezes, o crescimento do terciário nesses países é interpretado como resultado da incapacidade do desenvolvimento criar postos de trabalhos suficientes para a população, provocando um processo de urbanização de forma não planejada, aumentando a violência urbana, criando empregos de baixa remuneração e subemprego.

Segundo Offe (1991), nos últimos tempos, os avanços tecnológicos têm atingido bem mais o setor industrial. A incerteza oriunda desses avanços fez surgir a crença de que o setor de serviços poderia absorver os desempregados da indústria. Para tanto, bastaria crescer a taxas significativamente elevadas.

No entanto, o crescimento do setor não se constituiu no grande entrave para a absorção de mão de obra oriunda da indústria; esse papel coube às particularidades que o setor de serviços exige para a ocupação dos trabalhadores. Nele, na maioria das vezes, o uso de ferramentas e máquinas, tão comum no setor industrial, dá lugar a um contínuo processo de aperfeiçoamento e ampliações das competências e qualificações, além de lidar com pessoas.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006b), a Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que a atividade seja responsável por 6,0 a 8,0% do total de empregos gerados no mundo. Trata-se de um seguimento intensivo de mão de obra que tem uma das menores relações entre valor da produção e número de empregos gerados.

No Brasil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que o número médio de empregos formais por estabelecimento no setor tem se mantido estável nos últimos anos (Tabela 3 e Gráfico 3). No mesmo período, o número de estabelecimentos cresceu em média 8,6% ao ano. O fato de o emprego formal ter crescido praticamente na mesma proporção que o número de estabelecimentos pode ser indicativo de que as novas tecnologias não possuem impactos significativos no aumento da produtividade e não modificam a estrutura do emprego no setor. Tal comportamento deve-se bem mais às características presentes ao setor de serviços que à atividade turística propriamente dita:

> Estabelecida uma analogia com a produtividade industrial, nota-se que os serviços não acompanham o mesmo conceito de produtividade, devido à sua disponibilidade excedente e a sua função social de absorção de incertezas, ou seja, os serviços devem ser prestados quando, onde, como e por quem são demandados, e não a parâmetros absolutos para medir tal demanda (ROGGERO, 1998, p.3).

Dentro dessa perspectiva, os serviços funcionam sempre de forma superdimensionada e preventiva. Sendo que nem sempre o nível de oferta é completamente utilizado, no entanto tem que estar sempre disponível.

Tabela 3
Número de estabelecimentos, número de empregados formais e número médio de empregados formais em atividade turísticas – Brasil – 1994-2003

Ano	Nº de estabelecimentos	Nº de empregos formais	Relaçãoempregosformaispor de estabelecimento
1994	83.436	703.429	8,43
1995	97.144	911.354	9,38
1996	105.197	882.215	8,39
1997	113.859	926.693	8,14
1998	117.907	936.825	7,95
1999	144.727	1.189.040	8,22
2000	150.227	1.241.708	8,27
2001	159.400	1.304.453	8,18
2002	169.266	1.366.326	8,07
2003	174.955	1.397.216	7,99

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).

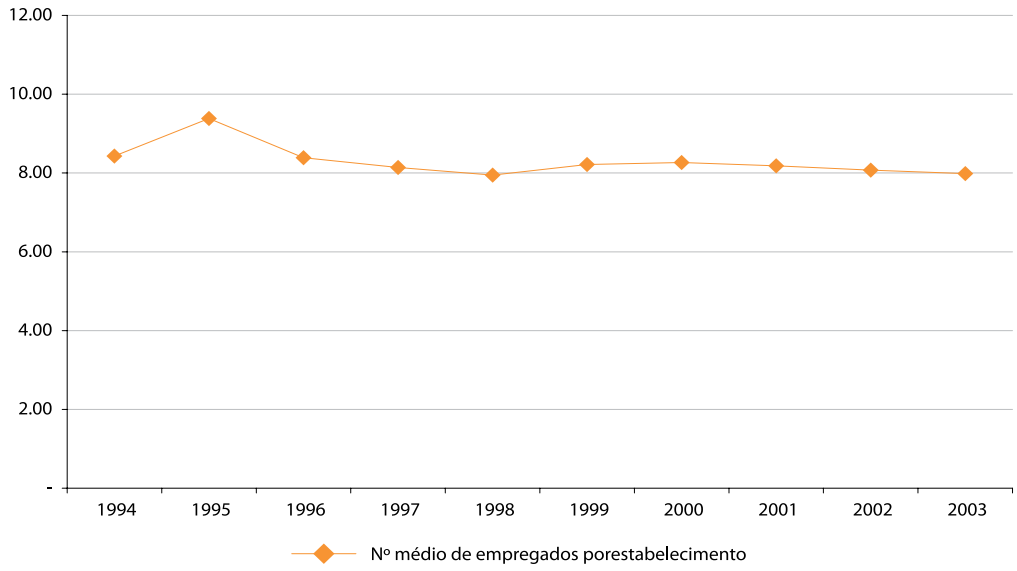


Gráfico 3
Número médio de empregados formais por estabelecimento em atividades turísticas – Brasil – 1994-2003

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de informações sociais (RAIS).

Souza e Silveira Neto (2008), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), demonstram que, em 2006, as atividades típicas do turismo (hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, agências de viagem, aluguéis de veículos e atividades de lazer) responderam por 5,7% do total do rendimento e 6,2% do total de ocupações geradas no Brasil. Para o conjunto dos estados nordestinos, os valores foram 6,4% na proporção da renda e 5,8% na proporção da ocupação. De certa forma, esses dados apontam que para o Nordeste a atividade possui impactos maiores na geração de renda que na criação de empregos.

Em relação à qualidade do emprego, os mesmos autores indicaram que apenas 32,3% das ocupações geradas pelo turismo, no Nordeste, são formais e que esses poucos empregos são responsáveis por 56,2% dos rendimentos gerados na atividade.

Por sua vez, o potencial gerador de emprego no turismo também se verifica na informalidade. Gomes e Silva (1992) salientam que o turismo se caracteriza pela criação de empregos, principalmente em regiões que possuem excesso de mão de obra. Estudando a evolução do turismo no Rio Grande do Norte, concluíram que os empregos ligados à atividade cresceram tanto no âmbito formal quanto no informal. Souza e Silveira Neto (2008) mostraram que o emprego informal é a regra do setor no Nordeste (67,7%), sendo que essa proporção só foi menor que os valores encontrados para agricultura e construção civil. No Brasil, a informalidade no setor turístico representa 51,2% das ocupações.

Para o estado da Bahia, os números convergem para os indicadores do Nordeste. O setor era responsável por 6,6% dos totais dos rendimentos do trabalho, em 2006, e 6,1% das ocupações declaradas no estado. Da mesma forma, a informalidade é a regra, pois 67,7% dos ocupados ocupam empregos informais.

No tocante a ocupação segundo a atividade, um exame mais criterioso realizado com base nas Atividades Características do Turismo (ACT) para o Brasil, o IBGE (2008) constatou que 37,8% dos ocupados do setor concentravam-se nos serviços de alimentação, transporte rodoviário de passageiros respondia por 36,2% e 11,02% estavam ocupados nas atividades recreativas culturais e desportivas. Os serviços de alojamento, que sem dúvida é o mais identificado com o segmento turístico, correspondiam a 4,3% da ocupação.

Os dados apresentados confirmam a capacidade da atividade turística de gerar empregos. Contudo demonstram que os empregos gerados se concentram basicamente em dois segmentos de atividade (serviços de alimentação e transporte rodoviário de passageiros). Por fim, para o Nordeste brasileiro e para a Bahia, regiões reconhecidas pelos seus atrativos turísticos, a ocupação na atividade caracteriza-se, também, pelos altos níveis de informalidade do trabalho.

A OCUPAÇÃO EM ATIVIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO

Localizado no litoral norte do estado da Bahia, a cerca de 70 Km de Salvador, o município de Mata de São João, nas últimas três décadas, vem passando por mudanças profundas em sua estrutura produtiva. O município que se caracterizava por uma atividade agrícola pouco significativa, a partir de 1980, viu crescer a atividade turística. O ponto de partida foi o desenvolvimento da atividade na localidade costeiro de Praia do Forte, na época uma pequena vila de pescadores, de difícil acesso, que possuía como principais atrativos a beleza de suas praias e lagoas, a tranqüilidade do local, a mata atlântica preservada e as ruínas do castelo Garcia D'Ávila[4].

Em meados da década de 1980, foram construídos a ponte sobre o Rio Pojuca e o novo acesso ao povoado, o que fez aumentar rapidamente os investimentos no local. No indício da década de 1990, o governo do estado construiu a rodovia litorânea (Linha Verde), interligando todos os povoados costeiros do Litoral Norte a partir de Praia do Forte.

Com a nova estrada, grandes grupos hoteleiros passaram a se instalar na região, sendo que o maior aporte de investimentos foi realizado no município de Mata de São João. Nele se localizam o complexo hoteleiro de Costa de Sauípe e outros empreendimentos, tais como a Reserva Imbassaí, o Ibero Star, além de uma infinidade de pequenos hotéis e pousadas que ficam localizados nos povoados costeiros do município, principalmente Praia do Forte e Imbassaí.

Logicamente, os grandes investimentos provocaram impactos na população da região, que outrora possuía um mercado de trabalho essencialmente baseado na pesca, na agricultura e no extrativismo, sendo que muitas dessas atividades, na maioria das vezes, eram exercidas apenas para subsistência. A introdução de uma nova atividade que requer jornadas legais de trabalho, qualificação, respeito a prazos e horários, e busca essencialmente o lucro, levou a um conflito entre as demandas da nova atividade e a cultura e os hábitos da população local, até então, predominantes.

Embora esse conflito, atualmente, não apareça de forma explícita, ele existe de forma latente na valorização da terra, na expropriação dos antigos moradores, na perda da cultura tradicional, no alcoolismo e absenteísmo ao trabalho, captados em algumas entrevistas realizadas em campo. Esses conflitos eram mais comuns no início do processo de expansão do turismo na região. Na atualidade, eles passaram a ter contornos mais amenos em razão da intermediação e regulação dos governos, e por uma maior receptividade dos moradores locais, já acostumados com a nova realidade.

Os impactos dos investimentos em turismo no mercado de trabalho do município foram captados pelo Censo 2000. Na Tabela 4 observa-se que a distribuição dos rendimentos das pessoas que residem em Mata de São João eram significativamente mais diferenciados em relação aos outros municípios do Litoral Norte.

[4] Chegou ao Brasil em 1549, foi o fundador da Casa da Torre, maior sesmaria das Américas, sendo proprietário de parte significativa das terras compreendidas na região norte da Bahia.

A diferença é marcante nos extremos da distribuição. Em Mata de São João, 20% dos ocupados ganhavam até ½ salário mínimo e nos demais municípios o menor percentual encontrado para essa faixa de rendimento foi de 23%. Já no extremo superior da distribuição, a diferença passa a ser significativa a partir de três salários mínimos, visto que em Mata de São João a proporção dos ocupados que ganham acima de três salários mínimos era de 18,2% dos ocupados. Nos outros municípios selecionados o maior percentual encontrado foi em Esplanada, onde 14,4% dos ocupados ganhavam mais de três salários mínimos.

Tabela 4
Proporção de ocupados segundo classe de rendimento em salários mínimos, por município e por total dos municípios do Litoral Norte da Bahia – 2000

Classes de Rendimento	Municípios					
	Mata de São João	Entre Rios	Esplanada	Conde	Jandaíra	Imigrantes dos 5 municípios
Até 1/2 SM	20,0	23,0	23,5	23,5	25,3	25,1
1/2 a 1 SM	31,7	30,9	35,6	33,8	34,1	32,8
1 a 2 SM	22,2	25,7	19,9	22,2	21,0	21,0
2 a 3 SM	7,7	7,3	6,6	6,4	6,3	6,4
3 a 5 SM	10,2	7,0	7,7	7,1	7,4	7,8
5 a 10 SM	5,3	2,8	3,6	3,8	3,2	3,5
Maisde10SM	2,9	3,5	3,1	3,2	2,8	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Informações mais atualizadas sobre o mercado de trabalho nos municípios em questão só são obtidas em registros administrativos. Dentre eles, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é o principal. A RAIS é elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base em declarações feitas pelas empresas com informações dos seus empregados. Nela são informadas uma série de atributos dos empregados, além de remunerações e jornadas de trabalho. Por se tratar de um registro elaborado pela empresa, permite separar os trabalhadores por segmento de atividade econômica com maior confiabilidade.

No entanto, apesar de ser um registro administrativo bastante confiável, tendo atualmente uma boa cobertura, para o nosso estudo a RAIS possui algumas limitações que devem ser observadas: 1) os dados da RAIS referem-se apenas ao emprego formal, não contemplando nenhuma informação sobre o trabalho informal, tão comum ao turismo, principalmente no Nordeste; 2) os dados são referentes aos empregados das empresas que existem no município, não esclarecendo se esses empregados residem no município ou não. Desta forma, pode haver casos em que uma empresa localizada em um município empregue pessoas que residam em outro município, fato muito comum principalmente nos postos de trabalho mais qualificados.

O Gráfico 4 consolida um levantamento realizado com informação das RAIS, para os municípios selecionados no Litoral Norte, considerando as Atividades Características do Turismo (ACT). Nele pode-se observar que, em 2006, o município de Mata de São João concentrava 93,1% do total de empregos formais entre os municípios que pertencem a APA.

Isso não significa dizer que nos outros municípios não existe atividade turística. Pois existe, sendo até uma atividade significativa em termos econômicos. O problema é que a atividade é explorada, na maioria das vezes, por pequenos empreendimentos e moradores locais que operam na informalidade, não sendo captados pela RAIS.

Em Mata de São João concentram-se grandes e médios estabelecimentos que representam grandes grupos de capitais e operadores de turismo, sendo um segmento de turismo mais organizado e elitista. Daí a formalidade do trabalho no município ser mais significativa. No entanto, tal fato não exclui a existência do trabalho informal em Mata de São João.

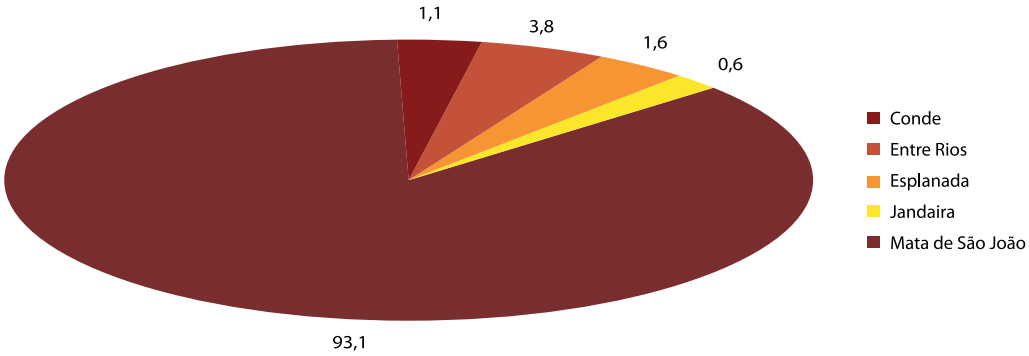


Gráfico 4
Distribuição do estoque de emprego formal em 31/12/2006 nos municípios de Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Mata de São João – 2006

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2006.

A Tabela 5 mostra como se distribui o emprego formal nas atividades características do turismo em Mata de São João. Pode se observar que o emprego formal no município concentra-se no grupo de atividade *Hotéis e similares*, com 2.437 vínculos, correspondendo a 65,42% dos vínculos formais de trabalho que as atividades características do turismo possuíam no município. Os *Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados* totalizam 15,30%, 10,09% estavam ocupados em *Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas*. O restante das atividades possuía representatividade menor que 4%. Ou seja, um perfil completamente diferente do encontrado para o Brasil e para o Nordeste.

Tabela 5
Estoque de empregos formais em 31/12 por grupo de atividade econômica do turismo no município de Mata de São João – 2006

Grupos de atividade econômica	Mata de São João	
	Empregos	%
GRUPO 551 - Hotéis e similares	2.437	65,42
GRUPO 799 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	570	15,30
GRUPO 561 - Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	376	10,09
GRUPO 559 - Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	145	3,89
GRUPO 910 - Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	72	1,93
GRUPO 932 - Atividades de recreação e lazer	55	1,48
GRUPO 791 - Agências de viagens e operadores turísticos	43	1,15
GRUPO 742 - Atividades fotográficas e similares	12	0,32
GRUPO 492 - Transporte rodoviário de passageiros	5	0,13
GRUPO 900 - Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	5	0,13
GRUPO 771 - Locação de meios de transporte sem condutor	3	0,08
GRUPO 511 - Transporte aéreo de passageiros	1	0,03
GRUPO 522 - Atividades auxiliares dos transportes terrestres	1	0,03
Total	3.725	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2006.

No âmbito geral, os empregos formais existentes em Mata de São João totalizaram 8.024 postos de trabalho. As atividades características do turismo representam 46,42% dos empregos formais do município. Já os empregos formais dos *Hotéis e similares* correspondiam a 30,37% do total. Isso demonstra que a grande diferenciação do município em relação aos demais, no que diz respeito ao emprego formal, é fundamentalmente baseada nos empregos gerados pelos grandes empreendimentos turísticos localizados em Mata de São João. No entanto, deve-se ressalvar que parte significativa desses vínculos empregatícios pode ser referente a pessoas não residentes no município, ou possuir outras características que a RAIS não contemple.

REFERÊNCIAS

BENI, Mario Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*: uma viagem de inclusão. Brasília, 2006a. 88p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 4 jul. 2008.

_____. *Turismo no Brasil 2007/2010*. Brasília, 2006b. 130 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 4 jul. 2008.

BRITO, Marcilio de Medeiros; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Aparato institucional para gestão do turismo: ocaso do estado de Sergipe. Rio de Janeiro, *RAP*, p. 253-271, mar./abr. 2006.

CALLADO, Antônio José Cunha; AMORIM, Ceci de Eirado. *Turismo rural*: o relato de um caso. Recife: UFRPE. 9 p. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/bvartigoseconomia>. Acesso em: 1 jul. 2008.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli; GREEN, Aristides Pereira Lima; BARCELLOS, Frederico Cavadas. *Turismo e meio ambiente* – um confronto entre a estatística do gestor ambiental e do gestor do turismo. Brasília: ANPPAS, 2006. p. 16. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>. Acesso em: 25 out. 2008.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdelino Pedro da Silva. Estado Turismo e Mercado de Trabalho. *Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales*, Barcelona, v. 6, n. 119, ago. 1992. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>. Acesso em: 25 out. 2008.

IBGE. *Economia do turismo*: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005. Rio de janeiro, 2008. (Estudos & pesquisas. Informação econômica , 7).

LLENA, Claude. *A destruição pelo turismo*. Paris: Le Monde Diplomatique, 2004. Disponível em: <http://www.diplo.uol.com.br/2004-07,a954>. Acesso em: 1 nov. 2008.

MIOTO, Beatriz Tamaso; MEURER, Roberto. *Viagens internacionais de Santa Catarina*: o comportamento das receitas geradas por turistas agentinos. Florianópolis: UFSC. 2007. 11 p. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/bvartigoseconomia>. Acesso em: 1 jul. 2008.

OFFE, Claus. O crescimento do trabalho nos serviços. Quatro explicações sociológicas. In: *Trabalho e sociedade*: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. p. 71-109. v. 2.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO-OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Rocca, 2001.

PETRO, Bibiana. *Turismo e meio ambiente em meio à globalização*: as redes do processo turístico sustentável. Brasília: ANPPAS, 2006. 16 p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>. Acesso em: 25 out. 2008.

RABAHY, W. *Turismo desenvolvimento*: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. São Paulo: Manole, 2003. 142 p.

ROGGERO, Rosemary. Uma Leitura Sobre o Desenvolvimento do Setor Terciário no Movimento Contemporâneo do Capital. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de janeiro, vol. 24, n. 3, p. 2-15, set./dez. 1998. Disponível em: < http://www.senac.br/BTS/243/boltec243a.htm>. Acesso em: 17 nov. 2008.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e Planejamento sustentável*: a proteção do meio ambiente. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SHIKI, Simone de Faria Narciso; RUA, Maria das Graças. Metodologia de avaliação do desenvolvimento social e ambiental do turismo no Nordeste brasileiro. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. [*Anais*…] Brasília, 2006. 20 p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>. Acesso em: 25 out. 2008.

SOUZA, Poema Isis Andrade de; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Turismo no Nordeste: afinal, qual a importância da atividade para a região. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., 2008, Fortaleza. *Anais*… Fortaleza: BNB, 2008.

DIAGNÓSTICO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA APA LITORAL NORTE

Luiz Mário Ribeiro Vieira *
Rosangela Ferreira Conceição **

INTRODUÇÃO

A análise de impacto econômico, em razão da atividade de turismo, apresenta os fluxos de gastos associados com atividade turística, identificando as mudanças no comércio, pagamento de impostos, renda e geração de trabalhos. Em geral, o esboço mais utilizado para avaliar a contribuição da atividade turística para a economia de uma região é o estudo de impacto econômico do turismo.

É importante, porém, estabelecer a diferença entre o impacto econômico associado com as despesas turísticas e o que é associado ao desenvolvimento do turismo. O primeiro faz referência aos efeitos permanentes e às mudanças nas despesas, enquanto o segundo está relacionado ao impacto da construção e financiamento de instalações relacionadas ao setor. A diferença entre estes dois aspectos é significativa, já que eles exigem distintas abordagens metodológicas. Este estudo pretende abordar o segundo aspecto, embora a maturação de alguns empreendimentos já provoque impactos econômicos permanentes na região.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar possíveis impactos gerados pelos principais empreendimentos turísticos implementados nos municípios da APA Litoral Norte (Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Mata de São João). Especificamente, pretendeu-se identificar as mudanças geradas pelos empreendimentos, levando em consideração as variáveis econômicas: geração de renda; aumento da arrecadação de impostos; criação e atração de novos empreendimentos; diversificação da economia; aumento da renda per capita; expansão das oportunidades locais e melhoria dos indicadores socioeconômicos. Para essa análise são utilizados indicadores que abrangem o período 2000-2006.

Para fins de apresentação da estrutura do trabalho, o tópico dois trata dos investimentos turísticos atraídos pelas potencialidades naturais da APA Litoral Norte e o fluxo turístico na Bahia entre 2000 e 2005. No terceiro tópico foram descritos os impactos econômicos desses empreendimentos, com a apresentação e análise dos dados obtidos, relacionados ao PIB, à renda per capita, aos impactos setoriais e à arrecadação de impostos.

---

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; coordenador de Acompanhamento Conjuntural da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). lmario@sei.ba.gov.br

** Especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

No quarto capítulo foram descritos os impactos sobre os índices de Desenvolvimento Econômico e Social. No quinto e último capítulo foram colocadas às considerações finais, levando em conta os dados analisados em seu conjunto, sobre os impactos econômicos da atividade turística na APA Litoral Norte.

TURISMO: POTENCIALIDADES

Analisando-se a diversidade geográfica brasileira, é praticamente automática a associação entre turismo e sua consolidação como segmento econômico com significativo potencial de crescimento. Além dos recursos naturais (mar, rios, montanhas, serras, florestas), há eventos culturais, diversidade social, cultural e gastronômica, contribuindo para a formação do mosaico de alternativas para o turismo no Brasil. Some-se ao chamado turismo de negócios, que ganha importância concomitantemente à inserção do país em questões de âmbito internacional (congressos e outros eventos acadêmicos, tecnológicos, científicos, de saúde, financeiros, esportivos, artísticos etc.) (BRANDÃO; ANDRADE, p. 15).

O estado da Bahia oferece atrativos que potencialmente podem atrair diferenciados tipos de turista, nacionais e/ou estrangeiros. A capital, Salvador, é conhecida por abrigar um conjunto de eventos culturais, religiosos e carnavalescos que centralizam sua dinâmica no espaço reservado à arquitetura histórica do centro velho da cidade – Pelourinho e regiões circunvizinhas. Ainda no que diz respeito ao carnaval, o deslocamento gradual da festa para a área litorânea compreendida entre os bairros da Barra e Ondina repercute na movimentação hoteleira e nos acessos dos turistas, particularmente a partir do aeroporto local. A nova dinâmica econômica, com destaque para a região onde se localizam dois dos maiores *shoppings centers* da cidade, terminal rodoviário e inúmeros empreendimentos comerciais, chama a atenção para a confirmação de atrativos para o turista de negócios (BRANDÃO; ANDRADE, p.16).

A exploração dos recursos naturais ultrapassa os limites do município: existe uma concentração de atividades no Litoral Norte do estado, na extensão da rodovia BA-099, conhecida como Linha Verde, ligando a Bahia ao estado de Sergipe. Portanto, na Tabela 1 estão relacionados os destaques observados nos municípios em estudo com relação aos atrativos naturais.

Tabela 1
Potencialidades do turismo – municípios da APA Litoral Norte – 2007

Municípios	Belezas cênicas
Mata de São João	Cascata do Boril; Praias: do Forte e Santo Antônio; Castelo Garcia D'Ávila; Projeto Tamar e Reserva Florestal Garcia D'Ávila.
Entre Rios	Praias: Subaúma, Porto de Sauípe, Barra, Massarandupió; Reserva Ecológica em Porto de Sauípe.
Esplanada	Praia de Baixio
Conde	Cachoeirinha; Praias: Barra do Itariri, Sítio do Conde, Siribinha e Lagoa do Sítio.
Jandaíra	Cachoeira Itanhi; Praias: Mangue Seco e Costa Azul.

Fonte: Setur.
Elaboração: autores.

Investimentos turísticos privados no Litoral Norte

Com a intenção de atrair um número cada vez maior de turistas, o estado da Bahia vem incentivando cada vez mais o setor, com a atração de novos e grandes empreendimentos privados nas zonas turísticas que estão sendo beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE).

O Prodetur Nordeste é um programa que prevê investimentos em infraestrutura básica, equipamentos, serviços, melhoria na qualidade, preço, mercado e competitividade para o desenvolvimento turístico da Região Nordeste. Apesar de apresentar um número crescente de visitantes em razão das suas belezas naturais, biodiversidade e riqueza histórico-cultural, a região ainda não possuía um produto turístico específico (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2006).

Apenas atrair investimentos privados sem produzir condições necessárias em infraestrutura das cidades e incentivos para a implantação de certos empreendimentos é inviabilizar todo o processo de expansão no setor turístico. Para atender as aspirações dos visitantes são necessárias boas condições das estradas, sinalizações turísticas, meios de hospedagens, alimentação e acesso às atrações turísticas.

Segundo o Instituto do Meio Ambiente (IMA), entre os anos de 2000 e 2007 foram instalados cinco grandes empreendimentos no Litoral Norte, através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Os investimentos totalizaram no período R$ 839 milhões, observando destaque para o Complexo Hoteleiro Iberostar, representando 37,8% das imissões em 1.808 Unidades de Hospedagem (UHs). Já com relação às UHs, do total, 45% são apenas do empreendimento Bensal do Brasil.

Tabela 2
Empreendimentos instalados – municípios da APA Litoral Norte – 2000-2007

R$ 1,00

Empreedimentos	Município: Mata de São João		
	Ano	Investimento	Unidades*
Bensal do Brasil	2007	200.000.000,00	4.100
ComplexoHoteleiroIberostar	2004	316.823.000,00	1.808
ComplexoHoteleiroImobiliário Reta Atlântico	2003	146.421.900,00	1.400
ComplexoTurísticoSauípe	2003	170.000.000,00	1.596
PiscinasNaturaisPraiadoForte	2004	5.710.000,00	200
Total		838.954.900,00	9.104

Fonte: IMA
Nota: Unidades residenciais e/ou hoteleiras
Elaboração: autores

Diante das ofertas de meios de hospedagens existentes na região, e o fluxo crescente de turistas observado na Tabela 4, o setor turístico nesta localidade demanda cada vez mais investimentos direcionados a atender uma gama maior de clientes, motivando a construção de novos empreendimentos hoteleiros e residenciais, que literalmente impactará na geração de empregos e postos de trabalho para a comunidade local.

Dos municípios selecionados do Litoral Norte foram encontrados investimentos previstos apenas para o município de Mata de São João. Entre 2008 e 2014 estão previstos investimentos de aproximadamente US$ 1,7 bilhão, em 11.291 UHs, oriundos de investidores estrangeiros (Itália, Portugal e Espanha), oportunizando a geração de 12.473 empregos diretos na atividade turística. Destes investimentos, 80,9% correspondem à implementação do Complexo Turístico em Praia do Forte (1ª e 2ª etapas), do Grupo Trusam/Nueva Condomina SL, cuja situação atual é de inauguração da 1ª etapa em dezembro de 2008 (Tabela 3).

Tabela 3
Empreendimentos privados previstos – Mata de São João – 2008-2014

Empreendimento	Origem	UHs	Investimento (US$) (1.000)	Empregos diretos
Orissio Norte	Itália	1.500	104.000	1.500
Orissio Sul	Itália	533	14.500	533
Reserva Imbassaí (1ª etapa)	Port./esp.	868	80.000	2.000
Iberostar Bahia (2ª etapa)	Espanha	540	100.000	540
Iberostar Bahia (3ª etapa)	Espanha	250	20.000	400
Complexo Turístico em Praia do Forte (1ª etapa)	Espanha	600	80.000	2.500
Complexo Turístico em Praia do Forte (2ª etapa)	Espanha	7.000	1.270.000	5.000
Total		11.291	1.668.500	12.473

Fonte: Setur/Suinvest.
Elaboração: autores.

Os resultados observados para o segmento turístico na Bahia, em particular para o Litoral Norte, revelam que a atividade econômica ainda encontra espaço significativo para expansão, uma vez que o estado oferece atrativos – sobretudo recursos naturais e o promissor nicho do turismo de negócios – para os turistas nacional e estrangeiro.

Fluxo turístico

Conforme dados da Secretaria de Turismo (Setur), entre os anos de 2000 e 2005, o fluxo turístico na Bahia atingiu 27,5 milhões de pessoas, gerando receita aproximada de US$ 6 bilhões.

A Tabela 4 demonstra que tanto o fluxo turístico quanto a receita gerada são crescentes desde o ano de 2001. Analisando o ano de 2005, a receita gerada foi de US$ 1,15 bilhão, que proporcionou um impacto de US$ 2,5 bilhões no PIB da Bahia (Setur). Entre 2000 e 2005, o fluxo turístico na Bahia apresentou um crescimento de 18,6%, permanecendo, assim, a tendência de crescimento, de tal modo que o turismo continua sendo considerado um mercado bem-sucedido na economia baiana. Portanto, o turismo neste período gerou um impacto bastante positivo através do aumento da renda, via entrada de divisas, para a Bahia.

> [...] os gastos que os turistas provenientes de outras regiões efetuam nessas zonas representam entradas de recursos na economia dessas áreas. Assim, por exemplo, um turista norte-americano que viaje para o Brasil, tendo obtido sua

> renda nos Estados Unidos, quando gasta seu dinheiro em produtos brasileiros, injeta dinheiro novo na economia. Logo, os gastos que os turistas estrangeiros realizam com produtos turísticos existentes representam exportações de turismo para o país (LAGE; MILONE, p. 128-129).

Essa entrada de divisas através do setor turístico é bastante relevante para o crescimento dos países em desenvolvimento, pois determina um aumento na renda nacional. Isso possibilita que uma parte desses recursos seja direcionada para a criação e manutenção de programas do setor turístico, bem como para toda economia.

Tabela 4
Fluxo de turistas e receita gerada – Bahia – 2000-2005

Ano	Fluxo (em milhões)	Variação (%)	Receita (em US$ bilhão)	Variação (%)
2000	4,3	-	1,0	-
2001	4,1	(4,7)	0,8	(11,6)
2002	4,4	7,3	0,9	8,3
2003	4,7	6,8	1,0	14,3
2004	4,9	4,3	1,1	4,8
2005	5,1	4,1	1,2	8,3
Total	27,5		6,0	

Fonte: Setur.
Elaboração: autores.

Entre os turistas estrangeiros e domésticos, em todo o período analisado, o maior fluxo corresponde aos turistas do próprio país, mas esta participação vem caindo ao longo do período, passando de 89,5% em 2000 para 86,3% em 2005. O fluxo de turistas domésticos é maior em termos absolutos no ano de 2005, quando a expansão de turistas estrangeiros (690 mil) e nacionais (4,4 milhões) amplia-se, proporcionando, no total, um crescimento de 8,3% em relação ao ano anterior.

Pode-se notar que o fluxo de turistas desde 2001 vem crescendo no estado da Bahia, e, consequentemente, esse aumento atraiu novos empreendimentos para atender esta demanda. Contudo, observou-se na Tabela 2 a progressão desses empreendimentos desde o ano de 2000, com concentração em Mata de São João.

Dados mais recentes, divulgados pela Setur, mostram que em 2005 a concentração turística na Bahia registrou a passagem de 5,1 milhões de turistas, sendo que 690 mil foram apenas de turistas estrangeiros, sendo que deste total mais de 66,6% concentraram-se em Salvador, deixando receita da ordem de US$ 324 milhões. Nesse mesmo ano, a capital baiana atraiu aproximadamente 2,4 milhões de turistas.

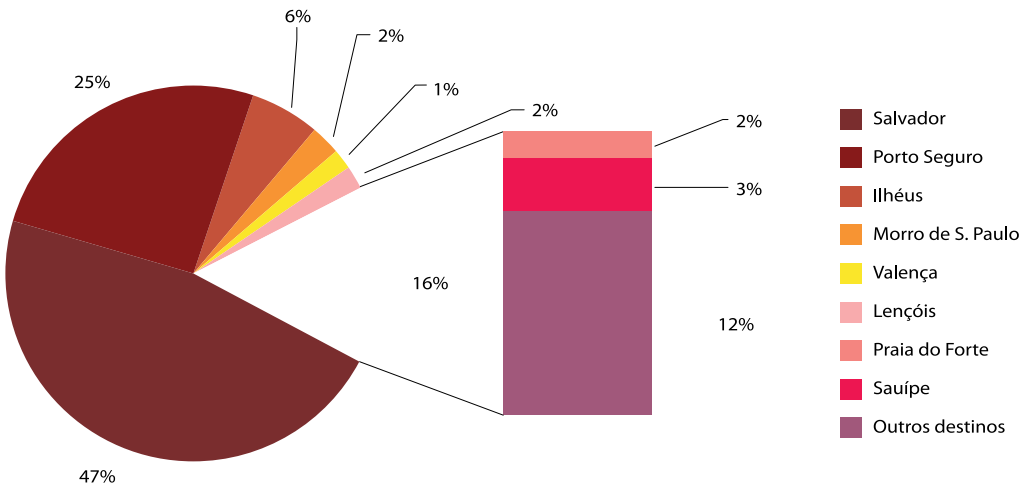


Gráfico 1
Principais destinos turísticos – Bahia – 2005

Fonte: Setur.
Elaboração: autores.

Em todo o período analisado para o fluxo global do turismo, Salvador é o principal destino turístico da Bahia. No Gráfico 1 pode-se notar esta concentração, onde a participação é de 47% do fluxo global. Logo após Salvador está Porto Seguro com 25%, o que representa a passagem de 1,3 milhão de turistas. Nos municípios em evidência no mesmo ano, observou-se uma participação de 2% em Praia do Forte e 3% em Sauípe, ambos localizados no município de Mata de São João. Ressalta-se que entre os anos 2000 e 2005 todos os principais destinos turísticos tiveram crescimento no fluxo global. Esta entrada crescente de turistas estimula o governo a gerar novos projetos de dinamização e estruturação para o fortalecimento da economia local com a finalidade de atrair cada vez mais turistas, contribuindo assim para uma economia autossustentável.

DESEMPENHO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NA APA LITORAL NORTE

Desempenho do PIB total e setorial

A análise do PIB dos municípios da APA Litoral Norte abrange o período de 2002 a 2006. Nesse período ocorreram importantes mudanças no cenário econômico e político do país e da Bahia.

A economia baiana foi afetada direta o indiretamente pelos impactos das políticas macroeconômicas implementadas nesse período. Os efeitos dessas políticas não foram mais graves para a Bahia por causa do programa de atração de investimentos iniciado na década de 1990, especificamente para o setor industrial, implementado pelo governo estadual. Essas políticas tiveram como objetivo a atração de empreendimentos, diversificação e a interiorização da matriz industrial destinada especialmente às empresas produtoras de bens e de maior valor agregado.

O ano de 2002 foi marcado pela instabilidade econômica gerada pela incerteza sobre a sucessão presidencial, principalmente sobre a política econômica do candidato favorito, Lula, gerando tensões econômicas graves como a desvalorização da moeda muito além das expectativas, a elevação da inflação acima do teto, a ampliação da dívida do setor público acima dos níveis recomendados e, por fim, a interrupção na trajetória de queda lenta da taxa referencial de juros, que passou a elevar-se não tão lentamente. Para amenizar os efeitos da crise o governo mais uma vez recorreu ao FMI. Diante desse cenário, a economia do estado cresceu 1,5% – abaixo da média nacional (1,9%) – refletindo a conjuntura instável que atravessou o país naquele ano.

Com a eleição do candidato da oposição, Luís Inácio, as turbulências vivenciadas pela economia brasileira no decorrer de 2002 se acentuaram no inicio de 2003, levando a equipe econômica do novo governo a implementar um choque ortodoxo, com aumento das taxa de juros e corte nos gastos públicos. Os resultados dessa política recessiva foram uma retração da atividade econômica, principalmente do setor industrial, queda dos rendimentos e aumento do desemprego.

Em 2004, a atividade econômica brasileira apresentou sinais de recuperação e dinamismo, em razão do crescimento da demanda interna, do consumo das famílias e da manutenção do dinamismo das exportações, os quais refletiram em melhorias do mercado de trabalho. Portanto, esses fatores contribuíram para a expansão do PIB em 5,2%, sendo este considerado o maior crescimento depois da implantação do Plano Real.

A maturação dos investimentos industriais, principalmente do setor automotivo, e a recuperação da economia nacional propiciaram à Bahia, em 2004, crescimento do PIB de 9,2%, a maior taxa de crescimento dos últimos anos. Nos anos seguintes, 2005 e 2006, a política econômica foi mais contracionista para evitar que a inflação atingisse taxas acima das fixadas pelo sistema de metas de inflação. Diante desse quadro mais restritivo, a economia baiana cresceu 4,7% e 4,0 em 2005 e 2006, respectivamente.

Impactos econômicos – PIB Municipal

Dentro desse quadro econômico, os impactos dos empreendimentos turísticos instalados na APA Litoral Norte podem ser avaliados com base no desempenho do PIB municipal.

Para acompanhar o desempenho econômico de um país, uma região, estado ou município, a variação do Produto Interno Bruto (PIB) é o melhor indicador, expressando monetariamente o valor agregado na produção de todos os bens e serviços em determinado período. Embora não retrate a estrutura social, ou seja, não mostre de que forma foi distribuído o que foi produzido, o valor do PIB pode indicar o grau de desenvolvimento de um espaço econômico.

Em relação ao PIB desses municípios, observa-se, na Tabela 5, que Esplanada e Mata de São João são os mais importantes, com participações médias de 31,0%. Em 2002, o município de Esplanada detinha o maior PIB da Área de Proteção Ambiental (APA), com R$ 232,02 milhões. Entre 2003 e 2004, Mata de São João passou a ocupar essa posição, em razão dos investimentos turísticos

implementados no município. Após crescimento expressivo em 2005 (34,1%), Esplanada volta a ser a principal economia da APA Litoral Norte. Jandaíra detinha, nesse período, o menor PIB, porém em expansão. Diferentemente de Conde, onde a economia, nesse período não voltou ao nível de 2002.

Tabela 5
Produto Interno Bruto – municípios da APA Litoral Norte – 2002-2006 (R$ milhões)

Municípios	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	90,88	54,13	52,00	66,06	65,62
Entre Rios	125,31	139,66	147,07	197,19	217,80
Esplanada	232,02	153,71	177,21	237,68	305,59
Jandaíra	20,18	24,47	25,72	27,92	33,75
Mata de São João	210,26	174,45	194,46	233,84	270,68
Total	678,66	546,42	596,46	762,69	893,44

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.

Em 2003, o município de Conde registrou uma queda acentuada no PIB, passando de R$ 90,88 milhões para R$ 54,13 milhões, proveniente da queda no valor adicionado do setor agropecuário, que era de R$ 55,34 milhões e caiu para R$ 18,73 milhões, reduzindo a participação desse setor do PIB do município de 62,4% para 35,9%. Esplanada também registrou uma forte queda no PIB, 33,8%. Contribuiu para essa retração o setor Agropecuário, que teve uma redução no valor adicionado de mais de R$ 82 milhões.

O crescimento do PIB da APA foi negativo apenas em 2003. A partir de 2004, experimentou crescimento consecutivo, com taxa média de 12,38% no período, reflexo da retomada do crescimento da economia brasileira e da consolidação de alguns empreendimentos turísticos na região, principalmente no município de Mata de São João.

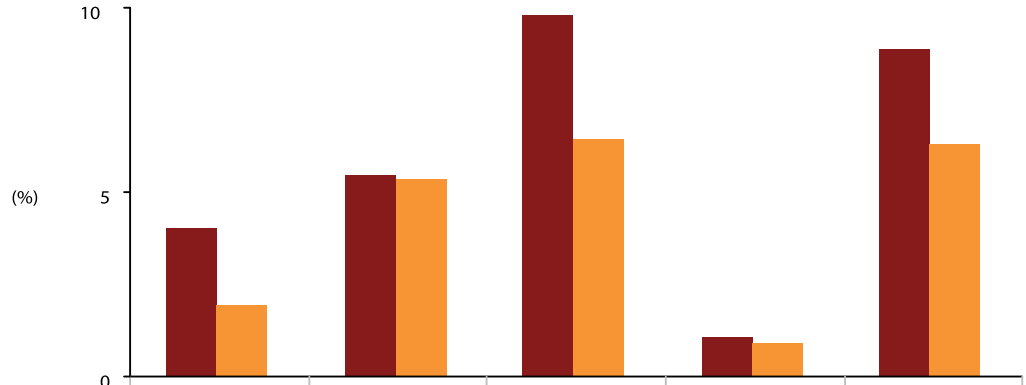
Observando a Tabela 6, os municípios de Entre Rios e Jandaíra apresentaram as maiores taxas de crescimento acumuladas no período, 57,4% e 38,4%, respectivamente, enquanto Esplanada registrou a menor expansão, 2,4%.

Tabela 6
Produto Interno Bruto – municípios da APA Litoral Norte – 2002-2006
Taxa Anual de Crescimento (em percentuais)*

Municípios	2003	2004	2005	2006	2006/2002
Conde	-40,4	-3,9	27,0	-0,76	-27,8
Entre Rios	11,4	5,3	34,1	10,4	57,4
Esplanada	-33,8	15,3	34,1	28,6	2,4
Jandaíra	21,3	5,1	8,6	20,9	38,4
Mata de São João	-17,0	11,5	20,3	15,85	11,2
Total	-19,5	9,2	27,9	17,1	12,4

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.
* Crescimento Nominal

No que se refere à participação média dos municípios no PIB do território Agreste de Alagoinhas nos anos de 2002 e 2006, observa-se no Gráfico 2 que mesmo com crescimento vigoroso, os municípios de Esplanada e Mata de São João perderam participação, passando a representar 7,2% e 6,4% do Território, respectivamente, com queda de 2,3 pontos percentuais em relação a 2002. Entre Rios e Jandaíra permaneceram, praticamente, com a mesma participação no período.



	Conde	Entre Rios	Esplanada	Jandaíra	Mata de São João
2002	3,8	5,2	9,6	0,8	8,7
2005	1,7	5,1	6,2	0,7	6,1

Gráfico 2
Participação no Produto Interno Bruto do Território – municípios da APA Litoral Norte –2006/2002

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.

Com base nos dados da Tabela 7, observa-se que Esplanada e Mata de São João têm os maiores PIB per capita entre os municípios da APA. Em termos de crescimento, Entre Rios se destacou crescendo nominalmente 45,2%. Em razão do baixo crescimento do PIB, a renda per capita de Conde recuou 32,0% no período 2002-2005.

Tabela 7
Produto Interno Bruto per capita – municípios da APA Litoral Norte – 2002-2006 (R$1,00)

Município	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	4.201,40	2.448,01	2.299,02	2.858,83	2.783,43
Entre Rios	3.111,49	3.375,37	3.457,32	4.517,56	4.869,52
Esplanada	8.180,08	5.334,05	6.049,13	7.988,54	10.120,95
Jandaíra	1.915,56	2.279,18	2.348,08	2.502,70	2.972,28
Mata de São João	6.344,55	5.227,74	5.785,60	6.909,80	7.946,05
Bahia	4.524,70	5.031,40	5.780,10	6.582,80	6.921,70

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.

Deve-se destacar que em 2002 a renda per capita dos municípios de Esplanada e Mata de São João estava acima da média do estado da Bahia. Em 2006, os dois municípios mantiveram essa condição com crescimento expressivo do PIB, elevando essa relação, que passou a representar 46,2% e 14,7%, respectivamente, acima da renda per capita do estado.

Os municípios apresentaram desempenhos diferenciados diante da conjuntura nacional e regional no período 2002-2006. Com base na análise de desempenho setorial, apresentada nas próximas seções, pode-se constatar que a atividade econômica dos municípios da APA Litoral Norte voltou-se, no período considerado, basicamente para o agronegócio e o turismo, apresentando desempenho muito tímido na indústria.

Dinâmica econômica por setores de atividade

A economia baiana esteve dependente do setor primário até início dos anos 1970, quando as atividades ligadas à agricultura eram dominantes na composição do PIB estadual. A indústria assumiu, desde o seu começo, uma configuração espacial e setorial nitidamente concentrada. O processo de concentração espacial refletia a estratégia de potencialização dos recursos utilizados, com pesados investimentos estatais, notadamente no setor de infraestrutura direcionada para Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A instalação ou ampliação da atividade turística em qualquer lugar é capaz de gerar uma variedade de impactos econômicos, sejam eles positivos ou negativos, causando várias repercussões não só no âmbito econômico, mas também no social. As regiões pouco desenvolvidas possuem forte dependência da agricultura em razão da precariedade dos níveis de renda, baixo desenvolvimento industrial e social e elevados índices de desemprego.

Segundo Lage e Milone, (2001), o emprego na agricultura é diretamente afetado pelo turismo. A produção de alimentos pode ser estimulada pelo turismo por meio do crescimento da demanda ou, por outro lado, o turismo pode levar as pessoas da terra a uma queda na produtividade, causada pelo aumento dos preços, mesmo para aqueles cuja renda não cresceu com o desenvolvimento turístico.

> Particularmente em economias muito pequenas, o setor da agricultura, em vez de ser estimulado para o turismo, pode ser substituído por ele. Pode perder a competição em termos de trabalho e terra, especialmente onde a terra agrícola se apresenta em regiões geográficas desfavoráveis. Algumas experiências mundiais têm demonstrado, como o caso de algumas regiões na Espanha, que o turismo estimulou a produção agrícola, incentivando também a produção de carnes, vegetais e frutas para os turistas. Por outro lado, as Ilhas Canárias, que poderiam por si mesmas produzir muitos alimentos, ainda importam uma larga quantidade dos mesmos para os turistas europeus (LAGE; MILONE, p. 132).

Contudo, a agricultura sofre pequenas pressões do setor turístico que poderão ou não surtir efeitos positivos para a economia local. Através da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) divulgada pelo IBGE, a tabela abaixo expõe os principais cultivos da lavoura permanente dos municípios

em análise, onde podemos destacar: a banana, a laranja o maracujá e o coco da baía. Como estamos analisando os municípios da região costeira do Litoral Norte, vale salientar que o clima da região favorece o cultivo do coco da baía, sendo este o principal fruto comercializado não só na região, como também transportado para outras costas menos favorecidas.

A reestruturação da economia baiana se deu com base em novos espaços dinâmicos, ao mesmo tempo em que outros continuavam dependentes da Agropecuária, que ainda representa parcela expressiva do PIB, como em alguns municípios do Litoral Norte (Conde e Jandaíra). Embora no período 2002-2006 tenha ocorrido perda de participação relativa dessa atividade, de acordo com a Tabela 8, seu peso na economia desses municípios continua significativo. Já nos outros municípios, como Mata de São João e Esplanada, houve quedas acentuadas da participação, passando a representar, em 2006, apenas 6,8% e 7,4% do PIB desses municípios, respectivamente.

Tabela 8
Participação da Agropecuária no PIB Municipal – 2002-2006

Municípios	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	62,4	35,9	30,8	33,2	22,7
Entre Rios	22,5	22,9	17,7	14,5	13,3
Esplanada	42,9	9,9	7,8	7,4	7,4
Jandaíra	40,0	36,0	32,2	28,9	28,4
Mata de São João	7,6	25,5	23,0	6,5	6,8

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.

A indústria de transformação da Bahia é extremamente concentrada em torno de produtores de bens intermediários. Embora nos últimos anos da década de 1990 tenha ocorrido um lento processo de desconcentração, com a implantação de indústrias de bens finais, como automóveis, calçados, eletro-eletrônicos e outros.

A indústria baiana, até a década de 1990, era bastante concentrada espacialmente na Região Metropolitana de Salvador, na região de influência de Feira de Santana, no Extremo Sul e no oeste do estado. Em razão desse perfil, permanecem grandes vazios econômicos, decorrentes, basicamente, da baixa integração da infraestrutura econômica e social.

Os municípios de Entre Rios, Esplanada e Mata de São João têm uma forte presença nas atividades industriais, principalmente as voltadas à extração de petróleo, produção de produtos alimentares, produtos de madeira, têxtil e confecção e produção de borracha, com destaque nos últimos anos para a reativação dos poços maduros na região, o que elevou a participação do setor no PIB desses municípios em 2005. A participação da atividade industrial na economia em Conde e Jandaíra não são predominantes, ainda que registrasse crescimento entre 2002 e 2005 (Tabela 9).

Tabela 9
Participação da Indústria no PIB municipal – 2002-2006

Municípios	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	4,1	8,1	9,6	10,3	10,8
Entre Rios	32,0	31,8	36,2	41,1	39,5
Esplanada	33,2	55,2	61,2	64,3	67,2
Jandaíra	9,6	10,2	14,9	15,4	13,3
Mata de São João	60,2	28,7	30,6	49,3	48,8

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.

No modelo econômico tradicional, o setor de serviços é induzido pela dinâmica industrial, o que explica a forte concentração deste setor na RMS, associado ao fato de Salvador ser uma cidade com forte apelo turístico. As regiões com alguma expressão no setor de serviços, pelos atrativos turísticos ecológicos e históricos, são: Litoral Sul, Litoral Norte e Chapada Diamantina.

Tabela 10
Participação dos Serviços no PIB municipal – 2002-2006

Municípios	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	33,6	56,0	59,6	56,4	66,4
Entre Rios	45,6	45,2	46,1	44,3	47,2
Esplanada	23,9	35,0	30,9	28,3	25,8
Jandaíra	50,4	53,8	52,9	55,7	58,2
Mata de São João	32,2	45,8	46,4	44,1	44,4

Fonte: SEI.
Elaboração: autores.

No Litoral Norte, o destaque é o município de Mata de São João, cujo PIB do setor de serviços cresceu de maneira exponencial, elevando a participação do setor de 32,2% em 2002 para mais de 44,4% em 2006. Os investimentos hoteleiros no município, implantados e em implantação, já analisados, contribuíram decisivamente para esse resultado. Em Conde houve também uma elevação do setor de serviços, mas decorrente da perda de participação do setor agropecuário, que reduziu seu peso no PIB do município de 62,4% para 33,2%, e da inexpressiva participação da atividade industrial. Nos outros municípios, em média, a participação dos serviços ficou praticamente estável nesse período (Tabela 10).

Finanças nos municípios selecionados da APA Litoral Norte

O objetivo deste tópico é medir os impactos dos empreendimentos turísticos localizados no Litoral Norte sobre a arrecadação tributária dos municípios, mais especificamente sobre as receitas próprias dos municípios, bem como sua participação no total da arrecadação.

A análise do desempenho das receitas municipais visa fornecer subsídios que contribuam para ilustrar as possibilidades fiscais dessa esfera de governo vir a assumir maiores gastos sociais nas áreas de saúde e ensino fundamental, em resposta aos mecanismos de descentralização dessas políticas instituídas pelas demais esferas de governo, bem como mostrar a capacidade tributária desses municípios.

Os itens que compõem as receitas dos municípios e os indicadores a serem analisados no período 2001 a 2006 são: Receita Própria, que mede a capacidade de tributar dos municípios; Receitas de Transferências, que são as realizadas entre os entes federativos, obedecendo a normas constitucionais ou legais. As principais transferências são: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Cota-Parte do ICMS.

Tabela 11
Receitas realizadas – municípios da APA Litoral Norte – 2001-2006

(R$ milhões)

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	6,5	8,3	9,8	13,5	15,1	16,8
Entre Rios	17,0	20,0	23,0	26,7	29,4	32,6
Esplanada	15,2	18,5	22,4	28,5	35,2	40,2
Jandaíra	3,9	5,7	6,1	7,1	8,0	9,6
Mata de São João	16,3	19,7	23,0	27,2	34,7	51,0

Fonte: TCM/SEI.
Elaboração: autores.

Em 2001, Entre Rios e Mata de São João detinham as maiores receitas orçamentárias entre os municípios da APA. Jandaíra, por outro lado, tinha a menor em razão de ser um município recém-emancipado, portanto, sem uma estrutura tributária consolidada. Com crescimento real de 90,0% nas receitas, no período 2001-2006, Mata de São João assumiu a liderança, na frente de Esplanada, que aumentou sua arrecadação em 61,3%, enquanto Entre Rios cresceu apenas 16,8% (Tabela 11).

Os grandes investimentos turísticos e residenciais foram decisivos para esse excelente resultado obtido por Mata de São João, o que é constatado pela evolução das receitas próprias do município, que passaram de R$ 3,1 milhões em 2001 para mais de R$ 25,6 milhões em 2006, registrando um aumento acumulado de 402,3% no período. Os demais municípios também apresentaram crescimento, mostrando o dinamismo do setor de serviços na região (Tabela 12).

Tabela 12
Receitas próprias realizadas – municípios selecionados da APA Litoral Norte – 2001-2006 (R$ mil)

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	406,3	331,7	773,3	746,2	1.038,9	1.119,6
Entre Rios	1.225,2	1.236,5	1.154,9	2.475,6	3.616,3	3.411,7
Esplanada	977,0	537,7	846,6	2.438,5	4.354,8	4.256,5
Jandaíra	82,4	208,6	267,2	289,4	325,5	634,5
Mata de São João	3.101,3	4.407,2	5.605,2	5.840,1	12.286,4	25.609,5

Fonte: TCM/SEI.
Elaboração: autores.

Mesmo com esse dinamismo, a participação das receitas próprias no total da arrecadação ainda não é significativa, excetuando-se o município de Mata de São João, cuja participação, em 2006, representa mais de 50%, do total das receitas (ver Tabela 13).

Tabela 13
Participação das receitas próprias na arrecadação total dos municípios – 2001-2006 (%)

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conde	6,3	4,0	7,9	5,5	6,9	6,6
Entre Rios	7,2	6,2	5,0	9,3	12,3	10,5
Esplanada	6,4	2,9	3,8	8,6	12,4	10,6
Jandaíra	2,1	3,6	4,4	4,1	4,1	6,6
Mata de São João	19,0	22,4	24,4	21,5	35,4	50,2

Fonte: TCM/SEI.
Elaboração: autores.

Em relação a 2001, todos os municípios da APA Litoral Norte apresentaram crescimento das receitas próprias, que estão associadas ao incremento do setor de serviços, particularmente à atividade turística nesses municípios.

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A ampliação das condições de pobreza das populações tem gerado uma grande preocupação em todo o mundo. Para acompanhar o desempenho econômico e social, uma série de indicadores estatísticos que medem e comparam as condições de vida dessas populações foram criados na década de 1990.

Outros indicadores que permitem avaliar as condições socioeconômicas dos municípios são o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), ambos desenvolvidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O IDE é composto dos seguintes índices: de Infraestrutura, de Qualificação da Mão de Obra e do Produto Municipal. O IDS compõe-se dos índices: Nível de Saúde, Nível de Educação, Serviços Básicos e Renda Média do Chefe de Família.

Tabela 14
Índice de Desenvolvimento Econômico, Índice de Desenvolvimento Social, classificação no *ranking* estadual – municípios da APA Litoral Norte – 2002/2006

Municípios	2002				2006			
	IDE	Classif.	IDS	Classif.	IDE	Classif.	IDS	Classif.
Conde	4992,65	100º	5026,3	99º	4980,83	256º	4994,63	192º
Entre Rios	4998,90	51º	5012,4	131º	5015,81	85º	5006,79	152º
Esplanada	4999,07	50º	5052,8	65º	5024,97	58º	5036,21	88º
Jandaíra	4990,16	148º	4960,7	325º	4994,67	162º	4929,35	392º
Mata de São João	5003,31	38º	5077,7	45º	5116,63	12º	5065,11	50º

Fonte SEI, 2006.
Nota: considerado o *ranking* do Estado da Bahia, com 417 municípios.
Elaboração: autores.

Para fins de comparação, Salvador é o município situado em primeiro lugar no *ranking* estadual em todos os anos; apontando IDE em 2006, de 5678,10. Quando observado o IDS o município de Salvador em 2006 situou-se em segundo lugar no *ranking* estadual, ficando abaixo apenas do município de Lauro de Freitas (5303,97).

Segundo a Tabela 14, todos os municípios selecionados do Litoral Norte apresentaram recuo na classificação quanto ao IDE, exceto Mata de São João, que em 2002 ocupava o 38º lugar do estado, avançando 26 posições em 2006, isso expressa seu grau de desenvolvimento em relação a infraestrutura. O município em situação mais precária do ponto de vista econômico é Conde. Dentre os 417 municípios baianos, ocupou a 100ª posição em 2002, porém apresentou recuo de 156 posições em 2006, passando para o 256º lugar. Dos municípios que tiveram seus índices reduzidos entre o período de 2002 e 2006 quanto à classificação entre os municípios baianos, podemos citar: Esplanada com recuo de oito posições; Entre Rios com recuo 34 posições em 2006 e Jandaíra com recuo de 14 posições, esses apresentando grau de desenvolvimento médio.

Quanto ao IDS, novamente o município de Mata de São João mantém sua posição entre os municípios selecionados, pois está classificado em 45º lugar no estado em 2002, caindo cinco posições em 2006. Esplanada que ocupava a 65ª posição em 2002 despenca 23 posições em 2006. Conde cai consideravelmente nos aspectos sociais (93 posições), ocupando em 2006 192ª posição no estado. Entre Rios despenca 20 posições, ocupando em 2006 a 152ª posição entre os 417 municípios. Já Jandaíra ocupa a última posição entre os municípios selecionados, ficando no 392º lugar no IDS em 2006, isso significa um recuo de 69 posições em relação ao registrado em 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de estudar os impactos gerados pela atividade turística em determinadas localidades, como a APA Litoral Norte, vai muito além de uma simples análise de desempenho de alguns indicadores econômicos. Trata-se de uma maneira de planejar a atividade de tal forma que tanto o poder público quanto a iniciativa privada possam traçar estratégias de longo prazo relacionadas a infraestrutura urbana, aos equipamentos turísticos e à acessibilidade para o mercado consumidor, visando amenizar, ou até mesmo extinguir, os impactos negativos e fomentar os impactos positivos a fim de que estes se tornem sustentáveis e sejam estendidos a toda a população local.

As análises efetuadas revelam que o turismo no Litoral Norte da Bahia já pode ser considerado um setor de fundamental importância para a dinâmica econômica desta região. Os dados do PIB Municipal mostram expressivo crescimento associado aos empreendimentos turísticos realizados. Essa expansão econômica incrementou também a arrecadação de recursos por parte das prefeituras, possibilitando que o governo municipal invista em obras sociais, na área da saúde e da educação, trazendo repercussões positivas para o quadro socioeconômico desses municípios. Vale ressaltar, ainda, a percepção, por parte dos atores econômicos, de que o turismo, desde que bem planejado, traz qualidade de vida para a comunidade.

No entanto, este desenvolvimento não é simples, pois precisa de trabalhos de planejamento que visem à maximização dos impactos positivos que o turismo pode gerar aliado a ações de prevenção ao surgimento de fatores negativos.

REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Disponível em: <http://www.banconordeste.com.br/prodetur/>. Acesso em: 12 set. 2007

BORGES, Edson. Feira responde por 80% do abate. *A Tarde*, Salvador, 14 abr. 2008. Caderno Rural.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro; ANDRADE, Adriano Bittencourt (Orgs). *Turismo:* academia e mercado. Salvador: Ponto & Vírgula, 2009.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. Disponível em: <http://www.cbpm.com.br/port/gen_MINERAIS_industriais.asp>. Acesso em: 8 jul. 2007.

HISTÓRIA do censo agropecuário. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/hist_agro.shtm> Acesso em: 8 jul. 2007.

IBGE. Censo agropecuário 1995/96 - Bahia. Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Pesquisa Agrícola Municipal* (PAM) 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2006/default.shtm>. Acesso em: 3 nov. 2008.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2008.

BREVE AVALIAÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS DA APA LITORAL NORTE DA BAHIA[1]

Michele Souto de Souza do Sacramento *
Noeme Sílvia Oliveira Santos **

INTRODUÇÃO

A compreensão acerca das condições de vida da população de um determinado local depende diretamente, entre outros fatores, da qualidade da oferta de serviços de infraestrutura e da proporcionalidade entre a oferta e a demanda destes serviços. No caso do Litoral Norte, particularmente nos municípios que compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) – Mata de São João, Esplanada, Conde, Jandaíra e Entre Rios –, compreender em que nível se encontra esta relação é de suma importância, uma vez que esta é uma área que possui espaços marcadamente turísticos, e como se sabe, a satisfação do turista não se dá apenas pela contemplação de belos monumentos, de atrativos naturais e culturais, mas também da preservação ambiental, da qualidade dos equipamentos e da infraestrutura disponível (CERQUEIRA; FREIRE, 2008). Nesse sentido, a oferta dos serviços de infraestrutura deve atender à demanda dos moradores, bem como à demanda dos turistas, uma vez que eles podem se constituir em importante fonte de renda na localidade.

Inúmeras são as discussões que permeiam os questionamentos relacionados aos serviços de infraestrutura, que vão desde o enfoque conceitual e definições até a sua responsabilização e financiamento. Com base na revisão da literatura existente, e sem querer esgotá-la, foi possível inferir uma distinção presente nos conceitos de infraestrutura, resultante das especificidades dos serviços prestados. Assim, podemos falar da existência de três tipos específicos de infraestrutura, não necessariamente excludentes: a básica, a urbana (ANDRADE; SERRA, 1999) e a turística (FAGUNDES, 2000).

Por infraestrutura básica entende-se aquela que serve para atender uma necessidade que é mais comum a todos (de utilidade pública) e que é fundamental para a execução de outras atividades produtivas, a exemplo de água e esgoto. A infraestrutura urbana caracteriza-se como sendo mais direcionada às funções urbanas, como condições de moradia, educação, saúde e segurança, entre outros. Por fim, a infraestrutura turística engloba os serviços voltados

* Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); estagiária da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). michele.estag@sei.ba.gov.br.

** Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); estagiária da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). noeme.estag@sei.ba.gov.br.

[1] As autoras agradecem às colegas Mayara Mychella Sena Araújo e Simone Araújo de Pinho pelas críticas e contribuições ao texto. Quaisquer inconsistências são de nossa responsabilidade.

diretamente para áreas de grande potencial turístico, como por exemplo, as vias de acesso exclusivas e equipamentos de lazer. Cabe salientar que esses três tipos de infraestrutura não se excluem, mas se complementam, beneficiando tanto a atividade turística quanto as demais atividades necessárias ao desenvolvimento do município.

Na origem da industrialização brasileira, o capital privado, sobretudo o estrangeiro, era responsável por financiar e disponibilizar os serviços de infraestrutura, tal como ocorreu com as concessões para implantação das primeiras estradas de ferro no país. Contudo, a partir da década de 1930, aos poucos e de forma crescente, a competência de gerir os serviços de infraestrutura passou para o Estado, que incorpora a responsabilidade e assume a posição de prestador dos serviços, haja vista que a infraestrutura existente não atendia a demanda do crescimento econômico do período.

Ao longo das décadas seguintes, o Brasil passa por uma série de transformações econômicas e sociais resultantes tanto do cenário político nacional quanto das pressões econômicas mundiais. Internamente, destacam-se as crises políticas do regime militar, que somadas à instabilidade econômica (entre outras, a crise do petróleo) favoreceram a identificação de brechas no papel do Estado enquanto gestor dos serviços de infraestrutura. Ou seja, o Estado tornou-se ineficiente no provimento dos serviços de infraestrutura, e os capitais privados, mais uma vez, assumiram a função de provedor deste tipo de investimento que, desde então, tornou-se fator central à competitividade econômica, refletindo diretamente nas taxas de crescimento e sustentação da economia. Data da década de 1990 (governo Fernando Henrique Cardoso) a tendência à privatização dos primeiros serviços de infraestrutura, como as ferrovias e o setor de energia, por exemplo. Conforme Vinhaes:

> O crescente movimento de reestruturação e mudança que vem ocorrendo na economia mundial, nas duas últimas décadas deste século, tem revelado uma tendência comum de diminuição da atuação do Estado como empresário e a inserção da iniciativa privada em setores originalmente estatais como é o caso da infra-estrutura (VINHAES, 1999, p. 1).

Em suma, essa tendência que vem se firmando há algum tempo, iniciada com o repasse de alguns serviços de infraestrutura ao setor privado, antes responsabilidade exclusiva do poder público, é de grande interesse para explicar a relevância desse processo e a importância dada à infraestrutura quando se fala em crescimento econômico. Dessa forma, foi montada toda uma estrutura que atendesse essa demanda, que ao ser entregue nas mãos das empresas privadas passou a servir a uma lógica empresarial de mercado (obviamente essas empresas só assumem esse mercado quando percebem a sua rentabilidade).

Em paralelo a esse processo de desestatização ocorreu a reestruturação de todo o sistema, tendo em vista que os serviços prestados por uma estrutura institucional e estatal passam agora a serem prestados por empresas particulares. Tais mudanças encontram reflexos nas normas e leis criadas exclusivamente para a concessão e regulamentação desse setor, tal como a criação de empresas concessionárias. Isto não significa dizer que se liquidou a

participação estatal, posto que seus recursos continuaram a ser utilizados, porém agora de forma mais restrita, priorizando os locais que não são de interesse do capital privado, justamente por não serem rentáveis. Isso se concretiza em uma parceria entre os setores público e privado, com o objetivo primeiro de cobrir as faltas e melhorar o desempenho destes serviços de infraestrutura.

Segundo Dias (2008), na medida em que o Estado não provê a distribuição equitativa das infraestruturas, e, progressivamente, fica cabendo ao mercado produzi-la, deixa-se de ser um direito social e passa-se a ser uma mercadoria. Assim, pensar na infraestrutura enquanto mercadoria pressupõe pensar também que nem todas as pessoas terão acesso a ela, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais. Logo, o fácil acesso ao saneamento básico, ao transporte público eficiente, aos melhores equipamentos de saúde, educação e lazer, destina-se, em grande parte, às pessoas de poder aquisitivo mais elevado. Como exemplo podemos citar o que ocorre no município de Mata de São João, cujo acesso à Praia do Forte, onde se encontram grandes empreendimentos e a atividade turística é bastante acentuada, se dá em melhores condições que o acesso à localidade de Barro Branco, predominantemente habitacional, com pessoas de baixo poder aquisitivo.

Ao se entender o turismo como um fenômeno socioeconômico e cultural, que consiste no deslocamento de pessoas pelos mais variados motivos – desde o lazer a atividades econômicas como o comércio –, não se pode desconsiderar os efeitos negativos também gerados por ele, como acontece quando o aumento da população não estiver de acordo com o que a localidade oferece em termos de infraestrutura. Isso ocorre, muitas vezes, com a chegada do turismo e dos grandes empreendimentos, que trazem, além dos turistas, uma demanda por mão de obra, e atrelada a ela a grande massa de trabalhadores.

Esse processo de migração acaba elevando o número da população, sendo que muitos destes trabalhadores acabam permanecendo nesses locais. Ou seja, a chegada do turismo, tanto por trazer novos moradores quanto por aumentar consideravelmente o número de visitantes, implica diretamente na qualidade dos serviços prestados.

A respeito da infraestrutura turística é interessante reportarmo-nos ao texto de Goes, nesta publicação, que traz uma discussão acerca do desenvolvimento do setor turístico no Litoral Norte, apresentando planos governamentais das esferas estadual e federal e ressaltando a importância da infraestrutura neste processo. A autora mostra como se deu o processo de planejamento do turismo, desde a criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), em 1958, fenômeno ainda recente na história do Brasil.

A dinâmica observada para o turismo é a mesma para os serviços de infraestrutura como um todo no que tange à disponibilização e ao financiamento, ou seja, o setor público gradualmente assume estas responsabilidades. Neste sentido, destacam-se as ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que tem como objetivo geral o desenvolvimento do turismo e, em paralelo, a garantia da qualidade de vida da população residente nas áreas turísticas.

Ao citar o turismo, observa-se que os incentivos ao crescimento das atividades voltadas para o setor são realizados através de investimentos públicos e privados. Além disso, geralmente, quando se fala em desenvolvimento do turismo, uma das alternativas pensadas é justamente a melhoria da infraestrutura, afinal a noção de prestação de serviços já está embutida na atividade turística. É certo que alguns serviços são direcionados mais especificamente para este setor que outros (infraestrutura turística).

> As mudanças nas ofertas do setor turístico podem envolver mudanças quantitativas, como abertura e fechamento de hotéis, ou mudanças qualitativas, como melhora na qualidade ambiental, infra-estrutura local, natureza dos produtos e serviços disponíveis na região (BARBOSA; MARTELOTTE; ZOUAIN, 2008).

Dado o exposto e buscando uma interface com o objetivo[2] da pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Àrea de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, este texto versa sobre a oferta dos serviços de infraestrutura nos municípios que compõem a APA Litoral Norte. Entendendo a abrangência que o tema infraestrutura oferece e o número expressivo de componentes que trazem uma ideia mais ampla do que seria essa variável, e, sobretudo, considerando a limitação dos dados, a proposta desse trabalho está pautada na análise apenas de três elementos, que são os serviços de saneamento básico, saúde e educação. Para tanto, o texto contará com três seções, além desta introdução e das considerações finais, onde serão analisados separadamente os serviços selecionados, especificando o município e comparando com a dinâmica da APA Litoral Norte. Cabe ressaltar, no entanto, que a proposta não é fazer uma análise aprofundada da qualidade dos serviços, mas sim verificar a existência deles.

De acordo com as pretensões deste estudo, as análises dos serviços de infraestrutura relacionados ao saneamento básico, bem como à saúde, foram realizadas a partir dos dados mais recentes disponíveis no site do Departamento de Informática do SUS (Datasus), no recorte temporal de 2008. Entretanto, para a análise dos serviços de educação – em função da indisponibilidade de dados – não foi possível utilizar o mesmo recorte, tendo assim as informações sido retiradas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período de 2007.

SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA: O SANEAMENTO BÁSICO

Heller (1998) baseia-se na definição de saneamento formulada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) segundo a qual "saneamento constitui o controle de todos os fatores do trabalho além da higiene industrial e o controle da poluição atmosférica e sonora". Assim, há uma perspectiva de analisar os efeitos dos determinantes ambientais sobre a saúde, mas sem deixar de observar a questão sanitária, que tem papel relevante nessa análise proposta. Ainda de acordo com a ideia de Heller, o distanciamento entre as políticas voltadas para a área de saneamento e saúde acaba levando muitas vezes a uma desarticulação entre elas. Desse modo, é importante destacar mais uma vez o papel do saneamento, não apenas para

[2] Sobre a pesquisa, ver Muricy (2009) nesta publicação.

o crescimento de um centro urbano, mas para o desenvolvimento da sua população nos mais diversos aspectos (saúde, educação, higiene etc.). A junção dessas esferas provocaria muitas melhorias, inclusive na área de saúde pública, tendo reflexos diretos na qualidade de vida, o que pode ser observado em algumas políticas públicas que já atuam nesta perspectiva.

Antes de iniciar a análise dos dados a respeito do saneamento cabe atentar para algumas das informações neles contidas. Neste sentido, salienta-se que os dados foram retirados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e obtidos a partir do trabalho das Equipes de Saúde da Família (ESF) e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Estes fazem o cadastramento das famílias através das visitas domiciliares juntamente aos procedimentos das Equipes de Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde ou no domicílio de onde são retiradas as informações de situação de saneamento, saúde e moradia. Além disso, a variável "número de famílias", à qual se referem os gráficos e tabelas, não equivale à população dos municípios isolados ou à sua totalidade na APA Litoral Norte (total dos municípios), mas sim ao número de famílias cadastradas nesses programas de saúde. Contudo, é possível encontrar as informações referentes ao contingente populacional dos municípios que compõem a APA no texto de Santos e Pinho, nesta publicação.

Abastecimento de água

Procedência da água

Inicialmente, é imprescindível entender as variáveis utilizadas e o que elas representam. Neste sentido, considerou-se "rede pública" o domicílio abastecido por água proveniente de uma rede geral no domicílio ou peridomicílio[3]. A variável "poço ou nascente" caracteriza aquele domicílio abastecido pela água que provém de poço ou nascente próprios e a "outra forma" é referente ao domicílio que é servido pela água de chuva, carro-pipa, ou é retirada de uma fonte pública, poço ou bica que esteja fora do domicílio ou peridomicílio. O abastecimento se refere ao número de domicílios com abastecimento de água, de acordo com a classificação do IBGE (BRASIL, 1994).

Partindo da observação do Gráfico 1, referente ao abastecimento de água nos municípios que compreendem a APA Litoral Norte, pode-se perceber que mais da metade do número de famílias cadastradas, o que equivale a 65,2%, é atendida pela rede pública de abastecimento. Em seguida vem o abastecimento através de poços ou nascentes com quase 30% do total.

[3] Peridomicílio corresponde à área existente ao redor do domicílio, num raio não superior a 100 metros.

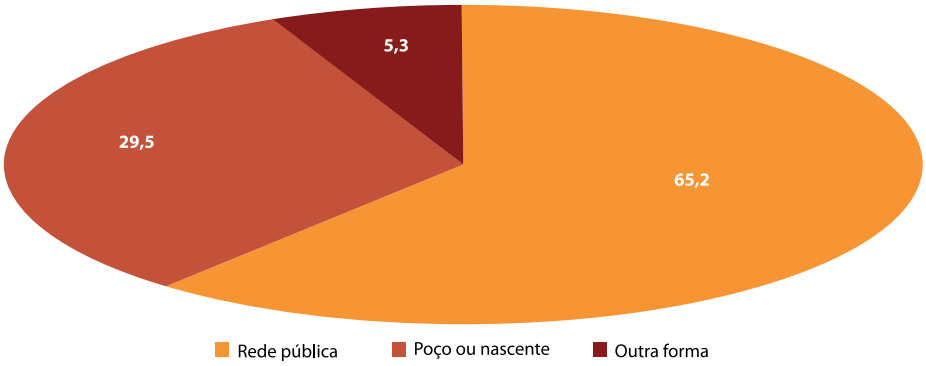


Gráfico 1
Participação do número de famílias atendidas por abastecimento de água
Municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.

Tendo em vista a Tabela 1, no que se refere ao abastecimento de água por município, pode-se perceber que, no sistema de rede pública, Esplanada conta com mais de 70% atendimento, o que equivale a uma porcentagem superior à encontrada em todos os municípios que compõem a APA Litoral Norte, com 65,2%. Ainda nesta perspectiva podemos observar que os municípios de Mata de São João e Entre Rios, com 66,7% e 66%, nesta ordem, apresentam valores percentuais próximos aos do total dos municípios analisados.

Já em Jandaíra, nota-se que o percentual encontrado na rede pública é o mais baixo, equivalendo a 52,8%. Neste município o percentual de famílias que são abastecidas por meio de poço ou nascente, ou de outra forma, diz respeito a 47,2%, o que mostra que boa parte da população ainda não tem este serviço de abastecimento público disponível. Destaca-se aqui em relação a este município o percentual referente ao abastecimento apenas por poço ou nascente que é de 42,4%, e representa o mais elevado neste quesito, seguido por Conde com 35,3%, município onde a rede pública atende 60% das famílias. Pode-se perceber que em relação ao abastecimento de água, todos os municípios que compreendem a APA Litoral Norte têm pouco mais da metade das famílias atendidas pela rede pública de abastecimento.

Tabela 1
Total absoluto e relativo do número de famílias atendidas por abastecimento de água
Municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Nºdefamílias	Abastecimento de água					
		Rede pública		Poço ou nascente		Outra forma	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	5.174	3.102	60,0	1.827	35,3	245	4,7
Entre Rios	7.595	5.009	66,0	2.228	29,3	358	4,7
Esplanada	5.605	3.969	70,8	1.478	26,4	158	2,8
Jandaíra	1.904	1.006	52,8	807	42,4	91	4,8
MatadeSão João	10.187	6.790	66,7	2.641	25,9	756	7,4
Total	30.465	19.876	65,2	8.981	29,5	1.608	5,3

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.

No que tange às outras formas de abastecimento (Tabela 1), os destaques são Esplanada (2,8%) e Mata do São João (7,4%), que apresentam o menor e o maior percentual, respectivamente, se comparados aos demais municípios (média de 4,7%) e à APA (5,3%). Conclui-se, portanto, que todos os municípios prestam o serviço público de abastecimento a mais da metade das famílias que estão cadastradas, contudo muitas ainda encontram-se fora deste contexto, um número superior a 10.000 famílias que têm direito de acesso a este serviço, mas ainda não foram beneficiadas.

Tratamento da água

O Gráfico 2 trata da participação do número de famílias atendidas por tratamento de água na APA, demonstrando o dado percentual de água tratada e sem tratamento. É importante ressaltar que ao falar em tratamento leva-se em conta apenas a água tratada que é clorada, fervida e filtrada. Pode-se notar que 63,4% do número de famílias dos municípios que compõem a APA Litoral Norte utilizam alguma técnica de tratamento da água, o que equivale a mais da metade do total de famílias. É válido lembrar que este tratamento de água do qual está se falando é na verdade uma técnica que é realizada nos domicílios.

A intenção é, portanto, demonstrar a importância desse serviço de saneamento para a saúde, que pode ser realizado pelo sistema público ou por uma empresa privada (aqui não se faz referência a isto). Contudo, utilizou-se neste estudo o tratamento feito apenas nos domicílios, não considerando o tratamento oferecido pela empresa fornecedora.

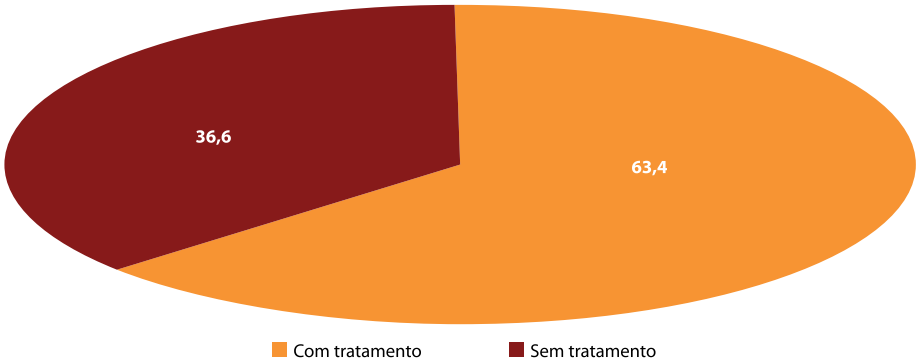


Gráfico 2
Participação do número de famílias atendidas por tratamento de água – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.

Ao analisar a dinâmica desse serviço nos municípios que compõem a APA Litoral Norte, verificou-se, na Tabela 2, que o número de famílias que têm a água tratada é superior ao das que utilizam água sem tratamento, o que já havia sido notado no Gráfico 2. Isso não significa que este tratamento seja eficiente ou satisfatório, tendo em vista que em municípios como Jandaíra e Mata de São João – que possuem uma diferença significativa nos números absolutos de famílias e valores relativos bem próximos – o número de famílias que se beneficiam por alguma dessas técnicas de tratamento de água (50,6% e 54,2%, respectivamente) é quase equivalente ao das que não têm tratamento (49,4% e 45,8%, respectivamente).

Por sua vez, os municípios Entre Rios e Esplanada, apresentam entre si uma diferença percentual mínima, mas quando comparados ao conjunto dos municípios que compreendem a APA (63,4%) demonstram um número proporcionalmente maior de famílias que possuem água com tratamento (73,7% e 73,5%, respectivamente).

Tabela 2
Total absoluto e relativo do número de famílias atendidas por tratamento da água – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Nº de famílias	Tratamento da água			
		Com tratamento		Sem tratamento	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	5.174	3.100	59,9	2.074	40,1
Entre Rios	7.595	5.596	73,7	1.999	26,3
Esplanada	5.605	4.122	73,5	1.483	26,5
Jandaíra	1.904	964	50,6	940	49,4
MatadeSãoJoão	10.187	5.525	54,2	4.662	45,8
Total	30.465	19.307	63,4	11.158	36,6

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.

O Gráfico 3 e a Tabela 3 colocam de forma mais específica a situação de saneamento, mas levando em consideração apenas as famílias que contam com o tratamento da água. Tendo isso em mente, os dados estão relacionados ao tratamento da água no domicílio, ou seja, dizem respeito ao tratamento da água realizado de forma contínua no domicílio.

O tratamento da água tem como objetivo melhorar a sua qualidade, eliminando substâncias nocivas à saúde, além de outras impurezas. Se não for tratada ela pode se tornar uma fonte de transmissão de doenças. Destaca-se, portanto, o controle da qualidade da água utilizada pela população como uma medida que objetiva principalmente garantir e preservar a saúde.

Assim, o Gráfico 3 traz que o tipo de tratamento de água mais realizado dentro dos domicílios é o método da filtragem, 76,4%. A água que é clorada vem em seguida com 20,9%, sendo que a quantidade de famílias que utiliza a fervura como método de tratamento de água é de apenas 2,4%.

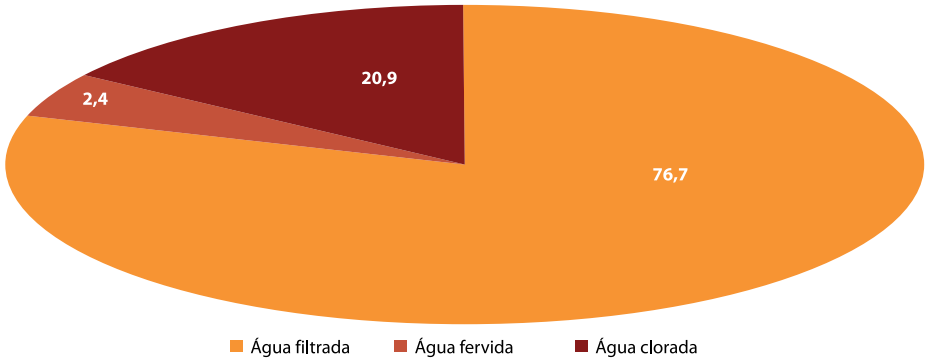


Gráfico 3
Participação do número de famílias atendidas por tipo de tratamento de água – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.

Na Tabela 3 verifica-se facilmente que em todos os municípios da APA Litoral Norte o tratamento predominante nos domicílios é a filtração da água com valores percentuais acima de 70%, sendo o mais expressivo o apresentado por Conde, 80,8%.

A fervura da água, enquanto método de tratamento, assume um valor bem mais baixo, seguindo a mesma lógica encontrada no total dos municípios que compreendem a APA; sobressai-se Mata de São João com a maior representatividade, 3,3%. A variável "água clorada" também apresenta números bem próximos se comparados os municípios entre si e em relação ao total. Observa-se que com exceção do Conde, todos os outros valores encontram-se entre 19,5% e 23,8%, demonstrando que há certa tendência dos municípios, ou seja, das famílias, em seguir uma mesma lógica de comportamento no que diz respeito à variável analisada.

Tabela 3
Total absoluto e relativo do número de famílias atendidas por tratamento da água – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Nº de famílias	Tipos de tratamento da água					
		Água filtrada		Água fervida		Água clorada	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	3.100	2.506	80,8	75	2,4	519	16,7
Entre Rios	5.596	4.215	75,3	98	1,8	1.283	22,9
Esplanada	4.122	3.235	78,5	82	2,0	805	19,5
Jandaíra	964	709	73,5	26	2,7	229	23,8
MatadeSãoJoão	5.525	4.152	75,1	182	3,3	1.191	21,6
Total	19.307	14.817	76,7	463	2,4	4.027	20,9

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.

Esgotamento sanitário

Dentre os serviços de saneamento selecionados para este estudo está o esgotamento sanitário, que é de fundamental importância para a observação desse elemento da infraestrutura. Partindo para a interpretação do Gráfico 4, que refere-se aos municípios que abrangem a APA Litoral Norte, observa-se que o serviço da rede geral de esgotamento sanitário abarca somente 6,7% do total de domicílios cadastrados. Assim sendo, essa avaliação revelou que a maior proporção das pessoas possui o sistema de fossa como solução, o que equivale a 69,3% do total. O esgoto a céu aberto fica com o segundo maior percentual, que corresponde a 24%.

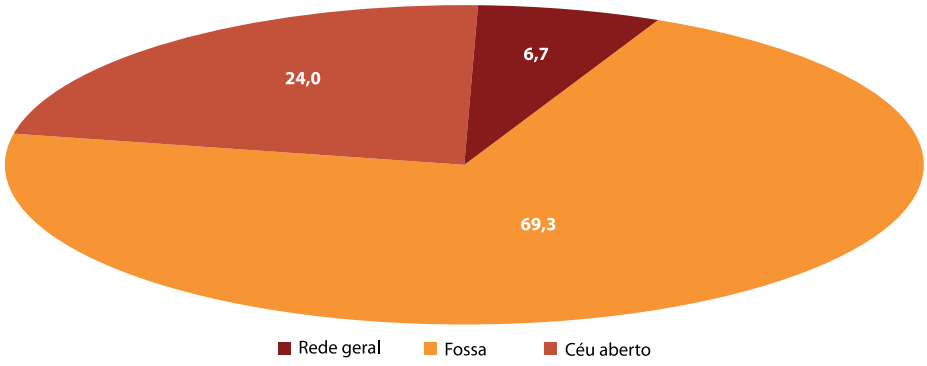


Gráfico 4
Participação do número de famílias atendidas por esgotamento sanitário – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.

A Tabela 4 traz de forma mais detalhada a representação deste serviço nos municípios que compreendem a APA, fornecendo uma ideia geral a respeito da situação de saneamento e, mais especificamente, do sistema de esgoto, presente ou não. A referência aqui é feita ao número de domicílios de acordo com o destino final dos dejetos.

Assim, é possível notar que, em todos os municípios da APA, a maioria das famílias deposita os dejetos provenientes de suas residências na fossa[4] (qualquer tipo de fossa), seguida do esgoto a céu aberto e por último a rede geral (rede pública de esgoto).

Tabela 4
Total absoluto e relativo do número de famílias atendidas por esgotamento sanitário
Municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Nº de famílias	Esgotamento sanitário					
		Rede geral		Fossa		Céu aberto	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	5.174	28	0,5	3.335	64,5	1.811	35,0
Entre Rios	7.595	97	1,3	5.852	77,1	1.646	21,7
Esplanada	5.605	39	0,7	4.779	85,3	787	14,0
Jandaíra	1.904	32	1,7	1.099	57,7	773	40,6
Mata de São João	10.187	1.846	18,1	6.037	59,3	2.304	22,6
Total	30.465	2.042	6,7	21.102	69,3	7.321	24,0

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.

Ainda segundo os dados contidos na Tabela 4, o maior percentual de famílias que têm o esgoto canalizado em rede pública de esgotamento sanitário encontra-se em Mata de São João, com aproximadamente 18% – um número expressivo se comparado aos demais municípios –, ao passo que o menor valor, 0,5%, é encontrado em Conde. No que se refere ao esgoto a céu aberto (na rua, no quintal, em um riacho etc.), o que chama a atenção é justamente o valor encontrado em Esplanada, 14%, que corresponde ao menor, ficando inclusive abaixo do observado para o total dos municípios integrantes da APA, 24%. O percentual mais alto está presente em Jandaíra e equivale a 40%, valor bem próximo ao apresentado por Conde, 35%.

Observa-se que a quantidade de dejetos deixados a céu aberto é bastante elevada, chegando, em alguns municípios, a corresponder a quase 50% dos domicílios, na medida em que a rede pública atende um percentual muitas vezes irrelevante de famílias, em alguns casos menos de 1% do total. Esse panorama demonstra as deficiências desses municípios, alguns em grau menos elevado que outros, no que diz respeito aos serviços básicos de infraestrutura, como é o caso do esgotamento.

[4] O site do Datasus, de onde foram obtidas as informações, não identifica o tipo de fossa.

Destino do lixo

No que concerne ao destino do lixo, é necessário entender a importância deste serviço, principalmente para os centros urbanos, tendo em vista problemas como a contaminação dos lençóis freáticos, riscos de doenças infecciosas, entre outros, que ele pode provocar se não seguir a destinação adequada e não for devidamente tratado. Afinal, muitas vezes estes resíduos sólidos vão parar em terrenos baldios e outras áreas que não têm condições alguma de mantê-los.

Assim, pode-se ver no Gráfico 5 diferentes formas de destinação do lixo. A primeira delas é o lixo coletado por serviço, empresa pública ou particular, a segunda é o queimado ou enterrado e a terceira é o lixo que é jogado a céu aberto.

Nota-se que mais da metade dos domicílios da APA tem como destino do seu lixo a coleta (55%). Os outros 45% estão divididos entre o que é queimado ou enterrado (27,8%) e o que é jogado a céu aberto (17,2%).

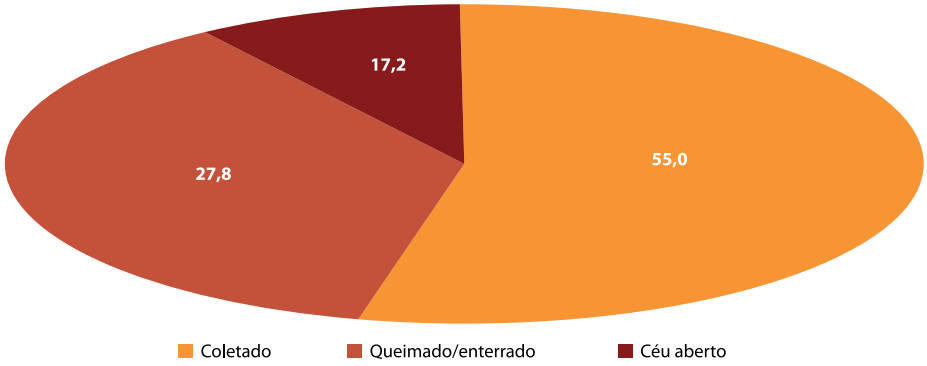


Gráfico 5
Participação do número de famílias atendidas por destinação do lixo – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.

Partindo para a observação da Tabela 5, que permite uma análise de forma mais apurada dos municípios que constituem a APA Litoral Norte, pôde-se perceber, por exemplo, que em Jandaíra o número de famílias que tem como destino do lixo a coleta é de 35%, praticamente o mesmo que é encontrado a céu aberto (35,3%), o que demonstra a precariedade deste serviço, principalmente neste município. Nos demais se constatou que o maior percentual do lixo é coletado. Além de Jandaíra, só fica abaixo do valor total dos municípios da APA (55%) o município de Conde, com aproximadamente 46,3%.

No que diz respeito ao lixo queimado ou enterrado, destaca-se Entre Rios com o menor valor (19,9%) e Conde com o mais elevado (35,6%), sendo que quando o lixo tem este tipo de destinação, também inadequada, não deixa de ser prejudicial, pois pode contaminar o ar (lixo queimado), o solo e a água (lixo enterrado). Os demais aparecem com uma média que

se aproxima do percentual estabelecido na APA Litoral Norte, 27,8%. Apesar disso, em boa parte das cidades o lixo coletado normalmente é levado para os lixões, onde pode ser reciclado, reaproveitado ou simplesmente deixado a céu aberto; os aterros sanitários são menos frequentes nessa região. Vale lembrar, no entanto, que nos referimos aqui neste trabalho, especificamente, ao destino que é dado ao lixo nos domicílios cadastrados.

Na variável "céu aberto", além do aspecto já citado em relação a Jandaíra, houve uma maior discrepância entre a situação apresentada para cada município. Assim sendo, os que apresentam o menor percentual são Mata de São João e Esplanada, com 10,1% e 13%, respectivamente, seguidos do Conde, que mais se aproxima do percentual do total dos participantes da APA (17,2%), com 18,2%. Destaca-se que o lixo a céu aberto, além de apresentar o problema da poluição ambiental, pois alguns materiais demoram anos para se decompor, gera outros agravantes que afetam a saúde das pessoas que ficam expostas ou em contato com ele.

Tabela 5
Total absoluto e relativo do número de famílias atendidas por destinação do lixo – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Nº de famílias	Destino do Lixo					
		Coletado		Queimado/enterrado		Céu aberto	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	5.174	2.393	46,3	1.841	35,6	940	18,2
Entre Rios	7.595	4.223	55,6	1.508	19,9	1.864	24,5
Esplanada	5.605	3.314	59,1	1.563	27,9	728	13,0
Jandaíra	1.904	667	35,0	564	29,6	673	35,3
MatadeSãoJoão	10.187	6.171	60,6	2.984	29,3	1.032	10,1
Total	30.465	16.768	55,0	8.460	27,8	5.237	17,2

Fonte: Datasus. Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.

SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA: A SAÚDE

Para a análise quantitativa da prestação de serviços de saúde em determinada região, se faz necessário observar os tipos de estabelecimentos e, por conseguinte, sua distribuição entre os municípios, além de se ter a noção de quem são os prestadores desses serviços.
Observando a dinâmica dos municípios da APA Litoral Norte, no que se refere aos tipos de estabelecimentos de saúde, que são definidos tomando por base as atividades profissionais e os serviços oferecidos à população, verificou-se um percentual maior de centros de saúde[5], aproximadamente 45%, ao passo que a segunda maior representatividade corresponde à soma dos estabelecimentos que aparecem em menor proporção nesta região (Outros tipos), como pode ser visualizado no Gráfico 6.

[5] Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde: Unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista nestas áreas. Podendo ou não oferecer: SADT e Pronto atendimento 24 Horas.

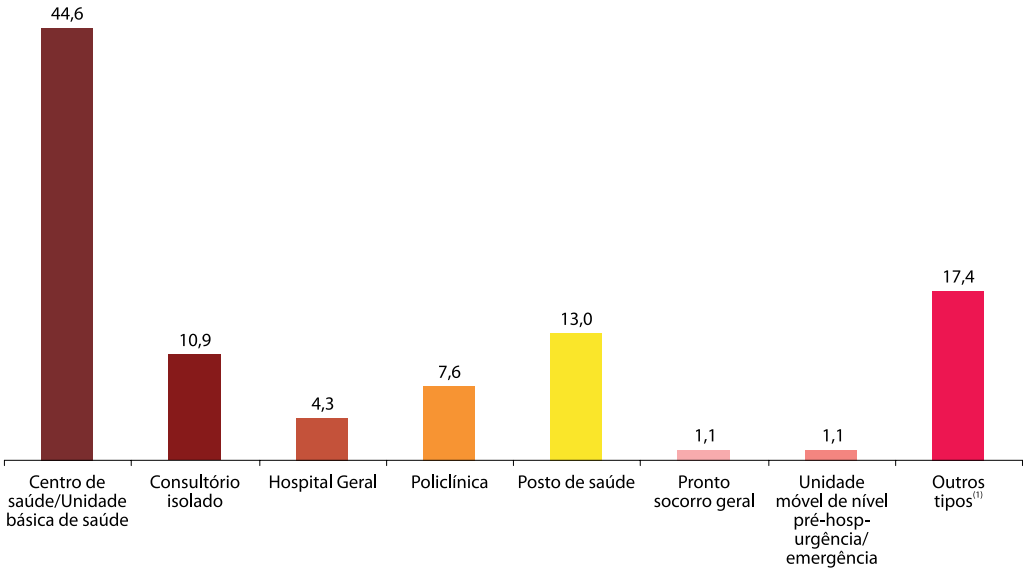


Gráfico 6
Participação dos tipos de estabelecimentos de saúde – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: CNES – Estabelecimento por tipo – Bahia.
(1) Centro de parto, Central de regulação de serviços de saúde; Clínica especializada/ambulatório especializado; Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia; Unidade de vigilância em saúde; Unidade mista.

Além disso, nota-se que o percentual de pronto socorro geral e de unidade móvel de nível pré-hospitalar urgência/emergência são os que apresentam valores menores, ambos 1,1% (Gráfico 6). Entretanto, observando os municípios separadamente, percebe-se que esses mesmos estabelecimentos de saúde estão todos em Mata de São João, representando 4% cada um (Tabela 6).

Seguindo esta linha, a partir da Tabela 6, apenas os municípios de Entre Rios e Esplanada possuem representação de centro de saúde menor que a encontrada no total dos municípios da APA Litoral Norte, 33,3 e 37,5%, respectivamente. Sob uma visão geral, percebe-se que estes municípios, com relação aos demais da APA Litoral Norte, são os que apresentam valores percentuais mais semelhantes no que se refere aos tipos de estabelecimentos de saúde.

Com relação a Jandaíra, observa-se que só há dois tipos de estabelecimentos, centros de saúde e postos de saúde (50% de cada um deles), sendo que este último possui representatividade proporcionalmente maior que a do total dos municípios da APA Litoral Norte. Da leitura dos dados contidos na Tabela 6, verifica-se também que o conjunto dos municípios da APA, bem como cada um deles separadamente, com exceção de Jandaíra, apresentam os maiores valores percentuais para os de centros de saúde, conforme dito anteriormente.

Tabela 6
Total relativo dos tipos de estabelecimentos de saúde – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Tipos de estabelecimento							
	Centrodesaúde/ Unidade básica de saúde	Consultório isolado	Hospital geral	Policlínica	Posto de saúde	Pronto socorro geral	Unidade móvel de nível pré-hosp-urgência/ emergência	Outros tipos*
Conde	69,2	7,7	0,0	7,7	7,7	0,0	0,0	7,7
EntreRios	33,3	16,7	4,2	16,7	12,5	0,0	0,0	16,7
Esplanada	37,5	20,8	4,2	4,2	12,5	0,0	0,0	20,8
Jandaíra	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0
MatadeSão João	48,0	0,0	8,0	4,0	8,0	4,0	4,0	24,0
Total	44,6	10,9	4,3	7,6	13,0	1,1	1,1	17,4

Fonte: CNES – Estabelecimentos por tipo – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.
(*) Outros tipos: Centro de parto, Central de regulação de serviços de saúde; Clínica especializada/ambulatório especializado; Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia; Unidade de vigilância em saúde; Unidade mista.

Os estabelecimentos de saúde, descritos na Tabela 6 por sua distribuição nos municípios que compõem a APA Litoral Norte, podem ser caracterizados quanto ao tipo de prestador – público, filantrópico ou privado –, como verificado no Gráfico 7.

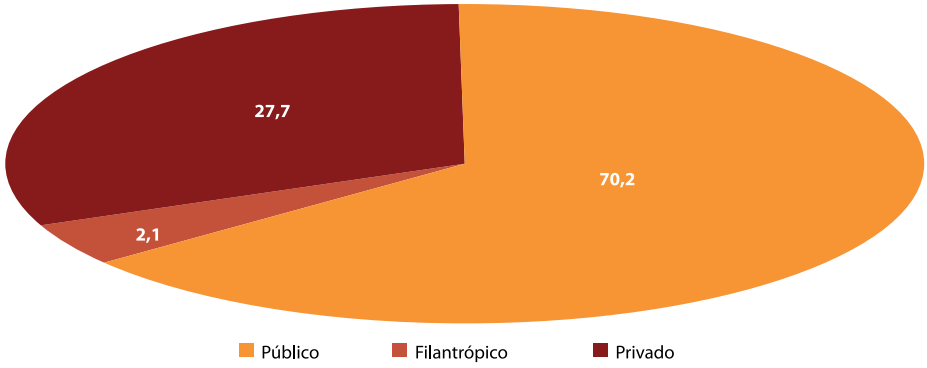


Gráfico 7
Participação dos tipos de prestadores de serviços de saúde – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Fonte: CNES – Estabelecimento por tipo – Bahia, 2008.

Nota-se que os serviços de saúde são majoritariamente oferecidos pelo setor público (70,2%), sendo que o percentual dos serviços de saúde filantrópicos (2,1%) encontra-se distribuído apenas entre Conde e Esplanada (Gráfico 7 e Tabela 7).

Ressalta-se, portanto, que nos municípios de Conde e Mata de São João há uma distância acentuada nos valores que representam os serviços prestados pelo setor público e pelo setor privado, condição ainda mais destacada em Jandaíra, onde 100% dos serviços são prestados pelo setor público. Ao mesmo tempo, os serviços prestados pelo capital privado estão mais concentrados nos municípios de Entre Rios e Esplanada (Tabela 7).

Tabela 7
Total relativo dos tipos de prestadores de serviços de saúde – municípios da APA Litoral Norte – 2008

Municípios	Tipo de prestador		
	Público	Filantrópico	Privado
Conde	84,6	7,7	7,7
Entre Rios	62,5	0,0	37,5
Esplanada	52,0	4,0	44,0
Jandaíra	100,0	0,0	0,0
Mata de São João	80,8	0,0	19,2
Total	70,2	2,1	27,7

Fonte: CNES – Estabelecimentos por tipo – Bahia, 2008.
Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCba.def>. Acesso em: 29 out. 2008.

Visto isso, faz-se importante lembrar da necessidade de compreensão desses dados por parte do poder público, a fim de tornar a oferta dos serviços de saúde mais eficiente, uma vez que a maior parte da população dos municípios que compõem a APA Litoral Norte recorre ao setor público em busca de atendimento de saúde. Este serviço eficiente inclui não só aumentar o número de estabelecimentos e equipamentos, mas também o quadro de funcionários. A formulação de políticas públicas nestes municípios, voltadas para garantir que toda a população, uma vez precisando, tenha acesso à rede pública de saúde, constitui-se em um dos meios possíveis de elevar a qualidade destes serviços.

SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA: A EDUCAÇÃO

A fim de compreender como se dá a prestação dos serviços de educação nos municípios que compreendem a APA Litoral Norte, se faz mister verificar a quantidade de estabelecimentos em cada nível de ensino e, em consonância, identificar se estes serviços estão sendo prestados pelo setor público ou privado. Para tanto, não se deve desconsiderar que, de acordo com o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), compete ao município, prioritariamente, a responsabilidade pelo ensino pré-escolar e fundamental, ao passo que ao estado e à União cabem, como prioridade, o ensino médio e a educação superior, respectivamente.

No Gráfico 8 observa-se que das instituições de ensino pré-escolar, 89,2% são oferecidos pela rede pública.

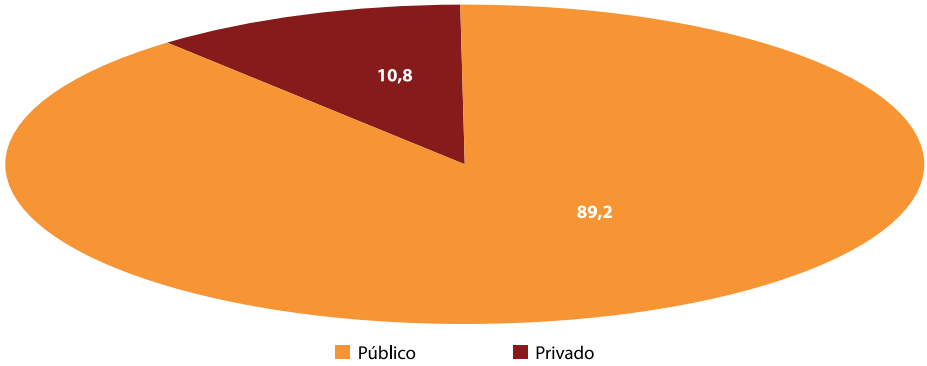


Gráfico 8
Participação dos estabelecimentos de ensino pré-escolar – municípios da APA Litoral Norte – 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Todos os estabelecimentos encontrados em Jandaíra e Mata de São João, como pode ser visto na Tabela 8, são financiados pelo setor público municipal, enquanto que Conde, Entre Rios e Esplanada apresentam valores proporcionalmente mais baixos do que o valor total do conjunto dos municípios da APA Litoral Norte. Ademais, estes três últimos municípios em conjunto representam os 10,8% de estabelecimentos privados dos municípios da APA Litoral Norte vistos no Gráfico 8.

Tabela 8
Número de estabelecimentos de ensino pré-escolar – municípios da APA Litoral Norte
2007

Municípios	Total	Escolas – Ensino pré-escolar			
		Pública – municipal		Privada	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	24	20	83,3	4	16,7
Entre Rios	59	49	83,1	10	16,9
Esplanada	14	12	85,7	2	14,3
Jandaíra	16	16	100,0	0	0,0
MatadeSãoJoão	35	35	100,0	0	0,0
Total	148	132	89,2	16	10,8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 29 out. 2008.

NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Ainda considerando os dados contidos na Tabela 8, é possível inferir que, embora Conde e Entre Rios tenham valores que variam em décimos percentuais, no que se refere aos estabelecimentos de ensino pré-escolares públicos (83,3 e 83,1%) e privados (16,7 e 16,9%), em termos absolutos, nota-se que Entre Rios possui pouco mais que o dobro de escolas com ensino pré-escolar que o número existente em Conde, nas duas esferas.

De acordo com o Plano Nacional da Educação (PNE), o número de estabelecimentos específicos para atender crianças de zero a seis anos na educação infantil vem crescendo de forma acelerada em todo o Brasil, entre outros motivos, pela necessidade dos pais de terem quem cuide de seus filhos pequenos enquanto trabalham fora de casa. Uma vez que o crescimento do turismo nos municípios em estudo tem aumentado a demanda por mão de obra, a tendência é que se aumente também a demanda por instituições de ensino pré-escolar. A proposta do Plano é que os estabelecimentos de educação infantil situem-se em áreas necessitadas, onde se encontram as crianças de famílias com renda mais baixa, oferecendo o atendimento em tempo integral àquelas de menor idade (creche), e cuidando para que esta prioridade não reduza a qualidade do serviço. Esta preocupação com a qualidade do serviço estende-se também ao espaço físico, posto que muitos dos estabelecimentos funcionam ainda como anexos de escolas fundamentais, fazendo com que as crianças dividam o espaço externo com muitos outros alunos maiores, o que pode pôr sua segurança em risco.

No que concerne aos estabelecimentos de ensino fundamental, bem como para o pré-escolar, a maior parte são da rede pública municipal (88,2%), diferindo pela inserção da esfera pública estadual, com um percentual de 5,3%. Somados, estes valores nos indicam que o setor público provê 93,5% dos estabelecimentos de ensino fundamental nos municípios da APA Litoral Norte, conforme Gráfico 9.

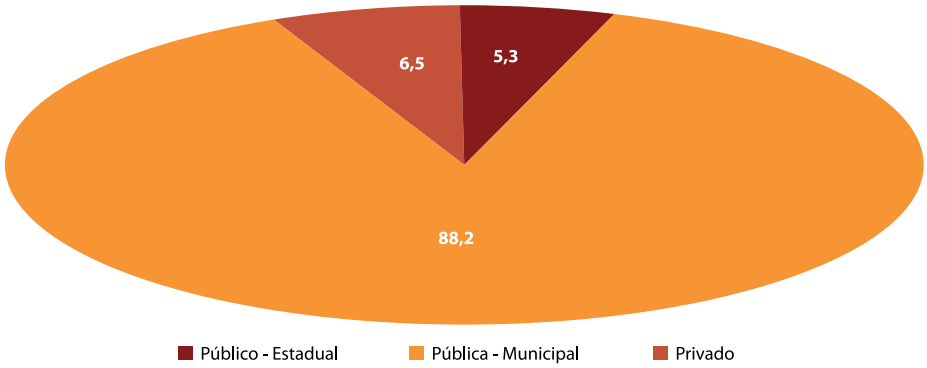


Gráfico 9
Participação dos estabelecimentos de ensino fundamental – municípios da APA Litoral Norte – 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Dessa forma, percebe-se, através da Tabela 9, que a maior quantidade de estabelecimentos desse nível de ensino encontra-se em Entre Rios, 80 escolas, justamente onde a porcentagem de estabelecimentos privados representa, proporcionalmente, quase o dobro do valor total dos municípios da APA Litoral Norte, ao passo que os percentuais de estabelecimentos públicos, estadual e municipal, encontram-se abaixo do apresentado para a totalidade da APA. De encontro ao verificado em Entre Rios, em Jandaíra todos os estabelecimentos de ensino fundamental são da rede pública. Além disso, Jandaíra e Conde possuem a mesma quantidade absoluta de estabelecimentos públicos estaduais, dois cada um, porém, vendo este dado em termos relativos, observa-se que Jandaíra está mais acima da média do conjunto dos municípios da APA que Conde. Já em Entre Rios, Esplanada e Mata de São João, que também possuem a mesma quantidade de estabelecimentos públicos estaduais, três cada um, quando comparados em termos relativos, depreende-se que apenas Mata de São João, com 6,4%, apresenta percentual acima do apresentado pelo total dos municípios que compõem a APA Litoral Norte.

Tabela 9
Número de estabelecimentos de ensino fundamental – municípios da APA Litoral Norte – 2007

Municípios	Total	Escolas – Ensino fundamental					
		Pública				Privada	
		Estadual		Municipal			
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	28	2	7,1	24	85,7	2	7,1
Entre Rios	80	3	3,8	67	83,8	10	12,5
Esplanada	68	3	4,4	63	92,6	2	2,9
Jandaíra	22	2	9,1	20	90,9	0	0,0
MatadeSãoJoão	47	3	6,4	42	89,4	2	4,3
Total	245	13	5,3	216	88,2	16	6,5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 29 out. 2008.
NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Como mencionado, e visualizado na Tabela 9, os estabelecimentos de ensino fundamental são majoritariamente públicos, sobretudo públicos municipais, sendo que os valores percentuais de escolas públicas municipais em cada um dos municípios em questão estão bem próximos ao do conjunto da APA Litoral Norte, com variações pouco representativas. Entre Rios e Esplanada são os municípios que possuem, em termos absolutos, os maiores quantitativos de escolas públicas municipais de ensino fundamental, 67 e 63 escolas, respectivamente.

O PNE diagnosticou um problema que atinge sobremaneira o ensino fundamental, sobretudo no Nordeste do Brasil. Há um inchaço neste nível de ensino resultante do alto índice de reprovação e também de evasão, e o tempo que os discentes levam para concluir este período, que deveria ser de oito anos, se torna muito maior, levando em média dez anos, ou mais que isso, pressupondo uma discrepância entre a série e a idade de muitos desses alunos.

O fato a ser observado é que essa "distorção idade-série" (PNE) merece atenção especial do Poder Público, porque além de ser este um fenômeno inerente às instituições públicas, até quando este problema não for resolvido, deve-se cuidar para que a infraestrutura comporte essa demanda com qualidade.

Embora exista esse inchaço no ensino fundamental, a maior demanda tende a ser mesmo pelo ensino médio, tendo em vista a queda da taxa de natalidade observada há alguns anos no Brasil. Isso pressupõe que haverá uma procura menor pelas séries iniciais na medida em que a procura pelas instituições que oferecem os últimos anos de ensino será maior.

Para os estabelecimentos de ensino médio observa-se uma situação um pouco diferente do que ocorre com o ensino fundamental, posto que há uma inversão, e a porcentagem de estabelecimentos públicos estaduais se torna mais representativa que a de públicos municipais, como pode ser visto no Gráfico 10. Ainda assim, o número de estabelecimentos públicos, entre estaduais e municipais, acompanha a tendência dos outros tipos de estabelecimentos de ensino, representando um total de 86,7%, contra os 13,3% equivalente aos estabelecimentos particulares.

O PNE já mencionou o crescimento do ensino médio, verificando que este se deu com o aumento do número de matrículas nas instituições públicas, ao passo que tem diminuído o número de matrículas neste nível de ensino em instituições particulares. Esse caráter público do ensino médio pode ser verificado também nos municípios que compõem a APA Litoral Norte, conforme o visto no Gráfico 10, em que é mínima a representatividade das instituições particulares, quando comparadas às instituições públicas. Além disso, o Plano tem entre suas metas aumentar o número de escolas públicas de ensino médio, além do reordenamento das já existentes, cuidando de separá-lo da educação infantil e pelo menos das quatro séries iniciais do ensino fundamental.

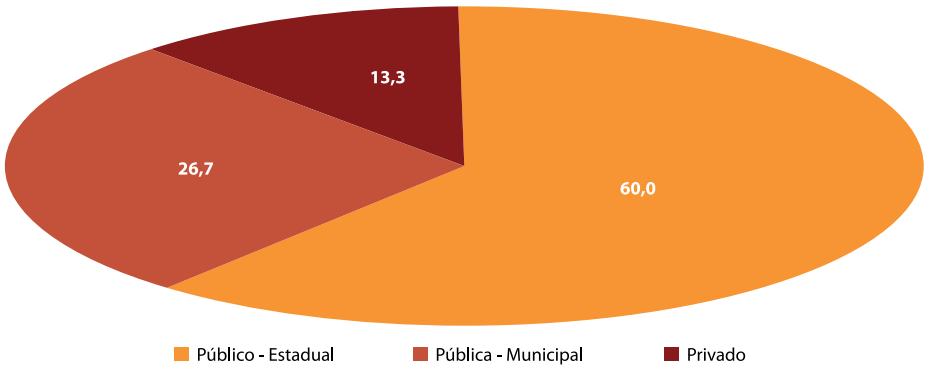


Gráfico 10
Participação dos estabelecimentos de ensino médio – municípios da APA Litoral Norte – 2007

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

É importante salientar que o percentual de 13,3% apresentado para os estabelecimentos particulares de ensino médio no conjunto dos municípios observados equivale a apenas duas escolas, uma em Entre Rios e outra em Esplanada (Gráfico 10 e Tabela 10). Ou seja, três dos municípios da APA – Conde, Jandaíra e Mata de São João – possuem apenas estabelecimentos públicos oferecendo o ensino médio, sendo que apenas em Mata de São João encontra-se uma escola de ensino médio da rede pública municipal; em Conde e em Jandaíra, todas as instituições de ensino médio são públicas estaduais (Tabela 10).

Tabela 10
Número de estabelecimentos de ensino médio – municípios da APA Litoral Norte
2007

Municípios	Total	Escolas – Ensino médio					
		Pública				Privada	
		Estadual		Municipal			
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Conde	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Entre Rios	4	2	50,0	1	25,0	1	25,0
Esplanada	5	2	40,0	2	40,0	1	20,0
Jandaíra	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
MatadeSãoJoão	4	3	75,0	1	25,0	0	0,0
Total	15	9	60,0	4	26,7	2	13,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 29 out. 2008.
NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

A Tabela 10 permite visualizar não apenas a distribuição dos estabelecimentos de ensino médio nos municípios da APA Litoral Norte, mas também a baixa proporção desse tipo de estabelecimento com relação aos estabelecimentos de ensino pré-escolar e, principalmente, de ensino fundamental, conforme apresentado nas interpretações anteriores. Chama atenção a ausência de estabelecimentos de ensino superior em todos os municípios que comportam a APA Litoral Norte, o que pressupõe a ausência do governo federal como principal provedor de serviços de educação nesta região.

O PNE prevê uma explosão de demanda por ensino superior, sobretudo por parte de alunos carentes, em razão das melhorias no ensino médio, de fatores demográficos e do aumento das exigências do mercado de trabalho. Este torna-se, então, um fator de preocupação para os municípios em questão, uma vez que nestas áreas o crescimento do turismo tem aumentado as oportunidades de trabalho, porém absorvendo para as funções que exigem maior especialização – e por conseguinte mais rentáveis – a mão de obra migrante. Aos moradores da localidade ficam mais acessíveis os trabalhos precarizados, que não exigem grau elevado de escolaridade e têm baixa remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as reflexões empreendidas a partir dos dados apresentados, cabem aqui, para finalizar, algumas considerações a fim de contextualizar a revisão bibliográfica com a interpretação dos dados referentes aos serviços de infraestrutura nos municípios que compõem a APA Litoral Norte.

Primeiro é importante notar que os serviços que foram aqui tratados estão atrelados principalmente aos tipos de infraestrutura definidos como básica e urbana, e pretendem atender fundamentalmente às necessidades dos moradores locais.

Outro aspecto relevante para a análise é o fato observado de que, nos municípios da APA, os serviços de saneamento básico, saúde e educação são oferecidos, principalmente, pelo setor público. Por conseguinte, a participação do capital privado no financiamento destes serviços, em alguns casos, chega a ser insignificante ou mesmo nula, como é o caso dos estabelecimentos de ensino médio em Esplanada, que têm apenas uma instituição particular, o equivalente a 20% do total de estabelecimentos do município, ou dos estabelecimentos de saúde em Jandaíra, que são 100% públicos.

Mais uma vez, alerta-se para o fato de que as informações recolhidas tanto no Datasus quanto no IBGE não nos permite qualificar os serviços, se eles estão sendo oferecidos de forma equitativa, ou em quantidade suficiente, ao tamanho da população ou à faixa etária correspondente ao serviço prestado. Supõe-se, ao menos, que todos tenham acesso a eles, como estabelece a Constituição, uma vez que estes serviços trazem impactos diretos à vida da população, que se não for bem assistida, tende a sofrer por diversos outros problemas correlacionados. Tomando-se por base a precarização do saneamento básico, percebem-se consequências negativas na saúde da população e também no meio ambiente, já que um esgoto a céu aberto, por exemplo, traz danos tanto ao espaço quanto à vida das pessoas que convivem nele, tornando-as mais vulneráveis a doenças. É nesse sentido que a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, ao definir seus princípios fundamentais através do inciso VI do artigo 2º, declara, entre eles:

> VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida para as quais o saneamento básico seja fator determinante (BRASIL, 2007).

Assim, é importante notar, no que tange à disponibilidade dos serviços de infraestrutura, que quando eles não atendem à demanda da população, levam as pessoas, isoladas ou em conjunto, a buscar outros meios que supram suas necessidades. Algumas terminam então procurando assistência médica (mais frequentemente) ou educacional em outras cidades. Isso pode ser notado, por exemplo, em municípios localizados próximos a centros urbanos que têm um aparato mais eficiente ou de maior abrangência, como é o caso de Lauro de Freitas, Camaçari e, mesmo, Salvador para os municípios da APA, principalmente quando o acesso

é mais fácil, por ser o mais próximo ou por ter um melhor serviço de vias e transporte. Pode haver ainda o apoio do poder público local na busca de melhores condições dos serviços de saúde e educação, como é o caso de Esplanada, em que os postos de saúde, onde são feitos os diagnósticos, encaminham os pacientes, em caso de necessidade, para a Casa de Apoio situada no Campo da Pólvora, em Salvador.

No caso do saneamento, por ser um serviço intransferível, as pessoas criam alternativas imediatas que acabam por gerar outros tipos de problemas: a falta de um sistema de esgotamento sanitário, por exemplo, leva pessoas a depositarem seus dejetos em locais abertos como rios, lagos e outros, que são muitas vezes utilizados com outras finalidades, tais como banho, pondo em risco as condições ambientais, de saúde e higiene, quando não, agravando-as.

Toda essa discussão mostra a relevância da infraestrutura como um sistema de serviços necessários e fundamentais para o desenvolvimento das funções básicas e urbanas do município. Ademais, a eficiência desses serviços serve ainda como elemento motivador do desenvolvimento econômico e social, tendo em vista os benefícios por eles trazidos, propiciando aos moradores melhor qualidade de vida e podendo servir como estímulo à atividade turística.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson A. ; SERRA, Rodrigo Valente. *A cidade global São Paulo/Rio de Janeiro*: uma análise de suas infra-estruturas. Abril 1999. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=%22A+CIDADE+GLOBAL+S%C3%83O+PAULO/+RIO+DE+JANEIRO+:+UMA+AN%C3%81LISE+DE+SUAS+INFRA-ESTRUTURAS+%22&hl=pt-BR&um=1&ie=UTF-8&oi=scholart>. Acesso em: 9 set. 2008>.

BARBOSA, Luiz Gustavo M.; MARTELOTTE, Marcela C.; ZOUAIN, Deborah Moraes. *Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local*. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/revistaoit/asp/dsp_lst_artigos_edicao.asp?coded=43.> Acesso em: 29 out. 2008.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário.Oficial da União,* Brasília-DF. 23 dez.1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. PNE – Plano Nacional da Educação. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/Plano_Nacional_Educ.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

CASA de apoio Esplanada acolhe a todos que vêm buscar recuperação. Disponível em: <http://agenciadenoticiasupd.blogspot.com/2006/12/casa-de-apoio-de-esplanda-acolhe.html>. Acesso em: 13 nov. 2008.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; FREIRE, Carla Regina Ferreira. O turismo do município de Itacaré (BA): uma aplicação da análise fatorial para estimar os fatores determinantes da oferta turística na alta estação do ano de 2006. *Revista Desenbahia*, Salvador, v. 5, n. 9, p. 117- 142, set. 2008.

CRUZ, Fabrício Oliveira; SILVA, Orlando Monteiro da; LIMA, João Eustáquio de. Infra-estrutura e desenvolvimento regional: uma análise multivariada dos estados brasileiros no período de 2000 a 2004. *Revista Desenbahia*, Salvador, v. 5, n. 9, p. 175-204, set. 2008.

DIAGNÓSTICO tecnológico do turismo de Palame e Baixio 2004. Disponível em: <http://www2.ba.sebrae.com.br/banco/documentos/biblioteca/DTT%20BAIXIO%202.pdf.>. Acesso em: 12 set. 2008.

DIAS, Patrícia Chame. Moradia na Bahia: comparações e reflexões. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia* .Salvador: SEI, 2008. p. 55-87. (Série estudos e pesquisas, 80).

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA. A estratégia turística da Bahia: 1991-2005. Salvador: Omar G., 2000. 120 p. (Coleção Selo Turismo, 1).

FAGUNDES, Maria Emília M. Investimentos em infra-estrutura. In: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Tendências da economia baiana* Salvador: SEPLANTEC, 2000. (Séries Estudos Estratégicos).

FUCCI, Rosa Maria. Aspectos da infra-estrutura sócio-econômica. *Boletim Sobre População, Emprego e Renda no Nordeste*, Recife: SUDENE / Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência Saúde Coletiva*, 1998. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v3n2/7152.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28. (Série estudos e pesquisas, 82).

REZENDE, Fernando; PAULA, Tomás Bruginski de (Coords.). *Infra-estrutura*: perspectivas de reorganização; casos estaduais. Brasília: IPEA, 1997. 275 p.

_____. *Infra-estrutura*: perspectivas de reorganização; financiamento. Brasília: IPEA, 1998. 205 p.

SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica – Ministério da Saúde. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/siabcBA.def. Acesso em: 15 set. 2008.

SILVA, Jorge Antônio. *A localização das atividades turísticas no espaço*: uma análise sob a perspectiva do desenvolvimento urbano-regional. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2005/jass-espac.htm>. Acesso em: 15 set. 2008.

VINHAES, Elbia. O Novo papel do Estado nos setores de infraestrutura: reflexões sobre regulação e regulamentação. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23., 1999, Foz do Iguaçu (Pr). *Anais*… Foz do Iguaçu(Pr): ANPAD, 1999. 1 CD-Rom.

PARTE II

SEP

82

Série Estudos e Pesquisas

DISTRITO DE AÇU DA TORRE
(MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO)

O TURISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Ivana Tavares Muricy *
Cândida Ribeiro Santos **

Na atualidade, o turismo se constitui num dos principais responsáveis pelos intercâmbios entre as sociedades ao conectar pessoas residentes nos mais distintos cantos do mundo. Nunca na história da humanidade foram verificados tantos deslocamentos de caráter provisório com tão variadas motivações, como as culturais, de lazer, de entretenimento, religiosas e de negócio[1]. O contato entre pessoas de culturas distintas costuma provocar modificações nos universos cognitivos e simbólicos, bem como nas práticas cotidianas. Com o turismo estas transformações são ainda mais intensas, uma vez que as relações sociais estabelecidas são, em geral, assimétricas e, muitas vezes, colocam em contato pessoas com culturas bastante diferenciadas. A inserção do turismo nas localidades, muitas vezes, provoca profundas modificações na configuração socioespacial dos núcleos receptores diante da necessidade de adequar a estrutura preexistente às demandas do setor, o que tem sido denominado por alguns estudiosos de "turistificação". Assim, embora o turismo provoque modificações nos núcleos emissores, as maiores transformações se concentram nos núcleos receptores.

Até a década de 1970, com o predomínio de uma visão idílica do turismo, os efeitos da atividade tanto nos núcleos emissores quanto nos receptores eram percebidos apenas em seus aspectos positivos. Enfatizava-se, sobretudo o potencial da atividade para a dinamização econômica dos núcleos receptores, com a geração de emprego diretos e indiretos, que levariam a uma melhor distribuição da renda. A contribuição do turismo para a preservação do meio ambiente, bem como para a manutenção da paz entre os povos, também encontrava-se presente nos discursos otimistas. O turismo era, então, considerado como "uma indústria limpa", capaz de conduzir os países que se encontravam a margem dos centros dinâmicos e de poder do mundo capitalista ao estágio de desenvolvimento almejado por todas as nações que se encontravam articuladas ao modelo hegemônico no mundo contemporâneo. Essa visão começou a ser questionada, a partir da década de 1970, quando estudos acadêmicos e a realidade dos países que elegeram o turismo como principal vetor de desenvolvimento

* Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenadora de Pesquisas Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Copesp/SEI). ivanamuricy@sei.ba.gov.br

** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Sociais Econômicas pela Universidade Salvador (Unifacs); pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (Neim) da UFBA. candidar2003@yahoo.com.br

[1] Sobre o significado e as particularidades do turismo nas sociedades contemporâneas, ver nesta publicação o texto de Muricy (2009b).

começaram a chamar atenção para alguns aspectos que destoavam desta visão excessivamente positiva da atividade (DIAS, 2003; BRITO, 2005; MURICY, 2009b).

Algumas reações adversas ao turismo começaram a ser esboçadas, em meados desta década, em países como Grécia, Portugal e Espanha. Críticas passaram a ser formuladas por alguns estudiosos do turismo, por moradores e entidades representativas dos núcleos receptores, bem como por organizações religiosas. Nas décadas seguintes, com o incremento da atividade, estas críticas se intensificaram, direcionando-se basicamente para o que se passou a denominar turismo de massa, que atingiu seu auge em meados da década de 1980. Mais recentemente, observa-se em alguns destinos turísticos, a exemplo de Maiorca, Veneza e Florença, um esforço por parte de moradores, de segmentos do *trade* turístico e das esferas governamentais para impedir ou limitar a presença de turistas. Um episódio ocorrido em Maiorca é bastante ilustrativo desta situação: "... os moradores – como forma de dar 'boas vindas' aos turistas alemães – picharam a parede de um velho abrigo de concreto com uma mensagem ao lado de uma grande suástica nazista na qual eles eram convidados a 'irem embora'" (THEIL, 2002, p. 45 apud BRITO, 2005, p. 58).

Em que pese as reações contrárias como essas, continuou a predominar uma visão positiva sobre o turismo, que foi cada vez mais estimulado pelas esferas governamentais, pelas instituições multilaterais e por diversos outros segmentos, sobretudo nos países periféricos. O discurso que atribui ao turismo um papel preponderante no processo de desenvolvimento das sociedades também continuou ecoando nos mais distintos cantos, tendo sido internalizado no senso comum como uma verdade absoluta. O potencial de geração de emprego e renda incrementado direta ou indiretamente pelo turismo é um dos pontos de maior apelo junto às populações, sobretudo em função da escassez de postos de trabalho, seja em decorrência das transformações no processo produtivo ou de fatores conjunturais e estruturais inerentes a determinadas sociedades que elegeram o turismo como um dos principais vetores de desenvolvimento. No entanto, as distâncias entre as expectativas geradas pelos discursos que fazem apologia ao turismo e a realidade de muitos dos locais que passaram por um processo de turistificação contribuiu para que a percepção do fenômeno por parte dos moradores dos núcleos receptores fosse permeada por ambiguidades e contradições, muitas vezes dissimuladas, ou inconscientes, e por outras explícitas, como no caso da pichação em Maiorca citada anteriormente.

Estudos realizados em diferentes núcleos receptores apontam que o turismo é desejado pela população local por seus efeitos econômicos, ao tempo em que é repudiado por algumas de suas consequências socioculturais e ambientais, o que faz como que seja percebido como "um mal necessário" (BARRETO, 2003; DIAS, 2003). O depoimento de um morador da Ilha de Creta expressa claramente essa concepção:

> Os turistas são os inimigos mais perigosos que existem, porque eles nos são indispensáveis. Por diversas razões, não podemos lhes reservar a mesma sorte dos inimigos de antigamente, que simplesmente matávamos, mas podemos nos calar (KRIPPENDORF, 1989 apud MURICY, 2001a, p. 72).

Segundo Doxey (1972, p. 195 apud DIAS, 2003, p. 101; BRITO, 2005), a relação entre os moradores dos núcleos receptores e os turistas se pauta na evolução gradativa de sentimentos, que variam da euforia ao antagonismo, conformando determinados estágios, relacionados diretamente com o grau de inserção do turismo nas localidades. Embora nem todas as localidades turísticas passem pelos estágios na sequência cronológica proposta por Doxey, podendo, inclusive, ocorrer a supressão de algumas etapas, estudos realizados em destinos turísticos localizados em diferentes partes do mundo confirmam estas tendências. Esses estágios podem ser entendidos como tipos ideais no sentido atribuído por Max Weber, ou seja, válidos como recursos metodológicos que auxiliam a compreensão dos fenômenos estudados, mas jamais encontrados na realidade social em estado puro, existindo na prática a combinação de elementos dos diferentes tipos descritos. Em Porto Seguro (BA), por exemplo, Muricy (2001a) constatou a presença de alguns dos elementos descritos pelos autores, sem que, no entanto, houvesse uma exclusividade da reação esboçada pela população local em cada estágio de desenvolvimento turístico. Em meados da década de 1970, a chegada do turismo foi saudada com euforia pela população local que considerava o desenvolvimento da atividade "uma questão de justiça" já que a cidade "foi onde o Brasil nasceu". Na ocasião, muitas expectativas foram criadas e imaginava-se que o turismo traria o "tão esperado progresso". Paulatinamente, a população foi tendo suas expectativas frustradas e o turismo passou a ser visto com desconfiança, estabeleceu-se uma apatia na cidade e, por fim, parte dos moradores, em particular os mais antigos, passaram a alimentar sentimentos contrários ao turismo e aos turistas.

Nesse estudo, Muricy (2001a) destaca que a ambiguidade na forma de percepção dos turistas não é uma exclusividade dos moradores dos núcleos receptores, mas uma constante na contemporaneidade. Para corroborar esta ideia a autora remete aos estereótipos atribuídos aos turistas, os quais costumam ser percebidos como bobos, sendo constantemente alvo de piadas, o que faz com que a maioria das pessoas não goste de ser rotulada de turistas, preferindo ser identificada como viajantes. Knafou (1999, apud MURICY, 2001a) considera que este comportamento reflete a velha postura elitista de não querer dividir determinados lugares e práticas. Para ele, o turista incomoda por ser o Outro, muito próximo de nós, e pela liberdade que este possui.

As distâncias sociais, econômicas e culturais entre os visitantes e os moradores dos núcleos receptores intensificam as ambiguidades e os conflitos entre essas duas categorias sociais, o que favorece o estabelecimento de relações hierárquicas. Nesta perspectiva, Muricy (2001a, p. 65) destaca que a utilização em alguns destinos turísticos da categoria de nativos para se referir aos moradores representa a renovação de estereótipos colonialista, com os turistas sendo percebidos como mais avançados, superiores, enquanto os moradores são caracterizados como mais atrasados, menos evoluídos, "ainda condicionados aos ditames da natureza". Nas palavras da autora:

> Por meio dessa terminologia [nativo], as pessoas são retiradas dos universos culturais nos quais estão inseridas e submersas novamente na natureza, tornando-se autóctones, assim como as plantas e os demais animais. Percebe-se que isto não ocorre nos grandes centros urbanos: parisienses, nova-iorquinos, paulistas, cariocas ou, mesmo, soteropolitanos não se tornam 'nativos' em suas terras de origem, mesmo com o incremento do turismo (MURICY, 2001a, p. 67).

Como aponta a citação, não existe um único padrão de relacionamento entre turistas e moradores, assim como estas duas categorias sociais não são homogêneas. Os comportamentos, sentimentos e expectativas dos turistas em relação a experiências vivenciadas nos locais visitados apresentam variações conforme a procedência, o perfil socioeconômico e, sobretudo, os aspectos culturais que determinam os diferentes estilos de vida. Os destinos turísticos, por sua vez, não se caracterizam por comunidades compostas por sujeitos com interesses, expectativas, comportamentos e valores idênticos e, sim, por sociedades formadas por pessoas pertencentes a distintas categorias e grupos sociais que, em função dessas diferenças, têm posicionamentos distintos em relação ao turismo.

Apesar das particularidades de cada sociedade, estudos realizados em diferentes partes do mundo apontam para elementos comuns, os quais têm sido compreendidos como tendências inerentes à atividade. Essas tendências encontram-se relacionadas diretamente ao grau de inserção do turismo e variam particularmente em função: a) das especificidades socioculturais e econômicas dos núcleos receptores e emissores; b) da capacidade dos destinos turísticos de absorver o fluxo de visitantes sem comprometer de forma brusca ou irreversível o meio ambiente local (compreendido em suas dimensões socioculturais e naturais); e c) do ritmo de desenvolvimento turístico nos núcleos receptores.

Nas sociedades que se encontram pouco integradas, ou que ocupam uma posição periférica no modelo capitalista hegemônico no mundo contemporâneo, a inserção do turismo provoca modificações socioculturais mais intensas, uma vez que a atividade possibilita maior intercâmbio com outras sociedades, em particular com os centros de poder, que se constituem nos principais polos emissores. Como destacou Dias (2003), o turismo funciona na atualidade como "o braço direito da globalização", ao contribuir para a difusão dos padrões culturais hegemônicos na contemporaneidade. Assim, muitos dos efeitos atribuídos ao turismo decorrem da ampliação dos intercâmbios de pessoas, capital e informações, inerente ao que se convencionou denominar de globalização.

Nas localidades onde o incremento do turismo ocorre de forma brusca, ou seja, que vivencia um *boom* num curto período de tempo, a inserção da atividade provoca efeitos mais significativos, pois nem as localidades nem as pessoas estão preparadas para receber o fluxo turístico. Novas informações e demandas vão exigir reformulações em diversas dimensões da vida social, abarcando desde o universo simbólico que norteia e confere significados às práticas sociais até a produção material, o que costuma provocar rupturas bruscas no tecido social. A infraestrutura existente nos destinos, que compreende desde os serviços urbanos considerados básicos, como o saneamento, até a rede de apoio à atividade, com os serviços

de alojamentos e de alimentação, bem como as características dos ecossistemas locais são também fundamentais para a definição dos desdobramentos do turismo nos núcleos receptores. A maior demanda provoca a concorrência pelos serviços, podendo levar à saturação dos mesmos, o que contribui para uma maior insatisfação dos moradores com relação ao turismo, e um maior antagonismo entre os moradores e os turistas. Os efeitos do turismo variam de forma inversa à estrutura existente, ou seja, quanto menor a estrutura, maiores as modificações provocadas pela atividade. Ecossistemas mais frágeis, como mangues e dunas, evidentemente sofrerão maiores consequências com o incremento do número de visitantes. Estudos têm chamado atenção para a necessidade de definir limites para a atividade com base na noção de capacidade de carga, que significa estabelecer parâmetros para que o fluxo de visitantes não comprometa de forma brusca o meio ambiente local, compreendido em suas dimensões naturais e socioculturais.

Feitas essas ressalvas, pode-se enumerar alguns dos elementos em comum observados nos destinos turísticos e que têm sido denominados pela literatura especializada de impactos da atividade. Para fins didáticos, Dias (2003) distingue os impactos entre os predominantemente sociais e os predominantemente culturais. Entre os impactos predominantemente sociais destaca: 1. ressentimento local, resultante de choques de culturas; 2. transformação da estrutura de trabalho; 3. saturação da infraestrutura, que afeta instalações e equipamentos; 4. transformações dos valores e condutas morais; 5. modificações nos padrões de consumo; 6. problemas de saúde; 7. etnocentrismo; e, por fim, 8. excesso de padronização. Entre os impactos predominantemente culturais, o autor aponta as transformações tanto na cultura material (no artesanato e na arquitetura) como na não material (nas formas de arte, hábitos e costumes). Fox (1977, p. 27 apud SPINOLA; MURICY; RIBEIRO, 2004, p. 21) destaca que os impactos socioculturais do turismo encontram-se relacionados a mudanças em aspectos como: os sistemas de valor, o comportamento individual, as relações familiares, os estilos de vida coletivos, a conduta moral, as expressões criativas, as cerimônias tradicionais e as formas de organização comunitárias. O estudo desenvolvido por Luis Ferreira (2005, apud LOIOLA et al., 2008), por sua vez, aponta um conjunto de impactos negativos e positivos associados às atividades de turismo. Entre os impactos negativos, o autor destaca: o efeito de demonstração; alterações na moralidade; movimento intenso; conflitos religiosos; prostituição; criminalidade; descaracterização do artesanato; vulgarização das manifestações culturais; arrogância cultural e destruição do patrimônio histórico. Os positivos encontram-se relacionados a: modificação positiva da estrutura social; aumento dos níveis culturais e profissionais da população; valorização do artesanato; valorização da herança cultural; orgulho étnico; valorização e preservação do patrimônio histórico.

Tendo em vista as lacunas existentes em relação aos fenômenos socioculturais e a importância destes para a compreensão da realidade social e, particularmente, para o planejamento das localidades que têm no turismo seu principal vetor de desenvolvimento, a pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*[2] optou por se

[2] Sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, ver nesta publicação o texto de Muricy (2009a).

concentrar nesta dimensão da vida social no intuito de compreender as nuances das transformações ocorridas com o incremento da atividade turística no distrito de Açu da Torre, Município de Mata de São João. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, no intuito de apreender dimensões mais subjetivas da vida social, que dificilmente seriam captadas por outras técnicas de investigação, a exemplo dos questionários. Conforme explicitado no texto introdutório desta publicação (MURICY, 2009a), as entrevistas foram realizadas com cerca de 60 pessoas pertencentes a diferentes categoriais sociais que interagem direta ou indiretamente na área do estudo e que possuem perfis e formas de inserção social diferenciadas: moradores mais antigos e recém-chegados nas diferentes localidades; homens e mulheres com idades variadas; pequenos, médios e grandes empreendedores; trabalhadores do setor turístico e de outros setores da economia local; lideranças comunitárias; representantes de instituições governamentais. Além das entrevistas foram aplicados questionários em 757 domicílios (que correspondem a cerca de 20% do total existente no distrito), permitindo a coleta de informações sobre 2.542 pessoas residentes nestes domicílios. Seguindo as recomendações éticas que respaldam as pesquisas sociais, a identidade dos interlocutores foi preservada no intuito de que as informações prestadas não viessem causar prejuízos materiais ou simbólicos, ou qualquer tipo de constrangimento àqueles que gentilmente se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Assim, os nomes dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios.

Como o distrito de Açu da Torre é composto por localidades que desempenham diferentes papéis no contexto regional, nas quais a inserção da atividade turística é diferenciada, a comparação entre as distintas realidades permitiu uma melhor apreensão das transformações socioculturais estimuladas pelo turismo. Entre as localidades turísticas, encontram-se: Praia do Forte, principal destino de todo o litoral situado ao norte da capital baiana; Imbassaí, que vem consolidando sua posição no mercado turístico nas duas últimas décadas; e Diogo e Santo Antônio, que iniciaram sua trajetória no circuito turístico mais recentemente. Essas localidades, com exceção de Diogo (situada à margem da estrada que dá acesso a Santo Antônio), encontram-se localizadas na área costeira do distrito de Açu da Torre, na qual também estão instalados grandes empreendimentos hoteleiros, como Costa de Sauípe e Iberostar. Na área interiorana do distrito, à margem esquerda da Linha Verde, no sentido Salvador–Aracaju, encontram-se diversas localidades de pequeno porte, a exemplo de Açu da Torre (sede do distrito), Barro Branco, Areal, Malhada e Campinas, que mantêm fortes interações com as áreas costeiras, servindo inclusive de reduto de mão de obra para os empreendimentos aí implantados[3]. A pesquisa considerou toda a área do distrito não apenas no intuito de possibilitar a comparação entre as localidades turísticas e não turísticas, mas também por compreender que as análises acerca dos impactos da atividade turística devem levar em consideração o entorno das localidades, pois estas costumam arcar com elevados custos sociais advindos do desenvolvimento da atividade.

[3] Ver cartogramas 2 e 3 no texto de Muricy (2009a) nesta publicação.

AMPLIANDO AS FRONTEIRAS: A INSERÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

Todo o extenso processo de transformações no distrito de Açu da Torre, deslanchado com a abertura e melhorias do acesso rodoviário, iniciada na década de 1970 e incrementada nas décadas seguintes[4], redefiniu as redes de relações externas das povoações locais com rebatimentos nas relações sociais internas. A inserção do turismo acelerou as modificações em curso com a intensificação e ampliação dos intercâmbios socioculturais e econômicos, integrando a região de forma definitiva ao modelo hegemônico no mundo contemporâneo. Novas problemáticas foram introduzidas, ao tempo em que antigas práticas sociais foram abandonadas ou ressignificadas em função da realidade engendrada pelo turismo. A chegada e/ou a maior presença de novos atores sociais – o grande proprietário de terras, os empresários dos setores turístico e imobiliário, os novos moradores e os visitantes cíclicos ou ocasionais – associada às emigrações dos antigos moradores desarticularam e fragmentaram as redes de solidariedades internas, baseadas nas relações de parentesco e vizinhança, impondo novas formas de organização da vida social.

Aos poucos todos os âmbitos sociais, econômicos, culturais e políticos foram sendo modificados e articulados a lógicas de racionalidade totalmente alheias às pessoas que tradicionalmente habitavam esta extensa área do território baiano. A racionalidade capitalista que passa a comandar as relações sociais impõe modificações nas formas de percepção e apreensão da realidade social, com reflexo nas práticas socioculturais. Essas modificações envolvem desde as definições das categorias mais fundamentais, como as noções de tempo e espaço – que conforme demonstrou Durkheim, no início do século passado, são socialmente construídas – até as práticas culturais e as formas de atuação dos diversos segmentos sociais. O tempo não é mais aquele ditado pela dinâmica da natureza e sim, pelo relógio que contabiliza as horas e define as jornadas de trabalho. O espaço também não é mais o mesmo, uma vez que se encontra fragmentado em propriedades de portes variados, regidas pelas leis do mercado imobiliário, e elementos totalmente estranhos à realidade das povoações foram incorporados às paisagens locais. O acesso aos recursos naturais, agora limitado, também determina modificações radicais na relação com a natureza e nas estratégias tradicionalmente adotadas pelas diferentes categorias sociais para manutenção dos grupos.

Assim, a população que antes vivia praticamente isolada é inserida em contextos socioculturais mais amplos, nos quais tem que aprender a lidar com novas lógicas e racionalidades. Num primeiro momento, este processo implicou na necessidade de introjeção das normas que regem o mercado imobiliário, pois até então a terra era vista apenas sob o prisma do valor de uso. Posteriormente, a população se vê obrigada a conviver com as regras e normas específicas das legislações ambientais, particularmente aquelas que norteiam o gerenciamento das Unidades de Conservação, particularmente as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Algumas dessas normas contrariam ou impedem a manutenção de costumes tradicionais, como as que proíbem o acesso e a utilização de recursos naturais antes disponíveis para a comunidade e

[4] Sobre as transformações no distrito de Açu da Torre, ver os textos de Muricy (2009a) e Araújo (2009a) nesta publicação.

importantes para a reprodução social dos grupos, como a palha e a piaçava; e a captura de animais que faziam parte da dieta alimentar dos grupos, a exemplo das tartarugas marinhas. A implantação da APA/LN também leva a população a estabelecer contatos mais diretos com instituições governamentais que atuam na área, como a Secretária de Meio Ambiente (Sema), o Instituto do Meio Ambiente (IMA) – antigo Centro de Recursos Ambientais (CRA) – e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), organizações não governamentais, a exemplo do Tamar, e megaempreendimentos instalados na região, a exemplo do Costa de Sauípe e Iberostar, o que implicou em constantes aprendizados na tentativa de garantir direitos difusos, capazes de conduzir a uma vida digna[5].

As pessoas do lugar passam a ter contato com realidades e universos simbólicos alheios à cultura local, antes capturados apenas pelas antenas parabólicas e os meios de comunicação de massa, de uma maneira geral. A ampliação dos contatos com pessoas de diferentes culturas, possibilitada pelo turismo, reflete-se, sobretudo, nas modificações na cultura local com a incorporação de valores e condutas típicas do mundo globalizado. Há uma tendência das pessoas residentes nos núcleos receptores, sobretudo os localizados nos países periféricos, de buscarem se igualar aos turistas, especialmente quando estes são provenientes de sociedades que ocupam uma posição central no sistema econômico e político mundial. É o que se chama na literatura especializada de "efeito demonstração", que se expressa na adoção por parte dos moradores dos núcleos receptores de hábitos, costumes e valores característicos dos turistas. Essas modificações socioculturais costumam provocar conflitos de diversas ordens, que variam, conforme explicitado anteriormente, em função do ritmo de desenvolvimento do turismo e das características socioculturais das populações que se encontram em interação social, ou seja, os turistas e os moradores. Entre os conflitos se destacam aqueles decorrentes da impossibilidade da maioria da população de acompanhar os padrões de consumo dos turistas e os geracionais, resultantes da tendência dos jovens de assimilar de forma mais intensa as mudanças em contraposição à dificuldade dos mais velhos em acompanhar os "novos tempos".

APROPRIAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

As transformações na estrutura fundiária constituem numa das consequências mais imediatas e de maior poder de repercussão do processo de "turistificação" das localidades. A chegada do turismo provoca necessariamente uma valorização dos terrenos e edificações, com o aumento da demanda pela terra e dos investimentos realizados em infraestrutura, em particular nas melhorias da acessibilidade das povoações. Como consequência se observa redefinições nas formas de apropriação, utilização e nos significados atribuídos coletivamente aos diversos espaços sociais, com a formação de novos territórios.

No caso do distrito de Açu da Torre, esse processo se iniciou em período anterior à chegada do turismo, de maneira ainda tímida na década de 1950, quando grandes propriedades de

[5] Ver texto de Souza e Paraguassu (2009) nesta publicação.

terras foram adquiridas por empreendedores do setor imobiliário que as mantiveram sem nenhuma utilização, aguardando sua valorização. Mas é nas décadas de 1970 e 1980 que este processo atinge de forma definitiva a região, com introdução das atividades de silvicultura e turismo. Conforme explicitado no capítulo introdutório desta publicação (SAMPAIO, 1992 apud MURICY, 2009a), as atividades de reflorestamento foram responsáveis pela "ruptura de vínculos tradicionais que permitiam o acesso à terra e a uma renda monetária para boa parte dos pequenos produtores". Sampaio (1992) destaca que as áreas mais cobiçadas pelas empresas foram os tabuleiros, utilizados coletivamente pelos pequenos produtores como fundo de pastos ou reservas. O fato da maioria dos pequenos produtores ali instalados não ter o título legal da propriedade tornava-os mais vulneráveis às investidas das empresas. Ainda segundo a autora, muitas vezes a aquisição das terras se dava por "grilagem" ou pela "estratégia do cerco", sendo também frequentes os casos em que a empresa florestal pagava a primeira parcela da compra condicionando o restante do pagamento à apresentação do título de proprietário, e como "o vendedor não tinha o documento, a empresa recusava-se a pagar o restante do débito" (SAMPAIO, 1992, p. 66).

A inserção da atividade turística intensifica os processos em curso, estimulando a multiplicação dos loteamentos por toda a área do distrito de Açu da Torre e aumentando, consequentemente, a pressão sobre os moradores tradicionais. O processo de parcelamento das terras, com a formação dos loteamentos, se deu de maneira diferenciada nas diversas localidades que compõem o distrito. As primeiras áreas atingidas foram as costeiras, mais atrativas para o capital privado. Alguns parcelamentos foram mais traumáticos, marcados por fortes conflitos, outros foram mais "silenciosos", mas todos implicaram num grande prejuízo para as famílias residentes, que de "senhores da mata" passaram a ocupantes de pequenas glebas de terras, o que inviabilizou a reprodução social nos moldes que vinha se dando até então, com estreitas ligações com os ecossistemas locais. Como acontece em todo o Brasil, a situação de vulnerabilidade dessas famílias deu margem ao aparecimento de intermediários inescrupulosos que se declaravam proprietários das terras e com isso conseguiram auferir grandes lucros com os loteamentos que aos poucos se espalhavam na região.

Parte dos antigos moradores acabou se transferindo para localidades próximas situadas no próprio município de Mata de São João ou em municípios vizinhos – como Barra de Pojuca, localizada no município de Camaçari, que sempre funcionou como um entreposto comercial para os moradores de todo o distrito de Açu da Torre –, enquanto outros acabaram saindo da região, existindo também os que conseguiram permanecer nos seus locais de moradia. Muitas famílias passaram a viver espremidas entre as cercas que sinalizam a intensidade das transformações em curso, a exemplo das residentes nas localidades de Malhadas e Campinas. A movimentação das famílias pela região continuou à medida que o turismo foi se intensificando, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, seguindo a lógica capitalista que passa a comandar as formas de apropriação, uso e ocupação do solo. Progressivamente, muitas famílias vão migrando para as áreas menos valorizadas, localizadas no interior do distrito, do lado esquerdo da Linha Verde, no sentido Salvador–Aracaju, enquanto as áreas costeiras vão sendo ocupadas

por empreendimentos voltados para o atendimento ao turista e/ou por casas de segunda residência. A fala de um dos interlocutores da pesquisa é esclarecedora desse processo:

> "Houve uma migração do pessoal de Imbassaí para o Barro Branco porque a especulação imobiliária lá começou a alastrar. Ali (Imbassaí) era uma fazenda do seu Aquilino. Ele vendeu pra casa imobiliária e fez aquele loteamento pra lá do Imbassaí. Mas dentro dessa fazenda existiam alguns posseiros e posseiros esses que, quando ele saiu, não indenizou ninguém. Aí deu aquele pedaço e se vire por aí. E o pessoal, quando começou a chegar os pousadeiros, começaram a vender. Então, vendia lá e comprava uma parte aqui (em Barro Branco), ou invadia, né. Resultado, com isso o pessoal hoje do Barro Branco é quase todo ele de Imbassaí" (José, morador de Barro Branco).

Evidentemente, há aquelas que conseguiram permanecer nas áreas costeiras e se inserir na rede de atividades articuladas em torno do turismo. Alguns passaram, inicialmente, a alugar quartos nos períodos de férias e feriados prolongados, outros tentaram se estabelecer no comércio local ou na prestação de serviços direcionados aos turistas. Com o incremento do turismo, a maioria não conseguiu enfrentar a concorrência dos que chegavam para investir na região. Há situações particulares, como a de Praia do Forte, na qual o aluguel das casas, ou de parte delas, constitui importante fonte de renda para os moradores locais, como demonstraram os resultados dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas[6]. A estratégia adotada pelos moradores acabou transformando a antiga vila de pescadores num verdadeiro labirinto, com a multiplicação das unidades domiciliares que combinam os usos residencial e de serviços. Para tanto, as antigas residências foram divididas em diversos compartimentos no intuito de abrigar as famílias e possibilitar a geração de renda para os proprietários locais. Em geral, a parte da frente das casas, voltada para a avenida principal, passou a se destinar ao comércio e serviços, enquanto as pessoas passaram a residir na parte interna. Muitos optaram por alugar os imóveis na vila e se transferir para as áreas menos valorizadas, localizadas no interior do distrito. Alguns interlocutores declararam que a possibilidade de auferir renda com os aluguéis dos imóveis acaba desmotivando os moradores a desempenharem atividades remuneradas, já que muitos preferem viver do aluguel a frequentar o mercado de trabalho local, no qual as possibilidades de inserção são limitadas aos empregos de baixa remuneração e prestígio social[7].

Com o novo *boom* turístico proporcionado pela implantação dos megaempreendimentos hoteleiros, de origem europeia, vêm ocorrendo importantes modificações em praticamente todo o distrito de Açu da Torre. Como previam os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) realizados para a implantação de alguns desses empreendimentos[8], as localidades de Barro Branco, Açu da Torre, Malhadas e Campinas, todas situadas no interior do distrito, próximas

[6] Os resultados dos questionários aplicados pela pesquisa confirmam a importância do aluguel na composição da renda das famílias, conforme análise realizada por Alves (2009).

[7] Ver texto de Alves (2009) nesta publicação.

[8] A exemplo dos Estudos de Impactos Ambientais dos Empreendimentos Reserva Imbassaí (V&S ENGENHEIROS CONSULTORES, 2003) e Iberostar (GAIA CONSULTORES EM RECURSOS NATURAIS, 2004).

aos locais em que os empreendimentos foram ou estão sendo implantado, receberam grandes contingentes de imigrantes que chegaram atraídos pelas possibilidades de emprego[9]. Para atender a demanda de moradia os terrenos foram parcelados, surgindo novas ruas e "loteamentos", construídos à margem dos padrões e das exigências urbanísticas que regem o mercado imobiliário formal. Por outro lado, a dinamização econômica da região permitiu a apropriação de uma maior renda por parte das famílias, o que possibilitou a implantação de novas unidades habitacionais para moradia dos filhos mais velhos mediante o parcelamento das propriedades. Como decorrência desses processos, a paisagem local foi aos poucos se modificando com a implantação de novas residências que reduzem ainda mais as terras ocupadas com a agricultura.

Nas áreas litorâneas, os empreendimentos implantados, nos anos 2000, ou em vias de implantação têm provocado profundas modificações na paisagem local. Conforme relatado por Muricy (2009a), esses empreendimentos trazem como novidade a conjugação dos usos comercial e de serviços com o residencial. Trata-se de grandes empreendimentos, com hotéis, áreas de lazer e entretenimentos, de serviços e comércio, e residenciais. Grande parte destas últimas corresponde a casas de segunda residência, muitas delas pertencentes a pessoas residentes no exterior, notadamente no continente europeu, que as utilizam nos períodos de férias. Esse modelo de ocupação tem levantado sérios questionamentos acerca dos benefícios trazidos para as localidades. Muitos argumentam que os empreendimentos provocam grandes desmatamentos e modificações nas paisagens locais e não geram renda significativa para as localidades, pois as residências permanecem fechadas durante a maior parte do ano. Outros, no entanto, enfatizam que este novo modelo faz parte de uma tendência mundial e que os proprietários dos imóveis não estão interessados em utilizá-los somente para desfrute nos momentos de lazer, mas como fonte de renda. O que significa que os imóveis permanecem alugados durante quase todo o ano, gerando renda não apenas para os proprietários, mas também para as localidades. Atualmente, se observa que apenas Praia do Forte se aproxima deste padrão, com a existência de forte movimentação no mercado imobiliário, durante praticamente todo o ano. Ao contrário, os novos condomínios de origem europeia, como o Reserva Imbassaí, parecem um deserto durante a maior parte do ano, com muitas casas desocupadas. Esses condomínios também representam mais um passo rumo à padronização do espaço, iniciada com a inserção do turismo, com suas grandes cadeias de hotéis, *franchising*, lojas de grifes e restaurantes de luxo.

O MUNDO DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

A valorização da terra, com sua incorporação definitiva ao mercado imobiliário, comentada no item anterior, provocou profundas modificações na estrutura produtiva das localidades que compõem o distrito de Açu da Torre. Como é comum nos núcleos turísticos, a chegada

[9] A imigração para essas localidades tem sido tão intensa que em Barro Branco, quando a equipe da pesquisa foi aplicar o questionário domiciliar, em outubro, encontrou um número de domicílios superior ao da listagem de domicílios realizada em julho do mesmo ano.

do turismo acabou atrofiando as atividades produtivas preexistentes, sobretudo as do setor primário. As dificuldades de acesso a terra por parte dos moradores locais, resultantes das transformações nas formas de apropriação, uso e ocupação do solo, somadas à maior rentabilidade, às condições de trabalho mais favoráveis e ao valor socialmente atribuído às atividades dos setores comerciais e de serviços articuladas direta ou indiretamente ao turismo, desestimulam o desenvolvimento de atividades do setor primário, anteriormente predominantes no distrito. Com isso se observa a estruturação de um mercado de trabalho totalmente distinto do que existia anteriormente nas localidades.

O pescado constituía importante fonte de alimentação da população local, e as redes de solidariedade se encarregavam da distribuição, o que, muitas vezes, envolvia a troca de alimentos. Essa estratégia de sobrevivência causava uma interdependência entre os moradores, fortalecendo os laços de amizade e as preocupações mútuas. Assim explicou uma moradora de Imbassaí:

> "Antes do turismo aqui era mais o quê? Era agricultura, pesca. Pesca, roça, fazer farinha, vender, né. Porque, às vezes, um pescava, trocava o peixe, entendeu, pela farinha. O que já tinha farinha, o que já tinha farinha, já, no caso, trocava por outra coisa. O outro cria, vamos dizer, um cria ovelha, o outro cria porco. E ali divide, entendeu? Não tem mais isso aqui. É isso que eu lhe digo, isso aí já era coisa da coligação da comunidade. Tudo isso acabou" (Ana Paula, moradora de Imbassaí).

Com o desenvolvimento do turismo surgiram novas possibilidades de trabalho nos estabelecimentos comerciais e de serviços que, aos poucos, foram se instalando no distrito, e, progressivamente, as redes de solidariedade que davam sustentação social aos grupos foram sendo substituídas por preocupações de cunho individualistas e pela monetarização das trocas. Os estabelecimentos se concentram nas localidades costeiras, direcionadas para o turismo, como explicitado anteriormente, mas em boa parte da área se observa um incremento do setor terciário, com a abertura de pequenos empreendimentos voltados para atender a demanda não só dos turistas, mas dos novos moradores que passaram a habitar a região.

A importância do setor turístico na geração de renda para a comunidade é confirmada pelos resultados dos questionários aplicados pela pesquisa em toda a área do distrito de Açu da Torre. Segundo Alves (2009), 36,5% dos ocupados trabalhavam em atividades identificadas com o segmento turístico, que somadas às atividades de construção civil eram responsáveis por 51,7% dos ocupados da amostra investigada. Além dessas atividades, o incremento do turismo também possibilitou a geração de renda para parte da população local do distrito mediante o aluguel dos imóveis, como comentado anteriormente.

Nos novos empregos a população local tem acesso a benefícios praticamente desconhecidos até então, como seguro desemprego e férias remuneradas, proporcionados pela inserção no mercado formal[10]. A renda fixa mensal permitiu à população planejar melhor sua vida e realizar antigos e novos sonhos de consumo, muitos dos quais estimulados pelo maior contato

[10] Ver texto de Alves (2009) nesta publicação.

com os padrões culturais hegemônicos no mundo contemporâneo. A maior renda também possibilitou a realização de melhoria nas moradias e a independência econômica dos filhos, que passam a ter condições de construir suas próprias residências[11].

Esse processo, no entanto, não ocorre sem conflitos nem traumas, como foi possível se perceber nas falas de moradores e empresários. Os primeiros se mostram insatisfeitos por não conseguirem ocupar cargos de maior remuneração financeira, enquanto os empresários se queixam da baixa escolaridade da população local e consideram que determinados elementos da cultura local entram em choque com as exigências das novas relações de trabalho[12].

Em decorrência das transformações no mercado de trabalho local e na cultura, de uma forma geral, as ocupações tradicionais, como a pesca, a agricultura e a mariscagem, perderam parte do prestígio social que gozavam em contraposição a maior valorização das atividades e das relações sociais de produção tipicamente capitalistas. Os mais jovens preferem trabalhar nas atividades relacionadas ao turismo, mesmo que possam auferir maior renda com outras atividades, como ressalta um dos interlocutores da pesquisa, o que se explica não só pelo status social atribuído às diferentes atividades produtivas como pelo desgaste físico envolvido na realização dos trabalhos. Os empreendimentos, por sua vez, contribuem para a maior valorização das profissões relacionadas ao setor turístico, atribuindo nomes em idiomas estrangeiros a atividades que são antigas conhecidas da população local, como o ajudante de cozinha e lavador de pratos, denominados de *steward*.

De uma maneira geral, estar empregado nos setores de serviço e comércio é mais bem visto socialmente tanto pelos jovens como pelos mais velhos, que se orgulham dos filhos não precisarem mais se submeter aos desgastes físicos das profissões relacionadas ao setor primário. Mas alguns lamentam a falta de interesse dos filhos em seguir profissões tradicionais, desempenhadas há gerações pelos moradores locais.

> "A pesca se mantém, só que os filhos dos pescadores não são mais pescadores. Um dos grandes problemas da pesca é justamente a perda de espaço. Os filhos dos pescadores não querem mais pescar. Porque a lógica é outra, o meio também. Envolve essa questão do meio, o cara ser pescador e tal e tal, quando ele pode trabalhar num restaurante desses. É subemprego, mas ele tem um salário. E ele entende como trabalho decente não somente aquele que dá um retorno financeiro. Mas, por exemplo, você pode ganhar 10 vezes mais como um pescador, mas você é pescador, até pra você se afirmar no meio é mais complicado como pescador do que como garçom" (Marcelo, morador de Praia do Forte).

As transformações ocorridas na estrutura produtiva implicaram em modificações na divisão sexual do trabalho tradicional das localidades pesquisadas. Estudos realizados sobre o turismo, a exemplo de Urry (1996 apud MURICY, 2001a), Barreto (2003) e Dias (2003), destacam que as mulheres e os jovens têm maiores possibilidades de se empregar nas atividades ligadas ao turismo, seja pelo tipo de atividade ou pela força física requerida

[11] Ver texto sobre a caracterização dos domicílios do distrito de Açu da Torre (Araújo, 2009) nesta publicação.

[12] Sobre o perfil educacional da população, ver texto de Pinho (2009) nesta publicação.

pelas ocupações mais demandadas. Sobre a participação da mão de obra dessas categorias, Barretto (2003, p. 23) destaca que:

> [...] Tanto na área de trabalhos braçais, dentro da hotelaria, por exemplo, quanto no chamado *front line*. Recepcionistas, telefonistas, vendedoras, todos são trabalhos preferencialmente femininos [...] As maiores possibilidades de emprego para o sexo masculino aparecem no período da instalação dos empreendimentos hoteleiros, no setor da construção civil, no qual há uma preferência pelo trabalho dos jovens em função da força física requerida para realização dos trabalhos. Nessa perspectiva, há utilização da mão de obra dos jovens locais em atividades sazonais e que demandam pouca ou nenhuma qualificação profissional[13].

As novas perspectivas de trabalho para essas categorias sociais em localidades nas quais os homens e os mais velhos tradicionalmente desempenhavam um papel central na manutenção dos grupos familiares costumam provocar rupturas no tecido social. Tradicionalmente, nessas comunidades, muitas mulheres já tinham participação fundamental na manutenção da família, através do trabalho na agricultura e no artesanato, porém, a pesca, como uma das principais atividades desenvolvidas para o sustento das pessoas locais, não envolvia mulheres, o que contribuía para a permanência feminina no lar. Com a chegada do turismo, as mulheres têm, agora, oportunidades de trabalhos fora de casa, que parecem, inclusive, superar as masculinas, como demonstra a fala do morador de Barro Branco:

> "Antes as mulheres trabalhavam menos fora de casa porque não tinham envolvimento com a atividade da pesca, agora, com o turismo, as mulheres trabalham mais fora de casa, tendo maiores oportunidades de trabalho em ocupações de camareiras, balconistas, em lojas. As mulheres trabalham mais. Marcadamente tem uma presença feminina maior assim" (Pedro, morador de Barro Branco).

Tal realidade vem contribuindo para o acontecimento de conflitos nos padrões de convivência, que podem se desencadear pela resistência dos maridos em verem as suas esposas trabalhando fora de casa, se dispersando das atividades domésticas e fugindo do tradicional controle masculino; além de não "conviverem bem" com a ideia de não serem mais os únicos "provedores" do lar. O fato de muitos jovens ganharem salários maiores do que os seus pais, ou até mesmo possuírem a única fonte de renda da família, algo que contrapõe a lógica do controle paterno, característico dessas comunidades, também tem causado conflitos domésticos. Outros conflitos têm como princípio gerador a maior autonomia das filhas para ir e vir, saindo de casa cada vez mais cedo para trabalhar. Tal situação acumula resistência dos valores machistas e patriarcais que fazem parte da lógica tradicional dessas comunidades.

Em muitas das localidades pesquisadas verificou-se a forte presença do alcoolismo, sobretudo entre homens, o que, muitas vezes, encontra-se articulado ao um contexto de desemprego masculino. Com suas vidas cotidianas diretamente afetadas por essa nova realidade, muitos

[13] No distrito de Açu da Torre, a pesquisa confirmou a importância das ocupações ligadas à construção civil, como os ajudantes de pedreiro, pedreiro e carpinteiros, como demonstra Alves (2009) no texto construído com base nos resultados do survey realizado pelo projeto.

homens encontram na bebida o "passatempo" diário. Segundo um morador de Barro Branco, o alcoolismo masculino era muito mais visível na área logo na chegada do turismo, quando havia muita demanda de trabalho feminino nos estabelecimentos comerciais e de serviço e nas casas de "segunda residência". Com o dia todo trabalhando em atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, essas mulheres ficavam boa parte de seu tempo fora de casa e os seus maridos, sem ocupações, passavam o dia bebendo em botequins e, até mesmo, no meio da rua.

A chegada de grande contingente de pessoas, sobretudo do sexo masculino, para trabalhar na construção dos empreendimentos consiste em outro dos fatores apontados como impulsionadores do alcoolismo nas localidades. Em geral, a implantação dos grandes empreendimentos implica na construção de alojamentos para abrigar trabalhadores oriundos de diversas partes do estado da Bahia e, mesmo, de outros estados brasileiros que migram em busca de trabalho, deixando suas famílias nos locais de origem. Os alojamentos costumam trazer sérios problemas para as comunidades, em função do grande contingente de trabalhadores comparado ao porte demográfico das povoações, composto basicamente por pessoas do sexo masculino, o que provoca desequilíbrio na razão de sexo[14] das localidades. Longe de casa e da família, muitos desses homens, provenientes de lugares e culturas diversas, buscam na bebida e na prostituição uma maneira de enfrentar a solidão e a monotonia do cotidiano.

Muitos dos entrevistados ressaltaram os problemas trazidos pelos alojamentos, enfatizando os choques culturais, o aumento da violência, do alcoolismo e, sobretudo, da prostituição, com o consequente aumento da gravidez, em particular entre as adolescentes, e das doenças sexualmente transmissíveis. Essas queixas foram particularmente intensas nas localidades de Porto de Sauípe (localidade pertencente ao município de Entre Rios) e, em menor escala, Campinas, que atualmente abrigam trabalhadores de grandes empreendimentos em fase de construção. Segundo um dos interlocutores da pesquisa, residente em Porto de Sauípe, a implantação de um empreendimento imobiliário em Costa do Sauípe trouxe à pequena localidade a presença de cinco mil homens para trabalhar na construção, o que tem provocado um aumento expressivo da prostituição. Ainda para esse morador, as mulheres e meninas ficam expostas a esses homens, pois não há uma preparação educacional para recebê-los, como aulas de educação sexual, que, por sinal, são geralmente recomendadas pelos EIA/RIMAs. Essa vulnerabilidade da população local pode ser confirmada com a baixa escolaridade da População em Idade Ativa (PIA)[15] revelada pelos resultados dos questionários aplicados pela pesquisa no distrito de Açu da Torre: 60,8% dos moradores não haviam concluído o ensino fundamental em 2007 (ALVES, 2009).

Donos de pousadas e moradores em Praia do Forte relataram que nos finais de semana muitas mulheres vêm para a localidade no intuito de se prostituir:

[14] Indicador que mede a relação existente numa determinada população entre os contingentes femininos e masculinos, calculado pela seguinte fórmula: população de homens/população de mulheres X100.

[15] No Brasil, as pesquisas de mercado de trabalho, geralmente, conceituam a População em Idade Ativa (PIA) como a população de dez anos ou mais de idade. Nela se inserem as pessoas ocupadas, as inativas (donas de casa, aposentados e estudantes que não procuram trabalho) e os desempregados (ALVES, 2009).

> "Olha, você vê, você chega à noite ali em Praia do Forte, você pode presenciar quase todo fim de semana. Você chega à noite aí e começa a descer aquelas mocinhas bonitinhas... a maioria, assim, de mulatas, né, e a se oferecer pra aqueles gringos. E isso tá ali, abertamente! [...] Aí chamei o rapaz do posto e disse: aqui tem um prostíbulo aqui em cima? Ele disse 'não, é uns quartos que o cara de baixo aluga e os gringos pegam as meninas e trazem pra aí.' Eu disse: mas rapaz, a cem metros da delegacia?" (Fernando, morador de Praia do Forte).

Em Porto de Sauípe muitos moradores se queixam dessa prática, que costuma envolver meninas de pouca idade e pessoas de fora da localidade. Moradores locais também relataram que, às vezes, os programas são trocados por pratos de comida e "agrados", e, quando cobrados, custam muito pouco, com preços de R$ 5,00, R$ 10,00, R$ 20,00, o que faz com que as mulheres saiam com diversos clientes no mesmo dia. A precariedade dessa atividade não se expressa apenas na remuneração, mas também na ausência de locais apropriados para ser realizada. Segundo relatos de moradores locais, já foi visto mulheres se submetendo a praticar sexo oral em clientes na praça principal da localidade. O Conselho Tutelar de Entre Rios, que abarca as praias de Porto do Sauípe, Subaúma e Massarandupió, relatou que grande parte dos casos denunciados encontra-se relacionada a abuso, exploração sexual ou prostituição infantil cometida por pessoas que vieram de fora. O envolvimento das mulheres e meninas das localidades com esses homens, muitas vezes, é estimulado pela esperança de mudança de vida, ao sonharem serem levadas para os locais de origem dos trabalhadores após o término das obras na área. Um dos interlocutores declarou que "os homens que trabalham nos empreendimentos, sobretudo nas obras de construção, fazem os filhos e vão embora. Então a gente pode dizer que tem os filhos da Odebrecht, como tivemos os filhos da Linha Verde" (João, morador de Açu da Torre).

PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO E A REALIDADE LOCAL

Como explicitado anteriormente, a percepção dos moradores dos núcleos receptores em relação ao turismo é permeada por uma série de ambiguidades e contradições que fazem com que este seja percebido como um "mal necessário". Essas ambiguidades também se fazem presentes entre os moradores do distrito de Açu da Torre, como se pôde apreender nas análises empreendidas com base tanto nos questionários domiciliares quanto nas entrevistas qualitativas realizadas com pessoas pertencentes a distintas categorias sociais. A importância do turismo para a manutenção econômica dos grupos e das localidades assume posição central nos discursos dos moradores das diferentes localidades que compõem o distrito, embora também sejam constantes referências ao aumento exacerbado da população local, à degradação ambiental, a conflitos entre diferentes categorias sociais ao crescimento da violência, da prostituição e do consumo de drogas como efeitos negativos do incremento da atividade turística. Sobre os aspectos considerados negativos e positivos nas localidades após a inserção do turismo, um dos interlocutores da pesquisa fez a seguinte avaliação:

> "Do ponto de vista cultural, quem tem o senso crítico, como eu tenho, a gente identifica situações negativas do turismo. [...] Mas, do ponto de vista econômico, a grande maioria da população entende como extremamente positivo, porque gera renda. Aí eles fazem comparação, ao modo como eles viviam antes e depois do turismo. Tem pessoas aqui que passavam fome. Tinha terreno, mas não tinha valor comercial. A partir do instante que o turismo chegou e valorizou o imóvel, por exemplo, passaram a construir, alugar e foram viver boa parte do tempo dessa renda. Então melhorou. Eles fazem sempre esse paralelo. Como viviam e como vivem" (Alexandre, morador de Praia do Forte e Açuzinho).

Os resultados dos questionários confirmam a predominância de uma visão positiva do turismo galgada, sobretudo, na geração de emprego e renda para as populações locais. A grande maioria da população local (75%)[16] considera que o turismo trouxe mais efeitos positivos do que negativos para a localidade, ao passo que um percentual bem menos expressivo (10,2%) acha que a atividade não trouxe muitas alterações para a localidade, e um menor contingente de pessoas (7,6%) afirmou que os efeitos negativos para a localidade superam os positivos. A proporção de pessoas que consideram os efeitos positivos mais significativos do que os negativos foi maior nas localidades de Açu da Torre, Barro Branco, Campinas, Malhadas, Diogo, Imbassaí, Praia do Forte e Santo Antônio. As quatro primeiras se localizam na parte interiorana do distrito, na margem esquerda da Linha Verde, no sentido Salvador–Aracaju, e não recebem fluxo turístico, mas têm sido beneficiadas nesses últimos anos com contrapartidas sociais dos megaempreendimentos implantados ou em fase de implantação nas proximidades dessas localidades. As quatro últimas são localidades costeiras que concentram o fluxo turístico. Já nas localidades de Areal, Barreiro, Estiva e Pau Grande, localizadas no interior do distrito e que se encontram mais afastadas dos empreendimentos turísticos, a proporção dos que consideraram que os efeitos positivos superam os negativos foi menor do que a média registrada no conjunto do distrito, estando situada entre 50% e 66%[17].

Tabela 1
Opinião sobre os efeitos do turismo – distrito de Açu da Torre – 2007

Proposições	Percentual de pessoas (%)
Mais efeitos positivos do que negativos para a localidade	75,3
Mais efeitos negativos do que positivos para a localidade	7,6
Não trouxe muitas alterações para a localidade	10,2
Não soube responder	7,0
Total	100,00

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

[16] Diferente dos demais módulos do questionário, o bloco de perguntas referentes à percepção sobre o turismo não admitia que a informação fosse prestada por terceiros, o que implicou num menor número de observações para estas questões. Assim, os percentuais apresentados referem-se à proporção de pessoas que responderam a questão, não ao universo de pessoas investigadas.

[17] Ver cartogramas 2 e 3 em Muricy (2009) nesta publicação.

A importância da geração de empregos é confirmada em outro quesito do questionário, quando se pergunta diretamente se o entrevistado considera que o turismo tem gerado empregos para a comunidade. O percentual dos que responderam positivamente é muito próximo daqueles que consideraram que o turismo tem provocado mais efeitos positivos do que negativos: 73,8%. Parte significativa (16,5%) considera que o turismo tem gerado emprego para os que vêm de fora, mas não para a comunidade local, enquanto um pequeno percentual (3,6%) acha que este não tem gerado emprego para a comunidade local. O percentual que não soube responder a questão proposta foi de 6,0%. De forma similar ao quesito anterior, a proporção de pessoas que responderam que o turismo tem gerado empregos para a comunidade foi maior nas localidades de Açu da Torre, Campinas, Diogo, Malhadas e Santo Antônio do que no conjunto do distrito. Em Praia do Forte o percentual registrado foi igual ao do conjunto do distrito. O percentual dos que escolheram esta opção foi menor nas localidades de Curralinho, Estiva, Olhos d'água, Sapiranga, Sucuriú, localidades mais afastadas dos grandes empreendimentos turísticos.

Tabela 2
Opinião sobre a geração de emprego pelo turismo – distrito de Açu da Torre – 2007

Proposições	Percentual de pessoas (%)
Tem gerado emprego para a comunidade	73,8
Tem gerado emprego para os que vêm de fora, mas não para a comunidade local	16,5
Não tem gerado emprego para a comunidade local	3,6
Não soube responder	6,0
Total	100,00

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

As entrevistas qualitativas corroboraram os resultados encontrados nos questionários, ao tempo em que permitiram aprofundar o conhecimento acerca da percepção das populações locais sobre o turismo e a realidade local, de uma maneira geral. Nelas foi possível abordar temáticas mais delicadas sobre as quais, em geral, as pessoas não estão dispostas a falar num primeiro contato, sobretudo quando este é mais formalizado. O que se explica por diversas razões, que englobam desde a subjetividade das questões propostas ao receio de passar uma imagem negativa das comunidades, e de que isto venha, de alguma forma, repercutir negativamente sobre o destino das localidades. Temas como prostituição, violência, drogas, degradação ambiental, adensamento populacional, conflitos socioculturais e geracionais apareceram nas conversas, algumas vezes, de forma espontânea e, em outros momentos, estimuladas por perguntas diretas.

Nas localidades onde o turismo é ainda incipiente ou naquelas que não recebem fluxos turísticos, mas que se encontram próximas aos locais em que estão sendo implantados os grandes empreendimentos na década de 2000, percebe-se que a população local vivencia a fase de euforia descrita por Doxey (apud DIAS, 2003; BRITO, 2005) como o primeiro estágio na relação da população local com o turismo. No primeiro grupo encontram-se as localidades

costeiras de Santo Antônio e Massarandupió (primeira praia do município vizinho de Entre Rios e que possui estreitas relações com as localidades do distrito de Açu da Torre) e a localidade interiorana de Diogo – localizada a margem da estrada e que dá acesso a Santo Antônio –, nas quais o turismo começou a se desenvolver de forma mais sistemática nos anos 2000. No segundo grupo encontram-se Barro Branco, Açu da Torre, Malhadas e Campinas, localidades interioranas apontadas pelos Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) como as mais impactadas pelos empreendimentos implantados e em fase de implantação nos anos 2000, conforme explicitado anteriormente.

Nessas localidades se observa um entusiasmo, traduzido num conjunto de expectativas positivas em relação ao desenvolvimento do turismo. Muito provavelmente, o fato do último grupo de localidades citadas estar recebendo contrapartidas sociais dos empreendimentos implantados ou em fase de implantação contribuiu para que elas expressassem uma posição mais favorável sobre o turismo. Algumas melhorias recentes nas localidades, como a urbanização da praça de Malhadas e o asfalto ligando a localidade à Linha Verde (reivindicação antiga da comunidade), completam o quadro favorável em relação às repercussões do turismo na região. A importância desses investimentos recentes se evidencia na comparação dos posicionamentos dos moradores locais, notadamente algumas lideranças, expressos em entrevistas realizadas em diferentes conjunturas[18].

Num primeiro momento, no início da década de 2000, período anterior à implantação desses empreendimentos, os moradores demonstravam insatisfação por não se considerarem contemplados com os benefícios do turismo[19]. As principais reclamações diziam respeito ao processo de capacitação da população local realizado pelos empreendimentos instalados nas conjunturas anteriores, que segundo avaliação de diversos moradores foi conduzido de forma insatisfatória, tanto no que diz respeito à seleção quanto ao conteúdo dos cursos oferecidos. Esta queixa era comum nos discursos dos moradores das demais localidades do distrito. A precariedade da infraestrutura também era motivo constante de reclamações por parte da população dessas localidades, que era obrigada a se deslocar diariamente para o trabalho por estradas vicinais de barro, muitas vezes a pé, até alcançar a Linha Verde ou aguardar por muito tempo as escassas linhas de ônibus que atendiam as localidades.

As entrevistas qualitativas e a observação da realidade local realizadas no âmbito da presente pesquisa, nos anos 2007 e 2008, revelaram importantes modificações nas povoações bem como na percepção da população em relação ao turismo. Por um lado, a população das localidades citadas anteriormente se mostrou mais animada com as perspectivas advindas do desenvolvimento turístico, notadamente da implantação dos megaempreendimentos nas

[18] A pesquisa utilizou documentos e estudos realizados, em conjunturas anteriores, tanto pela esfera governamental, como pela iniciativa privada e por pesquisadores ligados a universidades, a exemplo de Lorenzo (1996), Gomes (1998), V&S Engenheiros e Consultores (2003) e Gaia Consultoria em Recursos Naturais (2004). Estes foram confrontadas com as entrevistas realizadas, entre 2007 e 2008, pela presente pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*.

[19] Sobre os cursos de qualificação oferecidos pelos empreendimentos turísticos na área do estudo, ver Pinho (2009) nesta publicação.

proximidades. Os moradores acreditam que deve ocorrer uma maior dinamização econômica, o que faz com que alguns sonhem com o direcionamento do fluxo turístico para as localidades e planejem abrir estabelecimentos voltados para os turistas. A precariedade da infraestrutura continua sendo alvo de críticas por parte da população, embora reconheçam que melhorias importantes têm sido realizadas. Por outro lado, as populações dessas localidades, bem como das povoações costeiras citadas anteriormente, que iniciaram recentemente suas trajetórias como destinos turísticos, se mostraram apreensivas com as transformações já percebidas e com as possibilidades de incorporação dos problemas verificados nas localidades turísticas vizinhas, notadamente no que se refere à violência, prostituição e uso de drogas.

Nas localidades que se encontram consolidadas como destinos turísticos, Praia do Forte e Imbassaí, bem como Porto de Sauípe (povoação mais próxima do empreendimento Costa de Sauípe, situada no município de Entre Rios), as entrevistas realizadas demonstraram certo cansaço da população local em relação às "promessas do turismo". O mesmo foi percebido em entrevistas realizadas em outras localidades da APA/LN, mas que não pertencem ao distrito de Açu da Torre, como Subauma (localizada no município de Entre Rios) e Sítio do Conde (situada no município de Conde). Enfatizando problemas relativos ao crescimento populacional, à degradação ambiental, ao crescimento de fenômenos como violência, prostituição e consumo de drogas, entre outros, parte dos moradores locais sente-se desanimada e não confia mais que o desenvolvimento turístico venha trazer benefícios para a comunidade, principalmente em função da maneira como o turismo vem sendo conduzido. A representante do Conselho Tutelar de Entre Rios fez a seguinte avaliação sobre o estado de espírito das comunidades que pertencem à APA/LN:

> "As pessoas da comunidade estão cansadas de esperar uma coisa diferente e não encontrar. Essa é a realidade. Se existe uma população que sofre com o aumento do turismo e essa mesma população que sofre já não quer mais. Elas queriam o desenvolvimento do lugar e hoje elas pedem que isso acabe" (Flávia, representante do Conselho Tutelar de Entre Rios).

Essa mesma perspectiva se expressa na fala de outra das interlocutoras da pesquisa, residente em Imbassaí, que afirmou existir um descontentamento geral das pessoas das localidades, pois "apenas dão e nunca ganham nada em troca [...] O turista vem e usufrui o que é nosso, mas também não deixa o que é deles. As pessoas das comunidades estão cansadas de esperar uma coisa diferente e não encontrar" (Mariela, moradora de Imbassaí). De uma maneira geral, essa insatisfação permanece em estado latente, ou seja, não se traduz num conflito aberto, pois há o reconhecimento da importância do turismo para a manutenção dos grupos, conforme foi enfatizado anteriormente. No entanto, as entrevistas revelaram uma insatisfação de parte dos moradores em relação ao comportamento dos turistas. Como destaca Urry (1996 apud MURICY, 2001a), o turista, por se encontrar distante dos "olhares vigilantes" de sua sociedade, tende a se comportar de uma maneira que não faria nos seus locais de origem, sobretudo quando são jovens, como acontece com parte dos turistas de Praia do Forte.[20]. Isso resulta

[20] Além das badalações noturnas, Praia do Forte tem sua imagem associada a ecoturismo, conforme explicitado anteriormente.

em comportamentos que muitas vezes agridem a população local, sobretudo as pessoas mais velhas. Alguns entrevistados mencionaram como motivo de incômodo o barulho e as confusões causadas pelos turistas, principalmente na alta estação, quando as pessoas colocam os sons dos carros em altos volumes, bebem e gritam nas portas das casas dos moradores. Em Imbassaí, uma moradora local afirmou que o barulho e o comportamento dos turistas, de uma forma geral, têm assustado e "expulsado" muitos moradores de seus locais de origem. Mas o barulho e as agitações noturnas não desagradam a todos, pois há aqueles que estão se beneficiando economicamente e também os que gostam da movimentação de pessoas, independente do retorno financeiro que isto possa lhes proporcionar.

O incômodo causado pelo barulho e pela movimentação noturna consiste apenas na ponta de um *iceberg*, ou seja, no aspecto mais visível e mais facilmente narrado pela população local sobre as transformações deslanchadas a partir do advento do turismo. Facetas mais complexas, como a prostituição, as drogas e a violência, apareceram em diversas entrevistas como motivação mais profunda de insatisfação por parte dos moradores, embora em algumas entrevistas esses temas só tenham surgido a partir de estímulos, pois como ressaltado anteriormente, há o receio por parte dos moradores de tocar nessas questões. Ainda que estes problemas não sejam elencados como os principais das localidades, já chamam atenção das pessoas do lugar, que temem um maior incremento dessas práticas sociais.

Os moradores locais entrevistados associam esses fenômenos diretamente à chegada de grande contingente de pessoas desconhecidas na área, que vêm de fora, motivadas pelas possibilidades de trabalho nas atividades vinculadas ao turismo. Em muitas falas dos antigos moradores, esses "forasteiros" são caracterizados como uma ameaça para o controle social dos grupos, pois não é mais possível conhecer todos os moradores e não se sabe a procedência e o perfil dos recém-chegados nas localidades. O desconforto e a insatisfação se manifestam, sobretudo, nas falas dos mais velhos, quando lamentam as transformações bruscas na configuração socioespacial, na composição social e política e, em particular, na cultura local. Em muitos sentidos, as localidades turísticas parecem estranhas aos olhos dos moradores, que já não se reconhecem na paisagem local, tampouco conseguem desvendar a lógica que permeia e dá significado aos diversos espaços e às sociabilidades locais. Também já não se sentem "senhores do lugar" e, acanhados, reconhecem que já não têm voz ativa, não decidem o destino do território que um dia lhes pertenceu.

> "A gente que é nativo, a gente vai se acomodando pra não procurar confusão, pra não procurar agonia por que Praia do Forte, a minha dor é essa, é que quem fala mais alto é quem chega, a minha dor que eu tenho dentro de mim só é isso, né? Por que eles não respeitam os nativos, eu tenho sessenta e um anos, vou fazer sessenta e dois, essa tem oitenta, outras têm mais e a gente tem de fazer: será que o pessoal não vai brigar? Num pode acontecer isso" (moradora de Praia do Forte, GAIA CONSULTORIA EM RECURSOS NATURAIS, 2004).

Como se pode perceber no discurso dessa moradora de Praia do Forte, existe um conflito entre os moradores oriundos da localidade ou que nela residem há muito tempo, os chama-

dos "nativos", e os que se instalaram mais recentemente nas localidades. Conflito este que perpassa pela questão do perfil socioeconômico e cultural dessas duas categorias sociais. Nos locais que concentram o fluxo turístico, verifica-se a imigração de pessoas de perfil socioeconômico mais elevado do que o encontrado no conjunto de pessoas residentes há mais tempo no distrito de Açu da Torre. Essas pessoas chegam às localidades dispostas a investir em empreendimentos comerciais e de serviços direcionados para os turistas e, de uma maneira geral, conseguem ser mais bem-sucedidas do que os "nativos" que se aventuram nesta seara, não só pelo fato de possuírem mais capital econômico como também por possuírem maior domínio das lógicas do mercado e, em particular, das demandas trazidas pelos turistas. Mais recentemente, também se observa a convergência para as localidades turísticas, notadamente Praia do Forte e Imbassaí, de pessoas de maior escolaridade que vêm para trabalhar nos grandes empreendimentos turísticos, ocupando os melhores cargos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento primário realizado pela equipe da pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, que compreendeu a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas, constatou as principais tendências e transformações socioculturais associadas ao desenvolvimento do turismo pelos estudiosos da temática. Tomando-se por referência os trabalhos de Dias (2003), Fox (1977, p. 27 apud SPINOLA; MURICY; RIBEIRO, 2004) e Luis Ferreira (2005 apud LOIOLA et al., 2008), verificou-se a presença de praticamente todos os impactos analisados pelos autores e elencados no início do texto, com exceção da saturação da infraestrutura, dos problemas de saúde, do etnocentrismo e da arrogância cultural[21].

Dada a subjetividade e complexidade da dimensão cultural, não foi possível, no curto espaço de tempo da pesquisa, contemplar todos os aspectos a ela concernentes. As principais transformações constadas nas localidades podem ser agrupadas nos seguintes eixos temáticos: modificações nos valores e práticas socioculturais; na composição social da população local; nas estruturas produtiva e fundiária; e nas formas de apropriação, uso e ocupação dos espaços. As transformações nos valores e práticas sociais encontram-se estreitamente relacionadas à ampliação dos intercâmbios proporcionada pelo turismo, que acaba funcionando como um veículo de difusão dos modos de vida hegemônicos no mundo capitalista. Dessas transformações decorre parte significativa dos impactos descritos pelos autores, tais como o efeito demonstração, os choques culturais, as modificações nos sistemas de valor, no comportamento individual, nas relações familiares, nos estilos de vida coletivos e na conduta moral. Outros impactos citados pelos autores, como as modificações nas formas de organização comunitárias, o aumento da prostituição e da criminalidade, encontram-se relacionados às transformações nos valores e práticas sociais, mas precisam ser analisados à luz de outras transformações na estrutura socioeconômica, cultural e política das localidades.

[21] O fato desses impactos não terem sido constatados pela pesquisa não significam que não estejam presentes, mas apenas que não foram identificados.

As modificações na composição social dos núcleos receptores, decorrentes dos movimentos migratórios ocorridos com a chegada de pessoas provenientes de diferentes culturas e a saída de antigos moradores, intensificam as transformações nos valores e práticas socioculturais, bem como os conflitos sociais existentes entre as diferentes categorias sociais que interagem nos núcleos receptores. Esses conflitos se estabelecem não apenas em função dos choques culturais, mas também em decorrência dos diferentes perfis socioeconômicos das populações que passam a interagir nesses espaços. A chegada de pessoas que possuem possibilidades de se inserir de forma mais vantajosa nas novas redes de atividades articuladas em torno do turismo, atuando como empreendedores ou ocupando cargos de maior remuneração e prestígio social, acentua os conflitos entre os antigos e os novos moradores, bem como entre esses e os turistas.

Parte dos movimentos de emigração das localidades é estimulado pelas alterações na estrutura fundiária, com a incorporação definitiva das terras ao mercado imobiliário e a valorização dos terrenos e edificações estimulada pelo turismo. Verifica-se um processo de substituição das populações das áreas costeiras, mais atrativas para o capital imobiliário e turístico, com a saída dos antigos moradores tradicionais para áreas menos valorizadas do distrito, localizadas no interior, ou mesmo para outras regiões. Essas populações vão sendo substituídas por empreendimentos comerciais e de serviço, em particular os hoteleiros, e pelos condomínios direcionados a um público de maior poder aquisitivo. Por outro lado, o incremento do setor turístico estimula a imigração de grande contingente de pessoas atraídas pelas novas possibilidades de trabalho, num contexto de forte desemprego tanto na região como no estado e no país. As populações de menor poder aquisitivo se instalaram nas povoações localizadas do lado esquerdo da Linha Verde, no sentido Salvador–Aracaju, carente de infraestrutura urbana, ocupando, muitas vezes, ecossistemas frágeis, como mangues e beiras de rios. Com isso ocorrem importantes modificações nas paisagens locais, com a incorporação de uma arquitetura padronizada nos núcleos turísticos e um processo de favelização de áreas menos atrativas para o capital. A população local passa a não ter acesso a certos recursos naturais, antes disponíveis e importantes para a reprodução social dos grupos. A proibição do acesso à mata, da qual se extraia a piaçava e se criava os animais para consumo alimentar, bem como a rios, lagoas e mares, que eram utilizados para complementar a dieta alimentar e também para o lazer e divertimento das populações locais, constituem exemplos significativos desse processo. Nos núcleos turísticos, a população local se sente excluída dos *points* turísticos, seja em função da proibição do acesso a determinados locais, dos preços praticados ou por não se sentirem confortáveis nos novos espaços.

As modificações na estrutura produtiva das localidades caminham no sentido apontado pelos diferentes autores, com a desestruturação das atividades preexistentes, ligadas ao setor primário, e a estruturação de um novo mercado de trabalho. Verificaram-se aspectos positivos na melhoria da renda da população, nas condições de trabalho e na dinamização da economia das localidades em comparação ao período anterior, embora os resultados dos questionários apontem para um mercado pouco diversificado, como demonstrou Alves (2009) em suas análises. Ainda que os salários pagos pelos setores ligados ao turismo sejam em média superiores

aos demais setores existentes nas localidades, diversos autores chamam atenção de que a remuneração do setor é baixa. Nesta perspectiva, Dias (2003, p. 134) ressalta que "os postos de trabalho abertos pelo turismo, de um modo geral, são sazonais – ocorrendo durante os períodos de alta temporada –, e os níveis salariais de modo geral são baixos, se comparados com funções administrativas equivalentes em outros setores da economia".

A questão do trabalho é fundamental para se entender os desdobramentos do turismo nos núcleos receptores, uma vez que a grande expectativa da população local, e mesmo do planejamento governamental, encontra-se relacionada à geração de emprego e renda para as pessoas do lugar. Percebe-se, então, que este objetivo vem sendo parcialmente atingido, uma vez que a população local encontra sérias dificuldades de inserção na nova rede de atividades implantadas, tanto em função da baixa escolaridade quanto de aspectos culturais. À medida que a população local vê frustradas suas expectativas, os aspectos negativos do turismo ganham maior relevância e intensificam-se os antagonismos e as críticas à atividade. No modelo proposto por Doxey (apud DIAS, 2003; BRITO, 2005), a frustração dessas expectativas faz com que o sentimento da população local em relação ao turismo siga uma tendência que vai da euforia ao antagonismo total.

No caso específico das localidades da APA/LN estudadas, pode-se perceber, ao longo da pesquisa, a presença de elementos que caracterizam o primeiro, o segundo e o terceiro estágios do desenvolvimento dos destinos turísticos descritos por Doxey, denominados, respectivamente, de euforia, apatia e irritação. No entanto, não se observou uma homogeneidade nos sentimentos e na percepção dos moradores para com o turismo e os turistas, mas a coexistência de sentimentos, muitas vezes contraditórios, entre os diferentes atores sociais e mesmo de cada ator individualmente. O predomínio do estágio de euforia foi verificado nas localidades que estão iniciando suas trajetórias no circuito turístico e naquelas que não recebem visitantes, mas que se encontram próximas aos grandes empreendimentos em fase de implantação. Os estágios de apatia e irritação foram percebidos nas localidades nas quais o turismo já se encontra consolidado. Ao mesmo tempo em que os moradores dessas localidades revelam insatisfação em relação a alguns aspectos da realidade local, enumerados ao longo do texto, como a prostituição, o consumo de drogas e a violência, os moradores mostram-se satisfeitos com a dinamização econômica da área, embora reprovem o fato de não conseguirem ocupar cargos de maior remuneração e prestígio social na rede de atividades articuladas em torno do turismo.

Barreto (2003, p. 26) destaca que para tentar melhorar as relações no turismo é necessário se aprofundar neste grande paradoxo da relação turistas-anfitriões, que conforme destaca a autora, consiste em colocar em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada. O que decorre do fato dos habitantes estarem interessados apenas no dinheiro dos turistas, os quais, por sua vez, vêm os habitantes apenas como um instrumento para concretização dos seus fins. Assim, a autora conclui que as ciências sociais poderiam dar uma grande contribuição para "o planejamento equilibrado de um turismo responsável", na medida que auxiliassem a:

> entender os processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos (BARRETO, 2003, p. 26).

O equacionamento dessa questão, assim como de outras elencadas ao longo do texto, é fundamental para que se possa, de fato, implantar um modelo turístico que beneficie a população local e que, ao menos, se aproxime dos tão proclamados princípios da sustentabilidade do desenvolvimento, que envolvem a dimensão econômica, social, cultural, territorial, ambiental e política. Para tanto é fundamental a inserção da população local nas novas redes de atividades articuladas em torno do turismo, em melhores condições do que vem ocorrendo até então, seja como empreendedores ou como trabalhadores em cargos de chefia e/ou funções bem remuneradas e de elevado prestígio social. Para que o dinamismo econômico verificado seja internalizado pelas povoações locais, é necessária também uma maior diversificação e integração das atividades econômicas aos setores ligados mais diretamente ao turismo. A melhoria dos níveis educacionais da população, bem como uma qualificação profissional direcionada para as atividades existentes nas localidades, vem a ser uma condição imprescindível nesse processo. O respeito à cultura local e às escolhas das populações também consistem em aspectos fundamentais. A preservação ambiental é imprescindível não apenas para garantir a qualidade de vida das populações residentes, mas para a própria continuidade da atividade turística. Por fim, a autonomia deve ser assegurada de forma que as pessoas do local sejam capazes de efetivamente decidir sobre os destinos dos seus territórios.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís André. Características da ocupação dos residentes no distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 269-294. (Série estudos e pesquisas, 82).

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Distrito de Açu da Torre: caracterização dos domicílios. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 311-335. (Série estudos e pesquisas, 82).

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Conselho Estadual de Meio Ambiente. *Parecer do Grupo de Trabalho GT – ZPV - Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia*. Salvador: SEMARH, 2007. Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas (CTBIO).

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: EDUFBA, 2005. 418 p.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sociocultural no Litoral Norte da Bahia. *Turismo em Análise,* São Paulo, p. 61-75, maio 1998.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003.

GAIA Consultoria em Recursos Naturais. EIA/Rima. Estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto no meio ambiente. Salvador: GAIA Consultoria em Recursos Naturais, 2004. v. 4.

GOMES, Lirandina. *Em busca do paraíso... A (eco)lógica, a gestão do território e o turismo na Praia do Forte-Bahia*. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Bahia, Salvador,1998.

LOIOLA, Elizabeth et al. Estudo exploratório sobre o turismo em Praia do Forte e seu entorno. In: CONGRESO AECIT*:* Cambios tecnológicos em turismo. Producción, comercialización, innovación y território, 13., 2008.

LORENZO, Rosa Amélia Fortes Garcia. *A que passos andam as tartarugas: estudo sobre impacto sócio-cultural do turismo em Praia do Forte, Bahia*.1996. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

MURICY, Ivana Tavares. *O Éden Terrestre*: a construção social de Porto Seguro como cidade turística. 2001a. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001a.

_____. O Éden terrestre: o consumo da cidade como mito. *Bahia Análise & Dados*: cultura, turismo e entretenimento, Salvador, v. 11, n. 2, p.180-193, set. 2001b.

_____. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Potencialidades e limites da atividade turística para o desenvolvimento das sociedades. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 29-55. (Série estudos e pesquisas, 82).

PINHO, Simone Araújo de. Perfil educacional da população do distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 295-310. (Série estudos e pesquisas, 82).

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. Litoral Norte: reflorestamento e reestruturação. *Bahia Análise & Dados*: agricultura, Salvador, v. 2, n. 1, p. 65-71, jun. 1992.

SANTANA, Mercejane. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente?. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 137-163. (Série estudos e pesquisas, 82).

SPINOLA, Carolina; MURICY, Ivana; RIBEIRO Laildes. *De volta a Maracangalha*: uma proposta de revitalização de espaços através do turismo. Salvador: SC Editora de Comunicação e Assessoria Jornalística, 2004. 84 p.

SOUZA, Cristiane; PARAGUASSU, Lidice. Entre os de dentro e os de fora, um empreendimento turístico: formas de organização e participação sociais e culturais no Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 251-267. (Série estudos e pesquisas, 82).

V&S ENGENHEIROS CONSULTORES. Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo relatório de Impacto no Meio Ambiente do Plano Diretor da Reserva Imbassaí (EIA/RIMA) do empreendimento Reta Atlântico. Salvador: V&S Engenheiros e Consultores, 2003. v. 5 - Meio Antrópico.

ENTRE OS DE DENTRO E OS DE FORA, UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Cristiane Santos Souza *
Lidice Almeida A. Paraguassu **

E começa a Linha Verde. Daí para frente, como se fosse uma explosão. É o Big Ben ... acontece o Big Ben de Praia do Forte. E hoje, o que todo mundo vem razendo com isso: as benfeitorias e as malfeitorias. (Pablo, Praia do Forte, 2008)

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende fazer uma breve reflexão sobre as diversas formas de organização e participação sociais e culturais forjadas no Litoral Norte da Bahia, quando as primeiras intervenções estatais e privadas começam a ser executadas na região com o intuito de viabilizar o projeto de desenvolvimento econômico e social voltado para o turismo. Ao longo deste tempo, e em especial nos últimos dez anos, foi implantado em toda a faixa desse litoral um considerável número de empreendimentos turísticos (hoteleiros – de grande, médio e pequeno porte –, como Complexo Sauípe , Iberostar, Reserva Imbassaí, dentre outros), de entretenimento e de infraestrutura e serviços (a Linha Verde, sistema de esgotamento sanitário, energia elétrica, melhorias de infraestrutura etc.) que impulsionaram as mudanças socioculturais das localidades ali existentes tradicionalmente, figurando novas formas de organização e participação social e política.

Nosso olhar foca sobre os municípios que correspondem à Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte.[1] Porém, a análise se circunscreve ao distrito de Açu da Torre, no município de Mata de São João, que se constitui das localidades de Praia do Forte, Açu da Torre, Malhadas, Campinas, Barro Branco, Imbassaí, Diogo, Santo Antônio, Areal, Curralinho, Vila Sauípe, dentre outras[2]. Para a escrita deste trabalho realizamos uma pesquisa sistemática em fontes secundárias sobre as mudanças observadas na região no período em questão; trabalhamos com um conjunto de informações primárias e etnográficas produzidas e coletadas durante os anos de 2007 e 2008 pela equipe do projeto de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, desenvolvido pela SEI, a

* Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mestre em Ciências Sociais (concentração em Antropologia) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista da Fundação Ford; pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventude, Cultura, Identidade e Cidadania (NPEJI-UCSal/CNPq). criskasouza@ig.com.br.

** Doutoranda em Medio Ambiente pelo Programa de Post Grado en Medio Ambiente Natural y Humano en las Ciencias Sociales, Universidad de Salamanca; mestre em Ciências (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

1 A APA corresponde à faixa litorânea dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Conde.

2 Ver cartogramas 2 e 3 no texto de Muricy (2009) nesta publicação.

saber: entrevistas feitas com moradores e lideranças locais,[3] questionários e registros de observação (anotações e fotografias)[4]. A este material foram agregados os conhecimentos por nós acumulados nas experiências com outros trabalhos de pesquisa e estudo na área.

Os caminhos aqui percorridos sinalizam para alguns processos, geralmente negligenciados ou minimizados nos diagnósticos e relatórios de avaliação das dinâmicas e dos impactos do turismo, referentes aos conflitos nos discursos e nas práticas dos múltiplos atores sociais sobre os projetos de apropriação de terras e o uso dos seus recursos naturais; e sobre as transformações nos sentidos e práticas cotidianas do dia a dia vivido pelos sujeitos. Nessa perspectiva, pretendemos destacar algumas das principais formas de organização e estratégias de participação coletivas presentes na região e, em especial nas localidades de Açu da Torre.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira traçamos em linhas gerais a trajetória das formas de participação e organização social no Brasil, suas tendências e reflexões na Bahia. Em seguida enfocamos este processo no Litoral Norte e, especificamente, para alguns dos processos relacionados com a implementação de empreendimentos turísticos no distrito de Açu da Torre. Por fim, apontamos para um conjunto de problemas decorrentes deste processo e o desafio aqui colocado para os diversos agentes envolvidos, em destaque para Estado.

OS ESPAÇOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL: OS DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO... QUANDO SE PARTICIPA!?

A discussão sobre a questão da organização social está ligada diretamente ao tema da participação. No Brasil este tema aparece no cenário político há mais de duas décadas. Os movimentos populares se constituíram de um coletivo socialmente heterogêneo, oriundos de diferentes setores da sociedade, que reivindicavam melhores condições de sobrevivência no espaço urbano e que tiveram grande impulso a partir da década de 1970, com o apoio e articulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).[5] Foi a atuação das CEBs que proporcionou a retomada das discussões políticas no país, influenciando a formação de movimentos sociais populares, como o *Movimento do Clube de Mães* e *Mo-*

[3] A noção de liderança segue a perspectiva que são as pessoas assim reconhecidas pelos membros da localidade, por exercer um papel de referência, de orientação e de participação social organizada ou não junto aos órgãos públicos e instituições privadas. Cabe destacar que – seguindo as orientações das instituições envolvidas com a pesquisa e o desenvolvimento da ciência que envolvem interlocuções e ações de intervenção junto a pessoas, grupos e comunidades e por ventura possam significar para estes algum tipo de ameaça (em suas diversas possibilidades) futura –, nós adotamos para a exposição desta narrativa o uso de nomes fictícios para representar nossos interlocutores.

[4] Sobre os aspectos metodológicos da pesquisa ver Muricy (2009) nesta publicação. Conforme explicitado neste texto, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios no intuito de preservar a identidade dos mesmos.

[5] Em meados da década de 1960, segmentos da igreja católica, motivadas pelo Concílio Vaticano II, vivenciavam a ruptura com as práticas da liturgia tradicional, enfatizando valores de solidariedade e justiça social, através de um trabalho pastoral coletivo, fora das paredes das paróquias e mais próximo à população. Esta vertente de renovação no seio da igreja culminou com um plano pastoral cuja ideia era "ir aonde o povo está", delineando as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil. As CEBs foram fundamentais nos "anos de chumbo", pois em seu espaço ocorriam as reuniões políticas de oposição à ditadura. Essas reuniões também começaram a discutir os processos de reivindicações pela melhoria da qualidade de vida do povo, tanto no campo como na cidade. Em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, as Comunidades de Base se configuram no espaço de gestão e desenvolvimento dos movimentos sociais e sindicais.

vimento pela Carestia/Custo de Vida. Estes movimentos, observados também em outras partes do mundo, reivindicavam o acesso a bens de consumo coletivo, sejam no campo da educação, da saúde ou da moradia, e a bens imateriais, como identidade, valores ou cultura. Segundo Doimo (1997), estes "novos movimentos sociais", diferentes daqueles cuja fundamentação se dava no campo teórico-científico da vertente marxista-europeia, são de uma ordem "metapolítica", ou seja "muito mais pautados em valores do que em reivindicações negociáveis".

Neste contexto, diversos setores da sociedade brasileira, como organizações não governamentais, partidos políticos ou órgãos públicos, se engajam nessas discussões, dando uma configuração aos movimentos populares no Brasil, cujas demandas vão incorporando questões tanto nacionais quanto mundiais, como a preservação do meio ambiente, os direitos da mulher e os direitos à individualidade. Essa dinâmica da modernidade, cuja tecnologia passa a ser um dos instrumentos mediadores das relações sociais, permite que o local e o global se conectem de maneira abstrata, deixando flexíveis as relações entre tempo e espaço (GIDDENS, 1991).

Essa transformação das relações permitiu uma expansão mundial em termos de cultura, política e valores, e a mudança nas estruturas institucionais, como família e igreja, possibilitou que alguns cidadãos do mundo pudessem experimentar uma infinidade de relações nunca dantes pensadas. Entretanto, esta característica da modernidade evidencia uma ausência de referenciais sólidos e permanentes, visto que as demandas por valores antes considerados pertencentes à antiguidade, agora são reivindicados em um espaço social mais amplo. Nesse aspecto, Beck (1986) conceituou nossa modernidade como uma "sociedade de risco", pelo reconhecimento de que são necessárias novas explicações, onde se incorpore e desincorpore a "tradição". Entretanto, estes valores antigos, que emergem, não são predominantes nem hegemônicos, mas buscam conviver e compõem a modernidade, através destes movimentos populares que se articulam reivindicando a superação de tudo que degrade a dignidade e o bem comum.

Assim, vê-se que na década de 1980 ocorre um processo de conformação de novos espaços de participação social (respaldado no princípio democrático) no seio da sociedade civil, constituído, principalmente, pelos avanços e pelas conquistas dos movimentos populares e pluriclassistas – mulheres, negros, ecológicos, dos indígenas, dos migrantes, das crianças, dos jovens, dos mais velhos, dentre outros (COHN, 1994; CASTRO, 2002).

Santos (1997) identifica dois imperativos éticos, importantes para a superação da antinomia entre o universalismo dos valores igualitaristas e o respeito às diversidades culturais e identitárias. Para ele é necessário nas diferentes versões de uma cultura que seja escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, ou seja, aquela que possibilita ir mais longe no reconhecimento do outro; e considerar que "as pessoas e os grupos sociais têm o direito a serem iguais quando a diferença os inferiorizar, e o direito a serem diferentes quando a igualdade os descaracterizar" (SANTOS, 1997).

A multiplicidade de movimentos populares permite observar uma dinâmica social diferente, própria das fases mais recentes da modernidade: apesar de origens fundamentadas em questões de base ideológica e imateriais, existe uma dialética entre a reivindicação de direitos humanos no geral e direitos humanos de grupos específicos. Para Castro (2002), isso significa uma ruptura com conceitos clássicos da virada do século XX (cidadania social, civil e política), para atuar com as desigualdades de um sistema de classe ampliado dentro de um espectro da cidadania cultural e do reconhecimento de identidades, tomadas em suas singularidades, tanto do ponto de vista de suas vulnerabilidades negativas, quanto em suas potencialidades, experiências, estratégias, linguagens.

Estes movimentos participaram da redemocratizaçao do país e exigiram do Estado não apenas participação política no processo decisório das políticas públicas, mas chamavam-no à responsabilidade, através de instrumentos de protesto. O eixo metodológico da "educação popular" foi estruturado nesse período e orientou as assessorias a estes movimentos, com ênfase na "transformação social" como direcionador no sentido "organizativo-conscientizador", incentivando a autonomia e organização popular (DOIMO, 1997).

A conquista de novos canais de discussão e intervenção nas questões das demandas públicas, por outro lado, trouxe, também, uma série de dificuldades, limites e exigências socioeconômicas e políticas, ligadas principalmente a aspectos enraizados nas culturas locais. Neste período, consolidam-se ainda as primeiras experiências de Conselhos de Gestão[6] da coisa pública (comunitário, escola, saúde etc.). Paralelamente, funcionavam ainda os conselhos dos movimentos populares, o que em muitos momentos resultou numa relação conflitante (ainda muito presente). Os conselhos gestores dos anos 1990 apresentaram caráter interinstitucional, se constituindo em instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado, legalmente respaldados pela Constituição de 1988, que previu o exercício deles através da democracia participativa (GOHN, 2008).

A implementação destes conselhos gestores significou, de certa forma, para o governo brasileiro, a consolidação do seu alinhamento a uma série de orientações advindas de agências mundiais que afirmavam a necessidade da adoção de um conjunto de políticas a serem programadas para garantir uma "nova" governabilidade. Dessa maneira, segundo expressão cunhada pelo Banco Mundial na década de 1990, a gestão governamental deveria primar pela "governança", ou seja, estar fundamentada em princípios como responsabilidade, transparência e legalidade, que, mesmo vinculadas ao debate político-desenvolvimentista, estivessem sempre atentas à reivindicação da sustentabilidade requerida pela sociedade civil[7]. Assim, as políticas públicas relacionadas a este novo modelo de gestão deveriam primar pela atenção às demandas sociais, recorrendo, sempre que possível, a uma gestão participativa entre os diversos atores envolvidos nos processos. A palavra de ordem dessa nova gestão é "parceria"

[6] Segundo Gohn (2008), a organização através de conselhos se constitui numa estratégia tão antiga quanto a própria democracia participativa, e alguns pesquisadores sugerem que suas origens remontem aos clãs visigodos. Na história contemporânea, os conselhos mais famosos são a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos e os Conselhos Operários de Turim.

[7] Sobre o conceito de governança, ver Santana (2009) nesta publicação.

e, nessa perspectiva, conselhos, associações, comitês, sindicatos, fóruns e demais membros interessados são peças fundamentais na implementação das políticas públicas que tenham caráter participativo. Nesse contexto, a década de 1990 observou, no cenário das organizações sociais, um cruzamento de interesses de participação direta (movimentos populares) e das intermediações do Estado (conselhos gestores). Neste período, em meio ao "global", o local passa a ser visto como dinamizador das mudanças sociais, constituindo novas formas de sociabilidade, principalmente referentes ao lazer e à cultura (GOHN, 1994).

Nesse momento, o avanço do capital e o surgimento de novas demandas sociais marcaram as mudanças no seio das organizações sociais também no estado da Bahia. Muitas áreas do estado (de riquezas naturais, paisagísticas e culturais) experimentaram um processo de valorização econômica a partir de volumosos investimentos voltados para a dinamização do turismo, a exemplo do Extremo Sul e Litoral Norte, e atualmente parece se voltar ao Recôncavo e à Baía de Todos os Santos. Dessa maneira, a concepção de governança, pretendida pelas gestões públicas modernas, foi incorporada aos planos e diretrizes operacionais do turismo, prevendo, dessa maneira, a parceria entre as diversas instituições interessadas (governamentais e não governamentais) na implementação das políticas pretendidas. Em geral, pode-se dizer que a construção fundamental do princípio da governança, tal como ele é admitido dentro das esferas políticas, está baseado na presença de entidades da sociedade civil.

Nesse contexto, muitas destas organizações buscaram uma institucionalidade que as referendasse frente às negociações com os poderes públicos, dentro das novas agendas políticas que incorporaram o ideal de sustentabilidade, ou seja, tornaram-se parceiros do Estado, corroborando com o que diversos autores chamam de "ideologia de revalorização da 'sociedade civil'". A maneira de atuação destas organizações são redefinidas, em relação às décadas de 1970 e 1980, e se tornam mais próximas do formato de campanhas e informes, enfocando o debate mais especificamente nas questões de caráter ético-moral e de solidariedade individual e coletivas, buscando alternativas para a pobreza, o desemprego, desigualdades, a violência, a corrupção, dentre outros. Diferentemente do que se propunha essa perspectiva de governança, o que se observou nos últimos anos foi o acirramento da especulação fundiária e imobiliária, a desestruturação nas bases de organização e participação socioculturais locais e o surgimento e intensificação de problemas ligados a infraestrutura, serviços, saúde e educação.

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONFIGURAÇÕES SOCIOCULTURAIS NAS LOCALIDADES DO DISTRITO DE AÇU DA TORRE

Ao longo da história mais recente da região, aqui analisada, podemos observar a tendência acima descrita quanto às formas de participação e organização social, guardadas as suas especificidades. A ocupação do Litoral Norte da Bahia está ligada a processos que se reportam à segunda metade do século XVI, confundindo-se com a própria colonização brasileira. O extrativismo de produtos florestais como o látex da mangaba, a piaçava para confecção

de artesanato, a pesca e a mariscagem, ao lado da pequena produção agrícola e da coleta das frutas da estação, mantiveram-se, até bem recentemente, como base da economia local. Historicamente, esta região experimentou uma prática de organização e participação baseada na estrutura familiar extensa e de vizinhança, na qual os conflitos, as necessidades e os projetos coletivos eram resolvidos entre os membros da localidade. As formas de reprodução econômica e social nesta região se engendravam da ligação direta entre as pessoas, a natureza e seus recursos. As trocas se davam num nível amplo da família.[8] A proximidade das crianças com os adultos e com crianças de outras idades ampliava o universo de socialização primária. As atividades cotidianas desenvolvidas pelas mulheres estavam ligadas ao trabalho doméstico, ao cuidado com as crianças, desenvolvido, na maioria das vezes, coletivamente, à mariscagem, ao artesanato e às pequenas práticas agrícolas nas hortas e pomares. As atividades predominantemente masculinas estavam relacionadas ao desenvolvimento da pesca e de pequenos comércios locais. Os novos casamentos permaneciam na vizinhança, possibilitando o convívio mútuo entre várias gerações.

O Litoral Norte foi ocupado através de uma rede de relações que desconhecia as fronteiras geopolíticas, demarcação, loteamento e privatização das terras, aumentando sua complexidade no tempo e, consequentemente, a probabilidade de contato entre as pessoas, suas organizações e práticas. Em sua estratégia de ocupação, as famílias desta região acabaram por reestruturar territórios e espaços, incorporando os hábitos culturais de seus habitantes ao espaço e às relações econômicas e políticas locais. Os fortes vínculos familiares possibilitaram que, nas situações de vulnerabilidade e conflito, as comunidades tivessem a capacidade de se reorganizar diante das dificuldades e desafios, de maximizar as suas potencialidades, de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações.

A reapropriação e o parcelamento das terras levaram muitas comunidades a se organizarem institucionalmente com a finalidade de garantir direitos históricos já adquiridos. Observamos, nos últimos anos, fortalecimento das "comunidades tradicionais"[9] na região, a exemplo das comunidades de pescadores e quilombolas que apresentam pautas de reivindicações comuns a outras comunidades da região, porém marcam suas especificidades identitárias. Existem na região movimentos de reivindicação pelo reconhecimento e demarcação de terras quilombolas, a exemplo da comunidade de Sapiranga.

A construção da Linha Verde ocasionou a mudança na estrutura de relação entre as comunidades, antes ligadas por outros vínculos, o que imprimiu um novo ritmo à região. Em muitas localidades este processo foi vivenciado de forma mais crítica, com desapropriação das terras e a descaracterização de antigas formas de organização e sobrevivência familiar. Muitas famílias passam a viver sob risco nas travessias cotidianas da pista para continuar

[8] Compreendido como um grupo de pessoas unidas por laços de consaguinidade, de aliança ou afinidade, em que existe intercâmbio simbólico entre gêneros e gerações, mediação entre cultura e natureza e entre esfera privada e esfera pública.

[9] O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais especificas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

exercendo suas práticas extrativistas, de plantio para subsistência e de acesso ao mar e às lagoas onde realizam suas pescarias e coletas de crustáceos. Outros processos desencadeados ou otimizados a partir da construção da Linha Verde são destacados nas entrevistas por nós analisadas, a saber: o acirramento dos conflitos pela terra, decorrente da lógica mercantil e privativa empregada na terra e ao uso dos seus recursos; o surgimento e intensificação da prostituição e do turismo sexual; o comércio de drogas; o inchaço das áreas litorâneas; e a ocupação e adensamento de áreas mais interioranas.

Por outro lado, outros moradores conseguiram constituir uma forma de resistência através, principalmente, da manutenção da terra. A importância da família enquanto instituição de produção e reprodução social aparece numa ampla literatura produzida durante o desenvolvimento das ciências sociais, destacando-se as diversas configurações, sua centralidade na reprodução social, nas estratégias de sobrevivência, proteção, socialização e sociabilidade, transmissão cultural e econômica (CARVALHO, 2003). As recentes transformações ocorridas na dinâmica demográfica, nos valores e comportamentos sociais e no mercado de trabalho atingiram sobremaneira a instituição familiar, porém trouxeram como consequência a configuração de outras estruturas familiares e com elas novos mecanismos de sobrevivência.[10]

Segundo Souza (2002),[11] em áreas pobres, de forte migração e ligação com projetos turísticos, os moradores tendem a olhar a vida como uma incerteza, um dia após o outro; os sonhos e os projetos de vida estão, principalmente, na ordem do imediato, da necessidade emergencial. Para os mais jovens, que já experimentaram contatos mais estreitos com a diversidade cultural dos visitantes, com grandes cidades e outras realidades, e o rompimento com antigas formas tradicionais de existência, o mundo é cada vez mais urbano. Estes moradores configuram cotidianamente novas formas culturais de sobrevivência em que se entrelaçam ou se chocam valores herdados e adquiridos. Eles, muito mais que os mais velhos, se encontram diante de uma realidade socioeconômica e cultural especialmente difícil. Hoje, os conflitos de interesse que existem na região passam pela mediação de instituições do Estado, pelo poder econômico e político dos grandes empreendedores e pelas organizações da sociedade civil.

Nesse contexto, o embate entre gerações se faz presente em questões relacionadas com a reprodução econômica e social local. As novas gerações, quase sempre, não pretendem seguir as atividades de seus *mais velhos* e se tornam receptivas a qualquer outra atividade que represente o "moderno"; enquanto na visão dos *mais velhos*, as atividades que representam a "tradição" deveriam ser valorizadas e estimuladas.[12]

---

[10] Segundo Carvalho (2003), a partir das pesquisas realizadas sobre famílias populares na década de 1970 foram definidas designações para pensar os novos mecanismos utilizados pelas famílias na busca de melhores condições de vida, a exemplo de "estratégias familiares" e "estratégias de sobrevivência".

[11] Ver a análise sobre o Projeto Turístico do Governo do Estado, em especial para as áreas da Baía de Todos os Santos, Recôncavo Sul e Região Metropolitana de Salvador.

[12] O debate sobre "tradicional" e "moderno" e sua articulação com o aspecto geracional constitui um aspeto importante nos discursos e na dinâmica sociocultural da área estudada, mas infelizmente não será tratado com aprofundamento necessário aqui, pois o espaço reservado para este artigo não nos permite.

A presença, cada vez maior, de novos moradores vindos de diferentes lugares com seus diferentes modos de vida, perspectivas, interesses e possibilidades gerou conflitos entre os moradores *nativos – os de dentro,*[13] os moradores vindos de outros lugares – *os de fora* – e os turistas (em suas mais diversas faixas e classes).

Em toda a região, os conflitos que giram em torno do turismo e das transformações dele resultantes são avaliados de forma diferente pelos diversos atores sociais e seus interesses. Para muitos dos entrevistados o turismo trouxe, associado ao crescimento, uma série de problemas na dinâmica social e cultural tradicionalmente existentes, porém para outros trouxe o crescimento econômico e novas possibilidades sociais.

A percepção de alguns dos nossos interlocutores em Porto de Sauípe sobre as dinâmicas que o comércio vem apresentando mostra um enfraquecimento e retração do comércio local.

> "Hoje, por exemplo, por que o comércio tá morrendo? É simples, a empresa que fornece alimentação pra os trabalhadores da construção civil é uma única.[...] tá matando o comércio local. Porque quando era o turista que frequentava a pousada, o dono da pousada comprava o seu alimento nesse supermercado, nessa mercearia, nas feirinhas daqui, hoje não é comprado" (PACO, 2008).

A importância central do turismo nos conflitos sociais desdobra-se na centralidade da questão ambiental – de um lado, porque os empreendimentos e o Estado apelam para o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável para promover alterações, muitas vezes, profundas na vida das populações residentes, e, por outro, porque esse processo vem restringindo de forma sistemática o acesso dos antigos habitantes aos recursos naturais: as matas, os rios e a terra . Documentos oficiais relatam que a dinâmica turística da região "coexiste" com as economias de pequeno porte, já existentes, que estão "assentadas no extrativismo vegetal, na mariscagem e na pesca, voltada, principalmente para o autoconsumo". Estas informações são contestadas veementemente, pois os interlocutores se referem, inclusive, à ausência de áreas para o desenvolvimento agrícola. Em algumas localidades, a extração tradicional da piaçava para beneficiamento e produção de artesanato ficou prejudicada pela restrição de acesso às áreas, antes de manejo coletivo.

> "Mas eu repito para você: está ficando cada vez mais difícil justamente porque as áreas, além de serem pequenas, elas estão diminuindo cada dia mais. Por conta desse progresso e também por conta desses loteamentos que você falou que estão surgindo. Porque cada esquina, qualquer pessoa que tenha três, quatro metros quadrados de terra, tira uma partizinha para si e os outros, passa adiante" (AGOSTÍN, 2008).

Em toda a região do Litoral Norte se identifica uma série de organizações de caráter não governamental com ações pautadas na agenda ambiental. Dentre as muitas dificuldades vividas por estas organizações, que de forma geral são enfrentadas por instituições semelhantes em

[13] Hoje, esta noção, usada inicialmente para se reportar aos moradores nascidos e residentes lá, abre-se para abrigar também aqueles que já residem há muito no lugar, que "pegaram o sentido do lugar" (GODOI, 1998), para os que nasceram, foram embora e depois voltaram, e para os que nasceram fora mas têm a sua família básica dali originária.

todo o estado da Bahia, destacam-se a legitimidade da representação social, a regularização institucional (aspectos legais), a transposição dos problemas internos da comunidade para o cotidiano da organização, a relação conflituosa e, muitas vezes, tensa com os poderes públicos, variando entre o aparelhamento e o confronto.

O depoimento abaixo aponta para um fenômeno que caracteriza muitas das associações da área, a saber: o misto de gratidão e revolta quando da interferência governamental em reestruturar a paisagem local, que atende prioritariamente às demandas turísticas dos grandes empreendedores.

> "O povoado tá lá em baixo, deixou de ser uma vila de pescador pra ser um centro de turismo maltratado. A nossa briga com os empreiteiros, com os donos [...] dos empreendimentos hoteleiros e turísticos é por ele não considerar o nosso povoado como mais um equipamento de turismo pra que os turistas deles visitarem, e resolveram nos transformar em dormitórios. Isso tá decrescendo o nosso povoado, que já foi muito bonito, até os anos 90. Hoje tá definhando, morrendo comércio e impondo a gente 2 mil trabalhadores que ficam nas pousadas que deveriam servir ao turista. Por outro lado, tem diferenças positivas. Nós hoje que bebíamos água de cacimbas, de rios não tratados, nós temos uma água potável e tratada, uma água de melhor qualidade, como eu costumo dizer, melhor do que muitas águas minerais que nós compramos pra beber por aí" (PACO, 2008).

Nesse contexto, a conquista da institucionalização por parte de muitas lideranças e comunidades, com o estreitamento com o Estado, não possibilitou que suas pautas de reivindicação, mesmo as mais imediatas, fossem atendidas. Contrariando essa ideia de governança, não impediu o avanço da especulação fundiária e imobiliária e de problemas ligados a infraestrutura, saneamento básico, saúde e educação.

O distrito de Açu da Torré compreende as localidades de Praia do Forte, Malhadas, Açu da Torre, Campinas, Imbassaí, Barro Branco, Vila Sauípe, Curralinho, dentre outras. Nessa área, existem, em atuação, diversos tipos de organizações sociais (associação de moradores, comerciantes, pescadores, artesãs, barraqueiros etc., ONGs ambientais e culturais, além de entidades e organizações de outras naturezas. O Quadro 1 relaciona algumas destas organizações.

Associações	Localidade
Associação dos Moradores da Praia do Forte (Ampraf)	Praia do Forte
Associação Comercial e Turística de Praia do Forte (Turisforte)	Praia do Forte
Associações dos Coroas de Praia do Forte	Paria do Forte
Casa do Pescador – Colônia dos Pescadores de Praia do Forte	Praia do Forte
Associação Comunitária de Educação Ambiental	Praia do Forte
Associação dos Ambulantes de Praia do Forte	Praia do Forte
Associação de Moradores de Açuzinho da Torre	AçuzinhodaTorre
Associação dos Moradores de Malhadas e Campinas (AMMC)***	Malhadas
Associação dos Moradores de Campinas	Campinas
Associação dos Moradores de Diogo e Santo Antônio	Diogo
Associação de Comerciantes de Imbassaí	Imbassaí
Associação de Moradores de Imbassaí	Imbassaí
Associação de Barraqueiros de Imbassaí	Imbassaí
Associação Comercial e Rural dos Moradores de Barra de Pojuca e Cachoeira	BarradePojuca
Associação de Artesãs de Vila Sauípe	Vila Sauípe
Associação de Artesãs de Curralinho	Curralinho
Organizações Não-governamentais	
Projeto Tamar	Praia do Forte
Fundação Garcia d'Ávila	Praia do Forte
Recitek – Educação e Gestão Ambiental	Praia do Forte
Instituto Baleia Jubarte	Praia do Forte
Instituto de Hospitalidade	Regional

Quadro 1
Organizações sociais existentes

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Para compreender melhor o processo de organização formal das comunidades estudadas, cumpre investigar as relações entre os vários grupos sociais. Num primeiro olhar é possível perceber uma nítida separação entre os moradores *nativos*, *os de dentro*, nascidos e que residem lá, e os que vieram *de fora*, especialmente nas localidades mais próximas ao mar, como Imbassaí, Praia do Forte e Diogo. Entre os *nativos*, a situação oscila em decorrência do nível de escolaridade e do dinheiro de que os grupos familiares dispõem para enfrentar a expansão do turismo. Vale salientar que, de uma maneira ou de outra, muitos moradores das localidades conseguiram permanecer no lugar por ocasião do loteamento ou cercamento das terras, e exploram de alguma forma o mercado criado pelo turismo.

Os discursos daqueles considerados *de fora* situam que o desenvolvimento do turismo se deu de maneiras diferentes em cada localidade de Açu da Torre. Segundo observamos nos relatos, os primeiros empreendimentos turísticos implantados não consideraram os anseios e demandas das populações locais, porque abarcaram um número excessivo de comunidades, com o objetivo de "mitigar problemas" e não conseguiram responder às questões pontuadas desde

a proposta de implantação do empreendimento, tais como geração de emprego, melhoria na infrestrutura e acesso a bens materiais e culturais e de serviços. Os novos empreendimentos, segundo nossos interlocutores, aportam na região com um conceito diferenciado: nesse momento, as comunidades são divididas entre os empreendedores, de modo que um maior número possa ser contemplado de forma mais "completa".

> "Eu acho que está criando um formato melhor agora, sabe! Eu acho que quando chegou, por exemplo, o primeiro empreendimento que chegou foi Costa do Sauípe. E quando o Costa do Sauípe chegou ele teve que pulverizar muito as ações deles, porque ele como era o único empreendimento que chegou ele teve que fazer ação no litoral todo. [...] Tanto que, assim, uma questão que a gente tem com a Iberostar é que se definiu que a área de atuação da Iberostar seria só Açu, Malhadas e Campinas pra que pudesse haver um aprofundamento. Então o Reta Atlântico é em Barro Branco e Imbassaí. Porque assim permite que se haja um aprofundamento, e não essa pulverização de ações, fazer reunião em todas as comunidades e no final das contas as ações eram muito superficiai" (ALMUDEÑA, 2008).

As lógicas de pertencimento e construção de trânsitos e vínculos relacionais são estruturadas em condições de aproximação, distanciamento e limitações pelos interesses sociais. Por outro lado, observa-se que, em geral, os *nativos* continuam a exercer práticas de ajuda que reforçam os laços históricos de vizinhança e parentesco extenso, que não permitem, por exemplo, que um morador da localidade morra de doença ou fome – a ajuda vai desde o fornecimento de alimentação aos mais carentes até a mobilização de vizinhos para arranjar um veículo para transportar um doente para o posto de saúde mais próximo. Estes laços de solidariedade oriundos da herança da comunidade doméstica de parentesco extenso, padrão organizacional que remonta à ocupação indígena e negra em toda região, apesar de golpeada em seu aspecto econômico, consegue fazer continuar um ideal de grupo que valoriza a vida tranquila.

> "Quando você chega num recinto como o daqui ao lado, que você tem só membros da família, o pai a mãe e mais oito irmãos, tudo na mesma propriedade, ali você consegue ver que as pessoas vivem numa harmonia danada, a casa sempre aberta até não sei que horas da noite. Quando você passa pela rua principal, você já não consegue ver mais isso. Porque o número de pessoas que circula aqui é muito grande e tenho sentido que a atitude das pessoas tem mudado um pouquinho. Não mudou muito não, mas mudou um pouco" (AGOSTÍN, 2008).

Em muitas das associações contatadas durante a pesquisa de campo, a situação é de tensão na busca de garantir seus interesses em contraposição a interesses de outros atores sociais, a exemplo dos donos de hotéis, pousadas e grandes negócios. Algumas destas entidades, localizadas em Mata de São João, tentam, diante de diversas instâncias do poder público, estadual ou federal, contrabalançar o poder político da prefeitura municipal. Numa iniciativa conjunta destas organizações foi possível, mediante o apoio do Ministério Público Estadual, impedir a implantação de um aterro sanitário na localidade de Barro Branco, à margem do rio

Imbassaí, para receber os resíduos do complexo hoteleiro de Sauípe. Associada à implantação do aterro, foi prevista a criação de um projeto de urbanização que preservasse as características locais e as áreas de charco ainda existentes, através da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana (Conder), que encontra-se em fase de implantação. Também o Centro de Recursos Ambientais (CRA), agora Instituto de Meio Ambiente (IMA), foi procurado por estas organizações, algumas das quais afirmam que "se não existisse não faria falta". Durante algum tempo, o órgão dispunha de um escritório na localidade, fechado há mais de cinco anos. No geral, a avaliação que os moradores da região fazem destes órgãos do Estado é de ausência na elaboração e na prática de políticas públicas de melhoria da qualidade de vida.

Em geral, em Praia do Forte e Imbassaí, localidades de maiores fluxos turísticos na região, os donos de pousadas buscam um controle maior e padronização da atividade turística, muitas vezes em conflito com a administração municipal. Em Imbassaí, por exemplo, a busca por um maior controle sobre as excursões diárias fortaleceu a Associação dos Comerciantes que, segundo um dos nossos entrevistados, se deu através da instalação de um limite de altura na entrada da localidade e da fiscalização dos documentos dos ônibus. Esta conquista da Associação significou para seus membros uma capacidade de articulação, barganha e resolução do problema que, para a maioria, "enfraquecia" o comércio local. Outras associações têm práticas diferenciadas, com seus membros evitando, em vários momentos, o confronto direto com o poder local.

Olhando essa dinâmica em Imbassaí, entretanto, para a atividade da comercialização e da pesca ainda há certo limite nos investimentos e ações para garantir melhorias necessárias, diante do desinteresse da administração pública. Além disso, compartilham com parte dos *nativos* a crítica aos donos de pousada, acusando-os de só investir em melhorias que os beneficiam diretamente. Lideranças locais destacam ainda que existem duas batalhas a serem travadas: a manutenção da limpeza do local e a luta contra os "farofeiros"[14], que ainda resistem e continuam vindo dos bairros populares de Salvador e das demais cidades da Região Metropolitana, além de outras no Litoral Norte.

Em Praia do Forte, durante mais de uma década, o conflito entre a população local e o poder público local passava pela manutenção das barracas na praia. Ao longo desse processo, as barracas foram cedendo lugar a um aparato de lazer e moradia condominial, restando algumas poucas barracas num espaço mais recuado da praia. Os problemas parecem passar despercebidos aos olhos de alguns representantes locais que, de certa forma, foram limitados no seu poder de atuação durante os últimos anos pelo poder do grande capital que circula no local. Os interesses dos comerciantes, barraqueiros, moradores *nativos* e *os de fora* parecem não convergir. No caso específico dos estudos de impacto ambiental, isso se mostra evidente, pois as visões e perspectivas de retorno e ganho são marcadamente divergentes. Para alguns agentes sociais a vinda dos empreendimentos turísticos significa a dinamização do comércio, a criação de postos de trabalho, a melhoria e o acesso aos serviços, enquanto para outros

[14] Designação pejorativa para identificar as pessoas que para passar o dia inteiro na praia trazem seus próprios alimentos e bebidas e que , organizam grandes batucadas.

representa o aumento da especulação fundiária, aumento da violência, precarização do trabalho e destruição de áreas verdes, charcos e lagunas. Nessa configuração, o Estado, que deveria ocupar o lugar de mediador entre estas múltiplas visões e interesses, muitas vezes acaba contribuindo para o acirramento dos conflitos.

No entanto, existem demandas comuns, a exemplo de transporte e melhoria na qualificação da mão de obra local. Na percepção de muitos dos entrevistados, esta qualificação está restrita às atividades profissionais direcionadas ao mercado turístico e de serviços, tais como camareira, garçom, auxiliar de cozinha, eletricista, pedreiro, barman, dentre outros. Para alguns dos moradores, em geral jovens, muitas das formações oferecidas pelos empreendimentos não atendem a seus desejos e necessidades de crescimento individual e coletivo.

Ainda em Paria do Forte, os donos de pousada estão organizados em uma associação e entre suas queixas destacam-se: o barulho e os "modos" (hábitos) dos *nativos*, que causam o afastamento de muitos turistas da localidade, que chegam ali em busca de tranquilidade. Segundo alguns dos entrevistados, a Associação de Vendedores Ambulantes de Praia do Forte atua como fiscalizador, definindo os prazos de permanência para vendedores de fora, que chegam à localidade nos períodos de alta estação, em especial no verão. Segundo uma vendedora associada, hoje a permanência no lugar para *os de fora* é de dois a três dias.

Em Malhadas encontramos a associação de moradores,[15] que, diferente de muitas outras da região, já existe há mais de 20 anos. Na entrevista com um dos ex-diretores desta associação ele falou sobre a dificuldade de manter a entidade funcionando, pois poucas pessoas querem assumir funções frente à direção da entidade. Disse ainda que, atualmente, as principais atividades desenvolvidas por eles são festas (padroeira, carnaval etc.) e pequenas reuniões, onde discutem os principais problemas da localidade – segurança, transporte e pavimentação. "[...] ultimamente a gente sabe que tá meio relaxado aí nas programação, mas agora vai tá pra ter eleição aí de... nova diretoria e aí com essa nova diretoria talvez mude o, influencia mais, né?" (MUÑOZ RODRIGUEZ, 2003). O funcionamento desta associação de moradores não difere em sua prática de tantas outras existentes em nosso estado, sem estrutura material e financeira e com um número reduzido de associados. Como relata um dos nossos interlocutores em Malhadas, o uso da sede da associação ainda é restrito a algumas pessoas, o que dificulta a realização dos trabalhos com os jovens do local.

Nessa comunidade os depoimentos que antes convergiam quanto à decepção em relação às muitas promessas que chegaram com os empreendimentos turísticos e as poucas realizações práticas, atualmente há visões contrárias quanto ao modelo de relação estabelecido entre os empreendimentos e a comunidade. Para alguns, "podemos dizer que o progresso aqui em Malhadas agora é uma realidade" (AGOSTÍN, 2008), viabilizado pela presença dos empreendimentos turísticos, que potencializaram a ideia de progresso associada à implementação de equipamentos como escola, estradas e a formação dos jovens, através dos cursos técnicos

[15] Há alguns anos atrás, a Associação de Moradores de Malhadas e Campinas representava os interesses destas duas localidades. Atualmente, ela representa apenas as demandas dos moradores de Malhadas, tendo Campinas a sua própria associação.

oferecidos e capacitação da mão de obra local para atender às demandas de serviços dos hotéis. Este tipo de relação demonstra, de certa forma, o que temos observado no cenário nacional, que a busca do atendimento de demandas sociais tem se deslocado dos poderes públicos para setores da iniciativa privada, que implantam empreendimentos em áreas regionais. Para a iniciativa privada, assumir algumas demandas sociais, antes parte da ação pública, se reveste sob a ótica das parcerias institucionais que asseguram maior legitimidade às suas ações. Entretanto, esta ótica de cooperação e participação conjunta está destinada a se converter em moeda de troca, o que pode ser observado nas relações entre as organizações sociais e as instituições privadas: enquanto as instituições oferecem serviços à comunidade, como cursos de capacitações, as organizações sociais locais apóiam seus projetos desenvolvimentistas para a região, sem a postura militante de antigamente.

Na área estudada, os relatos convergem no sentido de indicar que a relação hoje estabelecida entre as entidades da sociedade civil e os empreendimentos ocorre de forma direta. Estas instituições afirmam buscar benefícios para a comunidade junto a setores específicos do empreendimento como a área de recursos humanos e coordenações diversas, evitando muitas vezes a intermediação do Estado.

Na comunidade de Campinas, a associação de moradores é relativamente nova, mas conta com a experiência de ex-diretores e associados da antiga parceria com a associação de Malhadas. A busca de autonomia organizativa dos moradores de Campinas teve como principal objetivo garantir os interesses locais, a exemplo da terra, que continua tendo centralidade na vida dessas pessoas. Essas duas comunidades sempre mantiveram uma relação direta através das trocas econômicas, culturais e nos laços de parentesco estabelecidos ao longo do tempo. Esta relação, hoje, segundo muitos dos nossos interlocutores, configura-se por divergências de interesses quanto ao acesso aos benefícios gerados em virtude da presença desses empreendimentos na área. Para alguns moradores de Campinas, por exemplo, a estrada construída em Malhadas teria beneficiado apenas a essa comunidade. Segundo um dos entrevistados em Malhadas, isso gerou uma "rixa, digamos assim: uma certa irritação conosco porque essa nova administração pública resolveu fazer o asfalto e eles acham que o asfalto veio só para beneficiar Malhadas" (AGOSTÍN, 2008).

A dinâmica da participação na região parece imprimir um formato de organização social ao qual as comunidades parecem, hoje, estar obrigadas a seguir. Nesta dinâmica, o modelo econômico previsto pelo Estado tem se mostrado um forte potencializador dos conflitos socioculturais e ambientais entre as populações estabelecidas há muito tempo, setores *nativos* mais capitalizados, empresários externos de pequeno e médio porte e empreendedores de grande porte. Isto demonstra que este não é um processo de mão única, que o desafio é buscar formas de participação efetivas, que garantam o acesso às diversas possibilidades de melhoria social. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar que as entidades que não se enquadram neste modelo institucional e burocrático de participação acabam se fragilizando na busca do acesso aos benefícios para suas comunidades. Por outro lado, algumas organizações demarcam o objetivo pelo acesso aos ganhos (em múltiplas esferas) decorrentes do modelo

de desenvolvimento econômico em implantação na região. Nos parece que um dos grandes desafios postos para a melhoria da atuação do Estado como gestor de múltiplos interesses da sociedade e do capital econômico é elaborar políticas públicas que fortaleçam estas instituições em suas especificidades de demandas e ações, possibilitando a autonomia delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo sempre foi compreendido como uma atividade essencial para o projeto de desenvolvimento econômico e social de uma região de forma articulada com a realidade local, embora, historicamente, existam exemplos de que seu incremento trouxe uma série de aspectos negativos às localidades. Entretanto, os programas governamentais de desenvolvimento do turismo na Bahia, por exemplo, apesar de adotarem a postura de diálogo com os atores locais, sob a égide da governança, através da intervenção e estruturação de comitês e conselhos, ainda não conseguiu viabilizar que as demandas fundamentais à reprodução econômica e social destas comunidades sejam garantidas. Ou seja, a proposta da gestão sob o conceito de governança ainda não é uma prática efetiva nos programas de desenvolvimento regional.

Os instrumentos da legislação ambiental, criados para diminuir esses conflitos, têm se mostrado ainda insuficientes. São bons exemplos disso a desativação do escritório do IMA na localidade de Imbassaí, num momento em que os desmatamentos e aterros de charcos encontram-se no seu auge, e o incentivo dado pelo governo estadual aos capitais internacionais para fins de implantação de grandes projetos hoteleiros na região sem o acompanhamento rigoroso das medidas mitigadoras e compensatórias de responsabilidade desses empreendedores. Os estudos de impacto ambiental, que deveriam garantir a minimização das consequências negativas de tais empreendimentos tratam os fatores socioeconômicos através dos grandes números: empregos diretos e indiretos, incremento da arrecadação municipal, aumento da renda, afluxo de capitais e desenvolvimento social, dentre outros. Por outro lado, a experiência de trabalho já acumulada na região permite afirmar que os impactos negativos sobre o meio socioeconômico têm sido sistematicamente subestimados e, muitas vezes, negligenciados. É possível ainda constatar que o aumento da arrecadação municipal não tem se revertido para melhoria das demandas de infraestrutura das localidades diretamente impactadas (para tanto basta observar apenas a situação do transporte, do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, pavimentação das povoações).

Os problemas de infraestrutura acabam por se agravar continuamente com o adensamento demográfico e a concentração fundiária, que resultam em ocupações desordenadas avançando sobre terras abandonadas ou quintais das antigas roças familiares. A geração de emprego, embora real, melhora pouco a renda dos *nativos*, uma vez que a escolarização e a qualificação não acompanham o ritmo dos empreendimentos, mantendo estes moradores à margem das melhores remunerações, mesmo quando envolvidos com a atividade turística. Por fim, se a renda familiar de uma forma geral aumenta, aumenta à custa da diminuição muito mais drástica do setor não monetarizado da reprodução social da família, representado pela agri-

cultura tradicional de subsistência, estrangulada pelo abandono do sistema de meia e pela fragmentação das roças familiares em razão da carência de terras ocupáveis por setores de baixa renda – de modo que, se não considerarmos apenas a economia monetarizada, temos na verdade uma diminuição na capacidade de subsistência das famílias do lugar. Se a criação de oportunidades de emprego e renda é hoje pragmaticamente o único caminho para a melhoria das condições de vida dessas populações, convém estar atento para que a avaliação dos impactos seja feita em relação às pessoas, e não aos índices macroeconômicos, alguns dos quais tendem a esconder quais são os setores beneficiados e quais os prejudicados pelos empreendimentos propostos.

O estabelecimento de um programa de desenvolvimento sustentável onde essas novas relações sociais e organizativas sejam influenciadas de forma a minimizar o conflito deverá priorizar uma maior participação nas decisões por parte dos moradores (participação real e direta, e não mais como aspecto burocrático a ser incluído em programas e projetos apenas para viabilizar a liberação de recursos), a independência das organizações sociais frente ao Estado, e, por fim, um investimento em qualificação não só profissional, mas também educacional.

O atual projeto econômico do governo de investir na "vocação" turística do estado tem demonstrado uma presença cada vez mais ostensiva na região, onde se inserem as localidades em questão, com o aumento de projetos turísticos, o que necessariamente não vem significando melhoria da qualidade de vida para os moradores. Em Açu da Torre e suas diversas localidades, já foram executados diversos empreendimentos turísticos, a exemplo do Alberostar, Reserva Imbassaí, Casas de Sauípe, dentre outros. No entanto, essas intervenções parecem desconsiderar a vida, as necessidades locais e as formas de sobrevivência utilizadas pelos moradores. Parece repetir-se em muitas áreas de incentivo e investimento turístico o discurso da criação de novas possibilidades de trabalho e melhoria das condições de vida, que nas experiências observadas em muitas regiões do estado não chegam a se materializar ou, quando muito, são implementadas de maneira burocrática e ineficiente. Diante desta realidade nos parece que o Estado encontra-se diante de um grande desafio, qual seja, equacionar um projeto de desenvolvimento econômico e social que efetivamente leve em consideração a demandas locais, o que nos parece inicialmente exigir a construção e adoção de novos instrumentos de compatibilização dos interesses sociais e políticos que perpassam as relações entre os diversos agentes sociais envolvidos nesses processos.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 14 de julho de 2009.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e raça: desafios à escola. In: Relatório UNESCO. Brasília, 2002.

_____.Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, v.10, p. 57-74, 1992.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sociocultural no Litoral Norte da Bahia. *Turismo em Análise.* São Paulo, p. 61-75, maio de 1998.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Família e pobreza. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 117-134. (Série estudos e pesquisa, 63).

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CRUZ, Rita de Cássia A. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. *Espaço e Geografia*. Brasília, v. 3, n. 1, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania. Campinas/SP, *Revista Textos*, n. 1, maio, 1994.

LORENZO, Rosa Amélia Fortes Garcia. *A que passos andam as tartarugas*: estudo sobre impacto sócio-cultural do turismo em Praia do Forte, Bahia. 1996, Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)- FFCH-UFBA, Salvador, 1996.

MOTT, Luiz. Terror na Casa da Torre: Tortura de escravos na Bahia Colonial. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.18-32.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 9-28 (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. O éden terrestre: o consumo da cidade como mito. *Bahia Análise & Dados*: cultura, turismo e entretenimento. Salvador, , v. 11, n. 2, p. 180-193, set. 2001.

_____. *O éden terrestre*: a construção social de Porto Seguro como cidade turística. 2001, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-FFCH-UFBA, Salvador, 2001.

NETO, Eraldo Medeiros Costa. *A cultura pesqueira do Litoral Norte da Bahia*: etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade. Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL, 2001.

SANTANA, Mercejane W. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente?. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 137-163. (Série estudos e pesquisas, 82).

SOUZA, Cristiane Santos. *Percepção e produção estética*: configuração do modo de vida em Novos Alagados no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Data da apresentação???, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-FFCH-UFBA, Salvador, data.???

SOUZA, Guaraci A..; MURICY, Ivana. *Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia*: 1940/1997. Salvador: SEI, 2001. 86 p. (Série estudos e pesquisas, 52).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes*: Região Metropolitana de Salvador. Salvador: CRH/UFBA; SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 41).

_____ *Mudanças sociodemográficas recentes*: Extremo Sul da Bahia**.** Salvador: CRH/UFBA; SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas, 40).

CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DOS RESIDENTES NO DISTRITO DE AÇU DA TORRE

Luis André de Aguiar Alves *

INTRODUÇÃO

O turismo no estado da Bahia se constitui em uma atividade bastante significativa em termos econômicos. No entanto, seu real impacto na população, apesar da relevância do setor, sempre foi de difícil estimação em razão das dificuldades metodológicas para o isolamento dos fluxos econômicos ligados à atividade. Contudo, o desenvolvimento do turismo em localidades remotas e, por que não, isoladas permite uma avaliação mais consistente dos efeitos dos investimentos realizados na atividade sobre a população. Nessas áreas a atividade turística, na maioria das vezes, é mais significativa em relação às outras atividades, o que torna mais fácil o isolamento dos seus efeitos e, consequentemente, o seu estudo.

Nesse aspecto, os investimentos feitos por empreendimentos turísticos no município de Mata de São João, localizado no Litoral Norte do estado da Bahia, revelaram-se como uma oportunidade singular para a avaliação desses impactos. No âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a elaboração da presente publicação, sem dúvida, configura-se em um marco no sentido de desenvolver metodologias de análises dos resultados obtidos por Políticas Públicas que não se limitem apenas aos informes de impactos provocados pelos investimentos nos agregados econômicos ou no desenvolvimento do setor. Mas que tentam demonstrar e dimensionar as transformações sociais e econômicas ocasionadas por estes investimentos na população local.

Este artigo faz parte desse esforço e tem como proposta analisar os resultados da Pesquisa de Campo realizada pela SEI no distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João, com o objetivo de avaliar os impactos dos investimentos na atividade turística nas condições de vida dos moradores da localidade. O artigo aborda as informações referentes ao mercado de trabalho, avaliando os resultados, comportamentos e limitações. Para isso, o artigo foi elaborado em três partes, além da introdução e das considerações finais.

A segunda parte aborda alguns aspectos metodológicos da pesquisa realizada, principalmente no que tange as informações referentes ao mercado de trabalho. Esse tópico procura esclarecer o leitor a respeito de aspectos operacionais da pesquisa, a relevância da amostra, sua distribuição espacial, instrumento de coleta utilizado e tipo de amostragem.

* Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia. luisandre@sei.ba.gov.br

A terceira parte discute o nível de ocupação e as características da População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA), tais como: cor, sexo, idade, escolaridade, rendimento médio. Trata-se de uma descrição superficial com o objetivo de demonstrar aspectos gerais da inserção no mercado de trabalho dos habitantes de Açu da Torre.

A quarta parte avalia as características da ocupação dos residentes, sendo abordados aspectos como: posição na ocupação, setor de atividade, experiência no trabalho, influência do turismo nas ocupações, dentre outros, tendo por objetivo identificar entraves existentes ao melhor desenvolvimento e aproveitamento da mão de obra local.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

A Pesquisa de Campo realizada no litoral do município de Mata de São João com o objetivo de analisar a contribuição do turismo para o desenvolvimento das localidades com enfoque nas condições de vida da população residente no distrito de Açu da Torre surgiu como proposta em abril de 2007. No período, a consolidação como destino turístico e a perspectiva de implantação de novos empreendimentos geravam uma demanda muito grande de informação e estudos sobre a localidade.

Na elaboração do projeto, foi observada a necessidade da realização de uma pesquisa de campo com os moradores do distrito, a fim de captar como os habitantes percebiam o crescimento do turismo, sendo o questionário subsidiado, de forma qualitativa, pelas entrevistas realizadas com moradores, representantes políticos, empresários e outros representantes locais.

No planejamento da pesquisa de campo, vários problemas foram observados. O principal deles foi o rápido povoamento observado em algumas localidades, que indicava uma alta taxa de crescimento da população acompanhada de um crescimento no número de domicílios e ruas. Tal comportamento tornava os levantamentos dos setores censitários elaborados para o Censo 2000 por demais desatualizados.

Para contornar tal problema, primeiramente foram utilizadas fotos de satélites visando identificar novas povoações e localidades rurais. Comparando fotos de épocas diferentes, foi possível ter uma pequena noção da intensidade do crescimento dos domicílios na região. No entanto, as fotos mais recentes encontradas se mostraram desatualizadas em relações às primeiras observações feitas no campo.

Na definição da área da pesquisa foram utilizados os mesmos limites dos setores censitários que compõe o distrito de Açu da Torre. Essas informações foram georreferenciadas e adicionadas às informações conseguidas nas fotos de satélite, gerando um cartograma que orientaria as ações em campo, definindo a base territorial da pesquisa com os mesmos limites utilizados pelo IBGE na Contagem de População 2007.

Em outra frente desenvolviam-se pesquisas por meio dos dados secundários, elaborava-se a pauta de entrevistas a serem realizadas e se discutia o instrumento de coleta a ser utilizado no campo. Quanto a este último, pretendia-se elaborar um questionário que permitisse à pesqui-

sa comparações com alguns resultados obtidos pelo Censo 2000 para os setores censitários que pertenciam ao distrito de Açu da Torre. Por esse motivo, a elaboração do questionário, no início, teve como base o questionário da amostra do Censo 2000.

No entanto, à medida que se aprofundavam os estudos, a possibilidade de comparabilidade entre as duas pesquisas se mostrava remota em razão do total desconhecimento do universo da população em questão, o que limitava as possibilidades de expansão dos resultados da amostra coletada na pesquisa. Por esse motivo, a comparabilidade foi aos poucos sendo abandonada.

Com novo foco, a elaboração do instrumento de coleta ficou mais flexível, permitindo uma maior adequação às necessidades do trabalho. Assim, os módulos de identificação, caracterização do domicílio, imigração e educação tiveram por base os mesmos conceitos e estrutura do questionário da amostra do Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O módulo de mercado de trabalho teve boa parte de sua estrutura baseada em conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego[1] (PED) e algumas modificações foram feitas no sentido de adequar os quesitos às características do mercado de trabalho local. Além disso, foram inseridos alguns quesitos no sentido de se aprofundar em assuntos que fossem mais pertinentes à área em estudo.

Em julho de 2007 foi realizada uma pesquisa de campo piloto para averiguar a consistência e a aderência do questionário frente aos entrevistados. Durante a pesquisa piloto foram também georreferenciados novos pontos, 3.337 domicílios foram listados na área, sendo também realizados croquis das ruas e das localizações dos domicílios. Foram levantados, também, os nomes e endereços de pessoas de referência em cada comunidade, tais como: líderes comunitários, moradores antigos, presidentes de associações etc., para serem entrevistadas no sentido de subsidiar o trabalho com outras informações. A pesquisa piloto permitiu uma crítica do questionário visando a corrigir possíveis problemas detectados no campo, a fim de tornar seu preenchimento mais rápido e eficiente.

Após correções realizadas no questionário, foi estabelecida uma amostra de 20% dos domicílios recolhida de forma serial, ou seja, após o sorteio da primeira residência a ser entrevistada, em cada localidade, os questionários passavam a ser feitos a cada cinco domicílios. A pesquisa de campo foi realizada no mês de outubro de 2007. Nela foram entrevistadas 2.537 pessoas, em um total de 749 domicílios, 22,4% do universo de domicílios listados, distribuídos nas localidades conforme Tabela 1 e Cartograma 1.

Os questionários preenchidos passaram por uma critica prévia para ver a consistência das respostas; logo após foi iniciado o procedimento de digitalização das informações para a construção da base de dados. Em seguida foram realizados outros testes de consistência para dirimir possíveis erros oriundos do processo de montagem da base. Após esses procedimentos foram gerados os primeiros resultados e criadas outras variáveis derivadas das informações coletadas.

[1] A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada mensalmente na Região Metropolitana de Salvador, por meio de uma parceria entre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Tabela 1
População entrevistada e domicílios selecionados por localidade – Mata de São João – 2007

Localidades	Entrevistados	%	Domicílios	%
Açú da Torre	236	9,30	72	9,61
Açuzinho	284	11,19	87	11,62
Areal	28	1,10	13	1,74
Areal de Baixo	28	1,10	7	0,93
Areal de Cima	15	0,59	6	0,80
Barreiro	32	1,26	8	1,07
Barro Branco	142	5,60	41	5,47
Campinas	150	5,91	44	5,87
Curralinho	88	3,47	29	3,87
Diogo	92	3,63	27	3,60
Estiva	5	0,20	2	0,27
Imbassaí	244	9,62	83	11,08
Invasão de Sauípe	2	0,08	1	0,13
Malhadas	257	10,13	70	9,35
Olhos D' Água	58	2,29	16	2,14
Pau Grande	81	3,19	21	2,80
Praia do Forte	336	13,24	106	14,15
Santo Antônio	52	2,05	10	1,34
Sapiranga	27	1,06	9	1,20
Sucuriú	49	1,93	16	2,14
Vila do Sauípe	331	13,05	81	10,81
Total	2537	100,00	749	100,00

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Os questionários preenchidos passaram por uma crítica prévia para ver a consistência das respostas. Logo após, foi iniciado o procedimento de digitalização das informações para a construção da base de dados. Em seguida, foram realizados outros testes de consistência para dirimir possíveis erros oriundos do processo de montagem da base e, após esses procedimentos, foram gerados os primeiros resultados e criadas outras variáveis derivadas das informações coletadas[2].

AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) E DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

A análise do mercado de trabalho fundamenta-se, inicialmente, nas características da oferta de trabalho, conceitualmente definida como PIA (População em Idade Ativa), que no Brasil, as pesquisas sobre mercado de trabalho geralmente conceituam como população de 10 anos

[2] Maiores informações sobre a pesquisa, ver Muricy (2009).

ou mais de idade. Assim, na PIA se inserem as pessoas ocupadas, as inativas (donas de casas, aposentados e estudantes que não procuram trabalho) e as desempregadas.

Um subconjunto da PIA de suma importância para os estudos de mercado de trabalho é formado pelas pessoas ocupadas e as que não estão ocupadas, mas procuram trabalho (desempregados por definição). Esses dois subgrupos constituem a PEA (População Economicamente Ativa), que em síntese é formada pelos indivíduos que frequentam o mercado de trabalho.

Os resultados do Quadro 1 mostram algumas características gerais da PIA e da PEA levantadas na Pesquisa de Campo. Observa-se que nas localidades onde foram realizadas as entrevistas a população em idade ativa corresponde a 81,7% do total de pessoas entrevistadas, sendo que 34,4% das pessoas na PIA se declararam inativas e, portanto, não exerciam nenhum tipo de pressão sobre o mercado de trabalho. Dessa forma, 65,6% da PIA constituíam a População Economicamente Ativa (PEA). Vale ressaltar que as proporções encontradas ficaram bem próximas dos resultados divulgados em alguns pesquisas sobre o mercado de trabalho, como a PED[3], por exemplo, que em setembro de 2007 estimou para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) uma taxa de participação da PEA torno de 61,1% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2007).

Das pessoas que se declararam economicamente ativas, 86,6% afirmaram exercer algum tipo de ocupação remunerada e 10,2% estavam desempregadas. Mais uma vez, os resultados encontrados ficaram bastante próximos dos resultados da PED. O desemprego aberto estimado pela PED para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) em Setembro de 2007 foi 13,2%. Destaca-se que a pesquisa foi a campo em outubro de 2007, como o turismo é uma atividade sazonal, possivelmente no verão, em razão de uma demanda turística maior, o desemprego aberto[4] nas localidades pesquisadas deve diminuir. Outra constatação é que as atividades de cultivo, extração vegetal e criação destinadas ao próprio consumo já não são significantes nas localidades pesquisadas, pois apenas 1,7% das pessoas que compõem a PEA afirmaram exercer tais atividades.

[3] A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada mensalmente na Região Metropolitana de Salvador, por meio de uma parceria entre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

[4] Considerou-se como desemprego aberto o mesmo conceito utilizado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Assim, desemprego aberto considera as pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

População da amostra	100,0
Menores de 10 anos	18,3
População em idade ativa (PIA)	81,7
Inativos	34,4
População Economicamente Ativa	65,6
Exercendo atividade remunerada	86,6
Afastado do trabalho remunerado	0,8
Ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora no domicílio ou como aprendiz ou estagiário	0,7
Trabalhou em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais ou pesca, destinados à alimentação de pessoas moradoras no domicílio	1,7
Não trabalhavam mas procuravam emprego (desempregados)	10,2

Quadro 1
Proporções da População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e outras informações coletadas na amostra – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Em relação à composição por cor[5] ou raça, os Gráficos 1 e 2 mostram que a cor ou raça não é um atributo que impõe viés à ocupação para os moradores das localidades examinadas, visto que a composição étnica da PIA é praticamente a mesma da PEA. Essa é uma característica muito comum em áreas rurais, já que em áreas urbanas, com mercados de trabalho mais estruturados, a cor passa a ter, em áreas urbanas, uma importância maior na definição da ocupação devido à discriminação. Assim, a proporção de brancos na PEA tende a ser, na maioria das vezes, bem superior à proporção que a mesma população possui na PIA. O contrário ocorre com os negros, onde a discriminação reduz o seu espaço na PEA. Em Açu da torre, apesar da existência do turismo e as ocupações possuírem características tipicamente urbanas, esse comportamento ainda não é observado.

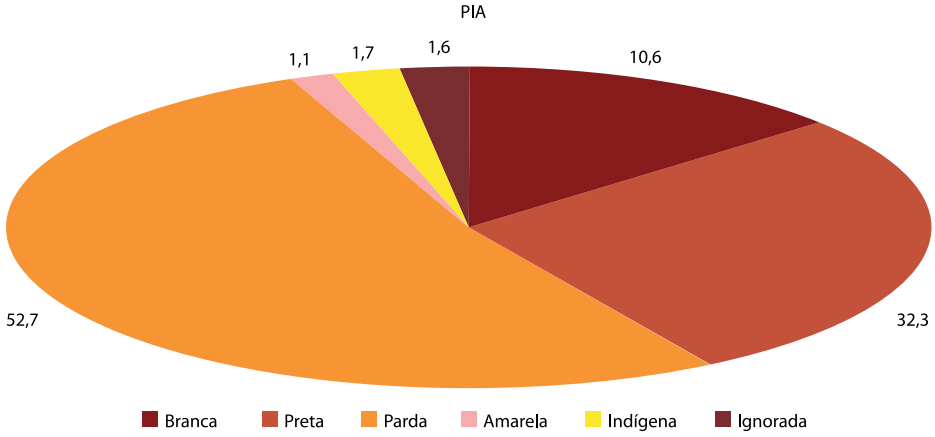


Gráfico 1
Proporção da População em Idade Ativa, por cor ou raça – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

[5] A cor ou raça no questionário foi obtida por meio de autodeclaração do entrevistado.

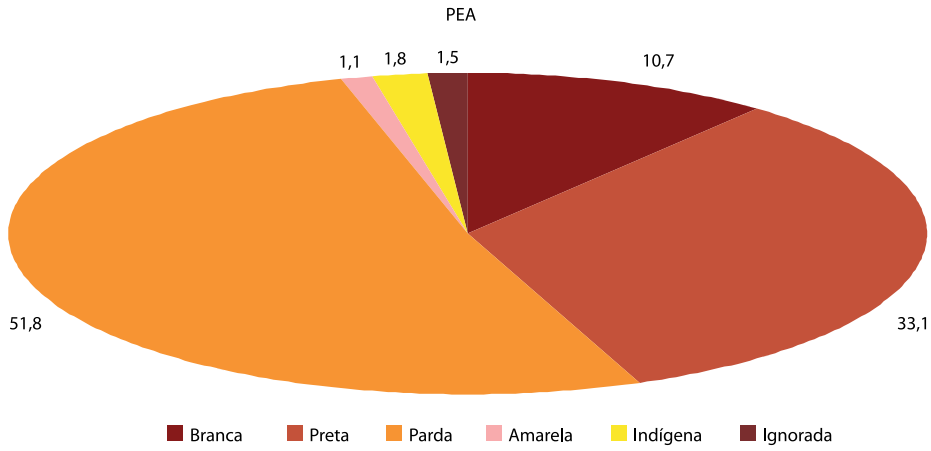


Gráfico 2
Proporção da População Economicamente Ativa, por cor ou raça – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

No entanto, apesar de não criar viés para a ocupação, a cor passa a ser um determinante fundamental na diferenciação dos rendimentos. O Gráfico 3 aponta que as pessoas que se declararam brancas possuíam um rendimento médio no trabalho principal[6] de R$ 804,50 e as pessoas negras e pardas ganhavam em média R$ 479,00 e R$ 540,84, respectivamente, confirmando uma relação evidenciada em praticamente todos os estudos que abordam o mercado de trabalho no Brasil.

[6] Na pesquisa, considerou-se como trabalho principal aquele em que o entrevistado dedica o maior número de horas.

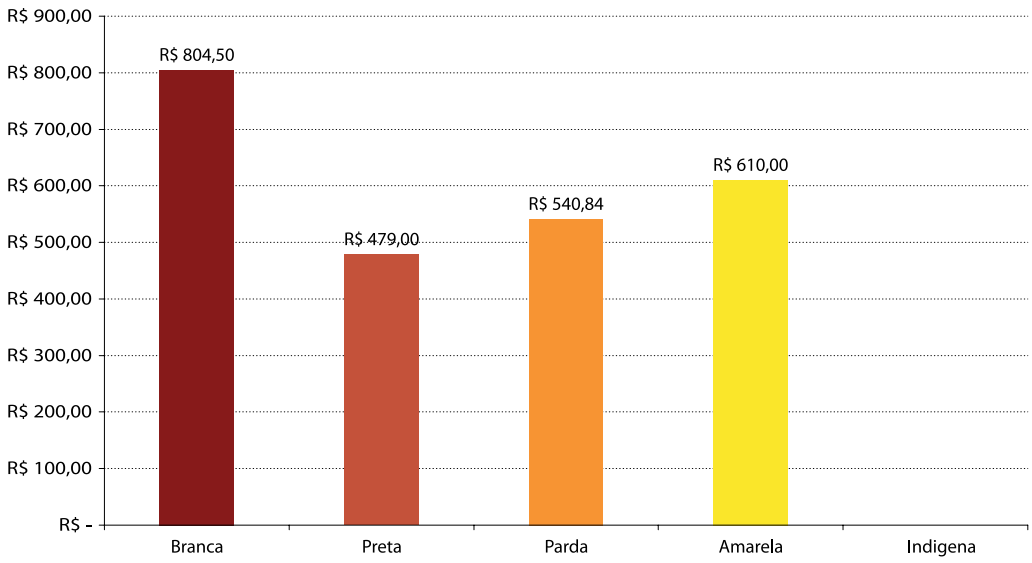


Gráfico 3
Rendimento médio do trabalho principal segundo a cor ou raça – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Os Gráficos 4 e 5 apontam que, ao contrário da cor ou raça, que são indiferentes para a inserção na PEA, o gênero possui influência significativa. O Gráfico 4 indica que 51,1% da População em Idade Ativa (PIA) é composta por homens. Essa é uma característica de áreas eminentemente rurais, visto que em áreas urbanas a população feminina tende a ser majoritária, principalmente em virtude da possibilidade de inserção no emprego doméstico.

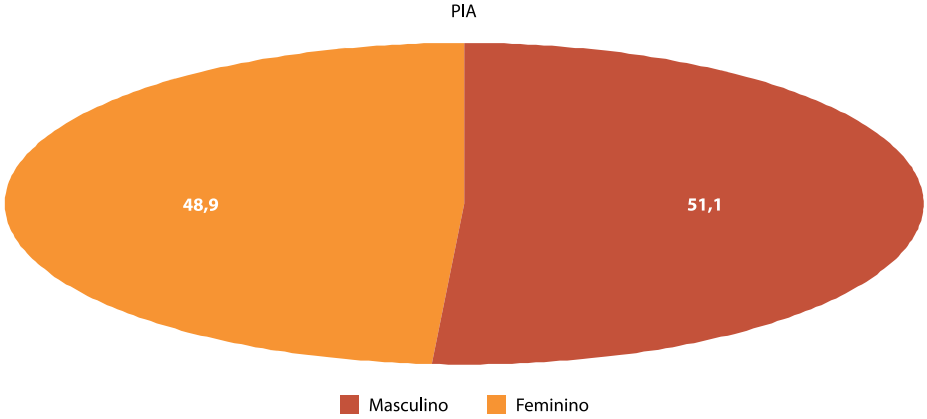


Gráfico 4
Proporção da População em Idade Ativa por gênero – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Por outro lado, a composição por gênero da População Economicamente Ativa (PEA) apontou para uma predominância masculina, com uma proporção de 59,9%. Esse é um comportamento comum, visto que a frequência das mulheres na PEA, no Brasil, passou a ocorrer com uma maior intensidade por volta da década de 1970. A partir de então, a proporção feminina na composição da PEA vem se ampliando gradualmente com o passar dos anos.

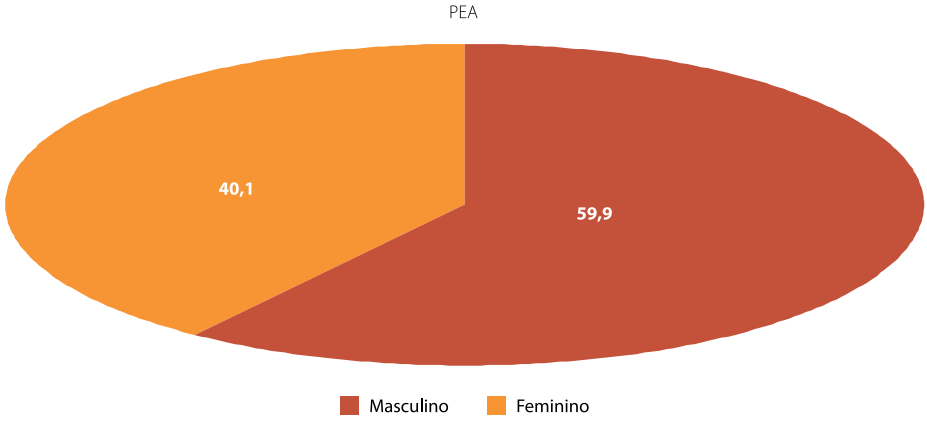


Gráfico 5
Proporção da População Economicamente Ativa por gênero – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

No tocante aos rendimentos, observou-se que, considerando os rendimentos do trabalho principal, os homens ganhavam em média 30,5% a mais que as mulheres, fato comum no mercado de trabalho brasileiro. No geral, o exame dos rendimentos médios no trabalho principal permitiu constatar que, independente do atributo, as médias dos rendimentos sempre foram maiores que o salário mínimo (R$ 380,00) vigente na época da realização da pesquisa (ver Gráfico 6).

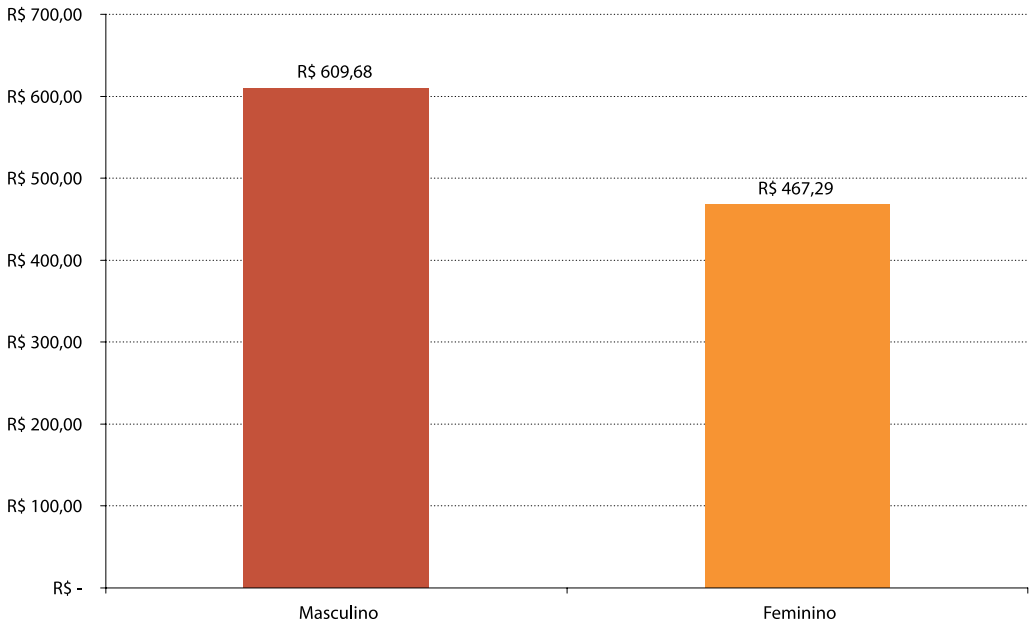


Gráfico 6
Rendimento médio do trabalho principal segundo gênero – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Em relação à escolaridade, a População Economicamente Ativa (PEA) levantada na amostra possuía em média 8,5 anos de estudo e a População em Idade Ativa (PIA) possuía em média 7,3 anos de estudo. O Gráfico 7 mostra que, em termos proporcionais, a PEA possui um perfil educacional melhor que a População em Idade Ativa. Na PEA, apenas 1,7% dos entrevistados afirmaram não ter instrução, 49,6% tinham o ensino fundamental incompleto, 18,0% possuíam o fundamental completo e 28,6% completaram o ensino médio. Em linhas gerais, 48,7% da População Economicamente Ativa completou o ensino fundamental, enquanto na População em Idade Ativa as pessoas que completaram o ensino fundamental correspondiam a 39,2%. De maneira geral, as médias de escolaridade apresentadas na amostra estão acima das médias apresentadas para o estado da Bahia no mesmo ano, onde a PEA apresentou uma média de 6,4 e a PIA de 5,7[7] anos de estudo.

[7] Fonte: IBGE, PNAD 2007. Para a RMS, as médias foram maiores, sendo 8,7 anos de estudo para a PEA e 7,9 para a PIA.

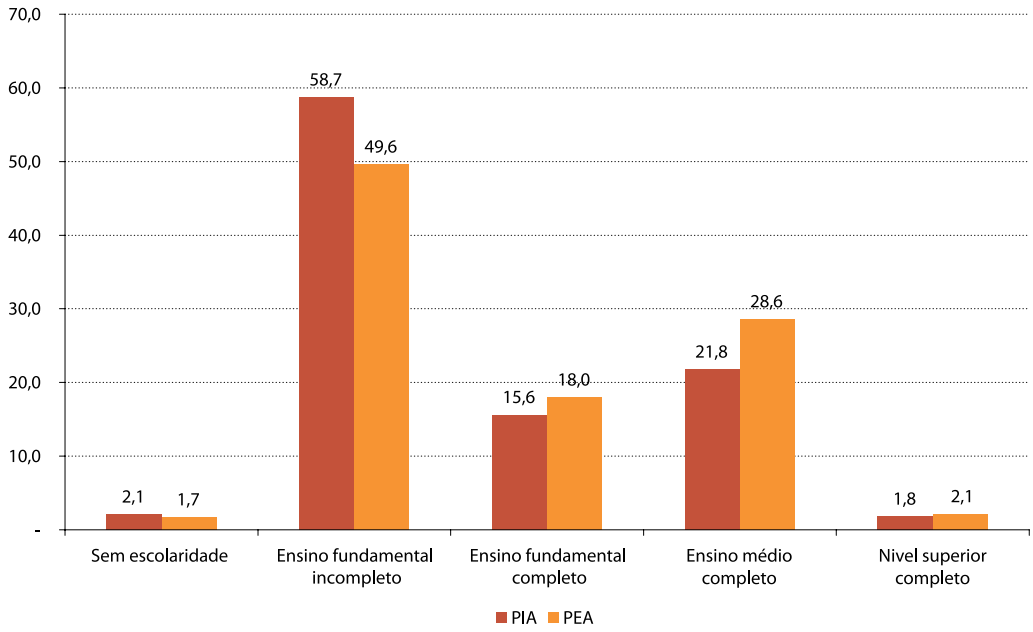


Gráfico 7
Proporção da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA), por grau de escolaridade – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Nota-se que a baixa escolaridade ainda é muito comum nas comunidades, onde 51,3% das pessoas economicamente ativas não completaram o ensino fundamental. A situação piora quando são examinados os dados da PIA, pois mesmo com o processo de ampliação do acesso à educação ocorrida na última década do século XX, 60,8% da População em Idade Ativa não havia concluído o ensino fundamental.

Para pessoas com nível superior completo a proporção ainda é muito reduzida, se comparada com os resultados encontrados para pesquisas realizadas em regiões metropolitanas ou até mesmo no estado da Bahia. No entanto, deve-se ressaltar que a predominância de proporções maiores dos segmentos mais escolarizados na PEA indica uma valorização da educação no recrutamento dos trabalhadores ou nas ocupações exercidas pelos residentes das localidades entrevistadas.

CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DOS RESIDENTES

A Tabela 2 mostra as principais ocupações ou funções[8] das pessoas que responderam as entrevistas; nela se constata que 82,6% das pessoas que trabalhavam no período de referência da pesquisa estavam distribuídas em 25 ocupações, definidas pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO). Essa concentração em poucos tipos de ocupações e o predomínio de ocupações que

[8] Ocupação ou função na pesquisa utiliza o mesmo conceito da PED, entende-se por o ofício, profissão, cargo ou função que exerce em seu trabalho principal.

em tese não requerem alta escolaridade demonstra que o mercado de trabalho local ainda é bastante simples, sem muita diferenciação.

Tabela 2
Frequência relativa e relativa acumulada das ocupações e funções no trabalho principal, em ordem decrescente – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Nº	Atividade	Código Brasileiro deOcupações-CBO	Ocupados	Frequênciarelativa	Frequênciarelativa acumulada
1	Atendente de bar e lanchonete	5320	114	9,3	9,3
2	Ajudante de pedreiro	9994	88	7,2	16,5
3	Auxiliar de serviços gerais	5526	77	6,3	22,9
4	Agricultor	6336	59	4,8	27,7
5	Artesões de objeto	1612	57	4,7	32,4
6	Caseiro	5511	57	4,7	37,0
7	Empregado doméstico	5400	55	4,5	41,5
8	Pedreiros	9519	54	4,4	45,9
9	Cozinheiros	5319	53	4,3	50,3
10	Operador de *telemarketing*	4522	42	3,4	53,7
11	Adm. e gerentes de serviços	2355	40	3,3	57,0
12	Diversas ocupações	9908	40	3,3	60,3
13	Motoristas	9854	33	2,7	63,0
14	Baleiros	4900	31	2,5	65,5
15	Vigilante	5897	31	2,5	68,1
16	Auxiliar de cozinha	5311	27	2,2	70,3
17	Encarregado	3098	24	2,0	72,2
18	Jardineiros	6397	23	1,9	74,1
19	Agente de saúde	4524	19	1,6	75,7
20	Carpinteiros	9544	19	1,6	77,2
21	Recepcionistas	3943	18	1,5	78,7
22	Baiana de acarajé	5330	13	1,1	79,8
23	Assistente contábil	3311	12	1,0	80,8
24	Babá	5401	12	1,0	81,7
25	Auxiliar de escritório	3931	10	0,8	82,6
26	Outras ocupações com pouca representatividade		213	17,4	100,0
	Total			100,0	

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Dentre as ocupações mais frequentes se destacam aquelas ligadas ao segmento de alimentação e bebidas, como atendente de bar e lanchonete, cozinheiros e auxiliar de cozinha, motoristas, artesãos e baianas de acarajé. Sendo que atendentes de bar e lanchonete foi o tipo de ocupação mais frequente. Necessariamente, essas são ocupações que se identificam geralmente com o turismo e o lazer.

Outras ocupações que se destacaram foram as ligadas à construção civil, como ajudantes de pedreiro, pedreiros e carpinteiros. Essas ocupações se apresentaram com uma frequência relativamente alta, quando comparadas aos resultados geralmente encontrados no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, não foi possível identificar que proporções dessas pessoas trabalhavam temporariamente na implantação dos grandes complexos turísticos e qual a proporção que exerciam essa atividade de forma regular na comunidade.

O grupo dos serviços domésticos também se mostrou bastante significativo, destacando as ocupações de doméstica, caseiro, jardineiro e babá. A existência de um número expressivo de pessoas que declararam exercer a ocupação de baleiro transparece a fragilidade do mercado de trabalho local, no qual as ocupações associadas ao turismo são mescladas com o emprego doméstico e a ocupação na construção civil.

Em relação aos operadores de *telemarketing* levantados na pesquisa, eles exerciam a ocupação no próprio município, possivelmente em empresas ligadas ao turismo que não terceirizaram a execução desse serviço.

A Tabela 3 mostra a distribuição dos ocupados por atividade[9] e por grupos de atividade. Constatou-se que 35,5% dos ocupados estavam em atividades identificadas com o segmento turístico. Neste grupo, destacavam-se as atividades de serviços de hotéis, pensões e alojamentos, responsáveis por 18,1% da ocupação; serviços de alimentação, que representavam 12,9%; e o artesanato, com 4,5%. Esses resultados indicam a importância do turismo para a ocupação dos moradores das localidades pesquisadas.

O outro segmento representativo foi o da construção civil, que representava 16,2 % dos ocupados. Com destaque para a construção de edificações e obras de infraestrutura, que possuía 10,5% da ocupação.

As atividades identificadas com o turismo e as atividades de construção civil juntas eram responsáveis por 51,7% dos ocupados. Essa concentração possui um caráter danoso pelo fato de ambas as atividades serem bastante intermitentes. A atividade turística por estar sujeita a flutuações sazonais, e o seu fluxo ser bastante elástico em relação à renda. A construção civil, por sua vez, depende das condições de crédito e das expectativas de longo prazo para a realização dos investimentos. Em razão dessas características, as pessoas ocupadas nessas atividades estão mais expostas ao risco do desemprego.

As atividades comerciais representavam apenas 10,2% dos ocupados, sendo que no percentual encontrado nos segmentos do comércio destacava-se: o comércio e administração de imóveis, com 2,5%, da ocupação, que possivelmente é uma atividade bastante influenciada pela expansão imobiliária provocada pelo turismo. Com o mesmo percentual encontrava-se o comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Os serviços representavam 8,0% da ocupação, sendo que individualmente todas as atividades de serviços listadas tinham proporções de ocupados abaixo de 2,0%. Os baixos níveis

[9] Na definição de atividade econômica foi utilizado o mesmo conceito da PED.

de ocupação registrados no comércio e nos serviços não ligados ao turismo demonstravam que a atividade turística não possui impactos significativos no comércio e nos serviços locais, pois, dado o pequeno porte dos estabelecimentos, boa parte das compras realizadas pelo segmento turístico deve ser encomendada a fornecedores que estão fora da localidade e, às vezes, fora do município.

Tabela 3
Proporção de ocupados, segundo atividade e grupo de atividade – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Grupos de atividades	Atividades	Código da atividade	Frquência absoluta	Frequência relativa	Frequencia relativa acumulada	Frequencia relativa acumulada no grupo
Atividades maisidentfi-cadascomo turismo	Hoteis,pensõesealojamentos	5991	221	18,1	18,1	18,1
	Serviços de alimentação	5083	157	12,9	31,0	31,0
	Artesanato	2136	55	4,5	35,5	35,5
Construção civil	Construçãocivil,edificaçõeseobrasde infra-estrutura	3013	128	10,5	45,9	10,5
	Construçãocivil,reformasereparações de edificações	3025	70	5,7	51,7	16,2
Comércio	Comércio e adm. de imóveis	5162	31	2,5	54,2	2,5
	Comércio varejista de prod. alimentícios, bebidas e fumo	4418	30	2,5	56,7	5,0
	Comérciovarejistadetecidos,artigos dearmarinho,calçados,artigosde couro e acessórios	4431	25	2,0	58,7	7,0
	Comérciovarejistadeoutrosprodutos	4455	24	2,0	60,7	9,0
	Comérciovarejistarealizadodeporta em porta	4534	14	1,1	61,8	10,2
Serviços	Serviçosdeadm.públicaforças armadas e polícia	5058	21	1,7	63,6	1,7
	Outros serviços de reparação	5198	16	1,3	64,9	3,0
	Serviçodelimpezaevigilância	5199	16	1,3	66,2	4,3
	Serviços especializados	5046	15	1,2	67,4	5,6
	Serviços comunitários	5150	15	1,2	68,6	6,8
	Outrosserviços(excetohoteispensões e alojamentos)	5990	15	1,2	69,9	8,0
Outras atividades	Domesticos	5113	103	8,4	78,3	8,4
	Agricultura,pecuáriaeextr.vegetal	1004	77	6,3	84,6	14,7
	Educação	5095	29	2,4	87,0	17,1
	Transporte e armazenagem	5022	26	2,1	89,1	19,2
	Vendedores de rua	5084	17	1,4	90,5	20,6
	Outras atividades sem representatividadesignificativa		116	9,5	100,0	30,1
	Total			100,0		

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Além das atividades do comércio e dos serviços ligadas ao turismo, outras atividades também apresentaram destaque na ocupação da mão de obra local. O emprego doméstico, por exemplo, representava 8,4% da ocupação, sendo que esse percentual agregava os empregados domésticos, babás, jardineiros e caseiros; essa última ocupação, possivelmente, estava relacionada à atividade de veraneio, o que no segmento turístico costuma se chamar de segunda residência. A agricultura, a pecuária e a extração vegetal ocupavam 6,3% da mão de obra local, demonstrando que apesar do crescimento do turismo e da expansão imobiliária ocorrida na região, a produção agrícola ainda resiste. Merece destaque o comércio de rua explicitado nas ocupações de vendedores de rua e no comércio varejista de porta em porta, que atestam a precariedade existente no mercado de trabalho local.

Apesar de 35,5% das ocupações estarem ligadas a atividades correlacionadas ao turismo, 96,6% dos ocupados que responderam ao questionário admitiram exercer a ocupação em qualquer período do ano. Os 3,4% restantes afirmaram exercer a ocupação com alguma sazonalidade, destacando-se aqueles que responderam exercer a atividade nos períodos de alta estação, férias e feriados. Essa constatação demonstra que o turismo e as demais atividades da região gozam de certa regularidade, que não implica em flutuações sazonais significativas no nível de ocupação.

Quando perguntados se sempre trabalharam nesta ocupação, 65,1% afirmaram que sim e 34,8% afirmaram que não. As pessoas que mudaram de ocupação tinham em média 3,9 anos de trabalho na nova ocupação, o que demonstra que mudanças de ocupação entre os moradores das localidades pesquisadas são bastante recentes e podem ter sido provocadas por mudanças na estrutura dos postos de trabalho da localidade devido ao desenvolvimento da atividade turística.

A Tabela 4 cruza as informações das principais ocupações exercidas anteriormente em relação às ocupações atuais que empregavam o maior número de pessoas oriundas de outras ocupações. Destacam-se entre as ocupações anteriores as que se caracterizam por um maior esforço físico, ou uma atividade mais penosa no processo de trabalho, como ajudante de pedreiro e agricultor. Por outro lado, atividades específicas do turismo, como atendente de bar e lanchonete, também se mostraram significativas tanto como ocupação anterior quanto na ocupação atual.

Entre as ocupações atuais, há um misto de ocupações comuns nas localidades pesquisadas, como auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais, empregados domésticos, ajudantes de pedreiro, vigilantes, cozinheiros; e ocupações que requerem alguma experiência, como pedreiros e administradores e gerentes do comércio, além de algumas atividades autônomas como baleiros e artesãos de objetos.

A troca de ocupação, no entanto, não é acompanhada de uma estratégia de melhoria nos rendimentos, visto que as pessoas que permaneceram na mesma ocupação possuem os rendimentos praticamente iguais aos das pessoas que mudaram de ocupação. Ou seja, no geral, dentro desses aspectos, as ocupações às quais os habitantes das localidades pesquisadas estão submetidos pouco dão retorno financeiro em termos de experiência no trabalho e pouco

permitem uma estratégia de melhoria dos salários através da exploração de novas oportunidades no mercado de trabalho local. O mesmo comportamento é observado para a jornada de trabalho semanal, na qual os dois grupos também apresentaram as mesmas médias.

Tabela 4
Ocupação ou função anterior segundo a ocupação atual – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Ocupações		Ocupação ou função anterior										
		Operador de telemarketing 4522	Auxiliar de cozinha 5311	Cozinheiros 5319	Atendente de bar e lanchonete 5320	Empregados domésticos 5400	Caseiro 5511	Auxiliar de serviços gerais 5526	Vigilante 5897	Agricultor 6336	Ajudante de pedreiro 9994	Total
Ocupação ou função que exercia no trabalho principal no mês de setembro de 2007	Atendente de bar e lanchonete-5320	1	1	2	1	5	1	3	2	2	5	23
	Auxiliar de cozinha - 5511	0	0	1	3	0	0	0	1	9	7	21
	Auxiliar de serviços gerais-5526	0	2	0	2	5	1	0	0	2	8	20
	Empregados domésticos-5400	1	0	4	3	2	0	2	0	1	1	14
	Ajudante de pedreiro - 9994	0	0	0	4	0	3	4	0	2	1	14
	Vigilante - 5897	1	0	0	1	0	1	2	0	0	6	11
	Baleiros - 4900	0	0	0	1	4	1	1	0	1	1	9
	Cozinheiros - 5319	1	0	2	2	2	0	2	0	0	0	9
	Pedreiros - 9519	0	0	0	2	0	0	1	2	1	3	9
	Artesãos de objetos - 1612	1	0	3	1	3	0	0	0	0	0	8
	Administradores e gerentes do comércio - 2355	2	1	0	1	2	0	1	0	0	0	7
Total		7	4	12	21	23	7	16	5	18	32	145

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Porém, em relação à precariedade do trabalho, admitindo-se como ocupações formais aqueles que contribuíam para a previdência social, as pessoas que mudaram de ocupação apresentam uma proporção de formalização de 52,9%, enquanto as pessoas que não mudaram de ocupação tinham uma proporção de formalização em torno de 45,9%. Nesse aspecto, as mudanças nas ocupações incorporam como principal vantagem a melhoria dos vínculos trabalhistas, no sentido de que as relações de trabalho formais respeitam os marcos legais, não produzindo melhorias nos rendimentos e nem na jornada de trabalho.

De maneira geral, a proporção de ocupação formal (48,3%) entre os ocupados que responderam a pesquisa assume valores relativamente altos quando comparados aos valores habitualmente encontrados para o estado da Bahia[10].

[10] Informações retiradas dos microdados da PNAD 2007 indicam, para o estado da Bahia, uma proporção de trabalhadores formais de 32,2%. Na RMS a mesma proporção foi de 54,7%.

Os ocupados que responderam a entrevista possuíam em média cinco anos em seus empregos, o que de certa forma demonstra a rotatividade que existe no mercado de trabalho local, característica muito comum em postos de trabalho que não exigem muita qualificação.

A posição na ocupação exercida pelos ocupados indicava a relevância que o emprego formal possui nas localidades. A Tabela 5 mostra que 39,6% dos ocupados eram empregados com carteira assinada, o que implica dizer que 72,4% dos empregados que responderam a pesquisa possuíam emprego formal. Entre os trabalhadores domésticos, cerca de 50% possuem carteira de trabalho assinada, que é uma proporção bastante elevada quando comparada até com as áreas mais desenvolvidas do Brasil.

Tabela 5
Proporção de ocupados segundo posição na ocupação – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Posição na ocupação	%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,9
Tarbalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	3,8
Empregado com carteira de trabalho assinada	39,6
Empregado sem carteira de trabalho assinada	15,1
Empregador	2,3
Conta-própria	32,8
Não remunerado em ajuda a menbro do domicílio	0,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,0
Total	100,0

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Em relação ao local de trabalho, 96,6% dos ocupados afirmaram que trabalhavam no município de Mata de São João, sendo os ocupados distribuídos pelas localidades do município, conforme a Tabela 6. Nota-se que existe uma concentração nas localidades tipicamente turísticas como Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe, que juntas somavam 64,7% da ocupação.

Deve-se destacar que apenas a localidade de Praia do Forte responde por 41,8% das ocupações. Essa proporção maior se deve ao pioneirismo e à forma como o turismo se desenvolveu em Praia do Forte, com base em pequenos hotéis, pousadas e restaurantes, sendo o comércio caracterizado por pequenos negócios, onde não existe restrição a entradas de pessoas. Em Imbassaí, a dinâmica foi diferenciada; o turismo foi suficiente para a manutenção de pequenos hotéis e pousadas, mas não obteve êxito em desenvolver o comércio local. Por fim, em Costa do Sauípe, a forma de operação do destino turístico impede a proliferação de pequenos negócios e de ocupações diferenciadas como em Praia do Forte.

Em seguida, destacavam-se as localidades que apresentavam características de ocupação dissociadas do turismo, mas com capacidade suficiente para abrigar algum tipo de comércio local: Vila do Sauípe, Açuzinho, Barro Branco, Diogo, Santo Antônio, Pau Grande e Curralinho. Cabe ressaltar que a ocupação na sede do município de Mata de São João se mostrou

insignificante, o que de certa forma demonstra que a ocupação nas localidades possui uma dinâmica independente em relação à sede municipal.

Tabela 6
Ocupação, freqüência relativa e acumulada, por ordem decrescente, segundo a localidade do trabalho – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Localidades	Frequência relativa simples	Frequência relativa acumulada
Praia do Forte	41,8	41,8
Imbassaí	13,5	55,3
Costa do Sauípe	9,5	64,7
Malhadas	5,3	70,0
Vila do Sauípe	4,0	74,0
Açuzinho	3,6	77,5
Açú da Torre	3,0	80,5
Sauípe	2,2	82,7
Diogo	2,1	84,8
Barro Branco	2,0	86,9
Santo Antônio	1,9	88,7
Olhos D' água	1,6	90,3
Curralinho	1,5	91,9
Estrada de Campinas	1,4	93,3
Pau Grande	1,4	94,7
Não soube responder	1,2	95,8
Outraslocalidadescombaixasignificância	4,2	100,0

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Entre os que responderam que não trabalhavam no município, boa parte afirmou que trabalhava em Salvador, confirmando a centralidade que a capital do estado, distante cerca de 70 Km, exerce sobre as localidades pesquisadas.

Em relação à jornada no trabalho principal, os ocupados trabalhavam, em média, 42,9 horas por semana. A segunda ocupação não era muito comum nas localidades, apenas 4,7% dos ocupados afirmaram possuir duas ou mais ocupações e, em média, dedicavam 20,2 horas por semana à segunda ocupação. No geral, os ocupados residentes nas localidades pesquisadas trabalhavam, em média, 43,7 horas semanais em todos os trabalhos. Esses valores ficavam dentro dos limites da jornada de trabalho legal.

No tocante aos rendimentos, o trabalho principal correspondia a 97,1% dos rendimentos do trabalho entre os ocupados pesquisados. Os rendimentos do trabalho secundário não eram muitos significativos. Em média, no trabalho principal, os rendimentos ficavam em torno de R$ 553,71, enquanto no trabalho secundário a média de rendimentos era em torno de R$ 358,04 (ver Tabela 7).

Tabela 7
Soma e média dos rendimentos dos ocupados no trabalho principal e no trabalho secundário – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Trabaho	Soma		Média
	Absoluto	%	
Trabalho principal	R$ 543.751,00	97,1	R$ 553,71
Trabalho secundário	R$ 16.470,00	2,9	R$ 358,04
Total	R$ 560.221,00	100,0	

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

A fim de melhor identificar se a ocupação que o indivíduo exercia estava estritamente correlacionada ao turismo, foi inserida uma questão buscando captar a percepção da atividade do ponto de vista da demanda, visando identificar a origem do cliente ou do consumidor. Assim, foi perguntado ao entrevistado[11]: "Na maioria das vezes, em seu trabalho atual, você vende mercadoria ou presta serviço a quem?". Na Tabela 8 são apresentadas as frequências de respostas encontradas para tal quesito.

Tabela 8
Frequencias absoluta, relativa e relativa acumulada da ocupação, segundo a origem dos clientes ou dos consumidores – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Origem dos clientes ou dos Consumidores	Frequênciaabsoluta	Frequênciarelativa	Frequênciarelativa acumulada
Turistas, veranistas e visitantes	346	28,3	28,3
Turistas,veranistas,visitantesepessoasquemoramnalocalidade	525	43,0	71,3
Pessoas que moram na localidade	243	19,9	91,2
Outros clientes	90	7,4	98,6
Não soube responder	17	1,4	100,0
Total	1221	100,0	

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Observa-se que 28,3% dos entrevistados admitiram trabalhar exclusivamente com atividades ligadas ao atendimento de turistas. Apenas 19,9% dos entrevistados admitiram exercer atividades para atender exclusivamente os moradores locais. A maior frequência, 43,0%, ficou com o grupo de pessoas que admitiram exercer ocupações que atendiam às duas clientelas. Dentro desse aspecto, pode-se concluir que um número significativo de ocupações existe não só para atender ao turismo, mas também para atender aos consumidores locais. Por outro lado, o turismo assume um papel mais relevante, pois 71,3% dos entrevistados afirmaram ter turistas como seus clientes.

Os entrevistados que afirmaram atender outros clientes (7,4%) tiveram que responder uma questão adicional informando quais as pessoas que demandavam seus produtos ou seus serviços. Nas respostas, foi detectado que parte dessas pessoas trabalhava para o próprio consumo e outra parte, mais significativa, não soube informar quem demandava seus serviços.

[11] No questionário aplicado no campo, esse item se refere ao quesito 6.13.

O Gráfico 8 mostra os rendimentos médios no trabalho principal e a média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal. Observa-se que aquelas pessoas que declararam prestar serviço ou vender mercadorias a moradores locais possuíam rendimentos médios no trabalho principal inferiores aos rendimentos médios das pessoas cuja ocupação estava voltada para o atendimento dos turistas, veranistas e visitantes e daqueles cuja ocupação atendia tanto a turistas quanto a pessoas da localidade. Este último grupamento de pessoas possuía rendimento de R$ 618,21, que era, em média, 57% superior aos rendimentos dos que possuíam trabalhos voltados para atendimento aos consumidores locais.

Em relação às horas de trabalho semanais, foi constatado que quanto maior a influência do segmento turístico na ocupação, maior a jornada semanal de trabalho média. Assim, as pessoas que declaram ter ocupações ligadas a atender a demanda de turistas apresentaram uma jornada de trabalho semanal média em torno de 44,5 horas semanais. Enquanto as pessoas ocupadas em atividades voltadas para o consumo de moradores locais trabalhavam em média, por semana, 40,8 horas.

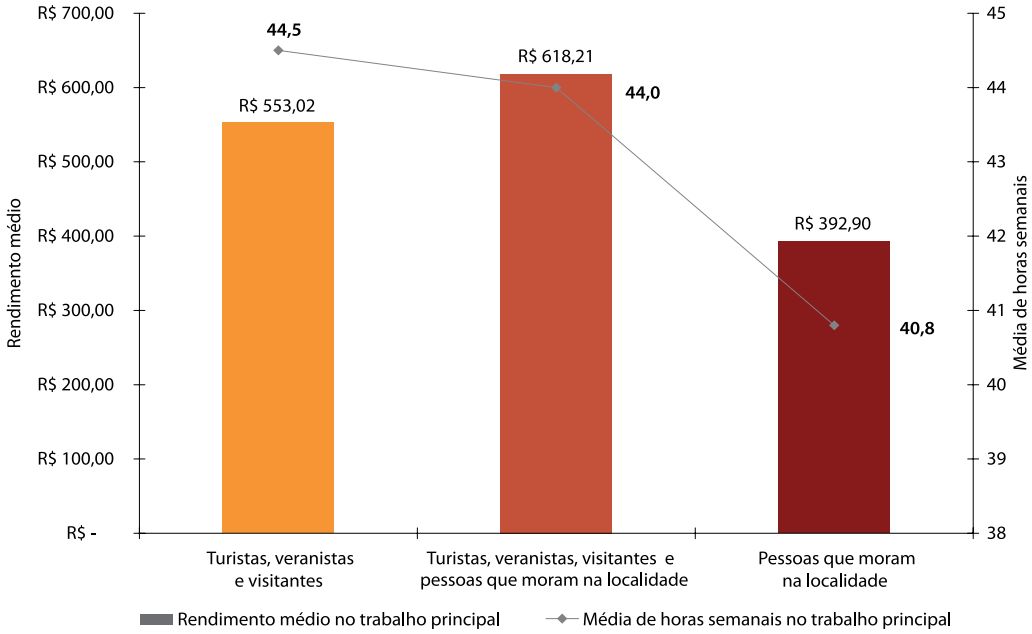


Gráfico 8
Rendimento médio e jornada de trabalho semanal média, no trabalho principal, segundo a origem dos clientes ou dos consumidores – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Nesse aspecto, fica evidente que as ocupações voltadas para os turistas possuem rendimentos mais elevados. Por outro lado, exigem uma maior disponibilidade de horas de trabalho do empregado. De certa forma, esse é um reflexo dos altos níveis de emprego formal encontrados entre as ocupações que estão ligadas ao atendimento das necessidades de turistas, veranistas e visitantes.

O Gráfico 9 aponta o comportamento do emprego formal[12] entre os ocupados das localidades pesquisadas. Entre os entrevistados que afirmaram em suas ocupações atenderem as demandas de turistas, veranistas e visitantes, o nível de formalidade foi de 67,9%. Entre aqueles que admitiram atender as demandas de turistas, veranistas, visitantes e moradores locais, a proporção de formalização na ocupação ficou em torno de 44%. Por fim, as pessoas que possuíam ocupações voltadas para o atendimento das demandas dos moradores locais possuíam uma proporção de 34,2%.

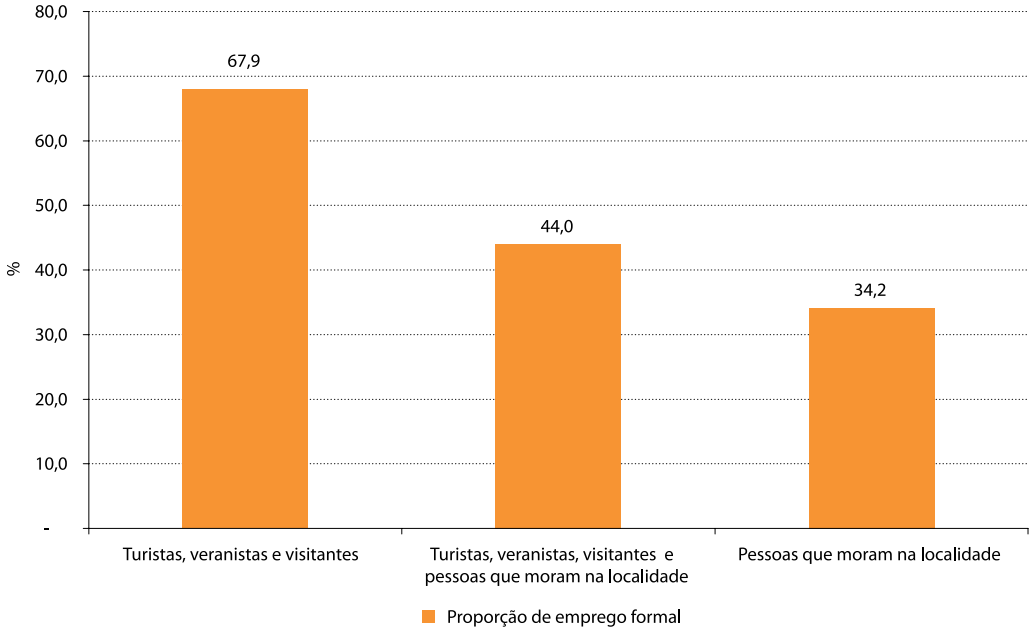


Gráfico 9
Proporção de ocupação formal, segundo a origem dos clientes ou dos consumidores – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

[12] Considerou-se como ocupação formal aquelas ocupações em que as pessoas ocupadas eram contribuintes da previdência social.

Nas localidades, o desemprego aberto ficou em torno de 10,2% entre as pessoas que constituíam a PEA da Pesquisa de Campo. Esse valor, como dito anteriormente, ficou muito próximo dos valores encontrados para o desemprego aberto na RMS. As pessoas que procuravam emprego ficavam em média 9,1 meses desempregadas e utilizavam, com maior frequência, os seguintes mecanismos para conseguir emprego: procura direta em empresas, agências e sindicatos; enviar currículos; e indicação de parentes e amigos. A prevalência dos dois primeiros mecanismos indica uma tendência existente nos chamados mercados de trabalho perfeito, nos quais as contratações são realizadas de forma impessoal, baseadas nas capacidades e atributos dos candidatos – característica mais presente em mercados de trabalho mais dinamizados.

O Gráfico 10 demonstra que 60,5% dos ocupados nas localidades pesquisadas recebiam como rendimento do trabalho principal entre um e dois salários mínimos. As pessoas que recebiam abaixo de um salário mínimo correspondiam a 24,6%. Sendo que esse último era um percentual bem abaixo do encontrado para o estado que, em 2007[13], possuía 50,2% dos ocupados recebendo menos de um salário mínimo. O mesmo indicador para a RMS apresentou uma proporção de 25,1% dos ocupados. No outro extremo da distribuição, apenas 14,9% dos entrevistados recebiam no trabalho principal rendimentos acima de dois salários mínimos, enquanto o mesmo indicador para o estado e para a RMS, em 2007, ficou em torno de 14,2% e 28,0%, respectivamente. Ou seja, a distribuição dos rendimentos das localidades possui um forte viés em torno do valor do salário mínimo, fato fortalecido pelo alto índice de formalidade do emprego. Os efeitos dessa uniformidade na distribuição são observados no índice de GINI[14], calculado a partir dos rendimentos do trabalho principal das pessoas que responderam ao questionário, que ficou em torno de 0,402, valor bem abaixo dos geralmente encontrados para o mercado de trabalho brasileiro e baiano.

Por outro lado, a distribuição também permite constatar que as possibilidades de melhoria dos rendimentos dentro do mercado de trabalho local são bastante remotas, pois os melhores postos de trabalho, provavelmente, são ocupados por pessoas que não residem nas localidades pesquisadas.

[13] Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2007.

[14] O índice de GINI é utilizado para estimar o nível de concentração que existe na distribuição de uma variável. O índice pode ter valores que oscilam entre zero e um. Em zero significa que a variável é distribuída de forma igualitária com a população; em um a concentração é máxima, indicando que apenas um indivíduo detém todo o montante expresso pela variável.

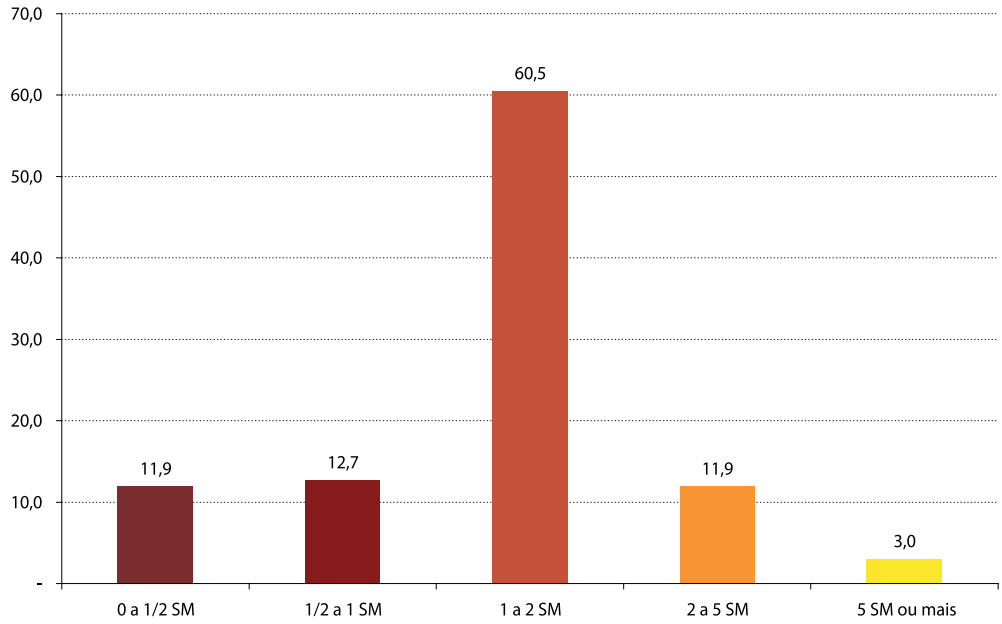


Gráfico 10
Proporção de ocupados segundo a classe de rendimentos em múltiplos e submúltiplos do salário mínimo – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Analisando os rendimentos da PIA segundo a origem dos rendimentos, observa-se no Gráfico 11 que 76,5% dos rendimentos são oriundos do trabalho. As outras fontes significativas são respectivamente as aposentadorias, que representam 14,2% dos rendimentos, e os aluguéis, que possuíam uma representatividade de 5%. Doações de parentes e transferências do Bolsa Família representavam, ambos, menos de 1%.

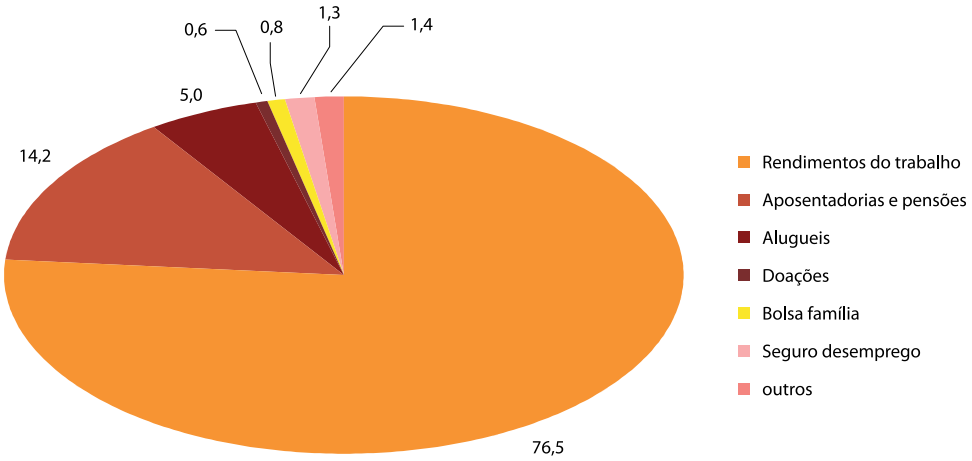


Gráfico 11
Proporção dos rendimentos da População em Idade Ativa, segundo a origem dos rendimentos – distrito de Açu da Torre, município de Mata de São João – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

As proporções encontradas estão muito próximas dos valores encontrados para a RMS e o estado da Bahia. Contudo, os rendimentos obtidos com aluguéis se mostraram proporcionalmente expressivos, o mesmo acontecendo com o seguro desemprego. Em relação ao segundo, as proporções encontradas são fruto dos altos índices de formalidade do emprego nas localidades pesquisadas e da alta rotatividade das pessoas em seus empregos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame dos dados coletados na Pesquisa de Campo realizada pela SEI, em 2007, no distrito de Açu da Torre, no município de Mata de São João, indicaram, em relação ao mercado de trabalho, uma dinâmica totalmente independente da sede do município, visto que a grande maioria das pessoas ocupadas exercia suas atividades nas localidades pesquisadas. Outra evidência foi a existência de um mercado de trabalho dual, no qual as atividades frequentemente ligadas ao turismo possuem uma dinâmica própria em relação às outras atividades econômicas existentes nas localidades.

De maneira geral, os dados levantados pela pesquisa aderem de forma consistente a algumas informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, que apontava o município de Mata de São João com um estoque significativo de empregos formais, quando comparado aos demais municípios que compõem a APA Litoral Norte e possuem o turismo como uma das principais atividades econômicas. De fato, a Pesquisa de Campo encontrou proporções de empregos formais elevadas em relação aos padrões encontrados geralmente na Bahia, sendo comparados aos padrões observados na RMS (Região Metropolitana de Salvador).

No entanto, o emprego formal concentra-se nas atividades e ocupações essencialmente ligadas ao turismo e, à medida que as atividades e ocupações se distanciam desse arcabouço, o nível de informalidade no trabalho cresce. Esse movimento, no sentido da informalidade, se reproduz de forma direta na redução da jornada de trabalho e principalmente na redução dos rendimentos.

As atividades classificadas como atividades características do turismo eram responsáveis por 35,5% das ocupações das pessoas entrevistadas. Porém, 71,3% dos entrevistados admitiram possuir, nas ocupações, turistas, veranistas e visitantes como pessoas demandantes dos seus serviços ou de suas mercadorias, comprovando que uma boa parte das atividades que não são características do turismo possuía demanda influenciada por turistas, veranistas e visitantes.

Entre as ocupações mais comuns dos entrevistados se destacavam: atendente de bar e lanchonete, ajudante de pedreiro, auxiliar de serviços gerais, agricultor e artesão. Neste caso, apesar de haver uma concentração de ocupações em atividades ligadas ao turismo ou à demanda turística, as funções que as pessoas exerciam se mostraram pouco diversificadas, contemplando, dentre outras, o serviço doméstico, conta-própria e serviços administrativos. Além dos profissionais da construção civil, que possivelmente apresentaram proporções mais elevadas que as usualmente encontradas em outras regiões, por conta das obras dos empreendimentos turísticos em implantação.

Em relação à manutenção do emprego, a atividade turística no município de Mata de São João goza de uma certa regularidade, visto que 96,4% dos ocupados entrevistados afirmaram exercer a ocupação em qualquer período do ano e apenas 3,6% admitiram que suas ocupações possuíam um caráter sazonal.

Entre os ocupados, 34,8% afirmaram ter mudado de ocupação. Porém, a troca de ocupação não apresentou reflexos na melhoria dos rendimentos e nem na jornada de trabalho. O ganho se concentrou na qualidade do posto de trabalho, geralmente empregos formais com rotinas mais brandas, que necessitam de um menor esforço físico quando comparados ao trabalho agrícola, anteriormente muito tradicional na região.

Não foram encontradas mudanças de ocupação no sentido da saída das ocupações tradicionais da região para as ocupações tipicamente turísticas, com exceção da agricultura. Possivelmente, esse comportamento não foi detectado por se tratar de um destino turístico que vem se consolidando há mais de 20 anos, o que, de certa forma, diluiu ao longo do tempo os efeitos e os conflitos oriundos do processo de implantação da atividade.

Os ocupados possuíam em média cinco anos em seus trabalhos, e aqueles que admitiram ter mudado de ocupação tinham em média 3,9 anos de serviço em suas ocupações atuais, demonstrando que os postos de trabalho existentes possuem uma alta rotatividade de mão de obra. O que é uma característica frequente em postos de trabalho que não exigem alta qualificação e pagam baixas remunerações.

A População Economicamente Ativa possuía, em média, 8,5 anos de estudo, sendo que 51,3% não haviam concluído o ensino fundamental. Apesar da baixa escolaridade dos entrevistados, a educação formal era valorizada no mercado de trabalho, visto que a proporção da PEA nos segmentos escolarizados foi maior que a proporção apresentada pela PIA.

Foram observadas diferenças de gênero e de cor, no que concerne aos rendimentos médios. No entanto, a cor não cria viés para a ocupação, pois a distribuição da PEA, segundo a cor, é proporcionalmente muito próxima da distribuição da PIA. Em relação ao gênero, a discriminação existe, visto que as mulheres eram 48,9% da PIA, mas representavam apenas 40% da PEA.

De maneira geral, a atividade turística melhorou a qualidade do emprego, ampliando significativamente os postos de trabalho formal na região. Por outro lado, a atividade turística não obteve o mesmo êxito em termos de criação de ocupação no comércio e nos serviços locais, que são responsáveis por proporções pequenas da ocupação.

O fato dos moradores locais ficarem limitados aos postos de trabalho de baixa remuneração, geralmente em torno de um salário mínimo, inibe as possibilidades futuras de crescimento profissional, o que torna o trabalho desgastante e com baixa motivação. Encontrar formas de melhoria salarial através de retornos no crescimento profissional diminuiria a rotatividade do emprego e criaria categorias de trabalhadores mais remunerados para gerar uma demanda com capacidade suficiente de desenvolver o comércio e o serviço locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo no Brasil 2007/2010*. Brasília,. 2006. 130 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 4 jul. 2008.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; VALDELINO, Pedro da Silva. Estado, Turismo e Mercado de Trabalho. *Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales*, Barcelona. v. 6, n. 119, ago. 1992. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 9-28 (Série estudos e pesquisas, 82).

OFFE, Claus. O crescimento do trabalho nos serviços. Quatro explicações sociológicas. In: *Trabalho e sociedade*: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. p. 71-109. v.2.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Boletim Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Salvador. SEI. Set. 2007. p. 1-10.

PERFIL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE AÇU DA TORRE

Simone Araújo de Pinho[*]

Localizado no Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, o município de Mata de São João tem se destacado, no contexto do estado, pelo seu potencial de geração de postos de trabalho vinculados à atividade turística, haja vista os significativos investimentos que vêm sendo destinados a esse setor.

Dos investimentos que são direcionados para a parte litorânea dos municípios do Litoral Norte baiano, a maior parte se concentra na faixa que compreende o distrito de Açu da Torre (Mata de São João), espaço onde hoje se encontram diversos *resorts*, hotéis e condomínios de alto padrão.

Para a instalação ou ampliação desses empreendimentos são desenvolvidos estudos de impactos ambientais (EIAs/RIMA), que têm a finalidade de gerar informações para a tomada de decisões quanto à viabilidade dos investimentos no local, bem como firmar compromissos para a preservação do meio ambiente e a inclusão da população local.

No que diz respeito a esse último ponto – o da inserção da população local nos empreendimentos – haveria, porém, um fator limitante, qual seja, o da insuficiente escolarização dessa população em face da formação exigida pelos postos de trabalho criados. Tal limitação poderia, assim, restringir o acesso da força de trabalho do município às oportunidades de emprego geradas pelos novos investimentos e, dessa forma, impedir que uma parcela considerável dos rendimentos do trabalho sejam auferidos por pessoas residentes na própria localidade.

Independentemente do fato de não se poder mensurar com segurança a magnitude de tal defasagem – já que inexistem dados suficientemente claros a respeito do grau de escolaridade exigido pelo setor turístico local –, é inequívoco que uma parcela dos postos de trabalho existentes ou a serem criados, sobretudo os de melhor remuneração, requisitam pessoal com graus de formação escolar mais elevados.

Desse modo, a pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, desenvolvida pela SEI, buscou suprir parte dessa lacuna com o levantamento de informações sobre o perfil educacional da população residente no distrito de Açu da Torre. Para tanto, o questionário elaborado pela equipe da pesquisa contemplou um módulo específico sobre educação, que buscou identificar o analfabetismo, as pessoas que estudam e as que já estudaram, o nível de ensino frequentado e o curso mais elevado que já frequentaram. Além da educação formal, o questionário buscou identificar se as pessoas já haviam participado de

* Socióloga e especialista em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). s_pinho10@yahoo.com.br

cursos de qualificação profissional. As entrevistas qualitativas realizadas também investigaram aspectos relativos à educação, que serviram de subsídio para a elaboração do presente texto, que utiliza a fala de alguns dos entrevistados no intuito de ilustrar as análises. Seguindo as recomendações éticas que respaldam as pesquisas sociais, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, no intuito de evitar que as informações prestadas viessem causar prejuízos materiais ou simbólicos, ou qualquer tipo de constrangimento àqueles que gentilmente se dispuseram a colaborar com a pesquisa[1].

Mais especificamente o texto traz informações sobre o acesso à educação formal, bem como sobre a formação em cursos específicos que venham a promover o acesso das pessoas ao mundo do trabalho. Quatro aspectos serão analisados: 1. Perfil dos estudantes do distrito de Açu da Torre; 2. As localidades responsáveis pela oferta de educação; 3. A população que já estudou; 4. A análise dos cursos ofertados pelos empreendimentos direcionados ao mercado de trabalho do turismo.

QUADRO EDUCACIONAL DO DISTRITO DE AÇU DA TORRE

Segundo o Censo Demográfico do IBGE, a taxa de analfabetismo da população de dez anos ou mais de idade do município de Mata de São João era, no ano 2000, de 17,6%, um pouco menor, portanto, que a do estado, que era de 20,4%. Considerando-se grupos etários específicos, essa tendência mantinha-se entre as pessoas de 15 a 19 anos de idade (5,6% e 7,0%, respectivamente), as de 20 anos ou mais (21,7% e 25,4%) e invertia-se levemente entre as de dez e 14 anos (11,1% e 10,0%).

No caso específico do distrito de Açu da Torre (para o qual, e para os distritos em geral, o Censo não põe à disposição dados educacionais), a proporção de analfabetos pôde ser mensurada por intermédio de pesquisa direta, realizada pela SEI, em 2007. De acordo com os dados dessa pesquisa, a taxa de analfabetismo entre a população de dez anos ou mais de idade era de 13,9% (Tabela 1), ou seja, inferior à do conjunto do estado, que era de 16,8%, segundo a PNAD do mesmo ano.

Na Tabela 1 pode-se observar, também, que o analfabetismo aparecia de maneira mais significativa entre as pessoas com mais de 35 anos de idade e caía bastante entre os mais jovens. Tal fenômeno pode estar associado não só a ações governamentais realizadas no campo educacional (centradas, sobretudo, no aumento da oferta de vagas para crianças e adolescentes), como também a fluxos migratórios recentes que, muito provavelmente, trouxeram consigo pessoas mais jovens e mais instruídas.

[1] Maiores detalhes sobre as entrevistas e a metodologia da pesquisa, ver Muricy (2009), nesta publicação.

Tabela 1
Taxa de analfabetismo por idades quinquenais – distrito Açu da Torre – 2007

Idades quinquenais	Taxa de analfabetismo
10 - 14 anos	3,1
15 - 19 anos	0,8
20 - 24 anos	5,6
25 - 29 anos	5,1
30 - 34 anos	8,1
35 - 39 anos	14,9
40 - 44 anos	19,2
45 - 49 anos	19,6
50 - 54 anos	20,9
55 - 59 anos	36,5
60 - 64 anos	30,3
65 - 69 anos	52,7
70 - 74 anos	61,5
75 -79 anos	64,5
80 e mais anos	69,2
Total	13,9

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

De todo modo, o fato de a taxa de analfabetismo ser alta entre as pessoas mais maduras (que é de 17,9% entre as que têm entre 35 e 49 anos de idade, ou seja, em idade plenamente produtiva) acaba impedindo que essas pessoas tenham acesso a uma parcela considerável dos postos de trabalho vinculados à atividade turística local. Para que tal barreira possa ser superada é indispensável, portanto, que programas de alfabetização de jovens e adultos sejam efetivamente implementados. No entanto, a redução do analfabetismo no distrito dependerá, sobretudo, do aumento progressivo da presença de crianças e de adolescentes nas escolas.

No Gráfico 1, pode-se observar que 27,4% da população do distrito de Açu da Torre, em 2007, frequentavam escola ou creche. Isso colocava o distrito numa posição inferior à do estado como um todo (que apresentava uma taxa de frequência de 33,7%), ou à da RMS (33,0%).

A razão dessa discrepância pode ser vista na Tabela 2, que traz os dados relativos à escolarização desagregados por grupos etários específicos. Verifica-se, neste caso, que a situação educacional do distrito claudicava exatamente no atendimento das crianças de zero a quatro anos de idade (16,7%, contra 22,5% no estado e 32,4% na RMS) e dos jovens de 14 a 19 anos de idade (65,9%, contra os mais de 90% vigentes no estado e na RMS), ou seja, pessoas que demandam ensino infantil e médio.

Entre as pessoas de 20 a 24 anos e as de 25 anos e mais a frequência também era baixa (10,8% e 4,0%, respectivamente), mas, nesses casos, a pequena inserção no sistema de ensino referia-se a pessoas que, em tese, já não deveriam integrar o ensino básico (único nível existente no município de Mata de São João), ou mesmo o próprio sistema de ensino (no caso das de 25

anos e mais de idade). Já para as pessoas com idades entre cinco e nove anos e dez e 13 anos, a taxa de frequência era bastante elevada (93,1% e 98,9%, respectivamente), o que deixava evidente a concentração da oferta de vagas no nível fundamental de ensino.

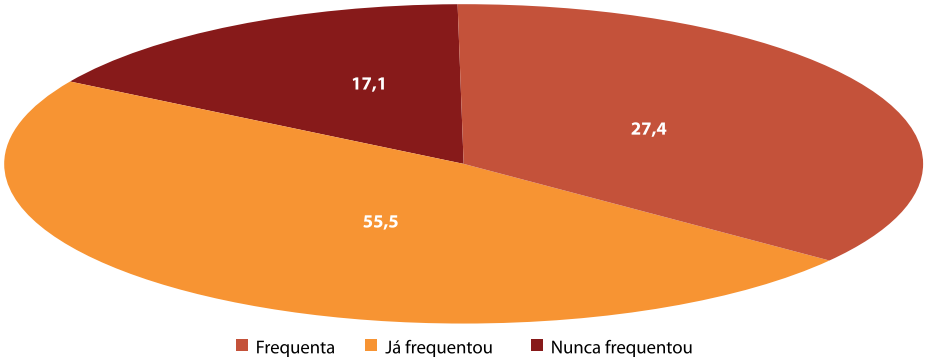


Gráfico 1
Frequência à escola ou creche – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Tabela 2
População que frequenta escola ou creche por grupos quinquenais – distrito de Açu da Torre – 2007

Grupos quinquenais	Frequenta	Não, já frequentou	Nunca frequentou
0 - 4 anos	5,9	0,0	47,2
5 - 9 anos	29,2	0,1	3,2
10 -14 anos	31,6	0,3	0,2
15 - 19 anos	21,4	6,8	0,0
20 - 24 anos	4,5	17,8	1,2
25 - 29 anos	2,0	19,2	2,3
30 - 34 anos	2,3	12,9	2,8
35 - 39 anos	1,3	10,6	3,7
40 - 44 anos	0,3	9,5	4,6
45 - 49 anos	0,3	6,5	4,4
50 - 54 anos	0,4	5,3	3,0
55 - 59 anos	0,1	3,0	4,6
60 - 64 anos	0,4	3,4	3,5
65 - 69 anos	0,0	1,9	6,4
70 - 74 anos	0,0	1,1	5,3
75 - 79 anos	0,0	1,0	3,9
80 e mais anos	0,3	0,6	3,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Obsevando-se o Gráfico 2, pode-se constatar que 70,5% do total da população que frequentava escola encontrava-se no nível fundamental. Já a frequência no nível médio caía para ínfimos 10,1% da população que estudava, o que revela a pequena capacidade desse nível de ensino em atender à demanda local.

Ao lado disso, deve-se levar em conta, também, o fato de que muitos desses jovens, mesmo quando estudavam, apresentavam forte defasagem idade/série. Assim, quase 20% dos estudantes de 15 a 19 anos de idade, do distrito de Açu da Torre, ainda se encontravam no ensino fundamental, quando deveriam, considerando a faixa etária, estar cursando ou já ter concluído o nível médio. De todo modo, há o dado positivo de que, entre os alunos do fundamental, mais de 70% tinham até 14 anos de idade, ou seja, apresentavam idade adequada ao nível cursado (ver Gráfico 3).

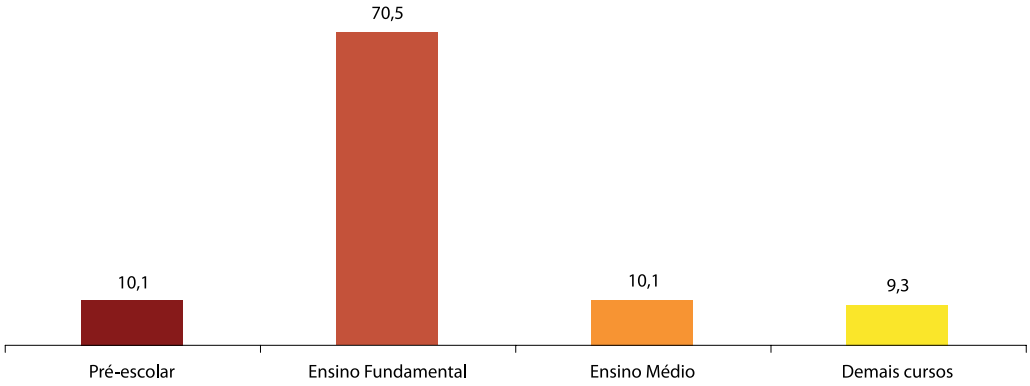


Gráfico 2
Curso que frequenta – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

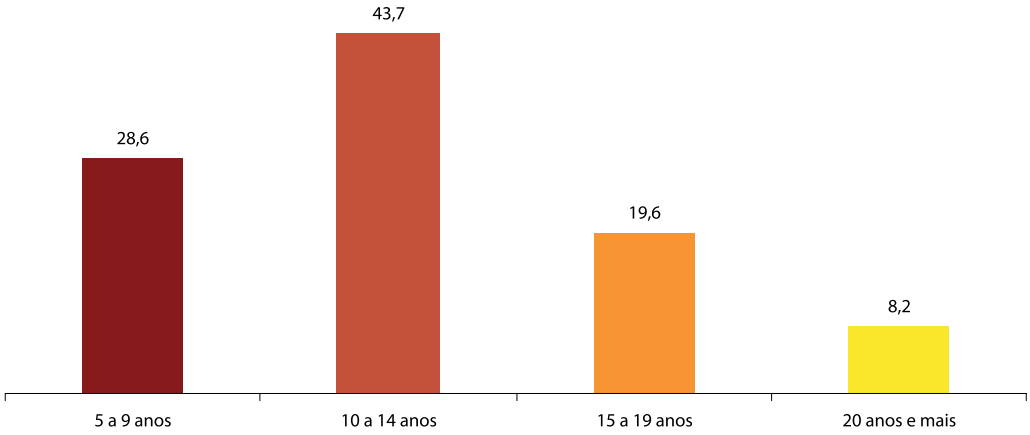


Gráfico 3
Participação, por grupos de idade, no ensino fundamental – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Observando-se, no entanto, o Gráfico 4, percebe-se que a maior parte dos estudantes do ensino fundamental (19,8%) frequentava a 1ª série. Nas séries subsequentes, a proporção vai decrescendo a ponto de, na oitava série, o percentual ser de apenas 8,4%. O abandono escolar é aí revelado de maneira clara.

Em um estudo da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), em 2001, já aparecia um quadro bem semelhante ao aqui verificado, quando a maior parte da população do município de Mata de São João apresentava essa mesma concentração nas séries iniciais do nível de ensino fundamental.

Observa-se no Gráfico 5 que apesar do número reduzido de pessoas do distrito cursando o nível médio, 75,4% delas tinham idades entre 15 e 19 anos, o que revelava uma adequação idade/nível de ensino razoavelmente boa (já que a adequação ideal seria de 15 a 17 anos de idade). Registre-se, ademais, que apesar da maior concentração dessas pessoas estar na 1ª série do nível médio, a série seguinte apresenta uma proporção de pessoas não muito inferior. Por outro lado, na última série a representatividade cai bastante, provavelmente pela necessidade de abandono dos estudos para ingresso no mercado de trabalho (ver Gráfico 6).

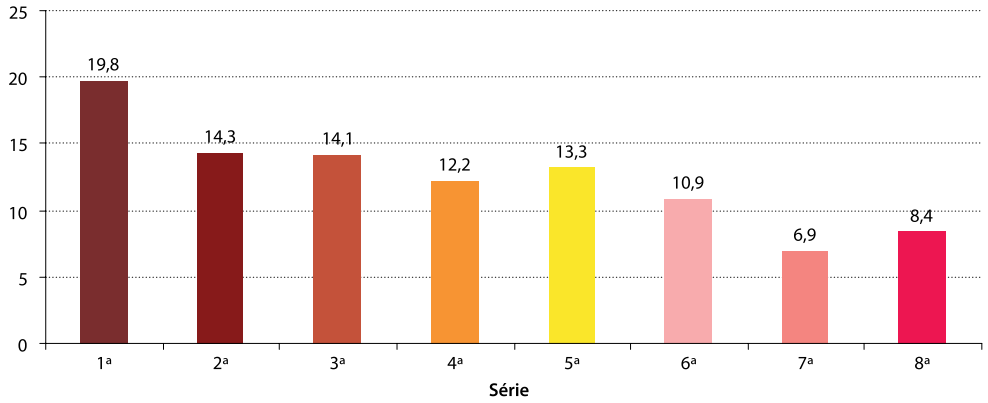


Gráfico 4
Série que frequenta no ensino fundamental – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

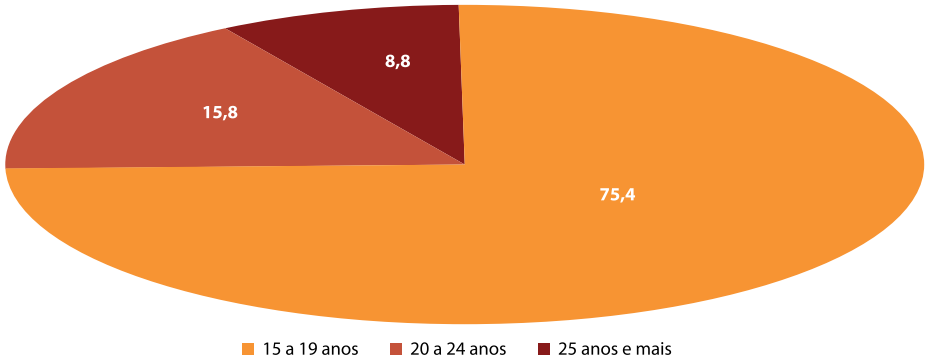


Gráfico 5
Participação, por grupos de idade, no ensino médio – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

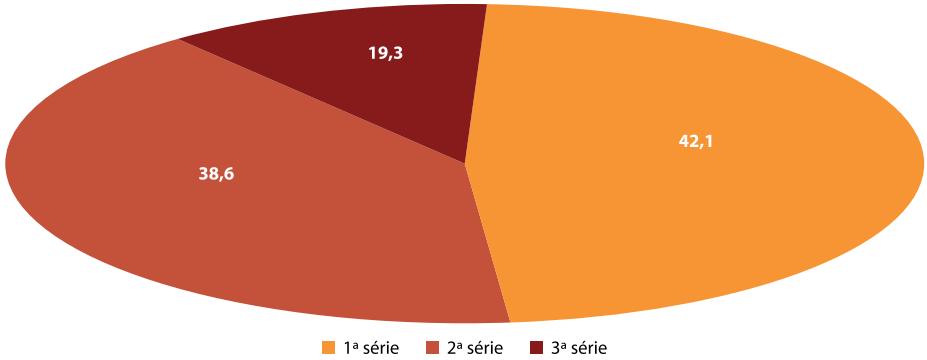


Gráfico 6
Série que frequenta no ensino médio – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

AS LOCALIDADES DO DISTRITO DE AÇU DA TORRE E A OFERTA DE EDUCAÇÃO

Observando-se o Gráfico 7 pode-se verificar que os estudantes do distrito de Açu da Torre estudam, em sua maior parte (92,7%), no próprio município a que pertence o distrito (Mata de São João). Entre aqueles que declararam estudar em municípios vizinhos, os mais citados foram: Salvador, Camaçari, Entre Rios e Lauro de Freitas.

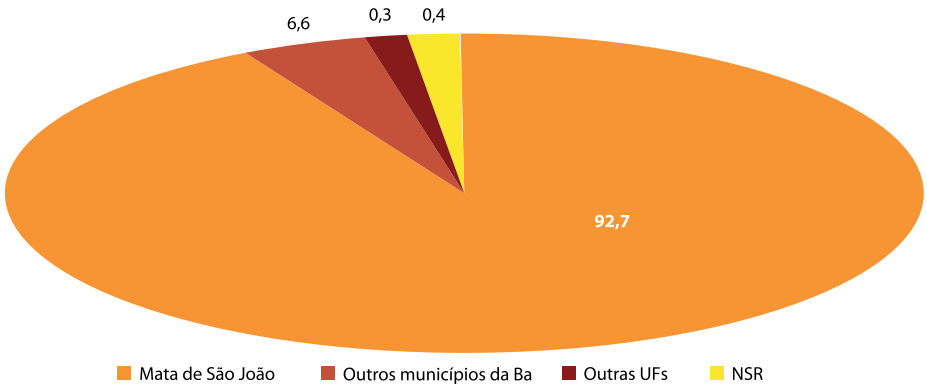


Gráfico 7
População por local de estudo – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

No município de Mata de São João, as localidades de Açuzinho e Praia do Forte são as que mais absorvem os estudantes do distrito, reunindo o total de 23,9% e 21,8% dos estudantes, respectivamente. Todo o universo restante de estudantes se divide pelas 20 outras localidades estudadas (ver Gráfico 8).

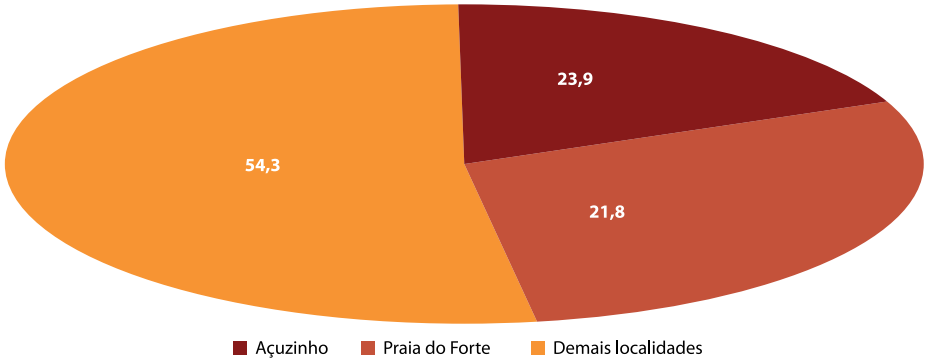


Gráfico 8
Localidade em que estuda – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Um quadro semelhante ao apresentado pelo gráfico referente às localidades em que estuda a população de Açu da Torre se verifica no gráfico que informa as localidades que absorvem os estudantes do nível fundamental. Somados, Açuzinho e Praia do Forte chegam perto dos 45% do total, estando o restante distribuído entre as demais localidades.

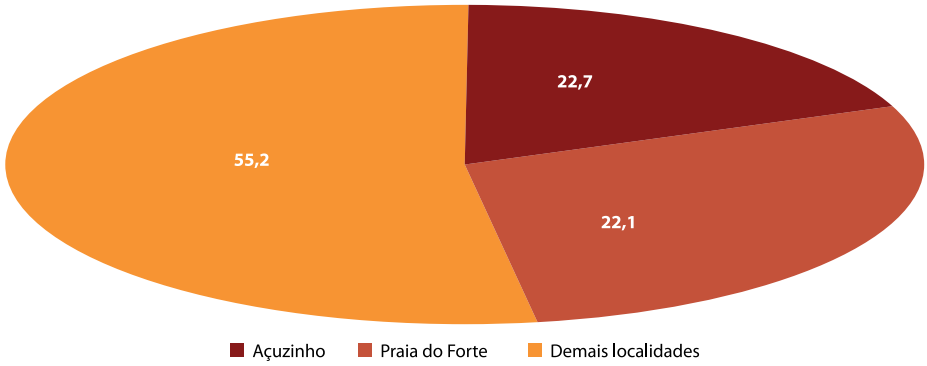


Gráfico 9
Participação das pessoas que frequentam o ensino fundamental por localidades – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.
Nota: Inclusive o supletivo (1º grau)

A partir do Gráfico 10 pode-se confirmar a participação marcante da localidade de Açuzinho na educação formal da população residente no distrito de Açu da Torre: da totalidade dos estudantes do nível médio, 73,2% estudam nessa localidade. Vale salientar que é nesta localidade que se encontra um colégio estadual (Alaor Coutinho) que oferta o serviço de formação para o nível médio à maior parte dos estudantes da área. Praia do Forte também aparece em destaque, porém numa proporção bem menor (19,6%).

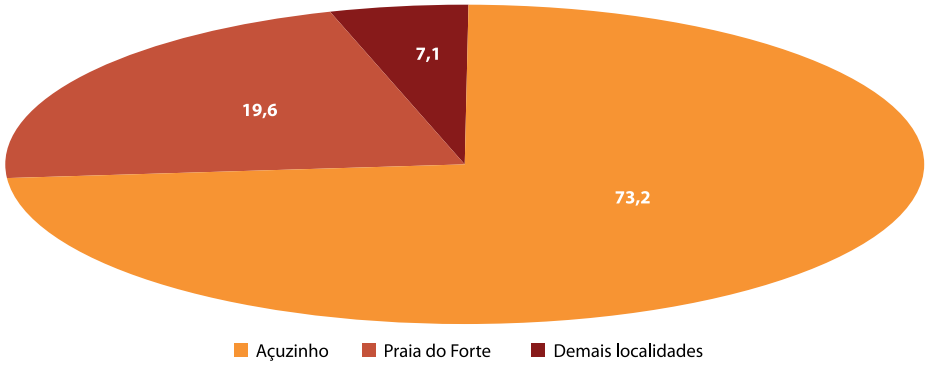


Gráfico 10
Participação das pessoas que frequentam o ensino médio por localidades – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.
Nota: Inclusive o supletivo (2º grau)

AQUELES QUE JÁ FREQUENTARAM ESCOLA

Conforme visto no início deste trabalho, mais da metade (55,5%) da população do distrito de Açu da Torre declarou já ter estudado e, destes, 60,2% apresentavam formação restrita ao nível fundamental. Quando verificado o quantitativo de pessoas que declararam já ter estudado e ter cursado o nível médio, a proporção cai para 33,5% (ver Gráfico 11).

Quanto ao grupo que deixou de estudar no nível fundamental, a maior parte abandonou o estudo na 4ª e na 5ª séries (21,7% e 20,2%, respectivamente), ou seja, não apresentava nem mesmo o nível fundamental completo (ver Gráfico 12).

Já entre aqueles que declararam que já estudaram e deixaram de estudar no nível médio, 78,5% conseguiram concluir o curso (Gráfico 13). Repete-se no distrito, portanto, uma tendência semelhante à que ocorre na maioria dos municípios do estado e do país, qual seja, a de que aqueles que conseguem passar pelo filtro que dificulta a entrada de muitos no ensino médio têm mais chances de aí permanecer até o final do curso.

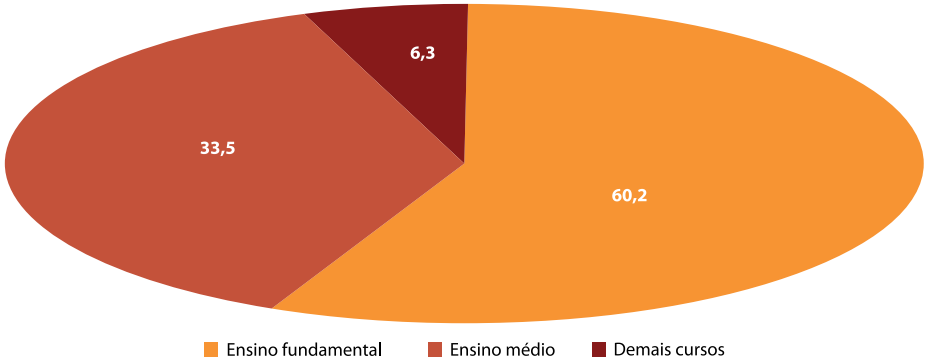


Gráfico 11
Participação das pessoas que não frequentam escola, por curso – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

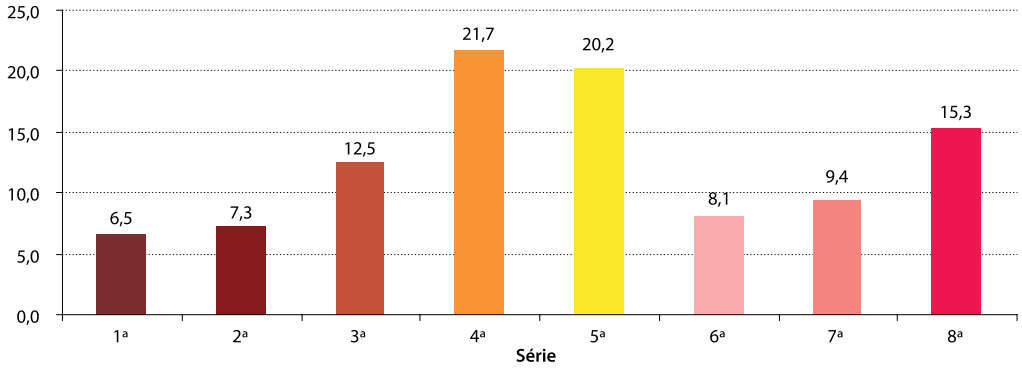


Gráfico 12
Curso que frequentou, por série – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

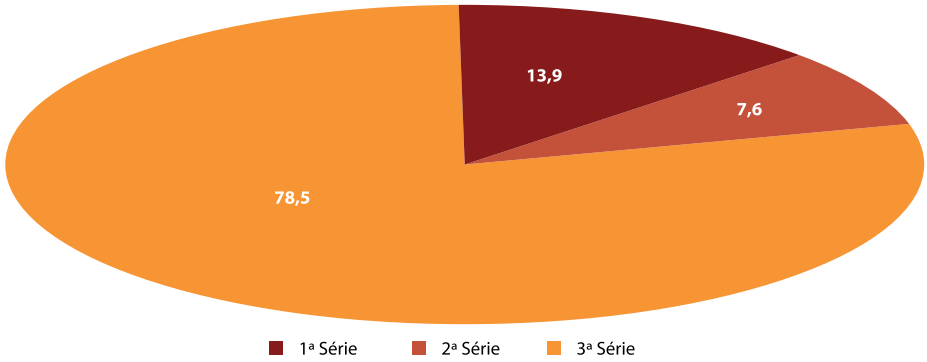


Gráfico 13
Série que frequentou no ensino médio – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

ANOS DE ESTUDO

Um quadro resumo da realidade educacional de uma determinada localidade é dado pela análise dos anos de estudo da sua população (Tabela 3).

Em Açu da Torre, observa-se que, em 2007, apenas 2,1% das pessoas de dez anos ou mais de idade tinham menos de um ano completo de estudo ou não possuíam instrução formal alguma. Entre um e quatro anos de estudo, a proporção elevava-se para 22,1% e entre cinco e oito anos, para 43,6%. Decrescia, no entanto, para 28,9% quando eram consideradas as pessoas com nove a 11 anos de estudo e, mais ainda, para 3,3% quando apresentavam 12 anos e mais de estudo.

Percebe-se, dessa maneira, que quase dois terços (65,7%) da população do distrito (com dez anos ou mais de idade) possuíam entre um e oito anos completos de estudo, ou seja, tinham uma escolaridade que não ultrapassava o nível fundamental de ensino; que menos de um terço (28,9%) possuía entre nove e 11 anos de estudo, isto é, uma escolaridade circunscrita ao nível médio; e que uma pequena minoria (3,3%) havia frequentado escolas de nível superior (12 anos ou mais de estudo).

A população do distrito apresentava, assim, uma escolaridade que, em alguns aspectos, podia ser considerada melhor que a do estado como um todo (no estado, em 2007, a proporção de pessoas com cinco a oito e nove a 11 anos de estudo era de 24,4% e 24,0%, respectivamente, embora a proporção das que possuíam 12 anos ou mais fosse de 5,3%). Porém, não resta dúvida que muito ainda tem que ser feito no campo da educação para que a situação possa ser considerada boa, sobretudo quando se leva em conta a possibilidade de uma melhor inserção da população local no mercado de trabalho que se abre no campo turístico.

Tabela 3
População de 10 anos ou mais de idade segundo os anos de estudo – distrito de Açu da Torre – 2007

Anos de estudos	Absoluto	%
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	655	25,8
1 ano de estudo	122	4,8
2 anos de estudos	127	5,0
3 anos de estudos	162	6,4
4 anos de estudos	246	9,7
5 anos de estudos	220	8,7
6 anos de estudos	99	3,9
7 anos de estudos	121	4,8
8 anos de estudos	164	6,5
9 anos de estudos	86	3,4
10 anos de estudos	46	1,8
11 anos de estudos	370	14,6
12 anos de estudos	14	0,6
13 anos de estudos	13	0,5
14 anos de estudos	3	0,1
15 anos de estudos	25	1,0
16 anos de estudos	3	0,1
17 anos de estudos	9	0,4
Não determinado	38	1,5
Alfabetização de adultos	14	0,6
Total	2.537	100,0

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

A POPULAÇÃO DO DISTRITO DE AÇU DA TORRE E OS CURSOS VOLTADOS PARA O MUNDO DO TRABALHO DO TURISMO

Os empreendimentos turísticos localizados em Açu da Torre, ao requisitarem mão de obra local, deparam-se frequentemente com pessoas com pequeno grau de instrução e, como seria de esperar, com escasso ou nenhum tipo de qualificação específica para os postos de trabalho ofertados. Diante disso, cursos de formação são oferecidos às pessoas que buscam emprego na atividade turística, tendo em vista não apenas suprir carências de formação profissional, mas também preencher requisitos de alguns financiamentos e/ou benefícios fiscais, que muitas vezes vêm vinculados à exigência de absorção de um determinado percentual da população do distrito ou do município.

Da população pesquisada, apenas 23,8% revelaram já ter participado de algum desses cursos de qualificação profissional (ver Gráfico 14).

De maneira geral, os cursos oferecidos preparam para as funções mais simples. Quase sempre são encontradas pessoas que já fizeram curso para garçom, camareira, informática, inglês, artesanato, cozinheiro ou atendimento ao cliente. Esses cursos geralmente são de curta duração e são oferecidos não só pelos empreendedores, mas também pela prefeitura, Senai, Sebrae e, em alguns casos, por particulares.

Esse universo pode ser melhor percebido com base na análise de trechos de entrevistas realizadas com algumas pessoas do distrito, selecionadas seguindo alguns critérios tais como ser um empreendedor, liderança local ou que já tivesse feito algum curso, entre outros[5] .

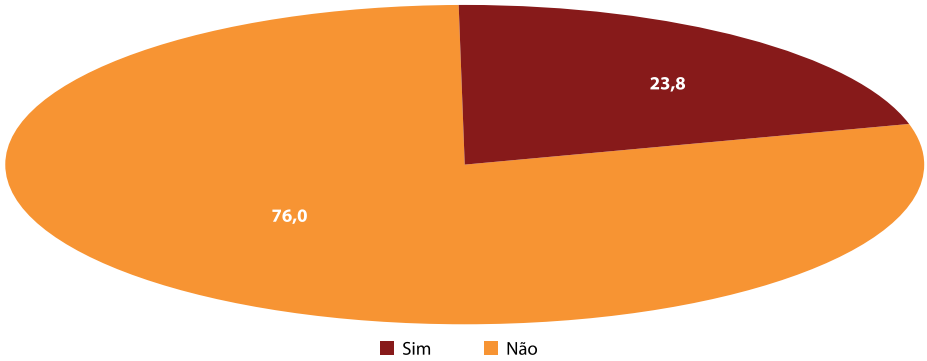


Gráfico 14
População que já participou de algum curso de qualificação profissional para o mercado de trabalho – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Do ponto de vista das pessoas que já fizeram algum curso na área de turismo, elas em geral declararam que há uma boa divulgação dos cursos oferecidos, seja por meio de cartazes colocados em locais públicos, seja por meio do "boca a boca".

Não há critérios para a participação nos cursos. Uma exigência quase sempre referida pela maior parte dos entrevistados, de qualquer categoria, é ter 18 anos e ser da localidade. A exigência do grau de formação – nível médio – também é feita. Mas essa exigência, diante do quadro acima exposto, de uma população composta, na sua maior parte, por pessoas com nível de formação fundamental, passa a ser um entrave. Assim, um morador fez a seguinte colocação a esse respeito: "Aqui tem muita oportunidade, mas quem está lucrando com isso é o pessoal de fora, tanto que exige segundo grau e título, mas só que chegou na hora que teve que colocar pessoas com segundo grau incompleto." (Paulo, Morador).

Considerando a declaração do tempo de duração dos cursos, eles variam de cinco dias a três meses. Para a maior parte dos entrevistados esse tempo de curso é satisfatório, mas há quem diga que o ofertado é apenas o básico. "Foi ensinado o básico, o básico; o resto a pessoa tem que

se desenvolver, né. [...] O básico é recepcionar o cliente; como segurar a bandeja, a regra básica de como servir [...] Coisas básicas, que é usado até nos Estados Unidos." (Jairo, Morador).

A maior parte das pessoas que fazem cursos sai com emprego; quando isso não ocorre o nome fica em uma lista de espera que é apresentada aos empreendedores quando solicitam pessoal qualificado. Contudo, há crítica quanto ao estágio, pois ocorre por um período que pode chegar a três meses e não é remunerado.

A população local ressalta que o serviço no turismo é quase sempre temporário, ocorrendo plenamente apenas na chamada "alta estação", período de maior fluxo turístico.

Do ponto de vista do empregador e das empresas que prestam serviço de qualificação, a realidade é percebida de forma bem distinta. Foram encontrados grupos de pessoas que oferecem cursos que servem de suporte para os cursos de qualificação para o mercado de trabalho, a exemplo de cursos de redação, interpretação de texto leitura etc., uma vez que a formação das pessoas do local, insuficiente, não permite que elas possam acompanhar qualquer que seja o curso. De acordo com a fala de um deles, "os hotéis buscaram a qualificação de mão de obra local e encontraram habitantes que não sabiam nem ler, nem escrever, aí fica difícil o próprio hotel que tenha lá os seus cursos e treinamentos, qualificar, por exemplo, o garçom, alguém que não sabe ler nem escrever." (Fernando, Empreendedor).

Os empresários declaram que existem outros problemas tão difíceis de serem contornados quanto a formação, como a falta de costume com o discurso um tanto preconceituoso quando se referem aos trabalhadores das localidades. Declaram que os nativos não estão acostumados a trabalhar, que gostam de viver de bicos, isso porque procuram os empregos na alta estação e depois retornam para as suas atividades de origem: pedreiro, pescador etc.

O que ocorre é que as pessoas sabem que o trabalho do mercado do turismo tem um período de alta, e que muitos serão dispensados. Antes que os peguem de surpresa, partem para essas funções sem abandonar a sua de origem. Vale observar a opinião de um empreendedor que entende a postura dos nativos:

> "Fizemos, em 2005, um levantamento [...] de aptidão para trabalhar em hotéis ou turismo em geral [...] 95% estavam disponíveis e queriam trabalhar com turismo, porém, como na sua colocação não querem trabalhar de forma definitiva, eles querem trabalhar como autônomos. [...] porque eles têm sua atividade primária, como um barco de pesca, agricultura de subsistência, o artesanato, uma barraca de praia, e eles não vão abrir mão de sua atividade primária em troca de um trabalho num hotel que para eles não é garantia nenhuma. [...] Eles querem trabalhar num fim se semana prolongado, num feriadão, no final de ano, no carnaval, no São João [...] não querem ficar presos." (Empreendedor 1).

A falta de qualificação e interesse pelo trabalho no turismo, observada pelos empreendedores, leva a questionar o motivo da insistência em tê-los no quadro funcional. Além de existir um

compromisso em absorver mão de obra local, existe o fator economia. Trazer gente de outros municípios implicaria custos de transporte e atraso no trabalho. Então, a opção é qualificar e tentar mudar posturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo uma área para onde, já há algum tempo, vêm sendo direcionados investimentos na área do turismo, com construção de hotéis, condomínios etc., o que requer mão de obra especializada, o distrito de Açu da Torre – município de Mata de São João – apresenta dados, em relação ao perfil educacional da sua população, que guardam aspectos preocupantes.

O analfabetismo no distrito ainda apresenta taxas que podem ser consideradas elevadas, da mesma forma que é pequena a parcela da população que se encontra frequentando escola.

Entre aqueles que a frequentam, a maior parte é de jovens com até 19 anos de idade, com predomínio da frequência nas primeiras séries do ensino fundamental.

Entre os que deixaram de estudar, a maior parte só tem o ensino fundamental, concentrados na 4ª e 5ª séries. Por outro lado, entre os que deixaram de estudar no nível médio, 78,5% conseguiram concluir o curso.

Em resumo, a maior parte da população do distrito de Açu da Torre apresenta apenas o nível fundamental de formação, o que é claramente insuficiente em face das exigências postas pelos empreendimentos turísticos locais.

Os empreendedores, ainda que assumam o compromisso de qualificar a população local tendo em vista a sua inserção no mercado do turismo, encontram o problema da formação inadequada. Comprometem-se, porém, não só em qualificar, mas também em contribuir para a formação básica.

Os cursos têm sido bem aceitos pela população, que os consideram de boa qualidade, mas as lideranças locais, em tom crítico, observam que os postos de trabalho oferecidos são os que exigem baixa qualificação e que, por isso, são mal-remunerados.

Enfim, ainda é preciso investir na educação formal da população do distrito. No município, mais especificamente no distrito de Açu da Torre, existe apenas uma escola estadual que oferece o ensino médio. É de se esperar que a sua população apresente carência nesta área.

O mundo dos negócios, o mercado do trabalho, está cada vez mais exigente e a necessidade de formação é indiscutível. As oportunidades de emprego surgem, mas são poucos os habilitados a ocupá-las, sobretudo em razão da disparidade entre o grau de instrução formal exigido pelas empresas e aquele que é apresentado pelas pessoas residentes no distrito.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU*. Salvador: CONDER, 2001.

EDUCAÇÃO EM NÚMEROS: Bahia – 2000. Salvador: SEC, 2000.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28. (Série estudos e pesquisas, 82).

DISTRITO DE AÇU DA TORRE: CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Mayara Mychella Sena Araújo *

INTRODUÇÃO

A análise das condições de moradia relaciona-se a aspectos de maior relevância no que tange à qualidade de vida[1] de um indivíduo ou de toda uma comunidade. Abarca, por um lado, as condições do domicílio – padrão construtivo, abastecimento d'água, instalações sanitárias – e, por outro, a disponibilidade de sistema viário, acesso a equipamentos de consumo coletivo (de educação, saúde, lazer etc.) –, elementos físicos que atribuem qualificação ao espaço urbano no qual essas pessoas vivem.

Dias (2008) inclusive afirma que a moradia é considerada como requisito essencial para a sobrevivência, produção e de reprodução social. Haja vista que no imaginário e nas práticas cotidianas ela representa o lugar do homem no mundo, "a moradia é um direito básico de cidadania e, no Brasil, também, um direito social garantido constitucionalmente" (DIAS, 2008, p. 55). Para a autora, a moradia é tida como um produto social cujo valor e qualidade dependem tanto de sua estrutura física quanto da presença e da condição de infraestruturas e dos serviços do local onde esta se situa.

Ao avaliarmos as condições habitacionais, utilizamos um conjunto de indicadores[2] que medem a proporção da população vivendo em condições de moradia precárias ou com dificuldades de acesso a serviços públicos adequados. Ou seja, podemos levar em consideração tanto os aspectos físicos do imóvel, que contribuem para a sensação de bem-estar, como também o conjunto de equipamentos e serviços que a comunidade tem acesso. Portanto, podemos dizer que a qualidade da moradia é definida pelas condições mínimas de habitabilidade e, ainda, pelo acesso ao saneamento, infraestrutura, além dos equipamentos e serviços urbanos.

---

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Bahia (UFBA); graduada em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). mayara@sei.ba.gov.br

1 Segundo Dias (2008, p. 56): "a noção [...] qualidade de vida é algo variável. Como se trata de um juízo de valor, seu estabelecimento pressupõe comparações e visões de mundo. Por isso mesmo, a noção de melhor ou de pior se altera no tempo, no espaço, de acordo com as ideologias preponderantes num dado momento; conforme a idade e a posição socioeconômica daquele que a avalia [...]. Depende de sua subjetividade, em outros termos, de sua história de vida, de suas expectativas frente à sociedade e pela forma como o conjunto social valora seu lugar".

2 De modo geral, constituem-se em "[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma" (JANNUZZI, 2002, p. 54).

Henriques (2001) diz que os indicadores que podem ser utilizados para aferir as condições de moradia são: (a) qualidade do material de construção de domicílio (material das paredes, teto); (b) propriedade do imóvel (próprio, alugado etc.); (c) propriedade do terreno onde se localiza o imóvel; (d) densidade habitacional medida pelo número de moradores por cômodo; (e) abastecimento de água encanada no interior do domicílio; (f) acesso a um sistema de esgoto sanitário adequado; (g) acesso à energia elétrica; e (h) acesso à coleta de lixo.

Em que pese saber que as temáticas condições de moradia e qualidade de vida não serão exauridas nas discussões e análises ora propostas, estas permeiam a percepção da caracterização dos domicílios no distrito de Açu da Torre, situado no município de Mata de São João, onde se concentram os investimentos e a maior parte do fluxo turístico do litoral norte da Bahia.

O texto apresenta o resultado das informações constantes no item 2 do questionário – Características dos Domicílios –, que foram construídas baseadas no item equivalente do questionário da amostra[3] do Censo Demográfico de 2000. Salienta-se que o Censo Demográfico é uma pesquisa domiciliar reconhecida e embasou a formulação de todo o questionário da pesquisa intitulada *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*[4].

Desde a década de 1960, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza técnicas de amostragem[5] na coleta dos Censos Demográficos[6]. Dentre elas está a seleção da amostra de habitantes para a qual é aplicado o questionário da amostra. No ano de referência de 2000, o questionário da amostra foi aplicado segundo as definições de duas frações amostrais distintas: 10% para os municípios com população estimada[7] superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios. No caso desta pesquisa, a amostra trabalhada também foi de 20% da população do distrito de Açu da Torre, conforme metodologia do IBGE.

Nessa perspectiva, o artigo pauta-se na estrutura sugestionada por Dias (2008), que se fundamentou no estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja proposta de trabalho relaciona-se ao conceito de Direito à Moradia Adequada, estabelecido a partir de sete componentes essenciais:

> *Segurança jurídica da posse* – para garantir a moradia contra despejos e deslocamentos forçados e outros tipos de ameaças à posse;
>
> *Disponibilidade de serviços e infra-estrutura* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais fácil seja o acesso à água potável, energia, saneamento básico e tratamento de resíduos, transporte e iluminação pública;
>
> *Custo acessível da moradia* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais os gastos com a moradia sejam proporcionais à renda, asseguradas as demais exigências para uma Moradia Adequada;

[3] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/quest_amostra.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2008.

[4] Sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, ver Muricy (2009) nesta publicação.

[5] Para maiores informações acerca das técnicas de amostragem utilizadas pelo IBGE, ver: IBGE. Censo Demográfico de 2000: famílias e domicílios (resultados da amostra). Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 24-32. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2008.

[6] O Censo contempla dois tipos de questionários: um básico, ou questionário da não amostra, que consiste num formulário resumido aplicado a todos os domicílios, com um número restrito de quesitos; e outro questionário, denominado questionário da amostra, com um número muito maior de quesitos, aplicados a uma amostra dos domicílios.

[7] "Estimativas de população para o ano de 2000, baseadas nas projeções realizadas pela Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE" (IBGE, 2000, p. 24).

> *Habitabilidade* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais ofereça condições físicas e de salubridade adequadas;
>
> *Acessibilidade* – as políticas habitacionais visarão sempre mais à Moradia Adequada para todos, quanto mais contemplem os grupos mais vulneráveis;
>
> *Localização* – a moradia será sempre mais adequada quanto mais adequadamente esteja inserida na cidade, com acesso adequado às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer;
>
> *Adequação cultural* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais respeite a diversidade cultural e os padrões habitacionais oriundos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais (SALES JÚNIOR; CARDOSO, 2005, p. 22).

Dada a especificidade das informações e o escopo do trabalho, não pretendemos avaliar as sete componentes apresentadas no estudo da ONU. Serão caracterizadas:

I) Segurança jurídica da posse – a partir da leitura e interpretação das informações relacionadas à propriedade do domicílio e propriedade do terreno;

II) Habitabilidade – seguindo uma caracterização das questões: quantidade de cômodos, quantidade de cômodos dedicados a dormitório, existência de banheiro ou sanitários e o grau de conforto medido pela posse de bens duráveis e outros elementos. Todas elas na perspectiva de buscar uma compreensão se a moradia oferece boas condições de salubridade;

III) Disponibilidade de serviços e infraestrutura – neste item, serão caracterizadas as questões relacionadas ao abastecimento de água (procedência e forma de distribuição), esgotamento sanitário e destino de lixo.

Portanto, o objetivo do artigo está na caracterização dos domicílios do distrito de Açu da Torre. Para tanto foram utilizadas informações sobre as características jurídicas e físicas dos domicílios, bem como a posse de bens duráveis e a presença de serviços de saneamento básico, extraídas dos resultados obtidos com o questionário da pesquisa, para a área de estudo.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Sem perder de vista a discussão que se segue acerca da caracterização dos domicílios, algumas considerações devem ser apresentadas a fim de subsidiá-la. Dessa maneira, neste item são colocadas referências conceituais com relação a alguns termos que serão utilizados no decorrer deste texto.

Como no Censo Demográfico de 2000 entende-se domicílio como sendo "o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal" (IBGE, 2000, p. 32). Ainda segundo o IBGE (2000), eles podem ser classificados quanto à espécie como:

> Domicílio particular - quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares desagregam-se em:
>
> - permanente - quando construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas;

> - improvisado - quando localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica, etc.) que não tinha dependências destinadas, exclusivamente, à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas, etc., que estavam servindo de moradia na data de referência, também foram considerados como domicílios particulares improvisados. [...]
>
> Domicílio coletivo - quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, *camping*, etc (IBGE, 2000, p. 33).

Quanto à população residente, entende-se que "[...] constituiu-se pelos moradores em domicílios na data de referência. Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data [...]" (IBGE, 2000, p. 33). Nesta perspectiva, foram trabalhadas no artigo as informações referentes à população residente nos domicílios particulares permanentes, e quando nos referimos à caracterização dos domicílios também estamos tratando dos particulares permanentes.

Considerando os conceitos postos pelo IBGE e os dados obtidos na pesquisa de campo no distrito de Açu da Torre, no ano de 2007, a maior parte da população residia em domicílios particulares permanentes (98,9%), e apenas 1,2% era distribuída entre os particulares improvisados e os coletivos (Gráfico 1).

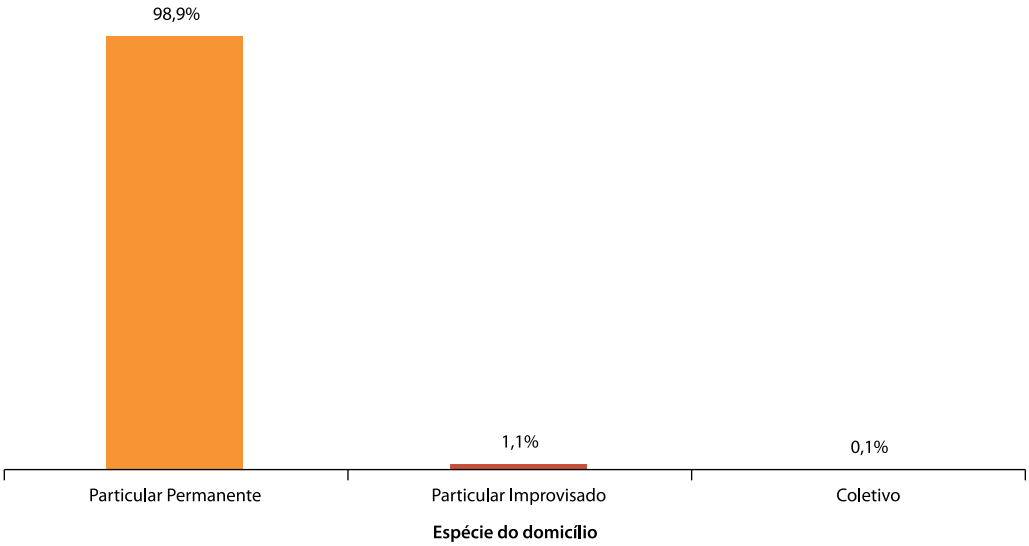


Gráfico 1
Distribuição da população residente, segundo espécie do domicílio – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Os domicílios particulares permanentes encontravam-se 62,1% na área urbana e 37,9% na rural (Gráfico 2). Entende-se a localização do domicílio, segundo a situação urbana ou rural, de acordo com as considerações do IBGE (2000):

> [...] situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas[8]. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 2000, p. 34, acréscimos nossos).

Na pesquisa, os domicílios particulares permanentes distribuídos entre as áreas urbana e rural no distrito de Açu da Torre abrangiam as localidades classificadas, segundo critérios do IBGE, em:

- Área Urbana: Açu da Torre, Açuzinho, Campinas e Malhadas;
- Área Urbana Isolada: Praia do Forte e Imbassaí;
- Área Rural: Areal, Areal de Baixo, Areal de Cima, Barreiro, Barro Branco, Curralinho, Diogo, Estiva, Invasão de Sauípe, Olhos D'Água, Pau Grande, Santo Antonio, Sapiranga, Sucuriú e Vila de Sauípe.

Para efeito da aplicabilidade do trabalho, os valores encontrados para as áreas urbanas foram somados aos encontrados nas urbanas isoladas, visto que apresentavam uma homogeneidade. Em outras palavras, não foram observadas grandes diferenças percentuais nos valores encontrados entre essas áreas (urbana e urbana isolada). Mesmo ao considerar que Praia do Forte e Imbassaí são duas áreas que contam com maior infraestrutura de apoio à atividade turística.

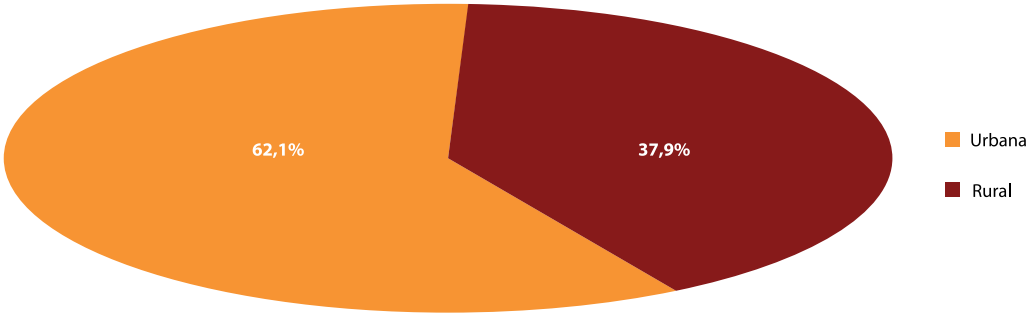


Gráfico 2
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo situação do domicílio – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Buscando dar conta do objetivo do artigo, os itens a seguir trazem informações que permitem a caracterização dos domicílios particulares permanentes. Salienta-se que não se pretende esgotar as discussões em torno de cada tema, entretanto, visa-se elencar um conjunto inicial de dados que subsidiem trabalhos posteriores.

[8] É a área definida por lei e separada da sede distrital (ou municipal) por área rural ou por outro limite legal (IBGE, 2007).

SOBRE A SEGURANÇA JURÍDICA DA POSSE

Neste ponto do trabalho serão apresentadas as características dos domicílios particulares permanentes que se relacionam à garantia dos indivíduos proprietários da unidade habitacional contra despejos, deslocamentos forçados ou outros tipos de ameaças à posse da moradia.

Propriedade do domicílio e do terreno

Quando se procura avaliar a condição do domicílio segundo a segurança jurídica da sua posse, na verdade, busca-se entender se alcançar o *status* de proprietário do imóvel onde reside representa um indício de estabilidade financeira para o indivíduo. Segundo Castello (2008), a propriedade do imóvel residencial é uma característica cultural bastante valorada: "é importante o papel simbólico atribuído à aquisição da casa própria na sociedade brasileira" (CASTELLO, 2008, p. 28). A autora explicita que a posse do espaço de moradia é vista como uma meta a atingir e a casa própria é considerada o porto seguro, a base física da sobrevivência, afinal, se tornar dono do local de residência significa que o indivíduo libera parte importante da renda mensal que seria destinada ao aluguel, muitas vezes emprega-a em outros elementos que permitam melhores condições de vida para ele e sua família.

Observe-se que é de conhecimento público que nem sempre ser proprietário do imóvel residencial significa ter a propriedade do terreno onde ele se localiza. Em muitos casos, ocorrem os processos de apropriação irregular, quando o indivíduo é dono da unidade habitacional, entretanto, não é o proprietário do terreno. Esta é uma situação comumente observada nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Nelas, frequentemente, existe uma concentração espacial de domicílios próprios sem que haja efetivamente a posse do terreno; são as conhecidas áreas de ocupação irregular, muitas vezes denominadas de espaços urbanos desqualificados. Acrescentam-se ainda aquelas propriedades de terreno que resultam de herança ou doação.

A Região Litoral Norte, incluindo o distrito de Açu da Torre, possui a história de ocupação e expansão populacional relacionada à atuação de Garcia D'Ávila, que com a prática da pecuária possibilitou a conquista de novas áreas rumo ao interior, e até mesmo na faixa litorânea da região. Esse processo resultou em concentrações de grandes propriedades de terra que, ao longo dos anos, foram sendo passadas para os herdeiros, ou quando não eram mantidas pelos proprietários, eram ocupadas por posseiros, assegurando uma tradição que mais recentemente tem representado a posse do domicílio, e até mesmo do terreno.

As atividades econômicas desenvolvidas na faixa costeira da região, na passagem do século XIX até meados do século XX, estiveram relacionadas ao manejo dos recursos naturais; a população estivera voltada à agricultura de subsistência. Desse modo, as relações de trabalho ligadas à posse da terra, mesmo com a dinamização econômica empreendida pelos proprietários, continuavam seguindo as lógicas seculares. Ainda, como na época da família Ávila, a população pagava foros anuais – em dinheiro, trabalho ou mercadorias – pelo direito de usar a terra cuja propriedade era dos grandes fazendeiros.

Nesse sentido, o sistema de arrendamento de terras marcou essa parte da região por todo o início do século XX, até a década de 1950, o que resultou numa ocupação centrada nos grandes latifundiários, em que cada um, ao seu modo, criava leis internas, regulava os modos de viver, seja na proibição do uso de telhas nas casas, seja na permissão para a criação de animais soltos.

No caso do distrito de Açu da Torre, ao buscar-se avaliar as condições da posse da unidade habitacional e mesmo do terreno onde ela se situa, notou-se, como mostram os Gráficos 3 e 4, que a maior parte das unidades habitacionais e o terreno onde se localizam foram declarados como próprios. Esta situação em grande parte explica-se pela própria história de ocupação da área, na qual a maioria dos moradores são remanescentes – posseiros, herdeiros – de proprietários de terra de outros períodos.

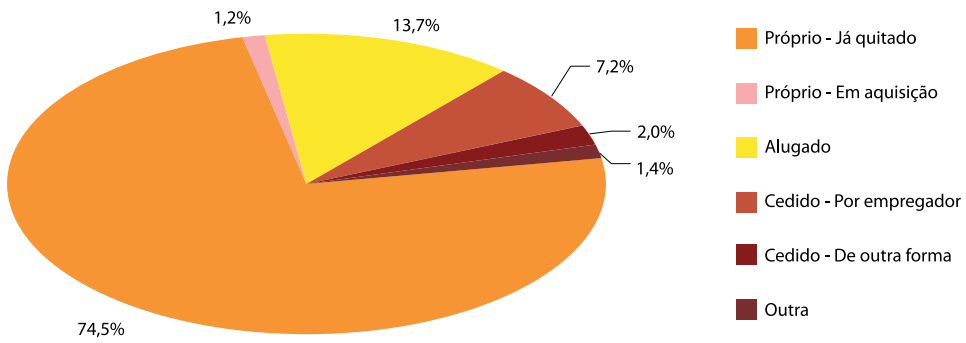


Gráfico 3
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo condição de ocupação – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

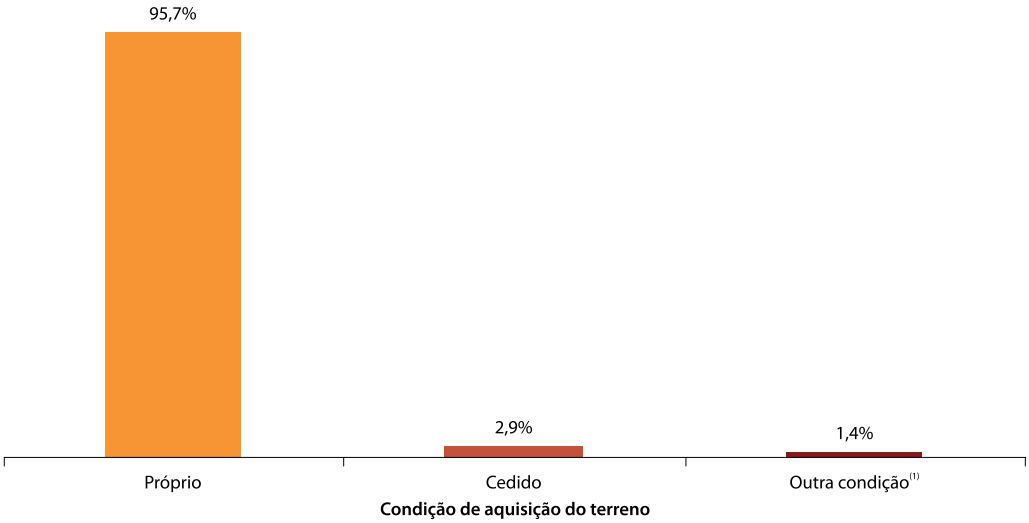


Gráfico 4
Distribuição dos domicílios particulares permanentes próprios, segundo condição do terreno
Distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.
(1) Outra condição: herança.

Ressalta-se que, com as informações disponíveis e que são apresentadas no artigo, não há como mensurar a subjetividade que envolve a questão – propriedade do domicílio e posse do terreno –, mas é possível notar que a estrutura da propriedade domiciliar apresenta um percentual representativo de pessoas que vivem em domicílios próprios, 74,5%, o que mostra uma tendência positiva da proporção de moradores em domicílios próprios. E mesmo da propriedade do terreno, enquanto próprio (95,7%), Gráficos 3 e 4.

Por se tratar de uma área na qual as atividades relacionadas com a recreação e lazer têm transformado progressivamente as pequenas vilas de pescadores em espaços propícios ao desenvolvimento das atividades turísticas, pode-se dizer que o percentual elevado de pessoas que vivem em domicílios próprios e quitados, além da história de ocupação do lugar, também esteja relacionado ao maior poder aquisitivo da população. Ao inserirem-se no mercado de trabalho, como mão de obra nos equipamentos voltados ao turismo (hotéis, pousadas, bares, restaurantes), passam a ter maiores possibilidades de aquisição de bens, inclusive a casa própria. Tal situação se depreende das palavras de um morador entrevistado:

> "Ai você vá em uma dessas casas e pergunte: – Essa casa é de quem? Seu filho. – Em que ele trabalha? No hotel. – Onde é que ele trabalha? Pousada. – Ele é o quê? Camareiro. É [ ], é redação [ ] e por aí afora. Então os jovens daqui de Malhadas estão construindo demais, eles também estão sendo responsáveis por esse crescimento. Não é que o dinheiro que eles ganham seja um dinheiro fácil, eles não tem no que investir. Então o que eles sentem é que a casa é uma garantia de que ele cresceu e de que ele é adulto,

e que ele vai assumir a vida dele, a vida de adulto, a partir daquele momento que ele tiver uma casa. E de uma certa forma [...]" (Oscar, morador).

Os dados constantes no Gráfico 3 indicam outras condições de posse do imóvel: próprio em aquisição, alugado, cedido e outra condição[9]. A expressividade exibida pela proporção de moradores nas situações citadas é pouco significativa. Somadas, estas categorias representavam pouco mais de 25% do total de domicílios. Destaque nesse somatório para os 13,7% de imóveis alugados, que neste contexto específico do distrito Açu da Torre – onde tem ocorrido o crescimento da atividade turística, cuja característica marcante é a sazonalidade – está relacionado à atração de veranistas e/ou pequenos comerciantes que procuram a região como uma opção de lazer e/ou trabalho em alguns períodos do ano.

Ademais, os pouco mais de 7% de imóveis cedidos por empregador representam as grandes propriedades que servem de segunda residência e que na maioria dos casos são administradas por caseiros, outra característica bastante comum em regiões turísticas.

SOBRE A HABITABILIDADE: SALUBRIDADE

Para avaliação das condições de habitabilidade, optou-se por verificar algumas características que se relacionam diretamente à salubridade (quantidade de cômodos, quantidade de cômodos dedicados a dormitório e existência de banheiro ou sanitário), além de se tentar interpretar o grau de conforto da unidade domiciliar a partir da leitura das informações relacionadas à posse de bens duráveis e outros elementos (presença de iluminação elétrica, telefone e microcomputador).

No que tange à estrutura do domicílio, busca-se avaliar a ocupação do espaço de moradia, muito embora se saiba que não há como mensurar efetivamente as condições físicas dos cômodos dos domicílios, em razão da escassez de variáveis que indiquem o padrão de conforto nos locais de moradia. Portanto, pretende-se avaliar a quantidade e a destinação dos cômodos nos domicílios no distrito de Açu da Torre, visto que a sua inferência relaciona-se ao quesito salubridade.

Em outro momento, pretende-se verificar o grau de conforto das habitações a partir da interpretação das informações relacionadas à posse de bens duráveis ou bens de uso doméstico (rádio, televisão, geladeira e máquina de lavar, por exemplo), além de outros elementos como: existência de energia elétrica, telefone fixo e microcomputador com acesso à Internet. Segundo Lopes e Lima (2008), o país tem passado, nos últimos anos, por um processo de crescimento econômico que não tem efetivamente contribuído para minimizar os fortes desníveis sociais notados na sociedade brasileira. Na concepção dos autores, tais desigualdades são observadas inclusive na configuração dos espaços urbanos, nos quais existem áreas onde as residências apresentam extrema precariedade de construção e do espaço habitável, ao lado de outras, ocupadas por edificações de alto padrão construtivo. Lopes e Lima (2008) afirmam ainda que:

[9] Outra condição: doação ou invasão.

"Tais desigualdades, expressas pelas moradias entre si, podem ser identificadas também pela presença, ou ausência, de bens duráveis, assim como na possibilidade de usufruto de bens e serviços" (LOPES; LIMA, 2008, p. 89).

Dessa maneira, o conjunto de informações apresentadas a seguir deverá indicar a caracterização dos domicílios.

Estrutura dos domicílios: quantidade de cômodos, quantidade de cômodos dedicados a dormitório e existência de banheiro ou sanitário

Maria Ruth Amaral de Sampaio, ao citar Carlos Lemos, autor do livro *História da casa brasileira*, procura entender o espaço da casa,

> [...] vislumbrar dentro da simplicidade despojada da casa popular as constantes intencionais sempre presentes... sem um mergulho profundo até as raízes da habitação popular – mergulho no tempo e no espaço, que disseque a moradia para ver como as funções da habitação foram e estão sendo exercidas no espaço arquitetônico – não poderemos planejar nada (SAMPAIO, 1990, p. 113).

Na concepção da autora, entender qual a função do espaço da moradia vai além do "ato de morar, [que] é uma manifestação de caráter cultural, e que enquanto as técnicas construtivas e os materiais variam com o progresso, o habitar um espaço, além de manter vínculos com a modernidade, também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade" (SAMPAIO, 1990, p.115, acréscimos nossos):

> [...] a função básica da casa é a função abrigo, e que a casa deve ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção (LEMOS apud SAMPAIO, 1990, p. 115).

Há uma preocupação no que tange à função de morar que a habitação oferece, bem como suas condições físico-estruturais, portanto, não se constitui em uma inquietação atual a questão da salubridade das construções urbanas e das cidades. Desde o período Imperial, já existiam questionamentos nesse sentido; ainda naquele período, havia um padrão construtivo para as moradias; "cada habitação compreenderia ao menos três compartimentos (sala, quarto e cozinha) não menores de 7,50 m²" (CASAS..., 2009).

Ainda que não se pretenda aprofundar na subjetividade que a análise do espaço da moradia requer, tem-se, ao avaliar a estrutura do domicílio e, consequentemente, as condições de habitabilidade e bem-estar proporcionadas à população residente no distrito de Açu da Torre, que o percentual mais elevado (63,3%) é dos domicílios que têm de quatro a seis cômodos, seguido de cerca de 25% com até três cômodos, e os demais 12,1% têm acima de sete cômodos (Gráfico 5).

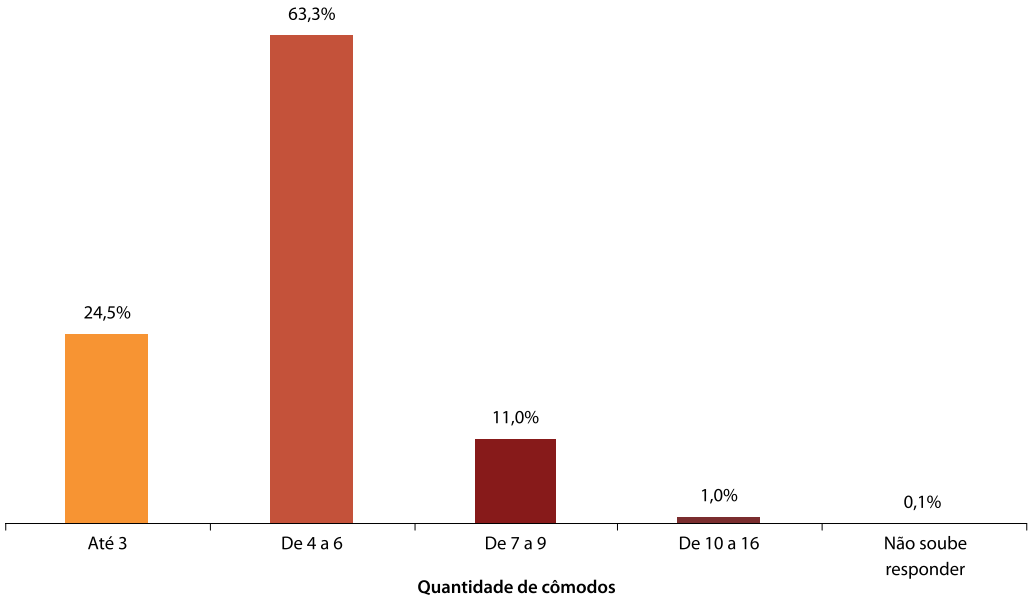


Gráfico 5
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo quantidade de cômodos
Distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Reconhecidamente teríamos que um domicílio para ser considerado como adequado deveria contar com, no mínimo, três a quatro cômodos e pelo menos um dedicado a dormitório. Pelas informações constantes no Gráfico 5, no distrito de Açu da Torre, em 2007, de modo geral, os domicílios particulares permanentes têm uma estrutura, no que tange à quantidade de cômodos, considerada como adequada, uma vez que os maiores percentuais estão centrados nos domicílios que possuem de quatro a seis cômodos.

Do mesmo modo, tem-se que, da quantidade de cômodos dedicados a dormitório nos domicílios no distrito em referência, os maiores percentuais são representados por aqueles com um ou dois cômodos dedicados a dormitório, 32,3% e 46,3%, respectivamente (Gráfico 6).

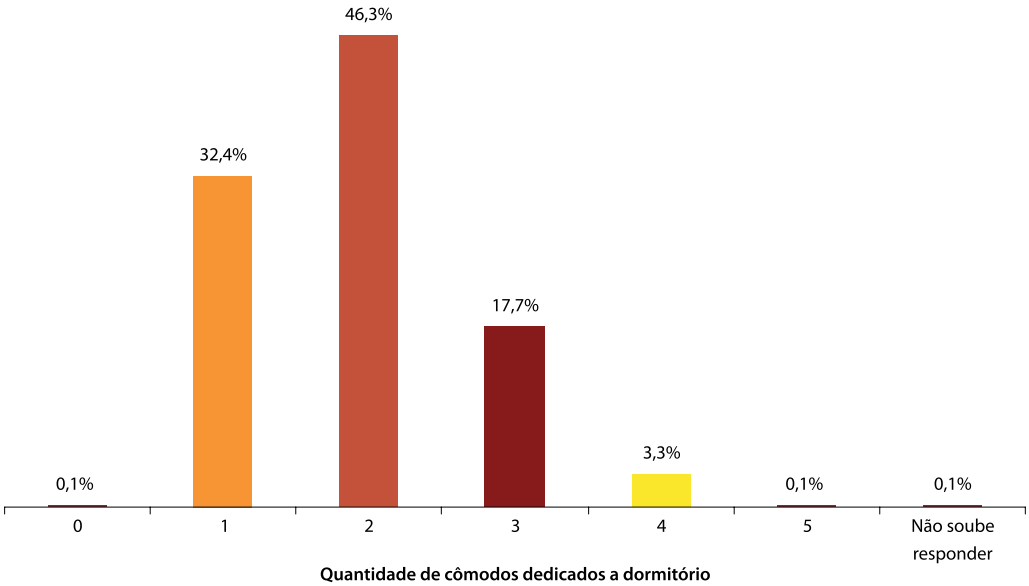


Gráfico 6
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo quantidade de cômodos dedicados a dormitório – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Ainda na perspectiva de perceber a estrutura dos domicílios como adequadas a melhores condições de vida da população residente, tem-se a variável existência de banheiro ou sanitário nos domicílios, que no caso do distrito de Açu da Torre apresenta 89% dos domicílios particulares permanentes, contando com a presença de banheiro ou sanitário (Gráfico 7).

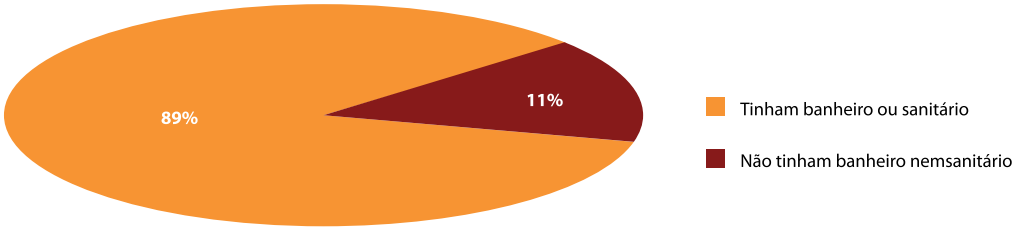


Gráfico 7
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo a existência de banheiro ou sanitário – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Grau de conforto associado à posse de bens duráveis e outros elementos

A perspectiva de que a presença de bens duráveis e outros elementos, tais como iluminação elétrica e microcomputador, aparecem como itens que conferem qualidade ao domicílio pressupõe também que a presença deles indica conforto e bem-estar para a população residente.

Ressalta-se que na pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Àrea de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, pergunta-se apenas pela presença do bem. Não são feitas indagações sobre a forma como foram obtidos e nem sobre seu estado de conservação, tal como ocorreu com o Censo Demográfico de 2000. Do mesmo modo, no quesito iluminação elétrica pesquisou-se sua existência no domicílio particular permanente, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.

Conforme dito anteriormente, as perguntas do questionário desta pesquisa estiveram embasadas no questionário da amostra do Censo Demográfico de 2000. Salienta-se que neste último não haviam questionamentos acerca dos microcomputadores com acesso à internet, aspecto que foi acrescentado à pesquisa em razão dos avanços nos meios técnico, científico e informacional, principalmente no que tange aos meios de comunicação.

Posse de bens duráveis

Visando levantar elementos para a análise das condições de moradia da população do distrito de Açu da Torre em 2007, neste tópico trabalhou-se com informações sobre a existência de determinados bens duráveis nos domicílios. Partindo-se do pressuposto de que a presença de alguns bens duráveis ou bens de uso doméstico contribui para o bem-estar no domicílio, facilitando, inclusive, o bem-estar dos moradores, investigou-se a proporção dos domicílios particulares permanentes que possuem: rádio, televisão, videocassete, forno de micro-ondas e máquina de lavar roupa.

De acordo com os dados constantes no Gráfico 8, foi possível perceber que a proporção de domicílios com televisão e com geladeira foi a que mais se evidenciou. Em 85,5% do conjunto de moradias do distrito de Açu da Torre havia televisão e em 83% havia geladeira. Já o forno de micro-ondas e máquina de lavar roupa constituíram-se nos bens mais ausentes, tendo sido encontrados em apenas 6,7% e 14,5% dos domicílios particulares permanentes, respectivamente. Em 69,8% e 57,3% das residências tinham rádio e videocassete ou DVD, respectivamente.

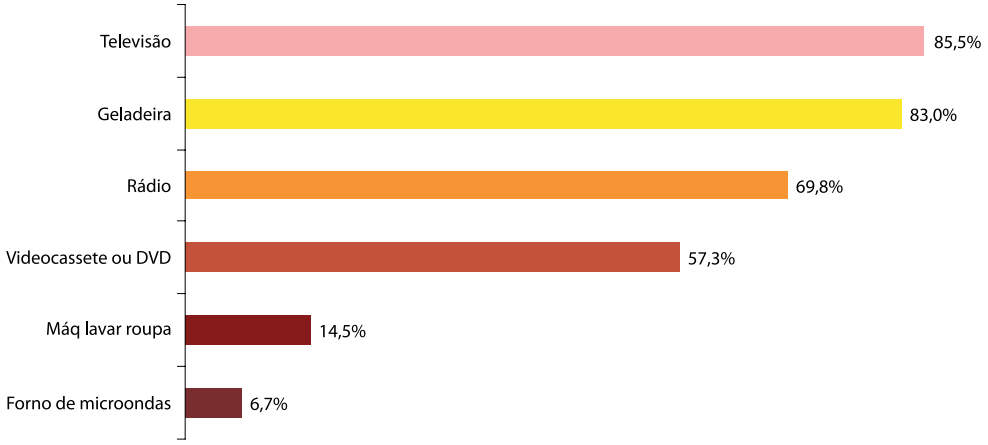


Gráfico 8
Proporção dos domicílios particulares permanentes, segundo a existência de bens duráveis
Distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.
Outros elementos: iluminação elétrica, telefone fixo e microcomputador.

Quanto à iluminação elétrica e aos bens que permitem acesso à informação e que favorecem a comunicação, observa-se que havia iluminação elétrica em 96,9% das moradias no distrito de Açu da Torre. Quanto à existência dos itens telefone e microcomputador, em 2007, 19,3% e 7,7% dos domicílios do distrito de Açu da Torre, respectivamente, havia esses bens (Gráfico 9). Acrescenta-se que do total que possuía microcomputador, 68,4% contavam com acesso à Internet.

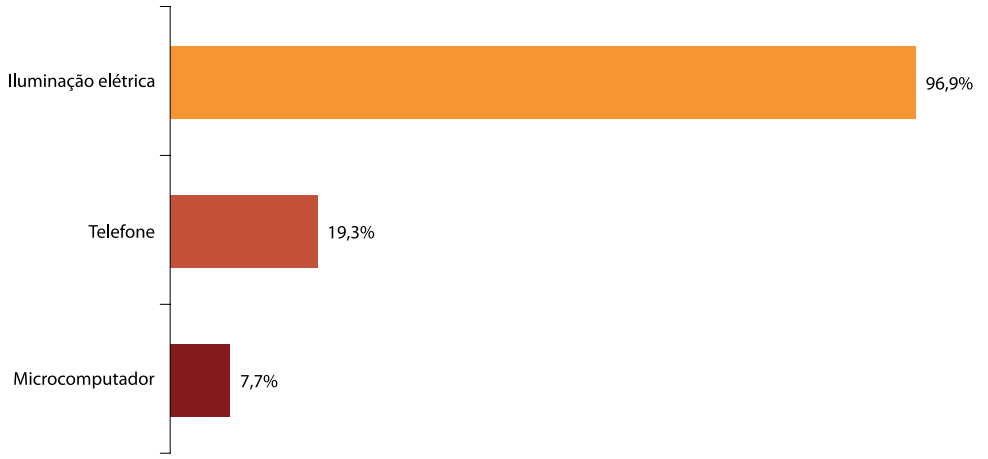


Gráfico 9
Proporção dos domicílios particulares permanentes, segundo a existência de iluminação elétrica, telefone e microcomputador – distrito Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

SOBRE A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS: O SANEAMENTO BÁSICO

Ao inferirmos que a qualidade da moradia pode ser avaliada pelas condições mínimas de acesso ao saneamento, por exemplo, dizemos que este pode ser utilizado para medir a proporção da população vivendo em condições de moradia precárias ou com dificuldades de acesso a serviços públicos adequados. O saneamento, segundo Dias (2008, p. 66), "se constitui em um dos determinantes da condição de moradia, na medida em que sua ausência tem reflexos diretos no cotidiano, implicando maior vulnerabilidade da população [...] a determinadas doenças, à poluição e à degradação ambiental". Nesta perspectiva, poderíamos considerar que existe uma relação entre saúde e saneamento, em particular a infantil e dos idosos, uma vez que são as crianças e os mais velhos que estão mais sujeitos às graves consequências de um ambiente não saneado.

A Lei nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais e a política federal para o saneamento básico, entendendo-o como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

> a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
>
> b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturasinfra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
>
> c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
>
> d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas [...] (BRASIL, 2007).

Ademais, esses serviços deverão ser prestados segundo os princípios (dentre outros) da universalização do acesso e da articulação com políticas voltadas ao desenvolvimento urbano e/ou regional – habitação, combate e erradicação da pobreza, proteção ambiental, promoção da saúde –, políticas de interesse social, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com as reflexões presentes no texto[10] de Sacramento e Santos (2009), "nos municípios da APA, os serviços de Saneamento básico, Saúde e Educação são oferecidos, principalmente, pelo setor público, em que, por conseguinte, a participação do capital privado no financiamento dos mesmos, em alguns casos chega a ser insignificante ou mesmo nula"

[10] *Breve avaliação da oferta dos serviços de infraestrutura nos municípios da APA Litoral Norte da Bahia*.

(SACRAMENTO; SANTOS, 2009). A disponibilidade de serviços básicos são premissas universais de natureza socioeconômica para o exercício da cidadania, e, portanto, o bom atendimento das demandas da população representa uma estratégia para o governo (DIAS, 2008).

Para dar conta desse item do artigo, deve-se entender saneamento básico como o conjunto de ações, obras e serviços considerados prioritários em programas de saúde pública, tais como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos, além da drenagem urbana. E serão estes os itens tratados a seguir.

Abastecimento de água

Para entender o abastecimento de água no distrito de Açu da Torre, deve-se verificar a procedência e a forma de distribuição da água em cada domicílio. Dias (2008) explicita que a importância de estudar a procedência da água está relacionada ao fato de que quando ela origina-se de uma rede geral, normalmente passou por algum tipo de tratamento e, portanto, estaria apropriada para o consumo humano. E ao tratar da distribuição da água no interior do domicílio, a autora afirma que a existência de "um ponto de distribuição de água no interior da moradia possibilita melhores condições de higiene pessoal, domiciliar e no trato dos alimentos" (DIAS, 2008, p. 67). Visando avaliar tais variáveis, a seguir são apresentadas as informações referentes à procedência e à forma de distribuição da água nos domicílios particulares permanentes do distrito de Açu da Torre.

Procedência e forma de distribuição da água

Inicialmente, faz-se necessário a compreensão de alguns termos. Neste artigo, no que tange à procedência da água, adotam-se as variáveis utilizadas pelo IBGE (2000): *rede geral*, "quando o domicílio, ou o terreno ou a propriedade em que estava localizado, estava ligado à rede geral de abastecimento de água" (IBGE, 2000, p. 35). *Poço ou nascente (na propriedade)*, "quando o domicílio era servido por água de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade em que estava construído" (IBGE, 2000, p. 35). E ainda a variável *outra*,

> [...] quando o domicílio era servido por água de poço ou nascente localizado fora do terreno ou da propriedade em que estava construído ou quando o domicílio era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade em que estava construído (IBGE, 2000, p. 35).

De acordo o Gráfico 10, no distrito de Açu da Torre, em 72% dos domicílios particulares permanentes a água tem procedência de rede geral, e os demais 28% utilizam água de poço ou nascente e outra forma. Esses percentuais mostram que há acesso à água tratada na área estudada. Tais informações seguem a mesma tendência notada para o município de Mata de São João, como apresentado por Sacramento e Santos (2009).

No que concerne à forma de distribuição da água no interior do domicílio, o IBGE (2000) diz que água pode ser canalizada ou não canalizada. Dessa maneira, entende-se *canalizada* **"**quando o domicílio era servido de água canalizada com distribuição interna para um ou mais cômodos" (IBGE, 2000, p. 36) e *não canalizada* **"**quando a água utilizada no domicílio não chegava canalizada à propriedade ou ao terreno em que se localizava o domicílio e não havia distribuição interna" (IBGE, 2000, p. 36).

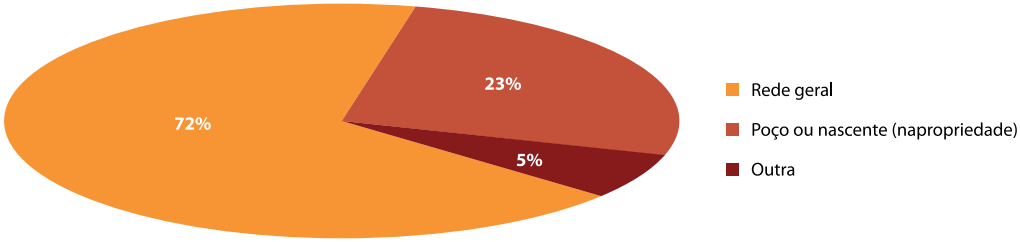


Gráfico 10
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo a procedência da água – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Considerando as informações e o conjunto de dados constantes na Tabela 1, percebe-se que 83,2% do total de domicílios têm água canalizada. Portanto, os percentuais mais elevados – 98,3%, 51,5% e 10,8% – estão representados pelos domicílios particulares permanentes que possuem canalização, independente da forma de abastecimento.

Tabela 1
Distribuição de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento e distribuição de água – distrito de Açu da Torre – 2007

Forma de abastecimento e distribuição de água	Domicílios particulares permanentes (%)		
	Total	Canalizada	Não canalizada
Rede geral	100,0	98,3	1,7
Poço ou nascente (na propriedade)	100,0	51,5	48,5
Outra	100,0	10,8	89,2
Total	100,0	83,2	16,8

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Por outro lado, os dados constantes na Tabela 1 mostram ainda que o percentual de domicílios particulares permanentes em condições mais precárias de acesso à água – que combinam a ausência de canalização interna com água procedente de outra fonte que não a geral – são significativos: 48,5% das moradias cujo abastecimento se dá por poço ou nascente (na propriedade) não têm canalização, bem como 89,2% das unidades habitacionais abastecidas de outra forma não contam com canalização interna no domicílio.

Esgotamento sanitário

Nas últimas décadas, o Brasil teve ganhos significativos em relação ao aumento da distribuição de água. Por outro lado, não houve avanços expressivos na coleta e tratamento de esgotos. É fato o crescimento da população e sua maior aglomeração. Por conseguinte, há necessidade de provê-la tanto no que tange ao abastecimento de água, quanto na cobertura pela rede coletora de esgoto. Acrescente-se que o esgotamento sanitário não se resume à rede coletora, conta ainda com o tratamento e destinação final, mas, uma vez que a cobertura (coleta) do serviço de esgotamento sanitário é reduzida e o tratamento do esgoto coletado não é abrangente, o destino final do esgoto sanitário contribuirá para um quadro mais precário. Assim é que, segundo Dias (2008, p. 72), "o estudo do esgotamento sanitário é outro item fundamental para a composição da análise das condições de saneamento básico". Na concepção da autora:

> Embora seja evidente que os tipos inadequados de escoamento dos dejetos interfiram nas condições de higiene e saúde de uma população e que causem danos ao meio ambiente, é essencial ressaltar que a falta de esgotamento altera também a qualidade da água, visto que contribui para a contaminação dos mananciais (DIAS, 2008, p. 72).

Neste estudo, verificam-se os tipos de esgotamento sanitário do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente segundo a classificação do IBGE (2000):

> - Rede geral de esgoto ou pluvial – quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitários estava ligada a um sistema de coleta que os conduziam a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada;
>
> - Fossa séptica – quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município;
>
> - Fossa rudimentar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.);
>
> - Vala – quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto;
>
> - Rio, lago ou mar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a um rio, lago ou mar; ou
>
> - Outro escoadouro – qualquer outra situação não descrita anteriormente (IBGE, 2000, p. 36).

A partir dos dados presentes no Gráfico 11, nota-se que no distrito de Açu da Torre, em 2007, 23,1% dos domicílios particulares permanentes utilizavam rede geral e 16,8%, fossa séptica.

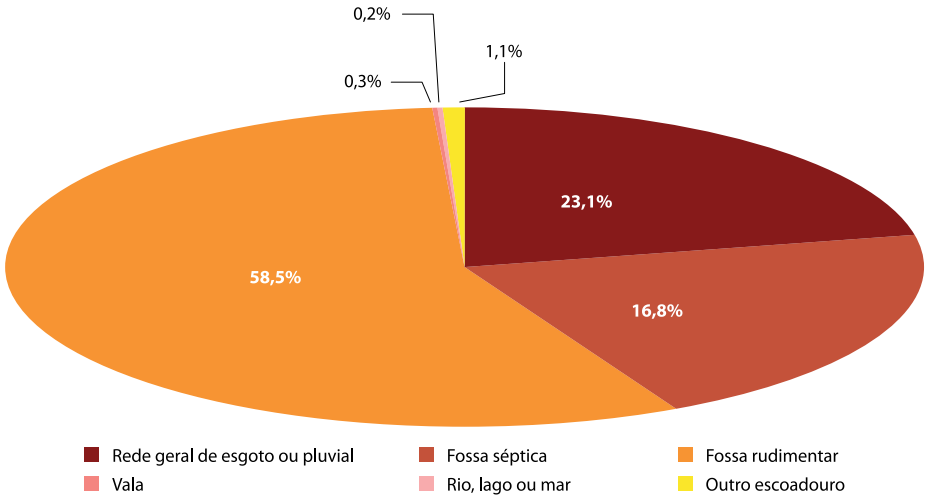


Gráfico 11
Distribuição de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de esgotamento sanitário – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Ao utilizar a rede geral ou fossa séptica para a destinação final dos resíduos, o material esgotado passa por algum tipo de tratamento antes de ser desaguado em rede geral da área, região ou município. Assim, tem-se que no distrito apenas 39,9% dos domicílios particulares permanentes contam com a canalização das águas servidas e disposição adequada dos resíduos. Salienta-se que pela interpretação das informações constantes no Gráfico 9 não é possível inferir se o lançamento destes esgotos domésticos se dá nos corpos hídricos ou comprometem a qualidade das águas.

Ainda considerando os dados do Gráfico 11, percebe-se que mais da metade dos domicílios particulares permanentes (58,6%) utilizavam a fossa rudimentar para a destinação dos dejetos de suas residências.

É de conhecimento que neste tipo de esgotamento sanitário, na maioria das vezes, não há canalização das águas servidas do domicílio para a fossa, nem o material nela depositado recebe algum tipo de tratamento, além do que, em grande parte dos casos, esse tipo de fossa é construída sem levar em conta nenhuma norma técnica, sendo erguida próxima a mananciais, o que acaba por comprometer a qualidade da água utilizada pela própria população.

Ademais, 1,6% dos domicílios particulares permanentes utilizam-se de vala; rio, lago ou mar; e outro escoadouro para depositar os dejetos de suas residências.

Os dados confirmam uma tendência notada no município de Mata de São João, conforme explicitado por Sacramento e Santos (2009), onde a maior parte dos domicílios utiliza fossa para a destinação final dos dejetos.

Destino do lixo

Hoje em dia produzimos lixo domiciliar, comercial, industrial, agrícola, de varrição e feiras livres, serviços de saúde e hospitalares, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e entulhos. Neste artigo nos deteremos a analisar a destinação final dos resíduos sólidos dos domicílios particulares permanentes, ou seja, o lixo originado nas residências, normalmente constituído por restos de alimentos (tais como cascas de frutas, verduras etc.), produtos deteriorados, jornais e revistas, garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma grande diversidade de outros itens. Contém, ainda, alguns resíduos que podem ser tóxicos.

Segundo Dias (2008a, p. 77), "desde 1995, a maior parte das residências urbanas brasileiras, nordestinas, baianas e da RMS contava com coleta de lixo". Nessa perspectiva, faz-se necessário entender a importância do serviço, visto que a inadequação no tratamento e na disposição final dos resíduos sólidos pode acarretar, entre outros problemas, a contaminação dos lençóis freáticos, além dos riscos de doenças infecciosas.

Todo o lixo gerado tem um destino, podendo ser coletado e levado para aterros (controlados ou sanitários), para usinas de compostagem, ficar a céu aberto, ser incinerado ou ainda ser direcionado a centrais de reciclagem. No caso deste artigo, considerar-se-á a forma da coleta do lixo proveniente do domicílio particular permanente de acordo com a classificação do IBGE (2000):

> - Coletado:
>
> Coletado por serviço de limpeza – quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada; ou
>
> Colocado em caçamba de serviço de limpeza – quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.
>
> - Não coletado:
>
> Queimado (na propriedade) – quando o lixo do domicílio era queimado no terreno ou na propriedade em que se localizava o domicílio;
>
> Enterrado (na propriedade) – quando o lixo do domicílio era enterrado no terreno ou propriedade em que se localizava o domicílio;
>
> Jogado em terreno baldio ou logradouro – quando o lixo do domicílio era jogado em terreno baldio ou logradouro público;
>
> Jogado em rio, lago ou mar – quando o lixo do domicílio era jogado nas águas de rio, lago ou mar; ou
>
> Outro destino – quando o lixo do domicílio tinha destino distinto dos descritos anteriormente (IBGE, 2000, p. 37).

Assim, o Gráfico 12 traz informações quanto ao destino dos resíduos sólidos provenientes dos domicílios particulares permanentes. Percebe-se que 81,8% do lixo é coletado – seja por serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza – e 18,2% dos resíduos sólidos têm outro destino – queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar e outro destino.

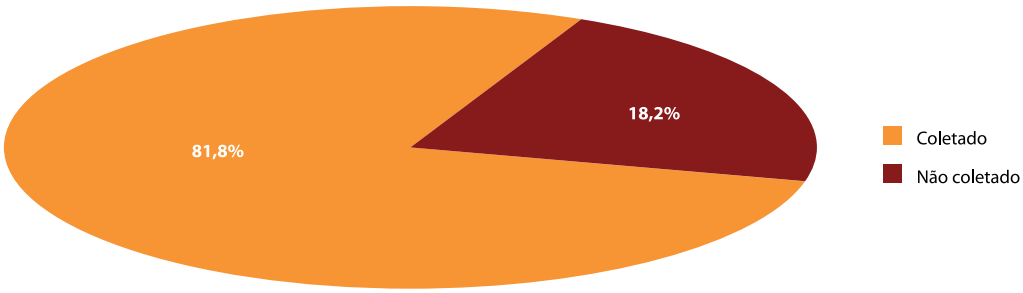


Gráfico 12
Distribuição de domicílios particulares permanentes, segundo a destinação do lixo – distrito de Açu da Torre – 2007

Fonte: SEI/Copesp. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

Pelos dados constantes no Gráfico 12 não há como serem feitas inferências se o lixo coletado é direcionado para lixão, aterro, incineradores, usina de compostagem ou mesmo oficinas de reciclagem. Entretanto, sabe-se que quase 82% dos domicílios particulares permanentes contam com serviço de coleta dos resíduos sólidos. Saliente-se que desse percentual, aproximadamente 56,5% contam com serviço de coleta por serviço de limpeza. Enquanto que do total de não coletados, 15,5% é queimado, Tabela 2.

Pode-se concluir a partir das informações que há um indicativo de que o poder público tem direcionado ações preventivas quanto aos serviços de limpeza pública o que incide na qualidade de vida da população. Adiciona-se a isso a constatação feita por Sacramento e Santos (2009), de que no município de Mata de São João 60,6% das famílias[11] são beneficiadas por serviço de coleta de lixo.

[11] As informações quanto à variável família, constantes no texto de Sacramento e Santos, remete-se àquelas retiradas do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), obtidas a partir do trabalho das Equipes de Saúde da Família (ESF) e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Essas equipes fazem o cadastramento das famílias através das visitas domiciliares em conjunto com as Equipes de Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde ou no domicílio. Portanto, a variável "número de famílias", presente no texto citado, não equivale à população total dos municípios estudados (Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Mata de São João).

Tabela 2
Distribuição de domicílios particulares permanentes, segundo a destinação do lixo
Distrito de Açu da Torre – 2007

Destino do lixo	Domicílios particulares
Coletado	81,8
Por serviço de limpeza	56,5
Em caçamba de serviço de limpeza	25,3
Não coletado	18,2
Queimado	15,5
Enterrado	1,0
Jogado em terreno boldio ou logradouro	1,6
Jogado em rio, lago ou mar	0,0
Outro destino	0,1
Total	100,0

Fonte: Copesp/SEI. Pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto um requisito essencial para conferir as condições de vida de uma população, a caracterização da moradia pode ser indicada pelo estudo dos aspectos objetivos da unidade habitacional. Para tanto, os domicílios particulares permanentes no distrito de Açu da Torre foram caracterizados a partir dos resultados da pesquisa de campo, realizada no âmbito da pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*, em outubro de 2007, que permitiram levantar aspectos referentes à segurança jurídica da posse, condição de habitabilidade e a disponibilidade de serviços e infraestruturas públicas.

Com relação ao primeiro quesito, trabalhando-se informações sobre a segurança jurídica da posse dos domicílios particulares permanentes do distrito de Açu da Torre, em 2007, evidenciou-se que cerca de 75% dos imóveis foram declarados como próprios e quitados, dos quais aproximadamente 95% estavam localizados em terrenos também declarados de propriedade particular. No caso específico, esses percentuais elevados relacionam-se diretamente à história de ocupação e expansão populacional da área.

No segundo item, buscou-se tratar das condições de habitabilidade dos domicílios medidas pela quantidade de cômodos dedicados a dormitório, existência de banheiro ou sanitários e grau de conforto medido pela posse de bens duráveis e outros elementos. E, segundo Dias (2008, p. 82):

> [...] a estrutura dos domicílios, de forma geral, está diretamente associada à renda familiar – quanto maior a renda, maior a propensão de melhores condições da moradia. A qualidade da habitação deveria ser entendida como decorrência direta de políticas públicas voltadas ao seu provimento – já que se constitui num direito social [...].

Depreende-se das palavras da autora que tanto o acesso à renda condiciona a qualidade da moradia, quanto a existência de políticas públicas que visem dotar o atendimento no que tange aos serviços e infraestruturas públicas proporcionam condições mais adequadas de moradia. Assim sendo, no que concerne à estrutura do domicílio avaliada pela quantidade de cômodos, tem-se que a maior parte dos domicílios no distrito de Açu da Torre, cerca de 64%, tinham de quatro a seis cômodos, que poderiam ser: sala, cozinha, banheiro e quarto. Relembra-se que os dados não permitem assegurar o estado de conservação dos cômodos, nem afirmar com presteza a quantidade de pessoas que os utiliza. Acrescenta-se que quase 79% dos domicílios particulares permanentes têm de um a dois cômodos com a função de dormitório, e 89% contam com a presença de banheiro ou sanitário.

No que tange à posse de bens duráveis, foi possível notar a expressividade de domicílios com a presença de aparelho de TV e geladeira, superior a 80%. Quanto à presença de rádio e videocassete ou DVD os percentuais variaram entre 58% e 70%, respectivamente, dos domicílios particulares permanentes. Quando se falou de outros elementos – energia elétrica, telefone fixo, microcomputador e acesso à Internet – notou-se que aproximadamente 97% dos domicílios possuíam energia elétrica, pouco mais de 19% tinham telefone fixo e cerca de 7% contavam com microcomputador.

Com relação à disponibilidade de serviços e infraestruturas públicas, ou seja, o saneamento básico, lembra-se que é um serviço de responsabilidade exclusiva do poder público. Portanto, quando o Estado se exime de exercer sua função (de forma direta ou por meio de concessão), cabe aos cidadãos procurar meios para dirimir a questão do acesso à água, do esgotamento sanitário e da coleta de lixo, por exemplo. Nesse sentindo, lembra-se que pelos dados anteriormente expostos não há como se investigar a frequência com que os serviços – abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo – são prestados, nem se atendem, em termos qualitativos, às necessidades da população residente dos domicílios particulares permanentes no distrito de Açu da Torre.

Desse modo, a maior amplitude da cobertura desses serviços públicos está no acesso à água, afinal, do total de domicílios investigados na pesquisa, mais de 70% são abastecidos por água proveniente de rede geral. Destes domicílios, mais de 90% possuem canalização interna na moradia. Por outro lado, aqueles domicílios que combinam a ausência de canalização interna com água procedente de outra fonte que não a geral ultrapassam os 48%, no caso dos abastecidos por poço ou nascente na propriedade, e 89% no caso dos abastecidos de outra forma.

Ainda no que concerne à maior amplitude de cobertura do serviço, tem-se a coleta de lixo com percentual expressivo. Mais de 80% dos domicílios particulares permanentes no distrito de Açu da Torre contam com o atendimento, seja por serviço de limpeza ou em caçamba do serviço de limpeza.

A restrita cobertura pelos serviços de saneamento, especialmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário, ratifica a proposição colocada anteriormente, de que o crescimento da população tem ocorrido de tal maneira que existe a necessidade de provê-la tanto no que tange ao abastecimento de água, quanto na cobertura pela rede coletora de esgoto. Entretanto, não tem ocorrido avanços expressivos na coleta e tratamento de esgotos, como a que se nota com a distribuição da água. Nesta perspectiva, sobressaem-se os quase 60% dos domicílios particulares permanentes que contam com a fossa rudimentar para destinação final dos dejetos oriundos das residências.

Sendo assim, concordando com a ideia anteriormente apontada, de que a disponibilidade de serviços de saneamento é um direito, e sabendo-se da disparidade de cobertura pelos serviços da rede de distribuição de água, de esgotamento sanitário adequado e de coleta de lixo, têm-se, com os dados apresentados, que há no distrito de Açu da Torre algumas deficiências no provimento dos serviços, mas, de todo modo, parte significativa dos domicílios particulares permanentes investigados é dotada de saneamento básico adequado.

Dessa forma, relembra-se que com o artigo ora apresentado não se pretendia esgotar as discussões em torno de cada tema, entretanto, buscou-se elencar um conjunto inicial de dados que subsidiem trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis André de A. Característica da ocupação dos residentes no distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 269-294. (Série estudos e pesquisas, 82).

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Lex:* Coletânea de Legislação e Jurisprudência: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 71, p.53-70, jan. 2007.

CASAS e vilas operárias paulistanas. Disponível em: < http://www.fotoplus.com/dph/info19/i-estudos.htm>. Acesso em: 16 fev. 2009.

CASTELLO, Iára Regina. *Características e condições de moradia dos habitantes metropolitanos.*

Disponível em: <http://www.pmhis-poa.com.br/texto_metropolitana/06.pdf> Acesso em: 27 nov. 2008.

CERQUEIRA, Daniela Franco; RODRIGUES, Flávia Santana. Panorama sobre o déficit habitacional na Bahia entre 1991 e 2005. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia*. Salvador: SEI, 2008. p. 19-54. (Série estudos e pesquisas, 80).

DIAS, Patrícia Chame. Moradia na Bahia: comparações e reflexões. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia*. Salvador: SEI, 2008a. p. 55-87. (Série estudos e pesquisas, 80).

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil*: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para discussão, n. 807). Disponível em: *<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf>. Acesso em: 19 set. 2008.*

IBGE. *Censo Demográfico de 2000*: famílias e domicílios (resultados da amostra). Rio de Janeiro, 2000, p. 24-32. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2008.

IBGE. *Notas técnicas da Contagem de População de 2007*. Disponível em: <http://200.255.94.70/home/estatistica/populacao/contagem2007/aspectos.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2008.

IPEA. *Radar Social*. Brasília, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Repensando a prática do uso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, Tânia Margarete M.; KARRUZ, Ana Paula. *Qualidade de vida:* observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. p. 53-71.

LOPES, Diva Maria Ferlin; LIMA, Lucas Marinho. Presença e ausência de bens duráveis: 1995 e 2005. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia*. Salvador: SEI, 2008. p. 89-108. (Série estudos e pesquisas, 80).

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 9-28 (Série estudos e pesquisas, 82).

SACRAMENTO, Michele Souto de Souza do. SANTOS, Noeme Silvia Oliveira. Breve avaliação da oferta dos serviços de infra-estrutura nos municípios da APA Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento no Litoral Norte (Ba)*. Salvador: SEI, 2009, p. 199-222. (Série estudos e pesquisas, 82).

SALES JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. *O direito à moradia no Brasil*. São Paulo: Polis, 2005. Relatório da missão conjunta da Relatoria Nacional e da ONU 29 de maio a 12 de junho de 2004 – violações práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. Disponível em: <http://www.unhabitat-rolac.org/anexo%5C808200814552175.pdf>. Acesso em: 28 out. 2008.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. A casa brasileira. *Revista USP*. [São Paulo], p. 113-116, mar./maio 1990. Disponível em: < http://www.usp.br/revistausp/05/17-mariaruth.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2009.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA APA/LN: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ivana Tavares Muricy *

A instalação da APA Litoral Norte (APA/LN), no início da década de 1990, reflete a preocupação do governo do Estado da Bahia com uma área de grande interesse do ponto de vista ambiental e econômico, em função de sua biodiversidade e das potencialidades turísticas identificadas por diferentes atores sociais. Compreende áreas de planície marinha, planície fluvio-marinha e a porção dos tabuleiros dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra, delimitada por uma faixa de cerca de 10 km da linha da preamar para o interior, perfazendo 1.348 km^2 de extensão territorial (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1995 apud BAHIA, 2007, p. 5).

Diferente de outras Unidades de Conservação (UCs) mais restritivas, as APAs têm por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (MAIA; SANTOS, 2009, p.131). No caso específico da APA/LN, sua criação decorreu da implantação da Linha Verde (prolongamento da BA-099), no intuito de mitigar os impactos ambientais nos ecossistemas e no contexto socioeconômico e cultural da região e proporcionar uma política de ordenamento territorial adequada para a gestão desse espaço. Desde a resolução do Cepram (nº 544 de 12.03.1992), que atribuiu ao setor público a responsabilidade de estabelecer um programa de zoneamento ecológico-econômico sustentável para as áreas de influência direta da rodovia, o turismo e o lazer eram apontados como atividades estratégicas para a sustentabilidade da área.

Posteriormente, a área se tornou alvo da política governamental de fomento ao turismo, integrando a Costa dos Coqueiros um das zonas consideradas prioritárias pelo governo do Estado para o desenvolvimento do turismo[1]. Para esta área estava prevista no Prodetur a implantação de três complexos hoteleiros e parte significativa de todos os investimentos anunciados na primeira etapa do Programa para o estado da Bahia. (SUDETUR, 2001, apud MURICY, 2009a). O primeiro desses empreendimentos, o Complexo Sauípe, foi implantado no final da década de 1990, com investimentos da ordem de aproximadamente US$ 200 milhões.

* Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenadora de Pesquisas Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Copesp/SEI). ivanamuricy@sei.ba.gov.br

[1] Atualmente a Costa dos Coqueiros é composta de pelos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada, Jandaíra e Itanagra. Sobre as zonas turísticas, ver Góis (2009) nesta publicação

Os investimentos em infraestrutura e, sobretudo, as melhorias nas condições do acesso estimularam a expansão do turismo nesta parte do território baiano. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, a região recebeu diversos empreendimentos turísticos concentrados basicamente em sua porção sul, no litoral do município de Mata de São João. Localidades costeiras que permaneciam praticamente isoladas "foram alcançadas pelas teias muitas vezes invisíveis do turismo, que passa a dispor de novos espaços para o seu desenvolvimento" (MURICY, 2009a, p.14). Essas passaram a ter contatos com realidades antes capturadas apenas pelas antenas parabólicas da televisão e pelos meios de comunicação, o que tem provocado profundas alterações nos modos de vida tradicionais da região. Além das transformações socioculturais e econômicas, também se devem destacar as modificações nos meios físicos e bióticos ocorridas desde a implantação da Linha Verde.

Atualmente, a APA/LN concentra um dos maiores parques hoteleiros do estado, com empreendimentos de portes variados, entre os quais se destacam os megaempreendimentos de origem europeia, implantados na década de 2000. Um forte embate se estabeleceu em torno do modelo de desenvolvimento do turismo, particularmente na sua capacidade de expandir os benefícios gerados pelo dinamismo do setor para o conjunto da população local e de conservar os recursos naturais.

Diante desse confronto e da carência de estudos sobre a realidade local, capazes de subsidiar uma avaliação mais criteriosa dos resultados alcançados pelas políticas e ações governamentais direcionadas para a área, elaborou-se o projeto de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)*. A pesquisa teve a intenção de suprir parte da lacuna existente sobre a APA/LN, concentrando seus esforços em determinados aspectos sociais, econômicos e culturais, fundamentais para se equacionar a questão básica do projeto: até que ponto os investimentos e as políticas públicas realizadas têm contribuído para o desenvolvimento local, particularmente no que se refere às condições de vida da população residente? Priorizou-se, portanto, uma das dimensões básicas que caracterizam o processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade e que se constitui num dos objetivos expressos tanto pela política de fomento ao turismo como pelas diretrizes das Áreas de Proteção Ambiental, implementadas pelas esferas federal e estadual[2].

Assim, a pesquisa buscou cotejar alguns dos aspectos levantados pelo conceito de desenvolvimento em suas diversas acepções – analisados por Muricy (2009b) – no intuito de oferecer uma visão da realidade que contribuísse para uma posterior avaliação acerca da eficiência das políticas públicas destinadas ao fomento do turismo e à conservação ambiental. O que significa que a pesquisa não teve a intenção de oferecer uma medida do desenvolvimento, mas apenas apresentar dados da realidade fundamentais para a análise do processo de desenvolvimento local. "Trata-se, portanto, de um estudo exploratório sobre uma área, regida por uma legislação específica que objetiva conjugar o desenvolvimento local, com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população, sendo o turismo apontado como um setor estratégico para a concretização desses princípios" (MURICY, 2009a, p. 21).

[2] Sobre o conceito de desenvolvimento, ver Muricy (2009b) nesta publicação. Em relação à forma como o conceito foi trabalhado e demais aspectos metodológicos da pesquisa, ver Muricy (2009a).

A pesquisa envolveu um intenso levantamento de informações secundárias e primárias, baseado em metodologias qualitativas e quantitativas, que contemplou dois níveis de análise: um macro, que compreende a APA Litoral Norte e os municípios cujas áreas costeiras integram esta Unidade de Conservação; e outro micro, restrito às localidades desta APA afetadas mais diretamente pelo turismo. Este recorte permitiu a reflexão sobre os desdobramentos nas esferas municipais das políticas de fomento ao turismo, ao tempo em que possibilitou a percepção dos impactos causados não só pela atividade, mas também pelo novo modelo de gestão da área nas localidades que compõem a APA/LN. A abordagem qualitativa teve como principal subsídio cerca de 60 entrevistas realizadas com pessoas pertencentes a diferentes segmentos sociais que atuam direta ou indiretamente na área do estudo. A abordagem de cunho quantitativo foi possibilitada pela utilização de indicadores sociais e econômicos, produzidos por instituições de pesquisa e planejamento, relativos às esferas municipais e à APA/LN (universo macro do estudo) e extraídos dos resultados da pesquisa de *survey* realizada nas localidades do distrito de Açu da Torre, pertencente ao município de Mata de São João (universo micro do estudo). Esta pesquisa envolveu a aplicação de questionário com uma amostra de aproximadamente 20% dos domicílios existentes no distrito de Açu da Torre, totalizando 757 domicílios, com a coleta de informações sobre 2.542 pessoas ali residentes.

Os principais resultados da pesquisa encontram-se sistematizados nos 15 textos desta publicação, que abordam dimensões específicas da realidade estudada. Pretende-se nestas considerações finais do trabalho, apresentar uma visão sucinta dos estudos realizados, proporcionada pelo diálogo dos principais "achados" de cada pesquisador. O texto encontra-se divido em dois módulos, que contemplam os dois universos de análises propostos pela pesquisa. Não se tratam de realidades estanques, mas complementares, que foram analisadas em separado em função de pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a realização da pesquisa.

NÍVEL MACRO DO ESTUDO: APA LITORAL NORTE E OS MUNICÍPIOS DE MATA DE SÃO JOÃO, ENTRE RIOS, CONDE, ESPLANADA E JANDAÍRA

Com a implantação da APA/LN, a gestão das áreas costeiras dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra ganha nova dimensão com a necessidade de uma maior articulação entre os municípios, bem como entre esses e as diversas instâncias governamentais estaduais e federais, a sociedade civil organizada e o terceiro setor. Novos atores e discursos entram em cena na tentativa de concretizar os princípios básicos que norteiam a criação das Unidades de Conservação nas diferentes esferas governamentais, o que implica na redefinição de papéis no gerenciamento da área em consonância com as determinações da legislação ambiental.

No caso específico da APA/LN, o Decreto Estadual nº 1.046, de 17/03/1992, que instituiu a Unidade de Conservação, designou a Companhia Metropolitana de Desenvolvimento Regional (Conder) como entidade administradora e estabeleceu uma Comissão de Coor-

denação para a elaboração do Plano de Manejo e do respectivo zoneamento ecológico-econômico. A partir de 2003, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) – agora denominada Secretaria do Meio Ambiente (Sema) – assumiu a responsabilidade por todas as Unidades de Conservação, através do Departamento da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação e da Diretoria de Unidade de Conservação. Um servidor público é designado pela instituição administrativa como Gestor da UC, e ele conta com o apoio esporádico de outros servidores lotados na sede. (BAHIA, 2007, p. 8) Em meados da década de 2000 foi instituído um Conselho Gestor composto paritariamente por representantes das esferas governamentais e da sociedade civil para acompanhar e auxiliar o gerenciamento da APA/LN.

O zoneamento ecológico-econômico, juntamente com o Plano de Manejo, foram aprovados pelo Cepram em 1995. Este definiu a tipologia e os parâmetros de uso e ocupação do solo em toda a APA/LN. Na prática, isso significa que a implantação de ações e empreendimentos deve estar de acordo com os critérios estabelecidos pelo zoneamento e ter a anuência da entidade administradora da APA/LN, observados os princípios definidos pela legislação ambiental. Esta estabelece, entre outras medidas, que a implantação de empreendimentos que gerem impactos significativos deve ser precedida da realização de Estudos de Impactos Ambientais e respectivos Relatórios Ambientais (EIA/RIMAs), submetidos à apreciação do Cepram. Os empreendimentos de menor porte, que não causem impactos significativos, permanecem sob a responsabilidade das prefeituras municipais, que devem observar os critérios estabelecidos no zoneamento ecológico-econômico. As áreas urbanas também continuam regidas pelas determinações do Plano Diretor de cada município, como estabelecem os princípios constitucionais.

A inserção da área no Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur-NE), como parte de uma das zonas prioritárias para o desenvolvimento turístico no estado da Bahia, implica numa nova proposta de gerenciamento pautada nos princípios que norteiam a política nacional de fomento ao turismo. Esta prevê, no Prodetur/NE II, um modelo de gestão baseado na noção de governança e condiciona a operacionalização do Programa à criação dos Polos Turísticos e de seus respectivos Conselhos. Assim, foi criado o Polo Salvador e Entorno (que engloba a Costa dos Coqueiros e a Baía de Todos os Santos), o Conselho de Turismo e a Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros.

As análises das atuações e das políticas capitaneadas pelas Secretarias Estaduais de Turismo (Setur) e Meio Ambiente (Sema), realizadas no âmbito da pesquisa por Santana (2009) e Góis (2009), revelam descontinuidades, pontos em comuns e divergências entre essas instâncias governamentais, que acabam por comprometer a gestão da APA/LN. Percebe-se que tanto a política ambiental como a de fomento à atividade turística estabelecem o desenvolvimento sustentável como eixo central, elencando entre seus objetivos a melhoria de qualidade de vida da população local, a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente. Em ambos os casos as secretarias propõem modelos de gestão participativos, afinados com a nova concepção de gerenciamento dos territórios.

A política ambiental instituiu uma série de mecanismos que buscam garantir que o desenvolvimento da área se dará com base nos princípios de sustentabilidade, o que necessariamente implica numa maior participação das comunidades locais. Esta é garantida, sobretudo, pela participação de entidades representativas no Conselho Gestor da APA/LN, nas comissões formadas para acompanhamentos das obras de implantação dos grandes empreendimentos, nas audiências públicas realizadas para a discussão dos EIA/RIMAs relativos às propostas de implantação de grandes empreendimentos.

A política de fomento ao turismo implementada pelo governo federal, por sua vez, tem como uma de suas premissas básicas a descentralização da gestão do turismo, mediante a formação de parcerias e cooperações com os diversos segmentos envolvidos com a atividade: empresas, associações, agências locais e regionais de governo, centros tecnológicos, universidades, agências de desenvolvimento etc. O envolvimento da sociedade através de um planejamento integrado e participativo é percebido como uma das condições necessárias para a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento (SANTANA, 2009, p. 143-144).

As análises empreendidas por Santana (2009), com base em entrevistas, na observação direta da realidade e em fontes bibliográficas, revelaram a incorporação dos princípios da governança nos discursos e em diversas ações implementadas pelo governo do Estado no Litoral Norte. Constatou-se que as diversas instâncias instituídas – a exemplo dos Conselhos e Câmaras de Turismo, do Fórum Estadual de Turismo, do Conselho Gestor da APA/LN, do Cluster Costa dos Coqueiros e do Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros – veem a necessidade de parcerias e de compartilhamento para a implementação de ações na área. Todas essas instâncias preveem na sua constituição a existência de reuniões com a participação de entidades públicas e privadas, organizações do terceiro setor e lideranças, criando um ambiente favorável para a atuação dos diversos segmentos sociais. No entanto, embora a participação da população seja garantida na maioria dos Fóruns, Conselhos e Comissões instituídas por diferentes instituições e programas governamentais, o fato dessas instâncias terem, em sua maior parte, caráter consultivo e não deliberativo limita a capacidade da população de fazer valer seus interesses. Nesta perspectiva, a pesquisadora anteriormente citada conclui que embora representem um avanço, os modelos de gestão precisam ser aperfeiçoados a fim de garantir a participação efetiva das pessoas do lugar e, dessa forma, concretizar os princípios democráticos que embasam a construção tanto das políticas governamentais voltadas para o turismo como para a conservação do meio ambiente.

Essa percepção é partilhada por outros pesquisadores e instituições que se debruçaram sobre a experiência do Litoral Norte do estado. A empresa de consultoria IADH-GESPAR, por exemplo, ressaltou a insatisfação dos participantes da Câmara de Turismo Costa dos Coqueiros em relação à condução dos trabalhos junto ao Fórum Estadual de Turismo. Segundo o diagnóstico elaborado pela empresa, os participantes "afirmam que as reuniões do Fórum têm sido apenas um espaço de propaganda institucional e aprovação de projetos para encaminhamento junto ao Ministério do Turismo. Não se discute nada de estratégico sobre o turismo" (INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO apud. SANTANA, 2009, p. 152).

Limonad elaborou críticas semelhantes aos diversos planos direcionados para o Litoral Norte da Bahia e a forma como a participação popular é incorporada, que segundo sua concepção "serve muito mais para legitimar o processo de planejamento do que para compatibilizar os diferentes interesses envolvidos" (LIMONAD, 2007 apud SANTANA, 2009, p. 153). A autora ressalta que uma participação efetiva vai muito além da discussão de questões táticas e operacionais e abrange questões estratégicas; se isso não ocorre, a participação se constitui apenas num instrumento para legitimar práticas e ações de determinados grupos ou segmentos sociais.

Em outro texto da publicação, Souza e Paraguassu (2009, p. 265) chamam atenção para o processo de desestruturação de antigas práticas de organização e participação social, baseadas na estrutura familiar extensa e de vizinhança, que possibilitavam o enfrentamento de conflitos e necessidades coletivas. No atual contexto, os conflitos de interesses existentes passam pela mediação de instituições do Estado, pelo poder econômico e político dos grandes empreendedores e pelas organizações da sociedade civil. Segundo avaliação das pesquisadoras, essa conquista da institucionalização, com o estreitamento dos laços com o Estado, não possibilitou que as pautas de reivindicação das comunidades, mesmo as mais imediatas, fossem atendidas:

> Os programas governamentais de desenvolvimento do turismo na Bahia, por exemplo, apesar de adotarem a postura de diálogo com os atores locais, sob a égide da governança, através da intervenção e estruturação de comitês e conselhos, ainda não conseguiram viabilizar que as demandas fundamentais à reprodução econômica e social destas comunidades sejam garantidas. Ou seja, a proposta da gestão sob o conceito de governança ainda não é uma prática efetiva nos programas de desenvolvimento regional (SOUZA; PARAGUASSU, 2009, p. 264).

As autoras enfatizam em suas análises as relações estabelecidas entre as comunidades, através de suas associações e lideranças, e os empresários que atuam na área. As entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa indicam que a relação estabelecida entre as entidades da sociedade civil e os empreendimentos ocorre de forma direta, dando contornos locais a uma tendência nacional de deslocamento das demandas sociais das esferas públicas para setores da iniciativa privada. Ainda segundo as autoras, percebe-se o enfraquecimento da capacidade combativa das organizações sociais frente aos interesses do capital privado, que busca uma maior aproximação com as organizações sociais, particularmente com seus representantes, no intuito de viabilizar seus projetos.

> Para a iniciativa privada, assumir algumas demandas sociais, antes parte da ação pública, se reveste sob a ótica das parcerias institucionais que asseguram maior legitimidade de suas ações. Entretanto, esta ótica de cooperação e participação conjunta está destinada a se converter em moeda de troca, o que pode ser observado nas relações entre as organizações sociais e as instituições privadas: enquanto as instituições oferecem serviços à comunidade, como cursos de capacitações, as organizações sociais locais apóiam seus projetos desenvolvimentistas para a região (SOUZA; PARAGUASSU, 2009, p. 265).

No caso da APA/LN esta tendência é reforçada pelo próprio aparato institucional montado para a gestão da área, no intuito de torná-la mais democrática. Os processos de licenciamento de empreendimentos que gerem impactos significativos constituem bons exemplos. Os projetos devem ser submetidos à apreciação do Cepram, mediante a realização de audiências públicas, nas quais são discutidos os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs), previamente aprovados pelo IMA. As audiências, que devem contar com ampla participação popular, são palco para o embate entre os diversos atores socais envolvidos. Cabe ao Cepram o parecer final sobre o projeto, levando em consideração os efeitos negativos e positivos apontados não só pelo estudo, mas pelos diferentes atores sociais, e atentando para o objetivo principal da APA: o desenvolvimento sustentável. A aprovação dos empreendimentos fica condicionada a uma série de medidas mitigadoras dos efeitos negativos e a contrapartidas sociais. Isso acaba criando espaço para negociações que, muitas vezes, visam a satisfação de interesses imediatos e individuais em detrimento de interesses coletivos.

O processo de cooptação de lideranças pôde ser facilmente percebido nas falas de alguns dos interlocutores da pesquisa e na comparação destas com entrevistas realizadas em conjunturas anteriores para subsidiar estudos e trabalhos de naturezas diversas. Algumas entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa foram bastante esclarecedoras, como a de um líder local que discorria sobre o embargo de uma obra para implantação de um grande empreendimento na área. Demonstrando indignação e revolta com os órgãos ambientais, que paralisaram as obras e "deixaram mais de 800 pais de família desempregados", o interlocutor narrava a sua ida juntamente com diversos moradores à Assembléia Legislativa (em Salvador), num ônibus ofertado por prepostos do empreendedor, para protestar contra a paralisação da obra. Quando indagado sobre o motivo do embargo das obras, o interlocutor reconheceu um pouco constrangido seu desconhecimento sobre o assunto. O fato das lideranças ficarem responsáveis pelo cadastramento de pessoas interessadas em participar dos cursos oferecidos pelos empreendimentos, em geral, para a qualificação profissional também abre espaços para o favorecimento de interesses pessoais.

Essas são situações comuns enfrentadas pelas organizações e movimentos sociais em todo o país, que precisam ser analisadas à luz da falta de uma cultura associativista e da precariedade social e econômica de boa parte da população brasileira, como é o caso da área do estudo. Mas a continuidade de experiências, como as das gestões das Unidades de Conservação e da proposta de governança do Ministério do Turismo, pode contribuir para o amadurecimento por parte de lideranças e o fortalecimento do associativismo, de uma forma geral.

No caso específico da APA/LN, observa-se que com o passar do tempo as organizações e as comunidades, de uma forma geral, vão aprendendo a lidar com o aparato institucional orquestrado pelo governo do Estado, e conseguem avanços importantes. O gestor da APA/LN acredita que a participação da comunidade no Conselho tem contribuído para o fortalecimento do associativismo. A comparação com períodos anteriores também aponta neste sentido, pois percebe-se que a participação das comunidades nas audiências para apresentação e discussão das propostas de implantação de grandes empreendimentos tem sido mais intensa.

E apesar do processo de cooptação de algumas lideranças, outras se mostram bastante ativas, questionando o empresariado e seus representantes, como a equipe da pesquisa teve a oportunidade de presenciar numa dessas audiências para a apresentação e discussão do EIA/RIMA de um empreendimento que almeja se instalar na área, e também na reunião do Conselho Gestor da APA/LN.

É importante destacar neste processo a atuação do Ministério Público, o qual tem se revelado um importante aliado no processo de fiscalização do cumprimento da legislação ambiental. Um dos membros do Conselho Gestor da APA/LN fez a segunite afirmativa: "Se o Conselho não pode deliberar contra a implantação de um empreendimento ou de alguma ação, ele pode denunciar ao Ministério Público as irregularidades na área" (Fátima, membro do Conselho Gestor da APA/LN[3]). Aos poucos a população passa a ter conhecimento desses mecanismos e vai se estruturando na tentativa na defesa de seus interesses e no intuito de garantir que a gestão da área se efetive com base nos princípios estabelecidos juridicamente. Segundo a avaliação de um dos membros do Conselho, "o grande problema do Litoral Norte hoje é o cumprimento da própria lei que foi construída no próprio estado" (Fátima, membro do Conselho Gestor da APA/LN[4]).

As dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais para fiscalização das Unidades de Conservação, bem como dos espaços que não se constituem em áreas protegidas por legislações específicas, são sempre enfatizadas nas discussões. Essas dificuldades envolvem questões operacionais, como a falta de pessoal e de material, decorrente da escassez de recursos em contraposição à extensão territorial a ser fiscalizada e à complexidade e importância desta função. Além dessas questões operacionais, há que se considerar alguns entraves decorrentes da legislação ambiental e da pressão exercida pelos diversos segmentos sociais com interesses na área. Com efeito, se observa um grande embate entre segmentos sociais com diferentes interesses, que, por vezes, se intensificam em função das brechas existentes na própria legislação. Algumas questões jurídicas acabam favorecendo os conflitos e permitindo que grupos com maior poder econômico e prestígio político consigam implantar seus projetos a despeito da legislação vigente.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que define a tipologia e os parâmetros do uso e ocupação do solo, consiste num dos principais focos dos conflitos travados em torno da Unidade de Conservação pesquisada. O ZEE foi aprovado pelo Cepram em 1995, através da Resolução nº 1.040/95, e deveria ser revisto periodicamente, segundo determina a própria legislação ambiental (Lei Estadual nº 10.431, artigo 83)[5]. Um dos pontos mais polêmicos se

[3] Conforme explicitado nas estratégias metodológicas da pesquisa (MURICY, 2009a), os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios no intuito de evitar qualquer prejuízo ou constrangimento àqueles que colaboraram com a pesquisa.

[4] Idem.

[5] Segundo Bahia (2007, p. 8), uma proposta de revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico foi concluída, em 2001, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA Litoral Norte (Prodesu). No entanto, esta nunca foi levada à apreciação do Cepram.

refere à ocupação na Zona de Proteção Visual (ZPV), definida no Zoneamento como: "áreas de coqueiros, localizados próximos a ecossistemas, que devem ser conservados por formarem uma paisagem singular, atrativa para empreendimentos de turismo ecológico" (BAHIA:2007). Como destaca o parecer elaborado pela comissão formada para definir objetivamente os usos permitidos nesta Zona, o Zoneamento Ecológico-Econômico estabeleceu como uso permitido na ZPV o turismo ecológico controlado, mas algumas das exigências básicas, como parâmetros urbanísticos e/ou de infraestrutura não foram definidos. Esta indefinição do ZEE deu margem a diversas interpretações e uma grande disputa se estabeleceu entre os diferentes segmentos com interesses na área. O resultado deste embate se traduz na promulgação de Resoluções por parte do Cepram e Projetos de Leis que estabeleceram diferentes parâmetros para a ocupação da área.

As sobreposições de papéis e conflitos entre legislações nas esferas federais, estaduais e municipais e os posicionamentos de diferentes instâncias governamentais consistem em outros dos pontos polêmicos nas gestões das Unidades de Conservação. Particularmente emblemática é a discussão em torno da ocupação das áreas urbanas, que por determinação constitucional deve ser definida nas esferas municipais, com base nos planos diretores. O que requer uma grande sintonia entre as esferas municipais e estaduais para que os espaços sejam utilizados com base nos princípios da sustentabilidade, que norteiam a criação das Unidades de Conservação.

Na prática se observa que esta sintonia é muito difícil de ser alcançada em função da divergência de interesses e, mesmo, de concepções do que vem a ser um desenvolvimento sustentável. As entrevistas realizadas apontaram diversos conflitos na gestão dos territórios entre as diferentes esferas governamentais, e mesmo entre instâncias de uma mesma esfera. As prefeituras municipais, embora reconheçam a importância da preservação ambiental, se queixam da condução da política ambiental por parte do governo estadual. A maioria dos gestores municipais e estaduais entrevistados considera que existem indefinições jurídicas que atrapalham o processo de licenciamento dos empreendimentos, o que acaba dificultando a atração de investidores privados. Muitos apontaram as divergências entre as visões e ações das Secretarias Estaduais de Turismo e de Meio Ambiente como fatores que dificultam a atração de empreendedores para seus municípios.

As desarticulações entre as esferas do governo ficam evidentes na profusão de leis e decretos, que acabam por contrariar ou anular ações já aprovadas em outras instâncias e fazem com que processos de licenciamento se prolonguem por anos. Na avaliação de alguns dos interlocutores da pesquisa, muitos desses embates decorrem de estratégias adotadas pelas esferas estaduais ou municipais para viabilizar a implantação de empreendimentos que contrariam o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA. Eles citam entre as estratégias: os decretos que expandem as áreas urbanas, os que declaram áreas e projetos como de utilidade pública e as tentativas de camuflar os impactos dos projetos.

No entanto, percebe-se que, apesar das divergências, as diferentes esferas e instâncias governamentais vêm buscando desenvolver ações conjuntas na tentativa de encontrar soluções para os conflitos na área e promover um planejamento mais integrado. A Secretaria Estadual de Turismo, por exemplo, reconhece mudanças nas conduções da política governamental voltada para o fomento à atividade. Anteriormente, as ações se concentravam na atração do empresariado para o estado sem uma preocupação com a preservação ambiental – atualmente percebida como uma condição fundamental para a própria atratividade dos destinos turísticos.

As prefeituras municipais, por sua vez, reconhecem que não se encontram suficientemente preparadas para o gerenciamento da atividade turística. Entre os fatores que explicam esta situação, ressaltam a frágil articulação com o governo do Estado, as dificuldades financeiras e a carência de pessoal qualificado para trabalhar com o planejamento turístico. No entanto, como destacou Santana (2009, p. 157): "Há uma cultura de dependência das esferas estadual e federal por parte das prefeituras, alegando-se carência de recursos". Também se verificou por parte dos gestores municipais entrevistados uma percepção generalizada de que os grandes empreendimentos turísticos nacionais e estrangeiros poderão ser agentes capazes de deslanchar o desenvolvimento nos municípios, o que justifica a necessidade de atrair investimentos, buscando recursos para infraestrutura e para capacitação de mão de obra.[6]

Como se tratam de municípios com uma economia pouco diversificada e com possibilidades restritas de expansão a curto e médio prazos, os projetos turísticos tornam-se ainda mais importantes. Nesta perspectiva Santana (2009, p. 157) destaca que: "De uma maneira geral, o turismo tem sido encarado pelos gestores públicos [municipais] como uma atividade importante para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social, e buscam, dentro das suas possibilidades e carências, aparelharem-se com instrumentos legais, financeiros e de gestão para impulsionar o segmento, mesmo que de uma forma ainda bastante incipiente". As análises realizadas por Vieira e Conceição (2009) com base em séries históricas dos PIBs municipais constataram que a atividade econômica dos municípios voltou-se, nos primeiros anos da década de 2000, basicamente para o agronegócio e o turismo, apresentando desempenho muito tímido na indústria. Atualmente, a atividade turística se concentra no litoral no município de Mata de São João, mais especificamente na área costeira do distrito de Açu da Torre, no trecho compreendido entre as localidades de Praia do Forte e Vila de Sauípe[7]. Entre 2000 e 2007, cinco novos empreendimentos foram implantados neste trecho, "totalizando R$ 839 milhões em investimentos, com destaque para o Complexo Hoteleiro Iberostar, representando 37,8% das imissões em 1.808 Unidades de Hospedagem (UHs). Já com relação às UHs, do total, 45% são apenas do empreendimento Bensal do Brasil" (VIEIRA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 185). Ao longo do trecho litorâneo dos cinco municípios que compõem a APA/LN, Limonad identificou quatro tipos de exploração turística:

[6] Sobre a oferta dos serviços de infraestrutura nos municípios da APA Litoral Norte da Bahia, ver Sacramento e Santos (2009) nesta publicação.

[7] Ver Cartogramas em Muricy (2009a).

a) Atividades de grande porte, direcionadas ao mercado internacional, concentradas em Mata de São João, onde se situam o Eco Resort da Praia do Forte do grupo Português Espírito Santo Hotels; o Iberostar Resort ao lado da Praia do Forte, pertencente à mega corporação espanhola do mesmo nome; a Reserva Imbassaí do grupo português Reta Atlântico S.A. vizinha ao povoado de Imabassaí, e o Complexo Costa do Sauípe, implantado pela construtora Norberto Odebrcht e gerenciado pelo Fundo de Pensão do Banco do Brasil (PREVI), vizinho ao povoado de Porto Sauípe, na divisa com o município de Entre Rios;

b) Atividades de pequeno e médio porte, com foco no mercado turístico nacional (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), em Imbassaí, Praia do Forte, em Mata de São João, e em Sítio do Conde e Barra do Itariri, em Conde;

c) Atividades com ênfase no mercado turístico local e regional (municípios vizinhos da Bahia e de Sergipe), nos povoados litorâneos de fácil acesso entre Porto de Sauípe, no município de Entre Rios, e Mangue Seco, no município de Jandaíra, com destaque para Sítio do Conde, no município de Conde;

d) Atividades de baixo impacto e consumo especializado nos povoados de difícil acesso como Massarandupió (naturismo), no município de Entre Rios, Baixios de Palame, no município de Esplanada, e Barra de Itariri, no município de Conde (LIMONAD, 2007, p. 8).

Em Mata de São João, Vieira e Conceição (2009) identificaram o impacto do turismo em alguns indicadores, a exemplo do PIB, que registrou um aumento na participação do setor de serviços entre 2002 e 2005, passando de 32,2% para 44,1%. A análise dos dados disponíveis sobre o mercado de trabalho no município de Mata de São João, realizada por Alves (2009a), revelou que o emprego formal é proporcionalmente mais expressivo neste município do que nos demais que compõem a APA/LN e também no conjunto da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Estado da Bahia, o que certamente está relacionado ao incremento do turismo na última década. Nos demais municípios da APA/LN, não foi possível perceber o reflexo da atividade nos dados relativos ao mercado de trabalho por ser uma atividade ainda incipiente, apesar das potencialidades locais e das tentativas de atrair investidores do setor.

A tendência é de um maior incremento do setor turístico. Para os anos de 2008 a 2014 estão previstos investimentos em Mata de São João de aproximadamente US$ 1,7 bilhão, em 11.291 UHs, oriundos de investidores estrangeiros (Itália, Portugal e Espanha), oportunizando a geração de 12.473 empregos diretos na atividade turística. Destes investimentos, 80,9% correspondem à implementação do Complexo Turístico em Praia do Forte (1ª e 2ª etapas) do Grupo TRUSAM / Nueva Condomina SL, cuja situação atual é de inauguração da 1ª etapa em dezembro de 2008 (VIEIRA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 186)[8].

No litoral do município de Esplanada, na localidade de Baixio, esta prevista a instalação de um grande projeto turístico denominado Plano Grande Baixio, com previsão de investimento de R$ 13,6 bilhões ao longo dos próximos 40 anos. O projeto prevê a implantação de hotéis, residências turísticas e de serviços, três campos de golfe, áreas de serviços, esporte e lazer à beira-mar, em uma área de 6,3 mil hectares, com aproximadamente 14 km de praia (BAHIA, 2008, apud MAIA; SANTOS, 2009, p. 129).

[8] Sobre o processo de internaciomalização da rede hoteleira do Litoral Norte, ver Gomes (2009) nesta publicação.

NÍVEL MICRO DO ESTUDO: DISTRITO DE AÇU DA TORRE, MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO

O distrito de Açu da Torre revelou-se um campo de análise privilegiado para a percepção das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas deslanchadas pelo turismo. Não apenas em função de seu pequeno porte demográfico (cerca de 10.000 pessoas[9]), suas particularidades históricas, culturais e socioeconômicas, como também por englobar localidades com papéis diferenciados no circuito turístico que projetou o litoral norte do estado da Bahia no cenário nacional e internacional. Nele foi possível perceber as principais transformações decorrentes do processo de "turistificação" apontadas por estudos realizados em diferentes partes do mundo e que, por esta razão, têm sido denominadas como impactos da atividade turística.

Dada a complexidade da temática e o pouco tempo para a realização dos estudos, não foi possível contemplar todas as *nuances* desse processo, tendo nos concentrado em algumas dimensões consideradas fundamentais para se equacionar a questão básica do projeto e, dessa forma, contribuir para a elaboração de políticas públicas direcionadas para o fomento à atividade turística em consonância com o bem-estar da população local e a conservação dos recursos naturais.

As principais transformações constatadas nas localidades podem ser agrupadas nos seguintes eixos temáticos: formas de apropriação, uso e ocupação do solo; composição social da população local; valores e práticas socioculturais; formas de organização e participação social; e estrutura produtiva. Todas essas transformações encontram-se articuladas, dando contorno à nova realidade engendrada pelo turismo, com a maior integração da região ao modelo hegemônico no mundo contemporâneo.

As transformações na estrutura fundiária constituem numa das consequências mais imediatas e de maior poder de repercussão do processo de "turistificação" das localidades. Em qualquer sociedade a chegada do turismo provoca a valorização dos terrenos e edificações, em função do aumento da demanda pela terra e dos investimentos realizados em infraestrutura, em particular nas melhorias da acessibilidade das povoações. Como consequência se observam redefinições na estrutura produtiva e nos processos de apropriação, uso e ocupação do solo, bem como nas formas de utilização e nos significados atribuídos coletivamente aos diversos espaços sociais, com a formação de novos territórios.

No caso do distrito de Açu da Torre, a inserção da atividade turística intensificou os processos em curso, desde o início da década de 1970, com a introdução da silvicultura. O turismo estimulou a multiplicação dos loteamentos por toda a área do distrito, o que, consequentemente, aumentou a pressão sobre os moradores tradicionais, muitos dos quais já enfrentavam sérios problemas com a chegada das empresas de reflorestamento[10] (MURICY; SANTOS, 2009).

[9] Segundo os dados da Contagem de População de 2007 (IBGE).

[10] Ver texto de Muricy (2009a) nesta publicação e Sampaio (1992).

Em decorrência desse processo, parte dos moradores acabou se transferindo para localidades próximas situadas em Mata de São João (no próprio distrito de Açu da Torre ou em outros distritos do município), ou em municípios vizinhos (a exemplo de Barra de Pojuca, localizada em Camaçari), enquanto outros acabaram saindo da região, existindo também os que conseguiram permanecer nos seus locais de moradia. Na área interna do distrito, a movimentação de pessoas persistiu ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, período em que o turismo foi se consolidando na região e alcançando novos espaços. Progressivamente, os antigos moradores foram migrando para as áreas menos atrativas para o capital, localizadas no interior do distrito (do lado esquerdo da Linha Verde, no sentido Salvador–Aracaju), enquanto as áreas costeiras foram sendo ocupadas por empreendimentos voltados para o atendimento ao turista, casas de segunda residência e condomínios direcionados a um público de maior poder aquisitivo.

Dessa forma, observa-se a intensificação do processo de segregação socioespacial, com a Linha Verde dividindo claramente o distrito em núcleos com características distintas. Este processo não se encontra restrito à área do distrito, mas engloba toda a APA/LN e também a área contígua, na qual está situada a APA Mangue Seco, como observou Limonad (2007, p. 7):

> Não obstante, todas as medidas tomadas e a 'consciência ambiental e social' dos empreendimentos de grande porte, tende a se aprofundar a segregação sócio-espacial com o agravamento do quadro de pobreza. Ampliam-se, assim, as diferenças entre alguns dos povoados costeiros tomados pelo turismo, internacional e nacional de alta renda, equipados com infraestruturas de abastecimento, saneamento, comunicação e transporte, que contam com maiores oportunidades de emprego e os povoados costeiros e do interior, sem infraestrutura e sem serviços, que apenas contam como acesso precárias estradas de terra, onde passou a residir a população local.

A emigração de antigos moradores associada à chegada e/ou à maior presença de novos atores sociais – representados pelo grande proprietário de terras, os empresários dos setores turístico e imobiliário, os novos moradores e os visitantes cíclicos ou ocasionais – desarticularam e fragmentaram as redes de solidariedade internas, baseadas nas relações de parentesco e vizinhança, impondo novas formas de organização da vida social, como ressaltam Muricy e Santos (2009) e Souza e Paraguassu (2009).

Novos conflitos sociais se estabelecem nas localidades, muitos dos quais envolvendo os moradores *nativos* e os novos moradores e os turistas, ou os "de dentro" e os "de fora", como se referem Souza e Paraguassu (2009). É importante destacar que não se tratam de categorias sociais homogêneas, mas permeadas por clivagens decorrentes de características sociais, econômicas e culturais que, por vezes, se anulam na defesa de interesses comuns e, por outras, são reforçadas na tentativa de demarcar fronteiras e/ou garantir direitos sociais específicos. Nos núcleos turísticos os conflitos entre os moradores se dão, sobretudo, em função do perfil socioeconômico: os de fora, dotados de maior poder aquisitivo, são vistos como aqueles que chegam para "lucrar" com o turismo, seja ocupando os melhores postos de trabalho, seja investindo nos setores comercial e de serviços. Nos núcleos interioranos, o adensamento

populacional – decorrente da chegada de grande número de pessoas, de baixa escolarização, em busca de emprego – e os alojamentos construídos para abrigar os trabalhadores das obras de implantação dos grandes empreendimentos consistem numa das principais queixas da população local. A presença dessas pessoas é constantemente apontada pelos moradores como motivadora da crescente violência, prostituição e consumo de drogas. Estes dois últimos fenômenos também são associados pelos moradores diretamente ao fluxo turístico.

As relações estabelecidas entre os moradores e os turistas merecem especial destaque. Alguns estudos chamam atenção para a ambiguidade e a falta de espontaneidade características das relações estabelecidas entre essas duas categorias sociais. Barreto destaca que o grande paradoxo da relação anfitriões–turistas consiste em:

> [...] colocar em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada. O que decorre do fato dos habitantes estarem interessados apenas no dinheiro dos turistas, os quais, por sua vez, veem os habitantes apenas como um instrumento para concretização dos seus fins (BARRETO, 2003, apud MURICY; SANTOS, 2009, p. 248).

Doxey (1972, p. 195 apud DIAS, 2003, p. 101; BRITO, 2005, p. 25), por sua vez, considera que a relação entre os moradores dos núcleos receptores e os turistas se pauta na evolução gradativa de sentimentos, os quais variam da euforia ao antagonismo, conformando determinados estágios, relacionados diretamente com o grau de inserção do turismo nas localidades.

As análises realizadas por Muricy e Santos (2009) identificaram a presença de elementos que caracterizam o primeiro, o segundo e o terceiro estágios do desenvolvimento dos destinos turísticos descritos por Doxey, denominados, respectivamente, de euforia, apatia e irritação. No entanto, as autoras destacam que "não se observou uma homogeneidade nos sentimentos e na percepção dos moradores para com o turismo e os turistas, mas a coexistência de sentimentos, muitas vezes contraditórios, entre os diferentes atores sociais e mesmo de cada ator individualmente" (MURICY; SANTOS, 2009, p. 248). O predomínio do estágio de euforia foi verificado nas localidades que estão iniciando suas trajetórias no circuito turístico e naquelas que não recebem visitantes, mas que se encontram próximas aos grandes empreendimentos em fase de implantação. Os estágios de apatia e irritação foram percebidos nas localidades nas quais o turismo já se encontra consolidado. Ao mesmo tempo em que os moradores dessas localidades revelam insatisfação em relação a alguns aspectos da realidade local, como a prostituição, o consumo de drogas e a violência, eles se mostram satisfeitos com a dinamização econômica da área, embora reprovem o fato de não conseguirem ocupar cargos de maior remuneração e prestígio social na rede de atividades articuladas em torno do turismo (MURICY; SANTOS, 2009, p. 248). Esta forma de percepção é compatível com as conclusões de alguns estudos, a exemplo de Barreto (2003) e Dias (2003), os quais revelam que o turismo é percebido pela população local como "um mal necessário": desejado pelos seus efeitos econômicos e repudiado por algumas de suas consequências socioculturais e ambientais.

O turismo é o principal responsável pelas transformações nos valores e práticas sociais nos núcleos receptores ao colocar em contato pessoas com diferentes culturas, residentes nos

mais distintos cantos do mundo. Desta forma, o turismo acaba funcionando como um veículo de difusão dos modos de vida hegemônicos no mundo capitalista, razão pela qual é considerado por muitos como o "braço direito" da globalização – para usar uma expressão de Dias (2003). A literatura especializada aponta para a existência de uma tendência dos moradores dos núcleos receptores, sobretudo os localizados nos países periféricos, de buscarem se igualar aos turistas, especialmente quando estes são provenientes de sociedades que ocupam uma posição central no sistema econômico e político mundial. É o que se chama de "efeito demonstração", que se expressa na adoção por parte dos moradores dos núcleos receptores de hábitos, costumes e valores característicos dos turistas.

Essas modificações socioculturais costumam provocar conflitos de diversas ordens, que variam, sobretudo, em função do ritmo de desenvolvimento do turismo e das características socioculturais das populações que se encontram em interação social, ou seja, os turistas e os moradores, como destacam Muricy e Santos (2009). Entre os conflitos se destacam aqueles decorrentes da impossibilidade financeira da maioria da população de acompanhar os padrões de consumo dos turistas e os geracionais, resultantes da tendência dos jovens de assimilar de forma mais intensa as mudanças em contraposição à dificuldade dos mais velhos em acompanhar os "novos tempos". (MURICY; SANTOS, 2009, p. 233).

No distrito de Açu da Torre, o embate entre gerações se faz presente nos valores e normas sociais que dão significados e norteiam as práticas cotidianas dessas diferentes categorias sociais, com rebatimentos nas questões relacionadas à reprodução econômica e social. De uma maneira geral, as entrevistas realizadas revelaram que os mais jovens não desejam seguir as atividades desempenhadas tradicionalmente pelas gerações mais velhas, como as de pescador e de agricultor. Alguns dos interlocutores da pesquisa afirmaram, inclusive, que muitos jovens preferem até ganhar menos exercendo atividades relacionadas ao setor turístico do que se manter na profissão de seus pais, em função do status social conferido aos que trabalham nas novas atividades implantadas na área. Além do maior prestígio social atribuído às atividades relacionadas ao turismo, as dificuldades de acesso a terra por parte dos moradores locais, resultantes das transformações na estrutura fundiária, desestimularam o desenvolvimento de atividades do setor primário, anteriormente predominantes no distrito. Sobre este processo, comum às localidades turísticas, Muricy (2009b, p. 48) faz a seguinte avaliação:

> O desenvolvimento da atividade turística costuma vir acompanhado da desestruturação das antigas atividades econômicas, como a agricultura familiar, a pesca, a mariscagem, o extrativismo, entre outras práticas tradicionais[11], o que também dificulta a internalização dos vetores de crescimento econômico. Estas atividades perdem boa parte de sua atratividade em função do baixo prestígio social que lhes são atribuídas, da pequena remuneração do setor, da falta de incentivos governamentais, dos desgastes físicos que envolvem e da escassez da terra resultante de processos relacionados à valorização dos terrenos e imóveis impulsionada pelo turismo.

[11] Ver textos de Alves (2009b) e Muricy e Santos (2009) nesta publicação.

Como acontece na maioria dos destinos turísticos, se observa em Açu da Torre a estruturação de um mercado de trabalho totalmente distinto do que existia nas décadas anteriores, com a predominância de elementos característicos das economias urbanas. Embora não seja possível mensurar de maneira precisa a contribuição do turismo para a economia de uma localidade, devido a questões teóricas e metodológicas[12], as análises desenvolvidas por Alves (2009b) revelam a centralidade do turismo na economia do distrito de Açu da Torre. Os resultados dos questionários aplicados constataram que 35,5% dos ocupados da amostra investigada trabalhavam em atividades identificadas com o segmento turístico. Neste grupo se destacavam as atividades de serviços de hotéis, pensões e alojamentos, responsáveis por 18,1% da ocupação; serviços de alimentação, que representavam 12,9%; e o artesanato, com 4,5% (ALVES, 2009b, p. 281).

No entanto, sabe-se que a contribuição do turismo extrapola essas esferas, como pode ser percebido na elevada proporção (71,3%) dos entrevistados que admitiu possuir em suas ocupações turistas, veranistas e visitantes como pessoas demandantes dos seus serviços ou de suas mercadorias[13]. A análise do local de trabalho dos entrevistados confirma a centralidade do turismo na economia do distrito de Açu da Torre: 64,7% dos ocupados trabalhavam nas localidades tipicamente turísticas, como Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe, com destaque para Praia do Forte, que respondia por 41,8% das ocupações. O impacto do turismo também transparece no significativo percentual de entrevistados (5%) que declarou possuir o aluguel como fonte de renda.

O segundo segmento mais representativo entre os ocupados no distrito de Açu da Torre, o da construção civil, se encontra extremamente vinculado ao desenvolvimento da atividade turística na área do estudo, na qual diversos empreendimentos turísticos encontravam-se em fase de implantação no momento da aplicação dos questionários. Os resultados apontam que 16,2 % dos ocupados atuavam neste segmento, o que é considerado por Alves (2009b, p. 281) "como uma frequência relativamente alta, quando comparada aos resultados geralmente encontrados no mercado de trabalho brasileiro".

Apesar do dinamismo apresentado pelo segmento turístico, os setores de comércio e serviços não ligados ao turismo registraram baixos níveis de ocupação entre a população investigada, respectivamente 10% e 8%. Segundo Alves (2009b), isto demonstra que o turismo não se encontra plenamente integrado à economia local. Ainda segundo o autor, a concentração em poucos tipos de ocupações[14] e o predomínio de ocupações que em tese não requerem alta escolaridade demonstram que o mercado de trabalho local ainda é bastante simples, sem

[12] Como explica Alves (2009a), o turismo, diferente das demais atividades econômicas, se define pela demanda e não pela oferta: são turísticos aqueles serviços prestados a turistas. Ainda segundo o autor, as limitações na elaboração de estudos sobre as atividades turísticas decorrem, sobretudo, da impossibilidade de isolar completamente os gastos realizados pelos visitantes dos gastos efetuados pelos moradores locais.

[13] Desse total, 28,3% admitiram trabalhar exclusivamente com atividades ligadas ao atendimento de turistas, veranistas e visitantes, e 43,0% informaram atender tanto essas categorias quanto aos moradores locais. (ALVES, 2009b).

[14] Os resultados dos questionários demonstram que 82,6% das pessoas que trabalhavam no período de referência da pesquisa estavam distribuídas em 25 ocupações, definidas pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO). (ALVES, 2009b).

muita diferenciação. Com efeito, se observa que o serviço doméstico correspondia a 8,4% da ocupação, e a agricultura, a pecuária e a extração vegetal ocupavam 6,3% da mão de obra local. O autor também chama atenção para o "caráter danoso" da concentração da ocupação nos segmentos turísticos e da construção civil, que juntos eram responsáveis por 51,7% dos ocupados da amostra investigada:

> Essa concentração possui um caráter danoso pelo fato de ambas as atividades serem bastante intermitentes. A atividade turística por estar sujeita a flutuações sazonais, e o seu fluxo ser bastante elástico em relação à renda. A construção civil, por sua vez, depende das condições de crédito e das expectativas de longo prazo para a realização dos investimentos. Em razão dessas características, as pessoas ocupadas nessas atividades estão mais expostas ao risco do desemprego (ALVES, 2009b, p. 281).

Nesse novo mercado que aos poucos se estrutura no distrito, parte da população local tem acesso a garantias e direitos trabalhistas, praticamente desconhecidos até então, como férias remuneradas e seguro desemprego, proporcionados pela ampliação e melhoria na qualidade do emprego. Os resultados dos questionários apontam para uma taxa de desemprego (10,2%) próxima à registrada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em setembro de 2007, para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) (12,6%) (ALVES, 2009b, p. 296). A proporção dos ocupados que contribuem para a previdência social registrada para o distrito de Açu da Torre (48%) é considerada por Alves (2009b, p. 285) elevada em relação aos padrões geralmente encontrados na Bahia. No entanto, o autor destaca que este percentual se aproxima dos padrões observados na RMS e adere de forma consistente ao estoque de emprego formal do município de Mata de São João, revelado pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego. (ALVES, 2009a, 2009b). O percentual dos que possuíam carteira de trabalho assinada no distrito de Açu da Torre encontrado pela pesquisa também é considerado elevado: 72,4% dos empregados (excluindo os trabalhadores domésticos) que responderam a pesquisa possuíam emprego formal. Entre os trabalhadores domésticos cerca de 50% possuem carteira de trabalho assinada, o que, segundo Alves (2009b, p. 285), "é uma proporção bastante elevada quando comparada até com as áreas mais desenvolvidas do Brasil".

Apesar dos efeitos positivos do turismo na economia local, Alves (2009b) destaca a existência de um mercado de trabalho dual, no qual as atividades frequentemente ligadas ao turismo possuem uma dinâmica própria em relação às outras atividades econômicas existentes nas localidades. Nesta perspectiva, o autor chama atenção que o emprego formal concentra-se nas atividades e ocupações essencialmente ligadas ao turismo. À medida que as atividades e ocupações se distanciam desse segmento, o nível de informalidade no trabalho cresce, o que se reflete de forma direta na redução da jornada de trabalho e principalmente na redução dos rendimentos.

Em relação ao rendimento mensal do trabalho principal, os resultados da pesquisa demonstram que 60,5% dos ocupados recebiam entre um e dois salários mínimos. Os trabalhadores que recebiam abaixo de um salário mínimo correspondiam a 24,6% dos ocupados, o que é um

percentual bem abaixo do encontrado, em 2007[15], para o estado da Bahia (50,2%) e similar ao da RMS (25,1%). Apenas 14,9% dos entrevistados recebiam no trabalho principal rendimentos mensais acima de dois salários mínimos, enquanto o mesmo indicador para o estado e para a RMS, em 2007, ficou em torno de 14,2% e 28,0%, respectivamente. Como destaca Alves (2009b, p. 290), a distribuição dos rendimentos dos ocupados no trabalho principal aponta para as possibilidades restritas de melhoria dos rendimentos dentro do mercado de trabalho local, pois apenas 3,0% dos entrevistados recebiam acima de cinco salários mínimos. Os resultados encontrados pelos questionários confirmam as constantes reclamações dos entrevistados de que os melhores postos de trabalho da região são ocupados por pessoas que não residem nas localidades pesquisadas.

Essa situação reflete diretamente os baixos níveis de escolaridade da população local, analisados por Alves (2009b) e Pinho (2009). O confronto dos dados relativos à escolaridade e ao mercado de trabalho levantados pelos questionários revela que, em 2007, no distrito de Açu da Torre, a População em Idade Ativa (PIA)[16] possuía em média 7,3 anos de estudo, ao passo que a População Economicamente Ativa (PEA)[17] possuía em média 8,5 anos de estudo. Neste mesmo ano, os dados da PNAD apontaram uma média de anos de estudo para a PIA do estado da Bahia de 5,7 e para a da RMS de 7,9; para a PEA os resultados encontrados foram de 6,4 anos de estudo para a Bahia e 8,7 anos de estudo para a RMS. Os dados relativos ao nível de ensino concluído pelos entrevistados revelam um pouco mais a situação educacional verificada no distrito de Açu da Torre: 60,8% da PIA não haviam concluído o ensino fundamental; entre PEA este indicador cai para 51,3% (ALVES, 2009b, p. 277-278).

A taxa de analfabetismo entre a população de 10 anos ou mais de idade calculada por Pinho (2009) com base nos dados levantados pela pesquisa foi de 13,9%, inferior à do conjunto do estado, situada em 16,8%, segundo a PNAD do mesmo ano. Em outros indicadores, no entanto, o distrito de Açu da Torre revela uma maior deficiência na efetivação do direito constitucional do cidadão de acesso à educação. Os dados relativos à frequência escolar constituem exemplos significativos e revelador da precariedade da rede de ensino local: 27% da população do distrito frequentavam a escola ou creche, enquanto este indicador era de 33,7% no conjunto do estado e de 33,0% na RMS. Pinho (2009, p. 297) analisa que esta discrepância decorre, sobretudo, da insuficiência da cobertura do ensino infantil e médio, pois a "situação educacional do distrito claudicava exatamente no atendimento das crianças de 0 a 4 anos de idade (16,7%, contra 22,5% no estado e 32,4% na RMS) e dos jovens de 14 a 19 anos de idade (65,9%, contra os mais de 90% vigentes no estado e na RMS)".

[15] Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2007.

[16] No Brasil, as pesquisas sobre mercado de trabalho geralmente conceituam a População em Idade Ativa como as pessoas com dez anos ou mais de idade. "Assim, na PIA se inserem as pessoas ocupadas, as inativas (donas de casas, aposentados e estudantes que não procuram trabalho) e as desempregadas" (ALVES, 2009b).

[17] A População Economicamente Ativa (PEA) é subconjunto da PIA formado pelos indivíduos que estão no mercado de trabalho. É composta por dois subgrupos: as pessoas ocupadas e as que não estão ocupadas, mas procuram trabalho (desempregados por definição) (ALVES, 2009b).

Os resultados dos questionários corroboram o conteúdo das entrevistas qualitativas realizadas com uma amostra da população. As principais queixas relativas ao sistema de ensino referem-se ao pequeno número de estabelecimentos para atender a essas duas faixas etárias (zero a quatro e 14 a 19 anos de idade), o que acaba prejudicando a inserção no mercado de trabalho. Muitas mães declaram que a falta de creches nas localidades dificultam o exercício de suas atividades laborais, pois têm que deixar os filhos com parentes ou vizinhos e faltar ao trabalho quando as crianças adoecem. No entanto, a maior insatisfação dos moradores é que em todo o distrito existe apenas uma escola que ministra o ensino médio. Alguns entrevistados revelaram, inclusive, que o fato de não possuírem o nível médio de ensino os impede de participar de cursos de capacitação profissional ofertados na região, o que revela a inadequação desses cursos ao perfil educacional da população local (PINHO, 2009).

Os cursos de qualificação profissional são percebidos pela maioria da população local como uma oportunidade para a inserção na rede de atividades articuladas em torno do turismo. Estes são, em geral, frutos de compromissos assumidos pela iniciativa privada para a obtenção das licenças para implantação e funcionamento de empreendimentos de grande porte, em decorrência das exigências da legislação ambiental. Como se enfatizou anteriormente, em muitos casos as contrapartidas sociais têm se convertido em moeda de troca para o empresariado local que busca apoio na aprovação de seus projetos. A população se encontra dividida no que se refere à avaliação desses cursos. Em geral, as pessoas mais escolarizadas, provenientes em sua maioria de fora das localidades, consideram os cursos insatisfatórios na preparação para o mercado de trabalho, sobretudo quando se considera o despreparo da população local para as funções demandadas pelo setor turístico. No entanto, as pessoas de menor nível de escolaridade e praticamente sem acesso a cursos profissionalizantes ou universitários veem estes cursos como a "grande chance" para se adequar às exigências do mercado de trabalho, ou simplesmente como uma oportunidade para concorrer a uma vaga, já que muitos cursos selecionam os melhores alunos para contratação imediata. Os mais jovens são os que se mostram mais insatisfeitos diante da falta de oportunidades.

Algumas perguntas inseridas nos questionários revelaram determinados aspetos desses cursos, complementando o que foi possível perceber nas entrevistas qualitativas. Os resultados, analisados por Pinho (2009, p. 306), mostram que 23,8% dos entrevistados haviam participado de algum curso voltado para o mercado de trabalho. Estes são em geral oferecidos pelos empreendedores que atuam na área, pela prefeitura local, SENAI, Sebrae e, em raros casos, por particulares. As pessoas declararam que os cursos preparam para funções mais simples, desempenhadas nos empreendimentos voltados para o atendimento de turistas, tais como garçom, camareira, cozinheiro, barman ou atendimento ao cliente. Também foram elencados pelos entrevistados cursos de informática, inglês e artesanato. Estes cursos geralmente são de curta duração, com variação de cinco dias a três meses.

Apesar da dificuldade de inserção da população local em trabalhos de maior prestígio social e remuneração, o acesso a uma renda fixa mensal por uma parcela significativa da população local permitiu-lhe planejar melhor sua vida e realizar antigos e novos sonhos de consumo,

muitos dos quais estimulados pelo maior contato com os padrões culturais hegemônicos no mundo contemporâneo. A elevação da renda familiar, com a inserção de um maior número de membros no mercado de trabalho, também possibilitou a realização de melhoria nas moradias e a independência econômica dos filhos, que passam a ter condições de construir suas próprias residências.

A pesquisa buscou mensurar a presença de determinados bens duráveis ou bens de uso doméstico nos domicílios, comumente considerados indicativos do bem-estar das famílias. As análises realizadas por Araújo (2009b) com base nos resultados dos questionários revelaram que a maioria dos domicílios possuía televisão (85,5%), geladeira (83%), rádio (69,8%) e vídeo cassete ou DVD (57,3%); ao passo que a presença de máquina de lavar era bem menos expressiva (14,5%) e um pequeno percentual contava com fornos de micro-ondas (6,7%). Também se buscou conhecer a cobertura do sistema de abastecimento de energia elétrica e a incidência de bens que permitem acesso à informação e que favorecem a comunicação. Os resultados demonstram que a grande maioria dos domicílios entrevistados (96,9%) era abastecida pelo sistema de energia elétrica, enquanto os percentuais dos que possuíam telefone (19,3%) e microcomputador (7,7%) eram pouco expressivos, sobretudo quando se considera a importância desses bens na contemporaneidade. A maioria dos domicílios com microcomputador (68,4%) contava com acesso à Internet. Em relação ao saneamento básico constatou-se que: 70% dos domicílios são abastecidos por água proveniente de rede geral; 80% são atendidos pelos serviços de limpeza; e apenas 23,1% encontravam-se ligados à rede geral de esgotamento sanitário (ARAÚJO: 2009b).

A pesquisa constatou que a maioria (75%) dos domicílios era ocupada por proprietários dos imóveis, dos quais a quase totalidade (95%) estavam localizados em terrenos declarados de propriedade particular (ARAÚJO, 2009b)[18]. As características dos domicílios investigadas nos questionários, como quantidade de cômodos e existência de banheiros, apontam que a maioria dos domicílios particulares permanentes possui condições de habitabilidade adequada, segundo análise realizada por Araújo (2009b).

Os dados sobre as condições de moradia, assim como os demais aspectos investigados na pesquisa, precisam ser analisados à luz das particularidades histórico-culturais das povoações. Conforme destaca Muricy (2009a) as famílias que tradicionalmente habitavam esse território ocupavam extensas porções de terra, com recursos naturais abundantes para a reprodução social dos grupos. Os terrenos encontravam-se envolvidos numa extensa cadeia sucessória e "mantinham vivas as relações de propriedades dos tempos das sesmarias" (MURICY, 2009a, p. 11). Com as transformações verificadas, sobretudo nas últimas quatro décadas, os moradores tradicionais passaram de "senhores da mata" a ocupantes de pequenas glebas, o que inviabilizou a reprodução social dos grupos da forma como vinha se dando até então, com estreitas relações com os ecossistemas locais. Assim, o novo modelo que, aos poucos, se consolida na região implicou em determinados prejuízos para as populações que tradicionalmente

[18] Deve-se ressaltar que o fato dos entrevistados se declararem proprietários não significa que possuam a titulação dos imóveis e/ou terrenos, pois boa parte possui apenas o contrato de compra e venda dos mesmos.

ocupavam aquela porção do território baiano. Nesta perspectiva, Souza e Paraguassu (2009, p. 265-266) tecem a seguinte avaliação:

> [...] se a renda familiar de uma forma geral aumenta, aumenta às custas da diminuição muito mais drástica do setor não monetarizado da reprodução social da família, representado pela agricultura tradicional de subsistência, estrangulada pelo abandono do sistema de meia e pela fragmentação das roças familiares devido à carência de terras ocupáveis por setores de faixa renda.

Esse processo, comum a diversos âmbitos socioespaciais no país, assume contornos especiais com a transformação da região numa Área de Proteção Ambiental, uma vez que entre as motivações da criação desta Unidade de Conservação encontra-se exatamente a existência de populações tradicionais, como ressalta o documento elaborado pela Semarh:

> Esse instrumento [zoneamento ecológico-econômico] seria o norteador da utilização com bases sustentáveis do espaço, onde toda proposta de intervenção e mudança na utilização do solo deveria ser compatível com as características sociais, ambientais, econômicas e culturais da região, *tendo em vista tratar-se de uma área com grande importância histórica e cultural, devido à forte e marcante presença de comunidades tradicionais* (BAHIA, 2007, p. 6) (grifos nossos).

Na prática, tem-se a instalação de grandes empreendimentos baseados num padrão internacional, com poucos vínculos com a realidade local. A população local não tem acesso a esses "paraísos tropicais" implantados em seus territórios, os quais muitas vezes impedem o seu acesso a recursos naturais ou a antigos espaços de lazer e/ou convívio social. O processo de substituição social, estimulado pelo dinamismo econômico da área, tem levado à redução das comunidades tradicionais, cuja presença "forte e marcante" consistiu num dos fatores para a implantação da Unidade de Conservação.

Para efetivação dos princípios de sustentabilidade que norteiam as políticas públicas estaduais e federais voltadas tanto para a conservação ambiental como para o fomento à atividade turística é necessário buscar mecanismos capazes de fixar os moradores locais em seus espaços de moradia, permitindo que uma parcela maior da população se aproprie dos benefícios gerados pelo dinamismo do setor turístico. Para tanto, é fundamental a resolução de sérias questões fundiárias ainda pendentes na região, bem como a viabilização de formas mais satisfatórias de inserção da população local, que levem em consideração suas particularidades socioculturais e os anseios e expectativas coletivas. Conforme explicitado no tópico anterior, algumas reformulações no modelo de gestão territorial proposto pelas esferas governamentais são necessárias a fim de viabilizar a participação efetiva da população local, que se constitui num dos princípios básicos da noção de desenvolvimento sustentável. Sobre esse processo, Souza e Paraguassu (2009, p. 265-266) tecem os seguintes comentários:

> Nos parece que o Estado encontra-se diante de um grande desafio, qual seja, equacionar um projeto de desenvolvimento econômico e social que efetivamente leve em consideração a demandas locais, o que nos parece inicialmente exigir a construção e adoção de novos instrumentos de compatibilização dos interesses sociais e políticos que perpassam as relações entre os diversos agentes sociais envolvidos neste processo.

A população local precisa assumir a posição de "protagonistas de todo o processo de transformações, e não peças descartáveis e de baixo valor na engrenagem movimentada pela indústria turística" (MURICY, p. 2009b, p. 52). O estudo desenvolvido constatou que as dificuldades de inserção da população local nos cargos de melhor remuneração e prestígio social consistem num dos principais entraves para o desenvolvimento social e econômico das localidades. Nesta perspectiva, Alves (2009b, p. 294) destaca que:

> O fato dos moradores locais ficarem limitados aos postos de trabalho de baixa remuneração, geralmente em torno de um salário mínimo, inibe as possibilidades futuras de crescimento profissional, o que torna o trabalho desgastante e com baixa motivação. Encontrar formas de melhoria salarial através de retornos no crescimento profissional diminuiria a rotatividade do emprego e criaria categorias de trabalhadores mais remunerados para gerar uma demanda com capacidade suficiente de desenvolver o comércio e o serviço locais.

Dada as particularidades sociais, econômicas e culturais, a concretização desses princípios implica em criar condições para que os moradores se tornem empreendedores nos mais diversos setores da economia e não fiquem mais restritos aos cargos de baixa remuneração e prestígio social, mas também ocupem os melhores postos de trabalhos, em posições de chefia e com melhor remuneração monetária. Para tanto, faz-se necessário a concessão de linhas de crédito e financiamento para o desenvolvimento de atividades produtivas em diferentes setores da economia (inclusive nas atividades ligadas ao setor primário) e a qualificação tanto para o desempenho de diversas funções ligadas ao segmento turístico como para a atividade empresarial. A melhoria dos níveis de escolaridade da população local consiste num pré-requisito para implementação dessas propostas.

Essas ações deverão fomentar o desenvolvimento de outros segmentos da economia local, um dos problemas identificados na pesquisa, como destacou Alves (2009b) no texto em que analisa o mercado de trabalho local. Com o incremento das atividades primárias e terciárias, os empreendimentos ligados ao setor turístico devem assumir o compromisso de comprar no mercado local, favorecendo a internalização dos vetores de crescimento, fundamental para deslanchar o desenvolvimento em bases sustentáveis. Nesta perspectiva, Muricy (2009b, p. 52) ressalta que:

> [...] é necessário que o modelo seja participativo e esteja integrado ao conjunto da economia local, ao invés de enclávico e segregador, como em geral vem acontecendo nas diversas sociedades que têm o turismo como principal vetor de crescimento econômico. É imprescindível que a atividade turística esteja integrada ao conjunto da economia local, fomentando o incremento de diversos setores, como o alimentício, imobiliário, agricultura, vestuário, construção civil, educacional e de saúde. Os empreendimentos implantados devem ser estimulados a comprar no mercado local, que evidentemente precisa estar em condições de atender as novas demandas.

Cabe ao poder público a formulação de políticas públicas capazes de promover uma maior integração entre o turismo e as demais atividades econômicas. É fundamental a formulação de

regras que regulem a atividade turística para que ela possa gerar benefícios para o conjunto da sociedade. Assim, o planejamento assume um papel ainda mais importante na gestão desse território, uma vez que o turismo tanto pode contribuir para o desenvolvimento das localidades nas quais se insere, como para acentuar as distâncias sociais e econômicas, o processo de degradação ambiental ou o acirramento de outros problemas preexistentes. Dada a complexidade do turismo, seu planejamento deve estar articulado a políticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento urbano e regional, a saúde, a educação, entre outras, a fim de garantir alguns princípios básicos relacionados a melhorias qualitativas na estrutura socioeconômica das sociedades.

O Estado deve atuar como intermediário nos conflitos de interesses existentes entre os diversos segmentos sociais internos, bem como entre estes e os agentes externos que atuam direta ou indiretamente no turismo. Para tanto é fundamental não só a "escuta" dos diversos segmentos sociais, mas a realização de estudos capazes de gerar um conhecimento mais profundo da realidade local. Espera-se que esta pesquisa venha contribuir para a orquestração de políticas públicas direcionadas para a melhoria das condições de vida das populações locais, que deve se constituir no objetivo maior da atuação governamental.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis André de A. Considerações econômicas a respeito da atividade turística no Brasil. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 165-181. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Características da ocupação dos residentes no distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 269-294. (Série estudos e pesquisas, 82).

ARAÚJO, Mayara M. S. Litoral Norte: breve histórico e caracterização da Região. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 97-118. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Distrito de Açu da Torre: caracterização dos domicílios. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 311-335. (Série estudos e pesquisas, 82).

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). Conselho Estadual de Meio Ambiente. *Parecer do Grupo de Trabalho GT – ZPV - Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia*. Salvador: SEMARH, 2007. Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas (CTBIO).

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: EDUFBA, 2005. 418 p.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003.

GÓIS, Zélia. Planejamento governamental do turismo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 75-94. (Série estudos e pesquisas, 82).

GOMES, Lirandina. Turismo e a internacionalização do Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 57-74. (Série estudos e pesquisas, 82).

LIMONAD, Ester. Yes, nós temos bananas! Praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. *Anais*... Belém: ANPUR, 2007, p. 1-20.

MAIA, Margareth P.; SANTOS, Sidnei S. Conservação e uso sustentável da biodiversidade no Litoral Norte da Bahia – importância, ameaças e estratégias de conservação. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. (Série estudos e pesquisas, 82).

MURICY, Ivana T. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009a. p. 9-28. (Série estudos e pesquisas, 82).

_____. Potencialidades e limites da atividade turística para o desenvolvimento das sociedades. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009b. p. 29-55. (Série estudos e pesquisas, 82).

MURICY, Ivana T.; SANTOS, Cândida R. O turismo e as transformações socioculturais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 225-250. (Série estudos e pesquisas, 82).

PINHO, Simone A. de. Perfil educacional da população do distrito de Açu da Torre. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 295-310. (Série estudos e pesquisas, 82).

SACRAMENTO, Michele Souto de Souza do; SANTOS, Noeme Silvia Oliveira. Breve avaliação dos serviços de infraestrutura nos municípios da APA Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento no Litoral Norte (Ba)*. Salvador: SEI, 2009, p. 199-222. (Série estudos e pesquisas n. 82).

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. Litoral Norte: reflorestamento e reestruturação. Bahia Análise & Dados: agricultura, Salvador, v. 2, n. 1, p. 65-71, jun. 1992.

SANTANA, Mercejane W. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente? In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 137-163. (Série estudos e pesquisas, 82).

SOUZA, Cristiane S.; PARAGUASSU, Lidice A. A. Entre os de dentro e os de fora, um empreendimento turístico: formas de organização e participação sociais no Litoral Norte da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 251-267. (Série estudos e pesquisas, 82).

VIEIRA, Luiz M. R.; CONCEIÇÃO, Rosangela F. Diagnóstico econômico dos municípios da APA Litoral Norte. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia*. Salvador: SEI, 2009. p. 183-198. (Série estudos e pesquisas, 82).

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO DA Bahia

TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria do Planejamento

ISBN 978-85-85976-67-5